

ABÍLIO BARRETO

# BELO HORIZONTE

MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA

HISTÓRIA ANTIGA



*Universidade*  
**MINERIANA**  
*Faculdade de Letras*

 **FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**  
*INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO*

*Coletânea*  
**MINETRIANA**  
Serie Classics

CELIO DAKRETO

# BELO HORIZONTE

MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA

HISTÓRIA ANTIGA

18.01.51  
18.01.52  
18.01.53  
V.1  
18.01.54

ABÍLIO BARRETO

# BELO HORIZONTE

MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA

HISTÓRIA ANTIGA

EDIÇÃO ATUALIZADA, REVISTA E ANOTADA

V.1

2ª EDIÇÃO REVISTA

SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS E CULTURAIS

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

BELO HORIZONTE

1996

*Governador*

EDUARDO AZEREDO

*Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral*

WALFRIDO MARES GUIA

*Presidente da Fundação João Pinheiro*

ROBERTO BORGES MARTINS

*Diretora do Centro de Estudos Históricos e Culturais*

ELEONORA SANTA ROSA

*Prefeito*

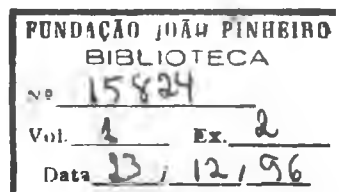
PATRUS ANANIAS DE SOUSA

*Secretária Municipal de Cultura*

MARIA ANTONIETA ANTUNES CUNHA

*Secretário-Adjunto de Cultura*

BERNARDO MATA MACHADO



*Diretora do Museu Histórico Abílio Barreto*

LETÍCIA JULIÃO

---

Barreto, Abílio

B173b      Belo Horizonte: memória histórica e descrita - história antiga e história média. - Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996

2 v. il.

ISBN 85-85930-05-5

1. História - Belo Horizonte.

I. Título

CDU 981.511

---



APOIO CULTURAL:



MINISTÉRIO DA CULTURA/FUNDO NACIONAL DE CULTURA

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



## CONSELHO EDITORIAL

Affonso Ávila, Affonso Romano de Sant'Anna, Amílcar Vianna Martins Filho, Angela Gutierrez, Antônio Octávio Cintra, Aluísio Pimenta, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Bernardo Mata Machado, Celina Albano, Cyro Siqueira, Clélio Campolina Diniz, Douglas Cole Libby, Fábio Lucas, Fábio Wanderley Reis, Fernando Correia Dias, Francisco Iglésias, Gerson de Britto Mello Boson, Guy de Almeida, Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, Isaías Golgher, Jarbas Medeiros, João Antônio de Paula, José Aparecido de Oliveira, José Bento Teixeira de Salles, José Ernesto Ballstaedt, José Israel Vargas, José Murilo de Carvalho, Júlio Barbosa, Lucília de Almeida Neves Delgado, Luis Aureliano Gama de Andrade, Maria Efigênia Lage de Resende, Maria Antonieta Antunes Cunha, Miguel Augusto Gonçalves de Souza, Norma de Góes Monteiro, Otavio Soares Dulci, Orlando M. Carvalho, Paulo de Tarso Flecha de Lima, Paulo Roberto Haddad, Paulo de Tarso Almeida Paiva, Pio Soares Canedo, Roberto Borges Martins, Roberto Brant, Rui Mourão, Vera Alice Cardoso, Vivaldi Moreira, Walter Moreira Salles.

A Coleção Mineiriana da Fundação João Pinheiro foi idealizada por Júlio Barbosa e Bernardo Mata Machado.

BELO HORIZONTE - MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA

*Coordenação Editorial*

ELEONORA SANTA ROSA

*Produção Executiva*

ROSELI RAQUEL A. FREIRE DOS SANTOS

*Programação Gráfica e Arte*

SÉRGIO LUS

*Revisão de Texto*

MARIA DE LOURDES COSTA DE QUEIROZ

CLÁUDIA TELES DE MENEZES TEIXEIRA

## EQUIPE TÉCNICA

### *Coordenação Geral*

LUIZ GONZAGA TEIXEIRA  
MARIA AUXILIADORA FARIA  
RUTH VILLAMARIM SOARES

### *Consultor*

HÉLIO GRAVATÁ

### *Historiadores*

LIANA MARIA REIS  
LUIZ GONZAGA TEIXEIRA  
MARIA AUXILIADORA FARIA  
RUTH VILLAMARIM SOARES

### *Bibliotecárias*

CARMEM PINHEIRO DE CARVALHO  
MARINA CAMARGOS TYMBURIBÁ

### *Fotografia*

RUI CÉZAR DOS SANTOS

### *Assistente*

RONALDO FERREIRA

### *Atualização ortográfica e primeira revisão*

JOSÉ CLÁUDIO ALMEIDA ABREU

### *Estagiários*

CLÁUDIA MARIA DAS GRAÇAS CHAVES  
RONALDO SILVA  
VERA LÚCIA DUTRA VIEIRA



com alegria que assisto ao lançamento da reedição de *Belo Horizonte - Memória Histórica e Descritiva*, pela Fundação João Pinheiro (FJP), em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, organizada por equipe constituída por especialistas diversos, de notória competência.

Essa satisfação não se deve apenas à importância da obra pioneira e singular de Abílio Barreto, ou à qualidade primorosa do trabalho editorial realizado pelo Centro de Estudos Históricos e Culturais da FJP, mas também por ver concluído com sucesso um projeto de cooperação entre o Estado e o Município, com o imprescindível apoio da iniciativa privada, que foi idealizado e iniciado em minha gestão como prefeito de Belo Horizonte.

Na administração da capital, tive a determinação de investir na proteção, no resgate e na preservação da história, da memória e do patrimônio histórico da cidade, e a felicidade de ver essa determinação produzir frutos concretos e duradouros.

Nessa área posso me orgulhar da criação do **Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**, da implantação do **Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município**, da restauração da **Praça da Liberdade**, do **Parque Municipal**, da **Praça Duque de Caxias** e da **Igreja da Pampulha**, além de deixar prontos vários projetos para outros espaços históricos, como os jardins da **Boa Viagem**, as praças **Floriano Peixoto**, **Raul Soares** e **Hugo Werneck** e a **caixa d'água da Serra**.

Estou convencido, pelo apoio que a população deu a essas obras, de que conseguimos fixar, no tratamento da memória e do patrimônio cultural, um padrão de qualidade e de prioridade que não poderá mais ser rebaixado ou revertido.

Agora, no governo de Minas, apesar da enorme tarefa de cuidar do patrimônio de todo o Estado - o maior acervo histórico do País -, não negligenciamos Belo Horizonte. Estamos prosseguindo com as restaurações do **Palácio da Liberdade**, da **Secretaria da Fazenda** e da **Serraria Souza Pinto**. As obras do **Arquivo Público Mineiro**, reclamadas há décadas, já foram iniciadas e logo serão concluídas.

Isso é só o começo. Muito mais será feito, principalmente se pudermos contar cada vez mais com a importante parceria das empresas e com a mobilização da sociedade mineira em defesa da nossa memória.

EDUARDO AZEREDO  
GOVERNADOR



Esta reedição da obra de Abílio Barreto, magnífica decisão e esforço editorial da Secretaria Municipal de Cultura e da Fundação João Pinheiro, devolve a Belo Horizonte, no limiar do seu primeiro centenário, a várias gerações de leitores e mesmo à nossa historiografia, nada mais nada menos do que um clássico. Assim como acontece com a força meio inaudita que têm tais obras, esta é uma das que modificam a nossa percepção do objeto de que tratam. A Belo Horizonte que surge no livro de Abílio Barreto, na sua prosa de clareza absoluta, mas à qual não falta um certo desenho e desígnio polêmico, projeta-se sobre a cidade que temos diante de nós de maneira a modificar o olhar com que a vemos hoje.

Não é pouca coisa: com isso, o que se devolve à experiência atual da cidade é toda uma espessura do vivido, uma certa percepção quase sensível mesmo do tempo histórico, o clamor dos embates políticos, o rumor e o espírito dos lugares. É irresistível: estes dois volumes têm o frescor de um elo perdido e reencontrado.

Esta reedição tem, além disso, mais uma qualidade a lhe conferir uma importância extraordinária. É que, pelo próprio fato de estar sendo lançada agora, como que inaugura toda uma linha editorial a recobrir de sentido esta que pode ser uma superior situação histórica e cultural a ser vivida por Belo Horizonte: a cidade está chegando aos seus 100 anos.

Sempre que tenho oportunidade de falar no centenário de Belo Horizonte insisto no fato de que, ou a celebração dos 100 anos é uma ocasião imperdível para instituímos nesta cidade uma espécie de dignidade da memória, ou não será quase nada. É nossa tarefa quase civilizatória opor à devastação dos lugares, à destruição da memória dos aqui trabalharam, à liquidação dessa espessura vivida do tempo histórico, a essa sombria unidimensionalidade na apreensão do que seja o presente da cidade (que faz dele uma pura mercadoria no balcão de espaços urbanos), a atenção permanente diante da memória dos que viveram em Belo Horizonte, a defesa e a proteção dos lugares, dos grupos culturais, das associações comunitárias, das tradições, nas quais essas lembranças encontraram um jeito de sobreviver. Alguém já disse: o passado não é passado. Sequer passou. Conferir-lhe dignidade é uma das nossas principais tarefas às vésperas do primeiro século da cidade.

A reedição das duas “histórias” de Abílio Barreto (a Antiga e a Média), além de ser, por si só, acontecimento editorial de importância marcante, é também a prova de que essas tarefas estão sendo exemplar e elegantemente cumpridas. Mais virão.

PATRUS ANANIAS DE SOUSA  
PREFEITO



Com a reedição do livro de Abílio Barreto, *Belo Horizonte - Memória Histórica e Descritiva*, a Fundação João Pinheiro prossegue sua participação nas comemorações do primeiro centenário de Belo Horizonte.

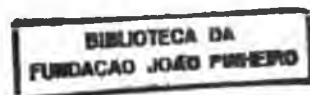
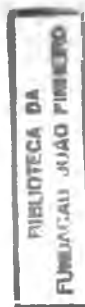
Muita coisa interessante acontecerá nesse jubileu. Não faltará quem o celebre com obras, com monumentos, com festas, com shows, com paradas e com fogos de artifício. Cada um contribuirá a seu modo.

A Fundação João Pinheiro, instituída e voltada para o estudo, a pesquisa e a reflexão sobre o nosso Estado, entra nessa festa com muito prazer, seguindo seu estilo e sua vocação. Já começamos a produzir, em nosso Centro de Estudos Históricos e Culturais, um conjunto ambicioso de biografias dos *founding fathers*, histórias setoriais e temáticas do primeiro século da cidade, resgate de documentos e textos fundadores, novas pesquisas e levantamentos inéditos, que terão seqüência nos próximos anos e formarão a *Coleção Centenário*.

A *Memória Histórica e Descritiva* (História Antiga e História Média), revista, atualizada, anotada e comentada, relançada em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura, é um marco importante nesse projeto.

A Fundação João Pinheiro se sente orgulhosa e feliz por trazer de volta essa obra fundamental da historiografia de Belo Horizonte.

ROBERTO BORGES MARTINS  
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO







reedição de *Belo Horizonte - Memória Histórica e Descritiva* é resultado do esforço conjunto, e de alguns anos, sobretudo da Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte e da Fundação João Pinheiro. É, antes de mais nada, uma dívida com a própria história da Capital e com os estudiosos que precisam valer-se do conhecimento lúcido e apaixonado da cidade, marca do pensamento e da ação do grande escritor e jornalista Abílio Barreto.

Para a Secretaria Municipal de Cultura, esta publicação apresenta um significado especial, pois insere-se num conjunto de ações que define um de seus programas prioritários: o de Memória e Patrimônio Cultural.

Tais ações vão da criação do Departamento de Memória e Patrimônio Cultural, que subsidia a atuação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, passando pela reforma, restauração e revitalização, já em curso, de seus espaços institucionais de memória, como os museus, arquivo, bibliotecas e teatros. Incluem, também, o registro da história de bairros e organizações culturais privadas, como a Sociedade Musical Carlos Gomes.

Dentre os espaços institucionais de memória administrados pela Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, o Museu Histórico é exemplo de outro trabalho arrojado de Abílio Barreto a favor da preservação da história da cidade. Na busca de dar continuidade a essa obra iniciada na década de 40, a Secretaria não tem medido esforços para superar a concepção tradicional de museu e as limitações de espaço que vinham comprometendo seu desempenho.

Trata-se de potencializar o Museu como um centro cultural de referências da memória e da identidade belo-horizontina. Isso significa dotá-lo de uma conceituação museológica contemporânea, que enfatize seu papel de meio de informação, pesquisa, educação e lazer e, ainda, imprimir-lhe uma concepção de história que entenda a memória da cidade como expressão da diversidade e da pluralidade, cuja preservação deve buscar o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o passado e o presente urbano.

Estão sendo desenvolvidos projetos que visam à restauração, processamento técnico e ampliação do acervo, à criação de uma Reserva Técnica para armazenagem e manejo adequados das peças, à informatização de seus arquivos e do serviço de atendimento ao público, à promoção de ações de difusão cultural, com exposições itinerantes e de curta duração, e programas informativos dirigidos a públicos diferenciados.

A potencialização do Museu exige também a ampliação de seus espaços. Para tanto, está sendo viabilizada a construção de um anexo - já apontado como necessidade por Abílio Barreto, à época da inauguração do Museu -, que abrigará as áreas técnica e administrativa e ampliará consideravelmente o espaço voltado para o público.

Quando a cidade chega ao seu primeiro centenário, colaborar com a possibilidade de uma população conhecedora e criadora de sua história e manter acesa a mesma ousadia que inaugurou o Museu, há mais de cinquenta anos, é uma justíssima homenagem à memória de Abílio Velho Barreto.

MARIA ANTONIETA ANTUNES CUNHA  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA



idade caracterizada durante anos por um intenso e voraz processo de desfiguração e desenraizamento, cujos traços e símbolos principais foram quase que completamente apagados ou destruídos, Belo Horizonte, às vésperas de seu centenário, vivencia a possibilidade de transformação desse cenário.

Ainda sofrendo revezes por parte de alguns setores, que parecem caminhar na contramão da história, a cidade vai redescobrando, aos poucos, o gosto pelo seu passado, pela trajetória e memória de seus inúmeros e multifacetados cidadãos.

Espera-se que, no limiar dos seus cem anos, Belo Horizonte possa experimentar uma relação de respeito e afetividade com o seu próprio passado, buscando recompor sua trajetória com vistas a um futuro mais fraterno e generoso para sua população.

Mesmo o Poder Público, que tem encontrado inúmeras dificuldades para preservar e conservar o patrimônio cultural do município, vem adotando, do final da década de 80 para cá, uma postura atuante e sensível aos projetos de recuperação dos bens culturais e ao resgate de nossa história.

Em esse rol de iniciativas voltadas para a recuperação de nossas origens que se enquadra a presente publicação. Passados quase sessenta anos de sua última edição, a Fundação João Pinheiro (FJP), através do seu Centro de Estudos Históricos e Culturais (CEHC), lança a nova versão de *Belo Horizonte – Memória Histórica e Descritiva* (História Antiga e História Média), de Abílio Barreto, em cooperação com a Secretaria Municipal de Cultura.

Referência fundamental sobre Belo Horizonte, mesmo que com algumas limitações, este clássico da nossa historiografia já deveria ter recebido, por parte do mercado editorial, atenção especial e prioritária. Considerado por muitos uma espécie de empreendimento cultural ‘irrealizável”, em função da complexidade da organização e tratamento do material e do alto custo financeiro da impressão, sua viabilização envolveu uma complexa e ampla rede de ações.

Nesse sentido, é importante mencionar as origens deste relevante projeto cultural, cujo início data de 1992, quando, na gestão do prefeito Eduardo Azeredo, a então secretária municipal de Cultura, professora Berenice Menegale, em consonância com o seu inovador e amplo programa de trabalho, mais especificamente no campo do patrimônio histórico, convidou uma equipe de pesquisadores de alto nível técnico para realizar o resgate desta publicação referencial da cidade.

Não fosse a compreensão plural e abrangente da cultura, em suas várias vertentes, por parte da secretária Berenice Menegale, acostumada às dificuldades de projetos dessa natureza, que envolvem longo tempo de investimento e maturação (ao contrário dos eventos de fácil produção e reprodução, de pouco significado, voltados para a mídia momentânea e fugaz da autopromoção, tão comuns atualmente), não haveria a possibilidade de se devolver a Belo Horizonte uma de suas obras mais significativas.

A equipe interdisciplinar responsável por este empreendimento entregou-se, com afinco e dedicação, à tarefa de elaborar uma edição revista, atualizada ortograficamente e acrescida de índices onomástico e toponímico, acompanhada, ainda, dos comentários do autor anotados na edição de 1936, patrocinada pela Livraria Rex. Minucioso e paciente trabalho de reprodução fotográfica foi realizado, com resultados surpreendentes, dado o estado precário dos poucos originais e das cópias existentes utilizadas.

Destaque merece ser dado também aos técnicos do CEHC e a seus consultores que cuidaram da editoração deste livro. Envolvida há um ano na organização e formatação da obra, essa pequena e aguerrida equipe transpôs dificuldades de toda a ordem, às vezes em condições de trabalho adversas, cumprindo prazos reduzidíssimos para que fosse possível a conclusão deste monumental projeto editorial de mais de 1.300 páginas e 177 ilustrações. Ressalte-se, também, o imprescindível e total apoio dado pelo presidente da Fundação João Pinheiro, Roberto Borges Martins, para que fossem captados os recursos financeiros necessários para a presente edição.

Com esta publicação, encerra-se a primeira fase da Série Clássicos da *Coleção Mineiriana*, à qual pertence esta obra. Sucesso editorial comprovado, a *Mineiriana*, que já publicou sete volumes da maior importância para as historiografias mineira e brasileira, entrará na sua segunda fase, tendo como princípio a diversificação de sua produção, mantendo-se o rigor e a seriedade de sua primeira etapa. É importante ressaltar também que o resultado dessa *Coleção* foi tão positivo que o CEHC/FJP partiu para um novo projeto editorial, intitulado *Coleção Centenário*, voltado especificamente para a comemoração do primeiro século de vida de Belo Horizonte.

A *Centenário* pretende colaborar para que a oportunidade das festividades ligadas aos cem anos transforme-se, também, em ocasião privilegiada de reflexão e análise dos motivos que ensejaram a criação da cidade, da importância de seu projeto no contexto internacional, da compreensão de suas características inovadoras, enfim, dos elementos que a distinguem de outras capitais. Busca-se com essa *Coleção* fomentar a produção de ensaios e estudos contemporâneos que tenham como tema o futuro da nossa cidade.

No âmbito dessa alentada e diversificada linha editorial, o CEHC/FJP está preparando para 1996 um extenso rol de publicações que inclui biografias intelectuais, histórias setoriais, atlas histórico e reprodução fac-similar de revistas de época, dentre outros.

Assim, o Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro espera estar colaborando para o programa de recomposição e reconstrução da memória fragmentada dessa metrópole quase secular, ainda carente de iniciativas que lhe reconstituam as várias faces apagadas pelo tempo.

ELEONORA SANTA ROSA

DIRETORA DO CEHC/FJP

COORDENADORA DA COLEÇÃO MINEIRIANA

## SUMARIO

INTRODUÇÃO	
LUIZ GONZAGA TEIXEIRA	21
BELO HORIZONTE. MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA: À GUISA DE UMA ANÁLISE CRÍTICA	
MARIA AUXILIADORA FARIA	27
MEMÓRIA E HISTÓRIA - ONTEM E HOJE	
MICHEL MARIE LE VEN	33
A "VOLTA" DA HISTÓRIA	
HELIANA ANGOTTI SALGUEIRO	35
BREVE NOTÍCIA SOBRE A VIDA E A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE ABÍLIO BARRETO	
JOSÉ CLÁUDIO DE ALMEIDA ABREU	41
NOTAS EXPLICATIVAS À PRESENTE EDIÇÃO	51
ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS	53
BELO HORIZONTE - MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA - História Antiga	57

## INTRODUÇÃO

LUIZ GONZAGA TEIXEIRA



Quando assumi, em 1989, a Secretaria Municipal de Cultura, decidi a então secretária, profª. Berenice Menegale, incluir entre os seus programas prioritários o de preservação do patrimônio histórico e artístico de Belo Horizonte.

No conjunto de projetos constantes desse programa, onde se destacaram, dentre tantos, a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e a implementação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, especial atenção foi conferida à publicação e divulgação de documentos bibliográficos e similares referentes à história da capital.

Por sua singular significação no quadro da escassa historiografia municipal, as obras *Belo Horizonte - Memória Histórica e Descritiva*, volume I - História Antiga - e volume II - História Média -, de Abílio Barreto,<sup>1</sup> mereceram inclusão prioritária no plano editorial da Secretaria.

Na folha de rosto de seu exemplar de uso pessoal do volume II, enriquecido com glosas manuscritas, deixou o autor registrado que “Este volume corrigido e augmentado, destina-se a servir de original de nova edição no futuro”, conforme se transcreve, em fac-símile, na presente edição.

Mais de trinta anos são, no mínimo, transcorridos dessa anotação - Abílio Barreto faleceu em 1959 - em que o autor antevia a possibilidade de sua obra vir a receber do Poder Público municipal merecida e adequada divulgação.

A presente edição, mantida no plano editorial da atual secretária municipal de Cultura, profª. Maria Antonieta Antunes Cunha, é, pois, justa homenagem ao maior historiador da cidade. Natural que essa homenagem ocorra quando circunstância política feliz - e pouco comum - conduziu, após a direção da Secretaria Municipal de Cultura ao cargo de secretária

<sup>1</sup> BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte - Memória histórica e descritiva*. História antiga. 2 ed., Belo Horizonte: Rex, 1936.  
BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte - Memória histórica e descritiva*. História média. Belo Horizonte: Rex, 1936.



de Estado da Cultura, ilustre e sensível intelectual belo-horizontina, como é Berenice Menegale.

*Belo Horizonte - Memória Histórica e Descritiva* foi publicado, originalmente, em 1928, em seu primeiro volume, pela Imprensa Oficial de Minas Gerais.<sup>2</sup> Posteriormente, em 1936, foi reeditado esse primeiro volume e editado o segundo - *História Média - Planejamento, estudo, construção e inauguração da nova capital (1893-1898)*, pela Livraria Rex - 'Edições da Livraria Rex', de Belo Horizonte.<sup>3</sup>

Há muito tempo esgotadas, somente disponíveis em algumas bibliotecas públicas ou de estudiosos ou colecionadores, essas obras representam hoje raridade bibliográfica.

Essa circunstância, acrescida da propalada existência de um terceiro volume, a que teria o autor denominado *História Contemporânea*, levou-me, em 1979, a propor, quando então membro do Conselho Estadual de Cultura, que este promovesse gestões junto aos herdeiros de Abílio Barreto, visando à publicação de sua obra. Lamentavelmente, apesar dos esforços do Conselho, a proposição não veio a ser concretizada.

Dez anos após a frustrada tentativa, em 1989, Berenice Menegale, a quem tive a satisfação de assessorar, por algum tempo, na implantação da nova Secretaria Municipal de Cultura, percebeu a importância da divulgação da obra de Abílio Barreto, criando condições para que a presente edição fosse preparada, na forma em que se apresenta.

Alguns esclarecimentos são necessários sobre o tratamento conferido à obra, bem como sobre a efetiva existência do citado terceiro volume, que se encontraria inédito.

Equipe interdisciplinar, constituída, inicialmente sob minha coordenação, e, posteriormente, das historiadoras doutora Maria Auxiliadora Faria e Ruth Villamarim Soares, incumbiu-se da preparação da reedição, como recomenda a mais moderna técnica historiográfica, de modo a propiciar o enriquecimento de sua leitura e utilização contemporâneas. Enriquecimento, que teve em vista oferecer ao leitor, ao pesquisador particularmente, elementos para melhor identificação do autor, sua localização contextual e, conseqüentemente, de sua obra.

Assim é que, ao lado de sucinta notícia biográfica e ligeira análise de sua obra literária ficcional, apresenta-se estudo crítico de sua produção historiográfica, basicamente do texto em referência. Optando-se por uma edição anotada e não crítica, indicam-se nas 'Notas à presente edição' os critérios metodológicos que orientaram a equipe na elaboração das anotações - notas de atualização historiográfica -, em suas diversas modalidades. Preocupação que se estendeu, também, ao seu conteúdo iconográfico, principalmente as ilustrações fotográficas, reproduzidas segundo modernos recursos técnicos.

Tratamento adequado às referências, citações e transcrições documentais (submetidas a conferência em pesquisa arquivística), segundo normalização bibliográfica oficial, bem como a elaboração de índices remissivos, acrescentam à obra o cunho científico de que, à sua época, não dispunha o autor.

2 BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte - Memória histórica e descritiva*. História antiga. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928.

3 BARRETO, Abílio. *Op. cit.*, História média.

Por sua singularidade no gênero – a única história geral de Belo Horizonte, os livros de Abílio Barreto têm sido – e, agora, espera-se, passarão a ser com maiores facilidades técnicas – fonte importante de consultas a pesquisadores que se dedicam ao estudo da história do município. Por essa razão foram incluídos depoimentos de historiadores e estudiosos que utilizaram a obra para a produção de trabalhos contemporâneos.

Simultaneamente à execução desse trabalho, intensa e extensa investigação foi desenvolvida com o objetivo de se tentar localizar o terceiro volume, de que tradição oral recente registra a provável existência, apesar de nunca efetivamente manuseado pelos que a ele se referem – pesquisadores e pessoas que conviveram com o autor –, todos por mim entrevistados.

Embora levantamentos preliminares realizados tenham indicado, com relativa segurança, a inexistência desse volume, resultado de projeto acalentado pelo historiador e apropriado contemporaneamente como realidade, julguei necessário aprofundar as investigações a fim de que fossem pesquisadas todas as fontes, documentais e orais, então disponíveis e que, com o desenvolvimento dos trabalhos, foram, sucessivamente, identificadas. Tal atividade viria possibilitar, ao lado da remota hipótese da localização dos originais da obra, o oportuno esclarecimento da questão de sua existência, em momento em que ainda podem ser consultadas pessoas que conviveram com o autor. Essa a razão do registro circunstanciado das investigações realizadas.

Obtive a primeira notícia sobre esse terceiro volume, na década de 70, do pesquisador Hélio Gravatá. Em conversa sobre a história da capital, referiu-se ele à provável existência da obra, então em poder dos herdeiros de Abílio Barreto. Tal fato motivou minha proposição ao Conselho Estadual de Cultura, conforme relatado e cujo resultado infrutífero interrompeu as investigações.

Permaneceu a questão em suspenso até o início da preparação da presente edição, quando recebi da Secretaria os exemplares dos volumes I e II, de uso pessoal do autor, bem como seu texto datilografado atualizado ortograficamente, em meados da década de 80, por encomenda da então Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que pretendia, em entendimentos com os herdeiros de Abílio Barreto, promover a reedição da obra. Nessa ocasião, em contatos com o então diretor do Departamento de Cultura da Secretaria, Júlio Márcio Varela Caldeira, conforme seu depoimento atual,<sup>4</sup> o representante da família apenas referira-se à existência dos originais do terceiro volume.

Prosseguindo os atuais trabalhos, a Secretaria recebeu, por cessão de seus herdeiros, acervo de documentos deixados pelo autor, onde, dentre originais diversos, manuscritos ou datilografados, encontram-se notas de pesquisas realizadas. Agrupadas em pacotes ou maços, classificados cronológica ou tematicamente, constituem, sem dúvida, subsídios à redação do terceiro volume, que, possivelmente, teria iniciado a organizar. É oportuna, a propósito,

4 Entrevista concedida em 26 de agosto de 1991.

a transcrição de afirmação sua, indicadora dessa intenção, contida nas “Ponderações Iniciais”, publicadas, como prefácio, no volume *História Média*, em 1936:

“Com a publicação deste 2º volume da nossa despretensiosa memória histórica e descritiva, damos por terminada a parte mais difícil da tarefa que nos impusemos. Resta-nos, agora, levar a cabo o histórico da Capital na sua terceira fase, a contemporânea, isto é, a partir da criação da Prefeitura (1898) até os dias presentes.

Para a realização desse esforço, temos acumulado imenso cabedal documentário e prosseguimos em nossas pesquisas e estudos, com o pensamento de ainda prestarmos mais esse serviço ao nosso Estado e principalmente à nossa Capital.”<sup>5</sup>

Compulsada e listada essa documentação, hoje integrando o acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, nada foi localizado pela professora doutora Maria Auxiliadora Faria, que se incumbiu do trabalho, além do “cabedal documentário” a que se referiu o autor em suas “Ponderações Iniciais”.

Outra importante fonte de investigação, localizada pelo pesquisador Hélio Gravatá, foi a Portaria n. 967, de 1º de outubro de 1958, do então prefeito de Belo Horizonte, Celso Melo de Azevedo, que instituiu comissão encarregada de providências visando à publicação “dos originais inéditos de *História Contemporânea de Belo Horizonte*.”<sup>6</sup>

Sua existência e a forma como que foi redigida podem induzir a se aceitar a hipótese, até agora restrita, como registrado, à tradição oral, da existência do terceiro volume. Impunha-se, pois, apesar de seu caráter oficial, investigar se chegou, de fato, a ser efetivamente cumprida. Tratando-se de ato relativamente recente, foi possível entrevistar o Dr. Mário Lúcio Brandão,<sup>7</sup> hoje residente no Rio de Janeiro, e o jornalista e professor José Mendonça.<sup>8</sup>

Sucessor de Abílio Barreto na direção do Museu Histórico de Belo Horizonte, hoje Museu Histórico Abílio Barreto, o Dr. Mário Lúcio Brandão, atendendo a meu contato telefônico, declarou não se recordar da Portaria e da execução dos trabalhos nela indicados.

Foi a entrevista com o professor José Mendonça, colega de magistério na Universidade

5 BARRETO, Abílio. *Op. cit.*, p. 9.

6 “O Prefeito de Belo Horizonte, no uso de sua atribuição legal, resolve designar como membros da comissão encarregada de estudar e indicar ao prefeito as providências necessárias à coordenação dos originais inéditos de *História Contemporânea de Belo Horizonte*, para publicação e à reedição das obras já publicadas do historiador Abílio Barreto, os senhores Dr. Hélio Vaz de Melo, representando O Globo, Dr. José Mendonça, representando O Diário, Dr. Augusto de Lima Júnior, representando a Academia Mineira de Letras, Dr. Copérnico Pinto Coelho, representando o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Dr. Antônio Augusto de Melo Cançado, representando o Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura e Dr. Mário Lúcio Brandão, representando o Museu Histórico de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1º de outubro de 1958. O prefeito, Celso Melo de Azevedo.”

BELO HORIZONTE. Portaria n. 967, de 1º de outubro de 1958 (Designa comissão). *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 3 de outubro de 1958, p. 13.

7 Entrevista concedida, por telefone, em 30 de outubro de 1991.

8 Entrevista concedida em 17 de outubro de 1991.

Federal de Minas Gerais, que me forneceu elementos para esclarecer as razões da edição, pelo prefeito, dessa Portaria e inferir os motivos de seu não efetivo - e lamentável - cumprimento.

Assinada estando Abílio Barreto ainda vivo, mas já com o estado de saúde bastante debilitado, resultava de campanha jornalística empreendida pelos jornais *O Diário* e *O Globo*.

Iniciada com reportagem publicada em *O Diário*, em 10 de agosto de 1958, sob o título *Ameaçada a História Contemporânea da Capital*, de autoria do repórter Djalma Alves de Azevedo,<sup>9</sup> prosseguia em sucessivas matérias, suas, nesse jornal e não assinadas, publicadas pelo *O Globo*. Em entrevista, Djalma Alves de Azevedo<sup>10</sup> relatou as circunstâncias em que realizou as reportagens, incumbido que era, pela redação de *O Diário*, de elaborar reportagens que abordassem fatos significativos sobre a história da capital. Recordou-se dos contatos mantidos com Abílio Barreto e de ter manuseado “cadernos contendo textos sobre a história de Belo Horizonte e séries de recortes de jornal”, que consultara para a redação de suas reportagens. Não viu, no entanto, o terceiro volume, ainda que apenas iniciado e em versão preliminar, e nem se lembra de ter ouvido do autor referências à sua existência.

José Mendonça, à época diretor de *O Diário* e chefe de redação da então criada sucursal mineira de *O Globo*, não se lembrando da publicação da Portaria, rendeu-se, à sua apresentação, à evidência do documento. E, então, com surpreendente memória, reconstituiu os fatos e as circunstâncias que, à época, teriam motivado a Prefeitura a promover tal ato. A precisão de detalhes que recuperou no tempo, em agradável narrativa, corroborou a hipótese de que, motivada pela campanha jornalística, sua assinatura significou, na ocasião, homenagem do município ao historiador, não se concretizando, no entanto, pela descontinuidade administrativa ocorrida com o término do mandato do prefeito, quatro meses após, em 31 de janeiro de 1959.

O agravamento do estado de saúde de Abílio Barreto ao longo dos meses seguintes e seu falecimento, em 18 de julho de 1959, interrompeu definitivamente os trabalhos da Comissão.

Assim é que *O Diário*, em sua edição de 23 de julho de 1959, em ampla reportagem sobre o autor, lamentava que, apesar de criada a Comissão, “as dificuldades que advieram impediram que se realizasse o último desejo do historiador: ver editado o terceiro volume de sua história,”<sup>11</sup> cuja redação teria sido apenas iniciada, sob sua orientação e com o aproveitamento de suas anotações.<sup>12</sup>

Para concluir esse registro das investigações procedidas, é o próprio Abílio Barreto

9 AZEVEDO, Djalma Alves de. Ameaçada a história contemporânea da capital. *O Diário*. Belo Horizonte, 10 de agosto de 1958, p. 10.

10 Entrevista concedida em 23 de outubro de 1991

11 AZEVEDO, Djalma Alves de. Não realizou o historiador seu último desejo. *O Diário*. Belo Horizonte, 23 de julho 1959, p. 6.

12 *Ibidem*.

quem oferece sólidos argumentos, justificativa mesmo, em sua sensível percepção de historiador, à quase certa inexistência do terceiro volume.

No cinqüentenário da capital, em 12 de dezembro de 1947, publicou no jornal *Minas Gerais*, em edição comemorativa do evento, um *Resumo Histórico de Belo Horizonte (1701-1947)*,<sup>13</sup> relatando que o fez, de forma incompleta, no que se refere ao período posterior à inauguração da capital.

Publicado novamente em 1950, com o mesmo título e em edição ampliada, pela Imprensa Oficial do Estado, registra o autor, em seus “Esclarecimentos”, que seu capítulo V - A Cidade - referente à história contemporânea, se restringe, todavia, a um “... índice, um roteiro para o historiador do futuro...”.<sup>14</sup> Não conseguira, pois, ainda, elaborar, à época, e também em 1958, conforme seu relato a *O Diário*, tal como o fizera nos dois volumes referentes às histórias *Antiga* e *Média*, uma memória histórica e descritiva da cidade. Isto porque, ponderava ser

“ainda cedo para se escrever e publicar a história desenvolvida deste período novíssimo, pois é sabido que a história, em matéria de tempo, é comparável com os vinhos: quanto mais velhos melhores.”<sup>15</sup>

Ainda que, como indica seu título, esse *Resumo Histórico de Belo Horizonte (1701-1947)* apresente, de forma sintética, matéria contida na presente edição, seu capítulo V - A Cidade - contém farta informação, em tópicos, sobre a evolução de Belo Horizonte até o seu cinqüentenário. Também esgotada, essa obra está a merecer reedição.

Até que outro “historiador do futuro”, nas palavras de Abílio Barreto, venha a se dedicar a pesquisas sobre *Belo Horizonte - Memória Histórica e Descritiva* e, até mesmo, prosseguir em sua elaboração, fica, nesta edição, o esforço de historiadores e outros profissionais, do presente, belo-horizontinos por opção, que tive a satisfação de congrega em trabalho exaustivo e prazeroso, realizado de outubro de 1991 a novembro de 1992.

Agradeço, a todos, a alegria dessa congregação. A Berenice Menegale, amiga, à época secretária municipal de Cultura, aos companheiros da equipe indicados na ficha técnica, amigos competentes e dedicados, a Maria Auxiliadora Faria e Ruth Villamarim Soares que, com eficiência e carinho, dividiram comigo os trabalhos de coordenação, às pessoas citadas que, gentilmente, autorizaram a divulgação de seus depoimentos, e a Abílio Barreto, em memória, pela sua obra, que continua viva na cidade que viu nascer.

13 BARRETO, Abílio. *Resumo histórico de Belo Horizonte (1701-1947)* *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 12 de dezembro de 1947, p. 16.

14 BARRETO, Abílio. *Resumo histórico de Belo Horizonte (1701-1947)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.

15 *Ibidem*, p. 14.

## BELO HORIZONTE - MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA: À GUIA DE UMA ANÁLISE CRÍTICA



MARIA AUXILIADORA FARIA

ano de 1936 foi de singular importância na trajetória histórica de Belo Horizonte. Palco de uma festa-evento cujo enunciado discursivo transbordou de Minas para o Brasil, seu espaço urbano constituiu cenário social de uma fala que, sacralizando a política através do 2º Congresso Eucarístico Nacional, justificou, para além da aliança entre Igreja e Estado, o estabelecimento de uma nova ordem que se expressou ano depois, no golpe político que instituiu o Estado Novo.<sup>1</sup>

Entrelaçadas as solenidades do Congresso realizado na semana da Pátria à do Ato Público de 4 de outubro, símbolo do apoio de Minas a Getúlio Vargas, aquelas solenidades “se articularam numa grande festa cívica na qual o discurso de revitalização da fé se transmutou em sacralização da ordem política vigente.”<sup>2</sup>

Foi no contexto dessa “grande festa cívica” que *Belo Horizonte - Memória Histórica e Descritiva* foi entregue aos leitores em dois volumes: História Antiga, em reedição acrescida de um capítulo, e História Média, em primeira edição.

A premência em reeditar o primeiro e editar o segundo volume, para que fossem postos à disposição do público por ocasião dos festejos do Congresso Eucarístico, acarretou, inclusive, pequenos deslizos de revisão tipográfica da obra, conforme justificativa de Antônio Guerra, seu prefaciador e editor, em “Nota Final” inserida no volume História Antiga.<sup>3</sup>

Integrante da chamada “elite intelectual mineira”, Abílio Barreto era um historiador

1 Sobre o significado do 2º Congresso Eucarístico Nacional, ver: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Às vésperas de 37. O novo/velho discurso da ordem conservadora*. Belo Horizonte: 1991. Inédito.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas Gerais entre 1922 e 1936*. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

2 RESENDE, M. E. Lage de. *Op. cit.*

3 GUERRA, Antônio. Nota final. In. BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte - Memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Rex, 1936, v. 1, História antiga.

autodidata preocupado, através de sua escrita, em descrever as características do antigo arraial e do processo de edificação da nova capital. A não-formação acadêmica perceptível ao longo da obra fica explicitamente evidenciada na periodização que utilizou para demarcar os conteúdos dos volumes 1 – História Antiga e 2 – História Média.

Desnecessário lembrar aos leitores em geral, e muito particularmente aos historiadores de ofício, o caráter inadequado dessa periodização aplicada à história do Brasil e, no caso, à história da cidade de Belo Horizonte. Contudo, e é pertinente lembrar, ao transpor para a realidade mineira as balizas demarcatórias da História Universal, Abílio Barreto mirava-se no exemplo de Diogo de Vasconcelos, tido como fundador da historiografia mineira e que em 1901 publicara a primeira versão da *História Antiga das Minas Gerais*, e, em 1918, a *História Média das Minas Gerais*. Havia em ambos o desejo de redimensionar a relação tempo-espaço numa periodização que, sem obedecer aos cânones da ciência histórica, perscrutasse as especificidades da região. Nessa perspectiva, os conceitos de História Antiga e Medieval foram superpostos à realidade mineira como tentativa de capturar as coisas antigas, os antecedentes, o que veio antes, o processo de formação, enfim. À História Moderna e Contemporânea estaria, por certo, reservado o cotidiano mais próximo às experiências vivenciadas pelos autores. Coincidentemente, não chegaram a escrever o que seria, nas suas acepções, a História Moderna e Contemporânea de Minas e da cidade de Belo Horizonte.<sup>4</sup>

Diogo de Vasconcelos só avançou até 1785 “... porque daí em diante vem raiando o episódio da Inconfidência, e esta como fato culminante exige maior tratamento”.<sup>5</sup> Advertência que denota a seriedade com que encarava o pragmatismo ensinado por Tucídides de que “só a verdade dos fatos educa”.

A obra de Abílio Barreto teve como marco final a criação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, chamada, à época, Cidade de Minas. Para relatar “... o histórico da capital em sua terceira fase, a contemporânea”, circunscrita entre 1898 e 1936, o autor dizia “estar acumulando imenso cabedal documentário e prosseguindo nas pesquisas e estudos”, com o firme propósito de “prestar mais esse serviço ao nosso Estado e principalmente à nossa capital”.<sup>6</sup>

As afirmações acima estão contidas nas “Ponderações Iniciais” com que o autor abriu o volume 2 de sua obra e são de grande valia para a compreensão de seu sentido de História. Observe-se, de um lado, que ao considerar seu estudo como “um serviço prestado ao Estado e à capital”, Abílio Barreto revela, desde logo, o caráter pragmático de que, no

4 As discussões em torno da intrincada tarefa de periodização da História do Brasil tiveram início na primeira reunião do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro em 1838. Sobre esse tema ver: RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969, p. 125-144.

5 IGLESIAS, Francisco. *Apud* VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 4 ed.. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 12.

6 BARRETO, Abílio. *Op. cit.* História média, v. 2, p. 9.



seu entendimento, a História devia se impregnar. Percebendo-a como “mestra da vida”, não foi por acaso que chegou às minudências no relato do processo que antecedeu à inauguração da capital. Seu intento era não deixar escapar nenhuma informação, por mais fortuitas que muitas delas possam parecer ao leitor de hoje. Observe-se, de outro lado, a preocupação com o “cabedal documentário”, com as pesquisas e os estudos. Afirmando-se como homem de seu tempo, Abílio Barreto considerava a História como processo linear, em que o tom normativo é a idéia de progresso e o fio condutor para se reconstituir o passado, as fontes documentais e, de preferência, as oficiais. Assim, bem à moda positivista, levou às últimas conseqüências o princípio de que “sem documentos não há história”. Conforme afirmou,

“...não economizamos matéria, no intuito de torná-lo o mais completo que nos fosse possível, não desprezando nenhum documento ou nota que estivesse ao nosso alcance e se relacionasse com a história de Belo Horizonte, guiados pelo desejo de fornecer aos cronistas e historiadores do futuro seguros elementos básicos para outros estudos sobre a capital e evitarmos que se perca, como se perderia seguramente, tão precioso cabedal documentário. (...) *História fonte*, elaborada com elementos fragmentados e volante dos arquivos, a História de Belo Horizonte não poderia deixar de ser *coletora* e o *repositório* dessa documentação, no que ela tem de essencial.”<sup>7</sup>

A louvável iniciativa de transcrever os documentos que considerava pertinentes não se fez acompanhar, e nem era usual à época, de indicações dos locais onde os mesmos se encontravam. Essa carência acarretou, quando se pensou em reeditar sua obra, exaustivo trabalho de retorno às fontes para atualizar as citações de acordo com os padrões de normalização em vigor. O acentuado apego às fontes documentais distancia a obra de Abílio Barreto da obra de Diogo de Vasconcelos, criticado, quase sempre, por não ter citado os documentos que subsidiaram seu estudo.

É importante ressaltar, no caso de Abílio Barreto, que a pretendida “neutralidade científica”, ancorada na verdade do empirismo, assim também sua pretendida isenção enquanto sujeito do discurso histórico, acabou conferindo à obra características de uma crônica, onde do relato ordenado dos eventos e da citação quase enfadonha de documentos não se pode esperar interpretação nem análise crítica do acontecer histórico. Se o autor não assumiu o trabalho como crônica é porque acreditava que os documentos, por si sós, contam e recontam o passado, sem a interferência do sujeito no objeto pesquisado.

7 BARRETO, Abílio. *Op. cit.* História média: Ponderações iniciais, p. 9 (grifo meu).

Movido pela certeza de que na reconstituição de uma *memória descritiva* não havia lugar para significados e análise crítica, Abílio Barreto transferiu, com apurada sutileza, para uma de suas obras literárias, o anseio de se posicionar diante do processo de edificação da capital. Em *A Noiva do Tropeiro*, editado pela primeira vez em 1942, o encontro entre história e ficção, tido por Bomeny como “um encontro suspeito”, se delineou com fluidez, no relato feito pelo coronel José Miguel dos Campos a Leonel.<sup>8</sup> Nesse relato afloram as opiniões de Abílio Barreto sobre o processo de construção da cidade:

“Falou-se então da nova capital do Estado que o coronel havia visitado no mês anterior. Leonel pediu-lhe impressões e ele as deu. Estava tudo no começo naquele *sorvedouro de dinheiro*, onde havia milhares de operários e carroças no serviço da terra. (...) Receava muito que o Estado *se entolasse de uma vez com tanta despesa*. Fora lá para sondar aquilo, ver se valeria a pena mudar-se com sua família, tentar algum negócio rendoso, mas voltara desanimado. Aquilo não era mais para sua velhice.”<sup>9</sup>

Como se evidencia, Abílio Barreto utilizou-se da fala de um velho fazendeiro do norte de Minas para expressar os temores e as críticas dos contemporâneos ao processo de construção da capital, numa clara demonstração de que, para ele, o espaço da crítica não era o da escrita da história, antes, o da literatura.

Todavia, e é interessante observar, na construção da narrativa de *Belo Horizonte - Memória Histórica e Descritiva*, Abílio Barreto deixa implícita a certeza de que seu trabalho não poderia se restringir a relato indiferente, como se fora o trabalho de um simples observador que apenas enumera, ou como o de um cientista que somente demonstra.<sup>10</sup> Não, o seu relato tinha que ir mais além, resultado que era de um esforço apaixonado para transmitir sua própria emoção. Nesse sentido, recuperou, através de comentários, artigos e crônicas de jornalistas da época, o cotidiano do arraial e das transformações por que passava com o inusitado da construção de uma cidade. Expressou-se, pois, não raras vezes, através dos jornalistas e, de modo muito especial, de Alfredo Camarate, intérprete perspicaz de seu próprio sentir em relação à cidade.

São da verve do arquiteto-cronista, Alfredo Camarate, as passagens mais instigantes e saborosas do volume *História Média*. São nelas que se retratam as características da ambiência social e cultural daquele imenso canteiro de obras que se tornaria, a partir de 12 de dezembro de 1897, a capital de Minas Gerais.

8 BOMENY, Helena Bousquet. Encontro suspeito: história e ficção. Dados. Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 83-117, 1990.

9 BARRETO, Abílio. *A noiva do tropeiro*. Romance de costumes mineiros. 2 ed., Belo Horizonte: Livraria Belo Horizonte, 1946. p. 111 (grifos meus).

10 Sobre o engajamento do homem moderno na história e da carga de emoção implícita na escrita da história, ver: ARIËS, Philippe. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Alves, 1989.

História Antiga e Média são um livro só. O marco que os separa é a lei promulgada pelo Congresso Mineiro em 17 de dezembro de 1893, determinando para daí a quatro anos a mudança da capital do Estado para o arraial de Belo Horizonte. Se esse marco é o elo que une os dois volumes, pode ser considerado também uma ruptura, o que confere autonomia a cada um deles. Nesse caso, a leitura de um não se condiciona necessariamente à do outro, pondo à mostra, mais uma vez, o significado da obra como “História-fonte”.

É de suma importância observar que, como previra o autor, *Belo Horizonte - Memória Histórica e Descritiva* é, sem dúvida, uma “História-fonte”, ou, para usar de terminologia atual, uma obra de referência. Como tal, a mais importante, mesmo porque a única existente. Contraditoriamente, a relevância como obra de referência advém não apenas por se constituir em “repositório” de documentação, mas também, e principalmente, do comprometimento do autor com seu objeto.

Mais que um *voyeur*, Abílio Barreto era um apaixonado pela cidade que viu nascer e desenvolver-se. Descrever sua trajetória desde a formação do arraial do Curral del Rei até as solenidades que marcaram a instalação oficial da capital e da criação de sua Prefeitura, foi, por certo, um árduo trabalho, justificado apenas pelo desejo de preservar a memória da cidade que vira menina, tomar, nos anos vinte e trinta, ares de uma jovem senhora.

Abrigando grupo expressivo de escritores e poetas que no Bar do Ponto discutiam as coisas de si mesmos, de Minas, do Brasil e do mundo, essa jovem senhora abrigava também um historiador que lhe perscrutava a memória e lhe descrevia os antecedentes. Nesse exercício, como a lembrar-lhes as “verdades” de seu passado, Abílio Barreto reabilitava para os seus contemporâneos e estudiosos do futuro o que era essencial: Belo Horizonte não era fruto do acaso. Fora desejada e planejada não apenas para sediar o Poder Político, mas também, e sobretudo, para irradiar às diversas regiões de Minas as idéias de progresso e de desenvolvimento econômico.



MICHEL MARIE LE VEN

Encontrar a obra de Abílio Barreto e passar a freqüentá-la numa convivência de quase dois anos, em 1976 e 1977, não foi para mim o resultado de uma curiosidade sobre um livro histórico do qual se folheiam as páginas e se olham as gravuras por um interesse passageiro e sem maiores conseqüências. Encontrar a obra de Abílio Barreto significou para mim presenciar o momento fundante da criação de Belo Horizonte, cidade-capital moderna do Estado de Minas Gerais.

Ler Abílio Barreto respondia a um interesse nascido de um estudo da história das favelas no início da década de 1970, de um trabalho sociológico de remoção de uma favela na região da Cidade Industrial por uma demanda de espaço para as indústrias do “milagre mineiro” e, enfim e sobretudo, de uma pesquisa histórica sobre Belo Horizonte para o Planejamento Urbano da Região Metropolitana dirigido pelo Plambel.

Foi, portanto, o interesse para entender os problemas contemporâneos de uma cidade, que não se resumem em questões tópicas, objeto de soluções parciais. Desenvolvimento e planejamento urbanos são somente aspectos de uma realidade maior na história de uma cidade, que é um ser vivo, espaço humano moldado pela ação de seus habitantes. Mas somente em parte. De fato, uma cidade não é um espaço virgem sobre o qual as vontades, seja dos indivíduos, seja dos grupos sociais e políticos, possam escrever a seu bel-prazer. Uma cidade tem seus condicionantes geográficos e climáticos, seus constrangimentos estruturais e políticos, seus hábitos culturais e seu universo simbólico.

Atuar sobre um espaço urbano depende em parte da virtude de seus habitantes e governantes, mas também da Fortuna, essa “mulher”, como diz Maquiavel, que precisa ser respeitada, conquistada e conservada.

Remover uma favela, entender as relações dos moradores da periferia com o centro, localizar a ação das classes sociais e suas organizações, entender a relação entre cidadãos

e cidadania implicou pesquisar a memória de uma cidade inscrita no espaço. Dessa maneira, o olhar do pesquisador, que é também cidadão, passa a ser um viver com a cidade. Isso significa sofrer quando se destrói um espaço que já foi criado, reconhecer um monumento que se reconstrói como algo familiar e também se alegrar quando a população de novo habita a cidade, como o fez nos anos de 1984 e 1989, nas memoráveis campanhas políticas em que o espaço urbano se tornou espaço público.

É nesse sentido que monumentos, livros, iconografia, memórias, depoimentos e história de vida são as fontes da vida atual. Tudo isso pode ser encontrado em Abílio Barreto. Sua obra se faz encontro obrigatório, porque é testemunho ocular, existencial, amigo, dos primeiros anos de Belo Horizonte. Como o retratista da família, ele olha, reproduz, revela e assim conta a história. Sua obra é ainda mais significativa porque captou o momento privilegiado, o momento da fundação da instituição que é a cidade.

Belo Horizonte tem ainda a originalidade de ser uma cidade “criada” como símbolo do desejo de modernidade. Ela pretende romper com um passado e optar pelo *art nouveau* em sintonia com o mundo moderno. Ao mesmo tempo, a Belo Horizonte-Curral del Rei, sucessora de Ouro Preto e a nova capital de um Estado moderno. Ela pode ter nascido da vontade das elites sociais e políticas, mas, de fato, foi construída por trabalhadores e artistas brasileiros e italianos, conservadores e anarquistas, pedreiros e engenheiros, todos sonhadores de um progresso cultural, agrícola, industrial e comercial.

Abílio Barreto não nos dá evidentemente a compreensão exaustiva do momento fundante de Belo Horizonte, nem explica os nossos problemas atuais. Responder a essas indagações a nós compete. Mas é preciso ler Abílio Barreto, olhar o que ele viu, conhecer os nomes, as datas, as ações, os homens e mulheres que fizeram Belo Horizonte.

Portanto, se deve louvar os promotores da iniciativa de republicar as obras de Abílio Barreto, desejando que sua obra possa chegar ao grande público, quer dizer, ao povo de Belo Horizonte, a todos que, de alguma maneira, têm a ver com a contínua construção desta cidade. Hoje chamada “terceira cidade do Brasil”, “cidade melhor para se viver”, ela carrega na sua história os apelidos que lhe foram carinhosamente dados: “Poeirópolis”, “Cidade Jardim”, “Cidade de Minas”, “Noiva do Trabalho”.

A sua identidade é provavelmente indicada nesses apelidos. Rer Abílio Barreto pode nos ajudar a redefinir a identidade de Belo Horizonte-Metrópole na véspera de seu primeiro centenário.

## A “VOLTA” DA HISTÓRIA

*“... les faits n'existent jamais par eux-mêmes, mais deviennent faits que construits par une théorie qui leur préexiste, qui les met en évidence et dont, en retour, ils sont la preuve”*

Louis Marin



HELIANA ANGOTTI SALGUEIRO

Com a crise da cidade que ocorre hoje em todo lugar, em que se detectam, por um lado, problemas globais partilhados por todas elas e, por outro lado, problemas próprios a cada região ou país, observa-se, em concomitância, uma ‘volta’ à história da cidade. ‘Volta’ a ser entendida não apenas como um olhar retrospectivo sobre o passado por meio de reedições de textos, de álbuns de fotografias e de crônicas locais, que correm, muitas vezes, o risco de não irem além do simples gesto nostálgico de uma memória de fatos, discursos, intenções e imagens. Mas “volta” que se inscreve, sobretudo, num interesse novo pela pesquisa urbana, a ser aprofundada em termos de uma crítica ao mesmo tempo atual e atenta à dimensão histórica dos fatos. A complexidade das questões plurais que tal análise envolve faz com que não haja limites de referências às quais o pesquisador deva buscar. Assim, sabe-se que o estudo da cidade não poderá avançar enquanto não forem revistos todos os textos que a viram nascer. Porém, se a constituição de uma historiografia da cidade se impõe, ela não poderá ser feita sem um esforço coletivo de reflexão, no qual a reedição de ‘clássicos’ – como é o caso da obra de Abílio Barreto sobre Belo Horizonte – constitui um primeiro passo.

Não é nossa intenção analisar todos os aspectos desta obra; só nos cabe aqui fazer algumas considerações do que retiramos de sua leitura. No entanto, parece-nos necessário começar por uma crítica interna das condições culturais da sua elaboração, recolocando-a na sua perspectiva histórica para que o leitor possa melhor compreender sua natureza,

cinquenta anos depois. Em seguida, levantaremos algumas reflexões específicas ao nosso trabalho suscitadas por este livro.

Primeiramente informamos que nos restringimos ao volume II, que trata da “história média” da “memória histórica e descritiva” da nova capital. Desde já, estas palavras-título merecem observações. Se dermos importância ao seu significado léxico, automaticamente compreenderemos tratar-se de um texto datado intelectualmente. Isto porque estamos diante de uma obra organizada ou ordenada (nenhum dos dois termos é inocente) pelo autor, segundo uma periodização cronológica tradicional (história antiga, história média...), própria de uma história evolucionista, tipicamente positivista, em vigor à época, no Brasil. Caracterizada pela narração, enumeração e relação de minúcias factuais em linguagem *descritiva*, esta história é ao mesmo tempo impressão, reminiscência, lembrança, *memória*. Sobretudo deve-se reter essa última feição, pois estamos diante de um livro de história que é ao mesmo tempo “um lugar de memória”; assim queria o próprio Barreto, cujo objetivo explícito era fazer uma “história-fonte”, inquieto pela dispersão, já àquela época, dos arquivos locais.<sup>1</sup> Trata-se então de um livro que transcreve documentos e que tem por objetivo se tornar ele mesmo um documento: obra “coletora”, com função de “repositório” destinada aos leitores “do futuro”. Em relação ao problema da memória (que é também o da preservação), assim escreve Barreto quando Belo Horizonte tinha apenas quarenta anos: “tão precioso cabedal documentário” já desbaratado e dividido arbitrariamente em arquivos de instituições diferentes.

Sabe-se que o problema da memória só se coloca quando se percebe a sua ausência. E hoje, diante do desaparecimento de textos fundadores da cidade, alguns documentos citados por Barreto fazem com que sua obra revista-se de valor igual ao de uma fonte primária. Lê-se, por exemplo, à p.395, um trecho de um “longo artigo” do arquiteto José de Magalhães, que teria sido publicado no jornal *A Capital*, de 28 de janeiro de 1896, o qual só foi localizado recentemente. O parágrafo transcrito por Barreto permitiu-nos associar Magalhães à retórica que circulava então sobre a capital, da qual ele aparentemente não participava; na realidade, seu discurso retoma representações de sua geração – como a do progressismo das cidades-capitais e da sua situação de centralidade territorial – além de afirmar idéias – como a da fraternidade e identidade comunitárias calcadas nas leituras de Saint-Simon e Auguste Comte –, referências correntes no meio dos engenheiros da Politécnica do Rio, onde ele estudou.

Em outro registro, Barreto informa sobre a existência de plantas dos imóveis a desa-

1 A intenção de guardar a memória da história de Belo Horizonte já fora objeto de reflexões do engenheiro Aarão Reis em 1894, ao editar a revista da *Comissão Construtora*, onde se leem os três códigos do discurso urbanístico de caráter científico do século XIX: texto, desenho e número. De igual importância, lembre-se a criação do Gabinete Fotográfico e a edição do Álbum de Imagens como meio de divulgação e propaganda da nova capital, medidas inusitadas para a época. E ainda, inscrito nos atos de fundação da memória de Belo Horizonte, registre-se a criação da biblioteca e do museu da Sociedade Literária Belo Horizonte, de cujo acervo não se têm mais notícias.



propriad e de projetos das casas-tipo, documentos fundamentais para uma reconstituição morfotipológica da cidade, hoje desaparecidos.

Afirma-se que ‘a historiografia de uma cidade nasce com ela’ – e, sob esse aspecto, Belo Horizonte foi privilegiada com a edição da revista da *Comissão Construtora* –, e que “cada cidade tem seu historiador” (cf. VILLE. *La nouvelle histoire*, 1978). Assim, Abílio Barreto, que tinha 14 anos na inauguração da cidade, afigura-se como uma testemunha presencial dos momentos-chave da sua crônica cotidiana: a relação pessoal ao objeto está inscrita no seu texto, marcado, naturalmente, por um “patriotismo provincial” a ser entendido nas condições intelectuais do seu tempo. Igualmente deve-se entender o primado da história política ou da *mise en scène* da epopéia pela observação das “circunstâncias de lugar, tempo e pessoas”, como se lê na epígrafe do padre Francisco Martins Dias de 1897, escolhida por Barreto para anteceder seu livro. Temas que seriam atualmente submetidos a uma crítica conceitual e a um enfoque diverso.

Da mesma forma, se as biografias intelectuais são hoje consideradas como um elemento exemplar para compreender uma estrutura contextual, na época em que escreveu Barreto elas não passavam de retratos superficiais de “grandes personagens”, de caráter psicologizante ou laudatório.

Porém, uma observação se impõe: se a história oficial é prioritária no discurso de Barreto, não significa que ele deixe de fazer uma história social da cidade, fornecendo, pela descrição do seu cotidiano, dados básicos à reconstituição de uma antropologia urbana. Uma multiplicidade de temas aflora – mesmo se de forma anedótica ou por meio de um encadeamento de citações sem comentários –, à espera de pesquisas aprofundadas: questões como a criminalidade, o comportamento demográfico (mobilidade e migração), para citar apenas alguns exemplos na série de interrogações possíveis sobre os indivíduos no espaço social da cidade.

Assim, para o historiador que lê hoje *Belo Horizonte - Memória Histórica e Descritiva*, trata-se de ir além das aparências da história narrativa, reter informações que ela fornece cruzando-as com outras a fim de construir relações que não as dependentes do registro do fato “puro”. Ao inverso da “história-registro”, de pretensão científica, que lia o documento literalmente e narrava os fatos em cadeia, trata-se hoje de “desconstruir” as condições em que o documento foi produzido, reconstruindo as redes culturais do seu contexto e ultrapassando os limites de sua formulação. Enquanto Barreto escreve como “espectador”, baseando sua opinião mais sobre o documento que sobre a interpretação pessoal, o historiador atual coloca questões e respostas novas ao documento, indo além do gesto acríico que se contentava em reescrever os arquivos.

A leitura de Barreto foi então significativa para as reflexões de minha tese sobre Belo Horizonte, inscrita no quadro de uma “história da arte como história da cidade”, que se situa no cruzamento da história do discurso urbano da modernização e da transferência e transformação de modelos arquitetônicos franceses e italianos no Brasil, níveis que se associam numa

pesquisa interdisciplinar, cuja unidade se apóia numa história cultural do século XIX.

Dentre as questões suscitadas pelo livro de Barreto, escolho ainda duas: a primeira, de ordem textual, refere-se à importância das crônicas de Alfredo Camarate (um dos documentos mais usados por Barreto), e a segunda, de ordem da imagem (constam do livro mais de cinquenta fotografias de época e três panoramas). A leitura de uma e o olhar sobre a outra permitiram-nos uma série de observações.

Sabe-se que o arquiteto português Alfredo Camarate é autor de crônicas que tratam da concepção e primeiros tempos da construção de Belo Horizonte, da qual foi testemunha.<sup>2</sup> Essas crônicas contêm menções passageiras aos textos de formação de José Magalhães e Aarão Reis, respectivamente, arquiteto e engenheiro da nova capital, textos que colocam a história de Belo Horizonte numa rede cultural de referências sobre a arquitetura e o estudo da cidade presentes no debate europeu, especialmente, francês. Pudemos, assim, tecer relações entre os raros comentários de Magalhães sobre arquitetura (dos quais Camarate era porta-voz) e os textos que circulavam em Paris quando aquele lá estudou, na *École des Beaux-Arts*. Particularmente destaco os textos dos irmãos saint-simonianos, Jean e Léonce Reynaud,<sup>3</sup> por sinal também evocados pela geração progressista pré-republicana, no Rio, da qual fizeram parte Aarão Reis e outros membros da Comissão Construtora da Nova Capital, bem como fragmentos do *Entretiens sur l'Architecture*, de Viollet-le-Duc, imperceptíveis ao leitor menos avisado.

Outras questões foram levantadas a partir de alusões rápidas feitas por Barreto. Ele observa que o médico da Comissão Construtora havia adquirido as obras de Jules Rochard, as quais, sabe-se, são fundamentais no discurso higienista francês da época; por isso impõe-se como pertinente uma relação entre os textos de Rochard e a legislação que regula as construções de Belo Horizonte.

Pudemos constatar, a partir de relações como esta, que a ausência de um discurso sistemático, no Brasil fim de século, sobre a cidade e a arquitetura não significa que questões do debate internacional não estavam presentes entre nós; os exemplos abundam em todo o século XIX de como instituições e pessoas funcionavam como mediadoras culturais. Neste quadro, Belo Horizonte inscreve-se como um momento privilegiado, um estudo de caso de importância exemplar que permite abordar toda uma série de problemas globalizantes.

No que concerne à segunda questão que nos propomos comentar, a das imagens – as quais Barreto usa generosamente –, observa-se uma reiteração cronológica reflexiva do

2 Reeditadas pela revista do *Arquivo Público Mineiro* (ano XXXVI, 1985) e precedidas de uma apresentação do professor Francisco Iglesias, que lamentou recentemente, não sem razão, a pouca repercussão que tiveram junto aos historiadores da cidade. Merece também destaque o levantamento bibliográfico sobre Belo Horizonte feito por Hélio Gravatá, publicado na revista do APM, ano XXXIII, em 1982.

3 Ver sobre a questão, meu artigo: *La pensée française dans la fondation de Belo Horizonte: des représentations aux pratiques*. *Revue de l'Art* (Haussmannisme), Paris, CNRS, n. 106, 1994.

texto. Elas são também organizadas de forma evolutiva, como função ilustrativa do discurso, conforme prática da época, sem ser objeto de análise específica. Fica, portanto, implícita, na seqüência temática das fotografias – velhas casas do Curral del Rei, estação triangular de entroncamento, trechos de ruas, pessoas, projetos novos e panoramas –, uma questão fundamental: a da *metamorfose*. Conceito presente nas descrições da época e afirmado pelas imagens escolhidas por Barreto, que implica tanto a oposição clássica entre o antigo e o novo quanto a afirmação da transformação e do contraste. Se buscarmos as intenções dos textos fundadores da cidade, fica explícito que as imagens novas devem entrar em cena para “causar efeito” e “provocar impressões”. Mas, como perceber a eficácia da visibilidade hoje, se Belo Horizonte se transfigurou a ponto de romper em quase todos os níveis com sua imagem inicial? Não poderíamos recuperar a percepção da paisagem urbana dos primeiros tempos pelas imagens que Barreto insere no seu livro? Um passeio imaginário do olhar na largueza desdobrada dos três panoramas fotográficos permite-nos ver como era a capital: vasto canteiro de obras, vegetação interrompida aqui e ali pela descontinuidade de vazios, bairros em formação, casario novinho no “gradeado” poeirento das ruas a dominar os restos das casas antigas. Muitos pontos numerados e identificados por Barreto, conhecedor dos lugares do lugar. No percurso, elevando-se acima de tudo, os edifícios públicos da esplanada artificial fazem figura de monumentos vistos de toda parte. Embaixo do cenário, em primeiro plano, barracões provisórios e cafuas são “notas dissonantes” que o fotógrafo não pôde excluir. A coabitação da “ordem” e da “desordem”, ou melhor, o contraste jamais superado entre a cidade real e a cidade ideal é questão da atualidade, que esses panoramas nos permitem reencontrar na sua dimensão histórica.

Se a solução dos problemas que afligem a cidade parece ser o grande debate deste fim de século, uma ação comum de reestruturação de sua urbanidade e de reflexão sobre sua história, ou um diálogo entre o poder e o saber se impõem, para que ela saia do impasse.

## BREVE NOTÍCIA SOBRE A VIDA E A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE ABÍLIO BARRETO

JOSÉ CLÁUDIO DE ALMEIDA ABREU



Abílio Velho Barreto<sup>1</sup> nasceu a 22 de outubro de 1883 em Diamantina - MG, em uma rua que hoje tem o seu nome. Seus pais, Francisco Velho Barreto e Josefina Vieira Barreto, eram também naturais desta tradicional cidade mineira.

Iniciou o curso primário em Santa Bárbara, continuando-o em Rio Manso, no município de Diamantina, e veio terminá-lo em 1894 na cidade de Diamantina.

Em 1895, com quase 12 anos de idade, veio com sua família para Belo Horizonte e morou inicialmente num sítio que seu irmão mais velho, Raimundo Velho Barreto, adquirira nas Piteiras.

As primeiras impressões que teve o menino sobre a cidade, então em plena construção, estão narradas no capítulo IV da 2ª parte da História Média de *Belo Horizonte - Memória Histórica e Descritiva*.

Algum tempo depois, Abílio e sua família mudaram-se para uma casinha no final da Rua de Santana, perto de onde se localiza hoje o Palácio da Liberdade.

Teve empregos bastante humildes no início de sua vida aqui em Belo Horizonte.

Trabalhou como comerciário em um armazém situado às margens do córrego do Leitão. Depois empregou-se como distribuidor do jornal *Belo Horizonte*, e mais tarde como distribuidor do jornal *A Capital*, os dois primeiros jornais que se editaram em Belo Horizonte.

Depois trabalhou como contínuo numa seção da 9ª Divisão da Comissão Construtora da Nova Capital, o que lhe permitiu ver de perto as agruras e dificuldades por que passaram os funcionários da referida comissão à época da construção da cidade. Mui-

1 Os dados constantes desta biografia baseiam-se em Augusto Fernandes (*Nobre vida - Abílio Velho Barreto*. Belo Horizonte, 1950).

tas dessas lembranças figuram na História Média de *Belo Horizonte - Memória Histórica e Descritiva*.

Trabalhou como comerciante num armazém situado à Rua do Capão e mais tarde numa casa de ferragens na Avenida Amazonas.

Fez ainda em Belo Horizonte alguns cursos isolados, freqüentou alguns preparatórios, porém não chegou a fazer nenhum curso superior.

Em 1898 foi admitido, como aprendiz de tipógrafo, na Imprensa Oficial. Nessa repartição estadual esteve boa temporada chegando mesmo a fazer carreira. Trabalhou como tipógrafo, conferente de revisão, revisor, chefe de revisão e, algumas vezes, até como redator do *Minas Gerais*, órgão oficial do Estado. Quando deixou a Imprensa Oficial, foi agraciado com honroso atestado.

Em 1917 foi transferido para a Secretaria de Finanças, como segundo oficial.

Em 1920 foi indicado pelo governo para organizar e dirigir a Feira de Gado de Paraisópolis, cidade à qual prestou muitos serviços até 1922. Redigiu ali o jornal *O Paraisópolis* e ali também fundou o Clube Literário e Recreativo Bueno de Paiva, que dirigiu até retornar a Belo Horizonte.

Da Secretaria das Finanças transferiu-se, em 1924, para o Arquivo Público Mineiro, tendo sido promovido a primeiro oficial, cargo em que se aposentou, em 1934, depois de prestar relevantes serviços à administração estadual.

Em 1935 recebeu do prefeito Otacílio Negrão de Lima convite para dirigir o Arquivo Municipal, cargo que desempenhou com muita competência.

Em 1941, ainda como diretor do Arquivo Municipal, recebeu do prefeito Juscelino Kubitschek de Oliveira convite para organizar e dirigir o Museu Histórico de Belo Horizonte. Abílio aceitou o convite, inaugurou solenemente o Museu, em 1943, e o dirigiu durante três anos.

Em 1946 foi nomeado secretário da Prefeitura de Belo Horizonte, permanecendo neste cargo até 1952. Acrescente-se que o Museu Histórico ficou subordinado a esta secretaria.

Por decreto de 27 de junho de 1945 do prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Abílio foi nomeado membro da comissão promotora das solenidades comemorativas do cinquentenário da capital e, em seguida, eleito presidente da mesma comissão.

A atividade jornalística sempre foi uma constante na vida de Abílio Barreto. Colaborou em quase todos os jornais e revistas publicados em Belo Horizonte e também no Rio de Janeiro, São Paulo e em várias outras cidades mineiras e do Brasil. Trabalhou como repórter e chegou mesmo a fundar alguns jornais e revistas.

Abílio Barreto foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e do Instituto Histórico de Ouro Preto. Fez parte da Academia Fluminense de Letras e no Instituto de Estudos Diamantinos ocupou a Cadeira n. 3, que tem como patrono

Artur França; e em 1926 foi eleito membro perpétuo da Academia Mineira de Letras, substituindo a Estêvão de Oliveira, na Cadeira n. 18, que tem por patrono Manuel Inácio da Silva Alvarenga.

Em 21 de outubro de 1908 Abílio Barreto casou-se com Nogueirinha Augusta Nogueira. Desse casamento nasceram os filhos Hélio, a 2 de setembro de 1909, Helianto, a 6 de fevereiro de 1911, e Lísio, a 8 de junho de 1912. D. Nogueirinha veio a falecer em 22 de dezembro de 1930 e Lísio, a 20 de setembro de 1933.

Abílio Barreto casou-se em segundas núpcias com Hilda Zignago de Araújo Porto. Desse consórcio teve o casal um filho, nascido a 9 de março de 1935, que recebeu o nome do pai.

Abílio Barreto morreu a 17 de julho de 1959.

A produção literária de Abílio Barreto é variada. Autor de alguns modestos livros em verso e prosa<sup>2</sup>, disse ele nas "Palavras Preliminares" à sua obra *Belo Horizonte - Memória Histórica e Descritiva - História Antiga*. Na verdade, incursionou por todos os gêneros literários: poesia, romance, teatro. Acompanhemos-lhe a passagem por estes caminhos. Começemos pela poesia.

É extensa a obra poética de Abílio Barreto. Publicou inicialmente quatro livros de versos: *Vernais* em 1905 (Belo Horizonte: Imprensa Oficial), *Coralinas* em 1909 (Belo Horizonte: Imprensa Oficial), *Matizes* em 1910 (Belo Horizonte: Tipografia Beltrão e Companhia) e *Lis* em 1912 (Belo Horizonte: Tipografia Beltrão e Companhia). Mais tarde, em 1931, publicou *A Última Serenata* (Belo Horizonte: Oficinas Gráficas de Oliveira, Costa e Companhia).

Porém o livro que o consagrou como poeta foi, sem margem de dúvida, o opúsculo *Cromos*, que mereceu quatro edições. A primeira edição de *Cromos* é de 1918 (Belo Horizonte: Tipografia Athene), a segunda é de 1924 (Belo Horizonte: Oficinas Gráficas de Oliveira, Costa e Companhia), a terceira é de 1945 (Belo Horizonte: Oficinas Gráficas de Oliveira) e finalmente a quarta de 1952 (Belo Horizonte: Veloso e Companhia Ltda).

*Cromos*,<sup>2</sup> "meu feliz livrinho", como disse o poeta mais de uma vez, compõe-se de 92 sonetos, forjados à maneira de B. Lopes. Abre o livro o soneto "Intróito" redigido em versos decassílabos. Os demais - excetuando o de n. 78, que apresenta versos tetrassílabos ou versos quebrados de redondilha maior - são redigidos em versos heptassílabos, também chamados de redondilha maior. O verso heptassílabo é o metro preferido para as quadras e trovas populares e também para as cantigas de roda e desafios. Daí a popularidade de que gozaram esses versos.

Como indica o título, o livro *Cromos* apresenta nada mais do que quadros estáticos, pequenas estampas, delicadas pinturas de cenas do dia-a-dia. Em outras palavras, são fotos instantâneas do cotidiano. É como se o autor surpreendesse o momento e

2 BARRETO, Abílio. *Cromos*. 4. ed., Belo Horizonte: Veloso, 1952.

registrasse a cena no instante em que ela ocorre. E essas cenas se alternam entre jocosas e tristes, banais e graves... É assim que vemos o viandante que passa pela estrada a cavalo, velhos jogando gamão, namorados em colóquio amoroso, a coroação de Nossa Senhora, o gigolô da bailarina espanhola que, aborrecido, fuma a um canto, o leilão da festa religiosa, a moça que sobe ao bonde e mostra um roliço palmo de perna, moças fantasiadas desfilando no curso do carnaval, lavadeiras à beira do rio, o netinho que cavalga no avô, os pais que depositam presentes no sapatinho dos filhos na noite de natal, a moça tuberculosa que vai ao campo ver se melhora da tosse, noite de São João na fazenda, a mãe que reza porque os filhos sentem frio e fome dentro do rancho, a batida do monjolo, a emoção do primeiro beijo, damas no salão ricamente vestidas esperando o toque para a quadrilha, o primo que, pela fechadura, olha a sinhazinha trocando a roupa...

Fecha o livro o soneto “Tenho-te n alma o retrato”, uma tácita confissão de amor filial - à terra e à mãe - cujo texto reproduzimos aqui integralmente:

*Tenho-te n alma o retrato  
Trago-te bem na retina,  
Berço meu saudoso e grato,  
Minha terra - Diamantina!*

*Vejo a casa: é pequenina.  
Murmura ao lado um regato.  
Em frente há muros em ruína  
Roseiras bravas e mato.*

*Desce a rua em rumo à “Palha”  
E, à esquerda... Oh! não me falha  
Nada de tudo que vi...*

*Lá está minha mãe rezando  
E eu, junto dela brincando,  
Na casinha em que nasci...*

Muito bem recebido pela crítica parece ser o soneto de n. 77, “Bate, bate noite e dia”. Na verdade um perfeito cromo. Mário Mendes Campos, em artigo de jornal de 1919, afirma que neste soneto “se percebe que a alma do poeta sabe penetrar e auscultar a alma ignota das coisas”.<sup>3</sup>

3 CAMPOS, Mário Mendes. Cromos. *O Dia*. Juiz de Fora, 2 de junho de 1919.

Abaixo transcrevemo-lo:

*Bate, bate noite e dia,  
Bate, bate sem cessar.  
Na grota funda e sombria  
O monjolo a triturar.*

*Sua alma é a monotonia,  
O seu destino é britar,  
E assim batendo anuncia  
Que há fartura pelo lar.*

*Tam, tam, tam, de longe escuta  
Quem vai ou vem na labuta  
À luz do sol ou do luar.*

*Ouvi-lo ao campônio é doce,  
Como se o monjolo fosse  
Uma araponga a cantar.*

Tomado de entusiasmo por *Cromos*, assim o define Arduíno Bolivar ao dirigir-se a Abílio Barreto: “O teu livro é *champagne* bebido em taça de cristal”.<sup>4</sup>

Já Tasso da Silveira destaca o aspecto confessional, o desnudamento do ser que se evidencia nesse gênero de poesia, quando diz: “Creio ter ficado bem senhor de sua alma, lendo as páginas de inspiração tão simples e espontânea que sua pena deliciosamente traçou”.<sup>5</sup>

Carlos Góis, ao comentar o livro, profetizou-lhe a popularidade e comparou o seu autor ao pai e mestre do gênero, Bernardino da Costa Lopes: “Abílio Barreto foi, em Minas, o iniciador dos *Cromos* - desses pequenos quadros ou ‘manchas’ em sonetos de redondilha, de que B. Lopes foi o criador no Brasil. Gênero difícil pela expressão sintética, pela simplicidade, pelo colorido e pelo rimário - Abílio Barreto soube contornar e vencer com rara galhardia todos os seus óbices: muitas das suas produções naquele gênero B. Lopes as subscreveria, e algumas, não raro, sobreexcedem ao próprio criador. Na vasta bagagem literária do autor de *Lis*, *Cromos* ficará como o seu livro de maior expressão e o de mais lata popularidade”.<sup>6</sup>

4 BARRETO, Abílio. *Cromos*. 2. ed., Belo Horizonte: Oliveira, Costa, 1924, p. 23: Excertos críticos.

5 BARRETO, Abílio, *Op. cit.*, p. 27

6 BARRETO, Abílio. *Cromos*. *Op. cit.*



E José Oiticica, referindo-se a *Cromos* em artigo de jornal de 1918, não obstante dirigir ao poeta algumas advertências no sentido de aprimorar-lhe, ainda mais, o gênero de poesia ao qual se dedica, não deixa de elogiar-lhe o livro: “O senhor Abílio Barreto vê o mundo e a vida como se andasse numa pinacoteca. Seus sentidos se condensam na retina. Ele vê as coisas e os homens e tem o anseio de pintá-los em conjunto, em paisagens, em quadrinhos tomados do natural. Seu livro é uma galeria de miniaturas em que dispersou a alma curiosa um tanto frívola mas sincera...”<sup>7</sup>

Além dos citados, mereceu o livro de Abílio Barreto a crítica de muitos outros renomados intelectuais da época, como Aníbal Machado, Oswaldo Araújo, Djalma Andrade, Belmiro Braga, João do Rio, Olavo Bilac, para citar somente alguns.

Belmiro Braga agradece ao poeta o prazer de ter usufruído da leitura do seu livro com duas quadrinhas, que publicou em 1918:

*“Abílio Barreto, os Cromos,  
Depois de atenta leitura,  
Me fazem crer que são gomos  
De abacaxi: Que doçura!”*

*Entre um grave e um inocente,  
Vem um triste e dois joviais;  
E finda a leitura a gente  
Lambe o beijo e pede mais...”*<sup>8</sup>

No romance o destaque vai para *A Noiva do Tropeiro*.<sup>9</sup>

O romance refere a história de Sinhaninha - Ana Angélica - e do tropeiro José Lucas, que se amam apaixonadamente. Vencidos os empecilhos que impediam a aproximação dos dois, o casal finalmente acerta o noivado e fixa data para o casamento. Nada mais os separaria. José Lucas, no entanto, é vítima de uma emboscada e ferido fatalmente por um inimigo a quem surrara - por defender a própria honra e a de sua noiva - na noite anterior dentro de um circo, em pleno espetáculo. Sinhaninha, com o “sistema nervoso deprimido” - pois sofrera durante dois meses na adolescência, nos tempos do Colégio Nossa Senhora das Dores em Diamantina, uma febre tifóide - entra em nova crise, o que a leva à loucura.

O cenário? A histórica cidade de Diamantina e seus distritos.

O próprio autor classifica o livro de romance de costumes mineiros. E, de fato, em

7 OITICICA, José. Crônica literária. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de julho de 1918.

8 BARRETO, Abílio. *Cromos*. 4. ed.. Belo Horizonte: Veloso, 1952. Esclarecimentos sobre as quatro edições deste livro.

9 BARRETO, Abílio. *A noiva do tropeiro*. 2. ed.. Belo Horizonte: Livraria Belo Horizonte, 1946.

todo o romance se nota a marca da mineiridade, com insistência, é claro, no diamantinense.

É assim que vemos, por exemplo, na bem servida mesa do Sr. Eulgêncio e de D. Isabel, o frango ao molho pardo com angu, o arroz solto fumegante em panela de pedra, enrodilhado de linguíça, o feijão temperado com mostarda, as couves picadinhas com entrecosto, o lombo de porco e o quibebe de moranga com quiabos. Tudo isto acompanhado pela pinga, que era prerrogativa dos homens, e pelo delicioso vinho do Seminário de Diamantina.

Depois do almoço, obsequiam os noivos à maneira diamantinense, cantando-lhes coretos como o “Zum, zum” e o “Peixe vivo”,<sup>10</sup> este último para deixar bem claro o que sente o casal enamorado.

Não falta o espetáculo do circo que chega ao arraial em meio a muita festa e cuja estréia é anunciada pelo palhaço que, “montado de frente para o traseiro de um cavalo pampa”, diz: “Hoje tem espetáculo?” e a meninada em delírio frenético responde: “Tem, sim, sinhô!”<sup>11</sup>

E à noite? Os tropeiros, antes de se recolherem aos seus couros e redes, narram longas histórias em torno ao fogo. Nos largos, crianças brincam os seus recreios infantis: “Viuvinha de parte da lei”, “Eu sou pobre, pobre, pobre” ..E ao longe se ouvem as notas de um piano, e pouco a pouco se distingue a melodia: “Lamentos de Etelvina”, “deliciosa partitura do grande musicista diamantinense Pururuca”.<sup>12</sup>

E por aí vai... com todos os ingredientes de um romance de costumes mineiros sem faltar, é lógico, a mãe preta, a mãe de criação de Sinhaninha, exemplo vivo de amor, abnegação, carinho e fidelidade.

O ilustre conterrâneo de Abílio Barreto, Juscelino Kubitschek, em carta ao autor,<sup>13</sup> diz que foi aqui no seu recanto da Pampulha, onde veio para restabelecer-se de uma operação cirúrgica, que leu o seu romance. Assevera Juscelino:

“Através das suas descrições singelas e exatas, revi os sítios nele fotografados, com tal nitidez, que, por várias vezes, me senti nos locais em que se desenrolaram as cenas emotivas ou serenas de seu enredo encantador”.

E segue mais adiante:

“Nas páginas do seu livro percorre-se sofregamente o panorama atraente do longínquo sertão norte mineiro, sentindo que você casou, num

10 BARRETO, Abílio. A noiva do tropeiro. *Op. cit.*, p. 239.

11 *Ibidem*, p. 231

12 *Ibidem*, p. 64.

13 *Apud* BARRETO, Abílio. *Op. cit.*, p. 286: Considerações necessárias.

encanto singular, a emoção da terra, desataviada e simples, com a paisagem humana, rica dos complexos sentimentos que a sua sensibilidade, com um lavor de artista, nos soube desenhar.

A psicologia do habitante do sertão só pode ser traçada por quem possua, como você, além do *esprit de finesse* o seguro conhecimento de como brotam e se expandem, na serena quietude dos povos e fazendas, a clara flor dos sentimentos que, na sua profundidade, levam até ao sacrifício e à loucura, como no episódio sugestivo e melancólico de Sinhaninha.

O patrimônio intelectual mineiro tem em você, meu caro Abílio, uma de suas mais fúlgidas expressões; e os belo-horizontinos, que sentem grande orgulho e carinho pelo criador da sua História, maiores homenagens espirituais lhe tributariam ainda, se lhes fosse dado o prazer da leitura que você, ontem, me proporcionou e pelo qual lhe envio, além de calorosas felicitações, o mais cordial agradecimento”.

Opinião abalizada. Justa e pertinente.

E Abílio justifica a sua obra quando afirma<sup>14</sup> que, dentre outros, dois motivos centrais o levaram a escrevê-la: em primeiro lugar, o anelo veemente de render uma homenagem à sua terra natal, através da pintura em prosa da vida e costumes de tempos passados; e, depois, o de fixar, literariamente, as figuras da tropa e do tropeiro, responsáveis pela veiculação de toda a fortuna que circulou por aquelas terras, e que, desafortunadamente, foram desaparecendo à medida que foram avançando os modernos meios de transporte.

O romance de Abílio Barreto gozou de certa popularidade. Atestam-na as duas edições quase sucessivas que se fizeram do livro – a primeira, de 1942, pela Sociedade Brasileira de Difusão Cultural, no Rio de Janeiro, e a segunda, de 1946, pela Livraria Belo Horizonte (impresso nas oficinas da Revista dos Tribunais em São Paulo) –, assim como a adaptação que se fez do romance para rádio-novela. Esclarecemos que essa adaptação se encontra em texto datilografado no Arquivo Abílio Barreto, atualmente incorporado ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Deixou também o autor o esboço de um romance chamado *Dolores* – romance em cartas. Esse romance foi publicado somente em folhetim e, pelos documentos que constam do Arquivo Abílio Barreto, parece-nos que houve mais de uma publicação e com versões diferentes. Através do prólogo do livro que leva o título de “Como me veio esta novela”, poder-se-á ter uma idéia do que seja o romance, assim como conhecer-lhe o enredo. Ei-lo:

14 BARRETO, Abílio. *A noiva do tropeiro*. Op. cit., p. 288.

“Devo a um parente do Dr. Carlos Barbosa esta novela, onde se encontra, palidamente embora, descrita a infeliz viagem da desventurada Dolores a Minas, toda a correspondência que teve com sua amiga e confidente Elisa e os últimos acontecimentos de sua vida que, de tanto amargurá-la, levaram-na ao túmulo, na encantadora fazenda dos Palmares, propriedade de um seu tio e onde a infeliz moça viera refazer sua saúde combalida por sofrimentos físicos e morais.

Ver-se-á no decorrer desta novela que Dolores foi mais uma entre as muitas mártires do amor, que o sonharam e pretenderam realizá-lo acima das maldades e dos defeitos humanos.

As almas bem formadas não de lágrimas verter, como verti, quando chegarem ao termo desta triste história, penalizadas pela sorte da moça infeliz que, vindo buscar no campo a vida, aí encontrara a morte, precedida de atrozes sofrimentos ”

No teatro encontramos duas obras curtas.

*O Avô* - peça em um ato - foi publicada em 1912, em Belo Horizonte, pela Imprensa Oficial. Recebeu mais tarde o nome de *O Presente de Vovô*, conforme cópia datilografada encontrada no Arquivo Abílio Barreto. O enredo é banal: no dia em que a neta, órfã de pais, completa seus dezoito anos, o avô - um velho zeloso e ciumento da menina que criara como filha e com quem vivera até então - lhe dá um presente de aniversário: o consentimento para que ela se case com o vizinho.

*S. Exª o Amor*, comédia em três atos, como foi anunciada pelo autor, é obra inédita. Recebeu inicialmente o curioso título de *Noivos em Penca* e, conforme manuscrito encontrado no Arquivo Abílio Barreto, seria uma opereta. A peça narra a artimanha de Laura que, no dia do casamento negociado pelos pais, rechaça o noivo a quem não amava e anuncia novo compromisso com Mauro, rapaz que conhecera há pouco em um convescote e a quem queria de verdade. A cena transcorre perante os convidados para as bodas, entre os quais se encontram os seus íntimos amigos - Eudóxia, Conrado, Floriano e Lúcia - que, contagiados pela euforia dos noivos, também acertam seus casamentos. E levantando as taças, todos em coro dão entusiásticos vivas ao amor. Linguagem artificial, lugares-comuns e trocadilhos corriqueiros são os ingredientes dessa peça que nada mais é do que uma operística exaltação do amor.

Merecem ainda menção os dois discursos pronunciados pelo autor na Academia Mineira de Letras no ano de 1926. O primeiro é o seu discurso de empossamento na Academia - sobre Silva Alvarenga, o patrono da Cadeira n. 18, que Abílio ocupou. Proferido em sessão do dia 26 de junho do citado ano, este discurso acha-se publicado na *Revista do Arquivo Público Mineiro* (ano XXI, fasc. 1, p. 77 a 96). O segundo, um discurso biográfico sobre Estêvão de Oliveira, a quem sucedeu na Academia, foi pro

nunciado na sessão do dia 22 de setembro do mesmo ano e publicado na *Revista da Academia Mineira de Letras*, v. IV, p. 257 a 280.

Publicou também em 1914, pela Imprensa Oficial de Belo Horizonte, o opúsculo *Viagens e Conferências* e chegou ainda a anunciar a publicação de *Contos e Fantacias* e *Palestras Literárias*, livros que não vieram à luz.

Ao fecharmos estas notas sobre a vida e a produção literária de Abílio Barreto, devemos acrescentar que alguns de seus livros mereceriam uma releitura, uma revitalização à luz da nova crítica. É o caso de *Cromos* e *A Noiva do Tropeiro*, que tanto interesse despertaram no passado. E por que não uma reedição também dessas obras? Fica aqui a sugestão.

## NOTAS EXPLICATIVAS À PRESENTE EDIÇÃO

É importante ressaltar, inicialmente, que na presente reedição da obra de Abílio Barreto o volume referente à *História Antiga* está em sua 3ª edição. A primeira é de 1928; a segunda, de 1936; e a terceira, de 1995. Quanto à *História Média*, esta é a segunda edição, sendo a primeira de 1936.

O autor fez inúmeras anotações complementares à margem da edição de 1936, *História Antiga e Média*. Essas anotações foram incorporadas à presente edição, realçadas em negrito. As notas originais do autor mantêm-se em rodapé e são indicadas através de asteriscos.

As notas de atualização, resultantes de extensa pesquisa historiográfica e bibliográfica, vêm ao final de cada capítulo, numeradas em algarismos arábicos. Dentre estas, há inúmeras biografias. É preciso esclarecer, no entanto, que esses dados biográficos contemplam, principalmente, nomes que tiveram relevância no processo de construção da Cidade, notadamente os ocupantes de cargos de chefia da Comissão Construtora da Nova Capital.

Quanto às biografias de personalidades da elite política citadas pelo autor, indica-se para consulta o *Dicionário Biográfico de Minas Gerais* - período republicano 1889-1991 - coordenado pela Drª Norma de Góes Monteiro e publicado recentemente pelo Centro de Estudos Mineiros da UFMG e Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

A presente edição foi acrescida de dois índices: onomástico e toponímico. O índice onomástico inclui, além dos nomes, os títulos das personalidades citadas (capitão, conde, padre, etc.). Não inclui, no entanto, personalidades estrangeiras citadas esporadicamente pelo autor. No índice toponímico não se mencionam locais fora do Estado ou País. Da mesma forma, optou-se por não incluir informações contidas em mapas e plantas. As informações do autor foram rigorosamente consideradas. Quando conflitantes, utilizou-se a forma mais comum. Exemplo: Arrudas aparece no texto como ribeirão, córrego e rio. Foi utilizada a toponímia de rio, por ser a mais conhecida atualmente.

O trabalho relativo à reprodução das ilustrações e fotografias da obra de Abílio Barreto envolveu, em primeiro lugar, o ajustamento da equipe às realidades do acervo fotográfico da cidade: a maioria das fotografias originais desapareceu e suas reproduções, quando existentes, ou são cópias de qualidade insatisfatória ou trazem as marcas da despreocupação com o zelo que a consciência histórica deveria implicar. Os originais encontrados apresentam sinais nítidos de deterioração: densidades rebaixadas, em função de problemas de fixação inadequada; anotações em caneta na face da imagem; dobras, quebras e marcas da presença de fungo e mofo; metalização da prata, entre outros.

Houve que se superar essas dificuldades com o esforço pessoal e com o talento de cada um dos membros da equipe na exploração de todas as possibilidades que a técnica da reprodução fotográfica poderia proporcionar. O material utilizado provém essencialmente de quatro fontes: Arquivo Público Mineiro; Museu Histórico Abílio Barreto; Secretaria Municipal de Cultura; e familiares de Abílio Barreto.

A COORDENAÇÃO

## ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAB - Arquivo Abílio Barreto

APCBH - Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

APM - Arquivo Público Mineiro

CMS - Câmara Municipal de Sabará

DD - Documentos diversos

DF - Delegacia Fiscal

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

MHAB - Museu Histórico Abílio Barreto

n.p. - Nobiliarquia paulistana

RP - Repertório

SA - Secretaria de Agricultura

SC - Seção Colonial



W. L. J. Barrett  
1942



Este volume, corrigido e au-  
gmentado, destina-se a servir  
de original de nova edição  
no futuro.

Heilij Fane To

ABÍLIO BARRETO

# BELO HORIZONTE

MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA

HISTÓRIA ANTIGA

*A falta de amor das velhas coisas da pátria é indício certo da morte da sociedade e, conseqüentemente, do estado decadente e da última ruína de qualquer povo.*

Alexandre Herculano

*Um povo que não conhece a sua história está limitado ao presente da atual geração; esse povo não compreende nem sua própria natureza e existência, na impossibilidade em que se acha de relacioná-las com o passado que as explica; muito menos pode antecipar coisa alguma sobre o futuro. Somente a história pode dar a um povo a consciência de si mesmo.*

Artur Schopenhauer

O EDITOR AOS LEITORES  
(DA 2ª EDIÇÃO)

endo a *Livraria Rex*, de minha propriedade, obtido concessão do autor dessa obra para reeditar este 1º tomo e editar o 2º, que será lançado logo em seguida a este, acredito prestar, com esse esforço, apreciável serviço, não só a Belo Horizonte, ao Estado de Minas e ao Brasil, como especialmente às letras nacionais.

Obra única no gênero, estudada, pensada e escrita com dedicação, paciência, honestidade e amor, por quem é a maior autoridade no assunto; alicerçada em exaustiva documentação em grande parte original, a história de Belo Horizonte é, sem dúvida alguma, obra eterna de imenso valor e para com o seu autor tem o Estado de Minas e particularmente a sua Capital uma grande dívida de gratidão.

Possuído dessa certeza e no desejo de concorrer para a justa perpetuidade a que está fadada essa obra benemérita, ofereço hoje ao público a 2ª edição do 1º volume, há muito desaparecido do mercado, e, dentro em pouco, oferecerei a 1ª edição do 2º volume, que já se acha no prelo.

E, para bem justificar o acerto do meu esforço, nada mais preciso fazer do que transcrever alguns pequenos excertos de apreciações feitas em jornais, revistas e livros relativamente à 1ª edição deste volume, nas quais algumas das maiores autoridades nacionais no assunto disseram do grande valor desta obra.

Vejam, pois, os leitores:

- De Rocha Pombo, no *Correio da Manhã*, de 13 de janeiro de 1929, sob o título *Minas Grandiosa*: "Incontestavelmente, se estivesse mais perto do mar, para mais livre desafogo e expansão da sua intensa vitalidade, seria hoje a terra de Minas um desses grandes milagres do espírito americano, que se encontram em tantos países do continente. Ainda assim, pela sua população, pela sua riqueza, pela sua história e pela sua cultura, pode-se dizer que é o primeiro Estado da Federação Brasileira.

Isto está visível a todos os olhos, e fica evidente de uma obra que há pouco se publicou (em 1928) sobre a monumental e suntuosa Belo Horizonte, e de autoria de um homem cuja vida vale por admirável ensinamento para toda a nossa mocidade: o Sr. Abílio Barreto.

É realmente para encarecer e admirar, mais que a franqueza – a ufanía com que este homem recorda o seu passado de lutas, de esperanças e desilusões, mas forte sempre da sua confiança no destino, até fazer-se, pelo seu próprio esforço e pela sua inteligência operosa, um espírito que jamais poderá ser esquecido, pelo menos na terra mineira.

A própria concepção da obra que realizou, bem mostra que o seu primeiro intento não foi mais que escrever uma simples memória histórica e descritiva de Belo Horizonte; mas que o assunto se lhe ampliou até levá-lo a dar-nos uma verdadeira história de quase toda a gloriosa Minas antiga.

Penso que preferiu assim, mesmo sem disso talvez se aperceber, o mais claro processo de lidar com a história, e que consiste em tomar um ponto central – uma grande figura, ou uma grande época, ou mesmo um acontecimento de repercussão secular – e agrupar em torno desse ponto os sucessos que o caracterizam.

E fez isso o Sr. Abílio Barreto com tanta segurança, segundo critério tão exato, com tal mestria e tanto brilho, que é difícil encontrar, entre nós, autores em que se reúnam tais qualidades.”

– De Afonso de Taunay, em carta de 20 de dezembro de 1928: “A bela cidade, Capital de Minas, tem o seu primeiro historiador na pessoa de quem lhe estuda o passado com a maior consciência e carinho, tato e argúcia na interpretação e escolha dos documentos. Com o maior prazer leio esse livro que se apresenta, além de tudo, excelentemente. Assim todas as nossas cidades, a começar pelas grandes, tivessem analistas do valor do meu prezado amigo.”

– De Aurélio Pires, no *Minas Gerais*, de 1/1/1929: “Pode, sem exagero, afirmar-se que o livro – *Belo Horizonte, Memória Histórica e Descritiva* –, distribuído a 12 de dezembro findo, foi a chave de ouro com que se encerrou o nosso tão minguado ano literário. Nas páginas palpitantes deste primeiro volume da obra ingente que o operoso escritor patricio pretende levar por diante, perpassa muita recordação, rebrilha muito comentário adequado, crepita muito chiste, soluça muita saudade, quando se descrevem os usos, os costumes, a vida íntima, as festas populares, os templos e os edifícios históricos do velho *Curral*, dos tempos que desapareceram no golfar do passado.”

– De Augusto de Lima, em carta de 26/2/1929: “A minha estada aqui, interrompida por frequentes viagens a São Paulo, não me permitiu lazer para dizer do teu grande livro – *Belo Horizonte* – tudo que ele merecia. Só hoje posso agradecer-te a oferta do exemplar com que me distinguiste e a cuja leitura meditada tenho prestado a minha atenção, admirando o critério, a elevação e a imparcialidade com que acompanhaste a história da mudança da capital de Minas. É um trabalho completo e fiel aos anais e arquivos, onde dormiam os fatos que despertaste com a tua brilhante pena. Não podias prestar melhor serviço à nossa

terra do que evocando as diversas fases desse acontecimento, que honra os nossos homens públicos e, em geral, à geração donde saíram.”

- Do Conde de Afonso Celso, em carta de 14/1/1929: “É trabalho interessantíssimo que muito recomenda a capacidade de seu autor, cuja nobre e bela carreira, descrita nas palavras preliminares, o abaixo assinado deseja se prolongue por dilatados anos, sempre de modo ascensional.”

- De João Ribeiro, no *Jornal do Brasil* de 9/1/1929: “Publicações de tal ordem representam verdadeiro serviço ao Estado e a este cumpria dar maior testemunho de interesse pela obra.”

- De Mário Brant, em carta de 3/10/1929: “É um trabalho de muito valor, pela consciência e abundância da documentação e revela mais um aspecto do seu talento e operosidade. A sua obra, que já é de grande utilidade para a geração atual, sê-lo-á ainda mais para as futuras, quando a nossa Capital se tornar uma grande metrópole.”

- De Mário Matos, em carta de 3/10/1929: “Você realizou um trabalho magnífico, digno de vitorioso amparo governamental.”

- Do Cônego Raimundo Trindade, em carta: “Ao Ex<sup>ma</sup>. Sr. Abílio Barreto não posso regatear os meus aplausos pelo insigne trabalho com que acaba de enriquecer as nossas letras históricas, de que fica sendo, em Minas, um dos maiores benfeitores.”

- De Feu de Carvalho, no *Estado de Minas*, de 22/1/1929: “Não podemos viver eternamente na era do romantismo e da lenda; o espírito humano hoje exige estudos mais sérios e reais. Uma das provas é o consciencioso trabalho de Abílio Barreto - *Memória Histórica de Belo Horizonte* -, uma iniciativa digna de ser imitada, a qual, para levá-la a cabo, não poupou fadigas nem sacrifícios, não mediu esforços para dotar a nossa capital de um histórico justo e verdadeiro. Justo pela realidade dos fatos, pelo sã patriotismo que revela e pelo amor à terra, que para ele constitui o seu segundo berço. Verdadeiro pela justeza dos conceitos que anuncia: por ser firmado em bons e autênticos documentos não só antigos como contemporâneos. Revela assinalar, por ser de justiça, que a ele unicamente se deve, pelas suas estafantes pesquisas, ter fixado o nome do primeiro povoador e desbravador do Cercado, o nobre paulista, João Leite da Silva Ortiz, que deu origem ao arraial de Curral del Rei.”

- De J. Guimarães Menegale, no *Minas Gerais*, de 24/1/1929: “No fundo de sua personalidade esbate-se o poeta - e é ao impulso de um coração encantado de poeta que o Sr. Abílio Barreto escreve, com emoção, a história de Belo Horizonte, como quem revolve a terra de que brotou a um aceno de faquir, o prodígio destas avenidas sussurantes de frondes (...). A própria amenidade que repassa a obra toda, desasperezando-a, é um toque de arte, ainda que o vulto e a seriedade dela não são, de forma alguma, detraídos pela tortura literária. Metodizou-se com grande acerto o Sr. Abílio Barreto, partindo das longínquas origens do Curral del Rei, com o que remonta às primeiras bandeiras que esfloraram a terra virgem de Minas; recapitula o desenvolvimento da idéia mudantista, etc.”

- Do *Minas Gerais*, de 14/12/1928: Para melhor dizer do sucesso de livraria que teve o trabalho de Abílio Barreto, basta noticiar que os primeiros números, constantes de várias centenas de exemplares, esgotaram-se no mesmo dia do seu aparecimento.”

- De Eduardo Frieiro, no *Minas Gerais*, de 12/12/1928: “Pesquisou nos arquivos tudo o que neles era possível encontrar sobre o assunto. Esmiuçou alfarrábios e outros papéis velhos. Fez viagens de estudos e ouviu pessoas antigas. Documentou-se, enfim, com preciosos dados históricos que andavam esparsos e esquecidos. A *Memória Histórica e Descritiva*, de que Abílio Barreto nos dá agora o primeiro tomo, é o esplêndido resultado da sua vocação e do seu anelo. O historiógrafo de Belo Horizonte fez obra inteligente e honesta, pela recomposição metódica dos fatos e critério com que foram examinados, pela abundância de documentos coligidos e pela paciência beneditina no pesquisar fontes de informação. Obra meritória e duradoura, destinada principalmente às gerações de amanhã.”

- Do *Diário de Minas*, de 11/12/1928: “Trata-se de um trabalho paciente de erudição e pesquisa, que custou ao autor longos dias de esforço, e que, único no gênero, ocupará desde logo um lugar de relevo em todas as boas estantes. Abílio Barreto, tão fino, tão inteligente e tão modesto, realizou, quase sem ruído, uma tarefa magnífica.”

- De Ramiz Galvão, em carta de 12/1/1929: “Faço sinceros votos para que complete a sua bela obra, tão rica de informações fidedignas. Fica sendo um documento histórico de alto valor.”

- Do *Correio Mineiro*, de 12/12/1928: “Durante dois anos Abílio Barreto se absorveu nessa obra de reconstituição histórica de Belo Horizonte, e o seu cuidado exclusivo, a sua preocupação obsessiva era desenterrar de sob a poeira dos tempos, revolvendo arquivos, sacudindo papéis, consultando velhos habitantes do arraial, a memória do Curral del Rei, que a mão do homem transfez na maravilha da cidade linda, de que nos envaidecemos. Abílio Barreto remontou aos traços das primeiras explorações da terra mineira e daí veio, passo a passo, desde a figura sugestiva de Ortiz, que ele recompõe com verdadeira união de artista, até a fundação de Belo Horizonte.”

- De N. L. (Noraldino Lima), no *País*, de 29/12/1928: “Belo Horizonte, apesar de moça, já tem a sua história, e por sinal encantadora; faltava-lhe, porém, o seu historiador - o Vieira Fazenda Montanhês -, e esse acaba de aparecer, galhardamente, na pessoa do poeta e prosador Abílio Barreto, que, destarte, bate a melhor estaca da sua carreira literária. A vultosa bagagem poética de Abílio Barreto poderá, como obra de ficção, que é, passar à vida silenciosa dos arquivos bibliográficos; este seu trabalho, porém, não passará, porque representa um esforço útil em proveito da capital, cuja história deixa agora, nas 400 páginas de um belo livro, de ser os retalhos de jornais e os elementos puídos da velharia impressa, volante aqui, armazenada ali, quase sempre fragmentada, para ser uma interessante realidade. Na obra de pesquisa, de escavação, de paciência de Abílio Barreto - toda ela fortemente documentada em depoimentos escritos, gráficos e fotográficos de subido valor -, aparece o velho Curral del Rei - que a iniciativa mineira fez transformar-se em Belo Horizonte - desde

sua fundação, em 1701, pelo paulista João Leite da Silva Ortiz, até a promulgação da Lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893, pelo então presidente do Congresso Mineiro, o saudoso Dr. Bias Fortes. A fixação do ousado sertanista de São Paulo na fazenda do Cercado, mais tarde Curral del Rei, hoje Belo Horizonte; o nascimento, o esplendor e a agonia do antigo arraial; os longos debates em torno da mudança da capital mineira para um ponto do Estado mais favorável à criação de uma cidade que fosse, como a atual, pelo seu poder de expansão, um centro de progresso à altura de Minas – tudo aparece no livro de Abílio Barreto, descrito com grande naturalidade e o relevo necessário às obras desse gênero. Em uma palavra – foi uma comemoração régia a que o escritor mineiro fez do aniversário de nossa bela capital.”

- De Carneiro de Resende, em carta de 24/12/1928: “De quase uma assentada, preso livremente ao assunto, que me empolgou a atenção, por vários motivos, devorei, neste Natal de Jesus’, sem castanhas e vinho verde, o seu Belo Horizonte’. Finalizando, neste instante, a leitura do seu precioso livro, produto de um esforço cívico, não posso resistir à volúpia de lhe mandar minhas sinceras e calorosas felicitações. Além do mais, gosto imenso desta belíssima terra, já grandiosa capital de Minas Gerais.”

- De Noronha Guarany, em carta de 13/12/1928: “Ao querido Amigo Barreto, velho e bom companheiro de lutas literárias, o Guarany envia um apertado abraço, com a mais profunda emoção pela publicação do seu opulento trabalho sobre Belo Horizonte.”

- De Djalma Pinheiro Chagas, em carta de 13/12/1928: “Foi a melhor possível a impressão que tive do seu trabalho inteligente e criterioso”.

- De Bricio Filho, no *Jornal do Brasil* de 3/1/1929: “O autor da nova obra, excelentemente urdida, valendo como um repositório de informações preciosas, apenas em primeiro tomo, o que deixa entrever a promessa de prosseguimento na explanação da matéria, estava mesmo talhado para contar a história da nova capital do Estado de Minas, porque assistiu ao seu nascimento e concorreu com uma parcela de esforço para a sua formação.”

- Da *Itália Nuova*, de 25/12/1929: “*Il libro rivela un eccezionale cura e un amore grandissimo, alla sua terra natale. Esatto, preciso, appuntato di citazioni, di note, di riferimenti. Si pensa che il sr. Abílio Barreto sia di quegli scrittori si staccano dal libro a malincuore, voltano, rivoltano, di quà e di là, lo scrutano, lo soppesano, in ogni modo. Naturalmente, tutto questo fa sì che l'opera risulti definitiva, completa: rara acceizione fra le odierne frequentatissime improvisazioni.*”

- Do *Correio Mineiro*, de 12/1/1929: “A sua obra histórica sobre Belo Horizonte, de que se publicou o primeiro volume, é simplesmente admirável. É um esforço sério, de investigação, de colheita de documentos, de meditação sobre os dados obtidos, de coordenação da matéria laboriosamente apanhada. Ainda agora João Ribeiro se pronunciou de maneira entusiástica sobre esse livro, pelo *Jornal do Brasil*.”

- De *A Notícia*, do Rio, de 15/1/1929: “Assim, a sua memória é uma obra de caráter informativo preciosíssima, com uma série de gravuras, que reproduzem o que de pitoresco e evocativo havia no Curral del Rei, e um subsídio opulento para todos que quiserem



estudar, não só a vida da região, mas também o roteiro dos bandeirantes. Quem quiser estudar a história de Minas, ou por simples recreio de espírito, ou por interesse de escritor, terá de recorrer a esse trabalho do Sr. Abílio Barreto, como a uma fonte preciosa, porque tudo o que de mais interessante e útil a respeito da matéria que existe descoberto nos arquivos tem nessas páginas uma referência ou um desenvolvimento criterioso e feito com uma notável superioridade.”

- De Pedro Mata Machado, em carta de 8/4/1929: “Conterrâneo amigo, acompanhando com viva simpatia a sua carreira vencedora, pelo seu esforço digno, por sua bondade e nobreza da alma, é com verdadeiro prazer que envio as minhas cordiais felicitações.”

- De *A Semana*, de BH, de 20/1/1929: “Obra vazada no mais elevado e castiço vernáculo, enriquecida pela linguagem serena e pela cultura do autor, a *História de Belo Horizonte* é um livro que recomendamos aos nossos leitores, que encontrarão nele toda a gênese da nossa cidade.”

- De Teixeira de Sales, no *Estado de Minas*, de 29/1/1929: “Assinalados com abundância de pormenores os diversos aspectos evolutivos da existência sombria do Curral del Rei, o A. ainda uma vez sistematiza, com admirável método, todo o histórico referente às primeiras manifestações relativas à mudança da capital, até a realização definitiva do plano, demorando-se em episodiar, em comentar, com vivo interesse, as diversas modalidades da luta, que já agora se oferecia, ostensiva e tumultuosa, como recurso oposto às tentativas ‘mudantistas’. O A. acompanha, exaustivamente, a longa preparação em que se ambientavam as correntes adeptas da transferência, através das vacilações, dos recuos, dos sobressaltos e das vitórias que precederam o golpe definitivo, até o remate das manifestações consagrativas com que se prognosticava o próximo esplendor do velho tugúrio de Ortiz. O Sr. Abílio Barreto digressa preso à verdade histórica.”

- De *O Tempo*, de 22/5/1929: “Belo Horizonte tem no livro do Sr. Abílio Barreto uma narração geral e perfeita de seus antepassados, onde os estudiosos encontram manancial precioso de dados que vêm esclarecer pontos duvidosos da história de Minas Gerais.”

- De João Dornas Filho, no *Jornal*, de 3/3/1929: “Um precioso manual de história, conscienciosamente estudado e inteligentemente tratado.”

- De Aníbal Matos, no *Minas Gerais*, de 31/5/1929: “Abílio Barreto teve, no seu trabalho, essa visão panorâmica do historiador e pôde, com inteligência e perseverança, reter na imaginativa o desenvolvimento lógico do período histórico e o delineamento geográfico que foi o cenário grandioso desses dramas empolgantes dos descobrimentos das Minas. A memória histórica que temos em mãos foi escrita diante de documentos e parece estar livre de erros históricos, que se perpetuam pela falta de consulta às verdadeiras fontes. Abílio Barreto está bem estribado na verdadeira escola dos nossos bons historiadores. Ele inscreveu-se na órbita rara dos nossos homens realizadores de uma grande obra nacional: a da história do Brasil. Merece um prêmio de honra. Terá ele recebido esse prêmio?...”

- De Diderot Coelho Júnior, no *Semana Ilustrada*, de 23/2/1929: “Todo o livro é um

trabalho paciente de pesquisas e estudos profundos, dificílimos por sua natureza. Mas Abílio Barreto, na sua força de vontade inabalável, conseguiu fazê-lo completo e digno de toda a confiança. Tudo perfeitamente documentado, obedecendo rigorosamente à verdade dos fatos, é interessante e curiosa a leitura, pela suavidade de descrição, que foge ao maçante estilo historiógrafo, com um encanto de romance.”

- De Tristão de Ataíde, no *Jornal*, de 9/6/1929: “É para o estudo da formação dessa cidade tão característica, se bem que tão sem passado, o livro exaustivo do Sr. Abílio Barreto, se não fornece uma leitura propriamente amena, dá-nos informações úteis e mais que minuciosas sobre toda a espécie de pormenores.”

- De João Alfonsus, no *Estado de Minas*, de 15/12/1929: “Assim conta esse trecho de sua infância o autor da *Memória Histórica e Descritiva* de Belo Horizonte, nas palavras preliminares ao tomo publicado, as quais assim se iniciam. Amo Belo Horizonte com o mesmo entranhado amor que dedico ao meu torrão natal - Diamantina.’ Amor de quem, dotado de uma sensibilidade bem mais aguda do que a da população de burocratas, construtores e operários, cuja horda bárbara havia invadido as paragens tranqüilas do Cercado, Cercadinho, Lagoinha, assistiu mais agudamente à meninice desta cidade urbanística, sentiu-a palpitar e crescer, de ano em ano, tomando parte na sua existência que se afirmava, como distribuidor de jornais, como empregado contratado da 9ª Divisão da Comissão Construtora, como aprendiz tipográfico e depois tipógrafo da Imprensa Oficial, onde foi, mais tarde, conferente, revisor e chefe de revisão; como estudante; como repórter da *Folha Pequena*, como colaborador de quase todos os jornais e revistas que aqui se fundaram nos primeiros tempos; fundador do *Diário de Notícias*, com Vasco Azevedo; da *Folha do Dia*, com Soares Brandão, em ambos como redator-secretário; como fundador de associações beneficentes e literárias; como funcionário público, transferido da Imprensa Oficial para a Secretaria das Finanças; como autor de alguns bons livros em prosa e em verso; como membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Academia Mineira de Letras; finalmente, como o historiador de Belo Horizonte. Esses dados constam, na sua maior parte, das palavras preliminares, e mostram o modo por que a existência do Sr. Abílio Barreto não veio já feita para a nova capital: *self-made man*, desde um distribuidor de jornais até um dos nossos legítimos valores intelectuais; *money-made-town*, outra, por força dos dinheiros públicos; ambos por efeito de esforços continuados, de um constante desejo de evoluir.”

- De Aimoré Dutra, na *Gazeta Comercial*, de Juiz de Fora, em 11/1/1930: “Abílio Barreto é poeta. Seria muito interessante ver o que ele, que é um artista habituado a aquarelar miniaturas tão mimosas e tão nítidas como postais feitos a Kodak, poderia fazer como historiador. Previ cenários fictícios, escavados das ruínas do antigo Curral del Rei, e povoados de seres maravilhosos, adoráveis e inconsistentes, como os bonecos de Hofmann. O livro não poderia deixar de ser uma como coleção paciente de páginas avulsas do ‘Eu Sei Tudo’, com ilustrações copiadas traço a traço das iluminuras que se incrustam no cérebro dos poetas, quer quando sonham com as galeras de Calígula, atoladas nos lodos do lago Nemi,

quer quando sonham com as ossadas dos marruás del Rei, soterradas nos limos bastardos do Arrudas criador de sapos e pernilongos. Puro engano. Houve uma terrível pane' no motor do aeroplano de minha indução. É certo que o Abílio escreveu em prosa. Mas fez um livro tão sólido, tão sincero e tão útil, que, para penitenciar-me do juízo precipitado que fiz dele, achei de bom aconselhar a todas as pessoas estudiosas para adquiri-lo. Quando visito os estabelecimentos de ensino a que vou prestar assistência técnica, percorro logo as bibliotecas para ver se possuem a *História Antiga de Belo Horizonte*. Se não a possuem, recomendo aos professores que, com a maior brevidade, se esforcem para tê-la, quer como obra indispensável de consulta, quer como de leitura agradável e instrutiva. É um dever que cumprio - porque é dever de todos nós, funcionários do ensino, propagar os bons livros, e o de Abílio Barreto é, no gênero, ótimo."

- De Carlos Góis, no *O Horizonte*, de 29/3/1930: "Fiel às fontes históricas, aos dados que beneditinamente compulsou nos arquivos, Abílio Barreto, com aquela compenetração (tão rara nos tempos que correm), que todos lhe conhecem, de identificar-se com tudo aquilo de que se ocupa, com aquela honestidade puritana, que foi sempre o traço precípua de sua vida e de seu caráter - evitou o quanto possível fantasiar e divagar; sua preocupação absorvente foi a absoluta fidelidade histórica, embora lhe custasse muito o penoso ministério de escavar arquivos e revolver documentos, muitos destes manuscritos e dificilmente legíveis." (Referindo-se a uma projeto de lei que transitava no Conselho Deliberativo, depois convertido em lei, mandando premiar com determinada quantia o esforço do autor, projeto apresentado pelo professor Orosimbo Nonato): 'Não basta como recompensa à obra daquele porte o aplauso dos entendidos e a consagração da crítica; a glória é moeda, que não corre na praça. Não basta que Abílio, quando encerrar a sua jornada na vida, tenha seu nome ligado a uma das ruas suburbanas de Belo Horizonte, lembrando-o à posteridade como seu cronista-mor; não basta que de sua biografia, relatada pelos necrológios conste a sua *Memória Histórica de Belo Horizonte*, como a sua obra máxima e imorredoura: é de mister que o autor receba como legítimo prêmio a seu esforço honesto alguma coisa de mais tangível e concreta, que lhe venha suavizar a pobreza honrada e as agruras do árduo e quase estéril ofício de ministro da pena'."

- De Olavo Laudaes da Silva, 1º secretário da União dos Moços Católicos de S. José, em ofício de 1/5/1930: 'Ex<sup>ma</sup>. Sr. Abílio Barreto. Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo. Tenho a honra de comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que, em sessão ordinária da União dos Moços Católicos de S. José, realizada domingo último, foi aprovada unanimemente pela assembléia uma indicação dos Srs. Drs. Orestes Diniz e Gastão da Cruz Matos, propondo que esta associação faça uma representação ao Sr. prefeito, pedindo-lhe dê a uma das nossas ruas o nome digno de V. Ex<sup>a</sup>, como preito de gratidão do povo mineiro pela grande contribuição dada à história de nosso glorioso Estado pela sua magnífica e aplaudida obra, intitulada *Belo Horizonte - Memória Histórica e Descritiva*. Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. Ex<sup>a</sup>., protestos de elevada consideração. Deus guarde a V. Ex<sup>a</sup>."

- Da *Gazeta Comercial* de Juiz de Fora, em 28/6/1930: "Abílio Barreto já teve da crítica autorizada as referências que sua notável obra merece. Nada podemos acrescentar em seu louvor para glória do seu nome. Aliás, a reputação literária do acadêmico mineiro, autor de uma dúzia de obras em prosa e verso, já está de há muito firmada em trabalhos de valor, que lhe valeram a consagração de seu nome e seu ingresso no Silogeu Mineiro".

- De Manuel Guedes, na revista *Minas-São Paulo*, de 23/9/1929: "Em sucessivos capítulos, todos formosíssimos, Abílio Barreto relata episódios, lendas, façanhas, tradições da terra mineira, da época das explorações do ouro, da procura das esmeraldas, a época maravilhosa das bandeiras, dos arrojos que parecem lendas e dos homens que parecem gigantes."

- Da *Folha do Dia*, de 27/3/1930, sob o título Justiça tardia: "Está em 2ª discussão no Conselho Deliberativo um projeto que autoriza o prefeito a conceder um auxílio de 15 contos de réis ao Sr. Abílio Barreto pela publicação da obra *História de Belo Horizonte*. Quem sabe do valor do trabalho do Sr. Abílio Barreto, só pode aplaudir o gesto do Conselho, aprovando-o sem mais discussões. Obra que exigiu do autor canseiras e buscas intermináveis. *História de Belo Horizonte* é um trabalho de fôlego, cujo valor, já sagrado pela crítica nacional, não pode deixar de interessar aos edis horizontinos. A justiça é tardia, mas sempre veio a tempo a premiar um brilhante esforço de Sr. Abílio Barreto." (Esse projeto foi convertido na Lei municipal n. 350, de 2 de abril, de 1930, mandada executar pelo Decreto n. 71, de 22 de abril do mesmo ano, assinado pelo prefeito, dr. Alcides Lins.)

- Do capítulo XLVI, p. 335, da *História da Cidade de São Paulo* - 2º tomo - de Afonso Taunay, no tomo sexto dos Anais do Museu Paulista, sob as epígrafes - João Leite da Silva Ortiz - sua atividade de morador no Curral del Rei -, informes novos de Abílio Barreto sobre a sua biografia: - "Na excelente e minuciosa obra de Abílio Barreto, *Belo Horizonte - Memória Histórica e Descritiva*, encontram-se fartos pormenores sobre João Leite da Silva Ortiz. Com enorme afinco procurou o autor mineiro, de brilhante bagagem literária e histórica, no arquivo de seu Estado quanto documento territorial se lhe pôde deparar, conseguindo excelentes resultados, pois de sua rebusca aturada provieram descobertas valiosas."

ANTÔNIO GUERRA

## NOTAS SOBRE A SEGUNDA EDIÇÃO



primeira edição de 2.000 exemplares deste volume, feita em 1928, esgotou-se completamente dentro de 2 anos e coube agora ao inteligente livreiro Sr. A. Guerra dar a 2ª edição de mais de 2.000 exemplares, bastante melhorada, toda revista e acrescida de um capítulo novo, pelo autor.

Cumpre-nos salientar com prazer que as alterações apresentadas pela presente edição em nada modificaram a essência do texto da edição anterior e foram todas feitas no sentido de confirmar com documentos novos e melhorar aquela.

Além de pequenas correções de forma literária, as modificações mais salientes foram: a) os acréscimos do capítulo XA; do fac-símile de dois despachos e da assinatura de Ortiz e de uma portaria-autógrafo de Augusto de Lima; da pública forma de um documento sobre a fazenda do Capão Grande; b) a substituição de algumas fotografias por outras mais adequadas, bem como a substituição da planta cadastral do arraial feita em 1894 por outra de 1893 desenhada pela Comissão de Estudos das Localidades, acompanhada de uma outra representando o Estado de Minas e salientando os locais estudados para de entre eles ser escolhido pelo Congresso aquele em que se construiria a Capital.

A. B.

PALAVRAS PRELIMINARES  
(DA 1ª EDIÇÃO)

POR QUE FIZ E COMO FIZ ESTE LIVRO – SUA DIVISÃO



Amo Belo Horizonte com o mesmo enternecido amor que dedico ao meu torrão natal – Diamantina.

Ali nascido em 1883, para aqui vim criança, em fins de 1895, acompanhando *pari passu* os trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital, de que fiz parte como humilde empregado contratado, sem título, na 9ª Divisão, naquele de seus departamentos que funcionava em um barracão de tábuas coberto de zinco, situado no lugar em que existe hoje a Distribuidora de Eletricidade.

Por esse tempo, fui distribuidor dos dois primeiros jornais fundados aqui: o *Belo Horizonte* e a *A Capital*. Nesse humílico trabalho, muitas vezes, sempre alegre e otimista, naquela tão ditosa inconsciência infantil, indiferente às fadigas, palmilhei todas as velhas ruas do antigo arraial, ainda quase intacto, de casa em casa, aos domingos, pela manhã, levando aos assinantes as duas primeiras folhas que se editaram em Belo Horizonte. Que saudades sinto desse lindo tempo que já vai tão longe!

Depois, sucessivamente, ao passo que acompanhava o nascer e o evoluir da nova capital, fui aqui exercendo as seguintes funções: caixeiro no comércio; aprendiz tipográfico e tipógrafo na Imprensa Oficial, onde fui, mais tarde, conferente, revisor e chefe de revisão; estudante; repórter da *Folha Pequena*; colaborador de quase todos os jornais e revistas que aqui existiram nos primeiros tempos; fundador do *Diário de Notícias*, com Vasco Azevedo, e da *Folha do Dia*, com Soares Brandão, jornais de que fui redator-secretário; fundador de associações literárias e beneficentes, que administrei; funcionário público; autor de alguns modestos livros em prosa e em verso; e finalmente membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Academia Mineira de Letras.

Consequentemente, vi desabotoarem-se-me aqui todas as ilusões e todas as esperanças; aqui aprendi a trabalhar e abençoar o trabalho como o maior bem que Deus tem concedido ao homem para lhe suavizar a travessia penosa e ingrata da existência; aqui aprendi a viver e não maldizer a vida e os sofrimentos a ela iminentes, que são como que o crisol purificador de todas as virtudes e um tributo natural que a humanidade deve à sua própria espécie; aqui formei o meu caráter numa pobreza honrada e dignificadora; aqui

cultivei e acalentei os meus sonhos afetivos e edifiquei o meu lar pelo casamento; aqui nasceram os meus filhos, os meus livros e as árvores que plantei; aqui repousam as cinzas queridas da santa e inolvidável velhinha que foi Minha Mãe; toda a minha vida está aqui...

Por isso, amo Belo Horizonte com o mesmo enternecido amor que dedico ao meu berço natal – Diamantina. Por isso, também, desde muito, vinha pensando e acariciando no coração o desejo de escrever uma memória histórica, através da qual pudesse deixar muito de minha alma agradecida à terra acolhedora que me foi berço adotivo, estudando os fatos históricos de sua existência dilatada e vitoriosa.

Longo tempo meditei ansioso sobre esse projeto, que se me afigurava tão belo quanto irrealizável para a minha débil capacidade criadora e realizadora.

Quantas vezes, recordando os meus dias aqui vividos, com os seus episódios alegres ou tristes, amigos que se dispersaram e outros que morreram, aquele gracioso arraial que aqui encontrei ainda febricitante na sua glória de se ver destinado a berço de uma das mais belas cidades da América do Sul, não pensei de mim para comigo: será possível que de tudo quanto se foi e se vai no torvelinho dos dias que correm não consiga eu deixar ao menos algumas páginas de recordação e de saudade? Mas serei capaz de recompor esse passado em páginas que não desdorem os fatos e o majestoso cenário em que eles se desenrolaram?

Ah! Que dúvida cruel! Que anseio dorido e formidável o meu entre aquela tão extensa, delicada, difícil tarefa, que acreditei irrealizável!...

E os dias da mocidade voaram céleres, como tudo quanto é bom nesta vida, deles somente vingando bem poucos frutos mal sazoados das tantas flores de que se carregaram, tal como acontece a essas lindas mangueiras horizontinas... E aquela idéia permanecia sempre vívida e bela, a seduzir-me, sem que eu vencesse o temor de enfrentá-la, de realizá-la, até que, um dia, grande incentivo me veio arrancar daquela indecisão, ao receber dos Ex<sup>ma</sup> Srs. Presidente Antônio Carlos e Gudesteu Pires, Secretário das Finanças do Estado, a quem revelara o meu projeto de trabalho, franca aprovação ao propósito e o conselho mesmo para levá-lo a efeito, por julgarem aqueles ilustres conterrâneos ser obra de grande patriotismo e de toda utilidade a que eu pretendia realizar.

Assim foi que a salutar animação advinda de tão honroso conselho me fez decidir e, num momento de entusiasmo, prometi mesmo a SS. Ex.<sup>ma</sup> executar o projeto, que aliás já estava delineado, em linhas gerais, no meu espírito.

Desde logo, impelido por um entusiasmo jamais sentido ao empreender qualquer outro dos meus modestos trabalhos literários, e cheio de uma decidida vontade, apesar de falta de saúde, deitei mãos à obra, entregando-me de corpo e alma ao estudo da matéria, em pesquisas pacientes e lentas, muitas vezes infrutíferas, em viagens de estudo e em confabulações com pessoas, antigas, que me pudessem orientar, por tradição, relativamente a certos fatos imprecisos da história que estudava.

Com esse trabalho beneditino e talvez superior às possibilidades do meu estado de saúde precário, não sei o número de desalentos que tive e os receios, que me assaltaram, de

ser, talvez, forçado a faltar, pela primeira vez na minha vida, ao cumprimento da palavra dada.

E foi talvez essa circunstância imperiosa da palavra empenhada que influiu decisivamente no meu espírito e no meu ânimo, revestindo-me da fortaleza necessária para não desanimar em meio da jornada e levar a termo a empresa que me impusera.

Agora, então, enfim, realizadas as duas primeiras partes da obra, lacunosas e imperfeitas, é certo, mas trabalhadas com carinho, com paciência, com amor, no desejo de reunir, para as futuras gerações de Belo Horizonte, preciosos dados históricos que andavam dispersos em velhos alfarrábios dos arquivos, em livros, revistas, jornais e álbuns.

Nestas duas primeiras partes faço, com os elementos que pude adquirir, um histórico do arraial de Curral del Rei, depois Belo Horizonte, desde a sua fundação, em 1701, por João Leite da Silva Ortiz, até a época em que aqui se ia instalar a Comissão Construtora da Nova Capital, bem como o histórico do problema da mudança da capital através dos tempos idos.

Claro é que, a não ser a recuadíssima antigüidade do arraial, que lhe dá certo relevo tradicional, bem minguados e obscuros são os acontecimentos de sua existência, sendo por demais restrito e pobre o campo que oferece para uma memória histórica.

Creio mesmo que nunca houve em Minas outra localidade de vida mais morigerada, mais tranqüila, mais uniforme e, por isso mesmo, mais sem história do que o Curral del Rei, postas de lado as suas lutas políticas de campanário, que não passavam de brigas de compadres...

Dir-se-ia que, convicto de sua maravilhosa beleza topográfica e demais virtudes naturais que lhe eram peculiares, embalado no seu alto sonho de se ver um dia metamorfoseado na capital de Minas, viveu sempre dormindo através de quase dois séculos, na colônia e na província, só se despertando ao alvorecer da República, quando o seu sonho estava prestes a converter-se em realidade...

Por essas razões, não me foi muito fácil vencer a primeira etapa da tarefa que me propus desempenhar.

Com vagar irei publicando as outras partes, aliás mais fáceis, todas, como estas, ilustradas com fotogravuras, e cujos estudos estão concluídos.

Realizando este trabalho de paciência e de amizade à terra tão boa e bela de que me julgo filho adotivo, devo declarar que não me animaram o espírito preocupações literárias. Tive em mente, antes de tudo, o ponto de vista mais singelo da utilidade do livro, que considero mais um repositório de matéria-prima a ser beneficiada...

Se consegui ou não chegar à finalidade do meu grande anseio e não menor esforço idealístico, não sei. Mas posso afirmar sinceramente que, para realizar este trabalho, fiz quanto em mim cabia e me foi possível, estimulado por aquele valioso incentivo do conselho que me deram os brilhantes espíritos desses amigos prezadíssimos, que são os Ex. — Srs. Drs. Antônio Carlos e Gudesteu Pires, a quem deixo aqui o penhor do meu sincero agradecimento.

Belo Horizonte, outubro de 1928.

ABÍLIO BARRETO



PRIMEIRA PARTE

# O ARRAIAL

(1701-1893)

## PRIMEIROS EXPLORADORES DA TERRA MINEIRA



omente muito depois de descoberto o Brasil, pouco antes da vinda de Tomé de Sousa, começou a correr, num crescendo, a notícia de imensas riquezas mineralógicas no novo país então conhecido e explorado em algumas regiões do litoral, apenas.

Diogo Álvares Correia, o *Caramuru*, que vivera entre os índios, deles colhera a notícia, que transmitira aos portugueses. E, desde então, começou a afirmar-se a existência de grandes minas de ferro, ouro, prata, esmeraldas e outras gemas preciosas nos sertões ignorados. Mas por temor à natureza virgem e bárbara, por desânimo, indolência ou falta de recursos, o fato é que ninguém, a princípio, se abalançava aos azares dos descobrimentos.

Demais, os primeiros povoadores da pátria selvagem sentiam-se contentes com os produtos que a terra virgem e os rios lhes proporcionavam, além de estarem preocupados com a caça ao gentio, que domesticavam para seus trabalhos.

Com o correr dos tempos, porém, e com o crescer vertiginoso da fama de tão sedutoras riquezas, nasceu a ambição pela conquista dos proclamados tesouros ocultos nas ínvias terras nunca palmilhadas por pés de homem civilizado.

E quando nas regiões já povoadas do norte do país começaram a florescer as indústrias do açúcar, do fumo e do gado, deram-se as primeiras entradas de aventureiros pelos ínvios e desertos sertões.

Assim foi que, **em fins de 1553 ou princípio de 1554**, logo depois que Tomé de Sousa passou o governo da sua Capitania a Duarte da Costa, ao passo que era estabelecida a povoação de S. Paulo (25 de janeiro), o castelhano Francisco Bruza Spinosa, **por ordem de Duarte da Costa**, atirava-se aos descobrimentos com a primeira expedição que partiu da Bahia e penetrou os sertões mineiros, em busca das famosas esmeraldas de que tanto falavam os índios Tupinaki, por compreenderem a importância que os portugueses davam a tais pedras.



*Aventureiros à procura de ouro nas Minas*

Essa expedição, segundo a narrativa feita pelo padre Aspilcueta Navarro, que dela fez parte, “depois de muito andar, chegou a um rio grande (o Jequitinhonha), alongou-se por uma dilatada serra onde nasce o rio das Ourinas (rio Pardo). Daí seguiu até descobrir um rio caudaloso (o S. Francisco), do qual retrocedeu exausta e dizimada, depois de cruentas lutas contra os selvagens e contra toda a multifária agressão da natureza bravia.”<sup>1</sup>

Spinosa, o primeiro desbravador destas plagas de Minas, se não logrou grande êxito em sua ousada tentativa, em compensação deixou o seu nome indelevelmente ligado aos primórdios da história da nossa civilização. **E o padre Navarro foi o primeiro sacerdote que pisou as terras de Minas, batizando mineiros e combatendo antropófagos; e o que ergueu a primeira cruz em território mineiro, nessa entrada. Foi também o primeiro geógrafo, cronista e naturalista de Minas, descrevendo alguns dos nossos rios e montanhas, a fauna, a flora e os aborígenes.**

A aventura de Spinosa, entretanto, aguçou ainda mais a cobiça em relação a tão faladas riquezas. A onda da ambição avolumou-se e a crescente fama dos almejados tesouros, chegando até Portugal, começou a deslocar daquele para o nosso país uma infinidade de aventureiros, em busca do tão sedutor e imaginário eldorado...

Estava assim aberto o período dos descobrimentos de nossas terras e novas expedições se foram sucedendo, tais como as de: Vasco Rodrigues Caldas, em 1562; Martim de Carvalho, em 1567-1568; Sebastião Fernandes Tourinho, em 1572-1573; Antônio Dias Adorno, em 1573; João Coelho de Sousa, em 1580; Gabriel Soares, em 1592, todas da Bahia; Diogo Martins Cam, em 1596, do Espírito Santo; Diogo Gonçalves Laço e Francisco Proença, de São Paulo, por essa mesma época; Marcos de Azeredo, do Espírito Santo, entre 1608 e 1612; Nicolau Barreto, de São Paulo, em 1631; os jesuítas, em 1644, do Espírito Santo; os irmãos Antônio e Domingos de Azeredo, filhos de Marcos de Azeredo, do Espírito Santo, em 1647; João Correia, do Espírito Santo, em 1659.

Todas essas expedições, batendo, por vias diversas, os rincões de nossa terra, não lograram resolver o problema do descobrimento de tão afamados tesouros.

“A primeira referência positiva e documentada do ouro que se encontra nos roteiros deixados pelos exploradores é a da expedição de Martim Carvalho, que o achou entre 1568 e 1570 nos sertões do Norte do atual Estado de Minas, então pertencente à Bahia, segundo o testemunho de Pero de Magalhães Gandavo”<sup>2</sup> (*História da Prov. de Santa Cruz*) - escreveu o Dr. Antônio Olinto dos Santos Pires, acrescentando:

“Diz Wilhelm Glimmer que quando D. Francisco de Sousa foi da Bahia a São Paulo tinha antes recebido de um brasileiro um certo metal extraído, segundo dizia, dos montes de Sabarason, de cor azul-escuro ou celeste, salpicado de uns grânulos cor de ouro. E à procura desse mineral, que se supunha ser prata, e das pretendidas minas de ouro do Sabará-buçú e das nascentes do S. Francisco, partiu de São Paulo a expedição comandada por Nicolau Barreto, que nada conseguiu”. (*Mineração - Riquezas minerais, citando a História naturalis Brasiliae*, de Piso e Maragraf)<sup>3</sup>

Enfim, estas mais felizes, como a de Marcos de Azeredo, que conseguiu encontrar a serra que supunha das esmeraldas; aquelas mais desventuradas por só encontrarem fadigas e sofrimentos inenarráveis; outras completamente desbaratadas – todas conseguiram apenas atear mais fogo ao incêndio da cobiça, em torno do problema dos descobrimentos.

NOTAS

- 1 DOCUMENTOS históricos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v.6, n.1, p.1.158-1.170, jan./mar., 1901, p. 1.159.
- 2 ABREU, Capistrano de. Os primeiros descobridores de Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v.6, p. 365-377, 1901.  
  
GANDAVO, Pedro de Magalhães. História da província de Santa Cruz. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v.6, p. 1.171-1.173 1901.
- 3 PIRES, Antônio Olinto dos Santos. A mineração – riquezas minerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, v.8, n.3-4, p. 880-1.037, jul./dez., 1903, p 913.

## II

### OS PAULISTAS - BARBALHO BEZERRA - FERNÃO DIAS PAES\*



Conquanto não houvessem sido completamente satisfatórios os resultados das primeiras entradas, o governo da metrópole ardia em animação pelo descobrimento dos famosos tesouros. Agora também faziam fremir a imaginação cobiçosa de brasileiros e portugueses as proclamadas minas de prata do Sabará-buçú, de que os indígenas davam notícias, e que exaltavam a sede de conquista naqueles homens destemidos. O rei, por esse motivo, em 1663, recorria aos ousados paulistas, célebres vaqueanos dos sertões, até então aferrados à captura dos índios, esperançoso de que estes bravos batedores das selvas resolvessem o grande problema.

Agostinho Barbalho Bezerra foi o homem escolhido para partir com a primeira bandeira paulista, sendo pelo rei de Portugal particularmente recomendado a Lourenço Castanho Taques e a Fernão Dias Paes, arrojados sertanistas, que se prontificaram a prestar-lhe todos os auxílios. Mas a bandeira de Barbalho não chegou a partir em virtude da morte daquele chefe.

Estava, entretanto, iniciado o período épico dos paulistas em relação a Minas, e toda gente se pasmou ante a memorável e temerária resolução de Fernão Dias Paes, velho opulento, tronco de numerosa e ilustre família que, apesar de seus sessenta anos de idade, deliberou conquistar a glória de, servindo ao seu rei, ser o descobridor das famosas esmeraldas e prata.

E foi assim que aquele varão formidável, nomeado pelo rei de Portugal, governador das esmeraldas, contrariando o parecer de todos os seus parentes e amigos, que o não julgavam mais em idade para uma tão arriscada empresa, organizou enorme bandeira por ele custeada, composta de seus índios mansos e escravos, partindo de São Paulo a 21 de

\* Na 1ª edição estava "Fernão Dias Paes Leme", como escreveram Bilac e outros escritores; mas está provado, por autoridades, que o seu legítimo nome é Fernão Dias Paes.<sup>4</sup>

julho de 1672, tendo empenhado na ousada empresa toda a sua grande fortuna.

Foi uma cena assombrosa a arrancada de Fernão Dias! A sua bandeira era um verdadeiro exército de índios, mamelucos e escravos, em que figuravam, como seu adjunto e sucessor, o capitão Matias Cardoso de Almeida e, como subcomandantes, Antônio Gonçalves Figueira, Antônio do Prado da Cunha, Francisco Pires Ribeiro, seu filho legítimo Garcia Rodrigues, seu genro Manuel da Borba Gato e seu filho mameluco José Dias Paes.

Marchando contra a natureza selvagem, a bandeira de Fernão Dias atravessou a serra da Mantiqueira pela garganta do Embaú (hoje Cruzeiro), até atingir o rio das Mortes, em Ibituruna, onde fundou o primeiro arraial, próximo à confluência daquele rio com o Grande. Daí, tomou direituras para os lados do Paraopeba, atravessou esse rio, fundou o arraial de Santana do Paraopeba (hoje Bonfim). Rumou, em seguida, para as bandas de Lagoa Santa, fundando o arraial de S. João do Sumidouro (hoje Lapinha), nas margens do rio das Velhas, lugar que os índios denominavam Anhanhonnacaura (água parada que some no mato).

Longo e sofrido tempo era decorrido. Somente aí pôde Fernão Dias avaliar o vulto da sua temeridade, pelo quanto durara a marcha em rumo ao desconhecido, pelos combates em que se tinha empenhado contra selvagens ferozes, pelas misérias e mortes com que fora castigada sua bandeira, então quase completamente desbaratada.

Acrescia que Matias Cardoso, Antônio Gonçalves, Antônio do Prado e muitos outros companheiros haviam retrocedido de Paraopeba, desanimados ante os reveses sofridos, e o resto da bandeira maldizia a pertinácia do velho sertanista em querer prosseguir. De tal ordem era o desânimo dos subordinados a Fernão Dias, que alguns chegaram a conspirar contra a vida do valoroso chefe, quando este lhes fez sentir que jamais retrocederia vencido, pois o seu caráter e a sua honra não o permitiriam, mormente vendo, como todos viam, desbaratados na empresa quase todos os seus haveres. Assim, sendo, seguiria de qualquer forma, ainda que só, ainda que afrontando a morte.

E porque lhe faltassem recursos, utilizando-se de alguns de seus índios mansos e fiéis, mandou pedi-los ao governo e a parentes, em São Paulo, ao passo que plantava roças em Sumidouro, com cuja colheita se abastecesse para o prosseguimento da marcha contra o desconhecido.

Foi então que uma índia goianá, fiel ao velho chefe, lhe denunciou a conspiração que estava sendo urdida contra sua vida, tendo por cabeça o próprio filho mameluco José Dias.

Por isso, houve, ali uma cena dantesca, pois que, apuradas as responsabilidades, Fernão Dias perdoou aos demais conspiradores, sob a condição de desaparecerem de suas vistas, e mandou enforcar o filho traidor!

Em Sumidouro permaneceu durante três anos, plantando roças, explorando as imediações, esperando os recursos pedidos para o prosseguimento da jornada. Enfim, estes vieram, não do governo - que nada lhe mandou, senão promessas de honrarias, assim mesmo para quando houvesse realizado o descobrimento -, mas de sua valorosa esposa, D. Maria Garcia



*Fernão Dias Paes, o governador das esmeraldas.  
Estátua de mármore de autoria de Luís Brizzolari,  
existente no peristilo do Museu Paulista.*



Betim, que, para isso, tivera de vender os últimos escravos e jóias, seus e de suas filhas.

Durante aqueles três anos de permanência em Sumidouro, Borba Gato, entregue a explorações da região marginal do Guaicuí (rio das Velhas), em 1678, descobria, mas não manifestava, as ricas minas de ouro do Sabará-buçú, ao passo que Fernão Dias aprestava e constituía a bandeira para prosseguir em busca das esmeraldas.

Efetivamente, em 1680, o arrojado chefe, reencetando a marcha pelo sertão bravio, atravessou a serra do Espinhaço, transpôs os rios Itacambira, Jequitinhonha, Araçuaí, Itamarandiba e foi atingir o ponto terminal do roteiro que fizera Marcos de Azeredo, quando por aquelas paragens andara, conquanto tivesse vindo em direção contrária. Pouco depois, atingia a célebre lagoa de Vapabuçu e a famosa serra resplandecente, onde fez alto.

Isto conseguido, julgou-se Fernão Dias um triunfador. Julgou-se pago de todos os sofrimentos naqueles dilatados anos, crente de que as pedras verdes que ali colhia eram legítimas esmeraldas.

Prelibando a glória de tornar a São Paulo com as amostras do tesouro, pôs-se a colher boa porção das pedras. Mas nisto começou a sofrer as conseqüências da pestilência da região. As carneiradas (febres, maleitas ou malárias) dizimavam assustadoramente sua bandeira e ele viu-se na contingência de bater em retirada, deixando ali subordinados de sua confiança a guardar o tesouro...

Mas, quando tomou tal deliberação, já estava contaminado pelo mal. Ainda assim marchou em regresso para morrer delirando com o seu sonho das pedras verdes, quando já se aproximava de novo do seu querido arraial do Sumidouro, em maio de 1681.

Antes, porém, de cerrar os olhos para sempre entre aquelas brenhas, o glorioso bandeirante pôde recomendar ao seu filho Garcia Rodrigues que partisse levando as pedras à Câmara Municipal de São Paulo, a fim de que chegassem às mãos do rei de Portugal. E fez-lhe sentir também o quanto desejava que os seus restos mortais fossem sepultados no mosteiro de São Bento que criara em São Paulo.

Ao Borba Gato, que não o acompanhara às esmeraldas e que o viera encontrar nas vascas da morte, recomendou que prosseguisse nos descobrimentos com o resto da bandeira, como seu sucessor.

Depois disso, fale por mim o grande Olavo Bilac, cantando em versos de ouro o epílogo da epopéia de Fernão Dias:

*"Cala-se a estranha voz. Dorme de novo tudo.  
Agora, a deslizar pelo arvoredado mudo,  
Como um choro de prata algente, o luar escorre.  
E sereno, feliz, no maternal regaço  
Da terra, sob a paz estrelada do espaço,  
Fernão Dias Paes Leme os olhos cerra. E morre".<sup>5</sup>*

Morrera o maior de todos os bandeirantes, o gigantesco varão que, apesar de sexagenário, não trepidara em realizar o arrojado empreendimento que abria definitivamente as portas do nosso território para a civilização e para os progressos de que hoje nos orgulhamos.

A obra desbravadora de Fernão Dias Paes pertence ao número daquelas que se imortalizaram na consciência brasileira e erigiram pelo próprio mérito um monumento de gratidão eterna no coração da gente montanhesa.

#### NOTAS

- 4 p.l. Entretanto, segundo Diogo de Vasconcelos, o nome era Fernão Dias Paes Leme, filho de Fernão Dias Paes e D. Lucrécia Leme, cujo sobrenome Leme "é alteração de Lems, que no Brabante significa terra. Vem de um antigo nobre militar, que serviu aos reis de Portugal" (VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 4. ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 73).
- 5 BILAC, Olavo. *Poesias*. 10. ed., Rio de Janeiro: F. Alves, 1923, p. 275. O caçador de esmeraldas.

### III

BORBA GATO - D. RODRIGO DE CASTEL BRANCO - SABARÁ-BUÇU

M

orto Fernão Dias, cuja ultima vontade exprimira ao filho, no sentido de serem os seus restos mortais conduzidos para São Paulo, tratou Garcia Rodrigues de embalsamar-lhe o corpo pelo processo então conhecido, isto é, transformá-lo em múmia, mais facilmente transportável.

Para este fim, abriu uma cova de dois a três palmos de profundidade, na qual depositou o corpo, cobrindo-o com terra. Sobre a cova acendeu enorme fogueira, que alimentou com lenha grossa durante muitos dias, uns quinze talvez, findos os quais desenterrou o corpo, que se transformara em pele e ossos mumificados. Acondicionados, então, os preciosos restos, partiu para São Paulo, levando-os em canoa, rio das Velhas acima. A certa altura, porém, tendo naufragado a canoa que conduzia o cadáver de Fernão Dias, bem como as pedras verdes, Garcia Rodrigues só depois de muitos dias de pesquisas e trabalhos conseguiu salvar tão valiosa carga, tirando-a do fundo das águas e reencetando com ela a viagem para São Paulo.

Borba Gato, obediente às determinações do sogro e chefe, ficara no rio das Velhas, prosseguindo em suas explorações. Dias depois, chegava a Sumidouro o fidalgo D. Rodrigo de Castel Branco, recentemente nomeado pelo rei, administrador das minas. Este fidalgo cruzara com Garcia Rodrigues em Paraopeba e por ele estava informado do andamento das coisas.

Tendo Borba conhecimento da chegada do fidalgo, veio visitá-lo, pondo-o logo ao corrente das ordens que recebera do extinto governador das esmeraldas. Desta comunicação resultou desentenderem-se os dois chefes, por questões de poderes na administração dos descobertos, e, após longa discussão, exigiu, enfim, o fidalgo, que o Borba lhe entregasse as armas e munições da bandeira, a fim de subir às esmeraldas, ao que este se opôs, sob o fundamento de ser o legítimo sucessor de seu sogro, governador regularmente nomeado pelo rei, e serem

aquelas armas e munições propriedade exclusiva da bandeira. Em razão desse atrito, que assumiu sérias proporções, numa entrevista que tiveram os dois chefes no lugar que depois passou a denominar-se Alto do Fidalgo, um dos subordinados do Borba matou a D. Rodrigo, com um tiro de mosquete, segundo alguns autores; Pedro Taques porém, afirma em sua *Nobiliarquia* que o Borba “se precipitou tão arrebatado de furor, que dando em D. Rodrigo um violento empuxão o deitou ao fundo de uma cata, na qual caiu morto”. (*Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.*, t. XXXIII, 2ª parte, p. 163) <sup>6</sup>

Fosse ou não o autor da morte de D. Rodrigo, o fato é que Borba Gato, depois de ásperas lutas entre seus homens e os do fidalgo, se refugiou nos sertões do Piracicaba e rio Doce, indo viver entre os índios, dos quais se fez chefe respeitado e estimado durante muitos anos, ao passo que a gente de sua bandeira e a de D. Rodrigo, dispersando-se por aqueles socavões, com armas e gados, foram os primeiros povoadores das localidades marginais do rio das Velhas até o S. Francisco.

Desde então muito se falou das minas de ouro do Sabará-buçú, mas ninguém conseguia descobrir onde elas ficavam. Somente o Borba lhes conhecia o paradeiro, mas também deste ninguém dava notícia, pois agora tinha uma existência de selvagem, entre índios, nas ínvias matas, apenas de longe em longe conseguindo corresponder-se com sua família, às ocultas, por intermédio de alguns de seus índios mansos, mais fiéis.

Ao fim de alguns anos, porém, ralado de saudades, no propósito de ficar mais próximo da família, que habitava Taubaté, despediu-se daqueles índios e passou-se para Paraitinga, ainda refugiado nas matas, entre selvagens, e ali ficou aguardando o resultado das providências que o seu cunhado Garcia Rodrigues estava tomando junto do governo Artur de Sá e Meneses, para obter o seu perdão.

O resultado da interferência do cunhado a seu favor não tardou muito, graças ao grande prestígio deste, junto ao governador, cujo interesse pelo descobrimento das minas de Sabará-buçú, dentro em pouco decidia a questão. Com o pensamento voltado para aquelas minas, Artur de Sá concedeu ao Borba a comarca<sup>7</sup> por menagem, o que importava em franca liberdade, pois a comarca, então, estendia-se do litoral ao Peru e do rio da Prata aos sertões de Pernambuco. Tal mercê lhe foi concedida sob a condição de ir manifestar ao governador as famosas minas do Sabará-buçú.

Ao ter notícia do resolvido, não cabendo em si de contente, o famoso bandeirante partiu, pressuroso, a visitar a família, cujas saudades o torturavam. Esta, porém, não o reconheceu no primeiro momento do encontro. As duas filhinhas, que deixara no berço, estavam casadas e os netinhos tiveram-lhe medo, tal o seu aspecto rude e selvagem!

Passados os primeiros transportes felizes do regresso ao lar, sem perda de tempo, o valoroso sertanista foi a São Paulo agradecer a Artur de Sá o seu perdão, declarando-se às suas ordens para de novo subir ao sertão, e aquele governador nomeou-o tenente-general com supremacia nos postos conhecidos e ampla jurisdição sobre os descobertos.

Organizada, então, nova bandeira, de que fizeram parte os seus genros Antônio Tavares

e Francisco de Arruda, subiu Borba Gato ao Sumidouro, em 1699, rumando a estrada aberta pela bandeira de seu sogro Fernão Dias e, sem grande trabalho, foi ter de novo às minas do Sabará-buçú, que havia descoberto em 1678.

Aí chegando, fundou o arraial de Santo Antônio da Mouraria (mais tarde denominado Arraial Velho) e o de Rio das Velhas. E, enquanto esperava a chegada de Artur de Sá, que resolvera subir depois, a 23 de agosto de 1700, mandou retificar o caminho por onde andara, em 1696, um outro bandeirante Bartolomeu Bueno de Siqueira, quando, à procura da *pedra com o filho* (Itacolomi), vindo de Itaverava, por via de Paraopeba, confundira-a com o pico da serra de Congonhas, mais tarde denominada do Curral del Rei.<sup>8</sup>

Finalmente, com a chegada de Artur de Sá, em 1700, declarou-se oficial e definitivamente descoberto o Sabará-buçú, sendo então o tenente-general Borba Gato nomeado guardamora das minas do rio das Velhas, conforme a provisão de 6 de março daquele ano.

Foi desse período em diante que se deu, de fato, o povoamento da região do Rio das Velhas e quiçá das Minas, cabendo a Fernão Dias Paes a glória de ter sido o desbravador de nossas terras, a Borba Gato a do descobrimento do Sabará-buçú e a Artur de Sá a de ter lançado os alicerces da nossa organização civil e do princípio da autoridade nos rincões mineiros.

#### NOTAS

- 6 LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. Nobiliarquia paulistana. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Garnier, v. 33, parte 2ª, p. 27-333, 1870, p. 163 ou LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. *Nobiliarquia paulistana: história e genealogia*. 3ª ed., São Paulo: Martins, 1955, v. 3., p. 34.

*Comarca*. divisão política administrativa pertencente a uma capitania e que consistia numa grande extensão territorial com um certo número de vilas, cuja justiça era administrada pelo corregedor e seus ministros e demais autoridades administrativas para manter a ordem social e controle da produção de riquezas coloniais. Uma vez criada a comarca, estabelecia-se a sede administrativa num núcleo urbano ou "cabeça de comarca" (cidade ou vila notável), que centralizava o aparato burocrático-fiscal, e as câmaras. No século XVIII, até 1720, ano da criação da capitania das Minas Gerais, existiam três comarcas em território mineiro: a de Ouro Preto, de Sabará (ou Rio das Velhas) e Rio das Mortes, cujas "cabeças de comarca" eram Vila Rica, Vila Real de Sabará e São João del Rei, respectivamente. A partir dessa data houve um desmembramento da comarca do Rio das Velhas (com sede na Vila do Príncipe, atual cidade do Serro), e, posteriormente, nova divisão, criando-se, em 1815, a comarca do Paracatu – sede em Vila do Paracatu do Príncipe, atualmente cidade de Paracatu (CARVALHO, Feu de. *Comarcas e termos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. VARGAS, Deodato Antônio. *Dicionário português*: Porto, 1973, p. 293 VASCONCELOS, Diogo de. *Op. cit.* p. 97-102. COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais* com estudo histórico da divisão territorial administrativa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970, p. 75-86).

- 8 A Serra das Congonhas está orientada segundo a direção 50° S.O., tendo uma altitude média de 1.300 m. Seus pontos mais elevados, segundo a "Comissão Construtora da Nova Capital", são o pico (1.390 m) e o meio da serra (1.360 m). A serra situa-se em meio a um terreno constituído por xistos argilosos, "que pelo lado Norte se põem em contacto com gnaisses mesmo dentro dos limites da área suburbana de Belo Horizonte, e pelo sul se prolonga abrangendo uma área considerável". Na base da serra e acima dos xistos encontram-se calcários, geralmente estratificados, "cujas camadas têm a direção de 40 a 50° S.O., e a inclinação de 35 a 40°, sendo mergulhados para o sul". A Serra é coberta de campo, e o mato aparece nas cabeceiras dos córregos Serra e Acaba-Mundo e em parte da encosta para baixo. (SILVEIRA, Álvaro da. *Flora e serras mineiras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1908, p. 109. Ver também: TASSINI, Raul. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte*, antes Curral del Rei. Belo Horizonte, 1947).

#### IV

### BARTOLOMEU BUENO - JOÃO LEITE DA SILVA ORTIZ - FUNDAÇÃO DO CERCADO, FUTURO CURRAL DEL REI

N

aquele período do despertar das forças vivas de nossa terra, quando esta parte das Minas se tornava o celeiro provido de cereais e de gado, que deveriam abastecer outras zonas auríferas também descobertas - Itaverava, Ribeirão do Carmo e Ouro Preto -, logo depois de Borba Gato vieram muitos outros aventureiros paulistas e portugueses em demanda do Sabará-buçú, atraídos pela fama de riquezas inesgotáveis.

Dentre eles subiu o célebre bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva (mais tarde o Anhanguera II), que logo senhoreou imensa faixa de terras que ia do rio das Velhas ao Pará, onde montou fazenda.

Em 1701, quando a gente de Borba Gato, de D. Rodrigo e outros aventureiros, recentemente arribados às nossas plagas, começavam a povoar as circunjunções de Sabará e as margens do rio das Velhas - seduzidos pelas mesmas perspectivas de abundância do rico minério e atraídos por Bartolomeu Bueno -, pouco depois vieram reunir-se a ele os seus primos e mais tarde genros João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado. **Domingos Rodrigues do Prado teve também um sítio nas proximidades do Sumidouro, que vinha entestar com a serra das Congonhas. (Ver Sesmaria de Sebastião P. de Aguiar. Livro 7, p. 45 - Arquivo Público Mineiro.)<sup>9</sup>**

Apenas chegados, ao passo que Domingos do Prado foi estabelecer-se para os lados de Pitangui, João Leite, bem impressionado pelos aspectos atraentes da serra das Congonhas (mais tarde do Curral) e suas encostas, prevendo, talvez, encontrar boas faisqueiras de ouro, perlongou-as e, a certa altura, descobrindo um belo sítio com ótimas terras de cultura e magníficos pastos para criação, deles se apossou, fixando-se definitivamente com numerosa escravatura nesse lugar, a que denominou Cercado,<sup>10</sup> parte do mesmo solo em que está assentada a cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais.

É isto o que nos demonstra quanto sabemos da vida desse notável bandeirante, bem



*Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo "Anhanguera".  
Estátua no jardim dos Campos Elíseos em São Paulo.*

como a seguinte carta de sesmaria<sup>11</sup> a ele concedida pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, passada no arraial de Caeté, aos 19 de janeiro de 1711, a qual se pode ler na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano X, fasc. III e IV, de 1905.

“Ant. de Albuquerque Coelho de Carv. etc. - Faço saber aos q'. esta minha Carta de Sesmaria virem q', havendo respto. ao q'. por sua petição me enviou a dizer João Leyte da Silva, q'. ele Suppte., em o ano passado de 1701 fabricou fazenda em as minas no distrito do Rio das Velhas em a paragem aonde chamão o Sercado, e na dita fazda. teve plantas e criações, de que sempre pagou dízimos e situou gado vacum, tudo em utilidade da fazenda real e conveniencia dos minros. e porqu' se acha com a mesma feitura e escravos no d°. lugar, pa. tratarem da sobredita, fazenda, plantas e criações para o effeito de melhor augmentar quer haver por Sesmaria toda a terra da dita fazenda *comessando a sua datta do pé do serro das Congonhas, até a Alagoinha, estrada a que vay para os corraes da Babia q', será húa legoa, e da ditta estrada correndo para o Rio das Velhas tres legoas, por encheyo*, entrando todos os pastos, assim de campos, capoeyras, maninhos e tudo mais que ficar incluso na dita datta, preferindo elle Suppllicante a outro qualquer Sesmeiro pelo direito que tem de *primrº. povoador*; Pedindo-me lhe fizesse mce. mandar passar a ditta Sesmaria e Carta de dattas na fórmula q'. tinha requerido, e estylo observado; e visto seu requerimento e informação q'. deu o Prov<sup>or</sup>. e juiz das Sesmarias, Hey por bem de fazer mce. ao d°. João Leyte da Sylva em nome de S. Mag. q' Deos guarde, de se lhe dar de Sesmaria, das terras q', comprehende o *sítio já povoado hua legoa do serro das Congonhas ate' a Lagoinha, e correndo para o Rio das Velhas outra legoa, e meya* sem prejuízo de terceiro, assim e do mesmo modo q'. são com as suas referidas confrontações, com declaração que achandosse dentro dellas algú morador com tto. de primo. povoador, ou de haver comprado, não será expulço, e menos obrigado a aforar-se, porém não roçará de novo; E as dittas terras se cultivarão, e povoarão dentro de dous annos, e não o fazendo nelles se lhe denegará mais tempo, e se julgarão por devolutas na forma da ordem de Sua Magde. de 22 de Outrº. de 1698. E outro sy será obrigado a d°. João Leyte da Sylva a mandar confirmar esta Carta de datta por S. Magde. q'. Deos guarde dentro em tres annos plo. seu Conseº. Ultrº. Pelo q'. mando ao Provedor, e juiz das dattas e Sesmarias destes dstrictos lhe mande dar posse das dittas terras na forma do estylo. E a todos os officiaes de justiça a q. o conhecimento desta pertencer a fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se conthem; a qual por firmeza de tudo lhe mandey passar por my assinada, e sellada com o Sinete de minhas Armas, q'. se registrará na Secretaria deste Governo e aonde mais tocar. Dada neste Arrayal do Caeté aos 19 dias do mez de Janrº. de 1711. - O Secreto M. el Pegado a fez - Ant. de Albuq. de Carv.”<sup>12</sup>

Este documento preciosíssimo prova-nos clara e perfeitamente que João Leite da Silva Ortiz foi o primeiro homem civilizado que habitou e possuiu o belo local onde, 196 anos depois, se instalava a Capital - naquele longínquo tempo em que, segundo o admirável e fidelíssimo Antonil, “houve anos em que de todas estas minas ou ribeiros se tiravam mais de



cem arrobas de ouro, fora o que se tirava escondidamente de outros ribeiros, que os descobridores não manifestavam.”<sup>13</sup>

De fato, vê-se por esse documento que as terras concedidas a Ortiz abrangiam quase toda a área da atual Capital de Minas, pois ali está escrito:

“Comessando a sua datta do pé do Serro das Congonhas até a Alagoinha,<sup>14</sup> estrada que vay para os corraes da Bahia, que será hua legoa, e da ditta estrada correndo para o rio das Velhas tres legoas por encheyo”.<sup>15</sup>

Ora, o local da velha casa, que foi sede da fazenda do Cercado, ali está conservando o mesmo nome, distante mais ou menos uma légua de Belo Horizonte, próximo ao Cercadinho,<sup>16</sup> de onde nos vem parte da água com que nos abastecemos. Fica pouco além e abaixo da estrada de automóveis que vai para o Cercadinho, no ponto em que desta parte a que se dirige para Bom Sucesso.

Nesse local ainda se encontram restos dos troncos de árvores que foram decepadas e de cujas madeiras se construíram as dependências da fazenda. Aí ainda existem vestígios do antigo engenho, paiol e senzala, no meio do matagal, além dos velhos coqueiros que se aprumam, talvez plantados por Ortiz.

Aí está a serra das Congonhas, que a princípio tirou o seu nome de Congonhas de Sabará (hoje Nova Lima) e que se denominou depois Serra do Curral, quando nasceu o arraial do Curral del Rei.

Aí está, conservando a sua primitiva denominação, a Lagoinha, um dos mais florescentes bairros da Capital e que assim se chamou pela existência de uma lagoa que foi mais tarde drenada e extinta pela Comissão Construtora da Nova Capital, entre 1894-1897. Para além daquele bairro ainda existe a velha estrada que ia em demanda dos currais da Bahia e do São Francisco, e pela qual se fazia o grande comércio dos mascates e boiadeiros.

Nessas condições, que mais precisamos ainda para ter absoluta certeza sobre caber a João Leite da Silva Ortiz a glória de ter sido o primeiro homem civilizado que possuiu e habitou o solo de Belo Horizonte? Nada. A ele, pois, devemos grande preito de veneração, por ter sido o fundador de um dos mais antigos arraiais de Minas e aquele que havia de ser o centro irradiador da civilização e do progresso para todo o Estado, quando transformado em sua nova capital maravilhosa.

Mas, se quisermos que seja completa a indenização de nossa dívida para com a memória imperecível de Ortiz, não basta essa veneração espiritual; é preciso que se lhe erga, em uma de nossas mais lindas praças (no alto do Cruzeiro, por exemplo),<sup>17</sup> um monumento duradouro, onde fiquem gravados, no bronze ou no granito, o seu nome, o ano de 1701 e uma expressiva legenda de gratidão \*

\* Sabemos que, baseada em nossos estudos sobre a individualidade do grande bandeirante, a Prefeitura já deu a denominação de “Silva Ortiz” a uma das ruas suburbanas da Capital. Conquanto bem pequena a homenagem, já não está de todo esquecido o grande nome do fundador de Curral del Rei.<sup>18</sup>

## NOTAS

- 9 Na realidade existem, no Códice — da Seção Colonial do APM, duas cartas de sesmarias do capitão-mor Sebastião Pereira de Aguillar. Na f. 45, um sítio na testa pequena do Sumidouro, e na f. 45v., no Riacho das Abóboras. A primeira é datada de 14/1/1711 e a segunda, de 15/1/1711.
- 10 A antiga fazenda do Cercado, distante 6 km da capital, foi de propriedade de João Leite da Silva Ortiz (até o ano de 1721), do alferes de Dragões Antônio Teixeira Pinto (1752) e, posteriormente, arrematada por Antônio de Sousa Guimarães, além de outros. Os Guimarães residiram na velha sede do Cercado durante apenas cinco anos, devido ao estado precário da construção, e aproveitaram o material na reforma da coberta do engenho em cuja fachada se via a janela da sede. Por volta do ano de 1928, a casa era apenas o engenho adaptado em moradia. Em 1905, a fazenda pertencia a Felismino da Silva, filho de Pedro dos Santos. No extinto Museu Tassini, existiu o arco da porta principal da Casa de Ortiz (que posteriormente serviu à capela dos Guimarães no local do engenho) medindo 1,40 x 14cm em duas vistas, bem como a rosca da prensa da farinha de mandioca fabricada como moirão. Em meados de agosto de 1946, o último esteio do engenho da fazenda foi arrancado. Para Waldemar Barbosa, quando na capital já existiam inúmeros bairros, a fazenda do Cercado continuava afastada da cidade, o que faz afirmar que o nascimento do arraial do Curral del Rei se deu fora dos terrenos da dita fazenda. O local da sede da fazenda do Cercado de João Leite da Silva Ortiz era distante “mais ou menos uma légua de Belo Horizonte”. Cercado localizava-se onde é hoje a região entre os bairros Santa Lúcia e Havaí (perto da avenida Barão Homem de Melo), compreendendo as proximidades dos bairros Jardim América, Nova Cintra e adjacências (BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A verdade sobre a história de Belo Horizonte*. FIMAC, 1985, p. 54. TASSINI, Raul. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte*, s/ ed., 1947, p. 17. VALADARES, Virginia Maria Trindade; BELISÁRIO, Regina Célia de Moura Gomide. *Controvérsias historiográficas sobre as origens do arraial Curral del Rei*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura/ Museu Abílio Barreto, 1991 (mimeo.), p. 9, 53; depoimento oral da Profª Ismailia Moura Neves - 1992).
- 11 A Carta de Sesmaria era um documento de legalização da propriedade territorial concedido pela Coroa Portuguesa aos sesmeiros, que deveriam ocupar e povoar a terra, desenvolvendo atividades agropastoris e afins num determinado prazo (normalmente dois anos, no caso de Minas Gerais). Alguns sesmeiros mineiros ocupavam a terra sem preocupação imediata de legalizá-la através da carta. Esta trazia o nome do proprietário, a data de concessão, a localização da terra, a extensão e algumas vezes informações sobre o tipo e a quantidade de mão-de-obra, as atividades desenvolvidas, bem como o prazo para demarcação, cultivo e ocupação (GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. *Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750)*. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, v.2, p.7-36, jun./1986).
- 12 CARTAS de Sesmarias. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, 1905, v.10, p. 899-979, 904-905. (Os grifos são do autor.)
- 13 ANTONIL [Frei João Antônio Andreoni]. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas*. Rio de Janeiro: Souza & Cia., 1837, p. 147.
- 14 O trecho retirado da carta de sesmaria não possui o Δ, sendo a correção feita por Abílio Barreto decorrente de um erro e um “engano infantil”, segundo Waldemar de Almeida Barbosa. Para este o vocábulo lagoinha era comuníssimo e por um “exame ligeiro da planta da capital mineira mostra a impossibilidade de o bairro da lagoinha ter qualquer ligação com a sesmaria do cercado”. A lagoinha situa-se perto do centro da cidade. E conclui Barbosa: “Além disso, se a lagoinha fosse divisa da sesmaria do Cercado, o centro do arraial do Curral del Rei, isto é, o largo da Matriz, que é a atual praça onde se ergue hoje a Catedral, estaria completamente fora dos terrenos do Cercado” (BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A verdade sobre a história de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Precisa, 1985, p. 24).
- 15 CARTAS de Sesmarias. *Op. cit.*, 1905, p. 31, v.10, p. 899-979, 904-905.
- 16 N.A. A região de Cercadinho corresponderia hoje, assim como Cercado, aos bairros Santa Lúcia, Jardim América e adjacências (VALADARES e BELISÁRIO. *Op. cit.*, p. 53).
- 17 Atual Praça Milton Campos.
- 18 A referida rua situa-se no bairro Floresta, começando na Avenida Assis Chateaubriand, n. 115, e findando na rua Brasópolis, 104.

## ALGUNS TRAÇOS BIOGRÁFICOS E GENEALÓGICOS DE JOÃO LEITE DA SILVA ORTIZ



ra João Leite da Silva Ortiz um paulista de alta linhagem, nascido na vila da ilha de São Sebastião, descendente de uma das principais famílias de São Paulo, sendo tio de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, autor da célebre obra *Nobiliarquia Paulistana*, um dos maiores monumentos da nossa história. O ano do seu nascimento deve avizinhar-se de 1670, porque o 5º da irmandade de que ele era o 3º (Bartolomeu Paes de Abreu) nasceu em 1674, segundo nota que devo a esse alto espírito de historiador, que é o Dr. Afonso de Taunay.<sup>19</sup>

Era filho de Estêvão Raposo Bocarro e de sua esposa D. Maria de Abreu Pedroso Leme, sobrinha de Fernão Dias Paes e tetraneta de Brás Cubas. Conseqüentemente, Fernão Dias, governador das esmeraldas, era tio-avô de João Leite da Silva Ortiz, cuja ascendência ‘tocava aos Lemes, família de grandes varões, que de Martins Leme, flamengo de Bruges, provinha, desde que este belga passara a Portugal, obtendo de Afonso V o foro de fidalgo de sua casa’ - conforme conta Taunay, citando a *Nobiliarquia*.

“Quanto ao pai, Estêvão Raposo Bocarro - diz o autor citado -, corria-lhe nas veias o sangue de Gaspar Picão e Gaspar Fernandes Palha, da governança da vila de S. Sebastião e da de Santos, investidos dos mais altos cargos naquelas repúblicas.” Por parte materna “o guarda-mor” Estêvão Raposo Bocarro foi neto de Francisco de Escobar Ortiz, primeiro povoador da ilha de São Sebastião, a qual lhe concedeu para si e seus descendentes o donatário da capitania de cem léguas, Pedro Lopes de Sousa, para com sua nobre geração a povoar, como fez, saindo da capitania do Espírito Santo com sua mulher D. Inês de Oliveira Cotrim e com suas filhas já casadas”, conforme a *Nobiliarquia* citada. Ainda contava entre os ascendentes o famoso destruidor de Guayrá, Antônio Raposo Tavares” - acrescenta Taunay, na sua admirável monografia *Bartolomeu Paes de Abreu*.<sup>20</sup>

Exaltando ainda os méritos do pai de Ortiz, refere-nos o autor citado: ‘Pessoalmente era homem de grandes méritos; vigilante guarda-mor da rainha, da barra da Bertioga à ilha



João Leite da Silva Ortiz, capitão de ordenanças e depois guarda-mor. Imaginativa e desenho de Érico de Paula.



Autógrafos de dois despachos e da assinatura de João Leite da Silva Ortiz, copiadas de umas petições de terras minerais, de 1729 a 1730, quando ele era guarda-mor em Goiás. Esses papéis pertenceram ao poeta e historiador goiano Joaquim Bonifácio de Siqueira e hoje pertencem à sua viúva Ex<sup>ma</sup>. Sra. D. Zenaide Siqueira. Tradução do 1º despacho: "Sim. O escrivão passe carta de data ao suplicante na forma do estilo não prejudicando terceiros. Goiasés, 21 de maio de 1729 anos. Ortiz". Tradução do 2º despacho: "Como pede sem prejuízo de terceiros. Goiasés, 25 de maio de 1730. Ortiz".

de S. Sebastião, no tempo em que o inimigo e pirata francês andava roubando as embarcações que navegavam para aquela costa, mereceu grandes elogios a sua conduta, valendo-lhe honrosas provisões das autoridades superiores da capitania.”

Do seu consórcio teve Estêvão Raposo Bocarro nada menos de doze filhos, todos naturais de São Sebastião, dos quais João Leite foi o terceiro. Os demais, pela ordem dos nascimentos, eram os seguintes: Pedro Dias Raposo, Estêvão Raposo Bocarro, Diogo de Escobar Ortiz, Bartolomeu Paes de Abreu, Bento Paes da Silva, D. Inês de Oliveira Cotrim, D. Verônica Dias Raposo, D. Isabel Paes da Silva, D. Catarina de Oliveira Cotrim, D. Antônia Requeixa de Peralta e D. Leonor Correia de Abreu.

Desses irmãos, Estêvão Raposo Bocarro, depois de constituir família, deixou sua terra e foi instalar-se com grande fazenda de criar nos sertões do S. Francisco, rumo dos currais da Bahia, dali abrindo mais tarde estrada franca pela Urucuia para as minas de Vila Boa de Goiás, tendo sido dos grandes sertanistas do seu tempo, a ponto de se tornar famoso, conquistando e domando o bárbaro gentio.

Tendo Ortiz recebido, na terra do seu nascimento, a instrução que era comum ministrarem a seus filhos as famílias mais poderosas de São Paulo, naquela época, entregou-se o jovem descendente de sertanistas à vida aventureira, em companhia de parentes. Infelizmente, esse período de sua vida apresenta-se-nos completamente obscuro, e é natural que assim o seja, pois estava Ortiz na fase de aprendizagem, preparando-se para os grandes feitos que o haviam de notabilizar.

Efetivamente, nos primeiros dias do descobrimento das Minas Gerais, fomos encontrá-lo, como já ficou escrito, fundando a fazenda do Cercado, depois Curral del Rei e hoje Belo Horizonte.

Por esse tempo, ainda estava solteiro e deveria contar os seus 31 anos, mais ou menos. Ignoramos se ele já conhecia a sua prima Isabel Bueno, com quem viria a casar-se mais tarde. Mas os antecedentes desse casamento deixam entrever que Ortiz já a conhecia, quando veio para as Minas em 1701.

Pelo que ficou dito e pelo mais que ainda diremos sobre essa notável individualidade tão destacada nos tempos coloniais, poder-se-á formar uma idéia bem aproximada de quem foi o descobridor e primeiro povoador da localidade onde, 196 anos mais tarde, seria instalada a nova Capital de Minas Gerais.

#### NOTAS

19 TAUNAY, Afonso de E. Um grande bandeirante - Bartolomeu Paes de Abreu: 1674-1738. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, 1922, t. 1, p. 423.

20 *Ibidem*, p. 424.

## HAVERIA GRANDES LAVRAS DE OURO NO CERCADO? CREMOS QUE NÃO



Como dissemos, atraído pelo futuro sogro, o Anhangüeta II, João Leite da Silva Ortiz, como todos os paulistas que subiram para as Minas, naqueles tempos, vinha aventureiramente à cata de ouro. Tê-lo-ia encontrado abundante nas terras do Cercado, de que se apossou? Eis uma interrogação que está reclamando amplos esclarecimentos, por ser até hoje ponto bastante controvertido.

É certo afirmar a *Nobiliarquia Paulistana*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, que “João Leite da Silva Ortiz estava rico e abastado e bem estabelecido de *lavras minerais*, com numerosa escravatura, no sítio chamado o Curral d’El Rey”, isto em 1720. Mais adiante refere-se à brilhante situação que Ortiz alcançara “*nas suas ricas lavras no Curral d’el Rey*”. E, ainda em outro ponto, declara que Ortiz havia “entablado *Fábrica de Mineraes no Curral d’el Rey*”. Finalmente, acrescenta que este “era quasi um nababo em as suas *Ricas lavras de Curral d’el Rey*”.<sup>21</sup>

Em que pese a grande autoridade de Pedro Taques, alimentamos fundamentadas dúvidas neste particular da existência de grandes lavras minerais no local em que existiu o arraial e no qual está assentada hoje a Capital de Minas.<sup>22</sup>

Efetivamente, segundo a carta de sesmaria concedida a Ortiz pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, ele “fabricou fazenda em as Minas no districto do rio das Velhas, em a paragem aonde chamam o Cercado e *na dita fazenda teve plantas e criações de que sempre pagou dízimos e situou gado vacum*, tudo em utilidade da fazenda real e conveniência dos mineiros”.<sup>23</sup>

São esses os termos da petição que ele próprio fez ao governador Albuquerque, pedindo as terras que ocupava desde 1701. Onde a menor referência a lavras minerais nessa petição?

Acresce ainda que segundo cartas e ordens régias citadas pelo desembargador José João Teixeira Coelho, em suas *Instruções para os Governadores da Capitania de Minas*

*Gerais (Revista do Arquivo Público Mineiro, p. 556, 1903) as terras da Capitania eram concedidas pela forma seguinte: 'Sendo as sesmarias pedidas nas terras onde se acham minas ou caminhos para elas devem ser de meia légua em quadra; e no sertão de três léguas'.<sup>24</sup>*

Ora, conforme vimos, Ortiz requereu 3 léguas e obteve 2 1/2, como está na sua carta de sesmaria; logo, não se tratava de terrenos minerais ou de caminhos para eles e sim de terras de sertão para lavoura e criação, a não ser que o governador Albuquerque houvesse descumprido, em benefício de um paulista, as leis e ordens régias nesse particular, as quais estavam em pleno vigor.

Além disso, nenhum dos estudos que conhecemos sobre terras minerais do nosso Estado faz referências a grandes lavras de Curral del Rei, nos tempos coloniais.

Baseado nesses argumentos, temos razões para crer que Pedro Taques foi mal informado quanto à origem da fortuna de Ortiz. Poderia esta constituir-se, e constituiu-se, de ouro em pó ou em barras, moeda do tempo. O ouro, porém, não foi por ele extraído e sim adquirido com os produtos da sua fazenda do Cercado.

Reforçando a nossa opinião e as nossas conclusões sobre a não-existência de tais lavras, eis o que escreveu o mestre Augusto de Lima na *Revista do Brasil*, em 1907:

'Não é inverossímil presumir que o iluminado planalto, onde pousa a formosa capital mineira, foi atingido nos primeiros albores do século 18. A expedição do Borba Gato deixou vestígio em todo o percurso do rio das Velhas e de seus numerosos tributários. Os ribeirões do Borba, do Gaia, da Prata, dos Arrudas,<sup>25</sup> etc., bem estão perpetuando os nomes e as tradições das primeiras bandeiras que penetraram por este lado de Minas Gerais.

Arruda, foi, provavelmente, o primeiro que perlongou, do rio das Velhas até aqui, o curso do ribeirão que conserva o seu nome.

O incentivo dessa diligência, nem é preciso insistir em o afirmar, era o mesmo que impelira todas essas numerosas bandeiras de portugueses e paulistas para o coração da terra mineira. Não é provável que Arruda encontrasse aqui o que vinha procurando: a formação mineralógica do solo só lhe oferecia vantagens nos contrafortes orientais da serra.

O leito do ribeirão e os de seus numerosos afluentes não ofereciam o rico e excelente cascalho aurífero. Não havia os tabuleiros e gupiaras, que em outros sítios deparavam descobertos famosos e deslumbrantes.

Em compensação a esse malogro, rasgava-se ao olhar do bandeirante uma das mais grandiosas e belas perspectivas que a natureza pode oferecer.

Não dizem os minguados arquivos locais que resultados para a futura povoação se tirou dessa e de outras excursões.

Com o comércio de gado dos sertões da Bahia, já vamos encontrar uma povoação feita, tendo começado por uma dependência fiscal. O gado era recolhido do *Curral del Rei*, depois contado no registro das *Abóboras*, que por isso se denominou Contagem.<sup>26</sup>

A topografia excepcionalmente favorecida destas paragens prestava-se para o estabelecimento de uma povoação dada à cultura e à vida pastoril.



*Panorama do local em que existiram as casas, engenhos e senzalas da fazenda do Cercado, berço do arraial de Curral del Rei e crisálida da cidade de Belo Horizonte, capital de Minas.*



Não era, porém, esse o espírito da época, todo inclinado à vida nômade das bandeiras de mineração, de modo que, enquanto Vila Rica, Sabará, Serro Frio e outros núcleos coloniais se constituíam em centros populosos e ricos por sua situação em terrenos auríferos de exploração permanente, Curral del Rei, perdendo a posição de empório do comércio do gado sertanejo, estacionou em seu desenvolvimento, não oferecendo as faisqueiras de suas imediações lucro que fixasse ao solo uma população, como a dos outros lugares referidos.”

Vemos, pois, que foi Arruda quem deu nome ao ribeirão que atravessava a cidade de Belo Horizonte, o que ainda documentaremos em outra parte deste trabalho. E, como o consagrado mestre, acreditamos que em Curral del Rei, em vez de grandes minas, houvesse faisqueiras de ouro de aluvião, trazido pelas águas dos córregos vindos das serras, sendo que a tradição oral nos fala mesmo de boas faisqueiras de ouro, especialmente no Barro Preto.<sup>27</sup> Mas, a não ser essas faisqueiras, só conhecemos referências a uma lavra (isto já em nossos dias), existente no Taquaril,<sup>28</sup> proximidades de Belo Horizonte, explorada por ingleses, aí por volta de 1864, e cujo ouro era extraído do subsolo por processos relativamente modernos. Essa lavra, naturalmente, nem foi explorada nos tempos coloniais, quando se minerava nos córregos, nos morros, ou onde quer que houvesse *pinta* do precioso metal, mas geralmente em *catas* pouco profundas. Se os mineiros faziam desmontes nos morros por meio de água, ou se abriam *catas* nos lugares de boa formação ou *pinta*, jamais exploraram o subsolo profundo, porque não tinham o aparelhamento necessário.<sup>29</sup>

Para provar a existência de grandes lavras minerais em Curral del Rei não sirva, pois, de argumento a vultosa cópia de ouro que Ortiz houvesse adquirido nas Minas, pois, naqueles tempos, como já dissemos, a moeda circulante era o ouro em pó, e, mais tarde, depois de criadas as casas de fundição, o ouro em barras. Conseqüentemente, ele poderia ter reunido a maior fortuna, representada pelo precioso metal, com a venda dos produtos de sua fazenda de lavoura e criação, produtos esses que custavam consideráveis quantias, vez que naqueles áureos tempos quase toda gente preferia minerar a cuidar de lavoura ou de pecuária. Naturalmente, bem compreendendo a situação da época, Ortiz escolheu os trabalhos da fazenda que lhe prometiam lucros consideráveis e bem mais certos do que os decorrentes de descobrimentos e exploração de ouro.

Demais, as grandes lavras de ouro que existiram na comarca de Sabará, conhecidas desde os tempos coloniais, eram: Raposos, Congonhas (hoje Morro Velho), Glória, Gaia, Gabiroba, Espírito Santo, Dufles, Faria, D. Florisbela, Capão, Papa Farinha, Pissarrão e Taquaril,<sup>\*30</sup> sendo que, como ficou dito, esta última só foi explorada, não tendo dado bons resultados, em 1864, por processos modernos, desconhecidos nos tempos da fundação do arraial de que nos ocupamos.

Temos, pois, razões bastantes para não aceitar a versão da existência de grandes lavras minerais em Curral del Rei.

\* FERRAND, Paul. *L'or a Minas Geraes*, v.I.

NOTAS

- 21 LEME. *Op. cit.*, v. 35, parte 1ª, p. 135-422, 1872, ou LEME. *Op. cit.*, p. 90.
- 22 Os trabalhos historiográficos que analisam a atividade mineradora no século XVIII em Minas não fazem referências específicas à exploração do ouro no Curral del Rei, e sim na comarca do Rio das Velhas, que engloba o território e adjacências do Curral. Sobre a divergência de posição dos estudiosos acerca da existência de terras auríferas no Curral del Rei, ver: VALADARES, Belisário. *Op. cit.* p. 9-10.
- 23 REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 10, p. 904-905, 1905. Os grifos são do autor. As atividades agropastoris na capitania das Minas Gerais desenvolveram-se, desde os anos iniciais do século XVIII, concomitantemente à exploração aurífera, tornando-se atividades muito lucrativas e absorvendo um expressivo contingente populacional de todas as condições. Sobre a importância da estrutura agrária na sociedade mineira do século do ouro, ver: GUIMARÃES. Reis. *Op. cit.*
- 24 COELHO, José João Teixeira. Instruções para o Governo da Capitania de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 8, n. 1-2, p. 399-581, 556, 1903
- 25 Correndo dentro das terras da sesmaria do Curral del Rei o antigo Ribeirão Grande, posteriormente chamado ribeirão Arrudas, partindo da construção do ramal férreo (1894) - que começa em General Carneiro - e banhando o distrito de Belo Horizonte no sentido de sudeste para nordeste, recebe vários córregos afluentes como o Acaba-Mundo, Cercadinho, Ferrugem, Leitão, Mangabeiras, Navio, Pastinho e o Serra. Todos estes afluentes irrigavam as terras pertencentes a Leite Ortiz e seus companheiros bandeirantes (SENA, Nelson de. *O cinquentenário de Belo Horizonte*: 12 de dezembro de 1945. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1947).
- 26 Contagem ou registro era uma espécie de alfândega ou posto fiscal onde se pagava o direito de entrada. Ali existiam soldados e funcionários régios que procuravam impedir o extravio do ouro, exigindo pagamento de taxas pela entrada de qualquer mercadoria nas Minas. Esses registros foram sendo criados ao longo do século XVIII em vários pontos da capitania das Minas Gerais. O primeiro foi o de Contagem das Abóboras, começando a funcionar em 9 de agosto de 1716, e cercava a entrada de mercadorias vindas da Bahia. Ao seu redor, nasceu o arraial de São Gonçalo da Contagem, atualmente Contagem (BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985, p. 67-68). Sobre a história de São Gonçalo da Contagem e adjacências, nos tempos coloniais, merece destaque o estudo de Adalgisa Arantes Campos e Carla Maria Junho Anastasia: *Contagem*. origem, publicado pela Mazza Edições em 1991. A obra reconstitui parte da dinâmica social e econômica da região e o cotidiano das relações naquela sociedade, mostrando que a atividade agropastoril dominava a economia e possibilitava o enriquecimento dos fazendeiros do século do ouro.
- 27 Belo Horizonte, como cidade planejada, teve um crescimento urbano da periferia para o centro. A área interna ao perímetro da Avenida do Contorno (com funções específicas) expeliu as camadas rurais e populares para as zonas suburbanas e rurais. As colônias agrícolas próximas à capital (como Carlos Prates, Lagoinha, Horto, Santa Ifigênia, etc.), que forneceriam produtos hortifrutigranjeiros, foram assimiladas e incorporadas oficialmente à zona urbana. A antiga área conhecida por Barro Preto, nos anos iniciais do século XX, transformou-se em um populoso bairro habitado por operários da capital, que se avolumavam em "cafuzas", motivo de constantes preocupações das autoridades governamentais. Em 1910, o Barro Preto passou a ter iluminação elétrica, contribuindo para melhoria de vida dos operários ali residentes. Atualmente corresponde, pela planta oficial da cidade, a 8ª e 11ª zona urbana (*Diversas Minas Gerais*, 25/dez/1910, v. 19 n. 305, p. 4; FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A classe operária em Belo Horizonte: 1827-1920. In SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982, p. 174, 187; MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973; depoimento da Profª. Ismailia Moura Neves em 1992).
- 28 A fazenda do Taquaril pertenceu a uma companhia de mineração inglesa no período de 1865 a 1870. Durante longos anos foi propriedade do coronel Custódio Pinto. Atualmente corresponde aos terrenos que são continuação do bairro Vera Cruz (TASSINI, Raul. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte*: antes Curral del Rei. Belo Horizonte: 1947. VALADARES e BELISÁRIO. *Op. cit.*, p. 57).
- 29 Os trabalhos historiográficos que enfocam a mineração em Minas Gerais, em sua expressiva maioria, mostram que após meados do século XVIII a atividade mineratória entra em decadência, devido à exaustão dos solos minerais (ouro de aluvião e grupiarias ou desmonte de barrancos), associada à reduzida tecnologia extrativa. No século XIX, o governo brasileiro, na tentativa de soerguer essa atividade, dava permissão, através da lei de 1824, para que companhias estrangeiras pudessem explorar as jazidas auríferas. A lei surtiu efeitos e treze companhias inglesas, duas francesas e algumas poucas brasileiras passaram a explorar diversas regiões da Província, como Morro Velho, Cocais, Cata Branca e Gongo Sôco. Dentre essas companhias estrangeiras, destacamos a Saint John D El Rei Mining Company, implantada em Morro Velho (1830), que, a partir de 1834, passa a atuar em escala comercial, funcionando até 1885, quando um desastre suspende suas atividades, só sendo retomadas após a extinção da escravatura. Embora empresa essencialmente capitalista, orientada por uma tecnologia moderna, a Saint John utilizou, durante o período em atividade,

predominantemente, mão-de-obra escrava (IGLÉSIAS, Francisco. *Três séculos de Minas*. Belo Horizonte: Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa, 1985. Cadernos de Minas, p. 23; MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1982, p. 8 e 9; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, especialmente cap. 5: As Minerações estrangeiras em Minas: o escravo e o sistema fabril, p. 257-307. Especificamente sobre as atividades da Saint John D El Rei Company em Morro Velho no século XIX e sobre a organização do trabalho nesta Mina no século XX, ver: GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho. a extração do homem. Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984).

30 FERRAND, Paul. *L'or a Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913. p. 129, 133, 145, 148, 153, 161

## VII

### OS VIZINHOS DE ORTIZ - O RIBEIRÃO DOS ARRUDAS - CURRAL DEL REI



inha João Leite da Silva Ortiz por vizinhos: José Marques, povoador

do Ribeirão dos Macacos; Bartolomeu Bueno da Silva, estabelecido no Pará; Borba Gato, no arraial que fundara, depois chamado Arraial Velho, e no sítio que possuía junto ao ribeirão que vinha do Cercado; Francisco Rodrigues Penteado e seus irmãos, fundadores da Roça Grande; os irmãos Raposos, que exploraram o ribeirão desse nome e fundaram o respectivo arraial; Mateus Leme, que se estabeleceu em Itatiaiuçu; Bento Pires, que senhoreou, com sua família, grandes latifúndios, que até hoje lhe conservam o nome, nas proximidades da Capital;\* Sebastião Pereira de Aguiar, baiano famoso, régulo temível, que se fixou em Caeté, dominando toda a vasta região que ia de Bento Pires ao Sumidouro do Rio das Velhas, inclusive o Ribeirão das Abóboras, junto ao qual tinha uma fazenda como importador de gado dos currais da Bahia e da qual nasceu o arraial da Contagem, cujo nome deriva do fato de ser ali que se contava o gado importado da Bahia e do S. Francisco para pagar as taxas reais\*\*; Leonardo Nardes de Arzão e Sousa, também em Caeté; José Rodrigues Betim, sua mulher, filhos e cunhados, bem como Antônio Pereira Taques, fundadores do arraial de Betim, hoje Capela Nova; Domingos Rodrigues da Fonseca, que descobriu o Ribeirão do Campo, no lugar chamado Congonhas, mais tarde Vila Nova de Lima e hoje Nova Lima; Francisco de Arruda e Sá, que se instalou com sua família nas margens do ribeirão que vinha

\* Uma carta de sesmaria concedida a Inácio da Rocha Feio a 23 de janeiro de 1717 diz que ele estava em um sítio chamado Bento Pires, cujas benfeitorias houvera por compra a Custódio da Costa, onde lançara gados e roças, com faculdade do capitão Manuel de Mendonça, a quem pertencia (Livro 7, p. 57v., SC - APM).

Em 31 de outubro de 1720 o Conde de Assumar dava ordem para que fossem presos dois filhos de Bento Pires: Salvador e Alberto. Não conseguimos saber qual o motivo dessa prisão (Livro 13, SC - APM).<sup>31</sup>

\*\* Revista do Arquivo Público Mineiro, v. II, p. 260).<sup>32</sup> Uma carta de sesmaria concedida a Sebastião Pereira de Aguiar a 14 de janeiro de 1711, no sítio da mata pequena do Sumidouro, diz que ela principiava no sítio a que chamam de Domingos Rodrigues do Prado a entestar com a Serra das Congonhas que poderá ter três léguas de comprido com légua e meia em quadra para o fundo, fazendo pião no sítio que chamam do Bento Pires" (Livro 7, SC - APM, p. 45).



*Rancho que existiu na extinta Rua do Capim, mais ou menos no local em que fica hoje a Rua Rio de Janeiro, acima do Pronto Socorro.*

do Cercado, nas proximidades do lugar hoje denominado General Carneiro, motivo pelo qual aquele ribeirão tomou o nome de Arrudas, o que se documenta com o seguinte extrato da carta de sesmaria publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano X, fasc. III e IV, p. 930, 1905:

“Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho etc. Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem que havendo respeito ao q' por sua petição me enviou a dizer o Padre Manoel de Mattos de Siqueira, sacerdote do habito de S. Pedro, q' elle suplicante estava em hum sítio de rosas em q' vivia a dois para tres annos, havendo de compra que fizera a Joseph de Payva e Alexandre Gonçalves, sito no ribeirão q' vem do Curral d'El Rey a desaguar no rio das Velhas, junto a Francisco de Arruda e Sá, e porque elle suplicante tinha bastante fábrica,<sup>33</sup> e carecia de matos para se alargar e assim da dita sua roça, intestando com ella está um pedaço de mato de uma e outra banda do ribeirão queria elle supplicante haver por sesmaria mil braças de circuito, incluindo nellas a mesma roça”, etc.<sup>34</sup>

Aí temos, pois, a origem do nome deste ribeirão tão nosso conhecido, que atravessa Belo Horizonte, o qual só tinha a denominação, que conserva, no lugar em que existia a fazenda de Francisco de Arruda, pois até 1894, dali para cima, os habitantes do arraial o indicavam pelas denominações dos lugares que ele banhava, tais como. Marzagão, Freitas, Cardoso, Saco, Calafate, Nogueira e Cercado. Outros o denominavam, geralmente, “Ribeirão Grande”. \* <sup>36</sup>

Estabelecendo-se no Cercado com numerosa escravatura, dedicou-se Ortiz especialmente ao plantio de roças, criação e negociação de gado, trabalhos de engenho e, provavelmente, a faisqueiras de ouro, nos córregos. Os bons resultados de seus trabalhos foram atraindo outros povoadores.

Com o correr do tempo e devido às excepcionais condições de localidade – ótimas pastagens, magníficas e abundantes aguadas, clima excelente, beleza paradisíaca –, onde se importava grande quantidade de gado vindo dos sertões da Bahia e do S. Francisco, para o abastecimento das zonas auríferas, Cercado tornou-se um dos pontos de concentração dos rebanhos transitados pelo registro das Abóboras, onde, como dissemos, Sebastião Pereira de Aguilar tinha uma grande fazenda. Este Aguilar, em 1714, era já um velho trôpego e doente, pelo que D. Brás Baltasar, “atendendo aos seus achaques e idade, aliviava-o do encargo do governo da comarca e nomeava para substituí-lo o brigadeiro João Lobo de Macedo”. <sup>37</sup>

Como ficou dito, em Abóboras existia um registro para a contagem das reses a serem exportadas e para o pagamento das taxas do rei, as quais durante algum tempo foram de uma oitava de ouro<sup>38</sup> por cabeça e mais tarde duas oitavas e meia.

\* Outro parente desse Arrudas habitava as proximidades de Roça Grande, como prova a carta de Sesmaria concedida a 4 de fevereiro de 1711 “a Antônio de Oliveira, Manuel Vieira e Antônio de Miranda, de umas roças que haviam comprado a Sebastião de Arruda da Costa por 1.200 oitavas de ouro, sitas detrás do Morro da Roça Grande em que viviam”(Livro 7, cit., p. 60v.)<sup>35</sup>

Efetivamente, o termo de junta,<sup>39</sup> assinado por D. Brás Baltasar e lavrado a 4 de fevereiro de 1715, para a repartição do imposto de 30 arrobas de ouro, a vigorar de 20 de março daquele ano até igual data de 1716, estabelecia que “quanto ao gado se levantarão registros como o que está posto nas Abóboras e cada ouvidor-geral ou Câmara porá registro no seu distrito donde melhor lhe parecer, e poderão haver as Câmaras em satisfação de quintos uma oitava de ouro por cabeça que entrar sem distinção, de boi ou vaca, com declaração que os ouvidores-gerais das comarcas, ou quem seus cargos servir, poderá ver os lançamentos cada três meses”, etc. (Livro 6º, 1709-1754, Sec. Col.; f. 44 – Arquivo Público Mineiro)<sup>40</sup>

Dadas essas circunstâncias, logo depois de fundada a fazenda do Cercado, foi surgindo o povoado, ao qual os habitantes deram o nome de Curral del Rei, por causa do cercado ou curral ali existente, em que se reunia o gado que havia pago as taxas do rei, segundo a tradição corrente através de todos os tempos.

O arraial já tinha esse nome em 1707 a julgar pela carta de sesmaria de José Ribeiro.

O Sr. coronel Artur Campos, ilustre e paciente cultor da nossa história, bem como outras pessoas antigas, asseveram ter ouvido de seus antepassados que o arraial de Curral del Rei assim se chamava pelo fato de se haver estabelecido ali, com curral de aluguel, nos primeiros tempos das minas, um descendente de Tomé Portes del Rei.

Segundo essa versão, o gado que pagava o imposto no Registro de Contagem, vinha pernoitar no curral referido. O Dr. Diogo de Vasconcelos escreveu, no seu *Jornal de Minas*, de 10 de abril de 1891: “A pequena povoação que ali existe tomou seu primitivo nome do curral que Tomé Portes del Rei,<sup>41</sup> fundador das cidades de S. José e de S. João, construiu no fim do século 17 para a sua criação de gado.<sup>42</sup> Sem qualquer outro documento escrito que prove a legítima ordem daquela denominação, transmitimos aos leitores ambas as versões colhidas na tradição. Relativamente à referida família, só mais tarde, em 1800, fomos encontrar, obtendo uma sesmaria nas proximidades de Sabará, um certo Francisco Homem del Rei, que talvez seja descendente dela \*

O padre Francisco Martins Dias<sup>43 44</sup> diz que o arraial assim se chamava “por ser nele onde se prendia e era apascentado o gado vindo do alto sertão e destinado a El-Rei e sua corte.”

Não tem fundamento essa afirmativa. Não é admissível que se mandasse gado das Minas para Portugal, naqueles tempos...

Conseqüentemente ao que afirmamos, o nome de Cercado ficou circunscrito ao local da fazenda de Ortiz, desdobrando-se depois em Cercadinho, outra fazenda vizinha.

Mas, por aqueles tempos, contava a povoação umas 30 a 40 cafuas cobertas de sapé e pindoba, entre as quais se ergueu logo uma capelinha tosca, de igual cobertura, situada à margem do córrego Acaba-Mundo<sup>45</sup> (onde está hoje a catedral), tendo à frente um cruzeiro e ao lado um rancho de tropas.

\* Ver o novo capítulo X A

Essa capelinha ficou, desde logo, sob a invocação de Nossa Senhora da Boa Viagem,<sup>36</sup> santa da predileção dos bandeirantes e forasteiros, em virtude das condições da vida nômade que levavam.

O nome da padroeira de Curral del Rei, portanto, segundo a velha tradição, significava ser ela a protetora do local de onde, a cada momento, partiam, por destinos diversos, boiadeiros, mascates e forasteiros de toda sorte – significava, enfim, os votos de “boa viagem” que faziam os da terra pelo bom êxito da jornada dos que partiam.

#### NOTAS

- 31 APM/SC 13, f. 1v. A data correta do documento é 13 de outubro de 1720. A f. 1 do códice 13 foi colada incorretamente entre as f. 5 e 6.
- 32 REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO: Ouro Preto, Imprensa Oficial, v. 2., p. 260, 1987 e APM/SC. 13, f. 45.
- 33 No período colonial, havia dois sentidos para a palavra fábrica: ‘compreendia os bens pertencentes a uma igreja, de cuja guarda era o fabricante incumbido’, ou, que é o sentido do documento citado, “o conjunto dos escravos de uma pessoa qualquer” (BARBOSA. *Dicionário... Op. cit.*, p. 94).
- 34 A carta de sesmaria concedida ao p<sup>o</sup>. Manoel de Mattos de Serqueira está publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Há duas correções a serem feitas na citação: o nome correto é p<sup>o</sup>. Manoel Mattos de Serqueira e banda do ribeyro no lugar de ‘banda do ribeyrão’ (CARTAS de Sesmarias. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1905, v. 10, p. 899-979, p. 929-950).
- 35 A citação correta é “Antônio de Oliveira, Manoel Vieira e Antônio de Miranda, q. elles suppte, comprarao huas rossas a Sebastião de Arruda da Costa, por mil e duzentas oitavas de ouro, sitta detras do morro da rossa grande em a qual vivem” (APM/SC07, f. 60v ).
- 36 MARZAGÃO, hoje Carvalho de Brito, distrito do município de Sabará foi criado com o desmembramento do município de Belo Horizonte e anexado ao de Sabará pelo Decreto-Lei n. 148 (17/12/1938) com o nome de Marzagão. Existia nesta localidade a antiga fábrica de tecidos Marzagão e uma capela construída por provisão de 23 de maio de 1899. O Decreto-Lei n. 1.058 (31/12/1943) mudou sua denominação para Marzagânia. Mais tarde a Lei n. 2764 (30/12/1962) substituiu esta denominação pela atual Carvalho de Brito (BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Promoção-da-Família, 1968, p. 116). FREITAS, atualmente Caetano Furquim, povoado e estação da Central do Brasil na linha de Paraopeba. A 7 de setembro de 1902, foi inaugurada com a denominação de Freitas, derivada da antiga fazenda da família Freitas nos tempos do Curral del Rei. Esta fazenda e a cachoeira próxima, onde se construiu a primeira usina de força e luz para Belo Horizonte (1896), foram vendidas ao Estado pelo Cel. Mariano de Abreu. Mais tarde, a estação recebeu o nome de Caetano Furquim de Almeida. A Parada dos Freitas no Km 596 do ramo de Belo Horizonte está distante 4.170 metros de Marzagão e 8.006 metros da capital. O ribeirão Arrudas, que passa nos fundos da estação, tem adiante suas águas represadas na usina geradora de luz e força elétricas para Belo Horizonte (*ibidem*, p. 92. SENA, Nelson de. *Corografia do Estado. Anuário histórico-corográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1909, v.1, n.3, p. 254). CARDOSO, subúrbio da capital, bairro localizado aos pés da serra do Curral onde situava a antiga Fazenda Cardoso. Segundo Waldemar Barbosa, Raul Tassini descobriu em 1938 uma jazida arqueológica neste bairro sobre o ribeiro do Tombadouro, que nos mapas antigos aparece como único afluente do Arrudas, localizado entre o Taquaril e o Cardoso. A foz do ribeiro do Taquaril ficava no início da Rua Jequitinhonha, no Parque Vera Cruz. Já o ribeiro Cardoso desembocava no Arrudas próximo da Rua Cardoso no parque Cruzeiro do Sul. Nos mapas modernos somente um afluente, o córrego Navio, situa-se entre Taquaril e Cardoso. Hoje corresponde aos bairros São Lucas e Serra (BARBOSA. *A verdade sobre a história de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Precisa, 1985, p. 51-52; p. 31. VALADARES e BELISÁRIO. *Op. cit.*, p. 53). CALAFATE, nome que proveio de antiga fazenda ali situada. Em 1909 era uma povoação com cerca de 100 residências e uns 500 habitantes, situada a 6 km de Belo Horizonte, seguindo o caminho da estrada de ferro da capital para oeste. Havia na região chácaras, prédios novos, duas capelas, uma escola pública e campo agrícola, um destacamento policial, casas de comércio, etc. A capelinha de Santana do Calafate era filial da matriz urbana de São José. Banhado pelo ribeirão Arrudas e Córrego Pinto ou Calafate, o bairro estendia-se por uma rua plana desde o Prado de Corridos até as imediações da Fazenda modelo da Gameleira. Por volta de 1923, Calafate era servido de bondes e a maioria dos moradores eram operários. Havia também ali, o estádio da Liga Mineira de Esportes Terrestres, onde ocorria o campeonato



de futebol da cidade, uma grande área para o serviço dos recrutas, grandes fábricas (calçados e tecidos) e um bem montado curtume (SENA, C. E. *Op. cit.*, p. 254; ARAUJO, Aristóteles (Org.). *Almanaque comercial da cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: 1923, p. 24).

As regiões SACO e NOGUEIRA não foram localizadas, embora seja possível afirmar a localização da ponte do Saco no bairro Lagoinha (depoimento da Profª Ismailia Moura Neves - 1992).

- 37 Sobre Sebastião Pereira de Aguiar somente foi encontrada a carta patente de João Lobo de Macedo (APM/SC9, f. 121v).
- 38 Oitava de ouro. Medida correspondente a 3,5 gramas, usada em transações comerciais e no pagamento de impostos.
- 39 A expressão *termo de junta* parece indicar um acordo firmado entre as autoridades coloniais (particularmente o governador da capitania) e os moradores ou povos de uma determinada localidade, no sentido de solucionar problemas surgidos no embate cotidiano de interesses metropolitanos e coloniais - como o estabelecimento e cobrança de impostos. Sobre os muitos termos de Junta do Século XVIII, ver: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*. *Op. cit.*, CARVALHO. *Op. cit.* p. 22.
- 40 A citação correta do trecho é: "...quanto ao gado se levantarão Registro, q. esta posto nas abobras e cada ouvidor-geral ou Camara pora Registro no seio destricto donde melhor lhe parecer, e poderão haver as Camaras em satisfacão de quintos hua oitava de ouro por cada cabeça q. entrar sem distinção de boy ou vaca com declaração q. os ouvidor-gerais das Comercas ou quem seos cargos servir podera ver os lançamentos cada tres mezes..." (APM/SC06, f. 44-45).
- 41 Segundo Diogo de Vasconcelos, Tomé Portes del Rei teria sido o primeiro morador de São João del Rei, comarca do Rio das Velhas. Ao que tudo indica, o nome Curral del Rei originou-se do curral de aluguel estabelecido por um descendente de Tomé nos arredores da fazenda do cercado, onde se pagavam taxas ao rei pelo comércio de gados ali realizado ou de passagem. No livro 10 da Provedoria da Fazenda Real (1714/1715), onde eram lançados os pagamentos dos quintos, consta o nome de Francisco Homem del Rei, provavelmente membro da família do dito Tomé, estabelecido na Passagem Paraopeba. Virginia Valadares e Regina Belisário localizaram também carta de sesmaria do referido Francisco no ano de 1800 (próxima a Sabará). Estas autoras chamam a atenção para o fato de não existirem provas empíricas que comprovem ser João Leite da Silva Ortiz o primeiro a ocupar a região. É certo, entretanto, que Manuel Borba Gato recebeu carta de sesmaria anteriormente para aluguel de terras para o estabelecimento de registros e currais de gado (VASCONCELOS. *História antiga...* *Op. cit.*, v. 2, p. 120. VALADARES e BELISÁRIO, *Op. cit.* Ver também nota 51, p. 50. 6ª p.).
- 42 NOVA cidade. *Jornal de Minas*, Ouro Preto, 10 abr., 1891, p. 2 (obs: a citação termina em criação de gado).
- 43 Pe. Francisco Martins Dias - Escritor, jornalista e educador. Vigário da paróquia da Boa Viagem que constituía o distrito de Belo Horizonte na época da mudança da capital e editor do primeiro jornal, o semanário *Belo Horizonte* (desde 1895), que informava acerca do andamento dos trabalhos da construção da cidade transformado, a partir de meados de 1897, em pequeno jornal diário. Autor de *Memória Descritiva do Distrito de Belo Horizonte*, editada em folhetos nos começos da capital. Em 1897 foi publicada sua obra intitulada *Traços Históricos e Descritivos de Belo Horizonte* pela tipografia de Belo Horizonte. Fundou a primeira escola normal livre que funcionava onde se localiza hoje o Colégio Imaculada (alto da Rua da Bahia) e instalou o primeiro curso de educação para moças, Colégio das Irmãs Cassão, "que funcionou, primeiro, num velho prédio curralense da antiga praça da Matriz da Boa Viagem e depois um prédio novo da Rua Timbiras" (SENA. *O cinquentenário de Belo Horizonte*. *Op. cit.*, p. 55).
- 44 DIAS, Francisco Martins (padre). *Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Tip. do Belo Horizonte, 1897, p. 2.
- 45 O Córrego Acaba-Mundo, atualmente canalizado, nascia no alto zona sul, abaixo da serra do Curral (proximidades do bairro Sion, no final da Av.ênida Uruguai) e se lançava na cidade passando pela Avenida Afonso Pena e Parque Municipal.  
O nome de Acaba-Mundo originou-se da impetuosidade de suas águas com qualquer pequena enchente. Mais tarde o volume de suas águas diminuiu, bem como o de outros cursos d'água em Minas (SILVEIRA, Álvaro da. *Op. cit.*, p. 110. Belo Horizonte; VALADARES e BELISÁRIO. *Op. cit.*, p. 52; depoimento da profª Ismailia Moura Neves - 1992).
- 46 Nossa Senhora da Boa Viagem (invocação/iconografia). Sob os diversos títulos em que a Virgem é referenciada, inclui-se o de Nossa Senhora da Boa Viagem. Trata-se de invocação de origem portuguesa que nasceu à época dos descobrimentos, correspondendo à devoção espanhola de Nossa Senhora de Buenos Aires. Reconhecida desde o século XV, a Virgem da Boa Viagem só teria templo erigido sob sua proteção em Portugal, em 1618. Da metrópole chegou ao Brasil, sendo aclamada primeiro na Bahia, depois no Rio de Janeiro, onde se formou uma irmandade composta de pescadores e homens do mar, sendo em ambos lugares erguidas construções em sua honra. Do litoral, a devoção internou-se pelo território mineiro em inícios do século XVIII, trazida pelos bandeirantes. Segundo Augusto de Lima, em 1709, aportou no Rio de Janeiro um navio português sob a guarda de Nossa Senhora da Boa Viagem. Não tendo meios para seguir caminho devido ao mau tempo, o comandante Luis de Figueiredo Monterroio, junto com seus

companheiros, resolveu desistir de sua viagem e buscar o sertão das minas à procura de ouro. Francisco Homem del Rei, que integrava a comitiva de Monterroio, retirou então do navio uma imagem da santa padroeira, trazendo-a sempre consigo, temendo os perigos da aventura. Nas terras mineiras encontraram riqueza e se estabeleceram. Francisco del Rei fixou moradia em uma fazenda mineradora e que pertencia à sesmaria de Manuel Borba Gato. De um pequeno curral que era inicialmente, essa fazenda prosperou convertendo-se num povoado onde foi levantado um templo sob as graças da santa protetora de del Rei. Assim, ainda segundo o autor acima citado, estavam delineadas as origens de Belo Horizonte e da devoção à Virgem da Boa Viagem, que ainda hoje se distingue no devocionário popular da cidade. Na imaginária pintura Nossa Senhora da Boa Viagem é representada de pé, sobre nuvens. Traz a cabeça coberta por véu e coroa. Nos pés, aparecem veleiros e mar. Na mão esquerda, leva o Menino Jesus, que também porta coroa, e, à mão direita, segura uma nau, objeto especial de sua proteção. A antiga imagem de N. Sra. da Boa Viagem, que se conserva na atual Catedral, não é um exemplar típico da iconografia dessa invocação da Virgem, mas uma variante. Trata-se da peça setecentista, de cunho erudito, em madeira policromada, apresentando base com três querubins e meia lua aos pés, braço direito sobre o peito e esquerdo apontando para o alto (BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A verdade sobre a história de Belo Horizonte*. Op. cit., p. 51/52; LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1956, MENEGALE, Nilza Botelho. *Cento e vinte e duas invocações da Virgem Maria no Brasil*. História, folclore, iconografia. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 63-65).

## VIII

### NO PERÍODO DA GRANDE INVASÃO



nascente Curral del Rei, como um dos mais providos celeiros de cereais que abasteciam as grandes minerações da zona do rio das Velhas, prosperava naquele que foi, incontestavelmente, um dos períodos mais notáveis da história antiga de nosso Estado.

Estabelecidos no próspero arraial os habitantes primitivos, enquanto alguns com suas bateias e carumbés faiscavam ouro nos ribeiros e principalmente no Barro Preto, segundo velha tradição, outros negociavam em gado, outros plantavam roças e criavam animais domésticos, além de muitos que ali faziam peão para as suas explorações pelas circunjacências.

Ortiz, imprimindo maior atividade na sua grande fazenda do Cercado,\* não tinha mãos a medir na venda de seus produtos, cujos fabulosos lucros o haviam de transformar em um

Relativamente às terras de Curral del Rei conhecemos ainda as cartas de *sesmarias* publicadas na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, volumes abaixo citados, expedidas em tempos coloniais às seguintes pessoas:

- José Ribeiro, ano X, fasc. III e IV, 1905;
- Clemente Pereira de Azeredo Coutinho, ano X, fasc. III e IV, 1905;
- Manuel Leitão Cardoso, ano X, fasc. I e III, 1905;
- João Jorge Portela, ano X, 1905;
- Antônio Rodrigues da Fonseca, ano X, 1905;
- Francisco da Costa Araújo, ano X, 1905;
- Capitão Pedro da Costa Pacheco, ano X, 1905;
- Manuel Roiz Lima, ano X, 1905;
- Manuel Nunes Madureira, ano X, 1905;
- Bento da Cunha Aranha, ano XIX, 1921;
- Manuel da Costa Pontes, ano IX, fasc. I e II, 1904;
- Manuel Ribeiro da Costa, ano IX, fasc. III e IV, 1904;
- Paschoal Gonçalves Penella, ano XII, 1907;
- Padre Manuel Matos de Siqueira, Livro 7, p. 76;**
- Padre Bernardo Friz. da Silva, ano XV, 1910;
- Francisco de Almeida Sande, ano XIX, 1921;
- Tenente Manuel Alves Carneiro e José Carneiro Leão, ano XIX, 1921;
- Manuel Rodrigues Meireles, ano XVIII, 1913;
- Antônio Ferreira de Meireles, ano VI, fasc. III e IV, 1901;
- Capitão-mor João Jorge Rangel e Paulo de Araújo da Costa, ano VII, fasc. I e II, 1902;

“quase nababo”, no dizer de Pedro Taques. Por outro lado, admitindo agregados em seus latifúndios, pôde povoá-lo bem depressa, ao passo que, pelas circunvizinhanças do arraial nascente, outros povoadores se iam instalando, ainda que em habitações improvisadas. E um comércio cada vez mais ativo circulava nas estradas que punham o arraial em comunicação com as zonas do Rio das Velhas, São Francisco, Paraopeba e sertões da Bahia.

Mas naquele período, voando nas asas céleres da fama a notícia das grandes descobertas de ouro que se iam fazendo nas “gerais”, aumentou de muito a assombrosa invasão que desde os primeiros dias dos descobrimentos vinham sofrendo as minas, por forasteiros de toda casta, vindos de Portugal e das localidades litorâneas do Brasil, sobretudo para a zona do poente do Rio das Velhas, uma das mais afamadas.

Acrescia ainda que nas regiões de Ribeirão do Carmo, do Ouro Preto e Itaverava começara a grassar a fome, porque os mineiros, ávidos de ouro, se descuidavam de plantar roças, resultando daí ficarem aqueles homens na contingência trágica de morrer na miséria, nandando em ouro, se não abandonassem os seus descobertos. E como a zona do poente do Rio das Velhas abundava em ouro e em víveres, estes não só cultivados ali, como vindos da Bahia, dos sertões do S. Francisco, afluíram para estas plagas os retirantes, fugitivos à calamidade.

Mas tão grande foi a invasão dos elementos novos e tão prejudicial se ia tornando às lavouras e indústrias do litoral e de Portugal, que o rei, por diversas vezes, expediu atos proibindo a entrada de forasteiros para as minas, mas sempre em pura perda, porque estes, ardendo em cobiça, encontravam todos os meios de ludibriar as ordens régias. Antonil – frei João Antônio Andreoni – magnífico escritor contemporâneo (1711), que viajou pelas minas<sup>46</sup> logo depois de Artur de Sá, no seu preciosíssimo livro *Cultura e Opulência do Brasil* por suas drogas e minas, assim descreve a grande invasão:

“A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos, como são os das minas, que dificultosamente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que assistiram nelas nestes últimos anos por largo tempo, e as correram todas, dizem que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, outras em mandar catar nos ribeiros do ouro; e outras em negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar. Cada ano vem nas frotas quantidade de portugueses, e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos e

Manuel da Costa Pontes, ano IX, fasc. I e II., 1904;

Francisco de Faria Rocha, 1909, p. 121.

Tenente-general Manuel da Borba Gato, v. II, p. 261 – que alegou “estar possuindo desde o tempo que se principiou a povoar estas minas um sítio junto ao ribeirão que vem do Cercado e da barra que faz nele o ribeirão Tombadouro”.

Também no livro manuscrito n. 12, 2ª parte, f. 5v., do *Arquivo Público Mineiro* encontramos uma carta de sesmaria a favor de Joseph de Miranda Barreto.<sup>47</sup>



*Antigo processo de exploração de ouro nas Minas.*

muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens, e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus e seculares, clérigos, e religiosos de diversos institutos muitos dos quais não têm no Brasil convento, nem casa. Sobre esta gente, quanto ao temporal, não houve até ao presente coação ou governo algum bem ordenado: e apenas se guardam algumas leis que pertencem às datas, e repartições dos ribeiros. No mais, não há ministros, nem justiças, que tratem, ou possam tratar do castigo dos crimes, que não são poucos, principalmente dos homicídios e furtos.”

Foi esse o ambiente em que nasceu Curral del Rei, e foram esses forasteiros perigosos de toda casta que constituíram a sua primeira população.

Mas para se formar bem nítida idéia daqueles tempos e daqueles costumes que lastrearam a nossa vida civilizada, vamos transcrever ainda preciosos períodos desse austero e fidelíssimo Antonil, que a tudo assistiu e descreveu numa linguagem deliciosa:

“Sendo a terra que dá ouro esterilíssima de tudo que se há mister para a vida humana, e não menos estéril a maior parte dos caminhos das minas, não se pode crer o que padeeceram ao princípio os mineiros por falta de mantimentos, achando-se não poucos mortos com uma espiga de milho na mão, sem terem outro sustento. Porém tanto se viu a abundância de ouro, que se tirava e a largueza, com que se pagava tudo o que lá ia; logo se fizeram estalagens, e logo começaram os mercadores a mandar às minas o melhor que chega nos navios do reino, e de outras partes, assim de mantimentos como de regalo, e de pomposo para se vestirem, além de mil bugiarias de França que lá também foram dar. E a este respeito, de todas as partes do Brasil se começou a enviar tudo o que dá a terra, com lucro não somente grande, mas excessivo. E não havendo nas minas outra moeda mais que ouro em pó, o menos que se podia e dava por qualquer coisa eram oitavas. Daqui se seguiu mandarem-se às Minas Gerais as boiadas de Paranaguá, e às do Rio das Velhas, as boiadas dos campos da Bahia, e tudo mais que os mercadores imaginavam poderia apetecer-se adventícias e próprias.

Convidou a fama das minas tão abundantes do Brasil, homens de toda casta e de toda parte, uns de cabedal, outros vadios. Aos de cabedal, que tiravam muito ouro nas catas, foi causa de se haverem com altivez e arrogância e de andarem sempre acompanhados de espingardeiros de ânimo pronto a executarem sem temor algum da justiça grandes e estrondosas vinganças. Convidou-os o ouro a jogar largamente e a gastar em superfluidades quantias extraordinárias sem reparo, comprando, por exemplo, um negro trombeteiro por mil cruzados, e uma mulata de mau trato por dobrado preço, para multiplicar com ela contínuos e escandalosos pecados. Os vadios que vão às Minas tirar ouro, não dos ribeiros, mas dos canudos em que os ajuntam e guardam os que trabalham nas catas, usaram de traições lamentáveis, e de mortes mais que cruéis; ficando estes crimes impunes, sem castigo, porque nas minas justiça humana não teve ainda tribunal nem respeito.

Como é de se considerar: aquela multidão entrou invertendo a sociedade pela base: pois visto que ouro não escolhe favoritos, criou mandões, que emergiram da ínfima cama-

da, perante os quais toda a autoridade pública desapareceu para largar espaço a uma demagogia feroz e brutal.”<sup>49</sup>

Incríveis tempos aqueles do despertar de nossa terra! – dizemos nós, lendo o verídico, o admirável Antonil.

Pois foi nesse período anárquico que nasceu o Curral del Rei, tendo por crisálida a fazenda do Cercado, as suas cafuas, o seu rancho de tropas e uma pequena capela de barro e capim, já fadado a ser a Capital de Minas, perto de duzentos anos mais tarde.

#### NOTAS

- 47 CARTAS de sesmarias. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto. Imprensa Oficial, v.2., p. 257-269, p. 261, 1897.  
*Id.*, Belo Horizonte, v. 6, p. 1.193-1.230, p. 1.223, 1901.  
*Id.*, Belo Horizonte, v. 9, p. 407-546 e p. 885-913, p. 499 e 885, 1904,  
*Id.*, Belo Horizonte, v. 10, p. 211-327 e p. 899-974, p. 287, 902 e 943, 1905.  
*Id.*, Belo Horizonte, v. 12, p. 825-1.000, p. 946, 1907.  
*Id.*, Belo Horizonte, v. 14, p. 17-209, p. 121, 1909.  
*Id.*, Belo Horizonte, v. 15, p. 483-500, p. 493, 1910.  
*Id.*, Belo Horizonte, v. 17, p. 679-747, 1912.  
*Id.*, Belo Horizonte, v. 18, p. 611-715, p. 619, 1913.  
*Id.*, Belo Horizonte, v. 19, p. 347-436, p. 393, 1921.  
No documento a citação é: “estava possuindo desde o tempo q. e se principiou a povoar estas Minas hum sitio junto ao ribeirão, qe. do Sercado e da barra qe. fas nelle o ribeyrão do Tombadouro”. Quanto a Joseph de Miranda Barreto, consta no códice SC12, fl. 250 (2ª parte), o nome de Jozeph de Almeida Barreto.
- 48 Segundo alguns autores, como Sérgio Buarque de Holanda, Antonil na verdade nunca esteve em território mineiro e sua importante e conhecida obra, publicada em 1711, foi escrita com base nos relatos de viajantes que nos primeiros anos dos Setecentos estiveram na região mineradora (HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. t 1., v.2., p.258-310: Metais e pedras preciosas).
- 49 ANTONIL. *Op. cit.*, p. 149, 153 e 194.

## EXPANSÃO DO RIO DAS VELHAS - PREPONDERÂNCIA DOS EMBOABAS

Desde a segunda dispersão dos moradores de Ribeirão do Carmo pelos anos de 1701-1702, escreve o Dr. Diogo de Vasconcelos, foi este, em compensação, o período das fundações em todo o distrito do ouro. Por seu lado, a colônia do rio das Velhas expandia-se, e o sertão descortinava-se até Itacambira, por onde Artur de Sá mandava exploradores com ordem de plantar cereais e legumes ao pé dos lavradores do ouro. Do Sumidouro do rio das Velhas, para baixo, até a Barra e da Barra até Matias Cardoso (Montes Claros), as fazendas de criar se ligavam também aos currais do S. Francisco, de sorte que Artur de Sá, ao largar o governo em 1702, teve a glória de deixar o distrito do ouro em vias de plena conquista, desvendados os sertões e todos os horizontes, e o arraial do Borba em comunicação com S. Paulo e com a cidade de S. Salvador e portos da Bahia.”<sup>50</sup>

Este arraial do Borba, então sede da maior atividade da zona do Rio das Velhas, era o Arraial Velho, em Sabará, a três léguas de Curral del Rei, que cerca de dois séculos teria de viver ligado a ele como parte de seu território.

E pelo que ficou dito se pode ajuizar de como nascia Curral del Rei naquele ambiente tumultuário e hostil, animado pelo seu comércio com as regiões auríferas, como produtor e intermediário entre estas e as zonas exportadoras, tendo Ortiz como seu maioral.

Nascia o arraial justamente quando Artur de Sá concedia a Francisco do Amaral Gurgel e outros o famoso contrato dos açougues, que vigorou de 1701 a 1706.

Esse contrato, que a princípio parecia um bem, tornou-se para o povo das minas um flagelo em forma de monopólio. Os magnatas que o conseguiram locupletavam-se nababescamente à custa dos sacrifícios do povo. Amaral, de parceria com o maquiavélico frei Francisco de Meneses e mais alguns potentados da época, pleiteavam a prorrogação do monopólio. As vítimas gritaram contra aquela calamidade e aqui começou a fumar o rasilho incendiário que teria de explodir, como explodiu, no ódio entre paulistas e forastei-





*Panorama da antiga cidade de Sabará ao tempo da revolução de 1842.*

ros, na conseqüente guerra dos emboabas e na ditadura de Manuel Nunes Viana, que era o português de maior prestígio nas minas naquele período.

E à frente dos que gritavam contra a prorrogação do contrato de carnes estavam os paulistas, encabeçados por Bartolomeu Bueno da Silva, homem extraordinário, que “naquele tempo era senhor de Sabará-buçú”, segundo escreveu a Câmara de Tamanduá à rainha, em 20 de julho de 1793, historiando os primeiros tempos de Minas.<sup>51</sup>

Os paulistas, justamente indignados, reuniram uma junta no Arraial Velho ou do Borba e representaram a D. Fernando Mascarenhas contra o calamitoso monopólio e conseguiram que ele não fosse prorrogado em 1706.

Entre os interessados no negócio das carnes - diz o Dr. Diogo de Vasconcelos à p. 220 - “estava Sebastião Pereira de Aguilar, o mais rico baiano das minas. Como os outros, possuía fazenda de criar e de engordar, sendo uma delas, a mais vantajosa de todas, no ribeirão das Abóboras, por ter no seu âmbito o arraial da Contagem, onde se marcava o gado para o pagamento dos impostos, que eram de 2 1/2 oitavas por cabeça, quer fosse destinado aos arraiais do rio das Velhas, quer aos da serra do Ouro Preto e do Carmo, pois da Contagem uma parte do gado seguia para Sabará, Caeté e demais arraiais da zona, e outra parte para Itabira, onde era dividida em lotes para Ouro Preto e Carmo”.<sup>52</sup>

Todo aquele gado transitava por Curral del Rei, onde era encurralado após o pagamento das taxas reais e para a distribuição pelas zonas consumidoras.

Desde a extinção do monopólio, os portugueses não mais se harmonizaram com os paulistas. E estes, que já não viam com bons olhos a invasão desordenada e turbulenta dos forasteiros, começaram a odiá-los, sobretudo aos portugueses e baianos.

Possuídos de natural sentimento nativista, não toleravam os paulistas, aquela gente que nada havia descoberto e nenhuma ligação estável tinha com as terras, que eram fruto de seus labores e sofrimentos. Eram os paulistas, eminentemente descobridores e exploradores de ouro, ao passo que os forasteiros, do mesmo modo que os frades, geralmente viviam de mascatear e de especular.

Consequentemente, tomaram vulto os distúrbios, as perseguições, as rixas, brigas e mortes, tendo como resultante a guerra dos emboabas, a ditadura de Nunes Viana e a expulsão da maioria dos paulistas, após a chacina inominável do Capão da Traição.

A todas essas lutas assistia Curral del Rei, sem assumir atitudes violentas, graças à índole prudente e discreta de João Leite da Silva Ortiz, sua cabeça dirigente, e graças à situação da localidade, um tanto afastada do foco daquelas desordens.

#### NOTAS

50 VASCONCELOS, *História antiga... Op. cit.*, v. 1, p. 224 e 227.

51 CARTA da Comarca de Tamanduá à Rainha Maria Iª acerca de limites de Minas Gerais com Goiás. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial. v.2, n 2. p. 372-388, p. 345. abr./jun., 1897

52 VASCONCELOS, *História antiga... Op. cit.* v. 2, p. 49.

RETIRADA DE BARTOLOMEU BUENO PARA GOIÁS -  
ORTIZ, CAPITÃO DE ORDENANÇAS



Com a nomeação do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho e com a sua vinda a Caeté, após a criação e organização da Vila do Carmo, da Vila Rica e da Vila Real de Sabará (esta última a 17 de julho de 1711), serenaram-se um pouco os ânimos, dada a deposição do ditador Nunes Viana, que se afastara da zona do Rio das Velhas para a do S. Francisco.

Albuquerque, administrador ponderado e justo, fazendo regressar os paulistas expulsos, procurou distribuir criteriosamente as terras pelos respectivos povoadores,\* expedindo-lhes títulos de propriedades (cartas de sesmarias), e tudo fez para deixar em ordem os mineiros. Efetivamente, parecia acalmado o povo das minas, mas sua serenidade não era senão tênue camada de cinza sobre um braseiro vivo.

Todavia, aquela aparente calma se manteve ainda quando Albuquerque, à frente de 6.000 homens arregimentados em poucos dias nas minas, partiu a deter a invasão dos franceses de Dugay-Trouin no Rio de Janeiro. Depois explodiu em novas lutas quando os paulistas restantes e mais os que haviam voltado se capacitaram da preponderância dos reinóis na administração das minas. Estavam resolvidos a não viver subordinados aos inimigos. Queriam ser, como tinham sido no princípio, senhores e árbitros independentes em seus domínios. Isto, porém, agora, era materialmente impossível, dada a superioridade numérica dos reinóis; de sorte que, de 1713 a 1715, já no governo de D. Brás Baltasar da Silveira, com a criação das novas vilas da Rainha, em Caeté, do Príncipe, no Serro Frio, e do Infante, no Pitangui, não tiveram os paulistas mais dúvidas sobre o domínio dos portugueses, e o seu ódio culminou contra os forasteiros.

\* Carta régia de 30 de maio de 1711 determinava a Albuquerque providências para restituição das terras que os forasteiros haviam tomado dos paulistas (Livro 4, reconst. p. 37 - Sec. Col. - APM).<sup>53</sup>



*Casebre da extinta Rua de Congonbas, em local hoje situado entre a Praça 12 de outubro e o Ginásio Arnaldo.*

Bartolomeu Bueno da Silva era o mais exasperado e intolerante inimigo dos reinóis. Não tomara parte nas conciliações promovidas por Albuquerque, nem nos subseqüentes movimentos políticos daquele governador e de seu sucessor, D. Brás Baltasar, para apaziguamento dos mineiros, dando-lhes uma organização administrativa e judiciária. É bem certo que D. Brás Baltasar, em carta de 18 de junho de 1714, incumbia a Bartolomeu Bueno, Francisco Jorge da Silva, Domingos Rodrigues do Prado e Jerônimo Pedroso da **Silveira** da cobrança de uma arroba de ouro dos quintos de Pitangui, de cujo governo estavam encarregados, mas nem essa nem outras provas de consideração e confiança do governador conseguiram amainar o ânimo revoltado do *Anhanguera II*, que, isolado em suas terras, sustentando a custo o resto do seu prestígio, com o auxílio de parentes e amigos, supitado de ódio, quando se reconheceu impotente para vencer os inimigos, se retirou das minas, com os seus escravos e índios mansos, dizendo que ia dar caça ao gentio Praiá, nos sertões de Goiás, onde já havia estado com seu pai, o velho Anhanguera, aos 12 anos de idade. Mas, ao que se sabe, a razão dessa partida eram os seus desgostos, ao encontro dos quais viera o seu velho sonho de descobrimento da lendária Mina dos Martírios que, naqueles tempos, inflamava a imaginação dos aventureiros, como a Serra das Esmeraldas, de Fernão Dias, e as Minas de Prata, de Robério Dias...

Ora, João Leite da Silva Ortiz, que então “já passava por um quase nababo”, em Curral del Rei, segundo a *Nobiliarquia Paulistana*, de seu sobrinho Pedro Taques de Almeida Paes Leme,<sup>54</sup> certamente era solidário com os paulistas restantes nas minas contra os forasteiros; mas, homem prudente e ponderado nas atitudes, tinha sabido manter-se firme, com perfeito equilíbrio, no meio de todas aquelas lutas, sempre benquisto e respeitado nos seus domínios. Por isso ainda permaneceu ali. Acrescia que, de tal forma os seus méritos o haviam recomendado à consideração do governo, que D. Brás Baltasar, a 2 de fevereiro de 1714, na Vila Real de Sabará, o nomeou capitão da Ordenança do distrito de Curral del Rei, conforme a seguinte carta patente, que se pode ler no Livro 9, 1713-1717, f. 91v., *Arquivo Público Mineiro*:

“Dom Brás Baltasar da Silveira &. Faço saber aos que esta minha carta patente virem que tendo consideração aos merecimentos, e mais requisitos que concorrem na pessoa de João Leite da Silva, e por ter por certo que em tudo o de que o encarregar servirá com boa satisfação, hei por bem nomear e prover no posto de capitão de uma companhia da Ordenança do distrito do Curral del Rei para o servir enquanto eu houver por bem ou Sua Majestade não mandar o contrário, e o capitão-mor desse distrito lhe dará posse e juramento dos Santos Evangelhos para bem servir o dito posto com o qual gozará de todas as honras, privilégios, isenções e liberdades que lhe forem concedidas, e ordeno ao mesmo capitão-mor o conheça por capitão de Ordenança deixando-o servir e os oficiais e soldados dela lhe obedecerão e cumprirão suas ordens assim por escrito como de palavra tão pontualmente como devem e são obrigados e para firmeza de tudo lhe mandei dar esta por mim assinada e selada com o sinete de minhas armas que se cumprirá tão inteiramente como nela se

contém registrando-se nos livros da Secretaria deste Governo, e nos mais a que tocar. Dada em Vila Real aos 2 de fevereiro de 1714. D. Brás Baltasar da Silveira.”<sup>55</sup>

A Ordenança era uma tropa de 3ª linha criada por D. João IV, a fim de guardar com elementos conterrâneos as respectivas praças – afirma-nos Diogo de Vasconcelos, acrescentando: “gozava, portanto, de todos os privilégios e imunidades do exército regular.” Era, assim, uma espécie de Guarda Nacional, acrescentamos nós.

Pela carta patente transcrita vemos que, em 1714, já era Curral del Rei um distrito de Ordenança; esse distrito, ao que parece, era composto de duas companhias, a julgar-se pela nomeação que D. Brás fez, a 14 de março do referido ano, de Domingos de Sousa Barros também para o posto de capitão da mesma força.

Como ficou dito, era Ortiz um dos raros paulistas que conseguiram se manter nas Minas, então dominadas pelos reinóis e demais forasteiros, graças à sua índole austera, digna do maior respeito e acatamento, e à posição que ocupava o arraial, um pouco afastado do principal teatro das dissensões.

## NOTAS

<sup>53</sup> APM/SC04, f. 12v.

<sup>54</sup> LEME. *Op. cit.*, 1872, v. 35, parte 2ª, p. 135-422, p. 261

<sup>55</sup> APM/SC09, f. 91v.

CONTRIBUINTES DOS QUINTOS EM SABARÁ -  
PRINCÍPIO DE HISTÓRIA INTERROMPIDA - LANÇAMENTO DOS QUINTOS  
NA FREGUESIA DO CURRAL DEL REI E SUAS FILIAIS, BEM COMO NAS  
FÁBRICAS DOS REVERENDOS PADRES - DOIS TERMOS DE ENTRADA  
DE GADO - UMA CARTA E DUAS GUIAS EM AUTÓGRAFO -  
OUTROS DOCUMENTOS INTERESSANTES E NOVOS



Depois da publicação da primeira edição deste volume, em 1928, descobrimos no Arquivo Público Mineiro nova série de interessantíssimos documentos comprobatórios do nosso histórico ali feito e que vêm projetar mais abundante luz sobre as nossas afirmativas em relação à principal fonte de riqueza de Curral del Rei em seus primeiros tempos, sobre a antiguidade da freguesia, sobre o nome do arraial, etc.

Com esses documentos, resolvemos compor este capítulo novo de nossa obra, tornando-a mais sólida e interessante.

É assim que, no Livro n. 1, de rendimento dos quintos de ouro, contratos, novos direitos de ofícios de justiça, cartas de seguros, alvarás e fianças da comarca de Rio das Velhas (1700-1721 - da Provedoria da Fazenda Real) fomos encontrar pagando tributos:

em 1701: o capitão Francisco de Arruda e Sá, 33  $\frac{1}{4}$ , sobre 168 oitavas de ouro entradas; Leonel Nardes de Arzão, 17 sobre 85 e mais 15 sobre 75; o mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida, 260 sobre 1.300 oitavas entradas (f. 9v.);

em 1703: Sebastião Pereira de Aguiar, 272 oitavas de datas minerais; o tenente-general Manuel da Borba Gato, 349 oitavas de confisco; Estêvão Raposo Bocarro, 4 oitavas de confisco (f. 12v.);

em 1705: Domingos Rodrigues do Prado, 212 e  $\frac{1}{4}$ , sobre 1.064 oitavas; o tenente-general Manuel da Borba Gato, 742 oitavas sobre os bens do falecido Manuel Borges (f. 16v.);

em 1706: Manuel da Borba Gato, 2.210  $\frac{1}{4}$ , oitavas sobre os bens do ausente Francisco Pedroso e mais 152 de quintos sobre 759  $\frac{1}{4}$ , oitavas (f. 17v.);

em 1707: Domingos de Sousa Barros, 111 sobre 556 oitavas (f. 18v.);

em 1708: Bento Pires e Manuel Lobo, 155  $\frac{1}{2}$ , oitavas de confisco (f. 20v.);

em 1709: João Leite da Silva Ortiz, 628 oitavas de quintos sobre 3.140 entradas, a 10 de abril (f. 21v.);

em 1711: capitão Manuel Nunes Viana, 297 oitavas sobre 1.500 (f. 24v.);

em 1711: João Leite da Silva Ortiz, 20 oitavas sobre 100 entradas a 21 de abril (f. 26v.);

em 1714: João Leite da Silva Ortiz, 202 oitavas (f. 64v.);

A página em que está esse último lançamento de Ortiz tem por cabeçalho os seguintes esclarecimentos:

“Sabará - rendimento dos quintos que se pagou na forma praticada até o último de dezembro de 1713, e continuou do 1º de janeiro até 21 de julho de 1714, principiando no dia 22 a cobrança do quinto pelas 30 arrobas que as Câmaras ofereceram pelos povos e consta de um termo feito na presença do Il<sup>mo</sup> e Ex<sup>ma</sup> Sr. D. Brás Baltasar da Silveira copiado a f. 87 de um Livro de Contas desta Câmara, confiscos, datas de terras minerais e condenações - Tesoureiro, João de Sousa Souto Maior - Livro 1º de receita.”<sup>56</sup>

O livro de lançamentos em que vêm essas notas inteiramente acordes com quanto temos escrito a respeito, mostra-nos a atividade de um grupo de portugueses e bandeirantes notáveis naqueles primeiros dias das minas e aos quais já nos temos referido em vários capítulos desta história.

Assim, aí vamos encontrar pagando tributos régios: Francisco de Arruda e Sá, membro da família que deu seu nome ao ribeirão que atravessa Belo Horizonte; Matias Cardoso de Almeida, um dos chefes da bandeira de Fernão Dias Paes; Sebastião Pereira de Aguiar, o famoso latifundiário na Contagem das Abóboras; Estêvão Raposo Bocarro, irmão de Ortiz; o famoso Domingos Rodrigues do Prado, futuro concunhado deste; tenente-general Manuel da Borba Gato, descobridor das minas do Sabará-buçú; Bento Pires, o fundador da localidade que ainda hoje conserva o seu nome, nas proximidades de Belo Horizonte; Manuel Nunes Viana, o célebre ditador das Minas até a vinda de Antônio de Albuquerque; e, finalmente, o nosso João Leite da Silva Ortiz, primeiro povoador das terras do Curral del Rei por ele fundado, com a sua fazenda do Cercado, um dos maiores contribuintes do fisco português.<sup>57</sup>

Nesse mesmo Livro, à f. 63, há o início de um histórico dos descobrimentos das Minas, lamentavelmente interrompido. Quem o iniciou, apenas escreveu o seguinte:

“Descobertas as minas a notícia de seus haveres segundo se alcança fez pelos anos de 1690 até 1699 cresceu tanto o número dos povoadores pelas paragens onde hoje se acham as Vilas de Sabará, Vila do Carmo, Vila Rica, S. João del Rei, S. José, Caeté, Vila do Príncipe e Pitangui, ocupando-se na agricultura e extração do ouro nos diversos descobrimentos que iam aparecendo as grandes...”<sup>58</sup>

---

Em outro livro não menos interessante, o de n. 10, da mesma Provedoria da Fazenda Real, destinado ao lançamento dos quintos do ouro em 1714-1715, também existente no Arquivo Público Mineiro, entre os lançamentos dos habitantes de várias localidades extintas, como, por exemplo, as freguesias<sup>59</sup> de Santo Antônio da Roça Grande, Santo Antônio da



Mouraria do Arraial Velho de Sabará e outras, fomos encontrar o da freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral del Rei. Por ele podemos ajuizar a importância desse arraial, que já era freguesia e distrito de ordenança, entre 1714-1715, encontrando-se ali Ortiz como um dos maiores contribuintes do fisco régio.

Esse lançamento está assinado por três oficiais da Câmara de Sabará, um dos quais - João Velho Barreto - é o tronco da família de que descende o autor desta história.

Este João Velho Barreto, capitão de ordenanças, foi das figuras mais salientes da comarca do Rio das Velhas nos primeiros dias das minas. **João Velho Barreto tem patente de guarda-mor no Livro 12, f. 47v., Arquivo Público Mineiro.**<sup>60</sup> Em 1720, conforme documento que temos em nosso poder, o governador, conde de Assumar, precisando resolver complicada questão de terras do sertão, herdadas por D. Ana Maria Guedes de Brito, escreveu a João Velho Barreto dizendo que, sendo ele o maior conhecedor da história daquelas terras, desde o descobrimento, pedia-lhe que fizesse um relato completo, um histórico de tais latifúndios e lho remetesse com urgência. Não conseguimos encontrar esse relatório, que João Velho Barreto provavelmente fez e mandou ao conde.

Mais tarde, ele e outros membros da sua família passaram-se para o Serro Frio, foram fixar-se no arraial do Tejuco (hoje Diamantina), onde a família proliferou até Belquior Velho Barreto, Paulo José Velho Barreto, Francisco José Velho Barreto e Francisco Velho Barreto, tetravô, bisavô, avô e pai do autor deste livro.

Eis o lançamento feito, dentre outros, pelo capitão João Velho Barreto:

“LANÇAMENTO DOS QUINTOS REAIS NOS MORADORES DA FREGUESIA DE NOSSA  
S. DA BOA VIAGEM DO CURRAL DEL REI TERMO DESTA VILA REAL FEITO PELOS  
OFICIAIS DA CÂMARA DESTA VILA ESTE ANO DE 1714 PARA 1715:

O capitão Antônio Pereira de Lacerda, Manuel da Silva, Antônio de Barros, Joseph de Barros, digo Machado, Manuel Dias Borges, Manuel de Sousa, Manuel de Oliveira, todos pg. 63 <sup>1</sup>/<sub>4</sub>.

Manuel da Rocha, falido, 3.

Gonçalves Vaz, falido, 3.

Joseph Nunes e André Nunes, pg. 13 <sup>3</sup>/<sub>4</sub>.

Estêvão de Barros, pg. 8

João Pereira de Lacerda, pg. 24

João de Sousa, pg. 5 <sup>1</sup>/<sub>4</sub>.

João de Araújo, pg. 3.

João Coelho, falido, pg. 3.

Clara Forra, falida, 3.

Manuel Pereira de Carvalho, falido, 3.

Domingos Gomes Cruz, pg. três oitavas, 8 <sup>1</sup>/<sub>4</sub>.

Manuel de Freitas, pg. com os escravos do cap. Domingos de Sousa, 19  $\frac{1}{4}$ .

Francisco de Sousa, com os escravos do sargento maior João de Sousa Souto Maior, falido, 11.

Manuel Pinto de Melo, pg. vinte oitavas, 33.

Em casa de Domingos Francisco Barbosa Dias, pg. 3.

Carlos da Costa, 3.

O dito Domingos Francisco, pg. 3.

Manuel do Rego, Manuel Francisco Cazalinho em casa de Manuel do Rego, pg. seis oitavas, 8  $\frac{1}{4}$ .

Manuel Francisco Cazalinho em casa do dito, falido, pg. 3.

Manuel Rodrigues, pg. três oitavas, 8  $\frac{1}{4}$ .

Agostinho Leme, João da Costa, Domingos Francisco da Costa, todos 27  $\frac{1}{2}$ .

Vitória da Costa forra, pg. 3.

Francisco Xavier, pg. 3.

Gonçalo Frz., pg. 3.

Felis Pereira, pg. seis oitavas, 8  $\frac{1}{4}$ .

João Francisco Pereira da Silva, Antônio Roiz, Tereza forra todos pg. doze oitavas, 16  $\frac{1}{2}$ .

João Pereira da Silva, João Ribeiro da Cunha, Simão Coelho, Antônio Fraz., Manuel Pereira da Cunha, todos pg. 24  $\frac{1}{4}$ .

Antônio de Sousa Caldeira, 3.

Marcelina da Silva, pg. 3.

Joseph da Silva, pg. 3.

Manuel dos Santos, pg. 3.

Joseph dos Santos, pg. 3.

O cap. João Leite da Silva, pg. 35  $\frac{1}{4}$ .

Joseph Alz, em casa do dito, pg. 3.

Manuel André, pg. 3.

Antônio Bento Giz, pg. 38.

Domingos João de Carvalho, pg. 3.

Em casa do dito Bento Glz. o cap. Joseph de Sousa, pg. 16  $\frac{1}{2}$ .

Domingos Ferreira Leme no Palmital, pg. 13  $\frac{1}{4}$ .

Antônio Alz, nos Macacos, pg. 16  $\frac{1}{2}$ .

O cap. Manuel Gonçalves na Sete Lagoas, 19  $\frac{1}{4}$ .

Em casa do padre Joseph Glz. Manuel Antônio, João Correia Leitão, João de Faria, Antônio de Faria, Francisco de Oliveira, Pedro da Silva, todos 19  $\frac{1}{4}$ .

Francisco Rodrigues de Araújo no peso bem Antônio Bezerra, em casa do dito ambos, 22.

Domingos Ribeiro, A. Glz., falido um e outro uma espingarda, 16  $\frac{1}{2}$ .

Domingos Mendes, falido, 11.

Abóboras

O sargento maior João de Sousa, pg. 16  
 Manuel da Fronte Sutuval, pg. 5  
 O cap. Fernando Nogueira Soares, Paulo Barbosa, Fernandes de Brito, todos - falidos  
 dois - um pg. três oitavas, 24  $\frac{3}{4}$ .  
 Diogo Pereira, pg. 19  $\frac{1}{4}$ .  
 Antônio Pereira Rego, pg. 5  $\frac{1}{4}$ .  
 Manuel de Azevedo, Manuel da Silva, Francisco Guedes Pinto, pg. 8  $\frac{1}{2}$ , 11.  
 Manuel Lopes, falido, 3.  
 Inácio Ribeiro, Antônio Gonçalves, Luís forro, pg. 13  $\frac{1}{4}$ .  
 Sebastião Correia, Fábio Bezerra, pg. três oitavas, 27  
 Carlos Roiz, pg. 13  $\frac{1}{4}$ .  
 Manuel Fonseca, falido, 3.  
 Manuel de Araújo, falido, 3.  
 Manuel da Costa forro, falido, 3.  
 João Ribeiro forro, falido, 3.  
 Bernardo da Silva, Manuel da Silva, Lázaro Dias, 35  $\frac{3}{4}$ .

Paraopeba

João Carneiro da Silva, 33.  
 O cap. Antônio Rabelo, falido, 11.  
 João Batista, falido, 8  $\frac{1}{4}$ .  
 O cap. Joseph Preto, falido, 5  $\frac{1}{4}$ .  
 Clemente Pedroso, falido, 3.  
 Francisco Preto, falido, 8  $\frac{1}{4}$ .  
 Martinho de Alvarenga, falido, 5  
 Inácio Dias, falido, 5  $\frac{1}{4}$ .  
 Salvador Soares, Manuel Vieira, Paulo Marques, todos três com 34  $\frac{3}{4}$ .  
 João Lopes de Medeiros, falido, 5  $\frac{1}{4}$ .  
 Domingos da Costa, falido, 3.  
 O alferes Francisco Arzão, Felix Correia deram penhores, 13  $\frac{3}{4}$ .  
 João Barreto de Lima, João de Marins, ambos 8, 11.  
 Francisco da Costa Soares, pg. 13  $\frac{1}{4}$ .  
 Antônio da Luz, 11.  
 Paulo Roiz em casa do dito, 3.  
 João Correia da Silva, 3.

Francisco Xavier, pg. 5  
 O alferes Manuel Mez., falido, 8  
 Joseph Alz, em casa do dito, falido, 3.

### Passagem do Paraopeba

O tenente-general Manuel de Borba Gato, pg. 135.  
 O capitão D. Francisco Rondon, pg. 38  
 João Tavares, pg. 33.  
 Miguel de Aredes, falido, 16  $\frac{1}{2}$ .  
 Seu camarada, falido, 11.  
 Eusébio Gardum forro - Miguel Domingos, falido, 11.  
 Henrique Tavares, Roque Tavares, ambos deram um negro, 38.  
 Atanásio Nunes de Siqueira, falido, 8  $\frac{1}{2}$ .  
 O cap. Manuel Vieira de Sousa, falido, 22.  
 Feliciano Cardoso, falido, *Francisco Homem de El Rei*, ambos pg. 2  $\frac{1}{2}$ , 5  $\frac{1}{2}$ .  
 Joseph Vieira, pg. 3.  
 Importa a conta pela soma mil e duzentos e cinqüenta e quatro oitavas e meia &  
 1.254  $\frac{1}{2}$  Antônio de Sá Barbosa - Lucas Xavier Machado - João Velho Barreto

Em seguida ao lançamento vinha esta ordem de cobrança:

"Nós os oficiais da Câmara desta Vila ordenamos ao capitão Domingos de Sousa Barros vá logo ao Curral de El Rei e dentro de quinze dias cobre das pessoas contidas no rol junto à quantia nele declarada os quais quinze dias se contam da data deste fazendo que todas as pessoas no dito rol contidas lhe satisfaçam logo depois de cobrado o ouro e traga ao tesoureiro da repartição o sargento-mor Faustino Rebelo Barbosa, e não pagando as ditas pessoas dentro no tempo que lhe assinar as prendas e lhe faça apreender em bens bastantes para satisfação do que lhe toca, e não serão soltas sem realmente pagarem, e sendo-lhe necessário para essa diligência algumas pessoas ou oficiais de milícia os poderá obrigar a que o acompanhem usando de todos os poderes que nos concedeu o senhor general e procederá contra os que obedeceram-lhe não quiserem o que assim cumprirá e não faça pena de procedermos contra ele asperamente na forma das ordens que do dito senhor. Dado nesta Vila Real aos trinta e um de maio de mil setecentos e quatorze anos - Lourenço de Sousa Rossada escrivão da Câmara o subscrevi. Deus guarde a V.S. - Antônio de Sá Barbosa - Lucas Rodrigues Machado - João Velho Barreto." <sup>61</sup>

Por esse lançamento vemos ainda que Abóboras, Paraopeba, Passagem do Paraopeba e Sete Lagoas eram localidades subordinadas a Curral del Rei e que, em Passagem do Paraopeba, vivia nababescamente o tenente-general Manuel da Borba Gato.

Prova-nos mais esse lançamento que o atual subúrbio de Belo Horizonte - Palmital - já existia com a mesma denominação.

Por outro lado, se nos causa estranheza o considerável número de contribuintes falidos em Curral del Rei, essa estranheza naturalmente se dissipa quando sabemos que o declarar-se falido naquele tempo era um dos muitos meios usados para se burlar o fisco, o que mais tarde originou severas providências régias coibitivas de tal fraude.

Também nos chama particularmente a atenção nesse documento o fato de irmos encontrar no lançamento de Passagem do Paraopeba o contribuinte de nome Francisco Homem del Rei,<sup>62</sup> nome igual a outro a que nos referimos no capítulo VII deste livro, registrando a concessão que obteve de uma sesmaria nas proximidades de Sabará, em 1800.

Esses dois nomes iguais, em épocas tão distantes entre si, nas proximidades de Curral del Rei, aumentam as nossas suspeitas de que talvez, pelo fato de algum membro dessa família ter possuído curral aí, nos primeiros dias do arraial, tomasse ele esse nome.

Aliás, como dissemos no capítulo VII desta nossa história, o coronel Artur Campos e outras pessoas antigas asseveram ter ouvido de seus antepassados que o arraial assim se denominava pelo fato de se haver estabelecido ali com curral de aluguel, nos primeiros tempos das minas, um descendente de Tomé Portes del Rei. Entretanto, Diogo de Vasconcelos escreveu em seu *Jornal de Minas*, de 10 de abril de 1891: "A pequena povoação que ali existe tomou seu primitivo nome do curral que Tomé Portes del Rei construiu no fim do século XVII para sua criação de gado."<sup>63</sup>

Essas duas versões, conjugadas com o documento que agora publicamos, levam-nos a crer que efetivamente o nome de Curral del Rei provém de um curral ali estabelecido por Tomé Portes del Rei ou por algum membro dessa família.

---

O lançamento transcrito foi feito a 31 de maio de 1714 e a 2 de junho, no mesmo livro, fomos encontrar o lançamento, que abaixo também transcrevemos, das fábricas dos padres, e entre esses padres encontramos o de nome Francisco de Oliveira, pároco do Curral del Rei, pagando 35 oitavas e  $\frac{1}{4}$  de ouro, o que vem comprovar a afirmativa por nós feita de que aquela freguesia pertencia ao número das primeiras que se criaram nas Minas.

Eis o lançamento e a ordem para a sua cobrança:

#### — LANÇAMENTO NAS FÁBRICAS DOS REV<sup>MOS</sup> PADRES

O padre João de Mendonça, 8  $\frac{1}{4}$ .

O padre Domingos Marques Cabral, 46  $\frac{3}{4}$ .

O padre Francisco Frz. Pombo, 96  $\frac{3}{4}$ .

O padre Domingos de Oliveira, 63  $\frac{1}{4}$ .

- O padre Mateus de Paiva, 27  $\frac{1}{2}$ .
- O padre Manuel Servio de Oliveira, 5  $\frac{1}{2}$ .
- O padre Marcos Gomes, 19  $\frac{1}{4}$ .
- O padre Sepriano Gomes Raso, 49  $\frac{1}{4}$ .
- O padre Doutor Lourenço de Valadares Vieira, 22.
- O padre Salvador Sutil, 99.
- O vigário da Roça Grande, 5  $\frac{1}{4}$ .
- O padre Gonçalo da Silva, 35  $\frac{1}{3}$ .
- O padre Miguel da Cunha, 57  $\frac{3}{4}$ .
- O padre João da Cunha, 24  $\frac{3}{4}$ .
- O padre fr. Pedro da Cruz, 41  $\frac{1}{4}$ .
- O padre Antônio da Maia, 33.
- O padre Gervásio Ferreira da Silva, 13  $\frac{3}{4}$ .
- O padre fr. Basílio, 8  $\frac{1}{4}$ .
- O padre fr. Joseph do Desterro, 8  $\frac{1}{4}$ .
- O padre fr. Custódio da Assunção, 46  $\frac{3}{4}$ .
- O padre mestre fr. Gonçalo, 5  $\frac{1}{2}$ .
- O padre Paulino Pestana, 24  $\frac{3}{4}$ .
- O padre Manuel de Almeida, 55  $\frac{3}{4}$ .
- O padre Manuel Ribeiro, 5  $\frac{1}{2}$ .
- O padre Luís Lopes, 63  $\frac{1}{4}$ .
- O padre Joseph da Fonseca Rangel, 13  $\frac{1}{4}$ .
- O padre Francisco de Oliveira no Curral del Rei, 35  $\frac{3}{4}$ .

Importa a soma acima novecentas e dezesseis oitavas e meia (916  $\frac{1}{2}$ ) - Antônio de Sá Barbosa." <sup>64</sup>

Eis a ordem para a cobrança:

"Os oficiais da Câmara desta vila em observância da faculdade que temos do Rvd.<sup>mo</sup> Dr. Lourenço de Valadares Vieira vigário da vara do distrito desta comarca e das ordens do Sr. general ordenamos ao cap. Brás Rebelo Marinho roque aos reverendos padres neste rol nomeados e como ministros de S. Majestade que Deus guarde paguem as quantias que cada um neste rol leva em sua adição que por nós foram lançadas em suas fábricas e não satisfazendo os ditos reverendos padres dentro do termo que para isso lhe assinar o que neste rol devem pelas suas fábricas lhe façam nestas apreensão que sejam bastantes para satisfazerem do que toca a cada um com declaração que dará cobrada a quantia que importa este rol até quinze deste presente mês de junho e nesta diligência poderá ocupar os oficiais de milícias e poderá proceder contra as que lhe obedecer não quiser o que assim cumprirá caso não faça sob pena de procedermos contra ele asperamente. Dado nesta Vila Real de N. Sra. da Conceição aos dois dias do mês de junho de mil e setecentos e quatorze anos -

Lourenço de Sousa Roussadas escrivão da Câmara o escrevi. *Antônio Mendes Teixeira - Antônio Sá Barbosa. Lucas Rodrigues Machado. João Velho Barreto.*"<sup>65</sup>

Passando agora ao Livro II, de termos de pagamento do imposto sobre gado (Provedoria da Fazenda Real - 1715-1718 - Arquivo Público Mineiro), às f. 17 e 57 encontramos os seguintes de entrada e de carga, que se relacionam com nossa história, pois neles figura Estêvão Raposo Bocarro, irmão de Ortiz, como negociante de gado. Ei-los:

TERMO DE ENTRADA QUE DÁ MANUEL DUARTE DO VALE  
POR ESTÊVÃO RAPOSO DE UM LOTE DE GADO

Aos vinte e nove dias do mês de maio de mil setecentos e dezesseis anos nesta Vila Real de Nossa Senhora da Conceição nas casas donde assiste o juiz ordinário o capitão-mor Manuel da Rocha de Castro e sendo aí apareceu Manuel Duarte do Vale e por ele foi dito dava entrada de duzentas e quarenta e cinco cabeças de gado por Estêvão Raposo Bocarro das quais lhe abateu o dito juiz ordinário vinte e cinco cabeças de gado e ficam líquidas duzentas e vinte cabeças que a oitava por cabeça deve para os quintos duzentas e vinte oitavas de ouro assim obrigou o dito Manuel Duarte como fiador e principal pagador e dívida sua própria a pagar da feitura deste a dois meses sem a isso pôr dúvida alguma de que fiz este termo que assinou o dito fiador com o juiz ordinário e eu Manuel Nunes Neto escrivão da Câmara o escrevi. *Neto. Castro. Manuel Duarte do Vale.*"<sup>66</sup>

CARGA AO TESOUREIRO DE 220 OITAVAS QUE PAGOU  
MANUEL DUARTE DO VALE POR ESTÊVÃO RAPOSO BOCARRO

Aos cinco dias do mês de setembro de mil setecentos e dezesseis anos nesta vila real nas casas da Câmara dela recebeu o tesoureiro da fazenda real e quintos o sargento-mor João de Sousa Souto Maior, duzentas e vinte oitavas de ouro que pagou Manoel Duarte do Vale por Estêvão Raposo Bocarro de uma boiada de que dito Manuel Duarte tinha ficado por fiador e de como o dito tesoureiro recebeu o dito ouro fiz este termo de carga que assinou o dito tesoureiro João de Sousa Souto Maior. E eu Manuel Nunes Neto escrivão da Câmara o escrevi *João de Sousa Souto Maior.*"<sup>67</sup>

Outro documento interessantíssimo é a carta que o boiadeiro Sebastião Correia de Miranda escreveu e datou de Curral del Rei a 14 de março de 1717, ao capitão Manuel

Nunes Neto, pedindo aceitá-lo como fiador de uma partida de gado. Essa carta encontramos-la solta em um velho livro da Provedoria da Fazenda Real e sua decifração nos custou longo e penoso trabalho. Ei-la em fac-símile, com a respectiva tradução:



“Meu amo. e Sr. Saúde e mais saúde. Faça-me v.m. favor de me aceitar por fiador de cento e dezoito cabeças de gado que desejo servir a outro amigo e como eu vou sábado assinarei o livro. Peço a v.m. mandar logo logo a carta de guia para seguirem a sua viagem para as Minas Gerais\* e como eu apousasse neste Curral del Rei aonde eu vim desobrigar não lhe pude falar e mando o meu mulato a buscar esta carta de guia e no servo de v.m. me tem com pronta vontade a pessoa de v.m. guarde Deus m.a. - Curral del Rei 14 de março de 1717 - Amo. do coração. *Sebastião Correia de Miranda.*”

(Sobrescrito): “Ao cap. Manuel Nunes Neto meu amo, a quem guarde Deus m.a. escrivão da Câmara desta Vila.”

(Abaixo do sobrescrito): “De Sebastião Correia de Miranda.” <sup>68</sup>

Tem provisão de procurador no Livro 12, p. 49. Arquivo Público Mineiro (índice p. 157).

\* Naqueles tempos denominava-se “Minas Gerais” a zona compreendida entre Sabará, Vila Rica, Ribeirão do Carmo e S. João del Rei.



Esse documento comprova duas afirmativas nossas: uma, quando dissemos que a maior fonte de riqueza do arraial eram as negociações de gado; outra, quando apontamos a freguesia de Curral del Rei como uma das mais antigas das Minas.

Agora, vamos enriquecer ainda mais o nosso histórico publicando o *fac-símile* de duas guias expedidas pelo encarregado do registro da Contagem, para pagamento de tributos de entrada de partidas de gado em Sabará, depois de ali contadas e em trânsito por Curral del Rei. Essas guias comprovam a existência, como afirmamos, de um registro de gado nas Abóboras e comprovam igualmente a origem do nome de Contagem das Abóboras.

Eis as guias:



‘Aos dez dias do mês de janeiro de mil setecentos de dezessete anos neste registro das Abóboras perante o provedor dele registrou Antônio Ribeiro de Barros trinta cabeças de gado das quais irá dar fiança a casa do escrivão da Câmara e o novo imposto dos quintos reais e como sua carta de guia o diz a vi entrar para dentro. E eu João Nunes Asedo escrivão do registro o escrevi e por comissão que tenho do provedor me assinei. *João Nunes Asedo.*’



“Aos onze dias do mês de janeiro de mil setecentos dezessete anos neste registro das Abóboras perante o provedor dele registrou Gonçalo Ferreira quarenta e sete cabeças de gado das quais irá dar fiança a casa do escrivão da Câmara e novo imposto dos quintos reais. E como suas cartas de guia o diz a vi entrar para dentro. E eu João Nunes Asedo escrivão do registro o escrevi e por comissão que tenho do provedor me assinei. *João Nunes Asedo.*”

João Nunes Asedo tem patente de capitão no Livro 12, f. 62v. - SC - SG - Arquivo Público Mineiro.

Finalmente, mais dois ótimos documentos vamos publicar, e estes sobre a freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem. O primeiro é a lista dos vigários das freguesias pertencentes à comarca de Sabará, datada de 1719 e precedida de um termo lavrado pelo ouvidor Bernardo Pereira de Gusmão. O segundo é o termo declaratório da exatidão dos papéis apresentados pelo procurador do ex-vigário de Curral del Rei, para o efeito de receber a cômgrua a que tinha direito. Ei-los:

“Desta folha quinze para diante há de servir este livro para as folhas dos vigários desta comarca, a quem sua majestade que Deus guarde manda pagar de cômgrua cada um ano de sua real fazenda duzentos mil réis, por ordem sua que está registrada em o livro do registro

das ordens e provisões em o cartório da fazenda real, e aqui se há de fazer os termos de como se lhe manda pagar com papéis correntes cujos termos hão de assinar os ditos vigários com o escrivão da fazenda real. Vila Real, 10 de novembro de 1719. *Bernardo Pereira de Gusmão.*"

"LISTA DOS VIGÁRIOS PERTENCENTES À COMARCA DE RIO DAS VELHAS

1. O vigário da Matriz da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição.
2. O vigário da Matriz de Vila Nova da Rainha.
3. O vigário de Raposos.
4. O vigário das Congonhas.
5. O vigário de Santa Bárbara.
6. O vigário de S. Miguel.
7. O vigário de Morro Grande.
8. O vigário de Santo Antônio do Bom Retiro.
9. O vigário de Santo Antônio da Mouraria.
10. O vigário do Curral del Rei."

Agora o termo:

"Aos vinte e um do mês de outubro de mil setecentos e vinte anos nesta Vila Real de Nossa Senhora da Conceição e casas de morada de mim escrivão ao diante nomeado apareceu presente Francisco Maciel de Araújo, e por ele me foram apresentados os papéis correntes como procurador bastante de reverendo Padre Alexandre Dias vigário que foi da Matriz de Curral del Rei e visto por mim esses papéis achei estarem correntes para poder cobrar os duzentos mil réis de cõgrua que venceu sendo vigário da dita matriz, e de como os levou outra vez assinou o dito procurador bastante este termo, e eu Francisco Xavier de Araújo Pereira escrivão da fazenda real que o escrevi e assinei - Francisco Xavier de Araújo Pereira - Francisco." (f. 21v. do Livro n. 2 - 1702-1720 - Receita da Fazenda Real das Minas de Serro Frio e Tucambira - Arquivo Público Mineiro - Prov. da Faz.)

---

Encerrando este novo capítulo, todo ilustrado com documentos absolutamente inéditos, até agora entregues à poeira dos arquivos de onde os foi arrancar a nossa paciência, duas certezas compensadoras nos confortam: uma, a de havermos prestado mais esse serviço à história de Belo Horizonte; outra, a de termos perfeitamente comprovado com esses novos documentos quanto havíamos escrito a respeito neste livro, em sua primeira edição.

## NOTAS

- 56 APM/DF 01, 1º col. Sobre Rendimentos Gerais (MG): Arrematações de Ofícios e passagens; escravos vindos da Bahia, quintos e outros rendimentos, 1700 a 1762. Há correções a serem feitas nesta listagem: "Leonardo Nardes Arzão" e não "Leonel Nardes de Arzão." Estêvão Raposo e não "Estêvão Raposo Bocarro", "Damazio de Souza Barros" e não "Domingos de Souza Barros". "João Leite da Silva" e não "João Leite da Silva Ortiz". Na f. 26v. aparece apenas João Leite e na f. 44 (e não 64v.) aparece João Leyte da Silva Cortes.
- 57 *Ibidem.*
- 58 APM/DF 01, 1º col., f. 63-66. A citação correta é: "Descobertas as mesmas Minas a notícia de seus haveres segundo se alcança fes pellos annos de 1690 até o ano de 1699 cressese tanto o numero de povoadores pelas parages onde hoje se achão az V.as. do Sabará, Va. do Carmo, V.S. Rica, S. João de El Rey, S. Jozé Cayté Va. do Príncipe. e Pitanguy ocupando se na Agricultura, e extracção o Ouro nos diversos descobrimentos q. hirão aparecendo as grandes".
- 59 Freguesia era "o mesmo que paróquia", sendo "antigamente o termo mais usado" (BARBOSA. *dicionário da terra e da gente de Minas*, p. 97). Consistia também numa divisão administrativa eclesiástica, aparecendo com frequência nos documentos oficiais, para facilitar a localização de inúmeros empreendimentos, como vendas ou sesmarias.
- 60 APM/SC12, f. 47v., 48.
- 61 APM/DF 01, 1º col., f. 42-44. Sobre "Sabará e Vila Rica: Quintos, Captação, 1714/1715. f. 42 e 44. As correções a serem feitas são: Domingos Gonçalves e não "Domingos Gomes Cruz"; Antônio Bento Glz (Gonçalves) e não "Antônio Bento Giz"; "Francisco Rodrigues de Araújo" no pega bem e não "Francisco Rodrigues de Araújo no peso bem"; "Damazio Mendes" e não "Domingos Mendes". Após este nome foi omitido o de "Bertolomeu Nogueira de Britofalido-11". No documento seguinte a essa listagem é necessário que se façam as seguintes correções: "assinar" e não "assignar"; "aprehendam" e não "apreghender"; "Nos" e não "Nós"; "procedera" e não "procederá" e "cumprira" e "cumprirá".
- 62 Sobre Francisco Homem del Rei, ver nota n. 41, p. 71.
- 63 A citação correta é: "A pequena povoação que alli existe tomou seu primitivo nome do curral. q. Thomé Portes d'El-Rey, fundador das cidades de S. José e de S. João, construiu em fins do século 1º para a sua criação de gado" (NOVA cidade *Jornal de Minas. Op. cit.*, p. 1).
- 64 APM/DF 10, 1º col., f. 23 e 23v. Existem duas correções a serem feitas na listagem: "Pe. Francisco Frz. Paulino" e não "Francisco Frz. Pombo" e "Pe. Costódio da Assunção" e não "Custodio da Assumpção".
- 65 *Ibidem.*
- 66 APM/DF 11, 1º col., f. 17. O Livro II mencionado é o códice 1.011 da Delegacia Fiscal (etiqueta amarela) sobre: SABARÁ: Rendimento do gado de corte. 1715 a 1718. No título do documento citado, o nome de Estêvão Raposo aparece incompleto, faltando o sobrenome Bocarro.
- 67 *Ibidem.*, f. 57.
- 68 O documento é a provisão do procurador Sebastião Correa de Miranda (APM/SC 12, f. 49).

AS PRIMEIRAS COMARCAS - A FREGUESIA DO CURRAL DEL REI -  
AS PRIMEIRAS VINTE IGREJAS DE MINAS - UM QUARTEL DE DRAGÕES -  
ORTIZ, DEPOIS DE CASADO, MUDA-SE DO ARRAIAL - SEUS FILHOS -  
DESCOBRINDO MINAS DE OURO EM GOIÁS

A

6 de abril de 1714, divididas as três primeiras comarcas das Minas - Vila Rica, Rio das Velhas e Rio das Mortes - pelo termo de junta, assinado na Vila Real por D. Brás Baltasar, Curral del Rei ficou pertencendo à comarca do Rio das Velhas,\* cuja sede era Sabará. Em virtude do que ficara resolvido naquela junta, a Vila Real de Sabará pagaria ao fisco 9 arrobas e 22 libras de ouro por ano, além de 2 arrobas dos quintos do gado, de conformidade com o termo de 7 de dezembro de 1713.

Notável era o desenvolvimento do nosso arraial em população, comércio e pecuária. Ortiz mantinha-se firme ali, aumentando os seus haveres e acompanhando, sem interferir nelas, as lutas que iam pelas comarcas, não só entre os reinóis e paulistas, como também entre o povo e o governo, por causa da fórmula de pagamento dos quintos reais e da criação das casas de fundição de ouro, de que já se cogitava. Desgostavam-no, é bem certo, aquelas lutas infinitas entre os seus contrerrâneos e os forasteiros, mas em compensação a sua fazenda do Cercado continuava próspera e os seus demais negócios iam bem, sendo que, com o irmão, Estêvão Raposo Bocarro, grande fazendeiro nos sertões do S. Francisco, mantinha negociações de gado altamente lucrativas para ambos.

Dali assistiu o capitão Ortiz à saída tão lamentada de D. Brás Baltasar e à chegada do novo governador, D. Pedro de Almeida, o depois célebre e tão mal julgado conde de Assumar, a quem se deveu a implantação do princípio da autoridade nas Minas, naquele período anárquico.

O arraial que, em 1718, tinha como cobrador dos quintos reais Bento Gonçalves de Barros, graças aos trabalhos e esforços de seu fundador, secundado pelos demais povoadores,

\* A comarca do Rio das Velhas só tomou o nome de comarca de Sabará pela Lei n. 1.390, de 14 de novembro de 1866. Mais tarde cada qual ficou sendo comarca distinta.<sup>69</sup>

crescia sempre de importância, a ponto de ser já freguesia, conforme se verifica por documentos publicados no capítulo anterior e pela carta de 10 de outubro daquele ano, escrita por D. Pedro de Almeida ao ouvidor-geral do Rio das Velhas, sobre questões de limites com a Bahia, quando ele escreveu: "...e além de ser a barra do Rio das Velhas desta mesma natureza, ser também uma natural baliza que separasse os dois governos das Minas e da Bahia e não informaram bem a V.M. em lhe dizerem que há dez anos a esta parte se cobram no país da Contenda pela Bahia os dízimos, e se porém párocos pelo arcebispo daquela cidade, porque havia só quatro anos que o padre Antônio Cordelo (*sic*), que é vigário colado por ordem de S. Majestade, no Arraial de Matias Cardoso se tem introduzido naquele país favorecido de Manuel Nunes Viana, ficando-lhe a sua principal freguesia em distância de oitenta léguas, e atendendo a isto novamente o bispo do Rio de Janeiro passou provisão daquela igreja ao padre Francisco Palhano, que não foi admitido por negociações do dito Cordelo (*sic*) e no Arquivo Eclesiástico dessa vila se acham vários exemplos em que o vigário da Vara Lourenço Valadares haver excomungado a muitas pessoas na barra do Rio das Velhas por se não haverem desobrigado na freguesia do Curral del Rei, e consta terem vindo as tais pessoas absolver-se da dita excomunhão, outros exemplos há de ordens observadas naquele país, sendo expedidas pelo padre Lucas Ribeiro visitador-geral deste governo, mas quando a jurisdição eclesiástica pertencesse a Bahia não era prova bastante que a secular deixasse de pertencer a este governo," etc.<sup>70</sup>

Essa carta preciosíssima, que se acha no livro manuscrito n. 11, f. 58, do Arquivo Público Mineiro,<sup>71</sup> devo-a à gentileza do meu prezado colega e amigo, o paciente e probo pesquisador histórico, Dr. Feu de Carvalho.

Ela prova-nos satisfatoriamente, como os documentos publicados no capítulo precedente, que anteriormente a 1718 Curral del Rei era paróquia. Outro documento, porém, não menos precioso, nos faz crer que essa paróquia já existia desde 1712. Referimo-nos à ordem régia de 9 de novembro do mencionado ano, segundo a qual já existiam nas Minas cerca de 20 igrejas ou paróquias, conquanto se tratassem de templos pequenos, rústicos e cobertos de colmo. Nessa ordem diz o rei ao governador da capitania "que o bispo do Rio de Janeiro, em carta de 26 de abril deste ano, lhe fizera presente não lhe ser possível fazer que os habitantes das Minas edifiquem igrejas e paguem os párocos, visto se arrematarem por mais de cem mil cruzados os dízimos de sua capitania separados dos do Rio de Janeiro, os quais lhe tinham escrito que não deviam pagar párocos nem edificar novas paróquias, *nem ainda cobrir de telhas as velhas que estão de colmo*, e da mesma forma o paramentá-las do necessário; e que os párocos, que *já passavam de vinte*, se não podiam sustentar com as cômguas ordinárias pela grande carestia da terra e assim lhes deveriam acrescentar, como também consignação para cera, vinho e óstias, por terem nas Minas preços maiores."

Mas, não obstante a prosperidade da paróquia e distrito, tempos depois, talvez porque a permanência de Ortiz em Curral del Rei se tornasse incômoda ou por qualquer outro motivo que o afastasse dali, o fato é que, em princípios de 1718, vamo-lo encontrar em



*Panorama do extinto arraial de Belo Horizonte, antigo Curral del Rei.*

Parnaíba, São Paulo, onde desposou d. Isabel Bueno, filha de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera II, não nos tendo sido possível saber mais pormenores da época em que se casou, nem tampouco se trouxe a esposa para o arraial que fundara ou se a deixou em Parnaíba. O certo, porém, é que ele, tendo regressado, se achou em Curral del Rei, até 1721, mais ou menos, estando provado que do seu consórcio nasceram 4 filhos (sendo o primeiro em fins desse mesmo ano de 1718), a saber: Bartolomeu Bueno da Silva Ortiz, que morreu em viagem para Portugal em 1730, com 12 anos de idade, quando ia cursar a Universidade; Estêvão Raposo Bocarro, que faleceu criança em Vila Boa de Goiás, antiga capital do Estado que tem esse nome; Teresa Leite da Silva, que mais tarde se casou na freguesia de N. S. da Penha de França do Sítio de Araçatinguama, com Januário de Godói Moreira; Quitéria Leite da Silva, muito depois casada na Vila Boa de Goiás, com Antônio Cardoso de Campos.

Na incerteza de haver Ortiz trazido a esposa para o Curral del Rei e por falta de registro paroquial daquele tempo nesse arraial, não conseguimos verificar se algum dos filhos do casal nasceu ali.

Podemos, entretanto, afirmar que, de volta ao seu arraial, com a esposa ou saudoso dela, no caso de a ter deixado em Parnaíba, tudo nos leva a entrever que Ortiz não mais se sentiu bem nas Minas, dada a crescente animosidade entre os portugueses e paulistas, aqueles em muito maior número e já senhores dos principais postos da justiça e da admiração.

Além disso, havia chegado, e estava aquartelada em Cachoeira do Campo, uma companhia de dragões, a primeira força organizada que entrou em Minas, para policiamento das comarcas, e o conde de Assumar escrevia ao ouvidor-geral do Rio das Velhas (Sabará), a 21 de novembro de 1719, cuidando de aquartelar 30 soldados dela em Curral del Rei, sob o comando do tenente Joseph de Moraes Cabral. Nessa carta dizia o conde-governador: "O alferes João Mascarenhas me avisou que a casa do Curralinho que a Câmara apontava para os soldados, sim era boa, mas que não considerava comodidade para forragens e mantimentos, e que visitando algumas paragens que eu lhe ordenei, me *apontava por mais conveniente a do Curral del Rei junto à igreja*, e em ordem a largueza dos pastos e estarem mais vizinhos dessa vila para o que for necessário e como uma casa para trinta soldados e um oficial me parece não será de grande custo, se v. m. pudesse mover o sargento-mor João de Sousa Souto Maior\* que me dizem tem fazendas por aquela parte, é homem rico, além dos seus serviços, nenhum será tão agradável a S. Majestade como este, e assim espero que neste particular obre o zelo de v.m. de forma que se consiga; mas quando o dito sargento-mor nisto não convenha, creio que não era má conjuntura a presente para juntar os homens bons e a Câmara para ver se convinham em uma limitada finta para fazer esta obra, pondo-se em praça a quem por menos a fizer e o modo de atrair os homens bons me persuado que

\* Este sargento-mor Souto Maior foi provido pelo conde de Assumar no cargo de provedor dos quintos de Curral del Rei a 23 de março de 1718, pelo tempo de um ano. A 13 de junho era promovido a tesoureiro da comarca do Rio das Velhas (Livro 12, f. 37 e 39 - Sec. Col. - Arquivo Público Mineiro).<sup>2</sup>



seria o representar-lhe as utilidades que se seguiram das assistências dos soldados porque poderiam correr as estradas distantes.”\*

Ora, os dragões, soldados turbulentos (conforme se verificou pouco depois em Sabará, quando promoveram distúrbios contra o capitão-mor Lucas Ribeiro de Almeida,\*\* regente da vila, e seus escravos), eram portugueses e naturalmente não veriam com bons olhos os paulistas. Mas antes de ser ali instalado o quartel, a 20 de janeiro de 1720, o conde de Assumar, por intermédio da Câmara de Vila Real, escrevia a diversas pessoas principais da comarca para que cada uma delas concorresse ao menos com doze negros armados a fim de irem subjugar os paulistas de Pitangui, que se haviam levantado de novo, com Domingos Rodrigues do Prado pela frente. Ora, Ortiz, concunhado de Domingos do Prado, certamente não concorreria para a ruína deste, caso o conde lhe pedisse auxílio, sendo que um tal pedido o poria em situação melindrosa.

Mas não era só isso. Logo em seguida, a 29 de abril do mesmo ano, aquele governador, escrevendo outra carta ao ouvidor-geral do Rio das Velhas, declarava-lhe escolhido o Engenho da Paciência, em Curral del Rei, para o quartel dos dragões. Dizia o conde que enquanto não se tivesse construído o quartel, os soldados se alojariam em casas particulares. E no mesmo dia expediu as necessárias ordens para remoção do tenente Joseph de Moraes, soldados e cavalos (Livro 11, f. 225 e segs., Sec. Col. - Arquivo Público Mineiro).<sup>74</sup>

Ainda mais, em 1719, todos os negros e escravos existentes nas minas (e eram em número muito maior do que o dos brancos e livres) tramaram uma sublevação geral, que deveria estalar por toda parte na 5ª-feira maior, quando seriam exterminados todos os brancos da capitania. Descobrimos a diabólica revolta, o conde conseguiu frustrá-la com providências enérgicas entre as quais a de mandar aprestar todas as companhias de ordenanças para a primeira chamada.

Como se está vendo, é intuitivo que todos esses acontecimentos estariam desgostando profundamente a Ortiz e tornando-o desejoso de retirar-se daquele lugar para fora das minas. Faltava-lhe, porém, um motivo forte, decisivo. Esse motivo teve-o em seguida e dos melhores.

Efetivamente quando o povo das minas andava ainda horrorizado pelos trágicos acontecimentos da sedição de Vila Rica (1720), com o incêndio do Morro do Ouro Podre ou do Pascoal, com a prisão dos principais motineiros naquele levante de portugueses e seus negros, com o enforcamento e esquartejamento do português Felipe dos Santos Freire - começou João Leite da Silva Ortiz a receber cartas de seu irmão Bartolomeu Paes de Abreu e de seu sogro, Bartolomeu Bueno da Silva, expondo-lhe as boas perspectivas auríferas de Goiás e ambos procurando convencê-lo quanto às vantagens que havia em deixar Curral del

\* Livro n. 11, f. 171 - Sec. Col. - Arquivo Público Mineiro).<sup>73</sup>

\*\* Em uma das paredes internas da velha igreja de N. Senhora do Ó, em Sabará, existe um quadro em que é narrado como milagre o fato de ter o referido capitão-mor saído incólume daquela arremetida dos dragões. Esse milagre é datado de 1720.

Rei, indo associar-se a eles nas grandes explorações que pretendiam fazer para descobrimento de lavras na Meia Ponte e outros sítios goianos, que imaginavam muito ricos, alguns dos quais Bartolomeu Bueno já havia visitado, com seu pai, aos 12 anos de idade.

Irmão e sogro de Ortiz, mal obtiveram a anuência deste, entabularam negociação com o governador Rodrigo César de Meneses acordando sobre as condições em que se realizaria o grande empreendimento. Tendo aquele capitão-general escrito imediatamente ao rei sobre a proposta dos bandeirantes, a 14 de fevereiro de 1721 o monarca ordenava-lhe colhesse informações da capacidade e cabedais dos proponentes (*Documentos interessantes de S. Paulo*, v. XII, p. 60).<sup>75</sup>

A 10 de setembro de 1721, Rodrigo César de Meneses comunicava ao rei que, havendo convocado os proponentes ao devastamento de Goiás, só havia comparecido Bartolomeu Bueno, porque os outros se achavam a grande distância. Fazia o elogio das posses e capacidade dos proponentes e declarava ter ficado estabelecido o início da empresa para junho, que era época da monção (*Documentos interessantes de S. Paulo*, v. 33, p. 8).<sup>76</sup>

Confirmando todos estes fatos, escreveu Pedro Taques de Almeida Paes Leme, na sua *Nobiliarquia paulistana* (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 35, I, 261): "Então se achava João Leite da Silva Ortiz rico e abastado, com numerosa escravatura, e bem estabelecido de lavras minerais no sítio chamado Curral del Rei. A persuasões de seu irmão, o capitão de infantaria Bartolomeu Paes de Abreu e das promessas do governador e capitão-general Rodrigo César de Meneses, aceitou; e fazendo vender por um o que valia dez, se recolheu a São Paulo, onde a custo de seus grandes cabedais, se formou o troço de 500 homens com cujo corpo penetrou o inculto sertão de Goiás."<sup>77</sup>

Não conseguimos saber ao certo a época da partida do capitão Ortiz, mas está verificado que, em São Paulo, organizada por ele grande bandeira de 500 homens, de acordo com os parentes, a 30 de junho de 1722 partia com sua gente para Goiás, ao encontro do sogro e do concunhado Domingos Rodrigues do Prado, ao passo que o irmão, Bartolomeu Paes, ficava naquela cidade, como procurador de bandeira.\*

Para boa ordem dos trabalhos dos descobrimentos, Rodrigo César, cumprindo ordem régia de 14 de fevereiro, expediu um regimento a que ficaria sujeito o capitão Bartolomeu Bueno e, em sua ausência, o capitão Ortiz, durante o devassamento de Goiás. Por esse regimento, dividido em 14 capítulos, ficou estabelecido que Bueno faria confessar toda a gente da sua tropa antes de partir, a fim de ser bem-sucedida; que todos da tropa seriam obrigados a obedecer ao chefe, que os castigaria em caso contrário; que os dois capelães, que fossem com a tropa seriam respeitados e fariam todos os esforços para que os índios encontrados abraçassem a Santa Fé; se estes, por acaso, tentassem, com armas, embarçar a

\* No Livro n. 38 da seção colonial do Arquivo Público Mineiro (lançamento de escravos em Pitangui), figura, em 1722, um João Leite da Silva com um escravo de nome Antônio, sendo que, em 1727, esse escravo continuava registrado ali, com a declaração de ausência de João Leite.<sup>78</sup>

marcha da tropa, que se lhes fizesse guerra; dos que ficassem presos se cobrariam os quintos de Sua Majestade, sendo depois vendidos pela fazenda real; que, quanto aos índios que se mostrassem pacíficos, não seriam constrangidos a servir ninguém contra vontade e menos ser cativos; que seria proibido fazer descobrimento em terras da coroa de Castela; que, descobertas as minas, Bueno nomearia Ortiz guarda-mor, tendo por escrivão a Antônio Ferraz de Araújo; que o guarda-mor repartiria as terras com critério, escolhendo a data de El Rei; que se faria um roteiro das minas descobertas; que, enfim, nos casos imprevistos, agiria o chefe como lhe parecesse mais acertado (*Documentos interessantes de S. Paulo*, v. XII, p. 53).<sup>79</sup>

Logo depois, a 5 de setembro, o capitão-general Rodrigo César de Meneses escrevia ao rei D. João V: "Informando-me como V. Majestade foi servido mandar-me, da capacidade e posse dos capitães Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz achei serem homens dos principais desta capitania, com cabedal e grande conhecimento do sertão" (*Documentos interessantes de S. Paulo*, v. 33, p. 22)<sup>80</sup>

Tempos extraordinários aqueles em que as pessoas principais da colônia se entregavam às lutas formidáveis dos descobrimentos, sacrificando o seu conforto e bens, sendo ainda mister, para que o pudessem fazer, que o rei soubesse as condições de fortuna e idoneidade dos pretendentes a tão penosas empresas!

Ainda neste particular, vamos encontrar outra carta, referindo-se a Bartolomeu Paes de Abreu, em que Rodrigo César, a 19 de setembro, informava ao rei ser este paulista "um dos homens honrados da capitania, mas sem possibilidade nem conhecimento algum do sertão por falta de experiência pelo não o haver cursado nunca."<sup>81</sup>

Como se vê, por aquelas alturas dos primeiros tempos das minas, ao amanhecer de nossa existência de estado civilizado, Curral del Rei havia perdido para sempre o seu fundador, que agora voltava suas vistas para o desbravamento de outras terras, lá pelos ínvios sertões de Goiás.

#### NOTAS

- 69 MINAS GERAIS. Lei n. 1.390, de 14 de novembro de 1866. Cria uma nova comarca que se denominará do Sabará, a qual será formada pelos termos de Sabará e Caeté (*Leis mineiras*. Ouro Preto:Tip. Paula Castro, 1867, t. 32, parte 1ª, p. 360).
- 70 APM/SC11, f. 58v.
- 71 APM/SC03, f. 4.
- 72 APM/SC12, f. 39v.
- 73 APM/SC11, f. 170v.
- 74 APM/SC11, f. 224 v., 226v.
- 75 SÃO PAULO. Arquivo do Estado. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo, 1895, v. 12, p. 61-62.

- 76 *Ibidem*, 1901, v. 32, p. 8.
- 77 A citação correta é: "... Então se achava João Leite da Silva rico e abastado, com numerosa escravatura, e bem estabelecido de lavras..." (LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarchia paulistana*. LEME, *Op. cit.*, v. 35, parte 1ª. p. 135-422, 1872, p. 261, ou LEME. *Op. cit.*, p. 34).
- 78 APM/DF 38, f. 40, 1ª col.
- 79 SÃO PAULO. Arquivo do Estado. *Documentos...* *Op. cit.*, 1895, v. 12, p. 55.
- 80 A data do referido documento é de 3 de setembro (*ibidem*, 1901, v. 32, p. 22).
- 81 *Ibidem* p. 23.

## ODISSÉIA NOS SERTÕES DE GOIÁS



Depois de acordado com o capitão-general o regimento para a expedição e sendo João Leite da Silva o capitalista da empresa, na expressão de Afonso de Taunay, a bandeira se pôs em marcha “a caminho de Goiás, pelo vale do Mogiguaçu e pelo Pardo, para depois de atravessar o rio Grande, galgar o Paranaíba, pelo vale do rio das Velhas, até o Porto Velho, sobre este último rio.”<sup>82</sup>

Uma verdadeira odisséia dantesca, de horrores e sofrimentos foi aquela jornada durante três anos nas infernais florestas goianas; e “não fora a prodigiosa energia dos chefes Bartolomeu Bueno e João Leite, principalmente, completo seria o fracasso da empresa”, assevera Taunay. “Obedecendo à idéia fixa de descobrir ouro, ou de ficar sepultado nas solidões exploradas - prossegue esse escritor -, constrangeu Bartolomeu Bueno aos seus subordinados a acompanhá-lo, pondo em prática as medidas de uma disciplina draconiana.

Desertores houve que, espavoridos ante tanta constância em face do insucesso, preferiram arrostar os perigos de uma jornada através do ignoto, cortando regiões imensas, povoadas de implacáveis inimigos, quiçá daqueles monstros com que os geógrafos dos primeiros séculos povoaram o centro da América do Sul”.<sup>83</sup>

Quem nos dá o testemunho presencial do que foi essa incrível peregrinação, porque dela fez parte, com outros portugueses, e, a certa altura, desanimado pelos sofrimentos, se afastou dos outros companheiros, atirando-se aos azares das águas dos rios, em canoas, rumo ignorado, é o alferes José Peixoto da Silva Braga, na exposição que fez ao padre-mestre jesuíta Diogo Soares (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, LXIX, I, 217).<sup>84</sup>

O que nos relata esse homem em relação aos sofrimentos e misérias da bandeira, da dureza do caráter e proceder inclemente de Bartolomeu Bueno para com os seus companheiros, é de arrepiar os cabelos. E pela sua exposição se vê que o bom êxito dessa empresa se deveu principalmente às boas maneiras, afáveis, solícitas e conciliadoras de Ortiz que,

por muitas vezes, evitou deserções e livrou o sogro de ser assassinado pelos seus homens. Por essa exposição tem-se uma idéia bem clara do caráter bom de Ortiz, que, por isso mesmo, conseguiu manter a disciplina e relativa boa ordem entre os expedicionários, sempre estimado e acatado por todos.

“Nesse tempo só duas informações lograram sair do sertão” – escreveu Diogo de Vasconcelos – “uma por 5 desertores da tropa que, chegados ao Maranhão, falaram ao governador e este a transmitiu ao vice-rei marquês de Abrantes, que a passou a São Paulo; outra que vieram trazer a Rodrigo César 12 índios dos 20 que havia fornecido à bandeira; e estes dizendo que já vinte escravos havia perdido o Anhanguera, outros adoecidos, e que a comitiva se achava reduzida a 70 praças, passando as maiores misérias, sem pólvora e nem munições, e avizinhandose de bugres ferozes.”<sup>85</sup>

“Entanto o velho declarava que mais fácil seria morrer que voltar sem conseguir o que estava buscando”, conforme a carta que César de Meneses escreveu ao rei aos 24 de abril de 1725. Mas antes de escrever essa carta, aquele capitão-general havia expedido o bando de 1º de abril, ordenando a remessa de socorros à bandeira. (*Documentos interessantes de S. Paulo*, v. 33, p. 120)

Os seguintes tópicos, da narrativa que o alferes José Peixoto da Silva Braga fez ao padre-mestre Diogo Soares, dão-nos bem uma idéia da falta de palavra e das perversidades do Anhanguera contra os de sua bandeira; mostram-nos a grande animosidade que reinava contra ele e definem o caráter bondoso e justo proceder de Ortiz:

“Avistada a tropa com o cabo (o Anhanguera) lhe pediu João Leite que fizesse a resenha prometida tantas vezes não só em São Paulo, mas no sertão, porque a via desconfiada, e temia se malograsse por esta causa a empresa que ambos tinham oferecido não só ao general Rodrigo César, mas ao mesmo soberano. Respondeu-lhe que a resenha era escusada, porque os amboadas (assim chamam os reinóis) não era gente que lho merecesse. Com esta resposta, desconfiados não só os amboabas, mas ainda os poucos paulistas, que nos acompanhavam, determinaram voltar-se logo para São Paulo, mas acudindo a isto João Leite, os obrigou com rogos, e com promessas, e muito mais com o seu natural agrado, a que o não desamparassem. Reduzida a tropa se pôs em marcha depois de quinze dias de falhas, que gastaram nestas desordens, como também em fazer algum provimento do que permitia o mato, e como este não era muito, nem todos tinham quem lhes caçasse, obrigou a alguns a matarem e comerem um cavalo que tinha quebrado uma perna, e eu fui um dos que nos aproveitamos dela. Aqui quisemos falhar mais alguns dias por entrarem já as águas, e temermos não só os rios e córregos, mas a falta de matos, e com ela o necessário e preciso para o sustento. Resolveu, porém, o cabo a marchar em ódio dos amboadas de quem era o voto. Seguiu a tropa, e fomos dormir nesse dia junto de um córrego, que tinha algum peixe com melhores pastos e bastante mato. Aqui desconfiamos de todo persuadidos que o Anhanguera nos queria acabar no meio daqueles matos, e alguns houve que se resolviam a ficar, lançando roças, e plantando alguns poucos pratos de milho, que tinham ainda para o seu sustento: mas o capitão João



*Ranchinhos que existiam na extinta Rua do Capim, hoje proximidades das ruas Tupis e Rio de Janeiro, onde existiu depois um cemitério provisório, aos fundos do Orfanato Santo Antônio.*

Leite os tornou de novo a animar, e reduzir a que passassem avante como passaram' (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 69, I, 218) <sup>86</sup>

Segundo o alferes Braga, o Anhanguera\* dispunha de 39 cavalos e 152 armas, sendo 20 em mãos de índios. Acompanhavam-no 2 beneditinos, frei Antônio da Conceição e frei Luís de Santana, e um franciscano, frei Cosme de Santo André.

Na sua linguagem pitoresca, Braga menciona o afastamento do frei Antônio da Conceição, com seu sobrinho e os negros de ambos, e a recusa deste frade em se reincorporar à bandeira, "dada a falsidade com que Bartolomeu Bueno agia com todos".

Depois de várias peripécias desanimadoras, horríveis, entre os bandeirantes, descobriram, finalmente, uma aldeia de índios Crixás, uns 600, com os quais lutaram a princípio, fazendo prisioneiros. Mas depois estes se harmonizaram com os bandeirantes, oferecendo-lhes até, em sinal de amizade, "dezesseis índias, ainda moças, muito claras e bem-feitas" - segundo opinião do alferes Braga, que tudo fez para que elas fossem aceitas, mas o Anhanguera não esteve por isso, pois queria para ele somente todo gentio.

Diz Braga que por um triz não arrebitou uma conspiração de bastardos, no arranchamento dos Crixás, com o fim de matar o Anhanguera, devendo-se a ele alferes o fracasso do plano "pelo muito que dissuadiu os tais bastardos, lembrando-lhes quantos favores e serviços deviam a João Leite da Silva Ortiz."

"O que se deduz do depoimento prestigioso de José Peixoto da Silva Braga é que Bartolomeu Bueno se mostrava homem muito mais cruel do que o seu lugar-tenente e genro, contrariando-se assim a versão de certos autores que tanto falam da rispidez e da dureza do coração do sertanista filho de S. Sebastião" - conclui Taunay.

Afinal, já muito longe, naquela incursão temerária, Braga, ouvindo do Anhanguera estarem perto do Maranhão, tomado de desespero, deliberou atirar-se em canoas às águas do primeiro rio grande que encontrasse, "rolando rio abaixo à busca de alguma terra povoada por não perecer à fome e à sede no meio daqueles matos."

Neste ponto, diz Braga, textualmente: "Feitas duas canoas, e dado o meu cavalo a Frei Luís para me dizer em missas à N. S. da Boa Viagem, por lhe ter morrido o seu - rodamos rio abaixo..." <sup>88</sup>

E assim foi que, conseguindo separar-se amigavelmente da bandeira com três homens, um rapaz branco e seis escravos, dos quais uma mulher, para executar a terrível viagem pelo Tocantins, atirou-se com seus companheiros ao léu das águas, salvando-se quase por milagre.

Tempos depois, como já dissemos, "Rodrigo César tinha prestado socorros e, cuidadoso, tratava de os enviar, quando, aos 21 de outubro de 1725, entrou o Anhanguera vitorioso em S. Paulo, trazendo 8 mil oitavas de ouro e dando conta do descobrimento que fizera das minas famosas, nas cabeceiras do rio Vermelho, onde erigira o arraial de Santana, depois

\* Tendo sido o pai de Bartolomeu Bueno apelidado pelos índios *Anhanguera*, segundo a tradição, o filho ficou sendo conhecido por *Anhanguera II*.<sup>87</sup>



Vila Boa” – diz-nos o Dr. Diogo de Vasconcelos, acrescentando: “Eram iguais às de Cuiabá, com vantagem de ares mais temperados e fontes mais salubres”.(Carta de 22 de outubro de 1725 ao rei) <sup>89</sup>

“A notícia de que o Anhanguera regressara com oito mil oitavas, quase trinta quilos de ouro, sobremaneira alvoroçara todos os espíritos; inúmeros foram logo os candidatos à transmigração às terras goianas”, conta-nos Afonso de Taunay.

“Indispensável tornava-se, quanto antes, dar uma feição regular, administrativamente falando, aos novos descobertos antes do inevitável *rush* de aventureiros. Atendendo a estas considerações e ansioso por que logo se comesçasse a minerar em Goiás, resolveu Rodrigo César, a 2 de julho de 1726, prover Bartolomeu Bueno” capitão-mor regente das minas com jurisdição absoluta no cível e no crime e com o poder de atribuir sesmarias; na mesma ocasião foi João Leite nomeado guarda-mor geral das minas. A ambos, sesmarias de seis léguas em quadra se concederam a título perpétuo; em cada um dos rios cuja travessia dependesse de canoa, pertencendo-lhes as passagens por três vidas – o Atibaia, o Jaguari, o Mogiguaçu, o Pardo, o Grande, o Sapucaí, o Rio das Velhas, o Paranaíba, o Guarurumba e o Meia Ponte. Trinta e seis léguas quadradas acompanhavam, pois, a doação de cada passagem. Ao todo 583.200 alqueires ou quase 14.000 km<sup>2</sup> era o que correspondia essa imensa doação territorial. Sogro e genro transferiram, então, duas destas passagens ao sócio, recebendo Bartolomeu Paes as peagens e as terras de Mogi e as de Sapucaí, ficando em S. Paulo, encarregado de representar a firma” (Carta de Sesmaria de 2 de julho de 1726).<sup>90</sup>

## NOTAS

82 TAUNAY. *Op. cit.*

83 SÃO PAULO. Arquivo do Estado. *Documentos...* *Op. cit.*, 1901, v. 32, p. 120.

84 BRAGA, José Peixoto da Silva. Notícias que dá ao P.M. Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silva Braga do que passou da primeira Bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas dos Goiasés até sair da cidade de Belém do Grão-Pará (*Revista do Instituto Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1906, v. 69, t.1, p. 217-233, p. 221).

85 VASCONCELOS. *História antiga de Minas Gerais*. *Op. cit.*, v. 2, p. 406.

86 BRAGA. *Op. cit.*, p. 220.

87 O nome de Anhanguera II, dado a Bartolomeu Bueno pelos índios de Goiás, significava “velho diabo”, apelido ganho depois da rápida conquista das tribos para qual o conquistador usou a proeza da aguardente inflamada (VASCONCELOS, Diogo de. *História média de Minas Gerais*. 4. ed., Belo Horizonte: Itatiaia [d], p. 161-171).

88 *Ibidem*, p. 222, 224, 226, 227.

89 VASCONCELOS. *História antiga...* *Op. cit.*, v. 2, p. 407.

90 TAUNAY. *Op. cit.*, p. 466.

## O TRISTE FIM DE JOÃO LEITE DA SILVA ORTIZ EM PERNAMBUCO



Imagine-se como se sentiram gloriosos aqueles destemidos bandeirantes regressando aos trabalhos de extração do ouro em seus riquíssimos descobertos de Goiás, tão ricos como os famosos de Cuiabá!

E tinham razões de sobra para se sentirem ufanos, tanto mais quanto, a 29 de abril de 1727, o rei D. João escrevera a Rodrigo César, comunicando-lhe que, em consulta do Conselho Ultramarino, tinha resolvido louvar a Bueno e a Ortiz em carta “a fortaleza do ânimo com que em Goiás toleraram os trabalhos e descômodos deste descobrimento, com tanta constância e fidelidade.” E acrescentava a carta: “este serviço fica na minha real atenção para os honrar e lhes fazer mercê nos requerimentos que me fizeram pelo tal serviço”. (*Documentos interessantes de S. Paulo*, v. 33, p. 310) <sup>91</sup>

Mas como toda medalha há de ter sempre o seu reverso, não poderiam os nossos heróis fugir a essa regra.

Por determinação do rei, o capitão-general Rodrigo César de Meneses visitou as minas de Cuiabá, em 16 de novembro de 1726, tendo partido do porto de Ararataguaba, no Tietê, regressando a S. Paulo a 5 de junho de 1728. Antes, porém, de regressar, sentindo-se bastante cansado e enfermo, exonerou-se do lugar de governador, sendo substituído por Antônio da Silva Caldeira Pimentel, que foi empossado a 15 de agosto de 1727.

Este Pimentel era, no dizer de Pedro Taques, “o mais cínico, imoral e prepotente dos governadores. Filho espúrio de um cônego da Sé de Lamego, animava-o a mais sórdida cupidez.” <sup>92</sup>

Apenas se achou empossado no lugar de governador da Capitania de São Paulo, desde logo se entregou à empreitada odienta e pérfida de desacreditar o governo de seu antecessor, no inglório afã de o desprestigiar junto ao trono de Portugal, ao passo que procurava por todos os meios perturbar o bom andamento das minerações em Goiás, cercado sempre dos piores elementos.

“Associado ao ladravaz Sebastião Fernandes do Rego, preparava-se para fazer cair sobre os infelizes administrados uma série de medidas vexatórias e iníquas” – esclarece-nos Afonso de Taunay.<sup>93</sup>

À altura de seu chefe era Sebastião Fernandes do Rego, que é assim admiravelmente retratado por um historiador, referido nos *Documentos interessantes de S. Paulo*, cujo tópico foi transcrito pelo autor citado:

“Macio, serviçal, lisonjeiro até a adulação servil, desses que nunca ofendem, que não incomodam, cuja palavra e cujo gesto jamais se cansam na arte de agradar, inteligentes e velhaco, perverso até o crime, sabendo, porém, fazer as coisas” – eis o acabado comparsa de Pimentel.

“Era o provedor efetivo dos quintos e da Casa de Fundição de São Paulo”<sup>94</sup> e nesse posto, de uma feita, recebendo de Cuiabá 8 arrobas de ouro dos quintos para serem remetidas ao rei, tais artes arranjou, de acordo com o governador Pimentel, que ao serem os caixotes solenemente abertos em Portugal, na presença de toda a corte reunida especialmente para aquele fim, foram encontradas neles não 8 arrobas de ouro, mas igual quantidade de chumbo de caça!

Aquilo foi um escândalo sem parelhas! E logo cartas enérgicas da corte determinaram a punição imediata do responsável, sendo Sebastião Fernandes do Rego recolhido ao calabouço da Fortaleza da Barra de Santos. Mas Pimentel, positivamente cúmplice naquela vergonhosa ladroeira, soube manobrar para que o processo fosse forçado sem provas bastantes, de sorte que o ladravaz, removido para Limoeiro, em Lisboa, pouco depois, era posto em liberdade; mas logo em seguida formava-se outro processo e neste as provas surgiam abundantes, sendo o espertalhão de novo recolhido à fortaleza. Em vão Pimentel quis atirar a culpa sobre Rodrigo César; este pôde, com facilidade, desmascará-lo.

Se nos primeiros dias do seu governo praticou Pimentel alguns atos de justiça, logo em seguida destituiu-lhes o bom efeito, pondo em prática outros odiosos e despóticos.

Assim foi que em agosto de 1728, por força de circunstâncias, passava Pimentel provisão confirmatória de superintendência e guarda-moria das novas minas de Goiás a Bartolomeu Bueno e João Leite da Silva Ortiz, julgando-os “capazes e suficientes, neles concorrendo as partes e requisitos necessários”. Em 1729 e 1730, à frente da guarda-moria, Ortiz dava despachos em petições de datas minerais e assinava papéis, como provam dois desses despachos e uma assinatura que aqui reproduzimos em fac-símile. Mas, em fins desse mesmo ano, porque Bartolomeu Paes de Abreu houvesse tido a ousadia de escrever uma carta ao rei, reclamando a abertura de um caminho para Cuiabá, os ódios do famigerado governador explodiram contra os mineiros de Goiás e de maneira incrível.

“Inventando um levante geral dos paulistas” daquelas minas “sublevados pelo *Anhanguera* e pelo genro, por instigação de Bartolomeu Paes” – escreve Taunay – “enviou à corte longo relatório confidencial, carregado de negras cores acerca dos boatos que dizia correrem insistentes sobre próximos distúrbios e enquanto anulava as sesmarias concedidas



*Casa em ruínas em um trecho do caminho que ia do fim da Rua General Deodoro à Ponte do Saco. Ai morava Maria Dias, e aos fundos da casa havia uma lagoa denominada "Lagoa de Maria Dias".*

por César de Meneses, sob o pretexto de deslealdade dos beneficiários para com a coroa, meditava suprimir a existência de Paes.”<sup>95</sup>

Dando pasto às suas inclinações diabólicas, Pimentel, sob tais pretextos, mandou prender e encarcerar o seu desafeto incommunicavelmente na Fortaleza da Barra de Santos, sem que este houvesse cometido o menor dos crimes.

‘Em meados de 1730’ – conta-nos Taunay –, “souberam o Anhanguera e João Leite da Silva Ortiz o que sucedera ao sócio e irmão, a desolação e terror com que os seus, a mulher, filhos, cunhados, o haviam visto partir algemado e conduzido como um facínora, seguindo-se-lhe à prisão a mais rigorosa incommunicabilidade.”<sup>96</sup>

Diante de tais acontecimentos que escandalizaram São Paulo, Ortiz partiu para a capital, resolvido a seguir dali para Portugal, no propósito de pôr o rei ao corrente dos desmandos do famigerado governador e obter a liberdade do irmão inocentemente preso. Estava certo do bom êxito da sua viagem, por isso que era muito considerado pelo monarca, de quem possuía uma carta autografada, datada de 27 de outubro de 1725, agradecendo-lhe serviços prestados à coroa.

Partindo, levou João Leite em sua companhia o cunhado Bartolomeu Bueno da Silva (o Moço) e o clérigo secular, padre Matias da Costa Pinto. Este padre Matias era um foragido à justiça do bispo frei Antônio de Guadalupe, que o não pudera castigar por seus crimes contra a religião, em virtude de ter sido aquele mau sacerdote abrigado e protegido por Ortiz, que se condoera dele, ignorando a sua índole diabólica, os seus péssimos precedentes e acreditando em suas embusteiras queixas e mentiras – segundo Pedro Taques.<sup>97</sup>

Chegado a S. Paulo, não conseguindo Ortiz do truculento Pimentel permissão para falar ao irmão encarcerado, nem sequer em presença de testemunhas, tratou de aprestar a sua viagem para Portugal. Mas, enquanto estas coisas se passavam, o padre Matias entrava a confabular à noite e às escondidas com o governador Pimentel.

Amigos do guarda-mor Ortiz, que tiveram conhecimento do fato, o avisaram e o aconselharam a libertar-se daquele falso amigo. Mas – coração generoso e confiante que era – não deu importância ao que lhe diziam. E assim, reunindo à sua comitiva o filho primogênito Bartolomeu Bueno da Silva Ortiz, o sobrinho Bento Paes da Silva,\* estudantes que iam cursar a Universidade de Coimbra, o cunhado, também Bartolomeu Bueno da Silva, o primo, padre José de Almeida Lara, partiu, levando o famigerado padre Matias, fazendo-lhe todas as despesas, a fim de o pôr a salvo dos castigos que lhe destinara o bispo.

Em Santos, embora o guarda-mor passasse toda a noite na fortaleza, não conseguiu sequer ver o irmão prisioneiro, tais as determinações rigorosas do governador ao coman-

\* Esse Bento Paes da Silva é dado por alguns historiadores como irmão de Ortiz, mas é engano. Efetivamente ele tinha um irmão com esse nome. Mas, segundo o próprio testamento de Ortiz, o Bento Paes, que ia em sua companhia para Portugal, era seu sobrinho. O inventário e testamento de Ortiz estão publicados na íntegra à p. 246, do v. XXIII, da *Revista do Arquivo Público Mineiro*. É o doc. n. XII.<sup>98</sup>

dante do presídio, capitão André Cursino de Matos. Este oficial, entretanto, recebeu e hospedou com honras excepcionais o guarda-mor e até mandou salvar com tiros de peça à sua saída, mar afora, rumo da Bahia, por via Rio de Janeiro.

Tem cabimento aqui uma nota curiosa para mostrar quão mesquinho e odiento era o governador Pimentel. Foi o caso de ter mandado descontar dos vencimentos de Cursino o custo da pólvora gasta com as salvas ao fundador de Curral del Rei!...

Chegado à Bahia, o guarda-mor com a sua comitiva foram hospedados no palácio do governador, conde de Sabugosa, Vasco Francisco César de Meneses, entre festas e honrarias, recebendo a visita da mais alta sociedade baiana, curiosa de conhecer o grande descobridor das minas de Goiás.

Ortiz levava cartas de recomendação de Sabugosa para o governador de Pernambuco e para Portugal, e a sua partida para Recife constituiu um acontecimento notável.

Nesta última capital outras tantas homenagens lhe foram tributadas pelo governo, clero e altas autoridades.

Mas por aquele tempo grassava ali a varíola; e o eminente bandeirante logo ao chegar foi atingido pelo terrível mal, que o reteve no leito durante 40 dias, entre a vida e a morte, ao fim dos quais entrou em convalescença. A 3 de dezembro, de 1730, receoso ainda de ser colhido pela morte, ali ou em Portugal, chamou o Padre Matias Pinto, ditando-lhe o seu testamento (*Inventários e testamentos*, v. XXV, p. 383 e seguintes).<sup>99</sup>

No dia 8 recebeu Ortiz a visita do bispo diocesano, com quem esteve a palestrar largamente. E como reconhecimento por aquela tão honrosa visita, mandou os de sua comitiva acompanharem o prelado até o palácio episcopal, ficando a sós com o padre Matias.

Em razão do grande esforço que havia feito em manter tão longa palestra com o ilustre chefe do clero pernambucano, o guarda-mor Ortiz sentiu-se fatigado e sedento, motivo pelo qual pediu ao padre que lhe desse um copo da cocção de sementes de cidra prescrita pelo médico, no que foi prontamente satisfeito.

Mas tanto bastou ingerir a bebida fatal para entrar em ânsias horríveis! Chamado o médico, este nada mais pôde fazer para salvá-lo. Estava envenenado - afirma Pedro Taques - e, pela madrugada do dia 9 de dezembro de 1730, expirava, entre padecimentos incriveis, na vila de Santo Antônio do Recife de Pernambuco, o valoroso sebastianense, alma generosa e franca, o imortal fundador do nosso Curral del Rei, povoado que, 196 anos mais tarde, era transformado na formosa cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais.\*

Mal cerrara os olhos o guarda-mor, a justiça rapineira de Recife, naqueles tempos, não obstante ter ele testamento feito, parentes e o próprio filho em sua companhia, apoderou-se de quase todos os valores que levava, barras de ouro e outros, a título de bens de ausentes.

Em seu testamento, feito a 3 de dezembro, o qual temos, por cópia, em nosso poder,

\* Nobiliarquia paulistana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. I, 64, p. 265.<sup>100</sup>

Ortiz nomeara testamenteiros em São Paulo ao irmão Bartolomeu Paes de Abreu e, no Recife, ao padre José de Almeida Lara e Francisco Bueno da Silva. Nele não só discriminara os bens deixados em São Paulo e em Goiás, como dera os nomes dos seus escravos e índios, havendo mesmo um que se achava foragido em Curral del Rei, conforme este tópico daquele documento: “Declaro que por notícia certa me consta que em casa de Antônio Gonçalves Lisboa no Curral del Rei se acha um negro por nome Antônio curraleiro que me fugiu das minas, declaro que o nome de Antônio curraleiro é Gaspar muliti.”

No mesmo testamento havia declarado que levava para Portugal 6.749 oitavas de ouro quintado em barras, no valor de 10:123\$500, a 1\$500 por oitava de ouro, ou seja, uns 400 contos ao valor atual da nossa moeda.

Num baú grande de moscóvia, com duas fechaduras, onde iam esses valores, encontraram-se mais cinco camisas e um colchão de lã, toda a simplíssima indumentária do grande bandeirante. (*Inventários e testamentos*. v. XXV, p. 383 e seguintes) <sup>101</sup>

Prosseguindo na sua viagem para Portugal, os demais parentes de Ortiz ali chegaram, exceto o filho, Bartolomeu Bueno da Silva Ortiz, que morreu de varíola em alto-mar. Quanto ao padre Matias Pinto, que segundo Pedro Taques de Almeida Paes Leme, em sua *Nobiliarquia Paulistana*, foi envenenador de João Leite da Silva Ortiz, desapareceu da casa como por encanto, desde que viu morto o guarda-mor, comprovando assim o seu crime e a sua inominável ingratidão para com o seu generoso amigo, benfeitor e protetor.

Esse gravíssimo caso de envenenamento do fundador de Curral del Rei, embora afirmado sem reservas pelo historiador Pedro Taques de Almeida Paes Leme, em sua *Nobiliarquia Paulistana*, lança em nosso espírito algumas dúvidas, em face do seguinte certificado passado pelo médico Domingos Felipe de Gusmão e transcrito no testamento do nosso grande bandeirante:

*“Certifico que assisti ao capitão João Leite da Silva na doença de bexigas de que faleceu, pela qual assistência se me devem quatro mil e oitocentos réis em dinheiro os quais recebi do muito reverendo testamenteiro do dito o que afirmo pelo juramento do meu grau. Recife, doze de dezembro de mil setecentos e trinta - Domingos Felipe de Gusmão”.* <sup>102</sup>

Aí está. É um documento autêntico e que não pode ser desprezado como tem sido, para se preferir, em toda linha, a narrativa de um historiador, ainda que senhor de probidade inatacável, como Pedro Taques.

Dir-se-á que esse documento poderia ter sido inverídico, passado a pedido de alguma parte interessada no caso, a fim de produzir determinados efeitos na ocasião, como se praticam tantas vezes em nossos dias; mas a nós pesquisadores de verdades históricas é que falece competência para julgá-lo falso, ainda que tenhamos a nosso favor a palavra honesta de Pedro Taques.

Demais, quem nos poderá afirmar que esse notável linhagista não houvesse sido mal informado sobre a tragédia desenrolada com o seu tio em Recife?

Neste pressuposto, narramos o caso tal como no-lo contou Pedro Taques e, em segui-

da, estampamos o certificado passado pelo Dr. Gusmão. Os leitores que procurem descobrir onde está a verdade.

Enfim, a 14 de março de 1731, era expedida uma carta régia mandando entregar a Bartolomeu Bueno e a Ortiz ou a seus procuradores ou herdeiros, caso houvessem falecido, os rendimentos das passagens dos rios no caminho de Goiás. (*Documentos históricos* - Arquivo Nacional, v. I, p. 179) Mas a 22 de maio de 1734 outra carta-régia determinava que o produto do arrendamento das passagens dos goiases ficasse em depósito, e se remetessem as cópias dos contratos. (*Op. cit.*, p. 245) <sup>103</sup>

E assim foi que, havendo sido o Anhanguera e Ortiz descobridores do terceiro eldorado do Brasil, a tão grande cópia de ouro conquistada por eles somente serviu para arrastá-los à desgraça. João Leite da Silva Ortiz, morrendo tragicamente em Pernambuco, onde a justiça rapineira lhe devastou os bens, e Bartolomeu Bueno da Silva, tempos depois findando os seus tristes dias em plena miséria em Goiás, socorrido apenas pela caridade de alguns parentes e amigos.

## NOTAS

- 91 Há algumas incorreções na citação do autor da carta de 29 de abril de 1727: não existe no documento original as palavras 'em goyas' e, após "requerimentos que me fizerem", o autor suprime "attenderei a elle para serem deferidos segundo o que merecessem" (SÃO PAULO. Arquivo do Estado. *Documentos...* *Op. cit.*, 1901. v. 32, p. 310).
- 92 LEME. *Op. cit.*, p. 90-93. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, v. 35, parte 1, p. 261-267, 1872.
- 93 TAUNAY. *Op. cit.*
- 94 SÃO PAULO. Arquivo do Estado. *Documentos...* *Op. cit.*, v. 32, p. 310.
- 95 TAUNAY. *Op. cit.*
- 96 *Ibidem*.
- 97 LEME. *Op. cit.*, 1872, v. 35, parte 1ª, p. 135-422, p. 261, 267.
- 98 BARRETO, Abílio. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva. Documentos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 23, p. 215-349, 1929.
- 99 SÃO PAULO. Arquivo do Estado. *Inventários e testamentos*. São Paulo: Tip. Piratininga, 1921, v. 25, p. 383-441.
- 100 LEME. *Op. cit.*, 1872, v. 35, parte 1ª, p. 135-422, p. 266-267 ou LEME. *Op. cit.*, p. 93.
- 101 SÃO PAULO. Arquivo do Estado. *Inventários e testamentos*. *Op. cit.*
- 102 LEME. *Op. cit.*, 1872, v. 35, parte 1ª, p. 135-422, 1872. p. 266.
- 103 BRASIL. Arquivo Nacional. *Documentos históricos*. Rio de Janeiro: Broggio & Reis, 1928. v. 1, p. 179: Provisão da serventia de ofício de provedor da Fazenda Real da Vila de São Jorge, Capitania dos Ilhéus provido na pessoa do capitão João de Araújo de Eça.



UMA LENDA INTERESSANTE -  
A PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM



em o seu fundador que, durante seguramente vinte anos lhe dedicara toda a sua energia, inteligência e atividade, Curral del Rei, como era natural, teve o seu primeiro período de desânimo quando o arraial já se mostrava plenamente formado, possuindo algumas habitações definitivas dentre muitas provisórias.

Mas por aqueles tempos os cérebros mineiros viviam faiscantes, sonhando riquezas, fantasiando nababescas minas de ouro... Por isso, ao pé do fogo, à noite nos cavacos habituais, formavam-se planos de descobrimentos e, no meio de toda aquela fabulosa imaginativa, surgiam as criações lendárias que, repetidas de geração em geração, chegaram até os nossos dias. E foi assim que o Curral del Rei teve a sua primeira lenda, que passaremos a referir.

Dizia-se que, na encosta da serra das Congonhas (hoje do Curral) ou em suas imediações, em linha reta, rumo da porta da igreja, existia rica mina de ouro descoberta por um português que, cuidadosamente, tratara de a ocultar a outros olhares, enquanto fosse a Portugal aliciar parentes e amigos, a fim de explorá-la. Outros, em vez de mina, falavam em um tacho cheio de ouro enterrado em certo ponto entre a Igreja da Boa Viagem e a serra das Congonhas. Mas no que todos estavam acordes era em afirmar que, enfermando gravemente o referido português, em sua terra, e pressentindo que morreria, resolveu revelar o segredo à esposa, que o guardou avaramente, bem assim um pequeno mapa do local em que estava a mina ou o tacho.

Morto, enfim, o marido, esperou a viúva que o seu filho único atingisse a maioridade, a fim de lhe transmitir o precioso segredo e o mapa. Vinda a maioridade e de posse de tão sedutora revelação, o filho, ato contínuo, partiu para Curral del Rei, em busca do famoso tesouro oculto. Aí chegando, deitou mãos à obra, pesquisando, escavando nos locais que lhe pareciam os indicados pelo pai, em seu pequeno mapa. Todas as suas tentativas, todos os seus esforços, porém, foram baldados. Em vão ele procurou a lendária mina ou tacho de



*Extinta Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, da qual hoje apenas existe o lavabo, que se vê atrás da catedral.*

ouro que se dizia existir entre a Boa Viagem e a serra. Inutilmente outros habitantes do arraial escavaram a terra por toda a parte. Finalmente, como sempre acontecia, estava formada a lenda, que havia de correr através de todas as épocas, como a das Minas de Prata, de Robério Dias e do Sabará-buçú, a dos Martírios, em Goiás, e a das Esmeraldas, de Fernão Dias Paes.

Enquanto o povo sonhava grandezas, o arraial, bastante desanimado, estava em vias de baixar de freguesia a curato, pois o conde de Assumar, em 13 de setembro de 1718, escrevendo ao bispo do Rio de Janeiro, dizia: 'Nestas minas há cinqüenta paróquias, segundo as informações que tenho tirado, umas maiores outras mais pequenas (que V. Ilustríssima diz com grande acerto que quer unir pela inútil despesa que fazia a fazenda real) e umas por outras contadas a dois mil fregueses fazem pouco mais ou menos a gente que povoa este país, etc.'" (Livro 11, p. 32, Sec. Col. - Arquivo Público Mineiro).<sup>104</sup>

Efetivamente, a 2 de abril de 1721, o mesmo governador, em carta de Ribeirão do Carmo ao Cabido<sup>105</sup> Sede Vacante do Rio de Janeiro, remetendo, a pedido, uma relação das vigararias que poderiam ficar nas minas, propunha, dentre outras, Vilas Real de Sabará como Vigararia, tendo como filiais as capelas curadas<sup>106</sup> de Roça Grande, Curral del Rei e Raposos. (Livro 13, f. 37 v., Arquivo Público Mineiro) <sup>107</sup>

Não conseguimos verificar se a proposta do conde foi aceita, mas dado o caso que tenha sido, bem curto foi o período em que a Boa Viagem esteve como capela curada, pois não tardou muito a ser de novo elevada pelo mesmo Cabido Sede Vacante do Rio de Janeiro à categoria de paróquia.

Realmente, a 19 de dezembro de 1723 era expedida a seguinte provisão a favor de um pároco de Curral del Rei, o que nos leva a crer que o restabelecimento da paróquia tenha sido anterior, caso a proposta do conde houvesse obtido adoção:

"Registro de uma provisão do Pe. Antônio da Silva Prado, vigário da Freguesia de Curral del Rei.

Nós deão, dignidades, cônegos, Cabido da Santa Sé desta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, sede episcopal vacante, etc. Aos que a presente nossa provisão virem saúde e paz para sempre em Jesus Cristo Nosso Senhor, que de todos é verdadeiro remédio e salvação. Fazemos saber que atendendo-nos à suficiência e bom procedimento do rev<sup>—</sup>. d.or Antônio da Silva Prado sacerdote do hábito de S. Pedro e havendo por bem de prover pela nossa presente provisão o provemos na ocupação de pároco da freguesia matriz de N. S. da Boa Viagem do Curral del Rei, a qual ocupação exercerá como é obrigado e convém ao serviço de Deus e bem das almas e seus fregueses administrando-lhes os sacramentos, fazendo estações e ensinando a doutrina cristã particularmente aos pequenos e pessoas rudes que necessitarem de a saber exercerá esta ocupação por tempo de um ano se antes se não mandar o contrário e nela haverá cõgrua que s. majestade que Deus guarde manda dar aos vigários das ditas minas, como também dos benesses prós e percalços que diretamente lhe pertencerem e assim fazemos saber aos ministros da sua real fazenda para que

lhe satisfaçam a dita cômgrua e mandamos aos fregueses da dita paróquia com a pena de excomunhão maior conheçam ao d<sup>o</sup>. rv<sup>do</sup>. dr. Antônio da Silva por seu vigário e como tal o estimem e obedeçam e bem tratem em tudo como são obrigados e pertencer o cura paróquial. Dada nesta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, sob o nosso sinal e selo de nossa mesa capitular. Aos dezenove dias de dezembro de 1723. Eu, cômego Álvaro de Matos Filgueiras, escrivão da Câmara Eclesiástica, o subscrevi. O tesoureiro-mor Gaspar Ricardo Pereira. O cômego chantre Manuel Furtado de Mendonça. O cômego Manuel Vieira Preto. O cômego Álvaro de Matos Filgueiras. O cômego Joseph da Fonseca Rangel. E não se continha mais na dita provisão que aqui transladei em 29 de agosto de 1725". (Livro n. 27, p. 41v., Arquivo Público Mineiro) <sup>108</sup>

Em face desse documento transcrito e de outros anteriormente por nós publicados, podemos afirmar que laboram em erro todos aqueles que dão a freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral del Rei como tendo sido criada em 1750, e são inúmeras as pessoas que incorreram em tal engano, provindo isso, talvez, do desconhecimento por uns e da leitura pouco atenta por outros de documentos referentes a esse fato histórico; pois a verdade é que, em 1750, já criado o primeiro bispado em Minas, foi dividida a freguesia de Curral del Rei pelo bispo D. frei Manuel da Cruz, desmembrando dela a capela de Piedade do Paraopeba. O rei, porém, não concordando com essa divisão, em 1752 anulou-a por julgá-la irregular, cioso, como era, de suas prerrogativas, depois de ter "*criado e erigido em nova vigararia colada*" a referida paróquia, consoante os dois documentos - um alvará e uma ordem régia - que possuímos, os quais devemos à gentileza do prezado amigo e colega Dr. Feu de Carvalho (Livro 72, Sec. Col., f. 74 - Arquivo Público Mineiro). <sup>109</sup>

O alvará datado de 2 de janeiro de 1752 foi lavrado em virtude da consulta feita pelo Tribunal da Consciência, com data de 30 de outubro de 1750, e da resolução do rei tomada a 3 de novembro do mesmo ano, mediando, portanto, entre a resolução do rei e a lavratura do alvará e da ordem régia, pouco mais de um ano, sendo esta ordem expedida a 2 de abril de 1752. <sup>110</sup>

Sabemos mais que o primeiro vigário colado da freguesia de Curral del Rei foi o padre Felipe da Silva e dela faziam parte, como filiais, as igrejas de Betim, Contagem e N. S. das Neves de Sabará.

Conseqüentemente, o que está provado é que a freguesia da Boa Viagem foi criada pelo Cabido Sede Vacante do Rio de Janeiro anteriormente a 1714: foi proposta para capela curada em 1721; foi de novo freguesia em 1723; sendo erigida em nova vigararia colada, pelo rei, em 1752.

NOTAS

- 104 APM/SC11, f. 52.
- 105 Cabido: "corpo de cônegos instituído para celebrar solenemente o culto nas catedrais. O cabido constitui uma espécie de Senado ou Conselho do Bispado; e substitui o Bispo, no governo da diocese quando esta se encontra vaga" (BARBOSA, *Dicionário da terra... Op. cit.*, p. 38). Assim, Cabido Sede Episcopal vacante é um momento em que o decano do cabido assume a diocese, respondendo por ela temporariamente, até que outro bispo seja nomeado para presidi-la (informação fornecida pelo padre José Carlos Barbosa - PUC/MG - em abril de 1992).
- 106 Capela Curada: pertencente a uma determinada Cúria, que é o órgão centralizador das igrejas e paróquias do território de uma diocese (informação fornecida pelo padre José Carlos Barbosa - PUC-MG - em abril de 1992).
- 107 APM/SC 13, f. 37v. A data correta do documento é 2 de julho de 1721.
- 108 APM/DF 07, f. 41v.
- 109 A referência correta do documento é: APM/SC 93, f. 155v., 156.
- 110 *Ibidem*.

A FAZENDA DO CERCADO COM TERRAS DO ATUAL BELO HORIZONTE,  
DEPOIS DE ANDAREM DE MÃO EM MÃO, FORAM À PRAÇA EM SABARÁ -  
SEU NOVO PROPRIETÁRIO E OS HERDEIROS DESTA



Por mais que pesquisássemos em livros e papéis da época, não nos foi possível saber a quem vendeu Ortiz a sua grande propriedade, ao deixar o Curral del Rei, em 1721, a fim de ir com o sogro e o irmão desbravar as terras goianas em busca de lavras de ouro.

A ausência absoluta de documentos a respeito, até 1749, leva-nos a crer que ele, quando ocupante das terras, não tendo obtido do rei, como era necessário, carta de confirmação da sesmaria que obtivera em 1711 - ao deixar o arraial que fundara "vendendo por um o que valia dez"<sup>111</sup> -, no dizer de Pedro Taques, não realizou tal negociação por meio de documento público.

Naturalmente vendeu como pôde as criações, roças e benfeitorias da fazenda, transferindo ao comprador o direito que a sua carta de sesmaria lhe dava às terras, a fim de que este legalizasse posteriormente a posse, isto é, obtivesse a confirmação do rei quanto à referida sesmaria.

E, por essa mesma forma, segundo tudo faz crer, foram as referidas terras passando de uns a outros compradores, durante cerca de trinta anos, até que chegaram ao domínio e posse do alferes de dragões, Antonio Teixeira Pinto\*. E como esse alferes viesse a falecer na mencionada fazenda do Cercado, foram os seus bens levados à praça na Vila Real de Sabará, pelo juiz dos ausentes, e arrematados por Antônio de Sousa Guimarães, que recebeu carta de arrematação e tomou posse da fazenda com todas as terras que haviam sido doadas a Ortiz em 1711.

\* Esse alferes Antônio Teixeira Pinto foi um dos oficiais de dragões que vieram com a primeira força de linha que possuiu a capitania, quando ainda estava ligada à de São Paulo (Livro 4º, p. 221 - Arquivo Público Mineiro). Segundo carta régia a D. Lourenço, a 24 de outubro de 1725, esse alferes ia ser mandado com soldados de dragões rondar "os caminhos dos currais que vão para Bahia e Pernambuco" (Livro 20, Sec. Col. - Arquivo Público Mineiro).<sup>112</sup>

Mas esse Guimarães, querendo obter justo título da arrematação e posse com carta de sesmaria que lhe confirmasse o direito sobre o imóvel adquirido, requereu ao governador da capitania, Gomes Freire de Andrada, a necessária carta de todas as terras do Cercado, só logrando, entretanto, obter a concessão de meia légua, em 3 de janeiro de 1749. (*Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 702, 1912; e p. 182 do Livro manuscrito n. 90, Sec. Col.) <sup>113</sup>

Nesse período, Antônio de Sousa Guimarães requereu de novo lhe fosse confirmada a posse da fazenda que arrematara, com todas as terras compreendidas na sesmaria de Ortiz.

E como Gomes Freire de Andrada houvesse partido para o sul do Brasil, em missão do rei, na divisão dos domínios das coroas portuguesa e espanhola, extraviou-se a petição.

O interessado requereu novamente, alegando o extravio, dirigindo, então, o seu requerimento ao governador interino, irmão de Gomes Freire, José Antônio Freire de Andrada.

Desta vez foi feliz, obtendo a carta de confirmação e ratificação da sesmaria, empossando-o novamente da fazenda, com duas léguas e meia de terras, isto a 4 de novembro de 1757. (Livro 96, p. 185, Sec. Col. - Arquivo Público Mineiro) <sup>114</sup>

Obtida a ratificação pelo governador interino, Antônio de Sousa Guimarães requereu a El-Rei de Portugal carta de confirmação, a fim de poder possuir as ditas terras por justo título, e, a 9 de setembro de 1761, obteve a confirmação requerida, a qual o declarava na posse da dita fazenda nestes termos: "que não excederá de três léguas de terras de comprido e uma de largo, continuadas e não interrompidas chamada o Cercado, sita no sertão do Curral del Rei". (Livro 96, p. 185, Sec. Col. - Arquivo Público Mineiro)

Em 1764, a mencionada carta de confirmação, passada em Lisboa pelo rei, já se achava em Vila Rica, onde recebia o "cumpra-se" do então governador Luís Diogo Lobo da Silva. Entretanto, ao passo que entre as Minas e Portugal andava o processado e o rei passava a carta de confirmação, Antônio de Sousa Guimarães providenciava, junto ao fórum de Vila Real de Sabará, a medição de sua fazenda, agora composta de três léguas de terras.

Os trabalhos da medição e demarcação da sesmaria tiveram começo na própria fazenda do Cercado, no dia 26 de novembro de 1759, dia para o qual foram citados os confrontantes: Domingos de Azevedo, Vicente de Castro, José Domingos Leite, Bento José Martins, Alexandre Pereira da Gama, José Alves Salgueiro e sua mulher, José Vieira de Sousa e sua mulher, Manuel Carlos da Silveira e sua mulher, José Pereira de Sousa, José Alves da Costa e sua mulher, Manuel de Sousa Tavares e sua mulher, Bernardo José Rodrigues e sua mulher, Domingos Soares da Costa e sua mulher, Manuel Monteiro Fontes e sua mulher e José de Magalhães.\*

Funcionou no processo o doutor José Gomes de Araújo, do Desembargo de Sua Majestade, intendente da Real Casa de Fundição dos reais quintos, descaminhos de ouro e juiz das demarcações e posses das sesmarias da comarca. Como escrivão das diligências, funcionou

\* Os documentos aqui citados sobre a fazenda do Cercado foram pelo autor deste livro publicados na íntegra, no v. XXIII da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 215 e 305. <sup>115</sup>



*A velha fazenda do Cercado, construída pelos sucessores de Ortiz. Nesta fotografia, batida em 1928, vê-se ao pé do cruzeiro um grupo de descendentes do Sr. Antônio de Sousa Guimarães, antigo proprietário da fazenda. À frente deste, de branco, está o autor deste livro.*



Antônio José Fernandes, sendo Francisco Xavier Ferraz de Oliveira o escrivão da conferência da Intendência e das demarcações e posses das sesmarias.

Em obediência às citações feitas anteriormente, no dia designado pelo juiz e na fazenda do Cercado, em casa de Antônio de Sousa Guimarães, apregoadas as partes, achavam-se presentes todos os confrontantes, menos Vicente de Castro, Domingos de Azevedo e José Pereira de Sousa.<sup>116</sup>

Lidas pelo escrivão as cartas de sesmaria concedidas a Guimarães, e depois de lavrado o respectivo termo, o confrontante José Alves da Costa requereu ao juiz que, estando de posse de uma roça sita ao pé da serra, confinando com terras do sesmeiro Guimarães, terra que obtivera por arrematação no juízo de órfãos da Vila Real de Sabará, e sobre as quais já litigara com o referido sesmeiro no fórum da mesma vila e na Relação da Bahia, protestava pela nulidade da medição e demarcação a que se ia proceder, caso estas invadissem os seus domínios.

O juiz, tomando por termo o requerimento, ordenou que se procedesse à medição e demarcação das terras outrora concedidas pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho a João Leite da Silva Ortiz, e agora pertencentes a Antônio de Sousa Guimarães, não obstante o protesto feito pelo confrontante José Alves da Costa.

Em seguida, o juiz nomeou os medidores e pilotos e louvados, por parte da Coroa, a Mateus Francisco de Mendonça e Simão da Silva Pereira, ao passo que o sesmeiro Antônio de Sousa Guimarães nomeou louvados, por sua parte, a Bernardo de Mendonça Lobo e Manuel Monteiro Fontes, havendo todos prestado juramento, do que se lavrou o necessário termo.

Iniciando, desde logo os seus trabalhos, após a lavratura do auto, os louvados estabeleceram o pião no alto de uma chapada onde fincaram um marco e mediram: 1.740 braças de campos, atravessando um córrego que vertia para a serra das Congonhas, fazia barra no córrego do Barreiro e desaguava no ribeirão do Curral del Rei, terminando aquele lanço ao pé da serra mencionada; 1.500 braças de campos e matos virgens a noroeste, atravessando um córrego que vertia de uma capoeira chamada Barreiro e outro que vinha de José Vieira de Sousa, ambos desaguando no ribeirão referido, indo findar o lanço na chapada de um campo junto à estrada que ia do arraial para a Contagem; 1.200 braças rumo "lés-nordeste" de campos, capoeiras e matas virgens, atravessando dois córregos que vertiam da serra das Congonhas e desaguavam no ribeirão, a saber: 240 braças de campos até a estrada que ia para Paraopeba, dividindo roças do Bom Sucesso, já legalmente demarcadas em favor de confinantes, e 960 braças pelo mesmo rumo, indo findar em uma chapada no alto de um morro e campo que vertiam da Lagoa Seca, confinando com terras de Domingos Azevedo; finalmente, 2.500 braças de campos, capoeiras e matas virgens atravessando três córregos, a saber: Barreiro, outro que vinha de Maria Pereira e o 3º que seguia por um brejal, todos vertendo para o ribeirão do Curral, e findando o lanço junto à estrada que dos currais ia para as gerais.

Toda a medição atingiu um total de 6.940 braças, tendo os louvados declarado que não mediram o total de 7.500 braças da arrematação feita, a fim de não invadirem terras pertencentes a confinantes.

Em seguida, realizou-se a formalidade da posse dada pelo juiz a Antônio de Sousa Guimarães quanto às terras que acabavam de ser medidas e demarcadas, inclusive a “casa de vivenda, engenho, paiol e senzalas”, conforme o documento que se achava então em poder de Sr. Manuel Cândido, residente na fazenda do Cercado.

Com seus títulos de posse perfeitamente legítimos, Guimarães cultivou e desenvolveu a sua fazenda durante muitos anos com grande vantagem. Era viúvo e tinha os seguintes filhos: Antônio Bernardo de Sousa Guimarães, que morreu solteiro; D. Úrsula Paulina de Sousa Guimarães, que foi casada; D. Clara e D. Maria Delfina de Sousa Guimarães, que faleceram solteiras; D. Joana de Sousa Guimarães, mais tarde casada com Pedro Ferrugem, nome este que se ligou ao córrego “Ferrugem”,<sup>117</sup> que passa pela Gameleira.

Extinto o velho Guimarães, tornaram-se esses herdeiros proprietários da fazenda do Cercado, até que, mortos os demais irmãos, lhes sucedeu na posse de todo aquele latifúndio D. Úrsula Paulina de Sousa Guimarães. Tempos depois, por morte desta, quando já viúva, herdou-lhe toda a grande propriedade sua filha única, D. Cândida de Sousa Guimarães.

E desta, por sua morte, muitos anos depois, herdaram: José Cândido de Sousa Guimarães, Horácio Cândido de Sousa Guimarães e D. Maria Cândida de Sousa Guimarães, que, por sua vez, quando mortos, deixaram os seguintes herdeiros: João Alves do Vale e sua mulher, D. Ana Maria Delfina, José Eugênio da Silva, João Carlos Jardim e sua mulher (**Horto Florestal chamava-se João Carlos**), Belarmino da Rocha Santos e sua mulher, João Cirino de Sousa e sua mulher, José de Jesus e sua mulher. Todos os herdeiros de D. Cândida de Sousa venderam as suas partes na Lagoa Seca, segundo uma nota escrita pelo Dr. Bernardo Pinto Monteiro e existente em um processo que há no arquivo da Prefeitura em que é requerente D. Cecília Emília de Sousa Teixeira.

Essas terras da Lagoa Seca<sup>118</sup> têm provocado litígios por falta de documentos que provem a quem elas pertencem legalmente. A nosso ver, pelo menos parte dessas terras não era devoluta, pois pertencia à velha Fazenda do Capão Grande, que a 15 de setembro de 1817 foi vendida a vários moradores do arraial de Curral del Rei, como demonstra a seguinte pública forma de um título que foi apresentado ao escrivão do juiz de paz Sr. Antônio Batista Vieira e por ele passada a 4 de maio de 1891:

“Digo eu Felícia Gonçalves de Sousa, e João Antônio de Sousa, este como testamenteiro, e herdeiro de minha irmã Antônia Gonçalves de Sousa que somos senhores e possuidores de uma fazenda denominada O Capão Grande, vizinha a este arraial do Curral del Rei que parte com o Capão Pequeno do Furriel Ignacio, por um lado, e por outro com valos, que ficam vizinhos ao mesmo arraial, e por outra parte *divisa com a serra de Congonhas e por esta adiante até findar no corguinho que fica adiante da Lagoa Seca*, e com que mais deva

e haja de partir a qual fazenda com casas de telhas, engenho de cana, paiol, tudo coberto de telhas, e já tudo arruinado, e destruído na forma em que se achava a vendemos e com efeito vendido temos de hoje para todo o sempre aos moradores deste mesmo arraial do Curral del Rei, cujos nomes deles compradores se acharam descritos na lista, que junto a este se achará, em cujas pessoas cedemos todo o domínio, direito e posse, que na mesma fazenda temos, podendo desfrutar, alienar e dispor dela como sua que fica sendo para sempre por havermos recebido deles compradores a quantia de quatrocentos mil réis, preço por que nos ajustamos, ficando porém eles compradores obrigados a pagar a décima conforme o trato que houve e por verdade e firmeza de tudo lhes passamos este escrito de venda, em que nos obrigamos a fazer boa a venda, a todo o tempo, por nossas pessoas e herdeiros, e se houver neste papel de venda falta de alguma cláusula, por onde não haja valioso, os hei por expressadas, e para isso pedimos, e rogamos ao padre Francisco Andrônico Ribeiro este por nós fizesse; e a rogo de Felícia Gonçalves se assinasse, assinando-se o outro vendedor por seu próprio punho. Curral del Rei, quinze de setembro de mil oitocentos e dezessete. Que este fiz e assinei a rogo da sobredita vendedora Felícia Gonçalves de Sousa - Francisco Andrônico Ribeiro, João Antônio de Sousa, como testemunha Antônio José de Sousa, como testemunha Antônio Manuel de Abreu, como testemunha que este vi fazer João Vieira de Matos". (Segue-se a lista dos compradores.)

Ora, se a Fazenda do Capão Grande era vizinha do arraial e partia com o Capão Pequeno por um lado e por outro com valos que ficavam vizinhos do mesmo arraial, por outro lado divisava com a serra das Congonhas e por esta adiante até findar em um corguinho que fica adiante da Lagoa Seca, está bem visto que pelo menos grande parte das terras da Lagoa Seca estava compreendida na Fazenda do Capão Grande e, portanto, não era devoluta.

Os últimos descendentes que conhecemos dessa geração dos Guimarães, atuais proprietários das terras que restam da velha fazenda do Cercado, são os seguintes herdeiros de José Cândido de Sousa Guimarães, alguns dos quais ainda vivem na referida fazenda: Antônio Cândido de Sousa, Cândido Maria de Sousa, Joaquim Cândido de Sousa, Camilo Cândido de Sousa, Manuel Cândido de Sousa, Pedro Cândido de Sousa, Francisca Cândida de Sousa, Maria Augusta de Sousa, Raimundo Cândido de Sousa, Luísa Cândida de Sousa, Felicíssimo Cândido de Sousa, Fernando Cândido de Sousa, José Cândido Jardim, Petrina Cândida de Sousa e Américo Cândido de Sousa. E mais estes que herdaram por morte de D. Maria Cândida de Sousa Guimarães: Francisco Cândido de Sousa e D. Policena Maria de Sousa, vivos, e Antônio Martins de Sousa, já falecido.

Houve ainda outro herdeiro, Horácio Cândido de Sousa, que nada deixou para seus descendentes, por haver transferido em vida as suas terras ao Sr. José Cleto da Silva Dinis, sendo que todas essas informações quanto aos atuais proprietários daquelas terras do Cercado nos foram prestadas por um prestimoso parente dos Cândidos, o Sr. José Pedro.

Velhíssima, bastante devastada pela ação do tempo, ainda existe a casa que foi sede da fazenda do Cercado, não a primitiva construída por João Leite da Silva Ortiz, nos primeiros

dias de Minas Gerais, e da qual ainda se encontram alguns vestígios no local, mas aquela que a substituiu, edificada pelos Guimarães.

Essa fazenda dista pouco mais ou menos 6 km da capital e fica pouco além à esquerda do Calafate, à margem da estrada de automóvel que, bifurcando-se com a do Cercadinho, segue à direita para Bom Sucesso.

Pelo matagal de em torno, onde se erguem velhíssimos coqueiros seculares, talvez dos tempos de Ortiz, ainda se encontram restos de ruínas da primitiva fazenda, ao passo que, na velha casa que ali existe, uma ermida com o seu pequeno sino ocupa uma parte da frente, sendo sua padroeira N. S. da Conceição, festejada a 8 de dezembro e para ali trazida por Antônio Cândido. Essa ermida foi benta em julho de 1898 pelo padre Francisco Martins Dias, quando habitava a fazenda o velho José Cândido.

O local da antiga fazenda do Cercado é belo, sugestivo e em nosso espírito teve o poder de evocar todo um passado longínquo, até aquela madrugada esplêndida, de nossa terra encantadora das Minas Gerais.

#### NOTAS

- 111 LEME. *Op. cit.*, 1872, v. 35, parte 1ª, p. 135-422, p. 261.
- 112 APM/S04, f. 220 v., 223. e APM/SC20, f. 135, respectivamente.
- 113 CARTAS de sesmarias. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912, v. 17, p. 679-747, p. 70 ou APM/SC 90, f. 182 v.
- 114 A indicação da fonte citada pelo autor está incorreta. O documento encontra-se na APM/SC 199, f. 28.
- 115 BARRETO. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. Documento. *Op. cit.*
- 116 AUTOS de medição de sesmaria da fazenda do Cercado na forma de ordem de Sua Majestade, de 7 de março de 1736. *Apud* BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. Documento *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929, v. 23, p. 215-349, p. 281.
- 117 O córrego Ferrugem era um dos afluentes do ribeirão Arrudas que irrigava as terras de João Leite Ortiz e de seus companheiros (SENA. *O cinquentenário...*. *Op. cit.*, p. 12).
- 118 Segundo Augusto de Lima Júnior, o lugar conhecido por Lagoa Seca situa-se a oeste, num contraforte da serra das Congonhas - posteriormente serra do Curral (que corre mais ou menos de norte a sul). Para Virginia Valadares e Regina Belisário, a Lagoa Seca localiza-se em terreno montanhoso da serra da Canastra, a estrada do Piauí para o Araxá. Ao que tudo indica, havia uma lagoa seca na zona sul e outra na região do Cercado, na opinião de Ismaíla Moura Neves (LIMA JÚNIOR, Augusto de. *De Curral del Rei a Belo Horizonte. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1957, v. 4, p. 111; VALADARES, Virginia Maria Trindade; BELISÁRIO, Regina Célia de Moura Gomide. *Controvérsias historiográficas sobre as origens do arraial Curral del Rei*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura/ Museu Abílio Barreto, 1991, p. 54, mimeo.; depoimento da profª. Ismaíla Moura Neves - 1992).

O ARRAIAL EM PROSPERIDADE - UM SEU MAIORAL ATUOU NA  
SEDIÇÃO DE VILA RICA - A MATRIZ - FAISQUEIRAS -  
A PRIMEIRA ESCOLA - EXTENSÃO DA FREGUESIA - CURRAL DEL REI  
LEMBRADO PARA VILA DO IMPERADOR

o tempo do governador André de Melo e Castro, conde das Galveas, em 1733, com a promoção do sargento-mor Joseph da Costa Coelho ao posto de capitão-mor do Curral del Rei, por falecimento do ocupante daquele posto Luís Ferreira César, um documento oficial veio revelar-nos a importância do arraial. (Livro 15, f. 115v., Sec. Col. - Arquivo Público Mineiro) <sup>119</sup>

Referimo-nos à carta patente passada por aquele governador, a 24 de março de 1734, em Vila Rica, promovendo o capitão Domingos Francisco da Cruz a sargento-mor do distrito de ordenança de Curral del Rei, na qual se declarava que a promoção fora feita “atendendo a ser preciso prover-se o dito posto *não só pelos números daqueles moradores*, como pode ser erigido pelos governadores antecedentes”.

Mas esse documento sobre provar-nos a existência de numerosa população no arraial, naquele período, revela-nos ainda que, ao tempo da sedição de Vila Rica, em 1720, esse mesmo curralense, Domingos Francisco da Cruz, agraciado pelo conde das Galveas com a patente de sargento-mor, tomara parte muito saliente naquele movimento, em defesa do governo constituído.

É o que nos diz este tópico da referida patente: “Faço saber aos que esta minha patente virem que tendo respeito a representar-me o capitão Domingos Francisco da Cruz haver servido a S. Majestade muitos anos nestas Minas, achando-se em várias ocasiões do real serviço *como nas do levante do tempo do conde de Assumar em que se houve com muito valor e honra como era notório em todas estas minas* e por que desejava estimular mais a sua fidelidade com o aumento da honra de ver remunerado o seu merecimento... Hei por bem”, etc. (Livro 15, f. 128 v., Sec. Col. - Arquivo Público Mineiro) <sup>120</sup>

Em 24 de fevereiro de 1735, o sargento-mor Domingos Francisco da Cruz era substituído naquele posto por Antônio da Cunha e Sousa, que havia prestado bons serviços no distrito de Ouro Bueno. (Livro 15, f. 142 v. Sec. Col. - Arquivo Público Mineiro)

Por esse tempo já o arraial possuía muitas casas de construção definitiva e em torno dele prosperavam boas fazendas de plantação e de criar. Conseqüentemente, o primitivo e provisório templo onde se reuniam os crentes para os exercícios da fé cristã, ao toque das Trindades,<sup>121</sup> tornou-se deficiente, acanhado, para comportar o grande número de fiéis que o freqüentavam e cogitou-se do levantamento da igreja definitiva – a Matriz da Boa Viagem<sup>122</sup> – esse mesmo templo que aí está hoje, sem as suas torres, infelizmente demolidas para dar espaço à catedral que, por sua vez, ali ficou sacrificada; esse mesmo templo hoje desastrosamente condenado à destruição completa e irremediável por insensatos inovadores, incapazes de compreender o grande valor histórico e tradicional do velho edifício, única relíquia que nos restava do extinto arraial.\*

Todavia, tal idéia, sempre protelada, só muitos anos mais tarde teve início de realização, verificando-se a conclusão do templo entre os anos de 1788 e 1793, a julgar pela inscrição dessas datas: uma na porta ao pé do altar-mor, e outra em um lavabo existente na sacristia e sobre a qual construíram os desalmados inovadores uma parede divisória, quando se transformou aquele templo em depósito de materiais para a catedral. Também no bronze da campânula de seus dois sinos, hoje na torre do novo templo, vêem-se gravadas duas datas: no menor, 1791, e no maior, 1818.

Ignora-se quem haja sido o construtor desse templo deselegante, baixo e tosco no exterior, desproporcionado, de linhas incorretas, mas relíquia preciosíssima de nossos antepassados, que seria uma das coisas mais dignas de admiração no meio da formosíssima Belo Horizonte moderna, se não a tivessem destruído.

Certo, adivinha-se, desde logo, que o imaginador e executor dessa obra não teria sido nenhum daqueles atilados e cultos jesuítas, cujo bom gosto artístico nos legou tão belos monumentos de arte colonial, senão a imaginação acanhada de algum pároco provinciano, consoante o dizer do Dr. Fábio Nunes Leal.<sup>123</sup>

A mesma coisa já não se poderá dizer quanto à pintura e decoração interna, por onde andou o talento de um artista, talvez o mesmo que houvesse decorado os templos de Sabará. Mas a verdade é que, através de todos os tempos de existência do arraial, foi esse templo o seu edifício mais importante.

Segundo uma nota que temos à vista, em 1788 pertenciam à comarca de Rio das Velhas, cuja sede era Sabará, as seguintes matrizes: N. S. da Boa Viagem do Curral del Rei, Santo Antônio do Retiro da Roça Grande, N. S. da Conceição de Raposos. N. S. do Pilar das Congonhas, Santo Antônio do Rio das Velhas e N. S. da Conceição do Rio das Pedras.

A comarca contava oito registros para permuta de ouro em pó por moeda corrente com os viajantes que saíam das Minas para os sertões e desses registros eram encarregados fiéis pagos pela Intendência, com ordenado de 300\$000 por ano. Um desses registros ficava

\* A velha matriz foi demolida pouco depois de publicada a 1ª edição deste livro. Dela só se conservou o lavabo da sacristia, que hoje existe atrás da catedral.



*Panorama do arraial de Belo Horizonte, antigo Curral del Rei, vendo-se ao centro um perfil da Matriz da Boa Viagem e cá embaixo a Chácara, hoje Parque.*

em Sete Lagoas, que durante muito tempo pertenceu e foi subordinada à freguesia de Curral del Rei, sendo que, em Venda Nova, existia uma patrulha com soldados da tropa remunerados pelo governo. Havia ainda o velho registro situado nas Abóboras, desde os tempos de D. Brás Baltasar, o qual era rondado sempre, informando o encarregado dele à Intendência de Sabará sobre as pessoas que no mês antecedente dali haviam saído, das buscas que os fiéis eram obrigados a dar, das barras de ouro que levavam e do ouro trocado nos registros.

Entre 1807 e 1808 consertava-se a ponte grande de Sabará e a Câmara escrevia aos capitães e juizes almotacés para que se consertasse o caminho para o Curral del Rei, a fim de se conduzir as madeiras destinadas àquela ponte. (Livro de Registro Geral de Vereança de Sabará, 1807-1808, p. 118 v. 119 v., 129, 149 v. e 158) <sup>124</sup>

Mas o arraial ia prosperando. O seu forte era a lavoura, a criação e negociação de gado e fabricação de farinha, todos esses trabalhos feitos por escravos.

Segundo um quadro publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro, ano II, fasc. 4º, em 1814,<sup>125</sup> no lugar denominado Mutuca,<sup>126</sup> em Curral del Rei, havia uma faisqueira de ouro feita por D. Ana Peres da Conceição e Vicente Rodrigues Pereira, a primeira com dois escravos e o segundo com um, tendo aquela produzido 18 e este 9 oitavas durante o ano referido.

Nesse mesmo ano, começava o povo a receber as primeiras luzes da instrução, pois aí existia, paga pela fazenda pública, uma escola regida pelo professor Marcelo da Silva Lobato, que foi substituído, em 1823, por João Moreira da Silva, contando durante o último período 22 alunos.

Consoante afirma o padre Francisco Martins Dias em seus *Traços Históricos e Descritivos de Belo Horizonte*,<sup>127</sup> em 1815 a freguesia de Curral del Rei dominava uma área de 95 km, com uma população de quase 18.000 habitantes, distribuídos pela sede e capelas filiais de Sete Lagoas, Contagem, Santa Quitéria,<sup>128</sup> Buritis,<sup>129</sup> Capela Nova do Betim,<sup>130</sup> Piedade do Paraopeba, Brumado,<sup>131</sup> Itatiaiuçu, Morro do Mateus Leme,<sup>132</sup> Neves, Aranha<sup>133</sup> e Rio Manso. E ainda é esse mesmo padre quem afirma que em 1846 a freguesia contava 18.227 habitantes; em 1864, 8.000; em 1877, 4.000; e, em 1893, 2.650.

Ao ser proclamada a independência do Brasil, o arraial estava em franca prosperidade e o acontecimento teve ali grande repercussão, entre festas e demonstrações patrióticas.

Os distritos de Santa Luzia, Curral del Rei, Congonhas<sup>134</sup> e Raposos foram convocados pela Comarca de Sabará e, em vereança de 3 de setembro de 1821, elegeram seus representantes na instalação do governo provisório ao desembargador José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, o juiz de fora, doutor José Antônio da Silva Maia, e o sargento-mor Manuel de Freitas Pacheco. (Livro de Registro Geral, Sabará, 1820, p. 17) <sup>135</sup>.

Quando foi afixado o edital da Câmara de Sabará comunicando a proclamação feita ao povo a 23 de setembro de 1821, pelo governo provisional, sobre a instalação da província, houve ali grandes festas.



Pouco depois, em 1823, quando por Alvará de 17 de março a Comarca do Rio das Velhas (Sabará) recebeu o título de “Fidelíssima”, o distrito de Ordenança<sup>136</sup> de Curral del Rei tinha 247 fogos e uma população de 1.339 habitantes, segundo o mapa contendo o plano apresentado em 10 de março de 1826 pelo secretário do governo, Luís Maria da Silva Pinto, para uma nova organização civil na Província de Minas Gerais. Por esse tempo a paróquia estava a cargo do padre Luís Teixeira Coelho.

Nesse mapa, organizado logo após a Independência, o qual se encontra no bem-feito livro *Comarcas e Termos*, de Feu de Carvalho,<sup>137</sup> Silva Pinto propunha a elevação de Curral del Rei à categoria de Vila, com a denominação de *Vila do Imperador*. Mas o Conselho do Governo, em sessões de 16 e 17 do referido mês, resolveu que, dentre outras localidades, o nosso arraial continuasse a ser matriz da freguesia.

Em relação a esse mesmo ano de 1826, um mapa estatístico organizado por D. Frei José da Santíssima Trindade fornece-nos os seguintes dados sobre o arraial: “Curral del Rei, a 99 léguas da corte; 231 fogos; 1.801 almas; rendimento, 583\$000. Nossa Senhora das Neves<sup>138</sup> 102 fogos e 970 almas; Betim, 160 fogos e 1.500 almas; Contagem, 152 fogos e 1.431 almas; Piedade do Paraopeba, 144 fogos e 1.209 almas; Santa Quitéria, 130 fogos e 1.207 almas; Jesus Maria e José, 41 fogos e 153 almas; Mateus Leme, 410 fogos e 2.556 almas; Itatiaiuçu, 100 fogos e 1.049 almas; Conceição do Brumado ou dos Prazeres, 84 fogos e 905 almas.”\*

Por essas notas pode-se aquilatar bem o grau de desenvolvimento e importância do arraial naquele período.

\* Devo estas e outras interessantes notas à gentileza do ilustre Sr. cônego Raimundo Trindade, digno chefe do Arquivo do Bispado de Mariana.

## NOTAS

- 119 A citação correta do documento é APM/SC15, f. 115 v. e 128.
- 120 APM/SC15, f. 127, 128.
- 121 Chamamento dos fiéis, através do repique dos sinos para o exercício da fé cristã, feito pela manhã, ao meio-dia e às 18 horas (informação fornecida pelo Padre José Carlos Barbosa, PUC/ em abril de 1992).
- 122 Localizada em um largo, região central do antigo arraial, a matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem constituía exemplar de grande representatividade para a história do Curral del Rei. Embora seja desconhecida a data precisa em que o templo foi edificado, pode-se indicar que foi entre os anos de 1755 a 1765, tendo sido construída por partes e, em certa época, 1779, reedificada devido a seu precário estado de conservação. Mostrava fachada despojada, típica das matrizes setecentistas mineiras da primeira fase, com interessante conjunto de retábulos, segundo proposta do rococó. Quando da construção da nova capital, os antigos templos existentes, Matriz, Capela do Rosário e de Santana, foram considerados obstáculos para a execução do planejamento da cidade. Enquanto as demolições dos dois últimos foi logo concretizada, a questão da igreja matriz foi bem mais complexa e estendeu-se por anos. Contudo, em 1911, sob o pretexto de as torres estarem ameaçadas de ruína, iniciou-se a demolição, que se estendeu até 1932, quando já se encontrava construída, ao lado, a atual igreja da Boa Viagem. Do antigo templo, conservou-se o lavabo, em pedrasabão, executado em 1793, que se localizava na sacristia. Essa peça esteve por longo período nos jardins que circundam a edificação, tendo sido, em 1986, transferida para as dependências do Museu Abílio Barreto. Igualmente preservados foram alguns retábulos do antigo templo que se encontram, respectivamente, na Matriz de N. Sra. das Graças, de Ibitiré, na Matriz de São Gonçalo, de Contagem, no Museu Histórico Abílio Barreto e no Museu da Inconfidência, de Ouro Preto - apenas fragmentos de um retábulo (GOMES, Jarbas Vidal. A Matriz da Boa Viagem. *Revista de História e Arte*. Belo Horizonte, n. 3-4, p. 57-60, abr./set., 1963; NETO, Silveira. Todos pensam que a Paróquia da Boa Viagem, por ser a mais antiga da cidade, é rica, (*Estado de Minas*. Belo Horizonte, 30 dez., p. 45-47, 1949; TRINDADE, Raimundo Cônego. *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: MEC/SPHAN, 1945, p. 102-105; IEPHA/Setor de Pesquisa).
- 123 Sobre Fábio Nunes Leal, ver nota n. 31 do 2º volume, p. 70.
- 124 Na verdade, o documento foi encontrado no APM/CMS 131, f. 118 v., 119 v., 129, 149 v. e 158.
- 125 A indicação correta do documento citado é: JACOB, Rodolfo. Notas geognósticas e montanísticas sobre as lavras de ouro de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, v. 2, p. 612-683, 1897, p. 662.
- 126 A serra da Mutuca pertence ao município de Nova Lima, sendo vizinha das serras do Curral, da Jaborema, do Jequitibá, do José Vieira, do Navio, do Rola-Moça e do Taquaril. Nela existia o reservatório de água onde em 1948 foi inaugurada a primeira fase de captação com uma vazão de 13 milhões de litros/dia. Com a intenção de proteger os mananciais de Belo Horizonte, a prefeitura, em 1965, desapropriou as terras marginais no córrego da Mutuca (SENA, Nelson de. *O cinquentenário de Belo Horizonte*: 12 dezembro 1945. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1948. p. 12; O abastecimento de água de Belo Horizonte, esboço cronológico das principais realizações da Copasa - folheto).
- 127 DIAS. *Op. cit.*, p. 14-15.
- 128 Santa Quitéria, hoje Esmeraldas, foi um arraial fundado no século XVIII. Situado na zona metalúrgica, tendo atualmente três distritos: Esmeraldas, Andiroba e Melo Viana. Pelo Decreto-Lei n. 1.058, de 31 de dezembro de 1943, Santa Quitéria passou a se chamar Esmeraldas (BARBOSA, Waldemar de. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Promoção da Família, 1968, p. 179).
- 129 Andiroba, atualmente um dos três distritos de Esmeraldas, denominava-se anteriormente Buriti. Mudou a denominação para Andiroba a partir do Decreto-Lei n. 1.058, de 31 de dezembro de 1943 (*ibidem*, p. 34).
- 130 Capela Nova do Betim, atual Betim, localizada na zona Metalúrgica (quase subúrbio de Belo Horizonte), foi elevada a freguesia pela Lei provincial n. 522 (23 de setembro de 1851) com aquela denominação, sendo então município de Sabará. Pela Lei n. 843 (7 de setembro de 1923), passou a denominar-se Capela Nova (Município de Santa Quitéria), e, posteriormente, o Decreto-Lei n. 148 (17 de dezembro de 1938) alterou o nome para Betim sendo criado o município com o mesmo nome, desmembrado do município de Esmeraldas. O termo Betim originou-se do nome do sertanista paulista José Rodrigues Betim, que, juntamente com parentes e companheiros, ocupou nos primórdios do século XVIII terras entre o Paraopeba e a estrada que ia às Abóbora, região de Betim (*ibidem*, p. 70-71).
- 131 Brumado, atual Entre Rios de Minas, teve várias denominações, como Bromado, Brumado do Suaçuí, Entre Rios e João Ribeiro. Recebendo carta de sesmaria em 1713, Pedro Rodrigues foi o primeiro morador do lugar. Pelo decreto regencial (14/7/1832) foram criadas 32 paróquias em Minas, entre as quais incluía-se a de Bromado. A criação do

- município se deu em 1875 (Lei n. 2.105) com a denominação de Brumado de Suaçuí, desmembramento do município de Conselheiro Lafaiete. A Lei n. 2.455 (19/10/1878) muda o nome para Entre Rios e, em 1880, o município foi elevado à categoria de cidade. Nova mudança de nome ocorreu em 1938, de Entre Rios para João Ribeiro, e, posteriormente, em 1953, para denominação atual. A denominação Brumado significava a riqueza que deu em nada como se esperava (*ibidem*, p. 177-178).
- 132 Morro de Mateus Leme foi paróquia e distrito do município de Pará, atual Pará de Minas, quando da criação da Vila Pará, em 20 de setembro de 1859 (*ibidem*., p. 337).
- 133 O povoado de Aranha, atual distrito de Brumadinho, foi elevado a distrito em 1846, quando então pertencia ao município de Ouro Preto. Elevado a Paróquia (Lei n. 3271, de 30/10/1884), com a denominação de Jesus Maria José da Boa Vista, o distrito também passou a ser assim denominado. Em 7 de setembro de 1923 (Lei n. 843), já pertencente ao município de Itabirito, o primitivo nome de Aranha lhe foi restituído. Com a inauguração da estação Central, próxima ao arraial, esta recebeu a denominação de Aranha, que mais tarde por ordem superior passou a ser chamada estação Melo Franco, em homenagem ao ex-ministro da Aviação (*ibidem*. p. 42).
- 134 Provavelmente o autor refere-se a Congonhas do Sabará, atual município de Nova Lima, localizado na zona metalúrgica. A região foi desbravada pelos paulistas Domingos Rodrigues da Fonseca Leme (cunhado de Garcia Rodrigues Pais, com quem andou quatro anos na busca das esmeraldas) e seu irmão Sebastião Pinheiro da Fonseca Raposo, por volta de 1700, quando descobriram dois córregos auríferos na região de Nova Lima, ali permanecendo pouco tempo. Outros mineiros estabeleceram-se na região com intuito de explorar as minas que iam recebendo os nomes de Bela, Cachaça, Vieira, Urubu, Gava Gabriela, Faria Garcês, Batista e Morro Velho. O lugar passou a ser denominado Congonhas das Minas de Ouro, ou apenas Congonhas. Em 1726 foram ali concedidas várias datas minerais. O distrito foi criado em 8 de abril de 1836 (Lei n. 50), com a denominação de Congonhas de Sabará, sendo ali construído, posteriormente, um excelente teatro na praça municipal (1852). Pela Lei n. 361 (5/2/1891), a freguesia de Congonhas de Sabará foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vª Nova de Lima, criando o município desmembrado do município de Sabará. Essa designação foi sua homenagem ao filho da terra, Augusto de Lima, estadista, governador do Estado nos anos iniciais da república, poeta, membro da Academia Brasileira de Letras, historiador e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Após alguns anos, a Lei n. 843 (7/5/1923), mudou a sua denominação para Nova Lima (*ibidem*. p. 320-331).
- 135 APM/CMS 170, f. 17.
- 136 Distrito escolhido para centro organizador das tropas auxiliares ou tropas de ordenança, que eram constituídas por civis (trabalhadores, fazendeiros, etc.) e ordenadas em regimentos sob a liderança de um coronel, figura de maior influência do lugar. Desde o século XVIII, as ordenanças eram organizadas e as companhias eram criadas quando do aparecimento de qualquer povoação. Sua função era, principalmente, defender a colônia brasileira e a capitania das Minas de ataques estrangeiros e movimentos de conturbação social. Foram extintas pela lei da Guarda Nacional, em 18 de agosto de 1831 (BARBOSA. *Dicionário histórico... Op. cit.*, p. 336; *Dicionário da terra e da gente de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985, p. 137-139).
- 137 CARVALHO, Teófilo Feu de. *Comarcas e termos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922, p. 70-71.
- 138 N. Sra. das Neves, atual município de Ribeirão das Neves, é constituído por dois distritos: Ribeirão das Neves e Justinópolis e localiza-se na zona metalúrgica distante 30 km de Belo Horizonte. Lentamente foi crescendo o povoado em torno da antiga capela de N. Sra. das Neves, construída por volta de 1750 e filial da matriz de Curral del Rei, e somente no século XX foi criado o distrito de Neves, inicialmente pertencente ao município de Contagem (Lei n. 843, de 7/9/1923), e posteriormente ao de Betim (1938). Com a construção da Penitenciária Agrícola de Neves, o distrito cresceu enormemente devido às necessidades da implantação de uma infra-estrutura, como a construção de diversas dependências, moradias para agregados, conjunto residencial para funcionários, etc. A atual denominação veio pelo Decreto n. 1.058 (31/12/1943), sendo o distrito transferido do município de Betim para o do Pedro Leopoldo. Pela Lei n. 1.039 (12/12/1953) foi criado o município de Ribeirão das Neves, com o desmembramento do território de Pedro Leopoldo (BARBOSA. *Dicionário histórico... Op. cit.*, p. 403).

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR - NOTÁVEIS VATICÍNIOS DE UM PADRE  
E DE UM BISPO - APOGEU DA FREGUESIA - INDÚSTRIAS NOVAS

m 1827, suprimidos os distritos de ordenança e criados os de paz, Curral del Rei foi um deles, e ao ser organizado em Minas, pelo antigo Conselho do governo da Província, em 1828, o ensino primário, com a criação das primeiras 87 cadeiras para instrução de ambos os sexos, aquela localidade foi contemplada, em vista da sua considerável população escolar. Só então começaram os curralenses a libertar-se, lenta mas realmente, do quase completo obscurantismo intelectual em que viviam, pois a escola anteriormente ali existente não tinha organização regular, como esta ultimamente fundada.

E já não era fora de tempo que se cuidava do alimento espiritual para aquele povo ordeiro, inteligente e trabalhador, desejoso de progredir, originário de um dos mais lindos pedaços de Minas, de uma beleza panorâmica encantadora, recortado de límpidas e abundantes águas marulhosas, rodeado de ótimos materiais próprios para construções e que já despertava nos espíritos atilados e videntes a idéia, mais tarde consumada, de se edificar ali uma grande e formosa cidade.

Tal foi o feliz vaticínio do padre Francisco de Paula Arantes, então pároco da Boa Viagem. Aquele sacerdote, em informação que prestou à Cúria de Mariana, a 11 de agosto de 1829, dizia textualmente: "Posição e situação da matriz: a Matriz de N. Senhora da Boa Viagem de Curral del Rei está situada em campos amenos na extensa planície de uma serra, de onde emanam imensas fontes de cristalinas e saborosas águas; a atmosfera é salutífera; o clima da região é temperado; está circulada de pedras e mais materiais de que *se podem fazer soberbos edifícios: a natureza criou este lugar para uma famosa e linda cidade, se algum dia for auxiliada esta lembrança.*"

Admirável! Nada mais feliz nem mais seguro em profecia! Assim prognosticando, aquele obscuro padre Francisco de Paula Arantes foi um grande vidente e um verdadeiro profeta em relação ao fúlgido destino que estava reservado ao arraial, pouco mais de meio século depois transformado numa encantadora capital!

Ao fornecer-nos essa preciosíssima nota do curioso e feliz prenúncio do padre Arantes, escreveu-nos o ilustre Sr. cônego Raimundo da Trindade: "Chamo a sua atenção para essa informação. A idéia de se fazer do Curral del Rei uma grande cidade, como verá, não é uma originalidade que se deva aos estadistas da República exclusivamente, não é verdade?"

Sim, dizemos nós, é a expressão da verdade, mas é também incontestável o acerto dos estadistas republicanos mineiros escolhendo para sede de nossa capital exatamente a localidade sobre o qual o padre Arantes tivera tão justa e certa previsão.

Certamente inspirado pela beleza do local em que estava assente o arraial, pensamento semelhante expendeu o venerando bispo D. Viçoso, quando, mais tarde, em visita pastoral, pronunciando um sermão na Matriz da Boa Viagem, disse que o povo ali presente havia de ver, em não remoto futuro, o solo de tão formoso arraial *vendido a metros por altos preços*. E, realmente, é o que hoje presenciamos admirados.

Na época do padre Arantes, a população da sede da freguesia era de 1.553 habitantes, com 271 fogos, ao passo que toda a paróquia, com as capelas curadas de Piedade do Paraopeba,\* Jesus Maria José, Brumado, Aranha, Rio Manso, Buritis, Itatiaiuçu, Bicas, Mateus Leme,\*\* Betim,\*\*\* Contagem,\*\*\*\* Santa Quitéria,\*\*\*\*\* Sete Lagoas, S. Antônio da Venda Nova, contava 20.616 habitantes e 3.680 fogos.

A freguesia atingira o apogeu de seu desenvolvimento. Daí por diante entrou a decair sempre o número da população, em consequência dos sucessivos desmembramentos que se foram fazendo das localidades referidas.

Assim é que de um outro mapa de frei José da Santíssima Trindade, datado de 1830, vemos que Curral del Rei, "a 22 léguas de Mariana e 99 da corte, tinha 11 capelas, 17.000 habitantes, 1.925 fogos, 10.706 crismados; rendia 524\$000 e a cônica era de 200\$000".

Nesse período era pároco local o padre Manuel Roberto da Silva Dinis, nomeado a 5 de novembro de 1830. Esse padre foi substituído em 1847 pelo padre Francisco José Pimenta, conforme a provisão de 13 de abril.

Mas, se a paróquia decrescia em população, por causa dos desmembramentos, o comércio local era animado e a indústria ganhava mesmo a dianteira na irradiação do movimento criador de fábricas de tecidos em Minas, sendo o distrito do Curral del Rei um dos

\* Piedade do Paraopeba a 14 de julho de 1832 foi elevada a freguesia, desmembrada de Curral del Rei, tendo por filiais os curatos de Aranha, Brumado, Rio Manso e Aplicação de Bicas.

\*\* Mateus Leme foi elevado a freguesia a 14 de julho de 1832, tendo por filiais os curatos de Itatiaiuçu e Patafúfio (hoje Pará).<sup>139</sup> Patafúfio foi elevado a vila pela Lei n. 386, de 9 de outubro de 1848.<sup>140</sup>

\*\*\* Betim, que pertencera à paróquia de Curral del Rei e dela fora desmembrado, reincorporou-se-lhe pela Lei n. 472, de 31 de março de 1850. Foi elevado a paróquia pela Lei n. 522, de 23 de setembro de 1851, sendo desmembrado daquela freguesia de Curral.<sup>141</sup>

\*\*\*\* A matriz de São Gonçalo foi fundada em dezembro de 1725. A paróquia de Contagem foi criada pela Lei n. 671, de 29 de abril de 1854. A Lei n. 3.342, de 8 de outubro de 1885, transferiu da freguesia de Curral del Rei para a de Contagem as fazendas de Coqueiros, Olaria, e Jatobá.<sup>142</sup>

\*\*\*\*\* Santa Quitéria foi elevada a freguesia a 14 de julho de 1832, tendo por filial o curato de Sete Lagoas, que foi elevado a vila pela Lei n. 1.395, de 24 de novembro de 1867, e a comarca, pela Lei n. 2.455, de 19 de outubro de 1878.<sup>143</sup>

nossos maiores centros produtores de algodão, depois que pela Lei n. 93, de 6 de março de 1838, Sabará foi elevada à categoria de cidade, com a nossa freguesia como um dos seus distritos.

Essa verdade afirmou-a Bernardo Jacinto da Veiga, na sua *Fala* dirigida, em 1839, à Assembléia Provincial<sup>144</sup> (citada pelo Dr. Rodolfo Jacob e por Hildebrando Clark), quando escreveu aquele governador: “um estabelecimento de fiação e tecelagem de maior vulto para aquela época foi instalado em 1838, no distrito de Neves Venda Nova,<sup>145</sup> onde uma companhia organizada por Antônio Luís de Avelar pôs, durante algum tempo, em trabalho, três máquinas com 28 fusos e 6 teares, tendo esse maquinismo sido em parte inventado pelo mesmo Avelar e, em parte, por ele melhorado”. \* <sup>146</sup>

Logo depois, em 1845, um curralense inteligente e empreendedor, o Sr. Francisco de Sousa Meneses, fundava uma fundição de ferro e bronze,<sup>147</sup> nas proximidades da Lagoa de Maria Dias, mais ou menos onde se dá hoje o cruzamento da Avenida Paraná com a Rua Carijós. Segundo velha tradição, foi nessa oficina que se fundiu o sino grande da Matriz da Boa Viagem, mas, como já ficou dito, aquele sino tem a data de 1818; consequentemente, ou a fundição data deste último período, ou o sino não foi fundido nela e a tradição não é verdadeira.

Mas a mesma tradição, ainda hoje repetida por curralenses, conta-nos que o imperador, tendo conhecimento daquela notável indústria, uma das primeiras, no gênero, no País, mandou chamar à sua presença o Sr. Meneses, autorizando-o a pedir a recompensa que quisesse pelo seu importante empreendimento. Este, vexadíssimo com a oferta, achando exagerada a magnanimidade do monarca em relação à indústria que julgava de pouca monta, depois de grande relutância, declarou que ficaria satisfeito com o título de capitão, no que foi imediatamente atendido.

Ainda existem em Belo Horizonte e suas imediações alguns descendentes do Sr. Francisco de Sousa Meneses, cujo nome ficou ligado a um dos pontos da capital, onde se acha hoje o Cemitério do Bonfim, conforme está na planta.

\* Carta Imperial de 23 de novembro de 1837 concedia a Antônio Luís de Avelar, por tempo de quinze anos, a propriedade e uso exclusivo de uma máquina de fiar e tecer algodão e lã, que em parte inventou e em parte melhorou.<sup>148</sup>

## NOTAS

- 139 Patatúfio, atual município de Pará de Minas, localiza-se na zona Metalúrgica distante 80 km de Belo Horizonte, sendo constituído de quatro distritos: Pará de Minas, Ascensão, Carioca e Córrego de Barro. A origem histórica do município remonta ao século XVIII com a provisão não citada pelo cônego Trindade (3/7/1772), que pedia autorização para ereção de uma capela no lugar denominado Patatúfio, na freguesia de Pitangui. Ao que tudo indica, o povoado surgiu nos últimos anos do Setecentos e cresceu lentamente. Pela Lei n. 312 (8/4/1846), foi criada a paróquia do Patatúfio e, em 9 de outubro de 1948, foi a freguesia elevada à condição de vila, sendo o município desmembrado do município de Pitangui (Lei n. 386). Posteriormente, não sendo construída a Casa da Câmara e Cadeia pelos moradores como se exigia, a vila foi suprimida (Lei n. 472, de 31/5/1850). Em 1858 (Lei n. 882) a vila de Patatúfio foi restaurada com a denominação de vila do Pará e a paróquia com a de N. Sra. da Piedade do Pará. Na época da instalação da vila (20/9/1859), o município de Pará era constituído de quatro paróquias e sete distritos. Devido a conflitos e interesses políticos, o mencionado município foi suprimido (Lei n. 1.889, de 15/7/1872), sendo seu território incorporado ao de Pitangui. Restabelecido o município em 1874 (Lei n. 2.081), foi a vila do Pará elevada à categoria de cidade (Lei n. 2.416, de 5/11/1877) e substituída sua denominação para Pará de Minas, posteriormente (Lei n. 806, de 22/5/1921). (BARBOSA. *Dicionário histórico...* . Op. cit., p. 336-337.)
- 140 MINAS GERAIS. Lei n. 386, de 9 de outubro de 1848. Carta de Lei que eleva à categoria de vilas as freguesias do Senhor Bom Jesus dos Passos, e do Patatúfio, como abaixo se declara. *Leis mineiras*. Ouro Preto: Tipografia Social, 1894. t. 14, parte 1ª, p. 103-104.
- 141 MINAS GERAIS. Lei n. 472, de 31 de maio de 1850. Carta de Lei que cria diversas vilas, suprime algumas das já criadas, eleva a distritos várias povoações, fixa as divisas de algumas freguesias e municípios e contém outras disposições a respeito. *Leis mineiras*. Mariana: Tipografia Episcopal, 1855, t. 16, parte 1ª, p. 41-55; MINAS GERAIS. Lei n. 522, de 23 de setembro de 1851. Lei que eleva à categoria de paróquia, o curato da Capela Nova de Betim, e marca as respectivas divisas. *Leis mineiras*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1862, t. 18, p. 1, p. 21-22.
- 142 MINAS GERAIS. Lei n. 671, de 29 de abril de 1854. Lei elevando a freguesia o distrito de Contagem, desmembrado da freguesia o Curral del Rei no município de Sabará. *Leis mineiras*. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1854, t. 20, p. 1, p. 23-24. A Lei n. 3.342 (8/10/1885), que transferiu a freguesia do Curral del Rei para Contagem, encontra-se no Fundo da Assembléia Legislativa (APM). S.P3-AL25, CX 04.
- 143 MINAS GERAIS. Lei n. 1395, de 24 de novembro de 1867. Eleva à categoria de vila o arraial de Sete Lagoas e contém outras disposições a respeito. *Leis mineiras*. Ouro Preto: Tipografia Paula Castro, 1868. t. 33, parte 1ª, p. 4-5. MINAS GERAIS. Lei n. 2.455, de 19 de outubro de 1878. Cria a comarca de Sete Lagoas, altera a denominação do município do Brumado e constitui com ele e o do Bonfim a comarca de Entre Rios. *Leis mineiras*. Ouro Preto: Tipografia Atualidade, 1879, t. 45, parte 1ª, p. 8-9.
- 144 MINAS GERAIS. Governo. *Relatórios*. Ouro Preto, 1839. Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, p. 40.
- 145 Venda Nova, distrito de Belo Horizonte, localiza-se pouco adiante da represa da Pampulha, na estrada de Lagoa Santa. A capela de Venda Nova foi erigida em 1809, pela Lei n. 1.592 (26/7/1868). O arraial, que pertencia ao município de Sabará, foi elevado a paróquia, desmembrada da paróquia de Curral del Rei. Anos após (1870), foram suprimidos a paróquia (restaurada em 1873) e o distrito, cuja sede foi transferida para a povoação de Campanha, em 1911. Em 1938, Venda Nova foi restaurada como município de Santa Luzia e posteriormente de Belo Horizonte (Decreto n. 148, de 17/12/1938). BARBOSA. *Dicionário histórico...* . Op. cit., p. 534.
- 146 BRASIL. Carta Imperial de 23 de novembro de 1837. Concede a Antônio Luís de Avelar, por tempo de quinze anos, a propriedade e o uso exclusivo de uma máquina de fiar e tecer algodão e lã, que em parte inventou, e em parte melhorou. *Leis do Império*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861, parte 2ª, p. 55. Ao que tudo indica, embora nos arredores do antigo Curral del Rei houvesse pequenas indústrias, o problema de escassez de capitais, o acesso ao equipamento apropriado e, posteriormente, o transporte da produção no *hinterland* mineiro "conduziram ao estabelecimento de fábricas em escala muito modesta". No caso específico do empreendimento de Luiz de Avelar, que empregaria 21 operários trabalhando dia e noite em três turnos de 8 horas, Libby informa que ele teria tentado estabelecer um plano que previa oferta de 1.200 ações de 50\$000, que seriam pagos em 5 prestações iguais. Entretanto, o autor afirma não poder "determinar sob quais condições, nem por quanto tempo, chegou a funcionar a fábrica de Companhia Industrial Mineira", pois as dificuldades de capitalização são claras nos relatórios, resultando uma diminuta escala de operações (LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 216-218). Sobre as fábricas têxteis na província de Minas, ver especialmente o capítulo 4 da obra referida, intitulado "Indústria têxtil: produção doméstica e produção fabril". p. 186-239 Ver também *Memória econômica da cidade de Belo Horizonte*. Monteiro Corrêa, s/d, p. 99.

- 147 No século XIX as forjas comerciais em Minas, em sua grande maioria, originaram-se das primeiras tentativas de produção doméstica integrantes das unidades produtivas essencialmente agrícolas. Possivelmente no decorrer do tempo, a fabricação de ferro foi se tornando atividade principal das fazendas e a rentabilidade das fundições levaram alguns ferreiros a montar forjas, desde que possuísem terras com pré-requisitos básicos, quais sejam: minério, matas e água em abundância. É importante frisar que as indústrias de ferro mineiras utilizavam, majoritariamente, mão-de-obra escrava. Sobre o assunto ver: BAETA, Nilton. *A indústria siderúrgica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973; LIBBY. *Transformação e...*. *Op. cit.* (especialmente o cap. 3: "A Siderurgia das pequenas fundições: surgimento, expansão e declínio; a mão-de-obra empregada". p. 134-171 e Memória da economia da cidade de Belo Horizonte. *Op. cit.*, p. 99).
- 148 BRASIL. Carta Imperial de 23 de novembro de 1837. *Op. cit.*



## XVIII

### CIVISMO DO POVO - A POLÍTICA - ALGUMAS FIGURAS SALIENTES - DADOS ELEITORAIS

N

uma atmosfera de tranquila operosidade, Curral del Rei acompanhava com interesse todas as altas questões que se agitavam no Estado e no País e muitas vezes deu provas seguras de grande civismo de seus filhos.

Por ocasião da revolução de 1842,<sup>149</sup> por exemplo, bem saliente foi a parte que tomou na defesa dos ideais que então faziam fremir a alma dos patriotas mineiros.

Estalado o movimento revolucionário, à frente do qual estavam figuras do valor de José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, Teófilo Otoni, cônego Marinho e outros, em Sabará os suplentes de vereadores constituindo-se em Câmara Municipal, ao lado de grande número de cidadãos ali reunidos, aderiram a ele, dirigindo circulares às municipalidades da província, concitando-as a aderir também, e oficiando ao presidente Bernardo Jacinto da Veiga para que abandonasse o governo.

Daqueles cidadãos apenas três protestaram, mais tarde, fidelidade ao governo legal: Pedro Gomes Nogueira, a 17 de julho; Hilário Mendes da Cunha Jardim, a 22 de julho e Camilo Isidoro Viana, a 11 de agosto.

Ao lado dos revolucionários estiveram alguns dos mais salientes elementos representativos sociais do Curral del Rei, ao passo que a maioria se conservava fiel ao governo legal.

Mas não se limitaram os curralenses a uma solidariedade inativa e cômoda. Entraram na ação e se mostraram heróicos, além dos membros da guarda nacional, defendendo o governo constituído, os Srs. Maximiano da Rocha, Joaquim Alves e Francisco Nogueira de Oliveira, que, ao fim da revolução, com a vitória das armas legalistas, regressaram aos seus lares cobertos de glória, tendo o Sr. Maximiano da Rocha perdido um dedo de uma das mãos, atingido por um projétil dos inimigos.

Mas se os curralenses eram dotados desses altos sentimentos patrióticos, durante a maior parte da existência do arraial foram mal dirigidos e mal orientados na política, o que



*Local em que ficava a casa que foi dos herdeiros do coronel Cândido Brochado. Estaria hoje situado nas proximidades da Avenida João Pinheiro entre as ruas Timbiras e Aimorés.*

concorreu grandemente para a decadência deste, desde que a população se dividira em duas facções adversárias, que se combatiam incessantemente, sem se odiarem, entretanto – os liberais e os conservadores.

As eleições realizavam-se na igreja e eram renhidíssimas, terminando, muitas vezes, em sérios conflitos, nos quais a lógica dos argumentos era substituída pela da pancadaria...

A esse respeito, escreveu o padre Francisco Martins Dias, em seus *Traços Históricos e Descritivos de Belo Horizonte*:

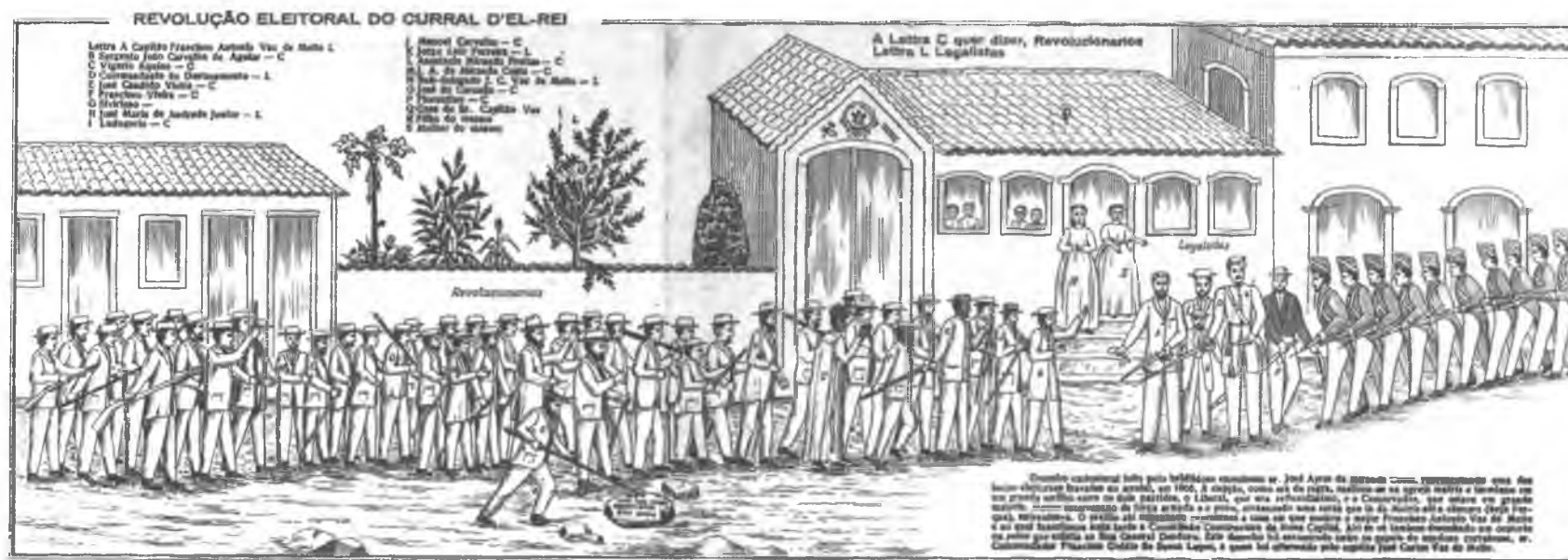
‘Ora, o Curral del Rei, se teve a felicidade de possuir alguns homens bem intencionados, probos e honestos, teve também a desventura de possuir outros (e estes mais poderosos), que se arrogavam em régulos, cujo único fito era impor sua vontade ao povo, que havia faltalmente de se curvar ao jugo de seus caprichosos intuitos. Era o *sic volo, sic jubeo, sic proratione voluntas*, que a tudo dominava, daí a primeira causa por que tão depressa declinou este lugar de seu curto período de florescimento. Já não queremos falar do atrofiamiento a ele advindo dos ferrenhos vínculos que nos prendiam aos pés do trono de Portugal e nem do sistema de exclusivismo e centralização do regime passado, porque eram esses males comuns. A segunda causa do não desenvolvimento do Curral del Rei, temo-la inquestionavelmente na confusão das idéias políticas, e na desunião do povo, desunião esta que se refletia e influía até nos costumes, no traje e no modo de viver dos habitantes e... (que mais diremos?... ) até na igreja, nos lugares que escolhiam para assistirem aos atos religiosos deixavam transparecer a divisão que entre eles havia! O córrego do Acaba-Mundo, dividindo o arraial fisicamente ao meio, dividia-o moralmente também, formando como que duas povoações diferentes”.<sup>150</sup>

À direita do córrego dominavam os conservadores, tendo à sua frente o major Cândido José dos Santos Brochado, o guarda-mor Luís Daniel Cornélio de Cerqueira, João Carvalho de Aguiar e outros; à esquerda estavam as hostes dos liberais, com o major Francisco Antônio Vaz de Melo, seus parentes e amigos, o capitão Francisco Luís de Carvalho e Francisco Cândido Fernandes.

Com a morte do major Brochado, em 1878, modificou-se a política local, tornando-se os partidos mais tolerantes e menos irritáveis nas lutas partidárias.

Pelo advento da abolição da escravatura, em 1888, já a política formava quase um só grupo, poucos sendo os dissidentes. E pela proclamação da República serenara-se completamente o ambiente político partidário do arraial, tendo sido aí erguidos muitos “vivas” ao novo regime, pois a maioria de sua população culta era republicana.

É oportuno recordarmos, aqui, os nomes de alguns dos principais filhos de Curral del Rei, que se distinguiram em diversos ramos da atividade humana, falecidos de 1860 para cá. São eles: Serafim Nogueira, coronel Damaso da Costa Pacheco, capitão Casimiro Batista Vieira, capitão Camilo de Miranda Costa, capitão João Lélio Pereira, Joaquim Gomes da Rocha, major Cândido José dos Santos Brochado, vigário Dr. Bernardino José de Aquino, capitão Francisco Luís de Carvalho, major Francisco Vaz de Melo, João Cândido Martins,



Revolução eleitoral do Curral del Rei.

Antônio Avelino dos Santos, João de Seixas Ferreira, João de Araújo Vaz de Melo, Bernardino Vaz de Melo, cônego Raimundo Vaz de Melo, Francisco Vaz de Melo, Damaso Vaz de Melo, José Guilherme, Joaquim da Silva, Francisco Alves do Vale, Rafael Batista Vieira, Manuel Caetano de Carvalho, José Caetano de Carvalho, Antônio da Costa Pacheco, João Damasceno, Henrique Gomes da Rocha, Felicíssimo Alves do Vale, mestre Luís Daniel Cornélio de Cerqueira, João Carvalho de Aguiar, João Evangelista, Maximiano Batista Vieira, José Joaquim de Abreu, José Manuel de Abreu, João Manuel de Abreu, Antônio Manuel de Abreu, José dos Reis Correia, Malaquias dos Reis Correia, Manuel Inácio Teixeira, Cândido de Araújo, Crispiniano de Miranda Costa, José Aires de Miranda Costa, João de Miranda Costa, Francisco Ferreira da Luz, Ilídio Ferreira da Luz, Joaquim Ferreira da Luz, Cândido Lúcio da Silveira, Francisco Cândido da Silveira, Anastácio de Miranda Costa, Antônio de Carvalho Aguiar, Manuel Carvalho de Aguiar, Casimiro Batista Vieira, filho, José Cândido Batista Vieira, Francisco José da Silva Reis, João Torquato de Sousa, Manuel Acácio Ferreira, Francisco Cândido Fernandes, Manuel João de Faria, Antônio Pinto da Paula Totó, João José da Cunha, Quintiliano de Matos Pinho, comendador Francisco Ovídio de Sousa Lopes e José Lopes Sobrinho.

Quanto aos elementos eleitorais com que contava a política local, temos os seguintes dados: no regime do voto indireto (eleições de 2 graus) deu Curral del Rei 17 eleitores em 1842, e 18 em 1844;\* em 1847 só elegeu 3, pois nesse ano a Lei provincial n. 334 desmembrou da freguesia o território do curato de Betim e parte do território que constituiu o curato de S. Gonçalo da Contagem das Abóboras. Por isso mesmo, ainda em 1848, deu o arraial somente 4 eleitores. Já em 1850, com a incorporação do território e habitantes, qualificou 516 votantes e deu 12 eleitores; em 1854 reduziu os seus eleitores a 6 para, em 1860, elevá-los a 9, visto haver, então, qualificado 345 votantes, segundo o *Anuário de Minas Gerais*, do Dr. Nelson de Sena.<sup>152</sup>

\* A Lei n. 271, de 15 de abril de 1841, desmembrou das paróquias do Curral del Rei e Santa Quitéria as fazendas Quilombo, Pintos e Redondo, anexando-as a Matosinhos.<sup>151</sup>

## NOTAS

- 149 Rebelião armada ocorrida no período regencial na província de Minas e São Paulo, no ano de 1842, entre facções liberais e gabinete conservador, então no poder, que adotou medidas políticas, repressivas e autoritárias, como a dissolução das Câmaras. Os liberais mineiros, liderados por Teófilo Otoni, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha e José Pedro Dias de Carvalho, dentre outros, congregaram adeptos à causa, pegando em armas. O objetivo de Minas era impedir que as tropas legalistas reprimissem o movimento em São Paulo, que deveria se levantar, primeiramente, garantindo o sucesso do movimento e obrigando o governo conservador a convocar os liberais ou com eles formar uma coalisão, para encerrar o conflito armado. Ocorreu uma série de batalhas em várias cidades da província mineira (como em Queluz - atual Conselheiro Lafaiete -, Sabará, Ouro Preto, Barbacena, Santa Luzia, São João del Rei), havendo baixas dos dois lados. Embora vitoriosos, muitos liberais foram presos e julgados, mas o Decreto n. 342, de 14/3/1844 anistiou todos os envolvidos nos conflitos havidos em 1842 (BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979, p. 573-596).
- 150 DIAS. *Op. cit.*, p. 16-17.
- 151 MINAS GERAIS. Lei n. 271, de 15 de abril de 1844, criou a Vila do Senhor dos Passos do Rio Preto fixando as divisas de algumas freguesias e contendo outras disposições acerca da criação, alteração e supressão de distritos em diversos municípios como nela se declara (*Leis mineiras*. Ouro Preto: Tipografia do Correio de Minas, 1845. t. 10, parte 1ª, p. 66).
- 152 SENA, Nelson de (Org.). *Anuário de Belo Horizonte*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1913, v.5, p. 152.

## A VISITA DE CASTELNAU - A GUARDA NACIONAL



Pouco depois daqueles agitados dias da revolução de 1842, teve Curral del Rei a visita do notável explorador francês E. de Castelnau que, em excursão de estudos pelo Brasil, percorreu o Estado de Minas e, em 1844, deixou-nos uma pequena, mas expressiva descrição do nosso arraial, no qual esteve durante dois dias, hospedado em casa do subdelegado de polícia, a quem viera recomendado. Durante a sua permanência ali, o ilustre visitante percorreu os arredores do arraial, em passeios e caçadas, admirando muito a sua beleza, a excelência de seu clima, a abundância de suas águas e a variedade de suas aves. Em sua grande obra, descrevendo os lugares visitados e dando as suas impressões, disse ele:

*“Le village de Curral del Rei est très agreablement situé au milieu des bois; placés aux fenêtres de la maison, notre vue s’étendait sur une belle scène de montagnes qui appartiennent à deux chaînes différentes: la Serra de Congonhas, qui court nord-est-sud-est sépare Morro Velho de Curral del Rei, et la Serra da Piedade, qui paraît faire un angle de 60 degrés avec la première, et courir est-sud-est ouest-nord-est. Cette dernière chaîne a plus de 1.700 mètres de haut. La paroisse (freguesia), dans laquelle nous étions, a environ 1.500 âmes; elle doit son nom à ce que les gens du sertão venaient autre fois y payer les droits pour les bestiaux qu’elles emmenaient”*

Em seu livro conta-nos Castelnau que o seu hospedeiro deu-lhe bom agasalho e mandou servir-lhe feijão com farinha, a famosa farinha do Curral, acrescentamos nós. Em excursões pelas matas do arraial, teve o grande explorador francês a sua atenção atraída especialmente por considerável número de pequenas aves ali existentes, entre as quais notou duas espécies admiráveis: o *Petesophore*, do pescoço vermelho e o *Cornutus*, de crista encarnada, que julgou uma das mais belas espécies do gênero.

Por essas notas de Castelnau temos ainda uma vez confirmada a origem do nome de

Curral del Rei, colhida por ele na tradição secular, entre os amigos curralenses. E temos ainda o informe de serem os habitantes da localidade em número de 1.500, o que bem revela o declínio em que estava a povoação.

Pouco depois daquele período, uma corporação se salientava ali, a Guarda Nacional.\* <sup>154</sup>

Segundo a ata de reunião do Conselho de Qualificação dos membros daquele corpo militar da paróquia, reunião realizada a 1º de abril de 1851 em casa de moradia do capitão Basílio Luiz Ferreira, com a presença do capitão Casimiro Batista Vieira, dos alferes Manuel José de Freitas e Pio de Sousa Neto, os distritos componentes da paróquia eram Venda Nova,\*\* Contagem e Capela Nova do Betim. A essa reunião, que se realizou em vários dias sucessivos, compareceram depois os srs. tenente Marcos José Diniz Silva, presidente, e Clemente Luís Ferreira, tenente-secretário.

No mesmo livro de atas, encontra-se a matrícula dos guardas nacionais alistados para o serviço ativo de todos os distritos da paróquia, segundo a Lei n. 602, de 19 de setembro, e Instruções de 25 de outubro de 1850, sendo os do distrito - sede em número de 60, a saber:

Crispiniano de Miranda Costa, Clemente Luís Ferreira, Francisco José da Silva, José João de Faria, Lúcio Caetano, Lucas Esteves da Conceição, Vicente da Cunha, Antônio Alves Martins, Francisco Alves Nogueira Júnior, Jerônimo da Silva Couto, João Carvalho de Aguiar, João Cândido Martins, José Caetano de Carvalho, João Cleto da Silva Diniz, Manuel Carvalho de Aguiar, Severino Vieira, Felicíssimo Alves Martins, Antônio Faustino de Faria, Francisco Justino Gonçalves, Francisco Alves do Vale, José Casimiro Correia, José Vieira Valadares, Rafael Batista Vieira, Rafael Carneiro de Freitas, Antônio Delfino de Sousa Guimarães, Casimiro Alves Moreira, Francisco Antônio da Fonseca, João de Seixas Ferreira, José Esteves da Conceição, José Eulário, Joaquim Manuel de Abreu, Manuel Sabino, Pio de Sousa Neto, Paulo José da Trindade, Francisco de Sousa Trindade, Francisco Luís de Carvalho, Felizardo de Castro Gomes, Francisco de Sousa Menezes, João de Sousa Menezes, João Pereira da Cunha, Marcelino Rodrigues Ferreira, Manuel Pedro de Sousa, Antônio Martins Riras, Basílio Rodrigues Guimarães, Camilo Cardoso, Eduardo da Costa Pacheco, Francisco Borges Ferrugo, Francisco de Paula Cruz, Francisco Damasceno, José Simões, Justino Querino, João Silvério, José Bernardes de Souza, Joaquim Gomes da Rocha, José Luís Guilherme Júnior, Manuel Gonçalves da Conceição, Martinho Nogueira, Antônio Rodrigues de Sousa, Antônio Vieira da Silva e Pacífico de Lima.

\* Extintos os corpos de milícia e as ordenanças, foi criada a Guarda Nacional por decreto de 25 de outubro de 1832. Em 1844 foram criadas em Curral del Rei a 2ª, 3ª e a 4ª companhias, pertencentes ao 2º Batalhão do município de Sabará. Os primeiros oficiais daquelas companhias foram: o alferes Cláudio Marcelino Pereira de Freitas, promovido a tenente em 1846; o alferes Casimiro Batista Vieira, promovido a capitão em 1849; o alferes Pio de Sousa Neto; os tenentes Nazário Teixeira da Fonseca Vasconcelos e Eduardo da Costa Pacheco; e o capitão Camilo de Miranda Costa.

\*\* Venda Nova foi incorporada a Curral del Rei pela Lei n. 671, de 31 de maio de 1850. Foi elevada a freguesia em 26 de julho de 1868, pela Lei n. 1.592. Voltou a pertencer à freguesia de Curral del Rei pela Lei n. 1.672, de 19 de setembro de 1870.



Entregue à sua tranqüila vida patriarcal, feliz, embora simples, laboriosa, modesta e obscura, nem sonhava o velho Curral del Rei com o brilhante destino que lhe estava reservado e para o qual caminhava lenta, mas decisivamente, sem o saber.

NOTAS

- 153 CASTELNAU, Francis. *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud: de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Para...* Paris: Bertrand, 1850-1857.
- 154 A Guarda Nacional mineira, como instituição nacional, esteve sempre subordinada ao Ministério da Justiça e acabou por outorgar poder político "a pessoas de reconhecido prestígio social", contribuindo para o "fortalecimento das autoridades locais". Porém, sua utilização pelos grupos oligárquicos "como mecanismo de reforço do poder local só se dinamizou no regime republicano", ou seja, com o estabelecimento e fortalecimento do fenômeno coronelístico. (FARIA, Maria Auxiliadora. *A Guarda Nacional em Minas: 1831/1873*. Curitiba: UFPR, Dissertação de mestrado, mimeo., 1977, p. 91).
- 155 MINAS GERAIS. Lei n. 671, de 29 de abril de 1854. *Op. cit.*, p. 23-24. MINAS GERAIS. Lei n. 1.592, de 26 de julho de 1868. Eleva à categoria de paróquia o distrito da Venda Nova, pertencente à freguesia do Curral del Rei. *Leis mineiras*. Ouro Preto: Tipografia Paula Castro, 1869. t. 34, parte 1ª, p. 115. MINAS GERAIS, Lei n. 1.672, de 19 de setembro de 1870. Suprime a paróquia de Venda Nova, anexa a seu território a freguesia do Curral e contém outras disposições. *Leis mineiras*. Ouro Preto: Tipografia Paula Castro, 1871. t. 36, parte 1ª, p. 56. Sobre a história de Venda Nova, ver: PAIVA, Eduardo França. *Venda Nova, séculos XVIII e XIX*. Um Estudo de História Regional. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

AS TERRAS DO ARRAIAL EM 1854 -  
RESUMO DO LIVRO DE REGISTRO DELAS



18 de setembro de 1850 era sancionada a Lei n. 601,<sup>156</sup> dispondo sobre a organização do serviço de registro de terras. Regulamentada essa lei pelo Decreto n. 1.318, de 30 de junho de 1.854, foram os párocos de todas as freguesias da província incumbidos de receber as declarações de terras, que eram obrigados a fazer os respectivos proprietários. Essas declarações eram feitas e assinadas em duas vias: uma que o pároco transcrevia em livro próprio e arquivava, outra que remetia à Secretaria do Governo na Capital da Província. Na paróquia de N. S. da Boa Viagem do Curral del Rei, as declarações feitas até 22 de outubro de 1857 foram, em resumo levantado por nós, do Livro n. 67, existente no Arquivo Público Mineiro, as seguintes:

## A

Adriano Martins da Costa e outros, 65 alqueires na fazenda do Matuto, divisando com João Vieira, João Gonçalves, Maria José e Manuel da Costa.

Adriano de Sousa Barnabé, 65 alqueires na fazenda da Fábrica, divisando com as fazendas do Cercado, Barreiro, Cachoeira e Antônio Luiz.

Amaro Francisco Pereira, 12 alqueires no Tejuco, divisando com José Pereira da Gama, Raimundo José da Cruz e Bernardo da Costa Correia, no distrito de Venda Nova.

Anastácio Sinfrônio de Abreu (Dr.), terras de cultura e campo na fazenda do Braga, em comum com Antônio Pereira Machado, Luís Pereira Machado e outros. Esta fazenda é a mesma a que se refere a carta de sesmaria passada a Francisco Fernandes Braga ou à sua viúva Josefa Maria da Costa, em 1760, fazenda que dividia com o capitão-mor Manuel Pereira da Costa, com Vicente Vieira e com Antônio Pereira Marinho.

Ana Antônia Martins, viúva de Francisco Alves do Vale, 40 alqueires na fazenda Boa Vista, divisando com Marciano José Vieira, com herdeiros de seu finado esposo, com o

capitão Camilo de Miranda Costa e com o sargento-mor Manuel de Freitas Pacheco.

Ana Claudina da Silva e seus filhos, 10 alqueires de cultura e campo em Oliveira, divisando com o ribeirão e com campos de Francisco Nogueira. Em comum com outros.

Ana Custódia de Jesus e seus filhos Antônio, Mariana, Clara e Umbelina, 60 alqueires na fazenda do Fretais, em Venda Nova, divisando com as fazendas das Neves, Campo Alegre e Fretais de Baixo.

Ana Joaquina da Paixão, 3 alqueires, divisando com o córrego que vem do Pinto, com a estrada e com um valo.

Ana Joaquina Rodrigues e seus filhos, 80 alqueires na fazenda Bento Pires, divisando com herdeiros de João Gonçalves, com as fazendas do Matos, Quilombo, Marciano Vieira e com os herdeiros de Antônio da Costa. A mesma, 12 alqueires na fazenda das Pindaíbas, divisando com Francisco Coelho e com as fazendas de Sobrado e do Matuto.

Ana Maria Bernarda, 2 alqueires em Venda Nova, divisando com a fazenda das Embiras, com a estrada que vai para a Onça e com terras de Felício Fernandes.

Ana Maria de Matos, partes de cultura e campo na fazenda das Areias, divisando com Cipriano, Ana Severina, José Patrício e Raimundo Rodrigues.

Ana Maria do Rego, 3 alqueires e uma quarta no Sobradinho, distrito de Venda Nova, divisando com Luís Gonçalves da Costa, Bento Moreira da Silva e Inocência Vieira da Costa.

Ana Nogueira dos Prazeres, 40 alqueires de planta, divisando com Luís Nogueira da Costa, alferes Serafim Nogueira de Sousa, com as fazendas do Palmital, de Francisco Luís de Carvalho, Pampulha e Mergulhão. A mesma, uma parte no Mergulhão, divisando com terras públicas, com a fazenda Bento Pires e com o alferes Serafim Nogueira. Em comum com outros. A mesma, uma parte na Cachoeira, divisando com as fazendas Palmital, Sobrado, Boa Vista, Lagoa e Saco.

Ana de Oliveira e Bráulia de Oliveira, 10 alqueires em Oliveira, divisando com o Ribeirão e com campos de Francisco Nogueira.

Ana Rodrigues da Costa e outros, 20 alqueires na fazenda das Areias, divisando com a Cachoeirinha, com as fazendas de José Patrício da Costa e de Raimundo Rodrigues da Costa.

Ana Severina da Conceição, uma parte no Ribeirão das Areias, divisando com herdeiros de Joaquim Gonçalves, com Joaquim José da Rocha, Ana de Matos, Maria Madalena de Pazzi. A mesma, uma parte nas Areias, em comum, comprada a um herdeiro de Ana de Matos.

Ana Gonçalves. Ver o registro de Adriano Martins da Costa com quem está em comum.

Antônio Alves Dinis e mais 3 herdeiros, parte de 200 alqueires na Ressaca, herança do finado Manuel Ferreira da Silva, divisando com herdeiros do sargento-mor João Rodrigues, com a fazenda do Engenho, com os Cardosos, com Manuel de Araújo e outros, e com a fazenda do Pastinho.



*Trecho da Rua de Sabará, situado acima do local em que está hoje o grupo escolar D. Pedro II.*

Antônio Balbino da Silva Diniz. Ver o registro de Leonel da Silva Diniz com quem está em comum.

Antônio Custódio da Fonseca. Ver o registro de João de Seixas com quem está em comum.

Antônio Eusébio dos Santos, 140 alqueires na fazenda do Monjolo, em Venda Nova, divisando com a fazenda do padre José Maria de Andrade, com a dos herdeiros de José Pedro de Avelar, com a fazenda de D. Maria Rodrigues, com terras de Antônio da Rocha Dinis, Basílio Pinto e com a fazenda do Tejuco. Herança de Agostinho José dos Santos e comprada da parte dos herdeiros de D. Maria Custódia do Nascimento.

Antônio Faustino de Faria, 30 alqueires no Barreiro, divisando com o finado Custódio Antônio, com o Tombadouro e pelo vale do Navio até o Ribeirão e com Casimiro Correia.

Antônio Gomes de Carvalho, 1  $\frac{1}{2}$  alqueire na Chácara, divisando com terras que foram de Joaquim Luís Ferreira, com José Pedro da Mota, Francisco Alves Nogueira, Maria Rita, Francisco Vidal, José dos Reis, Pedro José Ferrugem, Casimiro Batista Vieira e com terras públicas.

Antônio Gomes Soares, duas partes de terras nas Pindaíbas, divisando com Veridiano Gonçalves Ferreira, Firmiana da Silva, Manuel da Costa e Sancho Soares.

Antônio Gonçalves da Silva, 6 alqueires na fazenda do Casado, divisando com terras dos herdeiros de Antônio da Costa, com D. Narcisa Francisca, João Gonçalves da Costa, Ana Joaquina e seus herdeiros.

Antônio Joaquim. Ver o registro de Bernardo José da Silva, com quem está em comum.

Antônio Gonçalves. Ver o registro de Pio de Sousa Neto, com quem está em comum.

Antônio Justino, 1 alqueire na Cancela, divisando com terras da fazenda do Palmital e de Rufino Martins.

Antônio Lourenço Rodrigues e outros, 170 alqueires na fazenda da Mutuca, divisando com o coronel Damaso da Costa Pacheco e com o capitão José Moreira da Cunha Jardim.

Antônio Luís da Silva, 3 alqueires no Capão do Tejuco (Cercado), divisando com terras de D. Fortunata, adquiridas por compra a D. Cândida Maria de Sousa e a Manuel João de Matos.

Antônio Manuel de Abreu. Ver o registro de João de Seixas Ferreira, com quem está em comum.

Antônio Maria Valadares. Ver o registro de Marciano Vieira Valadares, com quem está em comum.

Antônio Martins do Vale, 5 alqueires na fazenda da Boa Vista, herança de seu pai Francisco Alves do Vale, em comum com outros herdeiros.

Antônio Pereira da Costa, 160 alqueires na fazenda de Senhora das Dores, em Venda Nova, divisando com as fazendas do Sumidouro, Fretais, Neves, Carijós, Braga e com a da finada D. Teresa.

Antônio da Rocha Diniz, 64 alqueires em Fretais, Venda Nova, divisando com Antônio Pereira da Costa, padre José Maria de Andrade e com herdeiros de José Francisco Alves Guimarães.

Antônio Rodrigues de Sousa, 13 alqueires no Engenho do Bento Pires, divisando com Luís Nogueira da Costa, Serafim Nogueira de Sousa, com a Serra, com o tenente-coronel Manuel Ferreira da Silva, com Manuel Caetano de Carvalho e com João Cleto da Silva Diniz.

Antônio Rodrigues de Oliveira, 2 alqueires, divisando com terras das fazendas do Capão Pequeno e de Antônio da Silva, havidas por arrematação.

Antônio Severiano da Cruz, 82 alqueires no Saco Grande, em Venda Nova, divisando com a fazenda Bento Pires e com a sociedade de Bernardo Alves da Silva.

Antônio da Silva Porto, 65 alqueires na fazenda do Leitão, divisando com João da Costa Torres, capitão Francisco Antonio Vaz de Melo, com a fazenda do Calafate e com terras dos sócios do Capão Grande, na Lagoa Seca\* e em Olaria.

Antônio Teixeira Ferraz, um pasto e quintal, divisando com a fazenda do Capão, com José Muniz com Felício Soares. Ver o registro de Manuel Martins da Silva.

Antônio Zeferino de Freitas, terras de cultura e campos nos Cercadinho, divisando com terras de Joaquim Gomes da Rocha, Cândida Maria de Sousa Guimarães, com a fazenda do Calafate, com Antônio da Silva Porto, com a Lagoa Seca (tida como logradouro público) e com habitantes do arraial.

Antônio Luís Gonçalves. Ver o registro de Pio de Sousa Neto, com quem está em comum.

Antônio Pereira do Vale. Ver o registro de Bernardo José da Silva, com quem está em comum.

Antônio Dias da Silva e seus sócios, 20 alqueires no Ribeirão da Onça, em Venda Nova, divisando com José Vieira Valadares, com D. Quintiliana, com Barreiro do Geraldo e com Ambrósio Rodrigues.

Antônio Luís de Avelar, 50 alqueires no Sítio do Sumidouro, em Venda Nova, divisando com as fazendas de Manuel da Rocha Compasso, Antônio Pereira da Costa Soares e com a finada D. Teresa. O mesmo, 25 alqueires no mesmo sítio, divisando com as fazendas de Manuel da Rocha Compasso, José Antônio da Costa, Antônio Pereira e Adriano José da Costa.

Antônio Pereira do Vale. Ver o registro de Bernardo Alves da Silva com quem está em comum.

## B

Basília de Oliveira. Ver o registro de Ana de Oliveira com quem está em comum.

Bento Moreira da Silva, terras de cultura e campo no Sobradinho, em Venda Nova, divisando com terras de Inocência Vieira da Costa, Raimundo Rodrigues da Costa, Mariana de tal e com a fazenda do Braga.

Bernardino José de Aquino (doutor e padre), 50 alqueires de planta na Mata, divisando

\* Ver o nome dos sócios no cap. XV deste livro.

com terras do capitão Camilo de Miranda Costa, Manuel da Silva, Leonel de Sousa Lima, com o córrego do Caracará e com terras de herdeiros de Pedro Ferrugem e Fabiano de tal. O mesmo, 5 alqueires, divisando o Ribeirão, com terras de Pedro Ferrugem e com a Fábrica.

Bernardo Alves da Silva e seus sócios, terras em Venda Nova, divisando com as fazendas Bento Pires, Ribeirão, Onça e Pampulha. O mesmo, 1 1/2 alqueires na fazenda Bento Pires, no lugar denominado Saco das Cavalas.

Bernardo José da Silva, terras na fazenda das Embiras, divisando com João Paulo, José Jacinto Vieira, Francisco Luís de Carvalho, Pampulha, Olhos d'Água e com a estrada do arraial. O mesmo, terras de cultura e campo, divisando com Silvério Leite, Clemente Peixoto, Pampulha e Embiras.

## C

Camilo Lélis de Freitas, terras de cultura em comum com outros herdeiros de Silvério Leite Meireles.

Camilo de Miranda Costa, 55 alqueires na fazenda da Cachoeira, em comum com o alferes Serafim Nogueira de Sousa, Francisco Luís de Carvalho, D. Ana Nogueira dos Prazeres, divisando com a fazenda do Retiro e com as do Palmital e Pampulha. O mesmo, 460 alqueires na fazenda do Retiro, divisando com D. Ana Martins, herdeiros de Domingos Gonçalves, com Caetano Lopes, vigário Bernardino José de Aquino, com a Lagoinha, com as fazendas do Palmital, Cachoeira, Pampulha, com Francisco Luís de Carvalho. O mesmo, 20 alqueires, divisando com o Ribeirão Grande desde o arraial até o Tombadouro e com a estrada para Sabará.

Cândida Maria de Sousa Guimarães, 350 alqueires na fazenda do Cercado, divisando com as fazendas do Calafate, Cercadinho, Bom Sucesso e com terras de João Damasceno, coronel Damaso da Costa Pacheco e com campos da Lagoa Seca.

Casimiro Alves Moreira, 1/2 alqueire, divisando com Valentim Pereira da Costa, e com terras de José dos Reis Cerqueira.

Casimiro Batista Vieira. Ver o registro de João de Seixas Ferreira, com quem está em comum. O mesmo, 3 alqueires no Tombadouro, divisando com terras de Antônio Faustino e de Rafael Carneiro de Freitas.

O mesmo, 6 alqueires e 3 quartas, divisando com Inácio de Oliveira e com a estrada que vai para o Saco.

Casimiro Correia da Cruz, 1/2 alqueire no Barreiro, divisando com Antônio Faustino de Faria e com o Ribeirão.

Casimiro Soares Pereira, 7 alqueires em comum com outros herdeiros, sendo: uma parte na fazenda do Capão, outra na fazenda que foi de Silvério Leite Meireles, comprada a Antônio Teixeira de Melo, outra na fazenda Bento Pires, comprada a Antônio Vieira da Silva e sua mulher. O mesmo, 2 alqueires na fazenda do Soares, no lugar denominado Taboleiro,

havidos por herança, também em comum.

Clara Maria da Conceição, 240 alqueires na fazenda do Jatobá, divisando com João Damasceno, capitão José Maria de Oliveira e a fazenda da Pantana.

Clemente José Peixoto, terras na fazenda Bento Pires, divisando com a Pampulha, Engenho, Venda Nova, Olhos d'Água, em comum.

Clemente Luís Ferreira, 13 alqueires na Gameleira, divisando com terras do Pastinho, Tejuco, Cercado, Madeira e Ribeirão.

Constância Rosa. Ver o registro de Joaquina Rosa de Oliveira, com quem está em comum.

## D

Damaso da Costa Pacheco (coronel), 450 alqueires no Barreiro, divisando com as fazendas do Jatobá, Cercado, Olaria e Cachoeirinha.

Delfina Rosa da Assunção, terras nas Areias, havidas por herança de seu marido, em comum com as de Ana de Matos.

Domingos Pinto Martins, 16 alqueires no Tejuco, divisando com terras de Francisco Ferreira da Silva e Antônio Eusébio dos Santos, em Venda Nova.

## E

Egídio de Paula Alves, 5 alqueires no Sobradinho, em Venda Nova, divisando com as fazendas dos Pilões e com terras de Joaquina Rosa de Oliveira e Francisco José da Silva.

Eugênia de Seixas. Ver o registro de João de Seixas Ferreira, com quem está em comum.

Estanislau José de Avelar. Ver o registro de Adriano Martins da Costa, com quem está em comum.

## F

Felicíssimo Alves do Vale, 5 alqueires na Boa Vista, em comum com outros herdeiros de Francisco Alves do Vale. O mesmo, 5 alqueires, no Cercado, havidos por herança da finada D. Úrsula de Sousa Guimarães, divisando com terras do coronel Damaso da Costa Pacheco e outras do Cercado. O mesmo, terras nos Gorduras, havidas por herança.

Felício José de Sousa, 2 alqueires na Ressaca, divisando com o Córrego, com a fazenda Nova Floresta e com Manuel Ferreira da Silva.

Felício da Rocha Compasso e outros, 100 alqueires, divisando com as fazendas Quilombo, Carijós, Tenente, Retiro, Casado e com João Manuel da Costa.

Felipe Soares,  $\frac{1}{2}$  alqueire nas Pindaíbas, divisando com terras de Veridiano Gonçalves, José Cardoso, Maria Benedita e com a fazenda do Bananal.



Felizardo Gomes de Castro, 5 alqueires em Bento Pires, comprados a Manuel Francisco Cardoso e sua mulher.

Firmiana da Silva, um quintal nas Pindaíbas, em Venda Nova, comprado a D. Ana Maria, divisando com Sancho Soares, Antônio da Gama e com herdeiros de Antônio da Costa Araújo.

Florentino dos Santos Lima, e outros. Ver o registro de José Cardoso Fontoura, com quem estão em comum.

Floriano José de Freitas, 6  $\frac{1}{2}$  alqueires no Sobradinho, divisando com Reginaldo José dos Santos, e Francisco Luís da Silva.

Fortunata Cândida e outros, terras no Matuto, divisando com a Cachoeira Grande, com Manuel Carlos, Inácia de Carvalho, Pindaíbas, Casado e com outros.

Fortunata Delfina, 2 alqueires no Tejuco, divisando com terras de Antônio Luís, Cercado e finado Pedro Ferrugem.

Fortunata Maria de S. José, 2 alqueires na Ressaca, divisando com o Córrego e com o coronel Manuel Ferreira.

Francelino Gonçalves, uma quarta e meia, divisando com Francisco Coelho, Manuel Gonçalves, em Venda Nova.

Francisco Alves do Vale e outros, 12 alqueires, divisando com quintais de casas da Rua de Congonhas e com terras do Bolina e de Antônio Faustino de Faria. O mesmo, 5 alqueires na Boa Vista, em comum, havidos por herança de seu pai.

Francisco Antônio da Fonseca e outros. Ver o registro de Francisco Alves do Vale. O mesmo, terras na Boa Vista, em comum, havidas por herança de seu sogro, F. Alves do Vale.

Francisco Antônio Vaz de Melo (capitão), 90 alqueires no Cercadinho, divisando com as fazendas do Cercado, Bom Sucesso, Calafate e Lagoa Seca.

Francisco Cardoso Vieira. Ver o registro de José Cardoso Fontoura. O mesmo, 5 alqueires em Bento Pires, havidos por compra a Manuel Cardoso.

Francisco Coelho da Silva, 6 alqueires nas Pindaíbas, divisando com D. Ana, Manuel da Costa, Leandro e Manuel Gonçalves.

Francisco Ferreira da Silva, 180 alqueires no Mato Grosso, em Venda Nova, divisando com a fazenda do tenente-coronel Teodoro Barbosa da Silva, com Antônio Eusébio, D. Quitéria e Basílio Pinto.

Francisco Luís de Carvalho, 160 alqueires na fazenda de S. João Batista, divisando com Camilo de Miranda Costa, fazenda das Embiras e Pampulha. O mesmo, 25 alqueires na Pampulha, divisando com as fazendas Bento Pires, Mergulhão, Nogueiras, Palmital e Cachoeira. O mesmo, 15 alqueires na Cachoeira, em comum com outros herdeiros.

Francisco Manuel Cerqueira. Ver o registro de José Antônio da Costa Soares.

Francisco Nogueira da Costa, 18 alqueires no Ribeirão, divisando com as fazendas do Calafate e Cercado.

Francisco de Sales da Rocha e outros, 4  $\frac{1}{2}$  alqueires na fazenda do Soares, em Venda

Nova, divisando com a fazenda do Senhor Bom Jesus e com a da finada Teresa Soares.

Francisco de Sousa Guimarães, 2  $\frac{1}{2}$  alqueires na Vargem, divisando com as fazendas do Barreiro e com Felicíssimo Alves do Vale.

Francisco de Sousa Menezes, terras na fazenda da Pampulha, divisando com Francisco Luís de Carvalho, Ribeirão do Bento Pires, Mergulhão, Engenho, Palmital e Cachoeira.

Frutuoso Ferreira Barbosa, 2 alqueires no Sobradinho, em Venda Nova, divisando com terras de Francisco José da Silva, Mariana do Espírito Santo, Egídio de Paula Alves e Rosa de Oliveira.

Frutuoso Simões Serra, 15 alqueires no Capim, em Venda Nova, divisando com terras de Manuel Joaquim da Costa e Joaquim José Alves. O mesmo, 2 alqueires no Tejuco, divisando com terras de Antônio Eusébio, Raimundo Jorge, Lauriano Fernandes, Francisco Teixeira, Pai Manuel e Joaquim da Costa.

Francisco Gonçalves. Ver o registro de Simplicio Gonçalves de Miranda, com quem está em comum.

Felisberta Gonçalves. Ver o registro de Manuel da Costa Araújo, com quem está em comum.

Francisco de Sousa Menezes, terras na fazenda da Pampulha, divisando com Francisco está em comum.

Florentino dos Santos. Ver o registro de Maria Rita da Costa, com quem está em comum.

## G

Gertrudes Gonçalves de Jesus. Ver o registro de Manuel Martins da Silva, com quem está em comum.

## H

Herculano Martins da Costa. Ver o registro de Leonel Martins da Silva Diniz, com quem está em comum.

## I

Inácia Alves Vieira e outros, 23 alqueires na Pampulha, divisando com terras das fazendas Bento Pires, Mergulhão, Engenho Nogueira, Palmital, Cachoeira e Sobrado, havidos por herança de seus pais Pedro Alves Barbosa e Josefa Bernarda da Rocha.

Inácio Ferreira Pinto, 2 alqueires, divisando com terras do Confisco,\* Cabral e Maria Rita.

Inocência Vieira da Costa, 4  $\frac{1}{2}$ , alqueires no Sobradinho, em Venda Nova, divisando com

\* O morro do Confisco tomou essa denominação porque alguns boiadeiros costumavam desviar o seu gado do registro da Contagem para não pagar as taxas reais, sendo que esse gado era confiscado ao passar por aquele morro.

com terras de Floriano José de Freitas, Bento Moreira da Silva, Reginaldo de Oliveira Porto, Ana Maria do Rego e Luís Gonçalves da Costa.

Isidora da Costa,  $\frac{1}{2}$  alqueire no Ribeirão da Onça em Venda Nova, divisando com os herdeiros de João Antônio da Silva e José Vieira.

Isabelina Emília de Avelar, 12 alqueires no Tejuco, divisando com Eusébio dos Santos e Domingos Pinto Monteiro. A mesma, 4 alqueires, divisando com Raimundo da Costa Correia, Lauriano Fernandes da Costa.

Ildefonso Martins e outros. Ver o registro de Manuel Pinto da Conceição com quem estão em comum.

## J

Joana Campelo Coelho e outros. Ver o registro de Manuel Francisco Cardoso, com quem estão em comum.

João Moreira e outros. Ver o registro de Adriano Martins da Costa, com quem estão em comum.

João Martins e outros. Ver o registro de Adriano Martins da Costa, com quem estão em comum.

João Rodrigues Ferreira e outros. Ver o registro de Manuel da Costa Araújo, com quem estão em comum.

João Rodrigues da Costa. Ver o registro de Inácia Alves Vieira, com quem está em comum.

João Damasceno, 40 alqueires na fazenda da Olaria, divisando com as fazendas do Jatobá, do capitão José Maria, da Cachoeirinha, do Cercado, do Tejuco, dos Carneiros, Água Branca e Contagem.

João da Costa Ribeiro, terras na Cancela, partindo de um valo, onde havia uma porteira, cortando a estrada, rumando ao córrego onde havia um engenho, até a casa de Salvador de tal e daí pela estrada até chegar de novo à referida porteira.

João Lélio Pereira, 50 alqueires na Barra do Tejuco, divisando com terras do Cercado, Pastinho, Carneiros e Olaria.

João da Costa Torres, 40 alqueires na fazenda do Capão Pequeno, divisando com Capão Grande, com o Leitão, com o arraial e com Lagoa Seca.

João Rodrigues Ferreira, 280 alqueires na fazenda do Palmital, divisando com Rita Fernandes, Silvério Rodrigues Ferreira, com herdeiros da fazenda do Engenho, com Francisco Luís de Carvalho e com herdeiros do capitão Luís de Sousa Meneses.

João Manuel da Costa, 14 alqueires, em Bento Pires, divisando com Pindaíbas, Vargem Formosa e com o Bananal.

João da Costa Torres. Ver o registro de João de Seixas Ferreira, com quem está em comum.

João de Seixas Ferreira e outros, 70 alqueires, no Capão Grande, no arraial, divisando pela estrada que vai para Lagoinha até o alto da Serra, daí até o Córrego Fundo e com terras do capitão Francisco Antônio Vaz de Melo, Antônio da Silva Porto e Rafael Batista Vieira.

João Cândido Martins, 5 alqueires na fazenda da Boa Vista, havidos por herança de seu sogro Francisco Alves do Vale, em comum.

João Pereira da Silva. Ver o registro de Teodoro da Silva Vieira, com quem está em comum.

João Cleto da Silva Diniz. 25  $\frac{1}{2}$ , alqueires no Mergulhão, divisando com as fazendas Pampulha, Engenho e Bento Pires.

Joaquim José de Andrade,  $\frac{1}{2}$ , légua de terras na fazenda dos Carijós, em Venda Nova, divisando com as fazendas Neves, Pilões, Bananal, Braga e com terras de Antônio Pereira Braga.

Joaquim da Costa Araújo. Ver o registro de Manuel da Costa Araújo, com quem está em comum.

Joaquim Martins Eiras, 2 alqueires, no Calafate, divisando com o córrego Tabatinga e com o Ribeirão Grande.

Joaquim Gomes da Rocha, 40 alqueires, em Bom Sucesso, divisando com terras do coronel Damaso da Costa Pacheco.

Joaquim Pereira Couto, 4  $\frac{1}{2}$ , alqueires, partindo do Ribeirão até o Pastinho. O mesmo, terras no Calafate, havidas por herança, avaliadas em 87\$000.

Joaquim da Costa Zeferino. Ver o registro de Adriano Martins da Costa com quem está em comum.

Joaquim José da Rocha, terras nas Areias, divisando com Maria Madalena de Pazzi, Ana Severina da Conceição, José Patrício da Costa, Ana de Matos e com herdeiros da fazenda de Mariana Pereira da Costa. O mesmo, 2 alqueires, nas Areias, divisando com José Marques e com o Braga.

Joaquim Rosa de Oliveira e Constança Rosa, 50 alqueires, na fazenda da Maravilha, divisando com as fazendas do Retiro, Sobradinho e de José Antônio.

Joaquim da Rocha e outros. Ver o registro de Manuel Martins da Silva, com quem estão em comum.

Joaquim José de Sousa, 10 alqueires no Diamante do Brejo, divisando com o coronel Damaso da Costa Pacheco, com herdeiros dos finados Antônio Bernardo de Sousa Guimarães e Pedro José Ferrugem.

Joaquim da Costa, terras no Pastinho, divisando com Severino de Tal, com a estrada de Água Branca, com a fazenda Nova Floresta, Carneiros, estrada da Ressaca e com terras de Silvério Rodrigues.

Joaquim Lúcio da Silveira. Ver o registro de Leonel Martins da Silva Diniz, com quem está em comum.

Joaquim Inácio de Castilhos, terras na fazenda do Cruz, divisando com D. Rita Joaquina da Conceição, com as fazendas do Campo, Cachoeirinha e Sobrado.

Joaquina Rosa de Oliveira, 8 alqueires no Sobradinho, divisando com a fazenda dos Pilões, com terras de Egídio de Paula, de Floriano e com a fazenda da Maravilha.

Joaquim Francisco Dias, 4 alqueires, divisando com o capitão Basílio Maria de Araújo Viana.

José Gonçalves Marques, 50 alqueires na fazenda do Henrique, divisando com a fazenda do Braga e com a da finada, D. Teresa Siqueira. O mesmo, 10 alqueires, no Paracatu, divisando com a fazenda Bento Pires e moradores de Olhos d'Água.

José Gonçalves Moreira. Ver o registro de Manuel da Costa Araújo, com quem está em comum.

José Antônio da Costa Soares e outros, 66 alqueires, nos Pilões, divisando com as fazendas Neves, Carijós, Sobradinho e Retiro.

José Antônio da Costa Araújo, uma sesmaria na Cachoeirinha, divisando com Antônio Muniz, Bento da Cunha Aranha, Manuel Pereira da Costa, Jacinto de Barros Nogueira, João Gonçalves Pinto e Cipriano da Fraga. Essa sesmaria fora concedida a Francisco da Silva Tostes em 15 de janeiro de 1761. O mesmo, terras no Retiro, divisando com as fazendas do Quilombo e Pilões. O mesmo, terras na Maravilha de Cima, havidas dos herdeiros de José Luís da Silva.

José Rodrigues Guilherme, 16 alqueires, no Capão da Viúva, divisando com terras de Damaso da Costa Pacheco, do major Cândido José dos Santos Brochado e fazenda da Mutuca. O mesmo, 170 alqueires na fazenda da Mutuca, divisando com terras de Damaso da Costa Pacheco e capitão José Maria da Cunha Jardim, em comum.

José Rodrigues Guilherme Júnior e outros, 23 alqueires na Cachoeirinha, divisando com João Damasceno, Damaso da Costa Pacheco, herança de Francisco Borges.

José Rodrigues Saturnino e outros, 170 alqueires, na Mutuca, divisando com o coronel Damaso da Costa Pacheco e com o capitão José Maria Jardim.

José Pereira da Silva (testamenteiro) 100 alqueires, na Ressaca, divisando com a fazenda que foi do sargento-mor João Rodrigues Ferreira, com a fazenda do Engenho, Cardosos, com Manuel de Araújo e Pastinho. Essas terras pertenciam aos filhos do coronel Manuel Ferreira da Silva.

José Antônio da Costa Araújo. Ver o registro de Felício da Rocha Compasso, com quem está em comum.

José Patrício da Costa, terras nas Areias, divisando com Ana de Matos, Maravilha de Cima, Cachoeirinha e com o finado Manuel Pereira da Costa. O mesmo, terras na Fazenda de Ana de Matos em comum com terras de José Patrício da Costa.

José Ferreira Cardoso, 1/2 alqueire em Pindaíbas, Venda Nova, divisando com herdeiros de Antônio da Costa Araújo, com Veridiano Gonçalves e Felipe Gonçalves e com a fazenda do Bananal.

José Rodrigues Júnior, 11 alqueires, em João Grosso, divisando com o Jatobá e com João Damasceno.

José Manuel de Abreu. Ver o registro de João de Seixas Ferreira, com quem está em comum.

José Bernardes de Sousa, 17 alqueires, no Jatobá, divisando com Cachoeirinha e Capão do Diamante do Brejo.

José Cardoso Fontoura e outros, 76 alqueires, em Cardosos, divisando com Manuel Ferreira da Silva, com terras do Engenho, até o córrego Fretais, com a fazenda do Bento Pires e com o córrego do Confisco.

José Maria da Cunha Jardim (capitão) 150 alqueires na Tapera, divisando com terras de Joaquim Felizardo Ribeiro com a fazenda da Mutuca e Lagoa Seca. O registro foi datado da fazenda de Fernão Paes.

José de Freitas Pacheco, 13 1/2 alqueires em Campo Alegre, divisando com herdeiros do finado Francisco Alves do Vale, Anacleto Gonçalves, pelo vale do Caracará até a barra do Ribeirão e fazenda da Boa Vista. O mesmo, 5 alqueires, herança de seu sogro Francisco Alves do Vale.

José Rodrigues e outros, 1 alqueire no Pasto, divisando com terras do padre Dr. Bernardino e com o Ribeirão.

José Maria de Andrade (padre), 1 légua, em Neves, divisando com as fazendas Monjolos, Mato Grosso, Quilombo, Carijós, Pilões, Fretais, Venda Nova e Boa Vista.

José Simões da Silva. Ver o registro de Leonel Martins da Silva Diniz, com quem está em comum.

José de Meireles. Ver o registro de Ana Rodrigues da Costa, com quem está em comum.

José Rodrigues da Costa. Ver o registro de Ana Rodrigues da Costa, com quem está em comum. O mesmo. Ver o registro de Inácia Alves Vieira, com quem está em comum.

José Gonçalves Marques, 3 alqueires em Coqueiros, Venda Nova, divisando com as fazendas do Capão e do Soares, em sociedade.

Jerônimo Dias Martins, terras nas Areias, divisando com José da Costa Araújo, com herdeiros de João Rodrigues e com Patrício da Costa. O mesmo, terras também nas Areias, divisando com José Antônio da Costa Araújo, Raimundo Rodrigues da Costa e Antônio Pinto de Deus, terras compradas a José Gomes de Araújo.

Justino Campelo. Ver o registro de Manuel Francisco Cardoso, com quem está em comum.

Julia Maria da Conceição, terras nas Areias, divisando com Jerônimo Dias Martins, Raimundo Rodrigues da Costa, José Antônio da Costa e Manuel José.

Júlia Maria da Conceição. Ver o registro de José Rodrigues Guilherme Júnior, com quem está em comum.

L

Lauriano Fernandes da Costa, 25 alqueires, no Saco das Pedras, em Venda Nova, divisando com Bernardo da Costa, Frutuoso Simões Serra e com herdeiros do falecido José da Costa de Oliveira.

Leandro Correia Moreira, 4 alqueires no Mato Limpo, em Pindaíbas, divisando com Inácia Carvalho, Veridiano Gonçalves Ferreira, Manuel da Costa Araújo e Francisco Coelho da Silva. O mesmo, 3  $\frac{1}{2}$ , alqueires nas Pindaíbas, divisando com Francisco Coelho da Silva, D. Ana Joaquina, Mariano Vieira Valadares e João Ribeiro.

Leonel de Sousa Lima, 3 alqueires no Caracará, divisando com José de Freitas Pacheco, Manuel da Silva Couto, padre Bernardino José de Aquino, José Carlos e capitão Camilo de Miranda Costa.

Leonel Martins da Silva Diniz e outros, 60 alqueires, na fazenda do Calafate, divisando com o Cercado, Cercadinho, Leitão, Pinto e Palmital, havidos por herança.

Lúcio Caetano. Ver o registro de João de Seixas Ferreira, com quem está em comum.

Manuel de Matos Pinho, terras nas Areias, divisando com Cipriano, Ana Severina, José Patrício e Raimundo Rodrigues.

Ludovico José de Avelar. Ver o registro de Antônio Luís de Avelar, com quem está em comum.

Luís Gonçalves de Abreu, 200 alqueires, em Bento Pires, divisando com a fazenda do Braga, com José Patrício, Joaquim da Rocha e com terras litigiosas denominadas Maria Madalena.

Luís Justino Nogueira, 5 alqueires na Boa Vista, divisando com Marciano José Vieira e com as fazendas do Freitas e do Capitão Camilo de Miranda Costa.

Luís Nogueira da Costa, 8 alqueires em Bento Pires, divisando com alferes Serafim Nogueira, João Cleto e Antônio Rodrigues. Toda a fazenda tem 200 alqueires.

Luís da Rocha Compasso. Ver o registro de Felício da Rocha Compasso, com quem está em comum.

Leonel de Matos Pinho. Ver o registro de Ana Maria de Matos, com quem está em comum.

M

Manuel Luís Pereira, 12 alqueires no Bolina, divisando com Manuel Rodrigues Povas, comprados a José Pereira Gama. O mesmo, terras divisando com a estrada para Congonhas até o Ribeirão que vem da Serra e com a viúva de João Dias.

Manuel da Rocha Compasso, 100 alqueires no Sumidouro do Bento Pires, divisando com as fazendas Campo Alegre, Abóboras, Bom Jesus do Sumidouro e Sumidouro de Senhora das Dores.

Manuel da Costa Araújo e outros, 83 alqueires na fazenda do Casado, divisando com a finada D. Narcisa Francisca, com o capitão João Vieira, Marciano Vieira, D. Ana Joaquina. Herança. O mesmo, 14 alqueires nas Pindaíbas, divisando com José Cardoso, Francelino Gonçalves, Francisco Coelho, Inácia Carvalho, José Antônio e com a fazenda do Bananal.

Manuel Nogueira de Meneses, 3 alqueires divisando com o Confisco, com o Cabral e sua mãe.

Manuel de Araújo da Cunha, 130 alqueires em Nova Floresta, divisando com a estrada da Ressaca para o Pastinho, com terras de Silvério Rodrigues, com o Cabral, Carneiros, com campos da Ressaca, com os Coelhos e com a fazenda dos Carneiros.

Manuel Francisco Cardoso e outros, 55 alqueires em Bento Pires, divisando com Ressaça, Engenho, Pampulha, Saco Grande, Capão, Gangorra e o Morro do Confisco.

Manuel Carvalho de Aguiar, 5 alqueires em Boa Vista, em comum, havidos por herança de seu sogro Francisco Alves do Vale.

Manuel Joaquim de Oliveira, 1 alqueire em Ribeirão, divisando com o Cercado e com terras de Francisco Nogueira da Costa.

Manuel de Jesus. Ver o registro de Simplício Gonçalves de Miranda, com quem está em comum.

Manuel Inácio Teixeira. Ver o registro de João de Seixas Ferreira com quem está em comum.

Manuel Querino Valadares. Ver o registro de Mariano Vieira Valadares com quem está em comum.

Manuel Rodrigues Ferreira e outros, 28 alqueires em Bento Pires, divisando com Cardoso, Ressaça, Engenho, Pampulha, Venda Nova, com herdeiros de Silvério Leite Meireles, com a fazenda do Capão, com Manuel Luís Brandão e João Muniz de Sousa. O mesmo, 3 alqueires na Ponte do Saco, divisando com herdeiros do major Brochado, com Francisco de Sousa Neto e com Silvério Rodrigues.

Manuel José Pinto, terras nas Areias, divisando com Raimundo Rodrigues da Costa e Júlia Maria da Conceição.

Manuel Martins da Silva, terras em Campanhã, divisando com as fazendas do Braga e D. Teresa. O mesmo e outros, 1 légua na fazenda do Capão, divisando com as fazendas do Braga e Pacheco, com herdeiros de Silvério Leite, com moradores de Olhos d'Água, com José Antônio da Costa Ferreira e José Gonçalves Marques. O mesmo, 8 alqueires nas Areias, divisando com herdeiros de Manuel Lourenço de Macedo.

Manuel Antônio, uma quarta em Pindaíbas, divisando com D. Maria Correia, Felício da Rocha Compasso e José Ferreira Cardoso.

Manuel Joaquim. Ver o registro de Bernardo Alves da Silva.

Manuel Pinto da Conceição e outros, terras em Pampulha e Cachoeira, divisando com as fazendas Bento Pires, João Cleto, Cachoeirinha, Capitão Camilo, S. João Batista, Embiras e Palmital.



Manuel Gonçalves da Silva, 2 alqueires e uma quarta, em Venda Nova, divisando com Serafim Ribeiro, Francelino e Francisco Coelho.

Marcelo Gomes Ferreira e outros, 8 alqueires em Fretais, Venda Nova, divisando com Adriano da Costa, com herdeiros de José Francisco Alves Guimarães, doados por D. Ana Pereira de Jesus.

Marciano Vieira Valadares e outros, 64 alqueires na fazenda do Casado, divisando com Ana Joaquina Rodrigues, Manuel da Costa e com João Manuel da Costa.

Maria da Costa. Ver o registro de Manuel da Costa Araújo, com quem está em comum.

Maria Rita. Ver o registro de Antônio Justino, com quem está em comum.

Maria Correia,  $\frac{1}{2}$  quarta nas Pindaíbas, divisando com Manuel Antônio, Manuel da Costa, André da Rocha e D. Inácia da Costa.

Maria Rita da Costa e outros, 2 alqueires no Corguinho, divisando com a Ressaca e com João da Costa Ribeiro.

Maria José Alves de Deus e filhos, terras no Matuto, divisando com a Cachoeira Grande, Urubu, Matos e com herdeiros de Daniel de tal.

Maria Lessa da Encarnação e filhos, terras em Barreiro, Sobrado, Pampulha e Geraldo. A parte da declarante está nas três últimas fazendas.

Maria Francisca da Costa, terras nas Areias, divisando com José Patrício da Costa, Luís Gonçalves de Abreu, José Antônio da Costa Araújo.

Maria Clara de Sam Camilo. Ver o registro de José Antônio da Costa Soares.

Maria Madalena Pazzi, 1 légua, no Muzongue, divisando com terras do Pacheco, Bom Sucesso, D. Ana Severina da Conceição e com as fazendas da finada Mariana Inácia e do Braga.

Maria Torquato. Ver o registro de Pio de Sousa Neto, com quem está em comum.

Mariana do Espírito Santo, 5 alqueires no Sobradinho, em Venda Nova, divisando com a fazenda de Bento Moreira da Silva, Frutuoso Ferreira Barbosa e com Inocência Vieira da Costa.

Mariano da Silva Couto e outros, terras na Boa Vista, divisando com D. Ana Antônia Martins, capitão Camilo de Miranda Costa, vigário Bernardino José de Aquino e Manuel da Silva Couto, herança de João Carlos.

Moisés Duarte de Meireles, terras no Macedo e Areias, divisando com D. Ana de Matos, Raimundo Rodrigues da Costa, José Antônio da Costa Araújo e Bernardino de Sena.

## P

Pio de Sousa Neto e outros, 2 alqueires no Pasto, divisando com terras do padre Bernardino José de Aquino e com o Ribeirão. O mesmo e outros, 4 alqueires no Capão da Peroba, divisando com o Barreiro e com o Cercado.

## Q

Quitéria Francisca da Encarnação e outros, 300 alqueires, no Mato Grosso, divisando com Joaquim José de Andrade, Teodoro Barbosa da Silva, Francisco Ferreira da Silva, Antônio Eusébio dos Santos e padre José Maria de Andrade. A mesma, 74 alqueires no Sumidouro, divisando com a fazenda da finada D. Teresa, com Antônio Pereira da Costa, Manuel da Rocha Compasso e com José Antônio Ferreira.

Quintiliano da Rocha Franco. Ver o registro de Francisco de Sales da Rocha, com quem está em comum.

Quintiliano de Sales Rocha, terras na fazenda do Pacheco, divisando com D. Custódia, com Muzongue, Capão e Venda Nova.

Quintiliano Rodrigues da Costa. Ver o registro de Ana Rodrigues da Costa, com quem está em comum.

## R

Rafael Batista Vieira, terras na fazenda de F. A. Vale, divisando com a fazenda do capitão Camilo de Miranda Costa, Marciano e o Gualarte.

Rafael Casimiro de Freitas Pacheco, 28 alqueires no Tombadouro, divisando com Antônio Faustino de Faria, Casimiro Batista Vieira e Taquaril.

Raimundo Antônio Pereira do Vale. Ver o registro de Bernardo José da Silva, com quem está em comum.

Raimundo Jorge da Cruz, 13 alqueires no Tejuco, em Venda Nova, divisando com Joaquim José Alves, Lauriano Fernandes da Costa, Antônio Eusébio e Domingos Pinto. O mesmo, 5 alqueires no Saco das Pedras, divisando com Lauriano, Antônio Eusébio e Quintiliano da Costa.

Raimundo José dos Santos, terras no Sobradinho, em Venda Nova, divisando com as fazendas Pilões, Carijós, Braga e com Bento Moreira da Silva.

Raimundo Rodrigues da Costa, 11 alqueires nas Areias, em Venda Nova, divisando com terras de José Patrício da Costa, Bernardino Alves, com a fazenda do Macedo e com a de Jerônimo Dias Martins.

Raimundo Rodrigues. Ver o registro de Bernardo Alves da Silva, com quem está em comum.

Reginaldo da Silva Moreira, 8 alqueires no Sobradinho, divisando com as fazendas da Maravilha, Mariana, Floriano e Ana Maria.

Rita Gonçalves da Encarnação, 4 alqueires, nos Olhos d'Água divisando com a fazenda do Capão, com João Muniz, fazenda do Bento Pires e com José Gonçalves Marques.

Rita Maria Francisca, 2 alqueires na Ponte do Saco, divisando com o Palmital, com Silvério Rodrigues Ferreira e com o capitão Camilo de Miranda Costa.

Rita de Oliveira e Silva, 6 alqueires nos Monjolos, em Venda Nova, divisando com Antônio Eusébio dos Santos e Antônio da Rocha Diniz.

Rita Senhorinha de Cássia. Ver o registro de José Antônio da Costa Soares, com quem está em comum.

Rufino Rodrigues da Silva, 1 alqueire no Camacho, divisando com o córrego e com campos do Mamede. Possui mais um alqueire na Cancela.

S

Sancho Soares,  $\frac{1}{2}$  quarta nas Pindaíbas, divisando com Veridiano Gonçalves Ferreira, Firmiana da Silva, Ana Moreira, Ana Vieira e Maria Benedita.

Senhorinha Florinda do Espírito Santo e filhos, terras na Pampulha, divisando com Francisco Luís, João Cleto, Serafim Nogueira, Cachoeira e Palmital. Possui também terras nas fazendas da Cachoeira e S. João, divisando a primeira com terras das Embiras, Cachoeira, Pampulha e com o capitão Camilo; a segunda divisando com a fazenda de S. João Batista e com o capitão Camilo, Pampulha e Palmital.

Serafim Nogueira de Sousa (alferes), 60 alqueires na Fazenda do Engenho, divisando com terras do Palmital, Ressaca, Antônio Rodrigues de Sousa, Luís Nogueira da Costa e herdeiros de Luís de Sousa Menezes. Possui mais 20 alqueires na Cachoeira, divisando com as fazendas do capitão Camilo de Miranda Costa, Palmital, Pampulha, em comum com outros proprietários. Possui mais 62 alqueires também no Engenho, de sociedade com Manuel Caetano de Carvalho.

Silvano Pinto Fernandes, 25 alqueires, na Pampulha, havidos por compra ao extinto Manuel Leandro, em comum. Toda a fazenda tem 200 alqueires e divide com Bento Pires, Mergulhão, Nogueiras, Palmital, Cachoeira e com Francisco Luís de Carvalho.

Servando Pinto Fernandes, terras na Pampulha, cuja fazenda mede 200 alqueires e divisa com Bento Pires, João Cleto, Serafim Nogueira, Palmital, Cachoeira, Francisco Luís e o arraial.

Silvério Luís Gonçalves, 2 alqueires no Capão do Diamante, divisando com terras do coronel Damaso Pacheco e de João Damasceno.

Silvério Pereira do Vale. Ver o registro de Bernardo Alves da Silva, com quem está em comum.

Silvana Joaquina da Rocha. Ver o registro de Felício da Rocha Compasso, com quem está em comum.

Silvério Rodrigues Ferreira, 73 alqueires e  $\frac{1}{4}$ , divisando com o capitão Basílio Maria de Araújo Viana, Manuel de Araújo da Cunha, com a fazenda do finado Manuel Ferreira da Silva, com o Calafate e com terras de Rita Fernandes e do falecido major João Rodrigues Ferreira.

Simplicio Gonçalves de Miranda e outros, 1 alqueire no Campo, divisando com a Ressaca, Cardoso, com Manuel Nogueira e com Inácia Ferreira.

T

Teodoro da Silva Vieira e outros, 16 alqueires, em Bento Pires, divisando com as fazendas Ressaca, Engenho, Pampulha, Saco Grande, Capão, Gangorra e Morro do Confisco.

Tomásia Maria e outros. Ver o registro de Simplicio Gonçalves de Miranda, com quem estão em comum.

Tomás Gonçalves de Aquino. Ver o registro de Marcelo Gomes Ferreira, com quem está em comum.

Torquato Raimundo. Ver o registro de Bernardo José da Silva, com quem está em comum.

U

Umbelina Bibiana de Oliveira e filhos, 31 alqueires e  $\frac{1}{4}$ , no Matuto, divisando com terras de Manuel da Costa, D. Maria da Costa, Joaquim da Costa e com herdeiros de Daniel Martins da Costa e com o capitão João Vieira da Rocha.

V

Valentim Pereira da Costa, 1  $\frac{1}{2}$  quarta no arraial, divisando com José dos Reis, com Casimiro e com as fazendas do Sobrado e do Pires.

Veridiano Gonçalves Ferreira, 1  $\frac{1}{2}$  alqueire, divisando com Inácia Carvalho e Leandro Correia. Possui mais 1  $\frac{1}{2}$  quarta, divisando com Antônio Soares, Felipe, Felício da Rocha Compasso e com Manuel da Costa.

Valentim de Barros. Ver o registro de Adriano Martins da Costa, com quem está em comum.<sup>157</sup>

NOTAS

156 APM/RP, 67.

157 *Ibidem*.

## TRABALHOS E HÁBITOS DO POVO - OUTROS VATICÍNIOS - VISÃO MARAVILHOSA - UMA INDÚSTRIA QUE DUROU POUCO



em deficiente era, ainda em 1860, a instrução pública em Curral del Rei. Apenas uma 4ª parte da população sabia ler e escrever, excluindo-se desse número os escravos, aos quais nenhuma instrução se dava.

Toda aquela população dedicava-se ao trabalho, principalmente à criação de bovinos e lanígeros, à cultura intensiva da mandioca e do algodão, chegando mesmo a adquirir grande nomeada os seus excelentes tecidos de algodão e lã assim como a sua famosa “farinha do Curral”.

Era um povo ordeiro, honesto, trabalhador. Raríssimo era ver-se um mendigo no arraial, pois toda a gente trabalhava, homens, mulheres e até crianças. Por isso, durante os dias úteis da semana, tudo ali parecia dormir, naquelas ruas quietas, com o seu casario silente, só se ouvindo, de longe em longe, o rechinar de um carro de bois ou o tropel de alguma tropa ou de viandantes que passavam.

Aos domingos ou dias de festa, porém, o povo folgava alegremente. O arraial movimentava-se com as pessoas que vinham ouvir a missa do dia, visitar parentes e amigos, fazer negócios ou compras. E em tais dias, após as cavalhadas ou touradas, que sempre as havia, sobretudo nas festas da padroeira, realizavam-se bailes ou teatrinhos de amadores em casas particulares, diversões que se alongavam pela noite em fora.

A não ser nesses dias, o povo dormia cedo, não se vendo mais uma casa iluminada depois das 8 horas.

Embora houvesse tipos femininos de rara beleza no arraial, como nos afirmam velhas pessoas que ali estiveram muitas vezes, a não ser por ocasião de festas, era raro ouvirem-se no meio da noite acordes de violão sonorizando as ruas, sensibilizando o coração das

\* A Resolução n. 529, de 25 de setembro de 1851, proibiu as touradas no município de Sabará.<sup>158</sup>



*Casa colonial que pertenceu ao Sr. Francisco Cândido Fernandes, sita à Rua do Rosário, hoje mais ou menos no cruzamento entre a Avenida Álvares Cabral e a Rua Guajajaras.*

virgens casaduras... Eram mais austeros e menos melodiosos os processos de conquista dos bons curralenses...

Mas os filhos de Curral del Rei tinham verdadeira ufanía da terra que lhes fora berço e alguns dos mais cultos e atilados não alimentavam nenhuma dúvida quanto ao futuro reservado ao seu torrão natal, dadas as suas privilegiadas condições naturais e uma vez que Minas prosperasse e pudesse realizar os seus grandes ideais.

Um desses curralenses era o major Cândido José dos Santos Brochado, chefe político local à frente dos Conservadores, e que, em 1878, foi assassinado por um negro escravo, nas proximidades do Freitas, quando se dirigia para Sabará.

Sem conhecer o vaticínio feito, muito antes, pelo padre Francisco Arantes, já em 1866 o major Brochado, muitas vezes em palestra com amigos, na sala da casa de João Carvalho de Aguiar, dizia com firmeza, referindo-se ao arraial:

- Meus amigos, este lugar há de ser um dia a Capital da Província. Não será para os nossos dias, mas talvez para os dias de nossos filhos.

Igual predição emitiu-a, algumas vezes, o Sr. Ricardo Chelles de Araújo, outro curralense que muito confiava no futuro do seu torrão natal.

De tais previsões, hoje realizadas, a primeira ocorreu em presença do Sr. Antônio Batista Vieira que era criança e, em 1927, relatou ao autor deste livro esse e outros episódios interessantes, como, por exemplo, o que se deu com o seu pai, o furriel Rafael Batista Vieira, em fins de 1864.

O furriel Batista Vieira, em companhia de Manuel Carvalho de Aguiar e do filho aludido espairescia à tardinha de um daqueles dias, em frente a Matriz da Boa Viagem, quando belo cruzeiro luminoso se estampou, de repente e como por encanto, no côncavo azul do firmamento, para os lados do sul. Chamou a atenção dos que o cercavam. Os três ficaram maravilhados, interditos, e Carvalho perguntou a Rafael Batista:

- Que significará aquele cruzeiro?

- Aquilo é o sinal de guerra, respondeu-lhe o interpelado, que vinha acompanhando os acontecimentos políticos que se desenrolavam na América do Sul.

Efetivamente, dois meses depois, rebentava a guerra que o Brasil teve de sustentar contra o Paraguai, de 1865 a 1870.

Por esse tempo o arraial atravessava uma fase de relativa animação. Além do seu comércio firme, da sua pequena mas bem orientada indústria e da sua lavoura bastante desenvolvida, importante companhia inglesa de mineração de ouro instalara-se no Taquaril, em terrenos que pertenceram depois ao capitão José Carlos Vaz de Melo. Essa nova indústria, porém, não durou mais de cinco anos, liquidando-se aí por volta de 1870, em razão de não ter apresentado resultados compensadores.

Pouco antes, em 1868, um acontecimento digno de registro se deu no arraial, segundo ouvimos do Sr. desembargador Damaso Brochado. Por ocasião da guerra da Secessão dos Estados Unidos, tendo emigrado para o Brasil vários fazendeiros daquele país, um deles, de

nome Melon, veio estabelecer-se na fazenda da Gameleira,<sup>159</sup> em Curral del Rei, a pedido do major Cândido Brochado, trazendo um arado, dos primeiros que entraram no Brasil.

Foi logo depois desse fato que o arraial, como todo o Brasil, pôde respirar um pouco menos torturado por aquele grande mal comum que infelicitava - a escravidão - ao saber sancionada a 'lei do ventre livre' a 28 de setembro de 1871, passo decisivo para se atingir a culminância gloriosa da bendita 'lei áurea', de 13 de maio de 1888, extinguindo a escravatura, quando havia em Minas nada menos de 290.000 escravos!

Esses dois acontecimentos tiveram em Curral del Rei uma repercussão vibrante e sincera. E quando se soube que estava lavada a nódoa negra que maculava os brios, a dignidade da Pátria e a cobria de vergonha, intenso regozijo palpitou no arraial, que não mais teria ensejo de presenciar os dramas cruéis, as tragédias horrendas que nos proporcionavam a cada momento a escravidão, como, por exemplo, aquele caso que se encontrava em uma escritura de cessão de herança, no Livro 3º de notas do Curral del Rei à p. 41.

Temos em nosso poder cópia desse documento extratado do livro existente no Arquivo Público Mineiro.<sup>160</sup>

Dessa escritura consta, conforme declaração feita em presença do vigário Bernardino José de Aquino e de Isidoro José Pereira de Seixas, que um velho curralense, pai de sua escrava Roberta Parda, com ela tivera três filhos de nome Antônio, Aarão e Joana, os quais conservou, até a sua morte, humilhados na condição de escravos, deixando-os, depois, por herança, aos filhos legítimos, que os libertaram, por sabê-los seus irmãos!...

#### NOTAS

158 MINAS GERAIS. Resolução n. 529, de 25 de setembro de 1851. Resolução que proíbe o espetáculo de touros no município da cidade de Sabará e contém outras disposições a respeito. *Leis mineiras*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1862, t. 17, parte 1ª, p. 35-36.

159 A fazenda da Gameleira, núcleo colonial de Belo Horizonte (1909), ficava a 6 km a oeste da Capital onde existiram a Granja Agrícola, a Escola Veterinária e o Instituto Profissional João Pinheiro. Este, fundado em 1909, tinha por objetivo aliar o ensino agrícola à assistência social à "infância desvalida". Até a década de 40, o Instituto serviu de exemplo nacional e regional para outras instituições de assistência social e ensino aos menores abandonados, graças à direção de Leon Renault, que implantou uma organização eficiente e modernas técnicas pedagógicas. Sendo a Gameleira uma fazenda do Estado, foi ali construído o parque de exposição agropecuária, denominado "Bolívar Drumond". As terras desta fazenda correspondem atualmente ao bairro Gameleira (FARIA, Maria Auxiliadora. Os abandonados de sempre. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG, v. 8, p. 99-105, 1989. SENA, Nelson de. Corografia do Estado *Anuário histórico e corográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 254, 1909. SENA, *Corografia...*. *Op. cit.*, p. 37; depoimento da profª. Ismailia Moura Neves - 1992.

160 APM/CMS 243, f. 41v.



ALGUMAS NOTAS INTERESSANTES SOBRE  
O ARRAIAL E VENDA NOVA - 1864-75



Em vários volumes do *Almanaque* editado pelos Srs. A. de Assis Martins e J. Marques de Oliveira encontramos as seguintes notas interessantes sobre o arraial de Curral del Rei:

1864 - 'Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral del Rei. Foi criada por ordem régia de 1750.\* Dista da sede do município 3 léguas e da Capital da Província 13. É abundante em águas, seus terrenos são férteis, mas a freguesia que outrora floresceu, hoje se acha em decadência. Contudo produz para seu consumo e ainda exporta gêneros alimentícios para as povoações de Congonhas e Sabará. Existem duas capelas, a matriz e uma outra cujo orago ignoramos.\*\* A sua população em anos anteriores a 1840 foi computada em 18.269 almas; em 1847, por causa das desmembrações que sofreu, foi calculada em 8.077 e hoje (1864) orça somente por 4.488, que dão 374 votantes e 9 eleitores. Nada mais podemos dizer desta freguesia porque, não obstante nossas diligências, esclarecimentos alguns nos foram prestados. Juízes de paz: 1º Damaso da Costa Pacheco, oficial da Rosa; 2º Francisco de Sousa Menezes; 3º, João Lélio Pereira; 4º, tenente Clemente Luís Ferreira. Subdelegado, coronel Damaso da Costa Pacheco. Inspetor escolar, padre Dr. Bernardino José de Aquino, que era também o vigário encomendado. Professor de primeiras letras, Luís Daniel Cornélio de Cerqueira. Negociantes de molhados: Casimiro Batista Vieira, João de Araújo Vaz de Melo, João Lélio Pereira, José Joaquim de Abreu e Silva & Irmão. Negociantes de gêneros do País: Ana Romana de Faria, Casimiro Alves Moreira, Florentino dos Santos Lima, na Ressaca: Frutuoso Simões Serra, Francisco Ferreira Leal, Francisco José da Silva, Francisco José Pereira, Manuel Inácio Teixeira, Maria Ifigênia de Carvalho, Silvério Rodrigues Pereira, no Pastinho. Fazendeiros que cultivam cana: Damaso da Costa Pacheco, no Barreiro;

\* É engano. Foi colada, não criada, em 1752.

\*\* Nossa Senhora do Rosário.

João Damaso da Silva, na Olaria; Manuel de Araújo da Cunha, na Floresta.” \* <sup>161</sup>

1865 - “No arraial de Curral del Rei existem 395 casas, 23 fazendas de cultura em que se plantam milho, feijão, arroz, mandioca, mamona, cana e algodão: 4 retiros de criar gado vacum e cavalos, mas em pequena quantidade; 42 indivíduos que se ocupam do comércio, 66 de ofícios úteis. A única indústria do lugar é a do fabrico de pano de algodão. Importa sal, ferro, fazendas, secos e molhados, e exporta seus gêneros. Dista a povoação da sede do termo 3 léguas e da capital da província 16. Tem de N. a S. 7 léguas e de L. a O. 3. Com as freguesias de Congonhas, Raposos e Sabará confina pela serra de Congonhas, Taquaril e Ribeirão Onça, por este pela serra do Matuto com a de Santa Luzia e Lagoa Santa, e por esta serra com a de Matosinhos até o lugar denominado Tijuco, por onde divide com a de Santa Quitéria; por este lugar até os Olhos d'Água, Jatobá e Córrego dos Macacos, onde encontra novamente a serra de Congonhas, com a freguesia da Contagem. Tem uma capela filial da Senhora do Rosário dentro da povoação e uma outra no distrito de Venda Nova. Sua matriz, com exceção do compamento, que está atrasadíssimo, acha-se em bom estado. Sua fábrica mal rende para as despesas, e além da casa da mesma fábrica nada mais possui de bens ou patrimônio. Para reconstrução do compamento, diz o vigário que 2:400\$ serão suficientes. Juizes de paz: major Cândido José dos Santos Brochado, Joaquim Inácio de Castilho, João Carvalho de Aguiar e Eduardo da Costa Pacheco. 1º suplente, João Lélio Pereira. Vigário e inspetor paroquial, padre Bernardino José de Aquino.”

1869 - “Juizes de paz: major Cândido José dos Santos Brochado, Luís Daniel Cornélio de Cerqueira, João Carvalho de Aguiar e Eduardo da Costa Pacheco. Escrivão Antônio Inocência Pereira da Fonseca. Subdelegado, Luís Daniel Cornélio de Cerqueira. Suplentes: José Carvalho de Aguiar, Eduardo da Costa Pacheco, José Joaquim de Abreu, João Cândido Martins, Antônio Avelino dos Santos, Francisco Rosa de Queirós. Pároco, Dr. Bernardino José de Aquino, também delegado de Instrução. Professor, Francisco Vaz de Melo Júnior. Negociante de molhados, Joaquim Martins Sobrinho.”<sup>162</sup>

1870 - “Juizes de paz: major Cândido José dos Santos Brochado, Luís Daniel Cornélio de Cerqueira. Suplentes de delegados: 1º, José Carvalho de Aguiar, 2º, Eduardo da Costa Pacheco, 3º, José Joaquim de Abreu, 4º, João Cândido Martins, 5º, Antônio Avelino dos Santos, 6º, Francisco Rosa de Queirós. Pároco e delegado de instrução, padre Dr. Bernardino José de Aquino. Professor, Francisco Vaz de Melo Júnior. Negociante de molhados, Joaquim Martins Sobrinho.”<sup>163</sup>

Nesse mesmo período Venda Nova já havia sido elevada à categoria de freguesia e a respeito dela escrevia o mesmo *Almanaque* as seguintes notas que lhe enviara o capitão José Clemente da Rocha: “Ignora-se a data precisa da fundação desse povoado, e o que a respeito se sabe é que existiu ali uma família dos Castros Portos que foram os primeiros que

\* É a fazenda Nova Floresta, próxima da Contagem.



*Interessante janela da casa colonial que pertenceu a Francisco Cândido Fernandes, à Rua do Rosário. Debruçada sobre o peitoril vê-se graciosa curralense cujo nome ignoramos.*

fundaram uma fazenda de cultura, e seus agregados erigiram uma ermida dedicada a Santo Antônio de Lisboa. Antônio da Silva Porto, último descendente e proprietário da fazenda doou uma porção de terreno para patrimônio da capela e em consequência desse donativo aumentou-se a pequena ermida. Passando a propriedade ao cônego Hipólito Pereira Meireles, reedificou-a com melhor gosto e fez-lhe um belo átrio.

Tomando incremento e a população aumentando, passou-se a sede do distrito, outrora curato das Neves, para o povoado. O distrito compõe-se de cerca de 1.818 habitantes livres e 372 escravos. Exporta algum mantimento para Sabará, Congonhas e Santa Luzia, e importa em pequena escala gêneros de secos e molhados. Em suas matas e campos encontram-se muitas ervas medicinais, que os naturais empregam com vantagem em combater algumas moléstias, tais como: cainca, japecanga, jalapa, sassafrás, guaco, taiuíá, várias espécies de quina, pau de óleo, almacegueira e outras cuja importância e virtude não estão bem conhecidas.

Em suas matas encontram-se: muita aroeira, braúna, amoreira, jacarandá, cabiúna, gonçalo alves, bálsamo, ipê, diversas qualidades de canela, cambuí, jatobá, vinhático, folha de bolo, canjirana, maçanduba, sucupira, sucupiruna, jequitibá, peroba e outras de piores qualidades. “Juizes de paz: padre José Maria de Andrade, José Clemente da Rocha, Manuel Antônio da Costa Araújo e Manuel Dias da Silva Meneses. Escrivão: José Pedro da Costa. Subdelegado: Manuel Antônio da Costa Araújo. Suplentes: 1º Manuel da Rocha Compasso, 2º Francisco da Costa Araújo, 3º Manuel Luís da Rocha Compasso, 4º João Francisco de Azevedo, 5º Joaquim Moreira da Costa, 6º Manuel Martins da Costa. Escrivão, José Pedro da Costa. Capelão e delegado de instrução, padre José Maria de Andrade. Fazendeiros: padre José Maria de Andrade, José Maria da Costa, José da Silva Coura, José Belarmino da Costa, Manuel da Rocha Compasso, Manuel Gonçalves Ferreira, D. Quitéria Bernarda Pereira de Meireles, D. Rita Casimira do Carmo e Costa, Raimundo Rodrigues da Costa, D. Silvana Cândida da Costa e D. Umbelina Bibiana de Oliveira. Engenhos de cana: Antônio Eusébio dos Santos, Felício da Rocha, padre José Maria de Andrade, Joaquim Antônio da Costa, Araújo & Irmão, Manuel da Rocha Compasso, Manuel Higino da Costa, Rita Casimira e Rita Senhorinha.”

Relativamente a Curral del Rei, prossegue o referido *Almanaque*:

1872 - “Subdelegado, Luís Daniel Cornélio de Cerqueira; suplentes: 1º e 2º vagos, 3º Joaquim de Abreu. Escrivão, Antônio Inocêncio Pereira da Fonseca. Pároco e delegado de instrução, padre Dr. Bernardino José de Aquino, professor, João de Araújo Vaz de Melo. Engenhos de cana: Eduardo da Costa Pacheco, coronel Cândido José dos Santos Brochado, Manuel de Araújo da Cunha Alvarenga. Curtumes: coronel Cândido José dos Santos Brochado e Luís Daniel Cornélio de Cerqueira.”

1873 - “Subdelegado de polícia, Luís Daniel Cornélio de Cerqueira. Suplente: José Joaquim de Abreu, estando vagos dois lugares. Escrivão, Antônio Inocêncio Pereira da Fonseca. Pároco e delegado de instrução, padre Dr. Bernardino José de Aquino. Professor,

João de Araújo Vaz de Melo. Engenhos de cana: Eduardo da Costa Pacheco, coronel Cândido José dos Santos Brochado, Manuel de Araújo da Cunha Alvarenga. Curtumes: coronel Cândido José dos Santos Brochado e Luís Daniel Cornélio de Cerqueira".<sup>164</sup>

Referentes a esse mesmo ano, temos as seguintes notas quanto ao distrito de Neves ou Venda Nova: "Subdelegado de polícia, Manuel Antônio da Costa Araújo. Suplentes: 1º Manuel da Rocha Compasso; 2º Francisco da Costa Araújo, 3º José Ferreira Pinto. Escrivão, José Pedro da Costa. Delegado de instrução, José Ferreira Pinto. Professor, Joaquim Olinto Moreira. Fazendeiros: padre José Maria de Andrade, José Maria da Costa, José da Silva Coura, José Belarmino da Costa, Manuel da Rocha Compasso, Manuel Gonçalves Ferreira, D. Quitéria Bernarda Pereira Meireles, D. Rita Cassiana do Carmo e Costa, Raimundo Rodrigues da Costa, D. Silvana Cândida da Costa, D. Umbelina Bibiana de Oliveira. - Engenhos de cana: Antônio Eusébio dos Santos, Felício da Rocha, padre José Maria, Joaquim Antônio da Costa, Araújo & Irmão, Manuel da Rocha Compasso, Manuel Higino da Costa, D. Rita Casimira e D. Rita Senhorinha."

1874 - Em Curral del Rei, segundo o referido *Almanaque*. "Juizes de paz: 1º, Cândido José dos Santos Brochado; 2º, Casimiro Batista Vieira; 3º João Carvalho de Aguiar; 4º, Eduardo da Costa Pacheco. Subdelegado de polícia, Luís Daniel Cornélio de Cerqueira. Suplentes: João Carvalho de Aguiar, Eduardo da Costa Pacheco e José Joaquim de Abreu. Pároco, padre Dr. Bernardino José de Aquino. Professor, João de Araújo Vaz de Melo. Engenhos de cana: Eduardo da Costa Pacheco, coronel Cândido José dos Santos Brochado e Manuel de Araújo da Cunha Alvarenga."<sup>165</sup>

1875 - "Juiz de paz, Cândido José dos Santos Brochado, Casimiro Batista Vieira, João Carvalho de Aguiar e Eduardo da Costa Pacheco, 1º, 2º, 3º e 4º suplentes, respectivamente. Subdelegado de polícia, Luís Daniel Cornélio de Cerqueira; suplentes: 1º, João Carvalho de Aguiar; 2º, Eduardo da Costa Pacheco e 3º, José Joaquim de Abreu. Pároco, padre Dr. Bernardino J. de Aquino. Professor do sexo masculino, João de Araújo Vaz de Melo. Engenhos de cana: Eduardo da Costa Pacheco, coronel Cândido Brochado e Manoel de Araújo da Cunha Alvarenga. Havia sido criado o distrito de Pindaíbas, pela Lei n. 2.041, de 1º de dezembro de 1873, mas não se havia procedido ainda à eleição de juiz de paz, nem nomeadas as demais autoridades para este distrito."<sup>166</sup>

NOTAS

- 161 MARTINS, Antônio de Assis e OLIVEIRA, J. Marques. *Almanaque administrativo, civil e industrial da província de Minas Gerais*: para o ano de 1865. Ouro Preto: Tipografia do Minas Gerais 1864, Antônio de Assis Martins e J. Marques Oliveira, p. 164-165, p. 220-221.
- 162 *Idem*, ano de 1869 para servir o de 1870. Rio de Janeiro: Tipografia Diário do Rio de Janeiro, 1870 (organizado por Antônio de Assis Martins), p. 157-160.
- 163 *Idem. Op. cit.*, ano 1870, p. 146.
- 164 *Idem*, 1873, p. 144-145.
- 165 *Idem*, ano de 1874 para servir no ano de 1875. Ouro Preto: Tipografia Paula Castro, 1874 (organizado por Antônio de Assis Martins), p. 205-206.
- 166 *Idem. Op. cit.*, 1875, p. 205-206.

## PARA A GUERRA - MELHOR INSTRUÇÃO - OUTRA INDÚSTRIA NOTÁVEL



o período da guerra que o Brasil sustentou contra o Paraguai, os habitantes de Curral del Rei deram provas evidentes de como não se descuravam das grandes causas que agitavam a vida do País, assumindo digna atitude em relação ao grande acontecimento bélico internacional.

Logo que ao arraial chegou a palavra oficial anunciando que a Pátria reclamava combatentes para defender a integridade e a honra nacional, ergueram-se alguns de seus filhos mais proeminentes em propaganda patriótica, concitando a mocidade a oferecer-se voluntariamente para reforçar as fileiras do Exército.

À frente desses propagandistas estavam o major Francisco Antônio Vaz de Melo, mestre Luís Daniel Cornélio de Cerqueira\* e o alferes João de Lélío Pereira, que organizavam comícios cívicos, com bandas de música e nos quais discursavam o professor João de Araújo Vaz de Melo, o vigário Dr. Bernardino José de Aquino e outros.

Conquanto não fosse muito elevado o número dos patrióticos moços em condições de ir à guerra, talvez uns 10 se apresentaram voluntários e seguiram para o campo de batalha, tendo alguns voltado gloriosos, ao fim da campanha, e havendo outros por lá ficado mortos, mais gloriosos ainda.

Entre esses moços patriotas, citaremos Vicente Luís Ferreira, que voltou galardoado com o posto de capitão; Pedro dos Prazeres e José de Santana, que também voltaram, finda a guerra, e Francisco de Aquino, que ficou sepultado nos campos da luta.

E - coisa notável - entre os voluntários havia um velho, de cabelos já completamente brancos, o Sr. Francisco Antônio da Fonseca, que, tomado de exaltação cívica, empunhan-

\* Mestre Luís Daniel, outrora guarda-mor, foi professor público primário no arraial durante muitos anos, até 1865, substituído por João Antônio Vaz de Melo. Faleceu em 1916 no arraial de Venda Nova, para onde transferira sua residência em 1894. Era um homem inteligente e culto, em quem o Dr. Aarão Reis teve ótimo orientador sobre o arraial, quando veio instalar a Comissão Construtora da Nova Capital, em março daquele ano.

do uma bandeira nacional, naqueles dias de propaganda patriótica, percorria as ruas do arraial, aliciando moços e, por fim, incorporando-se aos voluntários do lugar e aos vindos de Santa Quitéria, com a respectiva banda de música, seguiu até Sabará e dali até Ouro Preto, ponto de concentração das tropas mineiras. Estava resolvido a seguir para o campo de batalha, mas em Ouro Preto foram dispensados os seus serviços em razão de sua avançada idade.

Entretanto, se havia moços corajosos e patriotas, havia-os também, em maior número, tímidos e poltrões, orçando por dezenas os que foram recrutados, presos nos matos. Desses que partiram, contra a vontade, para a guerra, poucos foram os que regressaram.

Aquela demonstração de civismo dos voluntários era, em parte, uma resultante do maior adiantamento a que chegara o povo, cuja instrução melhorara consideravelmente naqueles últimos tempos, com a nomeação de bons professores, e dado o maior interesse que as famílias demonstravam em mandar os seus filhos à escola.

Pouco depois, em 1878, um outro acontecimento glorioso para o município de Sabará, e particularmente grato a Curral Del Rei, verificou-se nas suas vizinhanças. Por um grupo de sabarenses empreendedores e inteligentes, à frente dos quais se achava o Sr. Francisco Cândido Guimarães, foi organizada a Companhia Industrial Sabarense e com ela fundada a Fábrica de Tecidos Marzagão.

Espírito perpicaz de industrial adiantado e inteligente, o Sr. Francisco Guimarães, em 1886, deliberou e empreendeu uma viagem à Inglaterra, onde adquiriu, entre outras máquinas, um pequeno dínamo gerador de eletricidade, que trouxe para Marzagão, instalando-o nesse mesmo ano, quando Minas ainda não conhecia eletricidade, senão pelo que a respeito dela se dizia. Era uma pequena máquina movida por força hidráulica, com uma capacidade iluminativa para 20 lâmpadas, a qual ainda hoje existe no almoxarifado da fábrica.

Mas, como dissemos acima, uma aura benéfica favoneava o velho arraial, derivada de compreensão melhor, por parte das famílias, em mandar ensinar a seus filhos.

De fato, em razão desse louvável interesse pelo estudo, de 1880 por diante, já a meta-de da população do Curral del Rei não era analfabeta, mormente dentro do arraial.

Até uns trinta anos antes desse período, entretanto, os políticos do lugar não se preocupavam com a instrução do povo, não cuidavam de promover a criação de escolas nos arrabaldes da povoação e até mesmo nesta. Ressaquinha, Pampulha, Bom Sucesso<sup>167</sup> e outros lugares, possuindo população escolar suficiente, jamais lograram uma escola naqueles tempos.

Mas com a melhora da instrução, o arraial caminhava para os grandes destinos que lhe havia traçado a sua boa estrela e cuja profecia fora feita pelo padre Arantes e por alguns curralenses, naquele tempo em que o velho Curral não passava de obscuro burgo, entre as grandes cidades e vilas de Minas.

Ora em progresso, ora em decadência, conforme os acontecimentos lhe alteravam o ritmo da existência, caminhava para o fim desta e para o início de uma outra mais gloriosa - isto é, ver-se convertido na formosa e brilhante capital de Minas.





*A Matriz da Boa Viagem e o respectivo largo, vendo-se embaixo a ponte que dava passagem para a Rua de Sabará. Essa ponte ficaria hoje no local em que se acham os escritórios da casa comercial do Sr. Artur Haas, à Rua das Alagoas.*

Pelo ano de 1885, uma nova indústria nasceu ali, imprimindo maior atividade à sua vida: os Srs. coronel Virgílio Cristiano Machado,<sup>168</sup> capitão José Carlos Vaz de Melo e Dr. Campos da Paz fundaram uma fábrica de manufatura de ferro no lugar denominado Cardoso, fábrica essa que produziu obras de vulto, como, por exemplo, as grades da cadeia de Sabará. Liquidada a sociedade aí por volta de 1888, passou a fábrica a pertencer à Companhia Progressista Sabarense, que a cedeu, mais tarde à Comissão Construtora da Nova Capital.

Também nesse período existiu uma outra pequena indústria no arraial, a qual funcionou regularmente até o período da Comissão Construtora. Referimo-nos à fabricação de velas de sebo para o fornecimento à Companhia de Morro Velho. Dessa indústria tratavam com ótimos resultados os Srs. Eduardo Edwards, cap. José Vaz de Melo e D. Amélia Goulart, que regulavam fornecer, em média, à Companhia, 18.000 dúzias por ano.

Ainda por esse tempo, falou-se muito, em Curral del Rei, de uma grande plantação de anil que pretendia fazer, na serra, um certo Dr. Paul Miquet, excêntrico médico e botânico francês, o qual perambulou durante muito tempo, em explorações pelas circunjacências do arraial, a dizer que obtivera a concessão de terrenos para tal fim. Mas, ao cabo de algum tempo, dali desapareceu como por encanto e ninguém mais deu notícias dele nem de sua imaginária plantação de anil.

## NOTAS

167 *Bom Sucesso* - região atual do Barreiro onde se localiza a subestação da Cemig (linha de transmissão Bom Sucesso). Antiga Fazenda localizada no final da estrada que passa no Cercado cuja sede foi demolida pouco antes de 1891. Um dos seus proprietários, André Nogueira, deixou parte da fazenda para seus negros e parte para Nossa Senhora; posteriormente, essas terras foram para as mãos do Estado (TASSINI, Raul. *Op. cit.*, p. 29; depoimento da prof<sup>a</sup>. Ismailia Moura Neves - 1992).

*Pampulha* - Antiga Fazenda que corresponde à atual região da Pampulha. Durante a vigência do Estado Novo, Gustavo Capanema (1937-1943) implantou na capital do País um modelo de arquitetura moderna que estimulou Juscelino Kubitschek, então prefeito de Belo Horizonte, a construir a Pampulha (1940-1945). Visando fazer da capital mineira uma metrópole moderna, JK abriu avenidas, criou novos bairros, construiu rodovias e, dentro de sua "política de modernização", criou o Instituto de Belas Artes, realizou a Exposição de Arte Moderna de 1944 e implementou o projeto urbanístico e arquitetônico da Pampulha. Esse conjunto arquitetônico era composto pelo Cassino, Casa do Baile, Iate Golf Club, Igreja de São Francisco, além de um hotel e garagem de barcos, que não chegaram a ser construídos. Participaram desse projeto arquitetos e artistas, como Oscar Niemeyer (projeto), Burle Marx (paisagismo), Cândido Portinari (pinturas), Alfredo Ceschiatti (escultura), Santa Rosa (decoração interna dos prédios), Paulo Osir Rossi (azulejaria), os quais tornaram-se mais conhecidos nacionalmente. Embora tenha sido inaugurado oficialmente em 15 de março de 1943 pelo presidente Getúlio Vargas, o projeto só foi concluído em 1945, tornando-se cartão postal de Belo Horizonte e exemplo da moderna arquitetura brasileira. Cumpre ressaltar que o projeto, inicialmente tido como espaço de lazer para a população como um todo (caráter populista da gestão JK), tornou-se na realidade um privilégio da elite da capital, na medida em que assistir aos grandes espetáculos do Cassino, dançar na Casa do Baile ou frequentar o Iate Club eram práticas restritas apenas à população de alto poder aquisitivo (RIBEIRO, Marília Andrés. Juscelino Kubitschek e a Arte Moderna em Belo Horizonte. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, v. 5, p. 56-66, dez., 1987).

168 Cel. Virgílio Cristiano Machado (São Francisco, Santa Catarina, 1851/...) Empreiteiro, industrial e construtor. Descendente de família de armadores tradicionais da cidade litorânea de São Francisco, no Estado de Santa Catarina, o Cel. Virgílio Cristiano Machado trabalhou para a companhia fluvial do Rio das Velhas, chefiada pelo conselheiro Mata Machado. Trabalhou também, como empreiteiro e fornecedor no prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil até Belo Horizonte. Com a construção da nova capital, passou a exercer as funções de industrial e construtor (*Minas Gerais*. Belo Horizonte, 11 set.. 1937).

## A POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO



Segundo os livros de matrícula de autoridades policiais da Província e do Estado, livros existentes no arquivo da respectiva secretaria, a 13 de fevereiro de 1880 era nomeado subdelegado de polícia de Curral del Rei o Sr. Francisco Cândido Fernandes.

A 8 de fevereiro de 1891, exonerado, a pedido, aquele, foi nomeado em substituição, o Sr. Francisco Antônio Vaz de Melo, que se conservou no cargo até 11 de novembro, quando foi exonerado a pedido.

Em seguida, teve o arraial, como autoridades, os senhores Samuel Cristiano *da Costa*, subdelegado, nomeado a 11 de novembro de 1881, o qual não entrou em exercício.

José Vaz de Melo, subdelegado, nomeado a 21 de março de 1882 e demitido a 5 de setembro de 1885. Tinha como 1º, 2º, 3º suplentes os Srs. Joaquim da Silva Cardoso, Guilherme Ricardo Vaz de Melo, e Bernardo Vaz de Melo, os 2 primeiros nomeados a 7 de março e o último a 7 de fevereiro de 1883. O primeiro faleceu em exercício; o segundo exonerou-se a 7 de fevereiro de 1883 e o terceiro a 5 de setembro de 1885.

Francisco Cândido Fernandes, 1º suplente, nomeado a 7 de fevereiro, de 1883 e exonerado a 5 de setembro de 1885.

João da Silva Cardoso, 2º suplente, nomeado a 7 de fevereiro, de 1883 e demitido a 5 de setembro de 1885.

Luís Daniel Cornélio de Cerqueira, subdelegado, nomeado a 5 de setembro de 1885 e exonerado, a pedido, a 11 de maio de 1888.

Horácio Ferreira Fraga, 2º suplente, nomeado a 5 de setembro de 1885.

Manuel Alves Ferreira de Melo, 3º suplente, nomeado a 5 de setembro de 1885.

João Teixeira da Fonseca Vasconcelos, 1º suplente, nomeado a 5 de setembro de 1885 e exonerado, a pedido, a 13 de outubro de 1886.

José Carlos Vaz de Melo, subdelegado, nomeado a 25 de julho de 1889 e exonerado a 21 de dezembro do mesmo ano, a pedido.



*Trecho da Rua de Sabará do extinto arraial de Belo Horizonte, antigo Curral del Rei.*

Casimiro Batista Vieira, 1º suplente, nomeado a 3 de outubro de 1886 e exonerado a 25 de junho de 1889.

Antônio Casimiro Batista Vieira, nomeado 2º suplente a 21 de dezembro de 1889.

Bernardo Vaz de Melo, nomeado 3º suplente a 21 de dezembro de 1889.

Domingos dos Reis Correia, subdelegado, nomeado a 21 de dezembro de 1889 e exonerado a 26 de abril de 1892.

Jacinto Pereira da Silva, 1º suplente, nomeado a 25 de junho de 1889 e exonerado a 21 de dezembro do mesmo ano.

Francisco Cândido Fernandes, 1º suplente, nomeado a 21 de dezembro de 1889, exerceu as funções de subdelegado até o dia 7 de fevereiro de 1895, data em que tomou posse daquele lugar o capitão Antônio Lopes de Oliveira, nomeado a 15 de janeiro do mesmo ano. Antes, porém, dessa nomeação efetiva do capitão Lopes para subdelegado de polícia em Belo Horizonte, exercera ele as mesmas funções, em comissão, quando, delegado especial em Sabará, fora designado para prestar serviço no arraial em que acabava de ser instalada a Comissão Construtora da Nova Capital, nos primeiros meses de 1894.

Foi o capitão Lopes o primeiro delegado militar e a última autoridade policial do velho arraial, homem escolhido a dedo para o período dos trabalhos da Comissão Construtora, quando para Belo Horizonte afluíu uma onda imensa de operários e pessoas do povo de todas as nacionalidades e de costumes diversos, entre os quais havia muitos vadios, malfeitores, gente sem moral.

Ao tratarmos desse período, no 2º tomo desta obra, falaremos mais detidamente sobre os grandes serviços prestados pelo capitão Lopes, como autoridade enérgica, justiceira e incorruptível.

## O SERVIÇO POSTAL



ela primeira vez, em 1881, teve Curral del Rei serviço postal organizado. Até aquela data, o transporte de correspondência era feito por intermédio da agência de Sabará, por via de "próprios" despachados pelas pessoas interessadas, levando e trazendo a correspondência escassíssima, ou por favor de viajantes que iam àquela cidade ou dali vinham.

A primeira agência do correio, criada no arraial a 8 de julho de 1881, foi instalada a 2 de agosto daquele ano, sendo o seu agente o Sr. Silvério Ribeiro Camargos, nomeado por ato do presidente da Província a 22 de julho. A esse agente, por Aviso n. 11, de 1 de janeiro de 1882, foi concedida a gratificação anual de 120\$000. Até então ele nada percebia pelos serviços prestados.

Exonerado o primeiro agente a 16 de outubro de 1885, foi nomeado para substituí-lo, na mesma data, o Sr. José Joaquim de Abreu, que entrou em exercício a 23 de novembro seguinte e foi exonerado, a pedido, a 9 de julho de 1889.

Elevada, por esse tempo, a agência a 4ª classe, foi para ela nomeado o Sr. Hilário Augusto Vaz de Melo, a 9 de julho desse mesmo ano, o qual tomou posse a 21.

A seguir teve a repartição os seguintes agentes:

José Luís Ferreira, nomeado a 13 de setembro de 1893, que não tomou posse.

Domingos dos Reis Correia, nomeado a 14 de setembro de 1893 e exonerado, a pedido, a 22 de janeiro de 1894.

D. Joana Augusta Jardim, nomeada agente a 22 de janeiro de 1894, sendo exonerada a pedido, a 18 de fevereiro de 1895.

Quando a Comissão Construtora se instalou em Belo Horizonte, a 1º de março de 1894, para o início de seus trabalhos, estava, portanto, a agência do correio a cargo daquela senhora.

Em nossa memória, ao tratarmos do período da Comissão Construtora, continuaremos

o histórico da agência postal, que esteve instalada sucessivamente em prédios velhos das seguintes ruas do antigo arraial de Belo Horizonte: Boa Vista, Sabará, Rosário e General Deodoro, sendo que, nesta, funcionava no mesmo prédio o escritório Central da Comissão Construtora.



*Rancho velho da papuda. Existiu pouco abaixo do local em que se acha hoje o Palácio da Liberdade, nas proximidades da atual Rua Sergipe.*

## O CORPO ELEITORAL DA FREGUESIA EM 1883 - NOVO BATISMO DO ARRAIAL



Em 1883, o corpo eleitoral da freguesia do Curral del Rei estava constituído pelos seguintes 32 eleitores: Antônio Avelino dos Santos, Antônio Joaquim da Silveira, Antônio Batista Vieira, padre Adolfo Fernando Taytson, tenente Bernardo Augusto Vaz de Melo, Casimiro Batista Vieira, Cândido Lúcio da Silveira, Eduardo Edwards, capitão Francisco Luís de Carvalho, Francisco da Costa Pacheco, alferes Francisco Cândido Fernandes, tenente Guilherme Ricardo Vaz de Melo, Hilário Augusto Vaz de Melo, Horácio Ferreira Fraga, João de Araújo Vaz de Melo, Jacinto Pereira da Silva, Joaquim de Sousa Meneses, capitão José Carlos Vaz de Melo, Joaquim de Abreu, João Carvalho de Aguiar, Joaquim Pereira da Luz, João Pereira da Silva Filho, Luís Daniel Cornélio da Cerqueira, Manuel Alves Pereira de Melo, alferes Malaquias dos Reis Correia, Manuel Pinto da Assunção, Manuel Dias de Oliveira, padre Raimundo Nonato Vaz de Melo, Samuel Cristiano da Costa e Severino Horácio de Moraes.

Esses eleitores, com algumas outras figuras salientes, constituíam, então, o elemento mais representativo e preponderante do arraial que, com a denominação de Curral del Rei, atravessou todas as épocas, até o dealbar da República. A propósito, vejamos como foi recebida ali a proclamação da República.

A notícia desse grande acontecimento foi celebrada no arraial com ruidosas festas, conforme a seguinte notícia publicada pelo *O Contemporâneo*, de Sabará, n. 9, de 24 de novembro de 1889:

“No Curral del Rei, chegada a notícia da proclamação da República no País, o povo percorreu as ruas do arraial dando vivas à República, orando os Srs. José Carlos Vaz de Melo, Silvério Ribeiro de Camargos e Cândido de Araújo. A concorrência foi geral, sem distinção de cores políticas dos antigos partidos militantes.”

Por esse tempo, o seu escol social, que, já na última etapa da monarquia, era pelo novo credo político, tanto assim que fundara e mantinha ali, em plena atividade, uma



sociedade denominada “Clube Republicano”, decidido soldado da propaganda, logo que se deu a proclamação, julgou uma necessidade mudar aquele nome que, sobre encerrar a idéia do regime extinto, em desacordo com as novas conquistas e com os princípios novos que se defendiam com a República, soava mal ao ouvido e era um atestado flagrantemente injusto de atraso, com que os bons curralenses não se conformavam.

Urgia substituí-lo por outro que melhor recomendasse o belo arraial, que contava a glória de haver, em outros tempos, dominado a maior parte das povoações vizinhas, até Sete Lagoas, inclusive, com a sua autoridade paroquial, e foi o que fez o *Clube Republicano*,<sup>169</sup> o qual convocado pelo seu então presidente, capitão José Carlos Vaz de Melo, entregou-se ao estudo do assunto, em várias sessões animadas.

Confirmando o nosso asserto, eis o que escreveu *O Contemporâneo* n. 12, de 15 de dezembro de 1889: “No Curral del Rei realizaram-se novos festejos no dia 1º do corrente, promovidos por uma comissão composta dos Srs. Antônio Vieira, Eduardo Edwards, Francisco C. Fernandes, Hilário A. V. de Melo e José C. Vaz de Melo. Os habitantes deste vizinho arraial pretendem mudar-lhe o nome, ficando denominado *Cruzeiro do Sul*

Nas referidas sessões, realizadas em 1889, foram apresentados, em substituição ao de *Curral del Rei*, vários nomes, como: *Terra Nova*, *Santa Cruz*, *Nova Floresta*, *Cruzeiro do Sul* e *Novo Horizonte*. Essa última denominação, proposta pelo capitão José Carlos Vaz de Melo, foi a que mais interesse despertou entre os associados e já andava em vias de se tornar vitoriosa, quando mestre Luís Daniel Cornélio de Cerqueira, tomando a palavra, depois de demonstrar com grande clarividência e perfeita lógica que a denominação *Novo Horizonte* era sob todos os aspectos inexpressiva e inaceitável, bem como todas as demais propostas, insistiu por que os seus amigos ali presentes dessem preferência ao nome *Belo Horizonte*, que propunha, porque este exprimia naturalmente o espetáculo que a localidade apresentava sempre aos olhos de todos e era o mais justo motivo dos constantes elogios que lhe faziam os seus visitantes.

Submetida a votos a escolha de um dos nomes propostos, depois de longos debates, saiu vencedora a denominação *Novo Horizonte*, proposta pelo Presidente do *Clube* capitão José Carlos.

Essa deliberação do *Clube Republicano* foi noticiada pela seguinte correspondência enviada do arraial para *O Contemporâneo*, de Sabará, e publicada no n. 14, de 29 de dezembro de 1889:

“Não há negar que a antiga freguesia do Curral del Rei em questão de iniciativa, pretende estar *na ponta*... Aspirando os seus filhos patriotas o bem local, começaram sensatamente por substituir-lhe o nome de Curral del Rei por *Novo Horizonte*, levando esse fato ao conhecimento do governador deste Estado e solicitando a sua aprovação. O nome de *Novo Horizonte* aplicado a esta localidade pelo prestante cidadão José Carlos Vaz de Melo foi uma idéia feliz que verdadeiramente perpetua o grandioso fato político de 15 de novembro e a beleza topográfica desta localidade.

Fez-se ver ao Sr. governador em outra representação as condições vantajosas desta localidade para o estabelecimento da capital deste Estado, caso esse magno problema, justa aspiração de todos os mineiros, venha a realizar-se algum dia. Colocado no centro deste Estado e dispondo de todos os requisitos para ser uma grande capital, não hesitamos em afirmar não haver localidade que tanto se preste a uma nova edificação, segundo todas as exigências higiênicas e topográficas. A vastidão de uma planície de área de 18 quilômetros quadrados, corre parelhas com a uberdade, de seu solo, mananciais de boa água, clima excelente e abundância de madeira para construção.”

Outra correspondência de igual origem inserta no aludido jornal, de n. 16, de 12 de janeiro de 1890, noticiava ter-se fundado no arraial, no dia 6, um gabinete de leitura, que recebera igual título de *Novo Horizonte*, “por meio de uma associação”. Esse gabinete foi criação do *Clube Republicano*.

Nessa mesma sessão o *Clube* mudou também o nome da principal rua do arraial, que se denominava *Rua do Saco*, e passou a chamar-se *General Deodoro*, o proclamador do novo regime.

Escolhido, pois, o nome de *Novo Horizonte*, em substituição ao de Curral del Rei, foi o capitão José Carlos Vaz de Melo, na qualidade de juiz de paz do distrito e de presidente daquela agremiação política, encarregado de dirigir um ofício ao governador do Estado, Dr. João Pinheiro da Silva, solicitando a substituição oficial do nome do arraial, ofício esse que recebeu a data de 25 de fevereiro de 1890. Não satisfeito, porém, com essa providência, o capitão Vaz de Melo seguiu imediatamente para Ouro Preto, onde esteve durante três dias, esforçando-se junto do governador por que fosse aquela petição do *Clube* deferida, auxiliado por Bento Epaminondas .

João Pinheiro, a princípio, não concordou com a mudança de nome pedida, sob o fundamento de que esta viria criar dificuldade à administração em seus primeiros dias de novo regime.

Mas tais foram os argumentos do capitão Vaz, seu amigo particular, e o interesse que este revelava por aquela providência, que João Pinheiro acabou cedendo, embora declarasse que não estava de acordo com a nova denominação escolhida - *Novo Horizonte* -, que lhe parecia inexpressiva.

Para eliminar de vez aquele novo óbice criado pelo presidente, fez-lhe sentir o capitão Vaz que nas discussões do *Clube Republicano* haviam sido lembrados e propostos vários outros nomes, que ali relacionou, deixando, pois, ao arbítrio do governador escolher entre eles o que lhe parecesse mais aceitável.

João Pinheiro, então, não teve a menor relutância: escolheu *Belo Horizonte*.

Redigida pelo capitão Vaz de Melo nova petição, foi esta pelo governador remetida à Intendência de Sabará, que opinou favoravelmente, conforme se vê do seguinte expediente publicado no *Contemporâneo* n. 26 de 23 de março de 1890: “Um ofício do cidadão José Carlos Vaz de Melo remetido pela secretaria deste Estado, com despacho do cidadão gover-

nador, para esta Intendência informar sobre a mudança do nome da freguesia do Curral del Rei deste município para o nome de freguesia *Belo Horizonte*. Respondido: A Intendência concorda com o que pedem os habitantes de Curral del Rei. Paço do Conselho de Intendência Municipal de Sabará, 10 de março de 1890.”

À vista dessa informação o governador João Pinheiro lavrou o Decreto n. 36, de 12 de abril de 1890, que realizava os desejos dos dedicados curralenses. Eis o decreto.

“O doutor governador do Estado de Minas Gerais resolve determinar que a freguesia do Curral del Rei, município de Sabará, passe a denominar-se de ora em diante Belo Horizonte, conforme foi requerido pelos habitantes da mesma freguesia.

Neste sentido expeçam-se as necessárias comunicações. Palácio, em Ouro Preto, 12 de abril de 1890 – João Pinheiro da Silva.”<sup>170</sup>

Esse decreto foi recebido no arraial entre festas ruidosas, que duraram dois dias.

Por esse tempo, Congonhas de Sabará (hoje Nova Lima) sonhava ser elevada a vila, com projeto de ter Belo Horizonte como um dos seus distritos subordinados. É isso o que nos revela o seguinte expediente da Intendência de Sabará, publicado no *Contemporâneo* n. 36, de 1º de junho de 1890: “Um ofício do ilustre cidadão governador deste Estado, declarando para este Conselho de Intendência fazer ciente aos habitantes de Congonhas de Sabará que por enquanto não pode ser atendido o pedido que fizeram da elevação daquela freguesia à categoria de vila e sede de um novo município com os territórios das freguesias de Belo Horizonte, Raposos, Santo Antônio do Rio Acima e Rio das Pedras, por isso que as comissões de estatística tratam de estabelecer nova divisão administrativa em todo o território do Estado.”

Efetivamente, para esse fim, estava-se procedendo ao recenseamento do Estado, de acordo com o art. 27 das instruções de 27 de março, sendo nomeada para Belo Horizonte uma comissão composta dos Srs. João de Araújo Vaz de Melo, Hilário Antônio Vaz de Melo, João Carlos Vaz de Melo, Antônio Batista Vieira e Luís Cornélio de Cerqueira, segundo *O Contemporâneo*, de Sabará, n. 36, de 1º de junho de 1890.

#### NOTAS

169 O Clube Republicano era uma poderosa associação já existente em 1889, no Curral del Rei, fundado por chefes políticos de grande prestígio e propagandistas do novo regime. Proclamada a República, o Clube tornou-se muito importante e considerado pela administração do novo governo, sendo seus associados listados entre os republicanos históricos, dentre os quais o presidente do grêmio no Curral, José Carlos Vaz de Melo, amigo pessoal de João Pinheiro. Após a vitória do Marechal Deodoro da Fonseca, o Clube, no intuito de mudar o nome do arraial, reuniu seus 38 associados para deliberar sobre o assunto. Várias foram as propostas: Terra Nova, Santa Cruz, Nova Floresta, Cruzeiro do Sul e Novo Horizonte. Esta última despertou maior interesse. O Mestre Luís Daniel Cornélio Cerqueira propôs Belo Horizonte por achar Novo Horizonte nome pouco expressivo e pela beleza do lugar. Após votação, o nome Novo Horizonte foi escolhido e solicitou-se ao Presidente do Estado João Pinheiro da Silva a substituição do nome do arraial. Apesar de resistir inicialmente por achar que a mudança do nome poderia trazer dificuldades administrativas ao novo regime instaurado, João Pinheiro acabou cedendo. Também ele achou Novo Horizonte pouco expressivo e, após verificar outros nomes propostos na votação, optou por Belo Horizonte. O Presidente de Minas Gerais lavrou, em 12 de abril de 1890, o Decreto n. 36, determinando que a freguesia do Curral del Rei, município de Sabará, passaria a denominar-se Belo Horizonte, conforme requerimento dos próprios habitantes (ANDRADE, Djalma. *História alegre de Belo Horizonte: comemoração do cinquentenário de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1947, p. 7; SILVA, Luiz Roberto da. *Doce dossiê de BH*. Belo Horizonte: Cedábllo, 1991, p. 18-19).

170 MINAS GERAIS. Decreto n. 36, de 12 de abril de 1890. Muda a denominação da freguesia do Curral del Rei, município de Sabará, para Belo Horizonte. *Leis mineiras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1903, p. 42.



*Mestre Luís Daniel Cornélio de Cerqueira (o que está sentado) e Cândido de Araújo. Fotografia de 1883. Mestre Luís foi o homem que concebeu e deu o nome de Belo Horizonte à localidade em que se acha hoje a capital de Minas.*



*Dr. João Pinheiro da Silva, o governador que lavrou o decreto mudando o nome de Curral del Rei para Belo Horizonte.*

BIBLIOTECA DA  
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

BIBLIOTECA DA  
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

## UMA ESTATÍSTICA MINUCIOSA



or esse tempo, já estava agitada em Minas a questão da mudança da capital e, dentre os nomes dos lugares imaginados em condições de serem escolhidos para a sede do governo, figurava Belo Horizonte, amparado por grande número de mineiros. Mas a campanha, embora acalorada, estava ainda um tanto vaga. Discutia-se a necessidade da realização da idéia que, no consenso geral, chegara ao período de amadurecimento.

Todavia, os lugares que se julgavam com direito a pleitear aquela distinção, pelas suas condições topográficas e de salubridade, puseram-se, desde logo, em campo. Belo Horizonte foi um deles por intermédio de alguns de seus filhos, dentre os quais Cândido de Araújo, ex-secretário do *Clube Republicano*, o qual, pelas colunas de *O Contemporâneo*, de Sabará, lançou vários artigos patrocinando aquela idéia, ao passo que outro denodado propugnador da mudança da capital para ali, o coronel Júlio César Pinto Coelho, encaminhava a questão para o terreno prático.

Esse dedicado amigo de Belo Horizonte, encarregado por grande número de mineiros residentes no Rio, visitou, então, o arraial e levantou, ele próprio, uma planta topográfica da localidade, datada de 10 de julho de 1890, a qual dirigiu ao Governo do Estado, acompanhada de detalhadas informações concebidas nestes termos:

'Belo Horizonte é um arraial de cerca de 600 (?) almas, atualmente, situado mais ou menos a 0° 40' 7" long. do Rio de Janeiro, 19° 52' lat. Sul. Sua altitude regula por 876 m. e a temperatura média do lugar por 16° centígrados. Clima temperado. Pela sua posição vê-se que pode ser servido por um pequeno ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, de leve construção, que, partindo de um ponto fronteiro ao núcleo colonial de Sabará, constituído entre esta cidade e a de Santa Luzia, siga pelo vale do ribeirão do curral, na extensão máxima de duas léguas e meia. A povoação é suprida de excelente água, própria para todos os usos domésticos, em quantidade suficiente para uma população de mais de 30.000 almas, sendo fácil, se preciso for, aumentar o suprimento à vontade, por haver nas proximidades vários outros cursos de boa água potável, que podem ser para aí encaminhados com

diminuto dispêndio. Os terrenos são perfeitamente escoados e arejados, isentos de pântanos, charcos e alagadiços, e uniformemente firmes e resistentes. Quanto à sua constituição geológica, são formados por xistos itacolomíticos, rochas de itabirito, ricas gangas, xistos argilosos, ditos argilo-ferruginosos, diuritos e formação cuja base é o gnaiss, etc.

Mais particularmente, encontram-se em Belo Horizonte e suas imediações excelentes rochas para construção, ricos calcários e preciosas argilas.

Nas matas que aí existem, alternando com os belos campos, abundam também as madeiras de construção, tais como. garapa, aroeira, peroba, angelim, canelas, piúnas, braúnas, vinháticos.

O aspecto geral é essencialmente aprazível à vista, bem justificando o merecido nome de Belo Horizonte.

Situada nas fraldas da serra do Curral, é esta zona constituída por uma série de ondulações suaves do terreno, bordadas de matas e cortadas de numerosos regatos e córregos, que levam seu tributo ao ribeirão, ou antes - rio do Curral -, cujas vertentes se prestam belamente ao desenvolvimento de uma populosa cidade, suscetível de todos os serviços de embelezamentos reclamados hoje pela civilização.

Os leitos de todos os cursos d'água têm a necessária declividade para que as águas corram sempre desimpedidas, etc.

Os campos em toda a circunvizinhança são próprios para a criação de gado vacum, cavalar, suíno, lanígero, etc.

A uberidade do solo é excepcional. Assim, o milho, o feijão, o arroz, a batata, o aipim, o trigo (?) e toda sorte de legumes; a manga, a laranja, o abacaxi, a fruta-do-conde, o araticum, a jabuticaba, a uva, a maçã, o pêsego, a romã, a ameixa, a banana, o figo, o caju, a gabirola, o murici, a mangaba, borracha, etc., aí prosperam admiravelmente e dão fartos e deliciosos frutos.

A par de tantas vantagens, uma salubridade que nada deixa a desejar! Está, portanto, talhado este lugar para a futura capital do grande Estado de Minas. Juiz de Fora, em 10 de julho de 1890. Júlio Pinto.<sup>171</sup>

Tais informações foram oferecidas ao governo com a seguinte minuciosa estatística enviada ao coronel Júlio Pinto pelo *Clube Republicano* de Belo Horizonte, por intermédio da comissão que a assina, então nomeada para organizá-la:

“A freguesia de Belo Horizonte contém uma topografia de extensão de 24 km do nascente ao poente e 30 km de norte ao sul; está aproximadamente situada no centro do Estado de Minas Gerais, nas encostas da Serra do Curral del Rei, hoje Belo Horizonte; tem excelente clima muito saudável.

A povoação de Belo Horizonte está situada numa bacia de campo com pequenos declives para o ribeirão Grande que margeia a povoação.

O terreno ocupado pela povoação do arraial tem de extensão 1 km do nascente ao poente e de 2 km de norte a sul. A população da freguesia é de quatro mil almas aproximadamente.

Na povoação existem duas igrejas, sendo uma a Matriz de N. Senhora da Boa Viagem de Belo Horizonte, e outra do Rosário; há duas praças ou largos, com nomes das igrejas; há oito ruas denominadas General Deodoro, Sabará, Congonhas, Capão, Santana, Rosário, Boa Vista e Comércio, sem calçamentos, sem alinhamentos, com cento e setenta e duas casas longe umas das outras, com grandes quintais com arvoredos e frutos, todos com abundância de águas nascidas dos quintais e do rego grande, que abastece em parte este arraial.

As casas são de valor aproximado, vinte casas de três a seis contos, cinquenta e duas de um a três contos e cem de duzentos mil réis a um conto de réis. Há na povoação dezesseis negócios de porta aberta, havendo um comércio regular, sendo quatro de fazendas secas, e os mais de molhados, miudezas e gêneros do País, havendo mais um animado comércio de tropas e carros que passam por aqui em destino às estações da E. de Ferro Central. Há na povoação duas aulas públicas, uma do sexo masculino, tendo matriculados atualmente setenta e oito alunos, e outra do sexo feminino, tendo atualmente sessenta alunas matriculadas. Há na povoação uma farmácia.

Há nas imediações da povoação desta freguesia trinta e uma fazendas de cultura e criação, de maior e menor escala, contendo em seu total aproximadamente seis mil alqueires de terras, sendo: quatro mil alqueires de cultura em capoeirão e capoeiras, contendo grande quantidade de madeiras de lei para construção, preço aproximado do alqueire, de trinta a cinquenta mil réis, e dois mil alqueires de campos de criar, preço aproximado, de dez a quinze mil réis; todas as fazendas e terrenos descritos tem boas aguadas.

Além de terrenos já referidos, existe nesta freguesia vários terrenos devolutos, como sejam: na encosta da Serra ao norte, à direita, até esta povoação um terreno denominado Capão Grande com vários córregos que abastecem de água potável a esta povoação, com setecentos alqueires de terra aproximadamente, sendo, duzentos alqueires de cultura regular, e quinhentos alqueires de campos de criar.

Um outro terreno dividindo com a povoação ao sul, com sessenta alqueires de terras de cerrado.

Outro terreno ao poente denominado Pinto, com longitude de 1 km deste arraial contendo trinta alqueires de cultura regulares e setenta alqueires de campos de criar, com boa água e lugar aprazível.

Correm dentro desta povoação os córregos: do Leitão, da Ilha, Capão Grande, Mangabeiras, e o do Bolina, podendo com facilidade trazer outras águas a esta povoação, como sejam: o córrego do Capão da Posse, com 12 km deste arraial, o de Cercadinho com 4 km, o córrego das Piteiras com 3 km, e outros mais quando seja preciso, como sejam, os córregos: Taquaril e o do Cardoso, todos estes córregos nascem na serra e deságuam no ribeirão Grande, que margeia esta povoação.

Existem na freguesia oito olarias de excelente barro de telhas, tijolos e panelas. Há duas caieiras, e grande quantidade de pedras calcárias, como grandes pedreiras de cantaria e de pedras soltas prestáveis a calçamento, como também um morro de lajes prestáveis.

Dentro da povoação há oito curtumes de barbatimão, onde curtem-se de cinco a seis mil couros de reses por ano, que dão de dez a doze mil meios de sola, que se exporta na sua maior parte para a capital de Minas, e que se vende termo médio a quatro mil réis o meio.

Há na imediação desta freguesia, digo, desta povoação, uma fábrica de ferro, onde se funde jacotinga<sup>172</sup> e manipula-se o ferro (de propriedade da Comp. Progressista Sabarense), que é de primeira qualidade, com uma força de quarenta operários diariamente.

Há na freguesia quarenta fábricas de farinha de mandioca, que produzem de quinze a vinte mil alqueires anualmente, que se exporta para as freguesias vizinhas e para a capital, preço médio, ao alqueire três mil réis.

Há na freguesia dezesseis engenhos de cana que produzem açúcar, rapaduras e aguardente em quantidade regular para o consumo.

Há na freguesia uma cultura de café, bem começada e que dá de doze a quinze mil arrobas, mais do que suficiente para o consumo do lugar, já se exportando grande parte para a Corte, havendo lavouras novas deste gênero que breve darão grandes colheitas.

Há na freguesia dois cultivadores de vinhas, que já fazem trezentos barris de vinho por ano (vinho superior).

Quanto aos mais gêneros alimentícios, há grandes colheitas, que chegam para o consumo da população da freguesia, e também para exportar para as freguesias vizinhas.

Há, nos campos devolutos e outros, grande quantidade de mangabeiras, onde se extrai a borracha. Há na freguesia grande número de gado de criar, como de éguas, porcos, carneiros, etc.

Há na freguesia seis açougueiros de profissão, que cortam mensalmente de cento e cinqüenta a duzentas reses para abastecimento de carne fresca e seca a esta freguesia e às freguesias vizinhas, de Sabará e Congonhas, preço médio de arroba (15 kilos) quatro mil réis.

Deste arraial à cidade de Sabará tem um percurso de estrada de rodagem, planície margeando o ribeirão Grande que vai desta povoação desaguar no rio das Velhas, atravessando a linha férrea Central na altura das Arrudas com o percurso de 18 km aproximados deste arraial à cidade de Sabará, oferecendo muita facilidade na construção de um ramal de estrada de ferro para este arraial, vindo das Arrudas, ou da cidade de Sabará, dando nesta povoação uma estação que muito concorrerá para o progresso de toda a zona, muito principalmente para esta freguesia, que tem grandes culturas e que brevemente haverá grandes colheitas de café e outros gêneros em vista das lavouras começadas aqui e em outras freguesias vizinhas, como seja a de Contagem, onde se exporta grande quantidade de café, Capela Nova, Santa Quitéria, etc., que todas suas exportações virão para este ramal.

Belo Horizonte, 26 de julho de 1890 - *Francisco Cândido Fernandes, José Carlos Vaz de Melo, Francisco Vaz de Melo Neto, João Carvalho de Aguiar, Sinfrônio José dos Santos Brochado, Eduardo Edwards, Domingos dos Reis Correia*.

Essa estatística, porém, além de omitir a grande exportação de madeiras que se fazia





*Cafua que existiu na Rua de Santana, local que hoje ficaria nas proximidades dos fundos das Secretarias do Interior e da Viação e Obras Públicas.*

para Morro Velho, por meio de carretões, referiu-se por alto às frutas que produzia o arraial, as quais, sendo, como eram, em abundância e saborosíssimas, em qualquer lugar constituiriam grande fonte de renda, ao passo que em Belo Horizonte quase não tinham valor, julgando os proprietários de pomares não haver compensação na colheita e transporte de tais frutas para outros lugares. Preferiam aproveitar o seu tempo em outros misteres, desprezando a produção dos pomares com que se deliciavam as criações. Raros eram os proprietários de chácaras que fugiam a esta regra.

Para demonstrarmos como as frutas do Curral del Rei eram boas, referiremos um caso interessante ocorrido em Congonhas de Sabará há muitos anos. Havia ali um certo Justino da Praia, improvisador espirituoso que, em um dia de festa popular, porque se discutisse o que havia de mais notável em Curral, em Congonhas (hoje Nova Lima), em Sabará e em Santa Luzia, ele imediatamente improvisou esta quadrinha mal feita, mas bem expressiva, elogiando as frutas do primeiro, a família Daniel do segundo, a família Paula Rocha do terceiro e as lindas mulheres do quarto lugar a que se referia:

*Do Curral del Rei as frutas;  
Das Congonhas os Danié;  
De Sabará os Paula Rocha;  
De Santa Luzia as muié.*

Lá uma vez por outra, entretanto, viam-se galgando a serra do Curral alguns cargueiros conduzindo os deliciosos pomos, com destino a Vila Nova de Lima. Algum viandante que desejasse amenizar a canseira da jornada saboreando alguns frutos não teria que despendar mais de 100 réis para adquiri-las em quantidade a faltar-se. Por esse tostão, teria umas trinta laranjas, ou três ananases, ou três dúzias de pêssegos, ou meio cacho de bananas. E tudo mais era nessa proporção, como passamos a esclarecer.

Ainda em 1890, segundo o padre Francisco Martins Dias, compravam-se ali doze ovos por 200 réis, uma garrafa de leite por 120 réis, um quilo de carne por 320 réis. Para se conservar um cavalo de cocheira, não se despendia mais de 10\$000 por mês.

Uma das principais chácaras de Belo Horizonte era situada no lugar em que hoje está o Parque Municipal. Estendia-se até as imediações do atual bairro da Floresta e era de propriedade do capitão Basílio Maria de Araújo Viana, um excelente homem, que tinha grande prazer em obsequiar com os produtos do seu pomar a quem os desejasse; mas se a pessoa obsequiada tocasse em algum fruto no pé, ele, imediatamente, após o afastamento daquela, mandava cortar a árvore, plantando outra muda em seu lugar. Era um excêntrico, se bem que excelente cavalheiro.\*

\* Livro 3º de notas de Curral del Rei, 1853, p. 109 v. - Arquivo Público Mineiro. Por escritura registrada nesse livro, o capitão Basílio comprou aquela chácara por 300\$000.<sup>174</sup>

Essa magnífica chácara posteriormente passou a pertencer ao Sr. Guilherme Ricardo Vaz de Melo, até ser desapropriada pela Comissão Construtora da Nova Capital, em 1894. A casinha que lhe ficava ao centro, pitoresca e aprazível vivenda, foi escolhida para habitação, sucessivamente, dos dois engenheiros-chefes da referida Comissão, Drs. Aarão Reis, de março de 1894 a maio de 1895, e Francisco Bicalho, de maio de 1895 a janeiro de 1898.

NOTAS

- 171 COELHO, Júlio César Pinto. Arraial do Belo Horizonte. *Anuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v.6, n.1, p. 512-519, p. 512-514, 1918.
- 172 *Jacotinga* = *Jacutinga*. Xisto ferruginoso e manganífero de composto. In: FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 4 ed., Lisboa: Arthur Brandão, 1925, v. 2, ou Minério de ferro hematítico, pulvurulento, friável e geral, aurífero. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 10 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- 173 COELHO, Júlio César Pinto. *Op. cit.*, p. 512-514.
- 174 APM/CMS 243, f. 109 v., 111.

## O ARRAIAL NOS PRIMEIROS ANOS DA REPUBLICA, ATÉ 1893

Assentado graciosamente sobre belo planalto, defendido contra os ventos agrestes e frígidos do sul e contra os ventos quentes do norte pelos contrafortes da serra do Curral e de outras que o cercavam, em meio de ricas pastagens, férteis terras de lavoura, verdejantes e umbrosos pomares, recortado de arroios e riachos espertos de águas magníficas, com os seus bicames, ao impulso das quais trabalhavam os moinhos, os monjolos e outros aparelhos rústicos, era um encanto o arraial, formado de pequenas casas baixas, quase todas alvadias, com os seus terrenos divididos por muros de taipa ou adobes ou por cercas de madeira.

Ocupava uma posição geográfica correspondente a 19° 55' e 22" de latitude sul, 1° 10' e 6" de longitude ocidental do meridiano do Rio de Janeiro.

Situado a 800 m sobre o nível do mar, confinava a leste com o distrito de Sabará; a oeste com o arraial de Contagem, ao sul com Vila Nova de Lima; ao norte com o arraial de Venda Nova.

Media o seu distrito, de norte a sul, isto é, do alto da serra do Curral ao ribeirão da Pampulha, 18 km; do nascente ao poente, ou seja, da fazenda do Freitas ao alto do Jatobá, media 22 km.

Dentro desses limites e em torno do arraial prosperavam as seguintes fazendas de lavoura e criação, segundo nos informou o Sr. Antônio Batista Vieira, um dos mais distintos filhos da localidade: Barreiro, do coronel Cândido José dos Santos Brochado; Jatobá, de Manuel Dias da Silva; Peão, de Sinfrônio José dos Santos Brochado; Bom Sucesso e outras casas, de Joaquim Gomes da Rocha e outros; Cercadinho, de José Cleto da Silva Diniz; Cercado, da família dos Cândidos, cujos nomes estão mencionados em outro lugar; Olaria, Carneiros e Batista, de Manuel Teixeira Camargos; Nova Floresta, de Joaquim Ferreira da Luz; Coqueiros, de José Soares; Pastinho, do cônego Santana; Bento Pires e Engenho Nogueira, de diversos; Pampulha, de Manuel de Matos Pinho e outros; Olhos d'Água, de



*Major Francisco Antônio Vaz de Melo, chefe político e membro de numerosa e tradicional família do arraial de Curral del Rei. Casou-se pela terceira vez aos 80 anos de idade (foto de 1894).*

diversos; S. João Batista, de José Cleto da Silva Diniz; Barreiro de Cima, de Joaquim Menezes de Miranda; Capão, de Ilídio Ferreira da Luz; Leitão, de Cândido Lúcio da Silveira; Cachoeirinha, de Joaquim Cândido; Tombadouro, de Querino de Tal; uma fazenda de João Cândido Martins no local em que está hoje o Horto Florestal.<sup>175</sup>

Além dessas, havia a fazenda do Cardoso, da qual o Sr. Antônio Batista Júnior possui um quadro pintado pelo artista Sr. Frederico Antônio Steckel, ao tempo da Comissão Construtora da Nova Capital, e a fazenda do Freitas, que fora do sargento-mor Manuel de Freitas Pacheco e que mais tarde passou a pertencer ao coronel Mariano Ribeiro de Abreu.

Quem vinha de Sabará, por exemplo, que distava 18 km do nosso arraial, ao avistá-lo de longe, do alto de uma colina qualquer, entre as ondulações do sistema das cordilheiras, que lhe fechava os horizontes, mergulhado entre os seus pomares, tinha uma impressão encantadora, capaz de embevecer mesmo a musa de algum poeta passadista.

Assim visto de longe, sob a cúpula majestosa de um céu de pleno azul, tranqüilo e puro, emoldurado pela coloração caprichosa das serranias ondulantes, como vagalhões do mar, tinha surpreendente encanto, sobretudo nas luminosas manhãs ou à hora nostálgica do crepúsculo vespéral, quando o sol poente lhe desenhava na longínqua orla quadros lindos, de cambiantes fantásticas, esse mesmo empolgante e já célebre espetáculo que lhe deu o nome encantador de Belo Horizonte, e que, em janeiro de 1894, inspirou ao grande Olavo Bilac uma linda crônica publicada na *Gazeta de Notícias*, quando aquele poeta, trazido pelo saudoso conselheiro João da Mata Machado, aí esteve, pondo-se a salvo dos rigores de Floriano...

Espalhavam-se as suas casinhas por entre aquela deliciosa alcatifa de verdura, em terra roxa, cafeira, e vinham descendo, desde as encostas ondulantes, e se esparramavam pelo planalto, descendo mais pelo declive suave, tranqüilas e salientes, numa paz edênica, convidando o espírito ao repouso, e a alma à felicidade.

Nunca houve até então espécie alguma de iluminação pública no arraial em cujas ruas era comum, nas noites escuras, toparem-se animais deitados, sobre os quais não raro a gente trambolhava.

O povo era ordeiro e bom. Não havia mendigos nem ladrões. Podiam-se deixar, sem receio, abertas as portas das casas, de dia ou de noite. Ninguém lhes tocava.

Não havia casas de diversões no povoado, a não ser um grande e térreo rancho de tropas, junto à casa do Sr. Eduardo Edwards, no Largo da Matriz, improvisado em teatro, sem o mínimo conforto, onde a companhia dramática do grande ator Brandão havia trabalhado em 1890, conforme verificamos por um agradecimento que ele dirigiu ao povo de Belo Horizonte pelo *O Contemporâneo* de Sabará, datado de 31 de agosto, já de regresso. De um teatrinho provisório que houve mais tarde na Rua de Sabará falaremos no tomo segundo desta obra.

O popularíssimo Carnaval aí nunca passou do clássico *entrudo*, com água e limões. Raros eram os mascarados.

Três templos antigos alimentavam-lhe a fé católica: a Matriz da Boa Viagem e as capelas de Nossa Senhora do Rosário e Santana.

Chegava-se à primeira, depois de penetrar no arraial pela extensa Rua de Sabará, uma das mais retas e largas, logo que se transpusesse uma ponte tosca, de madeira, à entrada do Largo, onde ciciavam continuamente algumas casuarinas, projetando sua sombra sobre verdejante gramado natural que tapeteava esse largo. Os outros dois templos estavam colocados nas partes mais altas do arraial. O primeiro destes assentava-se no Largo do Rosário, pouco acima do local que fica hoje, entre a Avenida Álvares Cabral e as ruas da Bahia, Guajajaras, Espírito Santo e Timbiras. O segundo estava localizado na Rua Santana, no ponto em que está hoje o quarteirão formado pelas ruas Sergipe, Cláudio Manuel, Alagoas e Santa Rita.

Por um capricho da natureza, o pequeno arraial, que era assentado em terra fertilíssima, exceção feita da parte recostada à serra, onde predominavam os minerais de ferro e calcários, tinha a forma de um coração, visto do alto, um coração alegre e feliz, lembrando ao mesmo tempo gracioso "leque verde, aberto de caprichosas paisagens, consteladas de casinhas brancas, entremeadas de vegetação colorida em todos os tons do íris e rematado por lindíssimo céu azul, de uma pureza ideal", segundo escreveu o Dr. Fábio Nunes Leal.

Dilatando-se, porém, o horizonte até as serras do Curral e da Contagem, que o limitavam ao sul e a oeste, tinha-se a impressão de majestoso anfiteatro, com entrada pelo nascente, de onde lhe vinham as deliciosas brisas frescas da poética serra da Piedade, que se alteava ao longe, alvejante às projeções solares.

Para o oeste estendia-se o formoso vale do Paraopeba, uma das velhas estradas por onde se fazia o comércio desde os tempos coloniais.

Como dissemos, era serpeada a povoação por copiosas nascentes, arroios e um ribeirão, o Arrudas, que o povo denominava "Ribeirão Grande", cujas águas eram aplicadas nos misteres domésticos e na movimentação de moinhos, monjolos, fábricas de beneficiamento de ferro por meio de rodas hidráulicas, sistema colonial, rara sendo a casa que não tivesse o seu clássico bicamente a jorrar noite e dia.

O Arrudas, correndo de oeste para leste, recebia pela margem direita os córregos do Leitão, Mangabeira, Pinto, Acaba-Mundo e Cardoso; pela esquerda os córregos Pastinho e Lagoinha.

Nos quintais, alguns enormes, murados de taipa ou adobes, ou cercados de madeira tosca, dominavam as laranjeiras, os cafeeiros, as mangueiras, os marmeleiros, as jabuticabeiras, entre outras mil espécies, maltratadas e atufadas, frutificando, quase por milagre do solo, frutos magníficos.

Entre a matriz da Boa Viagem e o local em que está hoje a Secretaria da Agricultura, havia uma imensa barroca de mais de 30 m de profundidade, a qual foi aterrada quando se desmontou o outeiro onde hoje existe a Praça da Liberdade, tendo executado esse serviço os Srs. Carlos Antonini e Leonardo Gutierrez, ao tempo da Comissão Construtora.

Em geral as ruas do arraial eram tortuosas e estreitas, as casas baixas e deselegantes, desabrigadas contra as intempéries. Apenas 8 possuíam vidraças à frente e duas somente eram assobradadas.

Contava o arraial dois largos: o da Matriz e o do Rosário. Saindo-se do Largo da Matriz, pela Rua de Sabará, logo no começo desta, via-se, à direita, o Beco do Pimpão. Seguindo-se por este encontrava-se, pouco depois, formando com ele um ângulo, a Rua de Trás n. 1 que, por sua vez, ia formar outro ângulo, adiante, com a Rua de Congonhas, sendo que esta ia terminar mais ou menos no local em que está hoje a Praça 12 de Outubro. Voltando-se, à Rua de Sabará e seguindo-se por ela, encontrava-se, além, à esquerda, o Beco da Fonte Grande. Ainda na Rua de Sabará, pouco adiante, à direita, havia o Beco do Basílio, que formava um ângulo reto com a Rua de Trás n. 2, indo esta terminar no Beco do Pimpão. Dali por diante a Rua de Sabará não tinha mais ramificações até transformar-se em estrada, no Cardoso.

Do Largo da Matriz partia também a Rua do Capão que, seguindo a mesma direção da atual Rua das Alagoas, até a Fazenda do Capão Grande, ramificava-se: à direita, logo no começo, no Beco da Barroca que, depois de formar um ângulo e atravessar o Beco do Gervásio, ia terminar na Rua do Rosário; à esquerda, no Beco do Gentio, que se dirigia para a Rua de Trás n. 1.

Dos fundos da Matriz da Boa Viagem partia a Rua General Deodoro (a *Ouvidor* do Arraial) que, em reta, ia terminar no lugar em que hoje a Rua da Bahia cruza com a Avenida Paraopeba. Da Rua General Deodoro partiam: à esquerda, junto à matriz, subindo, o Beco do Gervásio ou do Vitorino, que ia terminar no Largo do Rosário; a Rua do Rosário, que subia até aquele largo, tendo começado pouco adiante do sobrado que foi do padre Machado, onde mais tarde funcionou a Comissão Construtora; e o Beco do Francisco Lúcio, que ia cruzar com a Rua do Capim; à direita, o Beco da Chácara, que descia para o local hoje transformado no Parque. A Rua General Deodoro também se ligava à Rua do Rosário pelo Beco do major Cândido, que entre as duas fazia um ângulo.

Do Largo do Rosário partia a pequena Rua do Comércio que, depois de descrever uma curvatura, continuava com o nome de Rua do Capim, passando pelo local onde está hoje a Imprensa Oficial.

A Rua da Boa Vista, começando no local pouco abaixo da atual Praça da Liberdade, seguia pelo alto, indo terminar, mais ou menos, no lugar em que a Rua do Espírito Santo cruza hoje com a Rua Aimorés.

Pouco abaixo da Rua da Boa Vista, havia a Rua de Santana, que começava e terminava naquela, depois de descrever uma curvatura, acima da Rua do Capão e abaixo da Secretaria da Assistência Pública, atualmente em construção.

Havia no arraial várias lagoas, a saber: uma em local que está hoje situado atrás do Palácio; outra na encosta do Morro da Estação, à esquerda da linha férrea da bitola estreita, além do Parque e do Arrudas; outra na Chácara (hoje Parque); outra, chamada Lagoa de



Maria Dias, no local que fica hoje entre a Avenida Paraná e Rua Carijós; outra mais tarde chamada Lagoa do Almeida, à esquerda de quem, pela Rua da Bahia, fosse à Floresta, no sopé deste bairro, então um matagal sem nome. Fora do arraial, ao sul, havia outra, que deu ao local o nome de Lagoa Seca, na qual, muito mais tarde, já depois de mudada a capital, pereceu afogado o acadêmico de direito Joaquim Batista Vieira.

O rego grande, que abastecia de água a parte alta do arraial, saía do córrego do Acaba-Mundo, servia a Fazenda do Capão, onde existe hoje uma olaria, descia pelos terrenos do fundo do Palácio, passava pelos altos onde estão hoje as ruas Alagoas e Sergipe, atravessava a atual Avenida João Pinheiro e desaguava no cruzamento das modernas Avenida Alvaros Cabral e Rua Espírito Santo, antigo Largo do Rosário.

Em 1893 o arraial contava três escolas públicas primárias, regidas pelas professoras D. Antônia Rosalina de Jesus, D. Lídia de Melo e D. Petrina Vaz de Melo.

A zona circunjacente do arraial compunha-se de campos naturais e artificiais, capoeiras e cerrados, exceção feita às áreas cultivadas. Por ali não se viam florestas e sim algumas matas e capoeiras.

Tal era o arraial fadado a ser a formosa capital de Minas e cujo panorama se mostrava realmente maravilhoso, sobretudo visto do alto da serra do Curral ou do pico do Taquaril, ponto culminante do distrito.

Dali, o olhar surpreso do observador dilatava-se pelos horizontes infinitos, perdia-se entre o verde dos campos e o azul do firmamento, pelas ondulações das serras e montanhas.

Dali avistava-se o casario branco de Contagem, a oeste; a nordeste, a cidade altaneira e legendária de Santa Luzia, branquejando no alto: aqui, ali, acolá, ao norte, divisam-se capelinhas, ermidas filiais das matrizes de Lagoa Santa, Matosinhos, Venda Nova. Um pouco mais próximo, e lá estava a cidade de Sabará, a cujos pés serpeava o rio das Velhas; para além de Sabará, alvejando nas cumeadas da serra, linda, encantadoramente linda, a Capela da Piedade parecia sorrir, povoando de poesia infinita a região de em torno.

Que maravilhoso sempre foste, Belo Horizonte!

#### NOTA

- 175 *Barreiro e Jatobá*, hoje região do Barreiro e regiões próximas (bairros Milionários, Araguaia, Urucuia, Miramar, Resplendor, etc.), respectivamente. Na colônia de Jatobá, distante 18 km a oeste de Belo Horizonte e 12 km além da fazenda Modelo da Gameleira, foi criado, pelo Decreto n. 2.029 (17/6/1907), o Núcleo Colonial da Vargem Grande, mantido pelo Estado mineiro e auxiliado pela União. O Núcleo localizava-se nas terras que confinavam com as antigas fazendas agrícolas e pastoris do Jatobá e Barreiros, situadas entre o distrito de paz de Belo Horizonte e limítrofes do Município de Santa Quitéria, que foram adquiridas pelo Estado. Por volta do ano de 1909, no referido Núcleo (cortado pelos ribeirões Arrudas, Barreiro, Sarzedas, Jatobá, Patana, Capão, Cercado, etc.) havia muitos colonos portugueses, russos, polacos, alemães, italianos e holandeses. Na colônia Jatobá existia escola primária e estrada de rodagem ligando a capital ao Barreiro e Jatobá. Barreiros foi o primeiro núcleo urbano de Belo Horizonte, objetivando o abastecimento da capital, sendo ali criadas as casas para colonos, escolas, olaria, carpintarias, sede do núcleo de alojamento provisório dos imigrantes. No ano de 1897, em Barreiros, residiam 185 indivíduos, dos quais 71 eram

italianos (SENA. Corografia do Estado. *Op. cit.*, p. 254. ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A imigração italiana em Minas Gerais: 1896-1915*. [s.n.t.]; DE BONI, Luis A. (org). *A presença italiana no Brasil*. Torino: Escola Superior de Teologia; depoimento da profª Ismaíla Moura Neves - 1992).

*Cercadinho* (Zé Cleto), fazenda com grande sobrado, varanda na fachada e senzalas. Foi demolida devido ao aterro para a construção da estrada de ferro do Matadouro, sendo encontradas ainda algumas moendas em 1815. Maria Lima, uma das proprietárias da Fazenda, a passou para Francisco Luz de Carvalho, sogro de José Cleto Dinis, quando nela se procedeu uma reforma. O moinho, última parte que restava da dita fazenda, foi demolido em 1947 (TASSINI, Raul de. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte*. antes Curral del Rei. Belo Horizonte, 1947, p. 27).

*Olaria*, região próxima ao Barreiro (depoimento da profª Ismaíla Moura Neves - 1992).

*Nova Floresta* (Ressaca) fazia limites com as fazenda dos Coqueiros, do Pastinho e dos Carneiros ou Camargos. Possuía um solar tradicional, composto de três casas, cuja sede situava-se em terrenos de cultura e campos. Em escritura datada do ano de 1877, sua proprietária, Maria Custódia de Sousa, a vendeu a José Carlos Vaz de Melo. Em 1894 a fazenda foi adquirida pelo vereador Joaquim Ferreira da Luz, e finalmente, pelo Cel. José Soares da Costa em 1921. Posteriormente a fazenda foi demolida (TASSINI. *Op. cit.*, p. 27).

*Coqueiros*, fazenda de propriedade do Cel. José Soares da Costa (década de 40), cuja casa se situava em local alto tendo nos fundos inúmeros coqueiros (TASSINI. *Op. cit.*, p. 29).

*Pastinho*: atualmente bairro Carlos Prates, em torno da Avenida Pedro II.

*Bento Pires*: região próxima à Lagoa da Pampulha.

*Engenheiro Nogueira*: atual Engenho Nogueira.

*Olhos d'Água*. região próxima do anel rodoviário (BR 262) Rio - Cidade Industrial. Corresponde atualmente à parte do bairro Santa Lúcia, Pilar e Olhos d'Água (depoimento da profª Ismaíla Moura Neves - 1992).

*Barreiro de Cima*: atual região do Barreiro de Cima (depoimento da profª Ismaíla Moura Neves - 1992).

*Leitão*. região atualmente correspondente à parte da Cidade Jardim, Luxemburgo e Vila Paris (em torno do córrego Leitão). A sede da fazenda Leitão foi reconstituída pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e abriga hoje o Museu Histórico Abílio Barreto. Edificada por Cândido Lúcio da Silveira (pouco antes de 1883) no local onde se achava outra fazenda de propriedade de Domingos Gomes Leitão, a fazenda recebeu a denominação Leitão derivada do córrego que ali passava. Posteriormente, parte dessas terras foram vendidas e mais tarde foi formada ali uma colônia administrada por Eliseu Jardim (TASSINI. *Op. cit.*, p. 28, e depoimento oral da profª Ismaíla Moura Neves - 1992).

## OS TEMPLOS DO ANTIGO ARRAIAL



Esquissada a singela descrição que tentamos fazer do arraial, dedicamos, agora, alguns períodos aos seus templos e outros símbolos católicos, então nele existentes, e dos quais hoje só nos resta o corpo maltratado da Matriz da Boa Viagem, ainda assim condenada à destruição.\*

**I – Matriz da Boa Viagem** – Erguida ao centro do Largo que lhe tomava o nome, no cruzamento das ruas de Sabará, Capão e General Deodoro, formando estas duas últimas como que um segundo plano do povoado, com mais de 4 m de elevação sobre o nível da primeira, a velha matriz ficava como soterrada pelo lado da última daquelas ruas, arrimada ao muro do adro, dentro do qual havia um relógio de sol ao lado de uma bela e olente esponjeira. Em torno do adro estendia-se um gramado verde e natural, em ligeiro declive, alastrando-se pelo Largo, até as margens do córrego Acaba-Mundo.

Era um templo mal estilizado, exteriormente deselegante, acaçapado, de linhas incorretas, sem ornato, pesado e desproporcional. Media 36 m e 60 cm de comprimento sobre 15 m e 60 cm de largura e 18 m de altura, da base do vértice das torres. Sua fachada era baixa e de feio aspecto. Tinha a porta da entrada encimada por duas janelas e, aos lados, as duas torres. Na torre direita havia um relógio antigo que badalava as horas. Entre o tapa-vento e a porta da entrada, à esquerda, ficava a pia batismal, sem arte, num bloco de pedra sabão. O corpo principal e a nave eram construídos de pedra e, pequena parte, de tijolo cru. No corpo da igreja achavam-se alguns quadros da via-sacra, duas tribunas, dois púlpitos, o coro, com um harmônio, e 4 altares; os do lado do Evangelho, um com o Senhor dos Passos, Nossa Senhora das Dores, S. João Evangelista, Santa Maria Madalena, S. João Batista, S. José, S. Francisco de Assis, S. Sebastião e, na urna, o Senhor Morto; em outro, Nossa Senhora do Rosário. Nos do lado da epístola, um com S. Miguel, Santa Quitéria, S. Domin-

\* Foi demolida anos depois.



*Matriz da Boa Viagem e respectivo largo.*



*Altar de S Miguel da extinta Matriz da Boa Viagem (foto de 1894).*

gos Gusmão e Nossa Senhora das Mercês, em outro, Nossa Senhora da Conceição, Santa Luzia e Santa Bárbara. Todos esses altares haviam sido dourados em 1808. As imagens de S. José e S. Domingos foram feitas pelo curralense habilidoso Sr. José Aires de Miranda Costa, que as trabalhara durante longo tempo, a canivete.

Na capela-mor havia um altar com imagens de Nossa Senhora da Boa Viagem e Nossa Senhora da Conceição, e, em dois nichos laterais, Santo Antônio e S. João Nepomuceno. Aí se viam ainda quadros da via-sacra e dois painéis com a Anunciação e o Casamento de Nossa Senhora.

Nas duas portas de entrada para o trono lia-se a data 1788. Nas naves, que eram de estilo barroco, tanto no corpo da igreja como no altar-mor, havia pinturas bastante antigas.

Do lado da Epístola ficava a capela do Santíssimo Sacramento, com as imagens do Sagrado Coração de Jesus ao centro e as de Nossa Senhora de Lourdes e S. José aos lados. Do lado do Evangelho ficava a sacristia com um arcaz e sobre ele um nicho com o Senhor Ressuscitado; ao lado, um lavabo de pedra sabão com a data de 1793\* e um retrato do bispo D. Viçoso.

As torres eram de madeira, desproporcionais em comparação com o resto da igreja, medindo, cada uma, 4 m e 20 cm, de pé direito, assentada sobre o corpo do edifício. A ornamentação interna do templo era em geral pesada e sobrecarregada de tintas douradas, que fatigavam a vista. As duas datas acima reproduzidas indicavam que a sacristia só fora construída cinco anos depois do altar-mor, ignorando-se a data precisa da construção do templo.

À frente da igreja ficava o cemitério, fechado por pequeno adro, cuja terra empapada de óleo humano e entremeada de ossos, acusava excessiva quantidade de cadáveres humanos que havia recebido, além da sua capacidade. Aí, a abertura de uma cova era espetáculo curioso para os desocupados, que se divertiam vendo desenterrar quatro ou cinco ossadas juntas. Tempos antes, os enterramentos se faziam também dentro da matriz.

A 27 de março de 1894, Alfredo Camarate, fino espírito de artista e um dos ótimos cooperadores na construção da nova capital, escrevia no *Minas Gerais*, sob o pseudônimo de Alfredo Riancho, esta encantadora crônica sobre os templos, as vozes e costumes do arraial, com o título "Por montes e vales":

"Belo Horizonte tem duas igrejas; proporção modesta, comparada com o grande número de templos que têm todas as cidades, vilas e povoações do Estado de Minas.

A que fica no centro da população e que é matriz, tem uma fachada de estilo barroco; mas representa um mau exemplar desse mau estilo de que Minas possui edifícios notáveis, pela pureza desse gênero arquitetônico pesadão e destituído desses donairosos lineamen-

\* E o mesmo que se vê ainda hoje, em forma de chafariz, atrás da catedral. É tudo o que se conservou do velho templo! (Nota da 2ª edição). Somente o lavabo é da antiga matriz. A peça ornamental em que está assentado foi projetada pelo arquiteto Dario Renault Coelho, por ordem do Dr. Benedito Santos e executada pela Prefeitura.

tos que, nos outros estilos, parecem emergir do solo e, por meio de altos campanários, agulhas e cúpulas, levarem as preces dos fiéis ao etéreo seio de Deus.

Vista de lado, porém, a igreja tem boas linhas, e o conjunto dos telhados denota que o seu arquiteto sabia bem o riscado.

Por dentro tem poucas pinturas, e essas, suponho, que sejam más; e digo "suponho" porque a sanha e vandalismo dos restauradores foi tão grande, nos princípios deste século, sobretudo no Estado de Minas, que é muito possível que por baixo daquelas pastadas infrenes dos restauradores haja obras-primas de pintura; fato que se dá particularmente em Mariana, Ouro Preto e em muitas outras localidades deste Estado.

Em obras de talha, é a igreja de Belo Horizonte bastante notável.

As duas primeiras capelas laterais têm estilo, grande nitidez, originalidade na ornamentação e uma certa liberdade no agrupamento das linhas; o que indica que o entalhador, se bem que respeitasse o estilo, tinha muito sofríveis tendências para pôr de parte os preceitos do academicismo e deixar-se levar, livre e serenamente, pelos impulsos da sua inspiração.

O altar-mor, conquanto notável também, é de estilo menos puro e muito menos elegante e fino na minuciosidade dos ornatos.

Em duas pequenas portas, que dão acesso ao trono, está a data 1788, que me parece corresponder à construção de todo o edifício.

O templo está muito limpo e os seus paramentos e alfaia depõem muito em abono da piedade cristã do povo de Belo Horizonte. No cruzeiro da igreja e um pouco à direita, está um harmônio.

Colocaram-no talvez ali para guiar mais de perto as orações dos fiéis; porque a igreja possui um bom coro e mesmo com uns balaústres admiráveis e atrevidamente torneados!

Dizer que este povo é muito religioso, é cair numa redundância, quando se conhece a nossa gente, e bem lhe haja por isso; porque eu, que ainda não fui atacado pelas pretensas conquistas do positivismo, sempre entendi que, da religião, quando não transviada em sendas alheias ao seu benéfico caminhar, têm provindo mais bens do que males à sociedade.

Todas as senhoras, ao entrar no templo, põem em cima da cabeça um lenço branco. Só conhecia este costume por vê-lo na Itália meridional; mas afiançam-me que, em muitas outras localidades de Minas, existe igualmente.

Parece que esta cerimônia provém de determinações ou, antes, conselhos do Papa Lino II, que dizia que, assim como os anjos até velavam as faces diante de Deus, assim, com mais sobejidão de razões, as deviam velar os pecadores.

Do velar as faces a cobrir simplesmente o alto da cabeça com um lencinho branco vai uma grande diferença; mas todos sabem que o belo sexo, apesar dos seus sentimentos eminentemente religiosos, sempre acha meios de encontrar processos aceitáveis de, com a consciência isenta de remorsos por pecados de monta, operar todas as transformações possíveis, tais como a de substituir um longo véu por lencinho exíguo, e acho que nisto

têm razão as mulheres, porque tornam patentes e embelezadas as melhores criações do criador.

A todas solenidades religiosas, a que tenho assistido, sempre houve cantoria. Todos os motetos são executados a três vozes, por um grupo de fiéis, que fica junto ao sacerdote e repetidos, quase sempre, também, a três vozes, pelo povo.

Entre o primeiro grupo há uma voz de senhora, potente, vibrante, muito afinada; mas também com todos os vícios da emissão, aliás muito naturais em quem nunca cultivou a arte do canto e que, de mais a mais, nas repetidas festas desta igreja dá, em voz, tudo quanto tem e mesmo mais do que era lícito exigir-lhe.

As outras partes conjugam afinadas com a primeira e, como a música fosse escrita por bom e sabido mestre antiquíssimo, e de quem nem sequer a tradição fornece o menor dado, há intervalos difíceis, mas que os cantores atacam com elogiável firmeza.

Entre os coros do primeiro grupo, há uma voz de baixo clara e que, em certos trechos, mantém um pedal de grande beleza. O povo responde sempre ao primeiro coro, com igual afinação e sobretudo com o imponente efeito das grandes massas corais.

Entre os fiéis há um meio soprano-contralto, com uma voz muito bem timbrada, arredondada nos centros e sempre muito igual em todos os registros. Está, talvez, perdida, naquela grande coletividade de cantores, uma *prima-dona* de primeira ordem.

Entre os homens que cantavam no corpo da igreja, ouvi também um barítono e dois baixos cantantes muito aproveitáveis.

O sacerdote ainda é novo e muito dado à arte da música, que cultivava regularmente e, por isso, as festas da sua igreja hão de ter sempre o caráter religioso e artístico, que deriva de um bom sacerdote e de um bom amador de música. Havia também, em Belo Horizonte, uma banda de música composta de cerca de 20 figuras. A ausência de mestre e, portanto, a falta de renovoamento de repertório e de disciplina artística, foi dispersando, pouco a pouco, todos os elementos e, atualmente, a filarmônica de Belo Horizonte apresentou-se, na procissão do Depósito, apenas com cinco figuras e, ainda assim, uma delas fora requisitada de outra localidade próxima. A procissão que se realizou na noite de 17 do corrente (março de 1894), levava um préstito extraordinário. Como a banda de música não pudesse ir tocando continuamente, e os fiéis que acompanhavam a procissão fossem no mais respeitoso silêncio ainda aumentado pelo surdo pisar na terra das ruas, aconteceu passar-me a procissão por defronte das janelas da casa onde residio sem que eu a pressentisse. Vi-a já de escorso pela cauda do préstito.

Uma grande massa de povo, em que avultam as mulheres quase todas vestidas de branco, que se tornava solenemente azulado, por um luar de uma ostentação tropical. O céu límpido, profundamente cerúleo, estava recamado de cintilantes estrelas e aquela serpente humana, picada por centenaes de pontos luminosos, ondulava muda pela extensa rua. Nunca as harmonias da lacônica filarmônica local deviam ter perturbado aquela majestosa harmonia da natureza.”<sup>176</sup>





*Altar do Sagrado Coração de Jesus da extinta Matriz de Boa Viagem (foto de 1894).*



*Altar de N. S. das Dores da extinta Matriz de Boa Viagem (foto de 1894).*

Além de outros párocos já mencionados nesta obra, e dos muitos cujos nomes não conseguimos saber, teve a matriz mais os seguintes: padre Felipe da Silva, 1762; padre Luís Nogueira da Costa, 1763; padre Bernardino José de Aquino, padre Manuel Roberto e padre Pimenta, de 1850 a 1878; cônego Raimundo Vaz de Melo, de 1878 a 1880; padre Francisco Taytson, de 1881 a 1886; padre Francisco de Sousa Machado, de 1887 a 1892; padre Francisco Martins Dias, de 1893 a 1904.

O padre Martins Dias, a princípio, era vigário em Vila Nova, com jurisdição alargada até Belo Horizonte. Como, porém, se conduzisse a contento geral na direção espiritual desta freguesia, o povo pediu a sua nomeação definitiva, que o bispo lavrou a 7 de setembro de 1893, data em que foi efetivado como vigário.

Ninguém sabe o destino que teve todo o arquivo da freguesia. Dele nada resta, ao que parece.

Dentro do período abrangido pela nossa narrativa, não estava resolvido se a Matriz da Boa Viagem tinha ou não patrimônio, tal a falta absoluta de documentos que o provassem.

Em vão os seus últimos párocos revolveram arquivos, pesquisaram, indagaram; inutilmente envidou os maiores esforços nesse sentido o bispo de Camaco,<sup>178</sup> D. Silvério Gomes Pimenta, então auxiliar diocesano de D. Antônio Maria Correia de Sá e Benevides e depois sucessor deste. Inúmeras cartas e ofícios trocou aquele prelado com os últimos párocos da Boa Viagem, mas sempre em pura perda, pois no arquivo da paróquia não havia livros nem documentos, ou qualquer apontamento que fizesse menção à existência de tal patrimônio. Acreditava-se, entretanto, que esse patrimônio teria forçosamente existido, representado, talvez, pela área de terra ocupada pelas circunjacências da matriz. Suspeitava-se que mãos criminosas, servindo-se da negligência dos antigos párocos ou abusando de sua boa-fé, houvessem lançado mão indébita a essas terras, retalhando-as e vendendo-as como próprias, depois de terem feito desaparecer os respectivos documentos.

A esse respeito escreveu o *Jornal de Minas*, de Ouro Preto, datado de 15 de julho de 1891, sob o título 'Belo Horizonte':<sup>177</sup> "Tem vindo ao tesouro da fazenda de Minas denúncias do coletor de Sabará acerca das vendas de terras no Belo Horizonte.

O coletor inculpa o tráfico de ilícito na presunção de que as terras sejam do Estado.

É inteiramente falsa a base das denúncias, visto como o Estado ali nenhuma extensão de terras possui, salvo se não as tais coroas secas<sup>178</sup> de que nos falou o pitoresco Sr. Dr. Herculano Veloso.

No Belo Horizonte há uma certa superfície em comum, chamada terra do povo; porque não é terra que em direito se diga de domínio público.

Essa terra pertencia à matriz, deixada ou doada para o patrimônio, o que sabemos por tradição e não por documentos, que não se acharam ainda.

Um procurador da irmandade, porém, tendo necessidade de dinheiro para consertar, há anos, o templo, concordou com os habitantes do lugar para que estes lhe fornecessem

quatrocentos mil réis, dando-lhes em venda ele o terreno, que ficaria assim pertencendo ao povo da freguesia.

Esta transação é evidentemente nula, pois que o procurador não estava habilitado a fazê-la.

A matriz, portanto, é ainda judicialmente a proprietária dominical. Entretanto, como o terreno estava usufruído pelo povo, logo que se disse ia para ali a capital, cada um habitante dos mais espertos entendeu que podia vender a parte que lhe pertencia; e efetivamente houve para isso ali uma partilha entre eles.

É sobre estas frações que se têm efetuado as vendas! Se o terreno ficou validamente vendido pela matriz ao povo do lugar que contribuiu para os quatrocentos mil réis, é questão de direito; mas que em boa-fé os contribuintes' estão negociando aquilo que julgam seu, é o que se pode afirmar.

O Sr. coletor, pois, a denunciar, deve ser ao bispo, administrador dos bens eclesiásticos.

O Sr. ministro do tesouro nada tem com isso. Deste fato proveio a suposição de ser devoluto o terreno. Mas não é. E agora somos nós que com todo prazer vimos advogar os direitos dos habitantes de Belo Horizonte."

Não se sabe se ficou provada ou não a legalidade da venda, mas a verdade é que, quando o Estado, por via da Comissão Construtora, teve de proceder às desapropriações para construção da nova capital, todos os proprietários de terras em Belo Horizonte exibiram seus títulos, que foram aceitos como legítimos.

**II – Capela do Rosário** – Seguindo-se pela Rua General Deodoro e subindo-se pela do Rosário, chegava-se ao largo que tinha igual nome, em cujo centro se erguia a Capela de Nossa Senhora do Rosário, sem beleza, sem arte, mas admiravelmente bem colocada, em um alto, de onde se descortinava belo panorama do arraial.

Nesse largo, em frente à casa em que pouco depois se instalou o Hotel Lima, casa do capitão José Carlos Vaz de Melo, ficava essa bela árvore – a Saponária –, ainda hoje existente na Avenida Álvares Cabral.

A capela era um templo muito simples. Não tinha torres. Media 8m77 de frente por 30m50 de fundo e 10m13 de altura, contornada por um paredão de pedras de 0,33 de espessura e 1,35 de altura. Nesse adro também se faziam sepultamentos. Ficava situada, mais ou menos, no atual cruzamento da Avenida Álvares Cabral com a Rua da Bahia. Esse pequeno templo completamente desprovido de ornatos e alfaia, quase nada tinha de interessante.

O sino desta capela acha-se na torre de uma das igrejas de Contagem. Data de 1822, ano da proclamação da nossa Independência.

**III – Capela de Santana** – Deixando-se o Largo do Rosário e seguindo-se pela Rua da Boa Vista, que de norte para sul se dirigia rumo ao local em que fica hoje a Secretaria da Agricultura, chegava-se à Capelinha de Santana, erguida um pouco além e abaixo daquela

secretaria, na rua que tinha o nome da mesma santa, rua essa que se alongava na direção da atual Rua de Sergipe, até o local onde está hoje a Avenida Cristóvão Colombo, nascendo e terminando na mencionada Rua da Boa Vista. Aquele pequeno templo rústico e inacabado tem uma história muito interessante, toda entretecida de lendas e milagres, pelo que lhe dedicaremos o capítulo seguinte.

NOTAS

- 176 CAMARATE, Alfredo [Alfredo Riancho]. Por montes e vales *Minas Gerais*. Ouro Preto, p. 2, 28 mar., 1894.
- 177 BELO Horizonte. *Jornal de Minas*. Ouro Preto, p. 1, 15 jul., 1891.
- 178 Segundo o padre José Carlos Barbosa, Coroas Secas era o nome de um logradouro que pertencia às terras do Estado, enquanto Bispo de Camaco refere-se a uma diocese não mais existente, servindo apenas de título para um bispo auxiliar. Trata-se, então, de uma diocese imaginária (informação fornecida pelo padre José Carlos - PUC/MG -, em abril de 1992).

## A CAPELINHA E OS MILAGRES DE SANTANA

A

capelinha de Santana, como dissemos, era um templo pequeno, rústico, não-acabado, erguido no alto da rua de igual nome, de onde o olhar do observador podia gozar formosíssimo panorama de Belo Horizonte. Era o mais humilde dos templos, mas nenhum outro o superava no particular de suas lendas e milagres. Contando a sua história, escreveu Horácio Guimarães, no *Álbum Católico* do Sr. Edward Nazário Teixeira, citando o testemunho dos Srs. Antônio Silveira e Antônio Batista Vieira, a viúva do saudoso Sr. Guilherme Ricardo Vaz de Melo e o Sr. Ernesto José de Aquino, sapateiro no Calafate:

“Essa capela simples e rústica como a alma de quem a edificou, tinha, entretanto, uma história comovente, toda entretecida de milagres e de arroubos de fé ardente, a atestarem a crença robusta dos primitivos curralenses. Foi seu construtor um velho caboclo de nome João Evangelista, sendo que os recursos para a sua feitura eram fornecidos pelos próprios milagres da padroeira que, ao simples contato ou à simples vista da sua imagem, curava os enfermos e aliviava os mais rebeldes padecimentos. Das esmolas que lhe davam os beneficiados pela santa, destinava o caboclo a melhor parte às obras da capelinha, tirando, como era natural, pois era velho e doente, das sobras, o necessário para sua subsistência. A fama dos milagres tão altos, operados pela imagem da Senhora Santana, de que se dizia humilde servidor o velho caboclo, cresceu tanto que não tardou a atrair para o seu feliz possuidor o despeito e a inveja de alguns curraleiros mesquinhos, que o denunciaram ao padre Bernardino José de Aquino, virtuoso vigário da freguesia, como um embusteiro, que vivia de explorar com a santa, de que se dizia devoto, sustentando a sua malandrice com os óbulos destinados à capelinha.

O pobre caboclo não deixou de sentir-se fundamente magoado com a guerra que lhe moviam os seus gratuitos inimigos e, procurando o vigário, protestou-lhe, de joelhos e debilhado em lágrimas, a sua inocência. Era uma calúnia que lhe levantavam os seus acusadores e, para prova de como era verdade o que afirmava, pediu à Senhora Santana

que fizesse brotar os esteios da capela que em sua honra erijira. E a sua súplica foi atendida: aqueles esteios, que eram feitos de aroeira, cobriram-se de verdes e viçosas folhas, que o povo, na sua fé simples, mas robustecida ainda pelo milagre daquela estranha ressurreição vegetal, se apressou em colher, uns para delas se utilizarem como lenitivos nas suas dores e doenças, guardando-as outros como preciosa relíquia.

Daí por diante, deixaram em paz o honrado caboclo que, depois de passar o resto da vida venerado por todos, morreu, anos depois, na humilde choupana da imagem que tanto o protegera. E mesmo ao morrer atestou ele ainda a fortaleza da sua fé e o poder miraculoso da santa de que se fizera humilde servo.

O dia de seu traspasse, que coincidiu com o da festa da Senhora Santana, ficou assinalado por um acontecimento estrondoso. Tinha ele por costume ir pôr, todos os domingos, uma vela acesa aos pés da santa. Doente, porém, já moribundo, não pudera, então, ir cumprir o dever piedoso, a que já se habituara. Pois, apesar disso, no dia de sua morte, lá estava, como de costume, a vela a arder aos pés da santa imagem, sem que até hoje se saiba quem foi que a colocou ali.

Milagre! exclamaram todos, e o próprio vigário, chamado a testemunhar o fato, curvou-se ante a evidência, vendo naquela vela a consumir-se a alma pura do caboclo curraleiro que subia serena, aos céus. Maravilhado, pediu que lhe levassem a cera derretida para que a guardasse como uma relíquia.

A capelinha tosca desapareceu do local em que existiu, como obra frágil que era, erguida, embora, pela fé robusta. Hoje dela só existem o clichê documentativo que estampamos e a imagem milagrosa que a habitou, piedosamente recolhida por um antigo habitante do Curral del Rei, o Sr. Batista Júnior, cuja família conserva com carinho e respeito a tão veneranda santa".<sup>179</sup>

"Da portentosa imagem de Senhora Santana, havida em tão grande e merecida veneração pelos habitantes de Curral del Rei, contam os antigos moradores do arraial tantos e tão variados prodígios, que seria impossível resumi-los numa notícia" - diz ainda o *Álbum* citado e prossegue: "Ninguém até hoje se lembrou de registrá-los convenientemente, uma vez que é a tradição popular a única fonte onde podemos hauri-los, esforçando-nos por os relatar com a máxima fidelidade e isenção de ânimo".

Dentre os miríficos milagres com que a preciosa imagem edificou os devotos habitantes do Curral del Rei e adjacências, um há, praticado em relação a uma veneranda matrona, então residente em Sabará, que a todos os outros excede, tendo causado a mais viva impressão a quantos o presenciaram. Vendo que o seu marido, irremediavelmente condenado pela falível ciência dos homens, ia morrer, a inconsolável esposa do coronel Damaso Brochado, sentindo que não poderia viver sem ele, invocou, banhada em lágrimas, à santa imagem, suplicando-lhe não permitisse que ela sobrevivesse ao fiel companheiro de tantos anos. Uma vez que o tinha de perder, que a levasse também com ele.

A bondosa santa não só a atendeu, como fez ainda melhor: poupou-lhe o espetáculo



*Extinta Capelinha de Santana, que existiu na Rua de Santana,  
no local que hoje fica atrás das Secretarias do Interior e de Viação e Obras Públicas.  
Foi demolida em 1894.*



pungente da agonia do esposo. Duas horas pouco mais ou menos antes de falecer o coronel Damaso, ela que, entretanto, nenhum sintoma, pelo menos aparente, de moléstia apresentava, que pudesse justificar o imprevisto desenlace, entregava a alma ao Criador, precedendo, assim, na morte, o honrado ancião com quem por tanto tempo convivia e de quem não queria, por causa alguma, separar-se, nem mesmo na hora extrema.

O caso estupendo ainda hoje é comentado com assombro pelos parentes mais próximos do coronel Damaso Brochado, que deixou numerosa e honrada descendência, que poderá autenticar a veracidade do que aqui deixamos sucintamente narrado.

Com o coronel Damaso, que era comandante da Guarda Nacional de Sabará, tendo tido, nesse caráter, ocasião de prestar, na revolução de 42, bons e leais serviços à legalidade, deu-se ainda um fato curioso, que atribuiu ele à intervenção milagrosa da Senhora Santana de quem, como sua esposa, foi sempre fervoroso devoto. Um projétil contra ele endereçado do campo inimigo, em vez de atingi-lo, entrou pela boca de sua carabina, ficando-lhe encravado no cano. O fato foi verificado, com espanto, pelos seus companheiros de armas, que, não podendo nele ver uma simples coincidência, foram obrigados a admiti-lo interessante como resultado de uma intervenção sobrenatural."

Essa capelinha de Santana, ameaçando ruína, foi demolida em 1894 pela Comissão Construtora da Nova Capital, logo no início de seus trabalhos.

## NOTA

179 TEIXEIRA, Edvar Nazário *Álbum católico do Estado de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1923, p. 57.

## OUTROS SÍMBOLOS CATÓLICOS - AS ERMIDAS - FESTAS RELIGIOSAS E PROFANAS



**Oratórios** – Existiam no arraial 4 oratórios ou “passos”, destinados aos ofícios da Semana Santa, os quais foram derrubados na mesma ocasião em que o fora a Capela de Santana. O primeiro desses oratórios, denominado pelo povo “passo do Maximiliano Batista”, ficava na Rua de Sabará, onde está hoje a Capela do Sagrado Coração de Jesus. O segundo, situado no local em que se dá hoje o cruzamento das ruas Pernambuco e Timbiras, também na Rua de Sabará, denominava-se “Passo do José Joaquim”; o terceiro ficava na Rua General Deodoro, próximo ao sobrado em que mais tarde funcionou a Comissão Construtora, hoje mais ou menos entre as ruas Sergipe, Timbiras, Guajajaras e Avenida João Pinheiro. O último, denominado “Passo de Santa Rita”, ficava também na Rua General Deodoro, em ponto que não precisamos bem.

**Via-crucis** – Um pouco abaixo do local em que está o Palácio Presidencial, nas proximidades da Capela de Santana, havia no arraial uma via-crucis campal, abrangendo uma área de 1.600 m<sup>2</sup>, toda murada de taipa, resguardando 14 cruzes. Fora erigida pelo missionário frei Francisco de Coriolano, em 1853, ao tempo em que fora também levantado no Pico do Taquaril enorme cruzeiro, destruído mais tarde por faíscas elétricas. Essa via-crucis destinava-se ao ofício da via-sacra e foi destruída pela Comissão Construtora da Nova Capital, quando se fez a esplanada para a atual Praça da Liberdade e ruas adjacentes.

**Cruzeiros** – Além do cruzeiro acima referido, erguia-se outro ao sul da povoação, no local onde termina hoje a Avenida Afonso Pena, Praça do Cruzeiro. Escolhido mais tarde aquele local para a construção da Matriz da Boa Viagem, foi o sagrado madeiro arrancado, sendo, posteriormente, colocado outro ali, em substituição, o qual deu nome ao bairro, que é dos mais aprazíveis da capital. Este último, erguido em 1900, em comemoração do centenário, também foi arrancado agora, em 1928, para os serviços de desmonte que a Prefeitura está executando.

Outros cruzeiros ainda existiam em torno de Belo Horizonte, nos lugares denominados Ressaca, Pastinho, Bom Sucesso e Calafate.

**Ermidas** – Três ermidas contava o arraial em suas proximidades. uma na ‘Ressaca’ ou ‘Nova Floresta’, junto à fazenda do Sr. Joaquim Ferreira da Luz; outra na fazenda do Sr. Cândido Lúcio da Silveira; a terceira no lugar denominado ‘João Carlos’,<sup>180</sup> cujas terras pertenciam, então, ao Sr. João José da Cunha. Desta, porém, só restavam ruínas, ao passo que nas duas primeiras, pequeninas, singelas, desguarnecidas, mas cheias de suave poesia, os fiéis dos arredores reuniam-se todos os anos para as desobrigas quaresmais, com o que muito se compraziam os fazendeiros que as possuíam. De todas, entretanto, a mais notável seria a de ‘João Carlos’, a 5 km do arraial, pois denotava nos seus restos ruinosos eloquentes vestígios de recuadíssima antigüidade. Acrescia ainda que, a alguns passos de distância dela, avistava-se uma cruz de baraúna, na qual se lia a data de 1778, muito anterior às duas datas que se encontravam na Matriz da Boa Viagem.

**Festas religiosas e profanas** – Belo Horizonte, como todas as localidades do nosso Estado, sempre teve as suas festas tradicionais, religiosas e profanas, nas quais a população se divertia, esquecida, por momentos, das preocupações e trabalhos da labuta pela existência.

Segundo o padre Francisco Martins Dias, em seu livrinho citado, as festas religiosas principais eram: a da Padroeira, a 15 de agosto; a do Divino, a de Santa Ifigênia, a de S. Sebastião, a de Santo Antônio e as da Semana Santa.

A Semana Santa que, em tempos idos, fora celebrada com grande pompa, perdera muito de seu brilho nos últimos anos do arraial. Chegava-se a esta conclusão à vista do mau estado de conservação em que se achavam, por abandono, os quadros, painéis, candelabros e mais objetos destinados aos cerimoniais, em 1893.

Era coisa estabelecida competir à Irmandade do Sacramento\* as solenidades de Quinta-Feira Santa, dia que os fiéis denominavam do *jubileu*.

Na primeira domingo de outubro realizava-se o *Reinado* ou *Reisado*, a festa favorita dos pretos, os quais atroavam o arraial com os seus adufes, tambores, sambucas, puítas, e reco-recos, dançando em louvor de Nossa Senhora do Rosário.

Nesse dia, pela manhã, havia missa cantada e, à tarde, efetuava-se a cerimônia da deposição dos reis velhos e eleição dos novos, para o ano seguinte.

As festas de S. Sebastião e Santo Antônio eram realizadas irregularmente, ao passo que as do Divino e de Santa Ifigênia o eram com regularidade, em data precisa, sendo que nos últimos tempos do arraial eram efetuadas a 15 de agosto, juntamente com a festa da padroeira, que sempre foi a mais imponente de todas.

Ao aproximar-se o dia da festa da padroeira, o arraial assumia um aspecto particularmente festivo, tornava-se movimentado, alegre, afervorado nos preparativos.

\* Havia também a Irmandade do Rosário.



*Rua do Rosário, que partia da Rua General Deodoro e ia terminar no Largo do Rosário.  
Ficava situada mais ou menos na direção e no local da atual Rua Guajajaras.*

Os moradores das localidades vizinhas vinham todos a cavalo ou em carros de bois ou a pé, trazendo gêneros e utensílios que fossem necessários durante a permanência ali.

Hospedavam-se em casas alugadas ou próprias ou de parentes e amigos. E durante os quinze dias anteriores ao da festa a população se entregava às suas diversões favoritas, que eram bailes-ensaios animadíssimos, serenatas enternecidas junto às janelas das lindas horizontinas; e eram bandos de moças estudando cânticos sagrados, que teriam de ser ouvidos na festa; e eram exercícios de cavalhadas, em que os rapazes se amestravam no esporte de tirar argolinhas...

As cavalhadas consistiam em uma rememoração ao vivo das antigas lutas entre mouros e cristãos da Idade Média.

Em um vasto circo ou praça rodeada de palanques vistosamente enfeitados e destinados à assistência, os cavaleiros, vestidos a caráter, com cores distintivas, montados em cavalos ajaezados, executavam várias evoluções, simulando combates, nos quais mostravam a destreza própria e de seus cavalos. Em um dos palanques alguém encarnava o imperador Carlos Magno, com os seus doze pares, assistindo às pugnas, nas quais se reconstituía o rapto da princesa Floripes.

A passagem, porém, mais interessante e animada era no fim, por ocasião da corrida das argolinhas. Os cavaleiros, armados de lanças, avançavam a galope, a fim de tirarem a argolinha pendente do alto de um arco.

Aquele que conseguia tirá-la, ia oferecê-la, na ponta da lança, e alguns dos espectadores, que ficava na obrigação de retribuir a distinção com um presente, geralmente fitas, peças de fazendas, etc., que o cavaleiro levava triunfalmente, dando voltas pela praça. Eram interessantíssimas as cavalhadas!

Ao passo que pelas ruas do arraial iam assim animados os preparativos para as festas, no interior das casas os aprestos não eram menos ativos. Senhoras e moças, de avental e mangas arregaçadas, andavam às voltas com as rendas, fitas, "crochês", canutilhos, preparando os seus vestidos à última moda ou cosendo fatos à fantasia para os contendores das cavalhadas, ou entregues à azáfama da fabricação de doces, sequilhos e cartuchos de amêndoas.

As costureiras, os alfaiates, os sapateiros não tinham mãos a medir, assoberbados de encomendas, com dia marcado.

No dia 14 o arraial parecia outro. Muitas casas haviam sido caiadas de novo, as ruas estavam ornamentadas e a todo momento chegavam mais hóspedes. E eram carros de bois, cavaleiros e pedestres que vinham para a festa; eram operários cavando a terra e estendendo as duas linhas de estacas dentro das quais se teriam de movimentar os dançadores, ao passo que outros cuidavam da ornamentação, com folhagens e flores, não somente desses passeios, mas também dos palanques em torno do circo destinado às cavalhadas ou às touradas, quando estas se realizavam, o que não era tão freqüente; eram os fogueteiros em atividade, preparando as girândolas e os fogos de artifício a serem queimados por ocasião

do levantamento do mastro. E assim, num anseio festivo, a população era despertada, no dia 15 de agosto, por vibrante matinada, ao espoucar de fogos, ao troar de dinamites, ao repicar de sinos, ao fanfarrear da filarmônica em alvorada, a percorrer as ruas.

O primeiro ato da festividade religiosa era a missa cantada, com música e fogos, na matriz, cujo largo regorgitava de povo em suas melhores roupas.

O templo tornava-se pequeno para comportar tanta gente, e era ali que se podia notar a formosura das moças do arraial e em que consistia o apuro e o bom gosto da mocidade no trajar, pois o que havia de melhor era para a festa da padroeira. E durante a missa podia-se admirar o excelente corpo de cantores sacros que, no velho coro da matriz, ao som do harmônio ou acompanhado por uma banda de música, despertava elogios, tão harmoniosas e bem timbradas eram as vozes que o compunham, conforme teve ensejo de observar o ilustre crítico musical e escritor Alfredo Camarate, quando ali esteve em 1894, já ao tempo da Comissão Construtora.

Como era de praxe, após a missa, os festeiros ofereciam aos músicos e ao povo uma lauta mesa de doces, ou então um grande almoço, bem regado...

Durante o dia entregava-se o povo a reuniões e folguedos profanos, até as 3 horas da tarde, quando saía a grande procissão, com virgens e anjos, acompanhada pela multidão de fiéis, em alas, levando muitos andores com santos, ao som da banda musical, entre cânticos sagrados e ao estourar de foguetes. As ruas eram atapetadas de folhagens, depois de bem varridas. Pelas janelas viam-se cortinas ornamentando as frentes das casas.

Quando a procissão chegava à igreja, de retorno, seguia-se o sermão. Depois do sermão era o *Te Deum*. O resto da noite e o dia seguinte se destinavam às diversões profanas: bailes, cavalhadas, touradas, representações teatrais de amadores em teatrinhos improvisados em casas de família, jogos não proibidos e serenatas à noite, segundo nos relatou em sua *plaquete* citada o padre Francisco Martins Dias.

Um dia mais e, com a retirada dos hóspedes rumando suas fazendas ou sítios, o arraial voltava à sua vida pachorrenha de todos os dias.

#### NOTA

- 180 João Carlos era uma região onde se situavam as antigas fazendas Pastinho (atualmente bairro Carlos Prates, em torno da Avenida Pedro II) e Calafate (grande região que deu origem ao bairro Calafate e outros conhecidos como Prado, Barroca, etc. - Depoimento da profª Ismália Moura Neves - 1992).

## NOMES DE ALGUNS ARRABALDES DO ARRAIAL



**alafate** – Duas versões eram correntes quanto à origem do nome desse arrabalde. A primeira, menos aceitável e só referida por uma ou outra pessoa, dizia, que em tempos remotos, houve ali dois irmãos latoeiros, muito hábeis em soldar e consertar vasilhame de folha de flandres, cobre ou zinco. Assim sendo, quem tivesse um tacho, uma cafeteira ou qualquer outra vasilha furada, levava-a aos dois irmãos e eles a *calafetavam*. Calafete isto, calafete aquilo, diziam, em vez de dizer conserte ou solde isto ou aquilo. De sorte que, do imperativo *calafete*, constantemente pronunciado e deturpado, teria nascido *Calafate*, que se ligou ao local em que moravam os dois irmãos...

Como dissemos, não nos parece verossímil nem aceitável esta versão mal urdida, que desprezamos, preferindo perfilhar a segunda, mais corrente, mais intuitiva, e que era explicada por um dos velhos moradores do bairro do Calafate, o Sr. José Aires de Miranda Costa.

Contava o Sr. José Aires ter ouvido de seus avós que, ainda nos tempos coloniais, um português vindo para o Curral del Rei comprara as terras da fazenda do Calafate, as quais ainda não tinham esse nome. Relacionando-se com os moradores das vizinhanças, aquele português contava-lhes, em conversa, que, em sua terra natal, exercera a profissão de calafate.

— Calafate? – perguntaram-lhe admirados. Mas que vem a ser calafate?

E o português explicava que a sua antiga profissão era a de calafate, isto é, calafetador de navios.

Jamais tendo ouvido semelhante palavra pronunciada e achando-a esquisita e interessante, os vizinhos do português gravaram-na logo e bem, não mais desligando-a do nome do proprietário e de sua fazenda. Assim, diziam – “o Calafate” ou “a fazenda do Calafate” – todas as vezes que se referiam ao português ou à sua propriedade. E o nome ficou ligado à fazenda, passando depois ao bairro, quando este nasceu.



*Trecho da antiga Rua de Sabará, proximidades do local em que hoje se acha a Rua Domingos Vieira.*



**Lagoinha** – O nome deste bairro é mais antigo do que o próprio arraial de Curral del Rei, conforme tivemos ensejo de ver pela carta de sesmaria de João Leite da Silva Ortiz, pois na designação da divisa das terras concedidas àquele bandeirante, no Cercado, já o local figurava com o nome de Lagoinha, que assim se chamou pelo fato de ter existido ali, outrora, uma lagoa, mais ou menos no local em que hoje ficam as ruas Diamantina, Itapecerica, Adalberto Ferraz e Formiga.

**Acaba-Mundo** – Este recôncavo da serra do Curral foi batizado assim, em tempos imemoriais, em razão da sua natural configuração formada pelas cumeadas altaneiras daquela serra, onde termina a garganta extensa, vindo do arraial, dando a impressão de que realmente ali acaba o mundo...

Foi essa a informação que nos prestaram antigos filhos do arraial.

**Piteiras** – Ignoramos a origem do nome deste arrabalde pouco além do Pinto. Provavelmente houve ali, em outros tempos, plantações dessa espécie vegetal, que lhe deram tal nome.

**Córrego Do Leitão, Bolina, Menezes, Pinto, Cardoso, João Carlos, Freitas, Bento Pires** – Os nomes de todos estes lugares originaram-se, segundo informes que obtivemos de velhos curralenses, de antigas famílias proprietárias das respectivas terras, sendo que Bento Pires era um bandeirante dos primeiros tempos das Minas e a quem já nos referimos em outra parte deste livro.<sup>181</sup>

**Ponte do Saco** – Temos ouvido muitas explicações relativamente à origem do nome dado a esta ponte sobre o ribeirão dos Arrudas,\* mas a única aceitável é a que nos diz que antigamente aquele ribeirão fazia ali, bem junto a uma velha ponte, no mesmo local em que está a atual, grande remanso ou “rebojo”, em forma de funil ou de “saco”. Por esse motivo a ponte tomou aquele nome de “Ponte do Saco”, o qual se estendeu ao bairro.

#### NOTAS

- 181 O córrego do Leitão, afluente do Arrudas hoje canalizado, percorria longo trecho desde a Rua Pe. Belchior, Praça Marília de Dirceu, parte da Rua São Paulo até a Avenida Prudente de Moraes. Bento Pires, atualmente região próxima à Lagoa da Pampulha (Depoimento da profª Ismailia Moura Neves – 1992).
- 182 PINTO, Alfredo Moreira *Apontamentos para o dicionário geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894-1899.

\* O Dr. Moreira Pinto, em seu *Dicionário Geográfico Brasileiro*, dá-lhe o nome de Ribeirão do Saco.<sup>182</sup>

## O HORIZONTINO E A SALUBRIDADE DO ARRAIAL EM QUE NASCEU



Muito propositadamente reservamos o assunto deste capítulo para o último lugar no estudo que nos propusemos fazer sobre o antigo arraial tornado a crisálida geradora da formosíssima nova capital de Minas, a fim de rendermos justa homenagem à sua inexcedível salubridade natural.

Consoante escreveram o padre Martins Dias e o Sr. Fábio Nunes Leal, o aspecto físico de alguns horizontinos ou curralenses denotava neles a inexistência dos dotes melhores das raças fortes. Salvas muitas exceções eram criaturas de compleição vulgar, pálidas, retraídas, pouco dadas à alegria, formando um contraste saliente com a beleza e invejáveis predicados de salubridade de sua terra natal, contraste que despertava, imediatamente, em quem o notasse, esta pergunta: por que são assim alguns filhos de um lugar tão belo e sadio?

E perquirindo-se sobre a causa ou causas determinantes de semelhante anomalia, chegava-se facilmente à descoberta da verdade, ao saber que a maior parte dos casamentos realizados no arraial o eram entre parentes, comumente próximos – conforme afirmou o padre Francisco Martins Dias e afirmam ainda velhas pessoas que habitavam o arraial.

Dizia-se que grande parte da população de Belo Horizonte era composta de meia dúzia de famílias entrelaçadas pelo casamento e cada vez mais se entrelaçando entre os seus descendentes, não sendo muitas as exceções que se faziam a esta regra geral.

Não é que houvesse carência de moços não aparentados, entre a população casadoura do arraial, para uma nupcialidade mais bem cruzada e mais conveniente, sob o ponto de vista da eugenia, não – acrescentava-se. O que havia era uma decidida pertinácia exclusivística de muitas famílias do antigo Curral del Rei, depois Belo Horizonte, em não permitir a comunhão de gente estranha em seu seio – asseverava o referido padre.

Ora, sabido como é, experimentalmente, que o casamento entre consangüíneos não sadios faz definhar as raças pelo enfraquecimento progressivo do sangue dos descendentes, com a consequente proliferação de casos patológicos e até teratológicos, aí temos a causa máter de não

ser dos melhores o aspecto físico de alguns filhos do antigo Belo Horizonte, segundo aqueles autores.

Além disso, o arraial era pobre, parco em conforto. As casas, exceção de poucas, nem vidraças possuíam para proteger a saúde de seus habitantes contra as intempéries da estação agreste do inverno, havendo mesmo algumas choupanas apenas barreadas, onde o famoso *barbeiro*, de Chagas, então ainda não estudado, sugava o sangue dos horizontinos menos favorecidos da fortuna e lhes injetava no já frágil aparelho circulatório o terrível tripanossomo, produtor de tantos males contra os quais eles não tinham remédio, se não a maior ou menor resistência física do próprio organismo.

Em última análise, entre as classes desprotegidas da fortuna, como era natural, notava-se a falta de certos preceitos higiênicos indispensáveis à vida humana.

Tanto isto é verdade que o tal fenômeno da aparência doentia de alguns horizontinos não se observava em relação à parte da população livre dos males apontados. E não se observava coisa notável! - principalmente quanto à maioria das mulheres, conforme o testemunho de muitas e respeitáveis pessoas antigas de Belo Horizonte com quem temos tido o ensejo de conversar a respeito. Segundo o testemunho dessas pessoas, em regra geral, com raríssimas exceções, as moças e senhoras filhas do arraial eram formosas, mesmo de rara formosura, fato que foi também notificado por espíritos austeros e do maior bom gosto, pertencentes à Comissão Construtora da Nova Capital, orçando por dezenas os casamentos realizados entre moças horizontinas e funcionários daquela Comissão. E nem era impunemente que de contínuo muitos rapazes de Sabará e de outras localidades vizinhas vinham tomar parte em bailes e outras diversões em que era fértil o arraial...

Mas o que é verdade é que, em razão das causas apontadas, uma parte da população se aferrava em permanente luta contra a natureza saudável e magnífica em que nascera e vivia, resultando dessa luta, ser a mesma natureza impotente para corrigir males cuja extinção não dependia das suas virtudes e do seu poder.

Entretanto, apesar de toda essa guerra continuada e desigual de algumas famílias horizontinas contra as excepcionais virtudes climatológicas da localidade, os médicos e farmacêuticos jamais tiveram que fazer ali, pois o clima ameníssimo de Belo Horizonte, as suas águas magníficas, o seu solo seco e sadio, a sua natureza rica em elementos de vitalidade valiam pelos melhores médicos e farmacêuticos que pudesse ter o arraial.

Para satisfazer às pouquíssimas exigências locais nas enfermidades ligeiras e comuns a todos os climas, bastava a Belo Horizonte o seu velho charlatão, o Sr. Jacinto Pereira, que, acumulando as funções de médico e boticário, quase nada tinha que fazer e estaria na miséria se não aplicasse a sua atividade em outros misteres mais rendosos.

Todavia, foi aquele contraste entre o aspecto físico de alguns filhos de Belo Horizonte e a natureza magnífica em que ele nascera que deu origem à formidável campanha mal intencionada, caluniosa, dos adversários da localidade, quando se pensou em escolher e quando foi ela escolhida para aí ser edificada a nova capital de Minas.



*Panorama do arraial de Belo Horizonte, antigo Curral del Rei,  
fotografia de um quadro a óleo de Celso Werneck.*



*Grupo que representa cinco gerações de uma das mais distintas famílias do arraial de Belo Horizonte, antigo Curral del Rei. Da direita para a esquerda: D. Camila Cândida de Jesus, com 92 anos, tetravó; D. Maria Batista Vieira, com 64 anos, bisavó; Antônio Batista Júnior, com 46 anos, avô; Elisabeth Batista de Figueiredo, esposa do Sr. Agnaldo de Figueiredo, com 20 anos, mãe do pequeno Antônio Abílio, de 2 meses, que se vê no colo da sua tetravó.*

Sem estudar as verdadeiras causas determinantes daquele contraste ou fazendo-se ignorantes em relação a elas, maldosa e perfidamente, os gazeteiros profissionais e mais inimigos de Belo Horizonte em vão furaram tambores e rebentaram clarins proclamando a insalubridade do lugar e vetando-o decisivamente por incapaz de satisfazer as exigências higiênicas necessárias a uma capital moderna.

Inventou-se a existência ali do bócio e da cretinice como males endêmicos e batizou-se o lugar pelo apelido perverso de “papudópolis”... Entretanto, era tudo mentira, invencionice, balela. Havia, incontestavelmente, como há em toda parte, um ou outro papudo ou cretino no arraial, pelos motivos já expostos, mas em número tão reduzido, que não poderia ser tomado como índice de endemia, nem tampouco como consequência de mau clima ou falta das demais virtudes de salubridade local, se não às condições pessoais de vida das próprias vítimas.

Havia e ainda há quem afirme que alguns daqueles papudos e cretinos foram levados propositadamente para o arraial por adversários truculentos da mudança da capital para Belo Horizonte, a fim de terem “base” para combater, pela imprensa, aquele pensamento, quando foi posto em foco.

Não sabemos se tem fundamento isso que dizem. O que sabemos, e está perfeitamente demonstrado à luz diáfana dos fatos, é ser dos melhores do mundo o clima de Belo Horizonte.

Em verdade, desde que se extinguiu o arraial, desde que foram outras as condições de vida dos respectivos habitantes em uma capital que é hoje o nosso orgulho e o nosso deslumbramento, ninguém mais ousou articular uma palavra contra a sua perfeita salubridade. Ao contrário, ela somente tem sido decantada em prosa e verso pelos mais competentes e esclarecidos espíritos, fazendo-lhe justiça.

Mas abstraíamo-nos de quanto hão dito e escrito sobre Belo Horizonte, enaltecendo-o, as maiores sumidades científicas, literárias e artísticas que nos têm visitado, para examinar tão-somente os aspectos reais que ele hoje nos apresenta em sua atual vida cotidiana.

Aí estão as estatísticas meticulosas a proclamar em algarismos irrefutáveis as suas invejáveis virtudes. Aí estão a alegria e o bem-estar de seus habitantes, porejando saúde no corpo e na alma, atestando a maravilha de seu clima. Aí estão os tuberculosos sem conta, que para aí vieram sem esperança de reaver a saúde perdida, e hoje, perfeitamente curados, se confundem entre os mais sadios, abençoando a salubridade de Belo Horizonte. Aí está a primeira geração da nova capital, um exército de moços fortes, viris, cheios de vitalidade, inteligentes e sonhadores, documentando os excepcionais predicados de salubridade de seu torrão natal. E aí está, finalmente, coroando e perfumando esse quadro, a plêiade encantadoramente linda das moças de Belo Horizonte, as primeiras horizontinas, que, pela sua beleza sutil, pela sua graça e vivacidade irresistíveis, pela sua saúde, elegância e inteligência, fizeram da nova capital um mirífico jardim humano, que surpreende, deslumbra e embevece a quantas pessoas nos visitam.

SEGUNDA PARTE

O PROBLEMA  
DA MUDANÇA  
DA CAPITAL

(1700-1893)

## A PRIMEIRA CAPITAL DE MINAS E A PRIMEIRA IDÉIA DE MUDÁ-LA



Como é sabido, nos primeiros tempos, após o descobrimento das Minas Gerais, o nosso território mais os de São Paulo e Rio de Janeiro, exceção feita de uma grande faixa do norte, que estava sob o domínio da Bahia, formavam uma única capitania, tendo por sede ou capital, Rio de Janeiro, onde residiam os governadores.

É certo que alguns destes vieram às Minas e aí praticaram atos administrativos, tais como Artur de Sá e D. Fernando Martins Mascarenhas, aquele em 1700 e este por ocasião da guerra dos emboabas, mas não é menos certo que ambos se demoraram bem pouco e por aqui estiveram sempre em viagens. O primeiro enriqueceu-se com o ouro que tirou a mãos cheias. O último não quis medir forças com o ditador Manuel Nunes Viana e regressou, apressado, para o Rio...

O último governador daquele primeiro período foi o capitão-general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho que, empossado a 11 de junho de 1709, com residência em localidade à sua escolha, preferiu Minas, para onde veio depois, lavrando atos em Sabará-buçú e Caeté e fixando residência, finalmente, em Ribeirão do Carmo (hoje Mariana).

Sete dias depois da sua posse, tendo havido a separação da Capitania do Rio de Janeiro, que ficou independente, passou Albuquerque a governar somente as de São Paulo e Minas (reunidas em uma só), ainda com residência nesta última, sempre em Ribeirão do Carmo, elevada a vila a 8 de abril de 1711.

Foi, portanto, Ribeirão do Carmo a primeira capital de Minas, dentro do nosso atual território, não obstante Albuquerque despachar, ora nesta vila, ora no arraial de Ouro Preto, elevado a vila, com a denominação de Vila Rica, a 11 de julho do mesmo ano.

Também os sucessores de Albuquerque, até o conde de Assumar (D. Pedro de Almeida), residiram sempre no Carmo, mas funcionavam simultaneamente nas duas vilas, conforme as exigências da administração, sendo que o Palácio do Carmo era emprestado pela Câmara e em Vila Rica servia de palácio um pequeno prédio da Pia Grande, hoje denominado Palácio Velho.





*Vila de Ribeirão do Carmo (hoje Mariana), primeira capital de Minas, tal como era em 1720, segundo um mapa das capitanias reunidas de Minas e São Paulo.*

Em 1720, o conde de Assumar, com o crescer de Vila Rica, onde a mineração de ouro tomara grande surto, e dadas as circunstâncias deste lugar se ter convertido em foco de rebelião e motins freqüentes, e tendo ainda em vista ser a vila do Ribeirão do Carmo muito próxima daquela, ambas, portanto, sobremodo expostas às arremetidas dos motineiros, concebeu a idéia de mudar a sede do governo para Cachoeira do Campo, pitoresca localidade onde os governadores veraneavam.

Assim foi que, se tendo de levantar na capitania as casas de fundição, o conde, de acordo com o diretor das mesmas, Eugênio Freire de Andrade, expôs ao rei, em carta de 30 de agosto de 1720, datada de Vila Rica, a conveniência de ser a principal das referidas casas construída na Cachoeira do Campo, para onde também se deveria transferir a residência dos governadores, com o que “se conseguiria toda a segurança e comodidade, por ficar a Cachoeira no centro das comarcas, entre campos dilatados que não só davam pastos aos cavalos (coisa dificultosa de encontrar em outra parte), mas também facilitavam as operações em ocasião de levante e tolhiam emboscadas. O sítio, de mais a mais, abundava em mantimentos”. E acrescentava o conde-governador: “Isto suposto, tendo nesta matéria consultado a Eugênio Freire de Andrade e as poucas pessoas zelosas que aqui se acham assentem todas ser convenientíssima ao serviço de V. Majestade esta resolução, e que a habitação dos governadores seja na sobredita paragem, para onde pretendo mudar a habitação, tanto me deram lugar os negócios desta vila e para este fim pedi a Aires de Saldanha me mandasse seis peças de artilharia de Livra de bala, porque o meu intento é cingir a casa da moeda e a casa do governador dentro de um reduto para que em caso semelhante ao passado\* se possa passar desde o princípio até o fim sem perdão e sem se conceder nada contra o que V. Majestade determina”. (Livro n. 4, reconstituído, p. 890, Sec. Col. - Arquivo Público Mineiro) <sup>183</sup>

Como ficou demonstrado, a primeira idéia de mudança da residência do governador e, conseqüentemente, da capital de Minas foi concebida pelo conde de Assumar em 1720. Essa mudança, porém, não se efetuou porque o rei nenhuma providência tomou a respeito, continuando, portanto, a sede do governo em Ribeirão do Carmo.

Criada, porém, a Capitania das Minas, independente, desmembrada da de São Paulo, por alvará de 2 de dezembro de 1720, quando D. Lourenço de Almeida tomou posse do lugar de governador, sucedendo ao conde, a 18 de agosto de 1721, na matriz de Ouro Preto, já instalou a administração definitivamente em Vila Rica, consoante às ordens que o rei lhe transmitira e em obediência a este tópico da carta patente de 23 de dezembro de 1720: “pelo que mando ao meu governador e capitão-general de São Paulo e Minas Dom Pedro de Almeida conde de Assumar, e em sua falta aos oficiais da Câmara de Vila Rica dêem posse ao dito Dom Lourenço de Almeida do dito governo da Capitania das Minas...”. (Livro n. 17, f. 5, Sec. Col. - Arquivo Público Mineiro). <sup>184</sup>

\* Referia-se o conde à Sedição de Vila Rica.

Está bem visto, pelo que ficou exposto, que foi Vila Rica a segunda capital de Minas e que o problema da mudança desta é tão antigo como a nossa existência de povo organizado, sendo sempre causa determinante dessa idéia a escolha de uma localidade onde a administração se sentisse confortada e segura. Mais tarde o ideal da mudança tornou-se ainda mais justificável, quando se desejou uma capital de onde pudesse irradiar para todo o território mineiro a civilização e a prosperidade que deveriam palpitar na capital, o que era impraticável, quer em Ribeirão do Carmo, quer em Vila Rica.

Esta vila fez-se, portanto, capital pela circunstância eventual de ser, no momento, o centro mais ativo e populoso da novel capitania. Mas desde o seu primeiro dia de existência viu-se claramente que a sua situação topográfica não lhe permitiria um desenvolvimento à altura da grandeza e prosperidade futura de Minas, e que o ser despojada de sua bela posição de capital era questão apenas de tempo, pois estava bem visto que, no futuro, tão grande território não poderia prescindir da sua cidade-paradigma, ao passo que Vila Rica estava muito longe, topograficamente, de realizar aquela aspiração, quando ela repontasse decisiva no cérebro da gente montanhesa.

## NOTAS

183 APM/SC04, f. 290 v., 294 v.

184 APM/SC17, f. 5

## II

### EVOLUÇÃO DA IDÉIA DA MUDANÇA DA CAPITAL DESDE A CONJURAÇÃO MINEIRA



segundo pensamento de se mudar a capital de Minas ainda surgiu no período colonial e coube aos conjurados de 1789, pois um dos pontos assentes no programa por eles delineado para a implantação de uma república em nosso país era esse. Efetivamente, lá está escrito à p. 68 da *História da Conjuração Mineira*, de Joaquim Norberto: “Seria a Vila de S. João del Rei a capital da República, ficando a Vila Rica, por compensação, a alta glória do assento das ciências, pois dotá-la-iam com uma universidade”.<sup>185</sup> Foi isso o que declararam vários conjurados, e, dentre eles, Domingos de Abreu Vieira, “por ter ouvido do padre José da Silva e do Tiradentes, que se reportavam a Alvarenga e ao vigário Carlos Correia, que a capital se mudaria para S. João del Rei por ser aquela vila mais bem situada e farta de mantimentos”.\*

Fracassado, porém, aquele belo movimento idealístico, em consequência das infames delações feitas ao visconde de Barbacena pelas almas negras dos réprobos portugueses, Joaquim Silvério dos Reis, Pamplona e Basílio de Brito, com a dolorosa consequência do suplício de Tiradentes e degredo dos demais conjurados, permaneceu a idéia de mudança da capital adormecida até a independência do Brasil, quando de novo começou a preocupar a atenção dos homens públicos, mas sempre travada por sérias correntes de opiniões contrárias, como se vai ver.

Em 1821, transformada a grande colônia portuguesa no importante Império do Brasil e, conseqüentemente, a Capitania das Minas em uma das maiores e mais ricas províncias do novo estado, salientou-se de modo notável a necessidade de se mudar a capital de Ouro Preto, que não estava em condições de ser o centro administrativo, político e quiçá econômico-financeiro de uma parte tão notável do País, a qual, pelo crescimento de sua popula-

\* No estudo que fazemos da evolução da idéia e solução do problema da mudança da capital, colhemos muitas e interessantes notas na bem-feita memória histórica *A Mudança da Capital*, da lavra do talentoso e paciente pesquisador Sr. Joaquim Nabuco Linhares.<sup>186</sup>

ção, pelo seu anseio de evoluir e por outros fatores que seria longo historiar, vinha tomando a dianteira entre as suas co-irmãs no desenvolvimento e prosperidade da pátria comum.

Foi então que a idéia de se transferir a capital de Minas para uma outra cidade, cuja situação topográfica melhor se prestasse a tão elevado fim, ressurgiu imperiosamente, tomando pé e concretizando-se em um propósito deliberado na consciência mineira.

Mas naqueles dias nevoentos do início do novo regime parecia ainda quase impossível a realização daquele grande ideal, não só pela formidável oposição que o povo de Ouro Preto desenvolveria contra qualquer movimento em tal sentido, como pela rivalidade que se levantaria entre as várias cidades de Minas, cada qual quebrando lanças por ser a preferida para depositária da tão alta glória de se ver convertida em capital.

Em 1833, entretanto, houve nova tentativa de mudança da capital, a julgar-se pelo seguinte trecho do discurso pronunciado pelo deputado Manuel Faustino Correia Brandão, muito mais tarde, na Assembléia Provincial, a 25 de junho de 1868, combatendo aquela idéia então de novo levantada no seio do parlamento:

“A matéria do projeto, Sr. presidente, pode dizer-se matéria velha, pois desde 1833 que se trata da mudança da capital, mas tais razões têm sido apresentadas contra essa idéia, que apesar da tenacidade com que tem sido sustentada, apesar de tudo, digo, o triunfo pertence a Ouro Preto, hoje capital de Minas.”<sup>187</sup>

É fora de dúvida portanto, que, em 1833, surgiu o terceiro movimento em prol da mudança da capital, já se esboçando a luta que viriam sustentar os ouro-pretanos pela conservação da sede do governo em seu torrão natal. Se aquele movimento não passou de tentativa frustrada como os anteriores, não se pode negar que a semente lançada pelo conde de Assumar, em 1720 e regada pelo sangue de um dos conjurados de 1789, ia medrando e robustecendo-se com o correr dos tempos e com a experiência dos fatos...

É assim que, em quarto lugar, repontou a idéia com o tenente-general Francisco José de Sousa Soares de Andréa, quando presidente da Província, em 1843-1844. Esse general ‘tentou mudar a capital da heróica e sempre legendária cidade de Ouro Preto’ - afirma o Sr. Nabuco Linhares, acrescentando: “Desconhecemos as razões que levaram o general Andréa a não converter em realidade o seu intento.”<sup>188</sup>

O general Andréa, embora tivesse nas mãos o bastão administrativo, viu anulados os seus bons desejos por motivo de ordem superior e porque, enfim, não havia chegado o tempo do amadurecimento de tão desejado fruto.

Ora, bem se via que naquele regime monárquico, de centralização absoluta de vontades, de pensar e de poder, seria difícil, mesmo para um governador de província, a realização de grandes empreendimentos, desde que a idéia não partisse do governo central.

Entretanto, aquele pensamento, como todos os bons pensamentos que, uma vez nascidos, não morrem mais, marchando sempre para o desejado fim, estava em evolução, pois, em 1851, era abordado desassombradamente pelo Dr. José Ricardo de Sá Rego, então presidente da província.



*Panorama da cidade de Ouro Preto, capital de Minas de 1721 a 1897.*

Esse administrador, em seu relatório apresentado à Assembléia Provincial, a 2 de agosto, dizia: "Faltaria a um dever que a consciência me impõe se, na ocasião em que venho expor-vos o estado dos negócios públicos e as necessidades que a província apresenta, deixasse de consignar algumas linhas à manifestação de uma das suas mais importantes necessidades, segundo minha opinião, e vem a ser a mudança da sede do governo para outro ponto da província.

Poderia, Srs., em uma longa série de argumentos demonstrar-vos que a cidade de Ouro Preto não oferece uma só das condições precisas para a capital de uma província tão importante como esta. Poderia descrever a sua decadência, mas que necessidade tenho eu de apresentar-vos esse quadro, quando o original está aí à vossa vista; quando aí se vos apresentam as ruínas de ruas inteiras; quando em lugar de uma população que outrora chegava a vinte mil almas, hoje aí a vedes reduzida a menos de cinco mil, como já deixei mencionado, quando enfim se vos apontasse os inconvenientes que oferece a sua localidade, nada mais diria do que o que estais sentindo a todos os momentos?

Algum acanhamento teria em expor-vos a minha opinião a este respeito, se não viesse auxiliar-lhe a autoridade de um homem cujas vistas de tanto alcance no futuro e gênio criador ninguém ousará contestar. E se ele tratando das condições de uma capital dizia em 1843 a respeito desta que - estava longe de satisfazer a todas essas exigências e mal poderia em qualquer tempo desenvolver-se com o esplendor e acúmulo de interesses que tocam à capital de uma província tão importante' -, hoje, observando o seu progressivo aniquilamento, não duvidaria enunciar-se pelo mesmo modo por que o faço.

Em minha opinião qualquer outro ponto da província seria preferível a este para sede do governo; creio, porém, que nenhum apresenta mais razões de preferência do que as cidades de Mariana e S. João del Rei, a primeira porque já possui a sede do governo espiritual, e pela sua proximidade não só facilita a transferência como quase nenhuma alteração produz nas relações que existem entre esta capital e os outros pontos da província; e a segunda, ainda mais, porque sua feliz situação, a amenidade de seu clima, a fertilidade de seu solo, a disposição para facilitar os transportes em toda a circunvizinhança da cidade e sua maior proximidade da ação do governo geral, são outros tantos motivos para torná-la em pouco tempo uma capital que não só corresponda à importância da província, mas até venha a ser a primeira cidade central do império."<sup>189</sup>

Foi essa a quinta tentativa, com a apresentação de um projeto inspirado naqueles argumentos do relatório Sá Rego, e ao qual, mais tarde, se referiu o deputado Francisco Teixeira do Amaral quando, em sessão de 8 de outubro de 1867, discursava, formulando, aliás, um detestável vaticínio separatista, que felizmente não passou da sua imaginação. Dizia o deputado Amaral: "O tempo e as necessidades futuras hão de trazer a divisão da província e com ela a necessidade da mudança da capital; hoje, porém, essa idéia não passa de uma brincadeira tal, que não há feito moessa no espírito público da capital; ninguém tem pensado nisso, ninguém julga ser um projeto sério esse apresentado entre nós, e por isso

digo que nasceu e morrerá, como já nasceu e morreu o apresentado nesta casa no tempo da administração do finado Sá Rego".<sup>190</sup>

Como se viu, nada menos de cinco tentativas haviam sido feitas, até 1851, para se mudar a capital, todas elas fracassadas, se bem que aquele nobre pensamento amadurecia sempre, cada vez mais, no espírito dos nossos homens públicos, nele fixando-se como uma necessidade indeclinável.

Já então todos aqueles que encaravam com ânimo sereno as mais imperiosas necessidades da Província de Minas, para a realização dos seus grandes destinos de civilização e prosperidade, não tinham dúvidas sobre ser a mudança da capital uma obra de alto patriotismo e o ponto de partida para a consecução de muitos outros empreendimentos dela decorrentes.

Mas, em contraposição aos bons desejos dos idealistas superiores, levantava-se, pugnaz e desenvolta, a muralha férrea dos antagonistas, defensores dos pequenos interesses regionais e até pessoais, não admitindo que se deslocasse a capital da velha, histórica e venerável Ouro Preto, cegos aos defeitos insanáveis e à péssima posição que ocupava aquela cidade para sede da capital de uma província que precisava progredir.

#### NOTAS

185 SILVA, Joaquim Noberto de Souza e. *História da conjuração Mineira*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1948, p. 68.

186 LINHARES, Joaquim Nabuco. *A mudança da capital: apontamentos históricos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1905.

187 É provável que este documento estivesse no Relatório ou fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial (1868), mas faltam-lhe páginas para confirmar.

188 LINHARES. *Op. cit.*, p. 7.

189 REGO, José Ricardo de Sá. Relatório. In: MINAS GERAIS. Governo. *Relatórios do governo mineiro: fala dirigida à Assembléia Provincial da Província de... Ouro Preto: Tip. Social*, p. 38, 1851.

190 AMARAL, Francisco Teixeira do. Discurso. In: MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa Provincial, 1867, Ouro Preto. *Anais*. Ouro Preto, 1867.



### III

## O DEPUTADO PADRE AGOSTINHO PARAISO QUERIA A CAPITAL NAS MARGENS DO RIO DAS VELHAS E LEVOU O SEU PENSAMENTO AO CONGRESSO

A

quelas cinco tentativas a que nos referimos vinham despertando interesse crescente em torno do assunto, e em toda a província já se discutia o problema da mudança da capital como uma necessidade urgente. Enxameavam as opiniões por que ele fosse levado aos debates no seio do parlamento. Mas conhecida a animosidade com que seria recebido qualquer projeto a respeito pelo povo de Ouro Preto, os nossos legisladores comodistas iam deixando-o no esquecimento. Era preciso um homem forte, destemeroso de impopularidade, cheio de talento, de vontade e de patriotismo para romper a pesada atmosfera criada pelos opositores. Mas qual seria esse homem capaz da coragem de levar o grande pensamento à assembléia, convertido num projeto de lei, e defendê-lo com desassombro?

Esse conterrâneo valoroso foi o padre Agostinho Francisco de Sousa Paraíso, deputado pelo 6º distrito eleitoral, cuja sede era a cidade do Serro e cujo mandato durou de 1864 a 1869. Esse homem que, apaixonado pelo assunto, o vinha discutindo brilhantemente pela imprensa, lançando artigos formidáveis contra aqueles que lhe emprestavam pensamentos políticos partidários na defesa da magna questão, julgando-a inadiável, a 6 de novembro de 1867, na Assembléia Provincial, então reunida em Ouro Preto, pediu a palavra e, num ambiente de expectativa, surpresa e hostilidade, sereno e impávido, na postura de quem se ufana de estar cumprindo um alto dever patriótico, declarou que ia apresentar ao estudo e julgamento da Casa um projeto da mais elevada importância para os destinos de Minas, e leu:

“A Assembléia Legislativa Provincial decreta:

Art. 1º A Capital da Província de Minas Gerais fica transferida para a povoação de Jequitibá, margem do rio das Velhas e termo de Curvelo.

Art. 2º O Governo da Província levantará um empréstimo cujos juros não excedam de noventa contos para a construção dos edifícios precisos.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.”



*Padre Agostinho de Sousa Paraíso, que primeiro propôs  
à Assembléia Provincial de Minas Gerais a mudança da capital  
para as margens do rio das Velhas.*

Justificando esse projeto, disse o intemorato e brilhante parlamentar:

“Não é dado a ninguém desconhecer que a opinião da província está formada a respeito desta questão; não se pode mesmo desconhecer que na consciência de Minas é ela reclamada como medida de salvação. O atraso completo em que nos achamos quanto às vias de comunicação, o esquecimento calculado desse vasto, imenso e fertilíssimo território, que se chama norte, com essa medida terá de receber o desenvolvimento de que é digno. a navegação do rio das Velhas vai em poucos anos transformar nossos destinos, desenvolver as nossas riquezas e, o que é mais, aumentar as rendas da província, que poderá acudir a todas as suas mais vitais necessidades.

Entretanto, que a capital aqui, em um lugar somente consumidor, sem nada produzir, conserva-se estacionária ou, antes, decadente, absorvendo quase toda a seiva da província. Um ponto que reúna todas as vantagens a uma fácil e boa administração, um ponto que ofereça à província e sua capital um futuro grandioso, deve ser o nosso desiderato. Considerando que abaixo do rio das Velhas temos a grande estrada fluvial, que a natureza nos deu, entendi que, para suas margens, lugar mais central, deveria propor a transferência. Não tive em vista as afeições do coração, nem pensei nos interesses de localidade e de amigos; consultei, antes de tudo, os interesses gerais da província e estou profundamente convencido de que, se ele nos traz sacrifícios, os bens que daí nos hão de resultar, nos compensarão com usura.”<sup>191</sup>

Tendo recebido o n. 15, aquele projeto aguardaria oportunidade para entrar em ordem do dia, mas o seu autor, no anseio de vê-lo discutido, no dia imediato ofereceu-o como aditivo a um outro Projeto de n. 4, tomando esse aditivo o n. 18, ao qual o mesmo autor, no dia 8, apresentou uma emenda que dizia: “No art. 1º, em vez de Jequitibá, diga-se o governo escolherá um ponto nas margens do rio das Velhas, entre barra do Jequitibá e a vila de Guaicuí. Ao art. 2º acrescente-se: o governo mandará, desde já, fazer estudos do local e o projeto não só de arruamento e canalização, como dos principais edifícios públicos e também casas para os empregados das repartições, mediante módico aluguel, que será descontado de seus respectivos vencimentos. Acrescente-se: Art... Far-se-á, a contar da data desta lei, a transferência no prazo de 4 anos’.”<sup>192</sup>

Como se verá no decorrer deste trabalho, as idéias contidas no projeto do padre Paraíso foram todas aproveitadas, mais tarde, na lei que estabeleceu a mudança da capital.

Aprovadas aquelas emendas em primeira discussão, no dia 11 foi o projeto igualmente aprovado, com os respectivos aditivos, após acaloradíssimos debates.

Em 3º discussão no dia 23, o comendador Francisco Teixeira do Amaral apresentou uma emenda, mandando suprimir o art. 1º, que estabelecia a mudança da capital, e essa emenda provocou novos e barulhentos debates, que se prolongaram até 27, data em que o deputado Benjamim Rodrigues Pereira requereu votação nominal para a emenda supressiva. Deferido o pedido, foi a emenda submetida a votos e rejeitada por 17 contra 12 votos, ficando, então, legislada a mudança da capital, pelo que, convenientemente redigida a

redação final, que tomou o número 1.403, foi enviada ao presidente da província, Dr. José da Costa Machado de Sousa Ribeiro, que lhe negou sanção, remetendo à Assembléia as razões do seu veto pelo Ofício n. 76, de 10 de dezembro, não tendo o Legislativo podido tomar conhecimento daquelas razões na referida sessão, pelo encerramento da Assembléia.

O magno problema havia, enfim, ganho a primeira vitória, não obstante estar a lei dependente do julgamento do veto presidencial, o que se efetuaría no ano seguinte.

Mas aquela vitória havia estrondado em Ouro Preto com o fragor de uma granada, exaltando os ânimos, suscitando discussões acaloradas, artigos formidáveis pela imprensa, estando a opinião pública dividida em dois grandes grupos adversários. O padre Paraíso era endeusado por uns e estigmatizado por outros. O povo de Ouro Preto estava quase unânime contra ele e combatia-o por todos os meios.

Conta-se mesmo que, havendo aquele parlamentar, em seus discursos e artigos em defesa do projeto, afirmado que Ouro Preto não poderia continuar sendo capital, dentre outros motivos, porque o seu solo não produzia nem hortaliças – aquela afirmativa provocara grande celeuma entre os ouro-pretanos. Estes, indignados resolveram protestar pela maneira mais *sui generis* deste mundo. Dizem que, na manhã seguinte ao dia em que fora aprovado o projeto, quando o padre Paraíso abriu a porta da rua de sua casa, na Praça Tiradentes, foi surpreendido com o desmoronamento de enorme pilha de abóboras, pepinos, tomates, repolhos e outras hortaliças que o povo ali depositara durante a noite...

Verdade ou não, temos ouvido este episódio contado por muitas pessoas dignas do maior crédito.

#### NOTAS

191 PARAÍSO, Agostinho Francisco (padre). Discurso. In. MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa Provincial, 1867, Ouro Preto. *Anais*. Ouro Preto, 1867.

192 LINHARES. *Op. cit.*, p. 1-13.

## UM PARECER LUMINOSO FULMINA O VETO PRESIDENCIAL - A QUEDA DO PROJETO PARAÍSO

o ano seguinte, ao reunir-se o Congresso, a 18 de maio, Ouro Preto inteira ardia em ansiedade pela solução definitiva que se iria dar à questão da mudança da capital, com o julgamento do veto presidencial. E as discussões que, durante um ano, haviam agitado a opinião pública, não só ali como em todo o Estado, acaloravam-se agora e havia uma expectativa impaciente.

Enfim, a 22 de junho, reunida a Assembléia, estando as galerias repletas de espectadores, foi numa agitação fremente que se viu erguer-se na cadeira o deputado diamantinense, Dr. Teodomiro Alves Pereira, representante do mesmo distrito que o padre Paraíso, e ler com voz forte e compassada o seguinte luminoso Parecer n. 29, destinado ao julgamento de seus pares, fulminando de improcedentes as razões do veto presidencial e sustentando em toda a linha o projeto Paraíso:

“A comissão especial, a quem foi presente a Resolução n. 403, não sancionada pela presidência, opõe-se às razões da negativa pelo seguinte:

1º) O principal argumento em que se funda a presidência para negar a sanção é o estado precário dos cofres gerais e provinciais, aquele motivado pela guerra que sustentamos, guerra que compromete por algum tempo o futuro financeiro. Este pelo mau expediente de criar-se novo empréstimo, quando mal se vai amortizando o empréstimo mineiro.

2º) É a pequena vantagem que pode trazer o projeto que só traria utilidade ao local escolhido, importando, no presente, graves prejuízos a toda a Província.

A isto responderemos:

Não prevalece o primeiro argumento porque nada prova.

Admitir-se que o estado precário do País repila qualquer medida dispendiosa é exagerar o mal; nesse pressuposto nenhuma empresa seria adaptável, pois não há medida alguma de importância que não importe despendar em seu começo e realização.

O emprego dos capitais levados à guerra, a necessidade de ocorrer às eventualidades de uma difícil campanha não podem justificar a inércia para grandes cometimentos. As vantagens que resultarão de uma capital que, colocada no verdadeiro centro da província, seria o ponto de mais fácil comunicação entre o sul e o norte, o nascente e o poente; os grandes serviços que devem trazer à navegação dos rios, que a circundam; a reciprocidade do troco dos produtos, a uberdade dos solos circunvizinhos, são interesses grandiosos e que virão de sobra compensar o dispêndio antevisto.

A amortização do empréstimo mineiro, o fim da guerra, que está próximo, anunciam melhor futuro ao País e à província, e longe de entorpecer a marcha da administração, deverá ser incentivo para objetos desta ordem. Não desconhecemos que os prejuízos da localidade, o hábito da centralização e as tradições históricas sejam violentados no presente, mas acima do presente está o futuro, e o nosso dever é preferir o interesse de toda a província aos escrúpulos parciais de alguns filhos seus.

Assim: o próximo fim da guerra, que trará o equilíbrio da receita e despesa e consequentemente o alívio dos cofres gerais, a cessação do empréstimo mineiro, que faculta maior emprego das rendas da província, as vantagens sem número que deveriam necessariamente provir de uma capital colocada no maior centro dos produtos à margem de rios propícios à sua exportação, são razões que justificam o presente projeto.

Nestes termos a comissão é do parecer que se adote o projeto tal qual, correndo ele seus trâmites legais.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1868. *Teodomiro Alves Pereira. Galdino Alves do Banho. Antônio Luís Pinto de Noronha. Virgílio Martins de Melo Franco. Severo Mendes dos Santos Ribeiro.*"<sup>193</sup>

Esse parecer teve o efeito de uma bomba a que se deitasse fogo no Congresso e fosse estourar fragorosamente em Ouro Preto e seus arraiais.

Entretanto, a matéria em discussão, no dia imediato, ergueu-se contra o parecer o deputado José Francisco Neto, que justificou e mandou à mesa a seguinte emenda:

"O parecer da comissão seja substituído pelo seguinte: Julgando-se fundamentadas as razões da presidência, nada há que resolver-se."<sup>194</sup>

Estava aberta a luta. Estava a Assembléia dividida em duas correntes adversárias, uma com as razões do veto, outra formando ao lado do parecer. Quem venceria? Era uma interrogação. Ambos os grupos estavam esperançosos...

Os ouro-pretanos e demais partidários da permanência da capital na velha cidade, porém, eram extremados, intolerantes e levavam a sua exaltação a ponto de ameaçar os membros da Assembléia adversários, querendo forçá-los a mudar de orientação. Não queriam, não podiam admitir que Ouro Preto fosse despojada de suas prerrogativas de capital e que as suas propriedades se desvalorizassem com o afastamento de grande parte de sua população.

Entretanto em discussão a emenda Neto, travaram-se em torno dela os mais renhidos e desassombrados debates. Tal era o interesse pela causa e o desejo de todos por que

ficassem bem definidas as opiniões e responsabilidades no pronunciamento da Assembléia, que o deputado Custódio Cruz, encerrada a discussão, requereu que a votação fosse nominal, o que foi aprovado, sendo rejeitada a emenda por 17 votos contra 16.

Haviam votado favoravelmente à emenda Neto os deputados padre José Inácio da Silveira, José Francisco Neto, Francisco José da Silva Ribeiro, Antônio Álvares de Abreu e Silva Júnior, Cristiano Maurício Stokler de Lima, Custódio José da Costa Cruz, Francisco de Assis Pereira de Andrade, Inácio Antônio de Assis Martins, Camilo Luís Maria de Brito, Manuel Faustino Correa Brandão, Aureliano Moreira de Magalhães, Francisco Teixeira Amaral, João Alves dos Santos, Higino Álvares de Abreu e Silva, Antônio Nunes Galvão e Antônio Pereira de Sousa.

Contra a emenda e sustentando o parecer da Comissão haviam votado os deputados Ernesto da Silva Braga, Galdino Alves do Banho, Antônio Luís Pinto de Noronha, José Maria Vaz Pinto Coelho, padre Agostinho Francisco de Sousa Paraíso, Martinho Álvares da Silva Contagem, Nicolau Antônio de Barros, Teófilo Pereira da Silva, Tomás Pacheco Ferreira Lessa, Martiniano da Fonseca Reis Brandão, Inácio Antônio Fernandes, Teodomiro Alves Pereira, Severo Mendes dos Santos Ribeiro, Francisco Correia Ferreira Rabelo, Virgílio Martins de Melo Franco, Antônio Gonçalves Chaves Júnior e José Cristiano Stokler de Lima.

Haviam deixado de votar 7 deputados, a saber: Antônio José Lage Barbosa, Eduardo Augusto Montandon, Francisco Azarias de Queirós Botelho, Frederico Marcondes Machado, Francisco José Ferreira Torres, padre José Antônio Martins e Manuel Basílio Furtado.

Não estava perdida a questão. Ao contrário, em virtude do resultado obtido, os mudantistas sentiam-se cheios de esperanças.

Enfim, na sessão de 26, após largos e vigorosos debates, que tiveram início na véspera e duraram 24 horas, requerida votação nominal pelo deputado Neto, o veto presidencial tinha ganho de causa por 20 votos contra 14, sendo que todos os deputados favoráveis à mudança da capital haviam mantido os seus votos, exceção feita dos Srs. José Maria Vaz Pinto Coelho, Martinho Álvares da Silva Contagem, Nicolau Antônio de Barros e J. Stokler de Lima, que na sessão anterior haviam votado contra a emenda e, nesta última, votaram contra o parecer da Comissão!<sup>195</sup>

E foi assim que ficou anulado todo o esforço do padre Paraíso e dos partidários da sua luminar idéia!

O fracasso do projeto do padre Paraíso foi ruidosamente festejado em Ouro Preto, com grandes passeatas precedidas por bandas de música, ao deflagrar de girândolas e estrugir de *vivas e morras*, sendo para se notar que todos os foguetes eram soltados em direção à casa de residência daquele parlamentar, sobre cujo telhado estouravam...

E o padre Paraíso, profundamente desgostoso por ver anulados os seus esforços, e tão injustiçado ver-se pelos inimigos do projeto, que ele julgava, quando sancionado e praticado, o decisivo ponto de partida para o engrandecimento da província - recolheu-se ao norte de Minas, de onde não mais saiu.

Aquele projeto incompatibilizara-o na política e foi a causa de nunca mais conseguir reeleger-se deputado.

Durante algum tempo, exerceu o lugar de professor do Ateneu S. Vicente de Paula, de Diamantina, quando dirigido este estabelecimento pelo bispo D. João Antônio dos Santos. Depois foi vigário na freguesia de Santo Antônio do Rio do Peixe, município do Serro.

E assim, no ostracismo, depois de ter estado enfermo, louco, durante muito tempo, faleceu paupérrimo na Santa Casa de Diamantina, no dia 7 de setembro de 1890, sem lograr ao menos ter conhecimento do triunfo que, pouco depois, coroava a sua patriótica idéia, quando foi definitivamente aprovada pelo Congresso a mudança da capital.

Glória, pois, ao nome desse valoroso mineiro e ao de quantos estiveram ao seu lado na defesa daquele projeto, que fora a ruína de seus últimos dias! Glória ao nome desse brilhante parlamentar, cujas idéias condensadas naquele projeto foram todas adotadas posteriormente na vitoriosa lei da mudança da capital!

## NOTAS

193 PARAÍSO, *apud* LINHARES. *Op. cit.*, p. 13-16.

194 APM/SP3, AL, 175, CX 5.

195 LINHARES. *Op. cit.*, p. 13-16.



## AO DEALBAR DA REPÚBLICA A IDÉIA DA MUDANÇA DA CAPITAL RESSURGE E MARCHA PARA SUA REALIZAÇÃO



urante muitos anos permaneceu como que adormecida no parlamento, na imprensa e na tribuna a idéia de mudança da capital, se bem que a sadia semente de tão generoso anseio, lançada no espírito progressista do povo mineiro, estivesse cada vez mais vívida e bela, sendo que a necessidade de torná-la uma realidade era discutida, comentada e aplaudida por consideráveis correntes de opinião.

Mas ninguém tinha coragem de trazê-la para a liça do parlamento, convencidos como todos estavam de que, enquanto durasse a monarquia, regime retrógrado de centralização, em que as províncias se sentiam manietadas, sujeitas a uma única vontade, ditada pelo cetro do imperador, seria inútil, seria baldado qualquer esforço em torno de tão alevantado empreendimento.

Todavia os ouro-pretanos, receosos de ver perdida, algum dia, a hegemonia de sua cidade natal, haviam cuidado de obter do governo imperial a solução do problema que lhes parecia o maior e mais decisivo meio de fixação da capital ali - o prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II, por via de um ramal que, partindo de Miguel Burnier, no Km 498, a mais de 1.126 m de altitude, iria a Ouro Preto a mais de 1.000 m sobre o nível do mar, com pouco mais de 42 km de desenvolvimento, atingindo no Km 515 uma altitude superior a 1.338 m.

A realização desse quase milagre da engenharia brasileira e que cobriu de glória o nome do engenheiro civil Miguel Burnier, teve lugar a 23 de julho de 1889, com a inauguração do ramal.

Mas nem aquele grande benefício prestado à velha e venerável cidade conseguiu deter a evolução da idéia de mudança da capital. Ao contrário, era crença geral que, vinda a República, aquele pensamento estaria vitorioso.

E tinham razão quantos assim pensavam, pois mal raiou nos indecisos horizontes do

Brasil o majestoso dilúculo de 15 de novembro de 1889, com a proclamação da República, e a grande idéia de Minas seguiu-lhe as cintilações luminosas, agitada, a um tempo, na imprensa e na tribuna, porque todos sabiam que havia soado a hora da nossa partida em ascensão para novos e mais belos destinos.

Quem deu o sinal prático de partida, neste particular, a 18 de novembro de 1889, foi a Câmara Municipal de S. João del Rei, cujo vice-presidente, Sr. Augusto Müller, ali apresentou, em sessão, a seguinte indicação, que foi aprovada unanimemente. "Indico que esta Câmara nomeie o Dr. Artur Getúlio das Neves, digno filho desta terra, para representá-la diante do governo provisório pedindo para que seja esta cidade a capital do Estado de Minas." <sup>196</sup>

Ao que se sabe, nenhum resultado prático logrou aquela Câmara com a sua indicação.

Não havia, porém, a menor dúvida sobre estar de novo em marcha a idéia da mudança da capital e Ouro Preto receava pelos seus destinos, aliás com muita razão, pois dentro em pouco repercutiu-lhe entre as fráguas legendárias o eco do discurso proferido em São Paulo pelo Dr. Cesário Alvim, no banquete oferecido ao Dr. Alexandre Stokler pelos estudantes mineiros ali residentes. Nesse discurso Cesário Alvim - aliás, adversário da idéia de mudança da capital - dissera que, ao seguir para Minas, como seu governador provisório, recebera solicitações "para fazer, sem demora, a transferência da sede do governo mineiro; mas não assumira, no momento, aquela responsabilidade, por isso que mais graves e momentosas questões desafiavam todas as suas cogitações e energias para o serviço da terra que tanto amava e a quem tanto devia".

Além disso, por entre as quebradas de Ouro Preto ecoavam também, quentes de civismo, as palavras com que Alexandre Stokler - ardoroso propagandista daquele pensamento -, saudando o mineiro ilustre, lembrava o seu nome para solucionar o magno problema da mudança da capital, ao passo que Cesário Alvim, tergiversando no assunto, declarava "que o Estado de Minas foi sempre muito cioso de sua altivez e autonomia para permitir que alguém se arrogasse o direito de dirigi-lo discricionariamente".

Finalmente, Ouro Preto não podia sentir-se tranqüila diante daquela representação mandada pelos estudantes mineiros da Faculdade de Direito, pedindo ao governo provisório a mudança da capital, representação essa a que se referira Cesário Alvim no seu discurso, declarando que, como ministro do interior do aludido governo, opinara por que fosse "encaminhada aos poderes do Estado de Minas e jamais ao governo provisório, na pessoa de seu eminente e ínclito chefe, que mais do que ninguém timbrava em ver firmada a competência soberana dos estados confederados, para conhecer e julgar dos assuntos que lhes eram peculiares".

Aquele banquete político oferecido pelos estudantes mineiros ao Dr. Alexandre Stokler e cuja finalidade idealista era encaminhar para o terreno das realizações práticas a idéia acariciada da mudança da capital, impressionara fundamente os ouro-pretanos, que se puseram em guarda.



*Dr. Alexandre Stokler, um dos maiores propagandistas da mudança da capital.*

Se era verdade que Cesário Alvim, em seu discurso, declarara-se desautorizado a emitir o juízo sobre aquele assunto de tamanha magnitude, não era menos verdade que a palpitante questão estava abertamente em foco, alvo da mais intensa propaganda pela imprensa e pela tribuna, nos banquetes e na sociedade, dividindo a opinião pública do Estado em dois grupos adversários, um maior, a favor, e outro menor, contrário à mudança, e esse fato calou fundo no espírito dos ouro-pretanos.

Cesário Alvim havia sido nomeado a 15 de novembro de 1889 governador provisório de Minas, mas enquanto não assumia o exercício, o que só se verificou a 25, fora substituído pelo Dr. Antônio Olinto dos Santos Pires, como governador interino, de 17 a 24 daquele mês.

Para esses homens, um após outro, estiveram volvidos o olhar e a atenção dos interessados pelo momentoso assunto; mas nem um nem outro quis enfrentá-lo, embora as constantes sugestões que lhes foram feitas por vários elementos políticos.

Essa atitude dos primeiros governadores, como era natural, agradava aos adversários da mudança da capital. Estes assentavam os seus arraiais em Ouro Preto, secundados por alguns poucos municípios, e contavam, de seu lado, alguns elementos de várias classes sociais, inclusive prestigiosos políticos; todavia, estavam em sensível minoria, porque a favor daquela medida manifestava-se o Estado quase em peso, em propaganda contínua, por todos os meios e por toda parte.

À frente dos mudantistas figuravam Alexandre Stokler Pinto de Menezes e João Pinheiro da Silva, além de muitos outros, cada qual mais valoroso e mais ardente propagandista, conquistando, dia a dia, novos prosélitos para a causa que marchava, assim, triunfalmente, já abraçada pela maioria dos municípios mineiros, alguns esperançosos de merecerem a glória de se verem escolhidos para a sede do governo.

Ao lado dos partidários da permanência da capital em Ouro Preto estavam também os jornais *A Ordem* e o *Jornal de Minas*, sendo que este, verberando a idéia de mudança da capital, afirmava que os seus defensores estavam movidos por interesses particulares de um sindicato que pretendia construir a nova capital. Era, porém, um sofisma para argumentação, sem base séria, o que foi vantajosamente demonstrado pela imprensa favorável aos mudantistas, ao lado dos quais estava formada a maioria dos jornais do Rio e do nosso Estado.

Mas segundo *O Contemporâneo*, de Sabará, em sua edição de 15 de dezembro de 1889, naqueles dias discutia-se por toda parte a conveniência ou não de se mudar a capital para Barbacena, S. João del Rei ou Sabará, tendo sido, nesse sentido, dirigidas várias sugestões àquele jornal e a *A Ordem*, de Ouro Preto.

Como quer que seja, Ouro Preto, então, ciosa de suas glórias não queria perder, e era natural, a sua bela posição de capital e, com o fito de obstar que lhe tirassem o cetro das mãos, entrou a empreender melhoramentos locais. Assim foi que a sua Câmara Municipal, a 12 de dezembro de 1889, contratou com os Srs. Agostinho Máximo Nogueira Penido e coronel José Bento Soares, a abertura de uma rua que, partindo da Rua das Flores, se

dirigisse às proximidades da matriz da freguesia de Ouro Preto, sendo esse contrato aprovado pelo Decreto n. 128, de 2 de julho de 1890.<sup>197</sup>

Criticando a ação de Cesário Alvim em relação àqueles melhoramentos, escreveu *O Contemporâneo*, de 16 de fevereiro de 1890: "Parece que o atual governador, embriagado pelo incenso dos panegiristas do Itacolomi, está mesmo disposto a abrir os cofres do Estado para galvanizar' a velha cidade que, há um bom par de séculos, tem sorvido quantiosas somas e que, apesar do imediato amparo dos poderes públicos, nunca pôde alcançar a primazia entre as suas co-irmãs que, no entretanto, se têm desenvolvido sem os auxílios do governo."

Era um longo artigo em que, mais adiante, se dizia: "Agora, porém, a questão muda inteiramente de feição; a velha capital entra em campo, bem decidida a resistir às pretensões *descabidas* de outras cidades e trata-se de um embelezamento impraticável e improficuo... Entretanto, quisesse-o o Sr. Alvim, e com estas mesmas verbas que se consumirão no embelezamento local, que jamais será satisfatório, fundar-se-ia uma cidade nova, em lugar apropriado para preencher os requisitos de uma capital, como deve ser a de um Estado como este."

A Cesário Alvim sucedeu na administração provisória do Estado o Dr. João Pinheiro da Silva que, nomeado vice-governador a 21 de janeiro de 1890, entrou em exercício nesse caráter, a 11 de fevereiro, nele permanecendo até 12 de abril, quando foi nomeado governador efetivo cujo mandato expirou a 19 de julho.

Mas João Pinheiro, embora partidário e propagandista da mudança da capital, não quis também enfrentar oficialmente o grande problema naqueles dias confusos. O empreendimento pareceu-lhe, talvez, superior às possibilidades do momento, para um chefe de governo, e julgou mais conveniente contemporizar ainda um pouco.

Mas a idéia marchava sempre e o pensamento dominante era o da construção de uma nova capital, consoante este tópico do *Correio do Povo*, de 25 de maio de 1890: "Informamos de que há um projeto muito bem amparado de se transferir a capital de Minas Gerais para uma cidade, que para isso se construirá especialmente com todas as exigências da higiene e das necessidades da civilização. O local não está ainda designado, mas pensa-se na margem do rio das Velhas, no centro do Estado. Essa cidade construída especialmente será o centro de toda a viação férrea do Estado e o empório da navegação. Faz-se em todo o Estado propaganda nesse sentido e no momento oportuno a pretensão será apresentada ao governo."<sup>198</sup> Era a idéia do padre Paraíso que estava em foco.

De fato, a idéia do maior cometimento que havia de glorificar o Estado de Minas, mais tarde, interessava a toda gente, era o assunto de discussões nos lugares mesmo mais remotos e modestos da nossa terra. E entre esses lugares estava Belo Horizonte, partidário decidido da mudança, por via de seu *Clube Republicano* e dos seus elementos mais representativos. Isso mesmo nos afirma a seguinte notícia publicada pelo *O Contemporâneo*, em sua edição de 1º de junho: "Ao Dr. Alexandre Stokler dirigiram os habitantes de Belo Hori-

zonte, antigo Curral del Rei, uma representação autorizando-o a advogar junto ao governo provisório a mudança da capital deste Estado para um outro ponto central. É a segunda representação em que os habitantes daquela vizinha freguesia se manifestam a favor da importante medida necessária ao desenvolvimento futuro do Estado mineiro. A primeira foi dirigida ao Dr. Cesário Alvim, quando governador de Minas Gerais.”<sup>199</sup>

Mal sabia Belo Horizonte que trabalhava *pro domo suo*, pois ainda não se tinha feito candidato a sede da futura capital. Candidatou-se, porém, logo depois, como se vai ver.

Aquele mesmo jornal, *O Contemporâneo*, a cuja frente militavam jornalistas do valor de Cândido de Araújo, Bento Epaminondas, Luís Cassiano, Avelino Fóscolo, Artur Lobo<sup>200</sup> e outros, era um intemorato propagandista da mudança da capital. Dentre muitos outros artigos a respeito, a 22 de junho, lançou um admirável, assinado por *civis*, em que mostrou ser Belo Horizonte o lugar naturalmente indicado para a futura capital mineira. E a 29 do mesmo mês escrevia outro artigo de que destacamos estes períodos:

‘Guardaríamos silêncio como até hoje se não temessemos que a projetada mudança se faça sem a devida atenção às condições oferecidas por uma localidade que, segundo a opinião de pessoas competentes, é a mais apropriada e à qual nenhuma das povoações indicadas levará a primazia. Referimo-nos ao arraial de Belo Horizonte, antigo Curral del Rei, situado no centro deste Estado, a 15 km mais ou menos distante desta cidade e a 9 do rio das Velhas, cuja área pode ser calculada em 18 quilômetros quadrados; contém em si as condições indispensáveis para que seja uma grande capital modelar, conforme todas as exigências, quanto à higiene, topografia, clima, riquezas naturais, e uberdade do solo”. E terminava o artigo: “Ao Dr. Alexandre Stokler tenaz propagandista desta grande idéia, como já foi da República brasileira, pedimos igualmente interferência a fim de que os poderes competentes dêem a devida importância ao arraial de Belo Horizonte.”

É ainda esse mesmo jornal, em sua edição de 13 de julho, que lançava a seguinte nota reveladora da ação do *Clube Republicano* de Belo Horizonte, querendo que a capital se transferisse para ali:

“Por iniciativa do *Clube Republicano* do arraial de Belo Horizonte, foi dirigida ao governo deste Estado uma representação assinada por 84 cidadãos, em que pedem para, no caso de realizar-se a mudança da capital de Minas, ser examinada aquela localidade pela comissão competente.”

Foi, portanto, com essa representação que Belo Horizonte se candidatou à preferência para sede da capital que se pensava em construir.

NOTAS

- 196 LINHARES. *Op. cit.*, p. 17-19.
- 197 MINAS GERAIS. Decreto n. 128, de 2 julho de 1890. Aprova o contrato celebrado pelo Conselho de Intendência da Capital, em 12 de dezembro de 1889, com o Dr. Agostinho Máximo Nogueira Penido e o tenente-coronel José Bento Soares, para abertura de uma rua. *Leis Mineiras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1903, p. 193.
- 198 CORREIO DO POVO. Varginha. 25 maio, 1890.
- 199 MUDANÇA da Capital. *O Contemporâneo*. Sabará, 29 jun., 1890, p. 4.
- 200 Bento Epaminondas (Diamantina, 1904). Advogado, jornalista, político. Ainda pequeno, empregou-se no escritório do rãbula Bernardino da Cunha na categoria de copiador de documentos e autos. Tomando gosto por controvérsias do direito, frequentava roda de advogados, conseguindo mais tarde, depois de exame regulamentar, uma 'provisão vitalícia', que o permitiu ocupar a tribuna de júri (defesa e acusação), tornando-se renomado e popular. Posteriormente mudou-se para Sabará, onde abriu banca de advocacia. Estudioso, dedicou-se às línguas francesa e portuguesa e contribuiu no jornal *O Contemporâneo*. Filou-se ao partido conservador e, com a Proclamação da República, aderiu a ela ocupando o cargo de chefe do Município. Mais tarde foi eleito presidente da câmara, além de major honorário do exército (COUTO, Soter. *Vultos e fatos de Diamantina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954, p. 236-238). Luís Cassiano Martins Pereira Júnior (Sabará, 1868, Sabará, 1903). Político, advogado, professor, jornalista e romancista. Dedicou-se aos estudos, participando de cursos e sendo aprovado para a Escola de Minas de Ouro Preto (1884), que freqüentou por pouco tempo. No curso preparatório para esta escola, em Sabará, conheceu Artur Lobo e posteriormente Avelino Fóscolo. Os três tornaram-se grandes amigos. Estudioso autodidata, ávido por leituras sobre ciências e língua francesa, chegou a ser professor da Escola Normal de Sabará. Bacharelou-se em Direito, foi deputado estadual e redator do *O Contemporâneo*. Colaborou com Avelino Fóscolo na redação do romance realista *A Mulher* - 1890 (SENA, Nelson de. À memória de Luís Cassiano. *Anuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1906, p. 357. DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde*. a trajetória libertária de Avelino Fóscolo. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1991, p. 26-27). Avelino Fóscolo (Sabará, 1864; Belo Horizonte, 1944). Jornalista, escritor e teatrólogo. Frequentando colégios em Minas e Rio tardiamente, Avelino Fóscolo tornou-se escritor e jornalista. Em Sabará, juntamente com Luís Cassiano e Artur Lobo, Fóscolo estreou na imprensa, a partir de 1887, participando da *Folha Sabarense*, jornal local, além de continuar trabalhando no teatro realizando montagens de sua opereta *Os Estrangeiros*. Combatendo a escravidão e apontando a República como a grande solução para o Brasil rumo ao progresso, Avelino Fóscolo utilizou a imprensa e o teatro como veículos para a propaganda abolicionista. Mudando para Tabuleiro Grande, onde abriu uma farmácia, tornando-se empresário bem-sucedido, produtor de vinho e remédios, Fóscolo entrava em conflito com a família Mascarenhas, fundadora da Fábrica da Cachoeira, devido a posições políticas divergentes. Passando a residir em Belo Horizonte, por volta de 1915, tornou-se próspero comerciante já reconhecido e autor de prestígio nos meios literários mineiros. Desde 1910, era membro da Academia Mineira de Letras, indicando o companheiro Luís Cassiano como patrono da cadeira. Avelino Fóscolo colaborou em revistas, publicou diários e periódicos (como *A Vida*, fundado em 1893 e findo três anos depois, passando a denominar-se *O Industrial*) e escreveu diversos livros como *O Caboclo* (1902), *O Mestiço* (1903), *O Jubileu* (1920), *Vulcões e Semeador* - drama social em três atos, 1921 (DUARTE. *Op. cit.* A autora, através da análise das obras de Fóscolo, reconstituiu historicamente a trajetória de sua pregação político-literária). Artur Lobo (Coração de Jesus, Montes Claros, 1869/Belo Horizonte, 1901). Jornalista, professor, poeta e romancista. Estudou engenharia na Escola de Minas de Ouro Preto (1884). Residiu em Sabará, fundando o jornal *O Contemporâneo* (1889) e sendo um dos seus redatores. Dali transferiu residência para Uberaba, tendo sido professor de literatura na Escola Normal - redator da *Tribuna do Povo* e colaborador da *Gazeta de Uberaba*. Posteriormente, passou a residir em Belo Horizonte, onde abriu escritório de procuratórios, redigiu o *Diário de Minas* e foi escriturário e contador da prefeitura. Produziu as seguintes obras literárias: *Lei Universal* (versos), *Ritmos e Rimas*, *Quermesses*, *Evangelhos* (versos), *O Escândalo*, *Rosais*, *No Cárcere*, *O Outro* (prosa), *Serões e Lazeres* (contos), e as revistas teatrais *O Gregório* e *A Volta de Gregório* - Arquivo Abílio Barreto. Belo Horizonte (SILVEIRA. Vitor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p. 406: Mineiros ilustres.

PROSSEGUIMENTO DA PROPAGANDA -  
A IDÉIA GANHA TERRENO -  
PROTESTOS E CONTRAPROTESTOS



Dr. João Pinheiro foi substituído na administração do Estado pelo Dr. Crispim Jacques Bias Fortes, cujo mandato foi de 22 de julho de 1890 até 11 de fevereiro de 1891, com interrupções nas quais governaram sucessivamente os vice-governadores Drs. Domingos José da Rocha e o desembargador Frederico Augusto Álvares da Silva.

Durante esse período governamental, a ação mudantista tomou notável incremento, à proporção que se ia consolidando a República.

Até os poetas se preocupavam com o assunto, tal como aconteceu com o padre Correia de Almeida, famoso vate satírico que, neste sonetinho, reduziu toda a dificuldade a uma questão de *capital* - dinheiro:

*Quem quer os fins põe os meios,  
e assim vai a coisa avante,  
sendo a idéia triunfante,  
dissipados os receios.*

*Sisuda, sem galanteios,  
propaganda se levante  
e abale à força bastante  
de Vila Rica os esteios.*

*Se pessoa escrupulosa  
diz que a empreitada é custosa,  
direi eu que não é tal.*



*O capital da mudança  
se alguém der, logo se alcança  
mudança da capital.*<sup>201</sup>

A campanha pela mudança prosseguiu vitoriosa por toda parte. “A população de Ouro Preto, presenciando a arrojada e franca propaganda contra a permanência da capital ali, tentou, por todos os meios dignos que estavam a seu alcance, frustrar os planos mudantistas” – escreveu o Sr. Joaquim Nabuco Linhares, no seu interessante trabalho já citado. “Um desses meios foi o empreendimento de melhoramentos locais. Assim, o Sr. comendador Walter Heilbuth requereu ao então governador do Estado, Dr. Crispim Jacques Bias Fortes, privilégio por trinta anos, para o arrasamento do morro do Curral e nivelamento do planalto do Cruzeiro, a fim de adaptá-los à construção de novos arrabaldes, onde se propunha a construir nada menos de 5.000 casas, isto é, uma nova cidade, aliás mais desenvolvida do que muitas já formadas e importantes, que absolutamente não contam aquele número de prédios. Despachada favoravelmente essa petição, em 19 de setembro de 1890, a população ouro-pretana encheu-se de indizível contentamento, publicamente demonstrado.

A água para o abastecimento do novo arrabalde do Cruzeiro seria captada nos ricos mananciais do soberbo Itamonte. A comunicação com a cidade far-se-ia por um colossal viaduto, ligado à fralda do morro de Santa Quitéria, travessa do Jangadeiro. Caso fosse levado a efeito, seria simplesmente estupendo esse viaduto, não só por sua altura, como também por sua extensão. Parece-nos, entretanto, que seria irrealizável esse cometimento, por seu enorme dispêndio, que absorveria talvez todo o capital que alcançasse a companhia que se formasse para realização desses melhoramentos.

Por despacho de 26 do mesmo mês, foram nomeados para dar valor a esse privilégio os engenheiros Joaquim Cândido da Costa Sena e Marciano Pereira Ribeiro. Ignoramos o *quantum* em que foi calculado por esses dois distintos profissionais.”

Enquanto estas coisas se passavam, o governo do Estado recebia uma representação do povo de S. Gonçalo do Sapucaí, datada de 17 de outubro de 1890, entre cujas assinaturas figuravam as dos Srs. Raimundo Correia, Dr. Fernando César de Lemos, coronel João Bressane de Azevedo, protestando contra o privilégio Walter, que parecia envolver um óbice à necessária mudança da capital e indicando para futura sede do governo a localidade denominada Guaicuí (rio das Velhas), que era sustentada pela imprensa do Rio. Como se vê, estava sempre em foco o pensamento do padre Paraíso.

Mas o presidente do Estado, em resposta, tranqüilizou os autores da representação, declarando que aquele privilégio havia sido aceito porque não acarretaria “ônus” para o Estado, e que a lavratura do contrato dependia de “serem acordadas as bases” entre as partes contratantes. Terminava essa resposta, afirmando que a concessão não envolvia a questão da permanência da capital em Ouro Preto.

Apenas havia o governo tranqüilizado os protestantes de S. Gonçalo do Sapucaí, quando em Juiz de Fora realizou-se um grande comício popular, promovido pela respectiva imprensa, profligando a aquiescência do governo à proposta Heilbuth. E nesse comício os oradores se excederam em ataques dirigidos a Ouro Preto e seus habitantes.<sup>202</sup>

Como era natural, os ouro-pretanos sentiram-se magoados ao terem conhecimento da manifestação adversa de Juiz de Fora e, no dia 28 de outubro, revidaram, indo incorporados, a Palácio, agradecer ao Dr. Bias Fortes os atos favoráveis à proposta Heilbuth, aclamando calorosamente o seu nome e o da velha cidade. Dessa manifestação foi orador o comendador José Pedro Xavier da Veiga,<sup>203</sup> que enalteceu os atos do presidente e verberou a má vontade dos juiz-de-foranos para com a tradicional cidade.

Agradecendo aquela manifestação, disse o presidente, em relação ao seu principal objetivo, “que não tomaria, por si, a grande responsabilidade de transferir para outro ponto a sede do governo, coisa que só o Congresso poderia legitimamente fazer”.<sup>204</sup> Esta declaração foi alvo de comentários controversos: com ela estavam os ouro-pretanos e seus partidários; pensavam de modo contrário os adeptos da mudança da capital.

Mas a verdade é que a proposta Heilbuth envolvia a questão da mudança da capital. Imaginavam os ouro-pretanos que edificando uma cidade nova ao lado da antiga capital estava sanada a causa principal determinante do pensamento da mudança. Esqueciam-se, porém, de que essas duas cidades reunidas jamais teriam as proporções de um grande e moderno centro urbanístico em condições de desenvolver-se sempre, enaltecendo Minas e os seus foros de civilização.

Esqueciam-se de que a colocação geográfica das duas cidades reunidas (caso fizessem a cidade nova) não satisfaria o pensamento mineiro, pois a zona ouro-pretana era, como ainda é, de acesso difícil. Era assim pensando, e querendo dotar o nosso Estado de uma cidade tão perfeita e grandiosa quando possível sob todos os aspectos, que a gente montanhesa vinha intermitentemente pelejando, havia quase dois séculos, e ainda agora lutava abertamente contra os interesses particulares de algumas centenas de adversários.

#### NOTAS

201 ALMEIDA, José Joaquim Correia de (padre). *Sensaborias métricas*. ou versos piegas. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1890, p. 129.

202 LINHARES. *Op. cit.*, p. 20.

203 José Pedro Xavier da Veiga (Campanha da Princesa – 13/4/1846 – Ouro Preto – 8/8/1909) – Político, poeta, jornalista e orador. Xavier da Veiga, nascido na cidade sul-mineira de Campanha, foi para o Rio de Janeiro após terminar os estudos primários em 1857, dando início à carreira comercial e dedicando-se ao estudo de Humanidades. Em 1867, ingressou no curso de Direito em São Paulo, não podendo concluí-lo devido a problemas de saúde. Três anos mais tarde era nomeado escrivão de órfãos da comarca de Lavras. Nesta cidade fundou e redigiu o jornal *Província de Minas*, que, após a proclamação da República, desaparece surgindo em seu lugar *A Ordem*. Fundou a *Enciclopédia*

*Popular* e o *Almanaque do Sul de Minas*. Como político, militou nas fileiras do Partido Conservador do Império, tendo sido deputado provincial por várias legislaturas e, após a República, deputado à Constituinte Estadual e senador do Estado, lugar que deixou para assumir o cargo de diretor do Arquivo Público Mineiro. Como jornalista, além de fundador e redator principal dos jornais acima referidos, organizou a *Revista do Arquivo*, tecendo críticas, redigindo crônicas e artigos de fundo, e produziu vários estudos históricos, dentre quais se destaca *Efemérides Mineiras*, em quatro volumes (*Minas Gerais*. Belo Horizonte, p. 11 e 12, ago., 1900. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, v. 6, p. 3-25, 1901).

204 LINHARES. *Op. cit.*, p. 22.

## VII

### OS PRIMEIROS ESTUDOS DE LOCALIDADES - GRANDE COMÍCIO DE PROTESTO EM OURO PRETO



bem certo que, quando o governo deu aquela resposta à representação do povo de S. Gonçalo do Sapucaí, tão empenhado estava na realização do velho anseio de Minas e tanta convicção tinha de que ele estava em vias de se concretizar em fatos positivos, que o Dr. Domingos Rocha, então governador interino, julgou oportuno incumbir ao engenheiro Herculano Veloso Ferreira Pena <sup>205</sup> de efetuar os estudos de algumas localidades que mais se recomendavam pelas suas condições topográficas, localização, clima e águas, para a futura sede do governo. E aquele engenheiro, sem perda de tempo, tratou de dar desempenho à sua tarefa.

Ciente daquela providência administrativa, levantou-se novamente o povo de Ouro Preto e, 4 dias depois, realizou na velha capital, retumbante comício de protesto, mandando, em seguida, ao governo, uma representação, que nenhum efeito prático produziu.

A 23 de novembro, havia o Dr. Herculano Pena terminado os seus estudos, pelo que mandou ao presidente do Estado o seguinte parecer:

‘Il<sup>mo</sup> e Ex<sup>ma</sup> Sr Convidado a dar meu parecer sobre a questão relativa à determinação da localidade mais conveniente para a mudança eventual da capital deste Estado, e tendo, para tal fim, procedido aos necessários exames locais, cabe-me passar às mãos de V. Ex<sup>a</sup>, no incluso relatório, o resultado daqueles exames.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Ex<sup>a</sup>, as seguranças de minha perfeita consideração. Ouro Preto, 23 de novembro de 1890. *Herculano V. Ferreira Pena.*

#### ESCOLHA DO LOCAL PARA A MUDANÇA DA CAPITAL DO ESTADO DE MINAS

Considerada vencedora a idéia da mudança da capital de Minas, agitada desde o princípio do corrente ano, com mais empenho do que em qualquer época passada, preocupa-

ram-se o governo e alguns dos mais conspícuos promotores dos interesses mineiros com a questão relativa à escolha do local que melhores condições oferecesse para tal fim, dependendo em grande parte do acerto dessa escolha os benefícios públicos que se espera colher da realização daquela idéia.

Em conferência que tive, sobre este assunto, com aqueles ilustres mineiros, tratou-se como primeira condição a atender-se, a da colocação da nova capital em ponto mais central do que o atual, não tanto no sentido geométrico do termo, que, a meu ver, não tem grande importância, mas sim em relação à maior facilidade de comunicações com os diferentes centros de interesses criados e a criar, de modo que a resultante oferecesse a maior soma possível de vantagens aos interesses agrícolas, industriais e políticos do Estado de Minas, considerados em seu conjunto.

Estudada a questão sob este ponto de vista, ficou adotada como região dentro da qual deveria ser escolhido o local para a nova capital, a parte do vale do rio das Velhas compreendida entre a cidade de Sabará e a povoação de Traíras, não convindo descer além deste último ponto por começarem a aparecer, daí para baixo, os casos de febres palustres, que vão aumentando de frequência e gravidade até a barra do mesmo rio (Guaicuí), quase inabitável por sua proverbial insalubridade; e nem subir, acima de Sabará, por não apresentar a encosta, fortemente acidentada, da serra em que nasce o rio das Velhas, local algum em condições topográficas, favoráveis ao desenvolvimento de uma grande cidade.

A região acima aludida já se acha ligada à capital federal e ao primeiro porto da América do Sul pela grande Estrada de Ferro Central do Brasil, e, pela mesma, com a rede de viação férrea de São Paulo, a qual, pelo desenvolvimento que estão tomando as construções desse gênero para os lados do sul, ficará ligada, em futuro próximo, às divisas do Brasil com as repúblicas platinas.

De Sabará para o norte, já estão feitos os estudos da Estrada de Ferro Central até os barrancos do rio S. Francisco, em Pirapora, e adiantada a construção do primeiro trecho, até Santa Luzia.

Concluindo esse prolongamento, que se liga à parte navegável do rio S. Francisco e de seus principais afluentes, com um desenvolvimento calculado em mais de 300 léguas, ficarão desde logo estabelecidas as comunicações fáceis e rápidas do vale do rio das Velhas, não só com o extremo norte de Minas, mas ainda com os Estados da Bahia e Pernambuco, e, pela estrada de Paulo Afonso, com os de Sergipe e Alagoas.

Ainda mais, desde que seja construída a estrada de ferro, para a qual já há estudos feitos, ligando o S. Francisco ao Tocantins, em um ponto desde o qual é este último rio navegável até o Pará, ficará o vale do rio das Velhas no ponto de passagem natural, senão forçada, da grande artéria da rede de comunicações, pelo interior, desde o extremo-norte do Brasil até a capital federal e Estados do Sul.

São intuitivas as vantagens que desta circunstância devem resultar para o engrandecimento e importância da capital mineira, colocada naquela posição.

Em direção à parte ocidental de Minas, já estão estabelecidas as comunicações do vale do rio das Velhas, pela estrada Central e pela do Oeste, até o vale do Rio Grande e em pouco tempo se estenderão até Goiás, para o que já há concessões feitas e construções em andamento.

Pelo ramal de Ouro Preto, cujo prolongamento até Itabira de Mato Dentro parece questão já resolvida, e que há de, naturalmente, estender-se até o Peçanha, e, daí em diante pela estrada de ferro Bahia e Minas, prolongada até o Peçanha, e pela que já está concedida, do Peçanha a Vitória, ficará ainda o vale do rio das Velhas ligado por viação férrea à parte oriental de Minas, e aos portos de Vitória e de Caravelas, nos Estados do Espírito Santo e da Bahia.

Do que fica exposto parece resultar claramente que, em relação aos interesses gerais do Estado de Minas, nenhuma outra região oferece melhores condições, para a colocação da nova capital, do que a parte já indicada do vale do rio das Velhas.

Resolvida esta parte da questão, e, aceitando a incumbência de proceder a exames locais, dentro dos limites da região adotada, para o fim de determinar o ponto cujas circunstâncias locais melhores vantagens oferecessem para o fim proposto, tive sempre em vista, no desempenho daquele cargo, além de outros requisitos, as três seguintes condições que reputo essenciais: 1º) salubridade reconhecida do clima; 2º) abundância de água potável de boa qualidade; 3º) condições topográficas adequadas ao desenvolvimento de uma grande cidade em boas condições de alinhamento e nivelamento.

Na excursão que fiz para tal fim, examinei as seguintes localidades: Lagoa Santa, Quinta do Sumidouro, Fazenda do Jaguará, Barra do Jequitibá, Sete Lagoas, Fazenda do Campo Alegre, Matosinhos e, finalmente, Curral del Rei. Nos limites da região que tinha de examinar e que percorri, não encontrei e nem tive indicação de qualquer outra localidade que pudesse entrar em concorrência.

Tratarei separadamente de cada uma das que ficam acima mencionadas, e para não alongar inutilmente esta exposição, deixarei de entrar em detalhes sobre aquelas que, por falta de algumas das condições reputadas essenciais, não estiverem no caso de ser aceitas.

**Lagoa Santa** – Situada em um planalto cuja altitude sobe a cerca de 690 m, oferece Lagoa Santa aos olhos do observador um lindíssimo panorama. Tendo bom clima e condições topográficas favoráveis, não está, entretanto, esta bela localidade no caso de servir para o fim que se tem em vista, por faltar-lhe um dos elementos essenciais: não tem água, e a única que para ali poderia ser dirigida é a do ribeirão da Mata, tomada em suas cabeceiras; mas esta é de péssima qualidade e imprestável como água potável.

**Quinta do Sumidouro** – O clima é considerado bom, mas no verão a elevação da temperatura torna-se incômoda, o que, aliás, se dá em todos os pontos situados à margem do rio das Velhas, de Sabará para baixo. As condições topográficas são excelentes, mas tem esta localidade contra si a mesma circunstância que se dá a respeito da Lagoa Santa – a falta de água potável. Consta-me haver estudos feitos, que provam a possibilidade de trazer à



*Começo da Rua do Capão, ao sair do Largo da Matriz.*

Quinta do Sumidouro as águas do ribeirão da Mata; mas além de que essa obra seria dispendiosíssima por ser necessário estender os encanamentos a mais de quatro léguas de distâncias, tais águas são, como já disse, imprestáveis por sua péssima qualidade.

**Fazenda do Jaguará** – Em condições semelhantes às da Quinta do Sumidouro, quanto ao clima e água, mas inferiores com relação às condições topográficas, fica esta localidade excluída à primeira vista.

**Barra do Jequitibá** – As condições climatéricas da Barra do Jequitibá diferem das do Jaguará e Quinta do Sumidouro. Suas condições topográficas são menos favoráveis do que as deste último ponto, porquanto, além de não ser tão extenso o terreno apropriado às edificações, parte dele é inundável com as cheias do rio das Velhas. A respeito da água, a única de que se pode lançar mão é a do ribeirão de Jequitibá e de alguns pequenos córregos que nele deságuam pela margem direita; mas essas águas, como quase todas as que manam da vertente ocidental do rio das Velhas, de Santa Luzia para baixo, são de péssima qualidade.

**Sete Lagoas** – O clima de Sete Lagoas é considerado melhor do que o de Jequitibá, e a temperatura menos cálida, sendo a altitude daquela povoação cerca de 120 m mais elevada do que a desta última. O vasto e belo planalto em que está situada Sete Lagoas, em excelentes condições topográficas, tem capacidade para o desenvolvimento de uma cidade maior do que qualquer das grandes capitais européias. A essas excelentes condições, porém, não se reúne a de uma boa aguada. A das lagoas é imprestável, e a de algumas pequenas nascentes é tão limitada que a população, apesar de diminuta, como é, vê-se obrigada a recorrer aos poços ou cisternas para ter água potável.

**Fazenda de Campo Alegre** – Pouco difere do de Sete Lagoas o clima desta fazenda, ou antes, sítio, porquanto a sua superfície, segundo fui informado, não chega a 100 alqueires de planta (cerca de um décimo de légua quadrada). A água do pequeno córrego que por ela passa não é potável, e as de algumas insignificantes nascentes que há nas proximidades, além de não terem altura, apenas bastariam para satisfazer as necessidades de uma pequena povoação.

**Matosinhos** – Tem clima regular; mas faltam-lhe as outras condições indispensáveis para o desenvolvimento de uma grande povoação. O terreno é acidentado, e as águas, em pequena quantidade e de má qualidade.

**Curral del Rei** – A povoação que tinha este nome, e que hoje chamam Belo Horizonte, está situada na parte superior da bacia do ribeirão dos Arrudas, que deságua no rio das Velhas, cerca de uma légua abaixo da cidade de Sabará. Numa altitude de cerca de 800 m, goza essa localidade de clima temperado, e de notória salubridade, afirmada não só por seus habitantes, como pelas pessoas habilitadas a dar informações exatas, a quem consultei.

Tem águas abundantes e de excelente qualidade, fornecidas por oito córregos, que nascem na Serra do Curral, e cuja reunião forma o ribeirão dos Arrudas, que passa a poucas centenas de metros da atual povoação. As águas de alguns desses córregos, tomadas



em suas cabeceiras, podem ser elevadas a uma ou mais caixas de distribuição colocadas em altura superior a 20 m acima do terreno apropriado à edificação de uma grande cidade.

As condições topográficas não são menos satisfatórias do que as que se referem ao clima e às águas. Sem ter a vastidão do planalto de Sete Lagoas, o do Curral tem capacidade bastante para a fundação de uma cidade capital, como pode desejar o Estado de Minas, mesmo nas previsões do futuro.

Com relação à fertilidade do solo, excetuada a parte encostada à serra, e algumas coroas de terra seca, os terrenos vizinhos à povoação, e mesmo os que esta ocupa, produzem em abundância, além dos gêneros ordinários da nossa lavoura, legumes, hortaliças, excelentes frutos de várias espécies, etc., etc.

A respeito de materiais de construção, os recursos locais deixam alguma coisa a desejar. Há abundância de calcário e de outras pedras de construção, dentre as quais o granito, de boa qualidade para obras de cantaria, calçamentos, etc.

Há também, próximo à povoação e em diferentes pontos, barro de boa qualidade para telhas e tijolos. Quanto à madeira, porém, há escassez, pelo menos nas proximidades. Informaram-nos alguns dos principais habitantes do lugar que à pequena distância encontra-se abundância de madeiras de construção, mas, pelo que pude observar, não me parece fundada a informação, e penso que a palavra *abundância* foi empregada tendo em vista as necessidades de uma pequena povoação já criada, e não as de uma cidade a construir.

Noto ainda, como circunstância desfavorável à localidade de que trato, o fato de não se achar ela unida à estrada de ferro Central, tornando-se necessária, para ligá-la a esta estrada, a construção de um ramal, cuja extensão calculo em cerca de 2 ½ léguas.

Do que fica exposto conclui-se que, satisfazendo, além de outras, às condições reputadas essenciais, e embora lhe sejam desfavoráveis, algumas, de ordem secundária, que ficam notadas, a localidade do Curral del Rei está nos casos de ser considerada boa para o fim que se tem em vista.

Ouro Preto, 23 de novembro de 1890. *Herculano Veloso Ferreira Pena.*<sup>206</sup>

O *Jornal de Minas*, redigido pelo notável historiador Diogo de Vasconcelos, um dos maiores adversários da mudança da capital, criticando o parecer Veloso, escrevia a 16 de abril de 1891, denunciando a existência de outro parecer, que desconhecemos: “Além do parecer do Sr. Herculano Veloso, fique-se, pois, sabendo, há outro de uma comissão encarregada ao Sr. engenheiro Paula, ex-diretor de Obras Públicas. O Sr. Paula, porém, opinava por lugares diversos, que não Belo Horizonte... O Sr. Paula desceu até a foz do Paraúna e fez observações, de que tivemos notícias, na confluência do rio Cipó.”<sup>207</sup>

Poucos dias antes da apresentação do relatório Pena, escrevia *O Farol*, de Juiz de Fora, dando como assentada a escolha de Belo Horizonte para a nova capital: “Pessoa que ontem passou por esta cidade, vinda de Ouro Preto, nos informou de que o Dr. governador deste Estado havia conferenciado anteontem com os mais importantes proprietários daquela cidade, a fim de combinarem os meios de se mudar a capital para Belo Horizonte (antigo

Curral del Rei) de modo a causar o menor prejuízo possível aos referidos proprietários. Se com efeito o Dr. governador deste Estado, atendendo à opinião dominante, trata de realizar tão importante medida, procurando conciliar os interesses do Estado com os dos proprietários residentes em Ouro Preto, desde já aplaudimos o seu patriótico procedimento, tendo prazer em fazê-lo como intérprete de quantos têm pugnado pela realização da mudança da capital. Não temos conhecimento próprio da localidade a que se refere o nosso informante, mas das diversas pessoas que a têm visitado temos ouvido as mais entusiásticas descrições que nos levam a crer que ela oferece as condições exigidas para ser convertida em capital do grande Estado de Minas.”

## NOTAS

- 205 Herculano Veloso Ferreira Pena (Petrópolis 1898). Engenheiro chefe da construção da estrada de ferro Valenciana, primeira estrada de ferro de bitola estreita construída no Brasil. Dirigiu a estrada de ferro D. Pedro II e diversas empresas particulares, dentre elas a estrada de ferro Bahia-Minas. Participou, juntamente com outros profissionais, dos trabalhos para a escolha da localidade que melhores condições oferecesse para ser edificada a nova capital (Minas Gerais, 29/12/1898)
- 206 PENA, Herculano. Parecer. *O Movimento*. Ouro Preto, p. 1, 12 abr. 1891.
- 207 O PARECER. *Jornal de Minas*. Ouro Preto, 16 abr. 1891.

## VIII

### REACENDE-SE A LUTA PELA MUDANÇA - MAIS SÁTIRAS DO PADRE CORREIA DE ALMEIDA - BELO HORIZONTE EM FOCO



stava, mais do que nunca acirrada a luta em torno da magna e palpitante questão e a atoarda que produziu ecoava e levantava discussões até nos mais longínquos recôncavos do Estado.

À frente dos que aplaudiam a idéia e por ela se batiam, colocara-se o grande poeta dos *Símbolos* e das *Contemporâneas*, Augusto de Lima, orador cintilante, que, pela imprensa e na tribuna, defendia vigorosa e brilhantemente o pensamento da mudança da capital, julgando-o uma questão inteiramente oportuna, de realização inadiável.

Raros eram os jornais mineiros ou escritores da época que não discutiam o empolgante assunto, uns favoráveis, outros contra; aqueles, porém, em esmagadora maioria.

Aqueles que eram pela mudança da capital - escreveu mais tarde um chistoso cronista - se chamaram, criando um neologismo ignóbil, 'mudancistas'. A novidade vocabular irritou profundamente os vernaculíssimos ouvidos do padre Correia, profundo conhecedor do latim e um dos mais conhecidos poetas satíricos do Brasil.

O vate mineiro valeu-se da sátira, sua arma predileta, e avançou destemeroso contra o neologismo 'mudancista', já que não podia exterminar todo o partido. O golpe foi desfechado neste soneto:

*A Castro Lopes e outros exemplares  
deviam consultar, por segurança,  
os tais apologistas singulares  
da injusta e capitálica mudança.*

*Mas eu noto que sábios luminares,  
fitando capitais de mais chibança,  
tão amplamente estendem seus olhares  
que a linha visual o infindo alcança.*

*No seu entusiasmo forte e ardente,  
se neologismo querem, mudancistas  
eles podiam ser portuguesesmente*

*Ou, mutatis, mutandis, mutandistas  
ficavam sendo assaz latinamente,  
se a pressa os não fizesse mudantistas.<sup>208</sup>*

Fazendo marchar a idéia para a sua desejada finalidade, a 24 de novembro daquele ano, o Dr. Stokler de Lima, em nome da bancada mineira no Congresso Federal, dirigiu uma representação ao governador do Estado, Dr. Bias Fortes, pedindo a mudança da capital 'para um ponto mais conveniente, ficando ao critério e sabedoria do governo a escolha do local.'

Essa representação ecoou favoravelmente por todo o Estado, e começaram, então, a ser lembradas as localidades que estavam em condições de ser escolhidas para a nova metrópole mineira.

Dentre essas localidades figurava Belo Horizonte, que já estava em foco, havendo mesmo quem afirmasse as preferências do governo por ela, desde que fora lavrado por João Pinheiro o decreto de mudança de seu nome. Mas, ao que parece, não tinham razão os que assim pensavam. O ato da mudança de nome não se relacionava com o caso em apreço e o governo não se inclinava por esta ou aquela localidade segundo cremos.

Entretanto, a partir daquele dia, sofreu Belo Horizonte a mais cruenta, perversa, injusta e desenfreada campanha de descrédito que jamais se moveu contra qualquer outro lugar. Os inimigos da mudança da capital voltavam, então, as suas armas envenenadas e terríveis contra o pobre arraial e o desancaram por todos os meios. Disseram mal do ar, da água, do clima, da terra, da gente de Belo Horizonte. E coroando essa tarefa inglória de difamação, diziam que o arraial só produzia papudos e cretinos, pelo que o alcunharam com os apelidos de *cretinópolis* e *papudópolis*.

Mas, naqueles dias de lutas e surpresas, um ato do general Deodoro da Fonseca<sup>209</sup>, então chefe do Governo Provisório da República, desalentou os contrários à mudança da capital. A 14 de março de 1891 era o Dr. Antônio Augusto de Lima nomeado governador provisório do Estado de Minas, ele que com tanto denodo se batia pela realização de tão alevantado empreendimento.

Previu-se, pois, logo, que a causa havia atingido o seu ponto culminante e não tardaria a ter uma solução definitiva. E todos os olhares voltaram-se para o novo governador e sobre ele choveu a saraivada dos ataques pela imprensa.

A 3 de abril de 1891 *O Jornal de Minas* registrava este boato:

"Consta-nos, e por isso mesmo que nos consta, damos a notícia com todas as reservas, que o governador decretará brevemente a mudança da capital, escolhendo-se a cidade de

Barbacena para a capital provisória, até que o poder competente resolva o assunto. Esta notícia nos foi transmitida por pessoa que deve conhecer de perto os intuitos da administração e, por isso, tem todos os visos de verdade (*Do Minas Livre*).<sup>210</sup>

Augusto de Lima, entretanto, afrontando toda aquela imensa onda de oposição que rugia em torno do palácio, empossado a 18 e então revestido com autoridade para praticar atos privativos do Poder Legislativo, teve um gesto ousado, lavrando o decreto de mudança da capital para Belo Horizonte.

Esse ato do governador fora previsto pelo *O Jornal de Minas*, que, a 3 de abril, escrevia: "Assumimos a responsabilidade de afirmar a existência dos fatos, e quem quiser nos peça as provas. O que se passou foi sabido em toda a cidade. S. Ex<sup>a</sup>. o Sr. governador deliberou decretar a mudança da capital para Belo Horizonte, e insistia no ato com tenacidade, quando, a conselho de amigos, demoveu-se, consertando a deliberação para o Congresso, onde se iniciará a medida por proposta da Mensagem. O Sr. governador, deferindo a questão, proporá que se mude a capital para Belo Horizonte, como queria o decreto... Esperemos a Mensagem e aí teremos a nossa justificação."<sup>211</sup>

A campanha que se levantou contra Augusto de Lima em razão da sua patriótica atitude foi das mais cruentas, conforme nos diz, em seu n. 5, *O Contemporâneo*, de Sabará, datado de 9 de janeiro de 1894, comentando uma linda crônica escrita por Olavo Bilac, dias antes, na *Gazeta de Notícias*, descrevendo Belo Horizonte. Disse *O Contemporâneo*: "E maior se faz ainda o nosso contentamento quando nos lembramos dos apodos de que foi vítima o ilustrado governador do Estado, Dr. Augusto de Lima, quando pretendeu, durante o seu governo, fazer a mudança da capital para este ponto - apodos infundados, vãos, sem a menor razão de ser, pois que os *críticos* dessa localidade pouco a conheciam, ao passo que se o digno governador de então não tinha dela perfeito e minucioso conhecimento, as informações que lhe foram prestadas pelo nosso saudoso e ilustre amigo, Sr. Francisco da Silva Lobo, que foi incansável batalhador em prol da mudança para esse lugar, contribuíram imenso para que fosse encarregado dos estudos respectivos o distintíssimo engenheiro Dr. Herculano Pena, cujo parecer foi plenamente vitorioso, como o do Dr. Samuel Pereira."<sup>212</sup>

Acresce ainda que, ao ter conhecimento da arrojada atitude do governador, levantara-se o povo de Ouro Preto em peso, na mais decisiva e acalorada oposição a ela, realizando formidável comício de protesto, que atroou a velha capital, e do qual resultou a nomeação de uma comissão incumbida de ir ao Rio de Janeiro, a fim de obter de Deodoro da Fonseca os seus bons ofícios para que o decreto fosse anulado.

Tal comissão constituída pelos Srs. Dr. Diogo de Vasconcelos, Dr. Gabriel de Oliveira Santos, Olímpio Moreira Coelho, Antônio de Carvalho Brandão, Eduardo Pereira Barbosa e Dr. Manuel Joaquim de Lemos, cumprindo o seu mandato, seguiu para o Rio, foi recebida por Deodoro no palácio Itamarati e obteve dele a promessa de um entendimento com o governador de Minas para que o caso ficasse para ser deliberado pelo Congresso.

Não sabemos como agiu Deodoro a respeito, mas o fato é que, na página 6 da mensa-

gem enviada ao Congresso Constituinte, no dia 7 de abril daquele ano, o Dr. Augusto de Lima objetivou o assunto, dizendo, ao referir-se aos grandes problemas do Estado:

“Nenhum, porém, preocupou mais o espírito público, de que sois legítimos órgãos, nenhum mais insistentemente se impôs à meditação do governo, desde a administração de meus dois últimos antecessores até hoje, do que aquele que tem por objeto dotar o Estado de uma nova capital, que seja um centro de atividade intelectual, industrial e financeira, e ponto de apoio para a integridade de Minas Gerais, seu desenvolvimento e prosperidade, pois que de tal condição carece infelizmente a atual capital, tão prestigiada, entretanto, de recordações, que formam o mais caro patrimônio histórico do povo mineiro. O governo, no intuito de concorrer para a solução desta magna questão, depois de estudá-la em todas as suas faces, nomeadamente quanto à localidade mais própria à edificação da nova cidade, habilitando-se com os esclarecimentos e informações exigíveis, chegou à conclusão de que nenhum outro lugar reúne maior soma de condições para o fim em vista do que o planalto denominado Belo Horizonte, no vale do rio das Velhas, no município de Sabará, onde possui o Estado considerável extensão de terrenos. Grande número de ilustres representantes de Minas no Congresso Nacional, respeitáveis chefes, políticos, bem como autorizados órgãos da imprensa, declararam de inadiável necessidade a mudança da capital mineira, opinando que ela podia se efetuar por um decreto do governo, como sabeis, investido de atribuições legislativas. O governo, porém, atendendo à proximidade das sessões do Congresso, julgou mais conveniente e correto, assinalando seu respeito e homenagem a essa eminente corporação e ainda interpretando o sentimento geral de volver assunto de tal magnitude a vossa competência soberana.”<sup>213</sup>

O poeta padre Correia de Almeida, ao ter conhecimento da Mensagem, compôs logo o seguinte soneto satírico, no fim do qual glosava o conceito formado por Diogo de Vasconcelos de que os curralenses eram papudos:

*Ao Congresso propõe-se na mensagem  
que lá para o Curral del Rei se mude  
a velha Capital, que, bronca e rude,  
em si reúne toda a desvantagem!*

*Congressistas é certo que reagem,  
se nisto o meu bestunto não se ilude;  
apesar da beleza da altitude,  
tem seu quê' de ruindade essa paragem.*

*A proposta, portanto, há de ir abaixo,  
depois que a discussão atice o facho  
de voraz, caloroso e ardente fogo.*



11º Regimento  
S.º 2º

Palacio do Governo do Estado de Minas Geraes

Onze de Setembro de 1911

A conta  
S.º 2º  
11-22-11

A cada um dos membros da Commissão nomeada nesta data, composto dos engenheiros Francisco de Assis Almeida de Albuquerque e Manoel Jacinto, Juvenal de S.º Silva e dos médicos Dr.ºs Carlos de Almeida e Joaquim de Almeida, para a execução de estudos e levantamentos necessários a nova Capital do Estado e da representação e respectivo plano, dentro de prazos máximos de quinze dias e em duas, mandamos adiantar, desde já, a quantia de duzentos mil réis para as despesas de viagem, até que oportunamente seja feita a despesa a fazer-se com o fundo a cargo da mesma Commissão.

Augusto de Lima

Dr.º Carlos de Almeida

Fac-símile da portaria em que o governador Augusto de Lima mandava fazer um adiantamento à Comissão de Estudos das Localidades.



*Dr. Augusto de Lima, o governador que propôs ao Congresso a mudança da capital para Belo Horizonte e foi grande propagandista desse pensamento.*



*Conforme está provado por estudos,  
os curraleiros todos são papudos,  
e todos eles devem ao Diogo.*<sup>214</sup>

A 17 de abril de 1891 escrevia Diogo de Vasconcelos em seu *O Jornal de Minas*:

“As pessoas que têm ido em visita ao Belo Horizonte, voltam mais ou menos encantadas, dizendo ser deslumbrante o local e mui doce as laranjas. Porém, não é só disso que nos cumpre saber. Localidades não faltam no mesmo teor; e as paisagens do campo, os planaltos todos causam sempre aos olhos grata impressão, principalmente quando os horizontes rasgam-se de súbito e se iluminam em cheio com este sol de abril na terra mineira. Se por uma localidade ser linda se devia fazê-la capital, esta não sairia daqui em mil anos, até que se apurassem contra si todos os gostos. Minas é rica, e até riquíssima de panoramas deliciosos. A questão, portanto, não é essa: é se a essa decantada formosura o Belo Horizonte reúne as demais condições necessárias, e se essas condições já foram estudadas com regularidade e método, a fim de se não dar um salto no ar, depois de inutilmente se haver desmantelado o nosso Ouro Preto.”<sup>215</sup>

Mas, enfim, a questão estava afeta ao Congresso.

Iria ser decidido, finalmente, o grande problema de se dar a Minas uma capital bela, moderna, dotada de todos os requisitos necessários a um centro irradiador de cultura, civilização e progresso, colocada em um lugar de clima sadio, bem servida de águas e de boas terras, com formosa topografia, uma capital, enfim, à altura do mais populoso e dos maiores e mais ricos Estados da Federação.

Aquele problema pertencia ao número dessas medidas decisivas, que um povo empreendedor e sequioso de evoluir imagina, resolve pôr em prática e que, por força de uma vontade tenaz, indeclinável, terão de ser solucionadas, mais dias, menos dias, malgrado todos os óbices que se lhe antepõem.

E assim era, porque o povo mineiro sabia que, para levar a efeito o seu belo e futuroso destino de grandeza e civilização, lhe era indispensável uma capital modelar, representativa, que se impusesse e atraísse, trabalhasse e fosse paradigma de suas irmãs do interior, no comércio, na indústria, nas ciências, nas letras e nas artes.

Minas bem alcançou a vastidão desse ideal e não teve um só momento de desfalecimento nas lutas que sustentou para realizá-lo, desde que julgou azado o momento, porque sabia que dificilmente registraria em sua história cometimento mais grandioso, mais feliz e glorificador de suas tradições, vivo e eloqüente atestado de seu valor, da sua imensa capacidade criadora e realizadora.

NOTAS

- 209 ALMEIDA, José Joaquim Correia de (padre). Neologismo congressual. *A Folha*, Barbacena, 17 dez., 1893
- 209 LIMA, Stokler de. *Apud* LINHARES. *Op. cit.*, p. 19.
- 210 JORNAL DE MINAS. Ouro Preto, p. 1, 3 abr., 1891.
- 211 *Ibidem*, p. 1.
- 212 BELO Horizonte. *O Contemporâneo*, Sabará, p. 2, 11 fev., 1894. LIMA, Augusto de. Mensagem dirigida ao Congresso. *O Contemporâneo*, Sabará, p. 2, 11 fev., 1894.
- 213 MINAS GERAIS. Congresso Constituinte. *Anais*: ata da instalação do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais aos 7 de abril de 1891. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896, p. 25.
- 214 ALMEIDA, José Joaquim Correia de (padre). Para o Curral del Rei. *O Jornal de Minas*. Ouro Preto, p. 1, 16 abr., 1891.
- 215 DELENDIA Cartago. *O Jornal de Minas*. Ouro Preto, p. 1, 17 abr., 1891

## O GRANDE PENSAMENTO DE NOVO NO CONGRESSO



ra indescritível a agitação produzida em Ouro Preto pelo andamento vitorioso que ia logrando ter a notável questão, sobretudo quando se soube que ela iria ser ventilada pelo Poder Legislativo, em cujo seio seria patrocinada por fortes elementos, em harmonia de vistas com o governo do Estado.

Efetivamente, em março, instalado o Congresso, cuja missão principal seria discutir e votar a Constituição do Estado, foram-lhe apresentados, além do projeto organizado pelo governo, um do Dr. Olinto de Magalhães e outro do Dr. Augusto Clementino, sendo que este, em seu art. 5º das disposições transitórias, estabelecia a mudança da capital, não determinando para que ponto do Estado. O projeto do governo, segundo o Sr. Joaquim Teixeira de Sousa, em seu folheto *Organização Republicana do Estado de Minas*, fora redigido por uma comissão composta dos Srs. desembargador Frederico Augusto, Dr. Antônio Gonçalves Chaves e Dr. João Pinheiro da Silva, não tendo sido estranha a intervenção de Quintino Bocaiuva. Foi este o preferido para objeto de discussão.

Eleita uma comissão de 11 congressistas a fim de emitir parecer sobre o projeto, foram suspensos os trabalhos, até que se apresentasse o estudo a respeito. E como a comissão sabia que um outro projeto e este relativo à mudança da capital iria ser apresentado a qualquer momento ao Congresso, a 16 requereu ao governo a nomeação de técnicos, que estudassem algumas localidades em condições de receber a capital, e este nomeou imediatamente os engenheiros Francisco Sá, Antônio Maria de Albuquerque O'Connell Jersey, Juvenal de Sá e Silva e dos médicos Drs. Virgínio Rolemberg Bhering e Joaquim Sepúlveda.

Entretanto, por motivos de força maior, essa comissão foi modificada, ficando assim constituída: engenheiros Domingos José da Rocha, Francisco Wan Erven, Manuel Pereira Mesquita, G. Howyan, Joaquim Aureliano de Sepúlveda e Antônio M. de O'Connell Jersey, com a recomendação de estudar, dentro de 45 dias, as localidades denominadas Paraúna e Belo Horizonte. O parecer do engenheiro Domingos Rocha sobre Belo Horizonte acha-se

publicado à p. 245, t. I, do *Dicionário Geográfico do Brasil*, de Moreira Pinto.<sup>216</sup> Esse parecer concluía favoravelmente a Belo Horizonte.

Ouro Preto estava convulsionada. Era voz corrente que desta vez a questão iria de vencida. Corriam os boatos mais alarmantes. O presidente do Estado, atemorizado pelo que se dizia, passou a despachar em casa. Falava-se em dinamitar o Congresso, em depor o presidente, o diabo! Mas nada disso se fez.

No dia 24 de abril, o deputado Augusto Clementino mandou à Comissão dos 11 um aditivo ao projeto governamental da Constituição, concebido nestes termos e assinado pelos senadores Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, Bernardo Cisneiros da Costa Reis e deputados Olinto de Magalhães, Ildefonso Alvim e Camilo Prates:

“Art. Fica mudada a capital do Estado para um ponto central, no vale do rio das Velhas, que se preste à edificação de uma grande cidade com as indispensáveis condições higiênicas.

§1º Essa mudança se realizará no prazo máximo de 4 anos.”

Esse aditivo obteve aprovação, ao contrário de dois outros apresentados na mesma ocasião: um do Sr. Monte Raso, que estabelecia: “Fica desde já mudada a capital do Estado para o lugar que oferecer melhores vantagens, de preferência no planalto da serra da Mantiqueira, vales do Paraopeba, Guaicuí e rio das Velhas”, e outro do Dr. Adalberto Ferraz, mandado acrescentar, depois das palavras “rio das Velhas” as seguintes: “ou rio Grande.”<sup>217</sup>

A velha capital estava em polvorosa! Mas os ouro-pretanos tinham confiança na sua vitória final. Contavam dentro do Congresso com valorosos elementos, dispostos a queimar até o ultimo cartucho por que ruísse o malsinado projeto da mudança.

A 1º de maio, por ocasião do reinício dos trabalhos do Congresso, a grande comissão referida apresentou o seu parecer, que terminava adotando o projeto da Constituição, cujo art. 117 estabelecia a mudança da capital nos termos do aditivo Clementino.

E logo a oposição entrou em campo com duas emendas supressivas daquele intruso art. 117; uma do Sr. Camilo de Brito e outra do Sr. Levindo Lopes, dois denodados campeões com que contavam os ouro-pretanos.

A 16, o Sr. Gama Cerqueira obtinha que o art. 117 fosse desdobrado em duas partes: uma estabelecendo a mudança da capital e outra designando o local.

Postas a votos as emendas supressivas, por meio de votação nominal, a requerimento do Sr. Artur Itabirano, caíram ambas por 50 votos contra 18, ficando de pé a primeira parte do art. 117 e, conseqüentemente, demonstrada a sensível inferioridade numérica dos contrários ao grande cometimento.

Em seguida o Congresso aprovou por 45 votos contra 23 a segunda parte, quanto à designação da localidade, e foi este ponto o cavalo de batalha para a solução do momento-problema, pois muitos eram os municípios que pleiteavam a preferência.

Quem abriu os debates neste particular foi o Sr. Abeilard Pereira, que, na sessão de 11 de maio, requereu à Mesa se representasse ao governo para que a comissão de técnicos



*Congresso Constituinte que votou as leis de mudança da capital.*

nomeada para estudar dois lugares estendesse os seus estudos até o vale do rio Grande e Várzea do Marçal, onde o Estado possuía grande faixa de terras.

Seguiram as pegadas do deputado Abeilard os Srs. Henrique Diniz, Melo Franco e Silva Fortes, propondo que fosse também estudado o planalto da Mantiqueira, ao passo que os Srs. Afonso Pena e Inácio Murta, declarando interpretar o sentir do povo de Itabira, que havia representado a respeito, pediam que fosse estudado também o planalto existente entre Catas Altas do Mato Dentro, Santa Bárbara e S. Francisco, nas fraldas da serra do Caraça.

Igualmente, o Sr. Aristides Caldeira pediu que os mencionados estudos se estendessem ao planalto de Pium-í, no vale do rio Grande, e o Sr. Costa Sena fez idêntico pedido quanto ao vale do rio Doce.

Tantos eram os pedidos e propostas e emendas, que aquele movimento parecia um trabalho calculado de obstrução. Mas não o era. O que animava o Congresso em torno do assunto era o interesse particular de várias zonas do Estado, cada qual mais desejosa de se ver preferida para sede da futura metrópole mineira.

Bem compreendendo a situação, o deputado Clementino, para *simplificar* o caso e contentar a *tout le mond et son père*, requereu que fossem estudados pela comissão mencionada todos os vales mineiros...

Mas o Sr. Sabino Barroso não estava pelo andamento que ia tendo o projeto da Constituição, embaraçado pela questão da mudança da capital. Naquele andar nunca se chegaria a um resultado e, por isso, requereu e obteve que fossem adiadas as discussões de todas as emendas e propostas apresentadas, entrando o Congresso a discutir outras matérias da ordem do dia.

Era um armistício na grande batalha. Os mudantistas não fizeram cara alegre, pois queriam chegar logo ao fim da meada, ao passo que os contrários, sobretudo ouro-pretanos, sorriam consolados a pensar: enquanto o pau vai e vem...

#### NOTAS

216 PINTO, Alfredo M. *Apontamentos para o dicionário geográfico do Brasil*. Op. cit., p. 245.

217 MINAS GERAIS. Congresso Constituinte. *Anais*. Ata da 12ª sessão da comissão eleita para dar parecer sobre o projeto de Constituição. 24 de abril de 1891. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896, p. 529

## OUTRA ARRANCADA DO CONGRESSO – A PRIMEIRA LEI MUDANDO A CAPITAL



25 de maio foi apresentado ao Congresso o parecer que o presidente da comissão de engenheiros, Sr. Domingos Rocha,<sup>218</sup> mandara ao governo no dia 16, dando conta dos estudos feitos somente em Belo Horizonte, alegando que Paraíba não fora estudada pelo fato de ter aquela comissão ficado desfalcada de dois membros. Era voz corrente, entretanto, que o motivo determinante de haver a comissão desempenhado apenas uma parte de sua incumbência fora a angústia de tempo, reconhecida desde princípio pelo governo, que lhe mandara instruções reservadas para agir como agiu...

Iniciada a 2ª discussão do projeto da Constituição, figurava nele o art. 117 como passando a ter o n. 121, em virtude de emendas que haviam sido apresentadas e aprovadas.

Como a providência da mudança da capital acarretaria grandes prejuízos aos proprietários em Ouro Preto, e o Dr. Bernardino de Lima, espírito pacificador e justo, percebesse que o art. 121 seria vitorioso, apresentou, na sessão de 4 de junho, uma emenda concebida nestes termos:

“Art... Uma lei conciliará, tanto quanto possível, os interesses da velha capital com os da nova.”<sup>219</sup>

E essa conciliação se fez mais tarde pelo art. 8º da Lei n. 3, adicional à Constituição, concedendo-se lotes em Belo Horizonte aos proprietários em Ouro Preto.

A 5 de junho reanimou-se a peleja parlamentar em torno do art. 121, com a apresentação de uma emenda supressiva, da lavra dos Srs. Ferreira Alves, Xavier da Veiga, Camilo de Brito, Antônio Martins, Rocha Lagoa, A. Veloso, Costa Sena, cônego Manuel Alves, Artur Itabirano, Simão da Cunha, Carlos Marques, José Bento e Severiano de Resende.

Em discussão essa emenda, falaram muitos oradores, sendo apresentados vários substitutivos, a saber:

Um, dos Srs. Josino de Brito, Manuel Eustáquio, Ribeiro de Oliveira, Augusto Clementino, Leopoldino dos Passos, Faria Lobato, Olegário Maciel, Francisco Sales, Silva Fortes, Henrique

Diniz, Tavares de Melo, Ildefonso Alvim e Antônio Carlos, assim concebido:

“Art. 1º Fica mudada a capital do Estado para o ponto mais conveniente e que melhor se preste à edificação de uma grande cidade, com as indispensáveis condições higiênicas.

§1º O Congresso, ao terminar os seus trabalhos constituintes, nomeará uma comissão composta de 5 membros a fim de estudar os pontos situados nos vales do rio das Velhas, do rio Grande, Várzea do Marçal e planalto da Mantiqueira e apresentar, na segunda sessão ordinária do Congresso, seus pareceres e relatórios.

§2º O Congresso em 2ª sessão ordinária, designará, diante dos pareceres da comissão, o local para onde será transferida a capital do Estado no prazo por ele estabelecido, e autorizará o governo a fazer as operações de crédito necessárias à edificação dos prédios públicos. O Congresso, em 1ª sessão ordinária, votará e autorizará o governo a despender uma verba suficiente para as despesas com os trabalhos da comissão nomeada.”

Quatro emendas foram apresentadas a esse substitutivo, a saber: 1. do Dr. Afonso Pena, substituindo, no art. 1º, a palavra *fica* por *será*, acrescentando ao §1º, depois das palavras *planalto da Mantiqueira* “e fraldas da serra do Caraça, nas proximidades de Catas Altas de Mato Dentro”; e alterando o art. 2º, *in fine*, “em vez de *autorizará o governo a fazer as operações de crédito necessárias à edificação dos prédios públicos*, diga-se “e decretará os meios necessários para a realização da mudança”; 2. emenda dos Srs. Davi Campista, Otávio Otoni e Carlos Alves, acrescentando às palavras *planalto da Mantiqueira* “cidade de Juiz de Fora e suas proximidades”; 3. emenda dos Srs. Antônio Martins e Costa Sena, mandando acrescentar às referidas palavras “e o vale do rio Doce”; 4. emenda dos Srs. A. Mata Machado, Inácio Murta e Lindolfo Caetano, adotando o substitutivo do Sr. Josino, com modificações, menos quanto aos lugares indicados para serem estudados.

O segundo substitutivo apresentado ao art. 121 foi este, assinado pelo Sr. Augusto Clementino, no dia 6:

“Art. 121. Fica resolvida a mudança da capital do Estado para o ponto mais conveniente.

§1º Antes de encerrado o período constituinte, o Congresso nomeará uma comissão de 5 profissionais, que será encarregada de proceder, com urgência, aos estudos convenientes no Paraúna, Planalto da Mantiqueira, Várzea do Marçal, Pium-í e Catas Altas de Mato Dentro e apresentar parecer acerca das condições de cada um destes pontos para a colocação da nova capital.

§2º Apenas terminados os trabalhos da Comissão, o Congresso, devidamente informado, designará o local da nova capital, marcará o modo e o prazo em que a mudança se efetuará e autorizará as despesas necessárias.”

Eis agora o terceiro substitutivo, assinado pelos Srs. João Nepomuceno Kubitschek, Viriato Mascarenhas, Augusto Clementino e Olegário Maciel, também no dia 6:

“Art. 121. Fica mudada a capital do Estado para um ponto central no vale do rio Paraúna, acima de sua confluência com o rio das Velhas. Antes de separar-se, o Congresso Constituinte nomeará uma comissão técnica para proceder a estudos, determinar o local,



levantar planta e fazer o orçamento das obras necessárias. O Congresso concederá os meios pecuniários para a construção dos edifícios para as repartições públicas e mais obras indispensáveis.”

O quarto substitutivo, apresentado pelo Sr. Adalberto Ferraz, no dia 7 de julho, tinha a finalidade de resolver a questão da mudança da capital por partes, atraindo, com habilidade, os vários elementos divergentes para o seu lado. Estava assim redigido esse substitutivo:

“Art. 121. Fica mudada a capital para um local que, oferecendo as precisas condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade.

§1º Encerrada a 1ª sessão ordinária, reunidas as duas câmaras em Congresso, este determinará quais os pontos que devam ser estudados e bem assim nomeará ou requisitará do presidente do Estado a nomeação de uma comissão de profissionais, de modo que estudos completos sobre os pontos indicados sejam presentes ao Congresso no primeiro dia de sua 2ª sessão ordinária.

§2º Na mesma sessão em que o Congresso determinar quais os pontos a estudar, votará uma verba suficiente para os trabalhos e estudos.

§3º Durante a 2ª sessão ordinária, reunidas as duas câmaras em Congresso, este, à vista dos estudos, determinará o ponto para onde se fará a mudança e a lei que isto decretar fará parte desta Constituição.

§4º Nessa mesma ocasião, o Congresso regulará o modo de se efetuar a construção dos edifícios, decretará os meios necessários para a realização da mudança, tomará todas as providências que julgar necessárias e marcará um prazo fatal em que se terá de realizar a mudança.”

Além desses substitutivos, o art. 121 recebeu mais as seguintes emendas: a) do Sr. Severiano de Resende, mandando substituir “vale do rio das Velhas” pelo seguinte: “Para o território de propriedade do Estado, compreendido entre o rio das Mortes e o Carandaí, conhecido pelo nome de Várzea do Marçal, no município de Tiradentes e proximidades de S. João del Rei”; b) do Sr. Faria Lobato, mandando suprimir “central, no vale do rio das Velhas”; c) dos Srs. Aristides Caldeira, Monte Raso e Manuel Eustáquio, acrescentando, depois das palavras “Capital do Estado”, o seguinte: “para o planalto de Pium-í, no vale do rio Grande”; d) do Sr. Elói Reis, substituindo “vale do rio das Velhas” por “Várzea do Marçal, situada no vale do rio das Mortes”; e) dos Srs. Gomes Freire e Augusto Moreira, acrescentando, depois do “vale do rio das Velhas”, as palavras “e no Belo Horizonte”; f) dos Srs. Francisco Sales, Henrique Diniz, Sá Fortes e Antônio Carlos, dizendo: “Em vez de *central no vale do rio das Velhas, etc.*”, diga-se “conveniente no planalto da Mantiqueira”; g) do Sr. Antônio Carlos, mandando substituir “para um ponto central no vale do rio das Velhas” por “para a cidade de Barbacena.”

Nesse mesmo dia 7, depois de largas e aferradas discussões, foi submetido a votos o substitutivo do Sr. Adalberto Ferraz, tendo requerido votação nominal o Sr. Faria Lobato. Aprovado esse substitutivo por 35 contra 34 votos, ficaram prejudicados o art. 121 do

projeto e as emendas e demais substitutivos a ele apresentados, como vimos.

Na sessão imediata, os Srs. Bernardino de Lima, Rebelo Horta, A. Caldeira, A. Barbosa, E. Pimentel e Nelson Dario mandaram à Mesa a seguinte declaração de voto: “Declaramos que votamos contra o substitutivo n. 81 ao art. 121 do projeto constitucional oferecido ontem pelo ilustre congressista Dr. Adalberto Ferraz e ontem mesmo votado em sessão deste Congresso, por entendermos ser prejudicial aos interesses, tanto do Estado como especialmente dos habitantes desta cidade, o adiamento da solução da magna questão da mudança da capital, que a nosso ver devia ter sido definitivamente resolvida pelo Congresso Constituinte.”

Ainda nessa sessão foi o substitutivo Adalberto Ferraz aprovado em 3ª discussão, em votação nominal, por 37 contra 28 votos e, a 14, o foi em redação final da Constituição, passando o art. 121 a constituir o art. 13 das disposições transitórias, tendo antes sido apresentada a esse artigo mais uma emenda do Sr. Otávio Otoni, que dizia: “em vez de *decretada a mudança da capital*, diga-se. *fica mudada a capital*”. Essa emenda foi rejeitada.

Finalmente, no dia 15 de junho de 1891, de pé todo o Congresso, o presidente deste declarava promulgada a Constituição Mineira, cujo §1º do art. 13 referido reproduzia o substitutivo Adalberto Ferraz. Estava, portanto, legislada a mudança da capital. Achavam-se presentes ao ato da sessão solene de promulgação da Constituição 70 membros do Congresso, sendo 23 senadores e 47 deputados, faltando somente um senador, o major Joaquim José de Oliveira Pena, e um deputado, o Dr. Oscavo Correia Neto.

Ato contínuo, em observância ao art. 1º das disposições transitórias da Constituição, procedeu-se à eleição do presidente e vice-presidente do Estado, recaindo a escolha nos Drs. Cesário Alvim e Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, tendo sido este empossado a 16 e aquele a 18 de junho, permanecendo nesse cargo até 9 de fevereiro de 1892.<sup>220</sup>

Incorrigível com as suas sátiras de uma flagrante atualidade, o padre mestre Correia de Almeida, mal teve conhecimento do ato do Congresso, focalizou-o neste soneto:

*O Congresso de Minas fez decreto,  
Tirando a capital de Vila Rica,  
e em Vila Rica emprega-se o arquiteto  
e o paço do Senado se edifica!*

*De que vos admirais, povo concreto?  
Cai-vos o queixo, e a boca aberta fica!  
Não vedes que por trâmite discreto  
hoje o ser e o não ser se identifica?*

*Perfeitamente casa a transferência  
com a mais arraigada permanência  
conforme se conclui da sábia lei!*

*E aqueles que no absurdo forem práticos  
não façam paralelos esquipáticos,  
enquanto reinam roques e não rei.*<sup>221</sup>

Realmente era estranhável que, deliberada a mudança da capital pelo Congresso, em Ouro Peto se empenhasse na execução de melhoramentos tendentes à permanência da metrópole naquela cidade. De feito, a 12 de setembro ainda o *Estado de Minas* noticiava: “Consta-nos que foi assinado hoje, perante a intendência municipal o contrato para os importantes melhoramentos da capital, conforme proposta dos Srs. Dr. Moura Costa e Vicente Barreiros, com algumas modificações”.<sup>222</sup>

Apesar de estar legislada a mudança da capital, os ouro-pretanos não tinham perdido a esperança na vitória da permanência da capital na velha cidade. O empreendimento parecia-lhes irrealizável por ser demasiadamente arrojado para aqueles dias. Além disso, a ascensão de Cesário Alvim à presidência do Estado parecia-lhes, e com razão, mais uma garantia em favor de seu ponto de vista, pois ninguém ignorava a opinião daquele político inteiramente contrária à mudança da capital, por julgar a medida inoportuna.

Mas bem enganados estavam os antimudantistas. Nada mais faria Minas retroceder no seu altíssimo cometimento, como se vai ver.

## NOTAS

- 218 ROCHA, Domingos. Parecer. MINAS GERAIS. Congresso Constituinte, 1891. *Anais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896, p. 260.
- 219 MINAS GERAIS. Congresso Constituinte, 1891. *Anais*: 28ª sessão ordinária do Congresso Constituinte... aos 4 de junho de 1891. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1891, p. 410-417.
- 220 *Ibidem*, p. 410-417.  
*Idem*, 29ª sessão ordinária do Congresso Constituinte... aos 5 de junho de 1891. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1891, p. 417-431.  
*Idem*, 30ª sessão ordinária do Congresso Constituinte... aos 6 de junho de 1891. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1891, p. 431-443.  
*Idem*, 31ª sessão ordinária do Congresso Constituinte... aos 7 de junho de 1891. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1891, p. 443-458.  
*Idem*, 32ª sessão ordinária do Congresso Constituinte... aos 8 de junho de 1891. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1891, p. 458-473.  
*Idem*, 35ª sessão ordinária do Congresso Constituinte... aos 15 de junho de 1891. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1891, p. 493-505.
- 221 ALMEIDA, José Joaquim Correia de (padre). *Decrepitude metromoniaca*. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1894, p. 33: Incoerência legislativa.
- 222 ESTADO DE MINAS. Ouro Preto, p. 3, 12 set., 1891.

O CONGRESSO INDICA AS LOCALIDADES A SEREM ESTUDADAS -  
A LEI ADICIONAL N. 1

M

uita gente ha de supor que os ouro-pretanos tiveram um grande desalento ao ver promulgada a Constituição, em cujo bojo figurava a mudança da capital. Engano. É certo que ficaram um tanto desconcertados, mas a convicção muito generalizada naqueles dias era de que o famoso art. 13 da nossa lei básica promulgada encerrava, nada mais nada menos, do que a sentença de morte da grande questão. Mas para quantos tinham nítida consciência do resultado final da magna iniciativa, os adversários dela estavam num verdadeiro engano d alma ledo e cego..."

Vitoriosa a primeira medida e a mais difícil, bem pouco havia a temer-se relativamente às providências dela decorrentes, acreditavam os otimistas.

As dificuldades que de certo adviriam na escolha do local, a impraticabilidade da medida, à vista dos imensos dispêndios com que o Estado teria de arcar e outros argumentos criados pela imaginação dos adversários, eram o Thabor das suas esperanças.

Mas bem pouco durou aquela falsa esperança, e a primeira desilusão que tiveram foi a 14 de outubro quando, reunidos em Congresso o Senado e a Câmara, deram execução ao §1º do art. 13, para eles malsinado, elegendo uma comissão destinada a estudar o assunto e dar parecer sobre as localidades a serem estudadas e dentre as quais seria uma escolhida para a futura metrópole mineira.

Essa comissão compôs-se dos Srs. senadores Gama Cerqueira, João Nepomuceno Kubstichek e José Pedro Xavier da Veiga e deputados cônego Manuel Alves, Olinto Magalhães, Otávio Otoni e Severiano de Resende, sendo relator o Sr. Kubitschek que, no dia 21, apresentou o seu parecer, terminado por um projeto que mandava estudar Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena e Várzea do Marçal.

Aprovado em 1ª discussão, ao ser submetido à 2ª, foram apresentadas a esse projeto várias emendas, a saber: 1. dos Srs. Carlos Alves, Davi Campista, Ildefonso Alvim, Henrique Diniz, Otávio Otoni e M. da Silva, acrescentando, depois de "Várzea do Marçal", "Juiz de

Fora'; 2. dos Srs. Afonso Pena, Inácio Murta, Costa Sena, Itabirano e Sabino Barroso, acrescentando: "planalto nas fraldas do Caraça, nas proximidades do arraial de Catas Altas de Mato Dentro"; 3. do Sr. Faria Lobato, suprimindo "Belo Horizonte"; 4. do Sr. Teixeira da Costa, acrescentando, depois de "Várzea do Marçal", e "o lugar denominado Almeida, na freguesia de Ribeirão de Jaboticatubas, município de Santa Luzia do Rio das Velhas"; 5. do Sr. Eugênio de Sales, acrescentando "Pium-í"; 6. do Sr. Xavier da Veiga, acrescentando, depois da palavra "Barbacena", "Fraldas da serra do Caraça, nas proximidades de Catas Altas de Mato Dentro, planalto da Mantiqueira, vale do rio Doce, vale do rio Grande, Piumhy e proximidades da cidade de Juiz de Fora."

Ah! que debates em torno desse aluvião de emendas!

Os oradores sucediam-se na tribuna e cada qual defendia com mais denodo a sua zona preferida, no intuito de que ela também fosse incluída entre as localidades estudáveis pelos técnicos.

Afinal, após longos e renhidos debates, foi aprovado o art. 1º do projeto, com a emenda que mandava estudar também Juiz de Fora, sendo rejeitada a do Sr. Faria Lobato contrária a que se estudasse Belo Horizonte, bem como as demais.

Não deixa de ser oportuno aqui perguntar: que teria influído no espírito do Sr. Faria Lobato para propor que não se estudasse Belo Horizonte? Que todos os outros apresentantes de emendas se esforçassem por que fossem estudadas as suas localidades preferidas é facilmente explicável e justificável, merecendo mesmo louvor o seu proceder de representante do povo. Mas que grande mal fizera Belo Horizonte ao Sr. Lobato ou ao povo ou ao Estado, para que esse parlamentar ilustre julgasse um mal ser estudado o velho e tradicional Curral del Rei de Ortiz? Eis aí uma pergunta que nos vive a verrumar o cérebro e para a qual não encontramos ainda explicação razoável...

Mas deixemos de lado essa interrogação importuna e acompanhemos o projeto em andamento. Sem novas emendas, foi ele aprovado em 3ª discussão a 23 e, no dia 24, em redação final, sendo a 28 promulgada a seguinte Lei n. 1, adicional à Constituição:

"Nós, os representantes do povo mineiro, em Congresso Legislativo, decretamos e promulgamos a seguinte lei:

Art. 1º O presidente do Estado mandará, com urgência, por uma ou mais comissões de sua livre nomeação, proceder a estudos nos seguintes lugares para dentre eles ser escolhido um para o qual seja mudada a capital do Estado: Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora.

Art. 2º Fica o governo autorizado a fazer operações de crédito até a quantia de cem contos de réis para ocorrer às necessárias despesas.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencerem que a executem e façam executar e observar fiel e inteiramente como nela se contém. Publique-se e cumpra-se em todo o território do Estado de Minas Gerais.

Paço do Congresso Legislativo do Estado de Minas Gerais, aos 28 de outubro de 1891. *Crispim Jacques Bias Fortes. Otávio Otoni. João Gomes Rebelo Horta. Dr. Carlos Ferreira Alves. Manuel José da Silva. Davi Moretzohn Campista.*"<sup>223</sup>

Era a segunda etapa vencida pelo Congresso e o efeito dela nos arraiais adversários foi desconcertante. Enquanto a imprensa mudantista saudava com faustosos adjetivos a ação do Poder Legislativo, os jornais adversários tempestadeavam granizo, raios e coriscos sobre o Congresso. Mas os contrários à mudança da capital não desanimavam. Estavam resolvidos a lutar com as suas melhores armas até o fim. Foi o que se viu tempos adiante.

NOTA

- 223 MINAS GERAIS. Constituição, 1891 *Constituição e leis adicionais decretadas e promulgadas pelo Congresso Legislativo Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927, p. 43 MINAS GERAIS. Congresso. *Anais do Senado Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911, p. 683-684. MINAS GERAIS. Lei n. 1. de 28 de outubro de 1891 MINAS GERAIS Constituição, 1891. *Op. cit.*

## PROVIDÊNCIAS DO GOVERNO PARA EXECUÇÃO DA LEI N. 1



Com a promulgação da Lei n. 1, adicional à Constituição, grande passo estava dado a mais para a realização do gigantesco empreendimento, que havia de ser, como hoje é, o maior motivo de orgulho da gente montanhesa e a mais irrefragável prova do seu valor, da sua capacidade criadora e realizadora, da sua inteligência e do seu acerto na justa confiança que depositava nos destinos de sua terra.

Esse passo, entretanto, se desconcertou ainda mais os contrários, interessados em que a grande medida não vingasse, não os desanimou de todo, e era de ver-se como eles quebravam lanças pelo fracasso da momentosa questão em marcha, crivando de crítica a todos os atos dos poderes públicos a ela referentes, agindo junto de seus elementos de maior prestígio por que novos óbices lhe fossem criados, inventando toda espécie de boatos aterrorizadores e intensificando a mais violenta campanha pela imprensa.

Infelizmente a resistência dos ouro-pretanos e mais adeptos da permanência da capital em Ouro Preto encontrou apoio disfarçado mas seguro no nosso primeiro presidente constitucional, Dr. Cesário Alvim, que, positivamente, não olhava com simpatia o altíssimo problema já consubstanciado em 2 leis. Este chefe de Estado, sob o infundado pretexto de insuficiência da verba de 100 contos votada para ocorrer às despesas com o estudo das 5 localidades indicadas pela lei, estudos em que se teria de basear o Congresso para a escolha definitiva da que melhor se recomendasse a execução da lei de 28 de outubro de 1891.

Mas a 3 de novembro, sobreveio o golpe de Estado, desfechado pelo presidente provisório da República, general Deodoro da Fonseca, contra o Congresso Nacional, e a pronta reação deste que, ao ensejo do movimento de 23 do referido mês, obrigou aquele presidente a renunciar o seu mandato, substituindo-o por Floriano Peixoto. Conseqüentemente, da atitude sustentada por Cesário Alvim, nesse memorável momento político nacional, resultou renunciar ele o poder, o que foi a salvação da causa da mudança da capital.

Antes, porém, daquele desfecho, em janeiro de 1892, Cesário Alvim, depois de grandes

delongas, determinou ao fiscal de rendas, comendador Carlos Pinto de Figueiredo, que contratasse engenheiros para a efetividade dos estudos determinados pela Lei n. 1, e aquele funcionário ajustou os referidos estudos com o Dr. Jacinto Machado Bittencourt; mas esse profissional, sob a alegação de exiguidade do tempo que lhe fora dado e por se ter enfermado quando deveria dar início à sua tarefa, não a realizou.

O segundo engenheiro convidado pelo governo para empreender aqueles estudos não os efetuou igualmente, baseado em razões que dizia justas. Foi o Dr. Torquato Tapajós. E assim, no meio da má vontade do presidente, secundada pelas lentas combinações com engenheiros, a magna questão foi sendo protelada até o referido golpe de Estado e a consequente renúncia de Cesário Alvim.

Por felicidade para Minas, pouco depois, a 30 de maio, realizava-se aí a primeira eleição direta pelo povo e era eleito por 48.000 votos o Dr. Afonso Augusto Moreira Pena, presidente do Estado. Sobre este notável acontecimento escreveu um biógrafo daquele presidente (1847-1903): “De norte a sul, de leste a oeste, foi um só grito de aclamação a eleição de 30 de maio de 1892 - na qual o Dr. Afonso Pena obteve unanimidade de votos. Foi uma simples confirmação legal do entusiástico acolhimento que a 14 de julho seguinte saudava, no antigo e tradicional palácio de Ouro Preto, o cidadão sobre o qual convergiram todas as esperanças e inteira confiança da população mineira, esperança sempre mais ilimitada quanto sincera e perfeitamente correspondida.”

Esse presidente, trazendo para o governo uma vontade decisiva de levar de vencida o problema da mudança da capital, entrou logo a agir, coerente com a sua anterior ação de adepto do movimento generalizado em prol daquele empreendimento, convencido como estava de faltar a Ouro Preto as condições geográficas e topográficas cada vez mais imperiosamente exigidas pelas importantes funções da capital, como centro administrativo e econômico de um Estado que prometia, na República, rápida prosperidade. “Um governo ditatorial - observou o biógrafo citado - seria bem possível que procrastinasse a realização daquele anseio (geral senão unânime do resto do seu Estado) de forma que, firme e definitivamente consolidado, pudesse melhor medir a própria força. Mas o novo presidente, agindo dentro das normas constitucionais (com perfeito equilíbrio da sua superior qualidade de homem de Estado, ao qual não seria lícito - e menos ainda digno - protelar injustificavelmente a execução de uma lei que concretizava a vontade dos mineiros), fez proceder com ponderação, por profissional competente de sua plena confiança, ao estudo comparativo preliminar, determinado pela lei adicional à Constituição, apresentando o resultado deste estudo, sem comentários, à deliberação final do Congresso.”

Convicto do grande interesse que viria despertar a preferência na escolha e para que esta se fizesse com a mais absoluta imparcialidade, entendeu o espírito eminentemente reto e perspicaz de S. Ex<sup>a</sup>, dever confiar o delicadíssimo encargo de tão árdua missão a um profissional de sua inteira confiança técnica e moral, que não fosse mineiro, nem tivesse no Estado qualquer interesse de ordem material ou sentimental.





*Conselheiro Afonso Pena, o presidente que pôs em execução as leis, mandando estudar as localidades indicadas para a nova capital e que mandou organizar e instalar a Comissão Construtora.*



*Dr. Aarão Reis, engenheiro-chefe da Comissão de Estudo das Localidades indicadas para capital, em 1893, e organizador e primeiro engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, de março de 1894 a maio de 1895.*

Firme neste nobre propósito, recorreu à colaboração de um notável engenheiro civil brasileiro, natural do Pará, o ilustrado profissional Sr. Dr. Aarão Reis, a quem escreveu, poucos dias depois de empossado no governo, expondo-lhe em termos claros e precisos o caso, como lhe era habitual, e convidando-o a incumbir-se da penosa missão. Nessa carta salientava que o seu governo não poderia despendar mais de 100 contos de réis com os estudos, pois era essa a verba votada pelo Congresso, ainda que a toda gente parecesse deficiente.

Finalmente fazia sentir ao Dr. Aarão Reis que os referidos estudos deveriam estar reunidos em relatório, que seria apresentado ao Congresso em sua reunião de 1893.

A resposta do Dr. Aarão Reis não se fez esperar, aceitando a incumbência, pelo que o governo, a 9 de dezembro - menos de cinco meses, após a posse presidencial - aprovava as seguintes 'Instruções', que deveriam ser observadas pela comissão encarregada dos estudos das 5 localidades indicadas para futura capital do Estado de Minas, ficando o Dr. Aarão Reis incumbido da escolha de seus auxiliares:

"I - O estudo das localidades indicadas pela Lei n. 1, adicional à Constituição, para a futura Capital do Estado, é confiado a uma Comissão técnica, que deverá apresentar o resultado de seus trabalhos a tempo de ser submetido à consideração do Congresso Legislativo em suas sessões do próximo ano.

II - Em cada uma das cinco localidades indicadas, o estudo será feito tendo-se em vista o estabelecimento de uma cidade de 150 a 200 mil habitantes, e deverá compreender:

1º) as condições naturais de salubridade, para o que a Comissão examinará: as condições do solo e do subsolo em suas linhas gerais de formação, atendendo ao regime das águas superficiais e das camadas inferiores, à existência de pântanos nas circunvizinhanças, etc.; as condições atmosféricas, atendendo à temperatura, à pressão, à umidade, às chuvas, aos ventos reinantes, etc.; as moléstias que forem mais freqüentes e, bem assim, as suas causas naturais: e, finalmente, os melhoramentos que, a este respeito, possam ser introduzidos. Para elucidar estas questões, além das observações diretas que deverá fazer, a Comissão se socorrerá de outros meios de informação, colhendo provas documentais, dados estatísticos, tradição oral, etc.;

2º) abastecimento abundante de água potável, devendo ser examinados os mananciais que puderem ser aproveitados, não só quanto ao volume e qualidade das águas, mas também quanto à altura disponível, devendo ser indicados os meios de conduzi-las e distribuí-las, e avaliada a despesa mínima para a execução das respectivas obras;

3º) os esgotos e conveniente escoamento das águas pluviais e, bem assim, a *drenagem do solo*, cumprindo à Comissão indicar o processo preferível para os esgotos, quer despejando suas águas, depois de convenientemente purificadas e desinfetadas, em rio que se preste a recebê-las, quer aplicando-as à irrigação de campos, onde sofram o processo químico da depuração pelas terras, devendo ser avaliada a despesa mínima que exigirá a execução das respectivas obras;

4º) as facilidades oferecidas para a edificação e construção em geral, devendo a Comissão examinar as pedreiras, jazidas de barro, caieiras, depósitos de areias e matas que houver nas cercanias e devendo indicar, caso não se prestem elas às exigências, em larga escala, da nova cidade, os meios de obterem-se na localidade tais materiais e as condições econômicas em que o poderão ser;

5º) garantia de um farto abastecimento dos produtos da pequena lavoura indispensáveis ao consumo diário, devendo ser examinada a fertilidade do solo e sua aptidão para esse gênero de cultura, e devendo verificar se, a pequenas distâncias, se existem já ou podem ser criados, centros de pequena lavoura, capazes de abastecer o mercado da nova cidade;

6º) a iluminação pública e particular, em condições de satisfazer às exigências, sempre crescentes, da vida moderna, nas grandes cidades, devendo ser indicado qual o sistema preferível e avaliada a despesa mínima que exigirá a sua instalação;

7º) as condições topográficas em relação à livre circulação dos veículos e ao estabelecimento de carris urbanos;

8º) ligação ao plano geral da viação estadual e federal, de modo a facilitar a ação política e administrativa dos poderes públicos e o movimento comercial e industrial do Estado, devendo ser indicadas as linhas que será mister construir, avaliado o respectivo custo provável, e devendo, bem assim, ser indicadas as linhas já construídas que possam com vantagem ser aproveitadas;

9º) a despesa mínima, finalmente, que exigirão as instalações iniciais indispensáveis para o regular funcionamento da nova capital, e relativas ao levantamento da carta topográfica da localidade escolhida, projeto e locação da nova cidade, arruamento, construções das obras para o abastecimento de água e para esgotos, instalação do sistema de iluminação, edificação dos prédios indispensáveis ao serviço das repartições públicas, devendo a Comissão juntar ao relatório dos seus trabalhos os esboços que organizar para a avaliação do custo provável de tais edifícios.

III - A Comissão distribuirá o seu serviço de modo que, tanto quanto for praticamente possível, sejam simultâneos os estudos das localidades indicadas, ficando todavia livre ao critério do chefe encaminhá-los como melhor lhe parecer, atendendo às indicações que o próprio desenvolvimento dos trabalhos lhe for ministrando e à conveniência de não exceder o prazo dentro do qual deverão ficar concluídos.

IV - A Comissão se comporá, além do chefe, que será nomeado pelo presidente do Estado, de cinco engenheiros, de um médico, de um auxiliar-administrativo, de um desenhista, e do pessoal auxiliar e trabalhador que for necessário. Os engenheiros, médico, auxiliares e desenhistas serão escolhidos pelo chefe da Comissão, que comunicará ao presidente do Estado não só as escolhas primitivas que fizer, como qualquer substituição que ocorrer durante os trabalhos.

Os trabalhadores serão admitidos e despedidos, livremente, pelos engenheiros.

V - As despesas da Comissão, quer referentes ao pessoal, quer à aquisição de instru-

mentos, quer a transportes, serão satisfeitas pelo chefe, mediante adiantamentos sucessivos que lhe serão feitos e de que prestará contas mensalmente.

VI - A escrituração e contabilidade da Comissão ficarão a cargo do auxiliar administrativo, além das demais atribuições que lhe forem confiadas pelo engenheiro chefe. Todos os documentos de despesas serão assinados ou rubricados pelo engenheiro-chefe.

O engenheiro-chefe dará aos engenheiros, auxiliares e mais empregados da Comissão as convenientes instruções para completo desempenho do serviço.

O engenheiro-chefe poderá conceder licenças aos engenheiros, médico e auxiliar-administrativo por quinze dias. A interrupção do serviço por mais desse tempo importa dispensa da Comissão.

Ao engenheiro-chefe poderá o secretário do Interior conceder licença até trinta dias. Por motivo de moléstia perceberá a metade dos vencimentos o membro da Comissão que obtiver licença.

VII - A cada um dos engenheiros e ao médico será abonada a gratificação mensal de 1:000\$; ao desenhista, a de 400\$; ao auxiliar administrativo, a de 350\$; e ao chefe da Comissão, a de 2:000\$000.

Aos auxiliares e trabalhadores serão pagas as diárias que, em cada localidade, forem arbitradas pelo chefe da Comissão.

VIII - O resultado dos trabalhos da Comissão deverá constar de um relatório, que será apresentado ao presidente do Estado, consignando os dados colhidos, estabelecendo uma comparação entre as localidades estudadas e indicando qual a preferível. Ao relatório acompanharão cópias em duplicata dos relatórios parciais, dos esboços que tiverem sido organizados para servirem de base às avaliações das obras, séries de preços e de quaisquer peças justificativas que for conveniente anexar-lhe.

IX - Os instrumentos que forem adquiridos para os trabalhos da Comissão serão entregues, logo que terminarem os trabalhos, à Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Está conforme o original.

Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais, Ouro Preto, 9 de dezembro de 1892. O chefe da 2ª seção, *José Coelho Linhares*.<sup>224</sup>

Como se verá pelo grande relatório da comissão de estudos das localidades indicadas para se escolher, dentre elas, a preferível em que se construísse a nova capital, esta foi minuciosa e exata na observância das instruções governamentais.

Os seus estudos e observações sobre Belo Horizonte, Juiz de Fora, Barbacena, Várzea do Marçal e Paraúna forneceram elementos completos ao Congresso Mineiro para resolver conscienciosamente o magno problema a que se prendia o futuro da terra mineira.<sup>225</sup>

E foi por isso que o Congresso Mineiro reunido em Barbacena pôde discutir com tanto calor e tanta sabedoria o projeto que se converteu na Lei n. 3, adicional à Constituição de 17 de dezembro de 1893.<sup>226</sup>

Vejamos, em síntese, essa obra luminar do notável engenheiro Aarão Reis.

NOTA

- 224 REIS, Aarão. *Comissão de estudo das localidades indicadas para a nova capital*. Relatório apresentado à S. Ex<sup>a</sup> Sr. Dr. Afonso Pena, presidente do Estado pelo engenheiro... maio 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1893, p. 2-6: Instruções (Anexo).
- 225 A mudança da capital constituiu uma questão na qual se manifestou choque de interesses regionalistas. A idéia agitara a Província e renovou-se com a proclamação da República. Augusto de Lima, governador provisório e com poderes excepcionais, tentou solucionar a questão a fim de evitar que a mudança da capital fosse debatida no Congresso. Assim, com apoio de alguns políticos mineiros e do Governo Federal, lavrou decreto de mudança da capital para Belo Horizonte, que não chegou a ser publicado. A idéia da mudança era aspiração generalizada e antiga da zona da Mata e Sul, conseguindo adeptos em várias regiões do Estado. Ouro Preto possuía deficiências estruturais para se tornar pólo dinamizador da vida econômica do Estado, além da rivalidade Juiz de Fora-Ouro Preto. A decisão coube ao Congresso Mineiro, e, após calorosos debates entre "mudancistas" e "antimudancistas" decidiu-se, em 15 de julho de 1891, quando da promulgação da Constituição Mineira, que a mudança da capital fosse feita. Para isto tornava-se necessário a escolha de um local que oferecesse condições higiênicas e se prestasse à construção de uma grande cidade. Aprovada pelo Congresso a Lei n. 1, adicional à Constituição indicava as localidades que deveriam ser estudadas para transferência da capital: Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora (BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Promoção da Família, 1968, p. 67). A respeito das disputas política e jogo de interesses regionais acerca da mudança da capital, ver RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v. 39, p. 129-162, jul. 1974. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação de estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM 1889-1906*. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1982, p. 74-82. SILVA, Vera Alice Cardoso. O significado da participação dos mineiros na política nacional, durante a primeira República. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS 5. *República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1982, p. 145-163.
- 226 MINAS GERAIS, Lei n. 3, adicional à Constituição de 1<sup>o</sup> de dezembro de 1893. *Constituição e leis adicionais decretadas e promulgadas pelo Congresso Legislativo Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927, p. 43.

### XIII

#### A GRANDE COMISSÃO DE ESTUDOS - SEU PARECER INDICANDO VÁRZEA DO MARÇAL



grande engenheiro Aarão Reis, cuja competência profissional o conselheiro Afonso Pena conhecia de sobejo por trabalhos de alto valor científico, logo que se achou nomeado, tratou de pôr em execução as “Instruções” governamentais aprovadas por ato de 9 de dezembro e, tendo em vista a angústia do prazo estipulado para o estudo comparativo das cinco localidades, dividiu o trabalho por cinco engenheiros de sua confiança, a saber: Dr. José Carvalho de Almeida, em Várzea do Marçal; Dr. Samuel Gomes Pereira, em Belo Horizonte; Dr. Manuel da Silva Couto, em Barbacena; Dr. Eugênio de Barros Raja Gabaglia, em Juiz de Fora; Dr. Luís Martinho de Moraes, em Paraúna. Para higienista geral da Comissão escolheu o notável médico Dr. José Ricardo Pires de Almeida, sendo contratados mais, para fazerem parte da Comissão: desenhista, Júlio César da Silva; auxiliar administrativo, Urquiza Nina; auxiliares técnicos, Michel Dessens, Aristides de Oliveira, Noel Pedro Sicard, João de Almeida e Luís Castanhede; auxiliar de escrita, Francisco Furtado Nunes.

Organizada no Rio de Janeiro, essa Comissão dali partiu a 29 de dezembro de 1892, seguindo imediatamente cada engenheiro e o médico para as respectivas regiões de trabalho, ficando em Barbacena o Dr. Aarão Reis, aí fixando o seu escritório central, que funcionou com aquele pessoal até 31 de maio de 1893, quando foram dispensados o desenhista e quatro auxiliares técnicos.

Pouco depois, estando concluídos os trabalhos e apresentados os relatórios parciais dos engenheiros e do médico, foram estes dispensados da comissão, entregando-se o Dr. Aarão Reis à organização de seu relatório geral que, a 16 de junho desse ano, era entregue ao governo do Estado. Era um grande, bem feito, minucioso volume, nitidamente impresso, com 300 páginas, ilustrado, contendo o plano de todas as cinco localidades estudadas simultaneamente, gráficos minudentes de observações meteorológicas tomadas com escrupulosa regularidade, cultura de microrganismos tecnicamente feita, delicada análise de águas,

projetos dos principais edifícios públicos a construir e variadíssimas informações sobre as condições higiênicas, etc., de cada localidade, e em que o Dr. Aarão Reis, declarando ser difícil a escolha entre Belo Horizonte e Várzea do Marçal, terminava, todavia, opinando pela escolha desta última, por oferecer melhores condições econômicas.

Esse relatório é um documento da mais alta importância para a história da nova capital.<sup>22</sup> Ele e as duas edições da *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora* devem ser conservados carinhosa e avaramente pelos administradores da nossa capital.

Dada a importância absoluta desse precioso relatório, transcreveremos dele o melhor resumo que já foi feito, acrescentando que o trabalho completo fora escrito pelo Dr. Aarão Reis no sótão de uma casa da rua do Rosário, no Rio de Janeiro, onde se haviam reunido, pouco antes, os engenheiros.

#### RESUMO DO RELATÓRIO AARÃO REIS

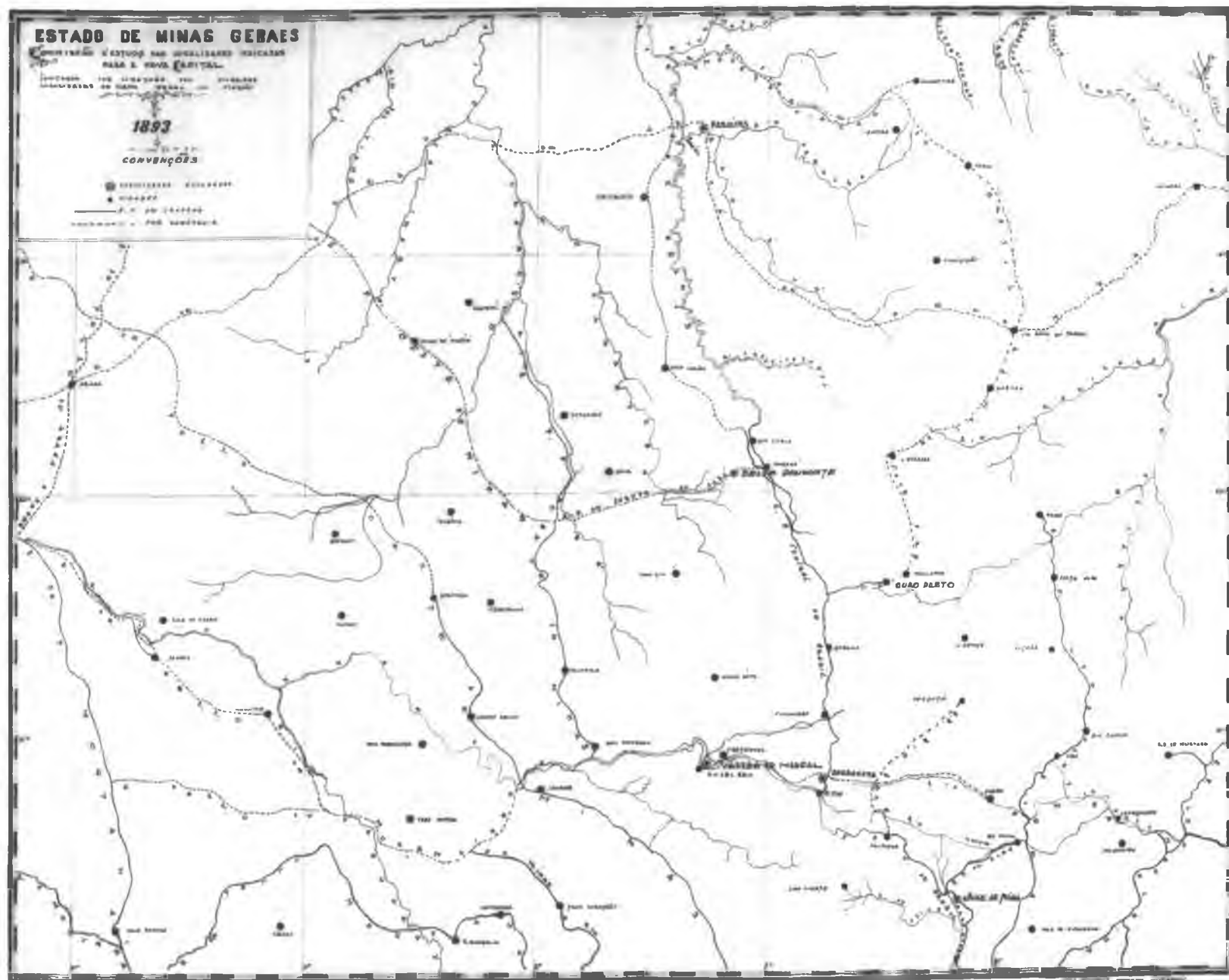
“Il<sup>mo</sup> Ex<sup>mo</sup> Sr. O sentimento de grata admiração que cada vez mais me domina em relação ao belo e florescente *Estado de Minas Gerais*, que tão salutares exemplos práticos está oferecendo do novo regime constitucional, em boa hora inaugurado na nossa Pátria, e também - para que não confessá-lo? - o desejo de corresponder mais uma vez à honrosa confiança, pessoal e profissional, com que V. Ex.<sup>a</sup> de longa data me distingue, determinaram-me a aceitar a árdua incumbência, para que V. Ex.<sup>a</sup> convidou-me, quando o tempo disponível para desempenhá-la era já demasiado escasso para permitir resultado que a mim próprio satisfizesse.

Aceita a tarefa, procurei habilitar-me a corresponder à lisonjeira expectativa de V. Ex.<sup>a</sup>, suprimindo a minha insuficiência por meio da colaboração eficaz de colegas que, por notória competência e provada dedicação pelo serviço público, me oferecessem sólidas garantias de superar - por decidida boa vontade e esforços decisivos - a deficiência desesperadora do tempo.

Se, pois, posso apresentar, neste momento, a V. Ex.<sup>a</sup> um trabalho que, embora incompleto, excede às razoáveis exigências das *Instruções*, devo-o apenas ao acertado plano de estudo que adotei à valiosa cooperação que logrei obter de colegas que não duvidaram correr o risco de perder melhores ensejos de colocações vantajosas, comprometendo-se a colaborar comigo num trabalho aleatório e que tinha de ser executado nas mais ingratas condições de prazo; cooperação auxiliada pela de um ilustre médico higienista, de reputação feita, que se prestou a trocar, durante alguns meses, as comodidades que seus méritos lhe proporcionam nesta grande capital, pelos incômodos e fadigas de penosas viagens a cavalo pelas intermináveis serranias do interior de Minas.

Não é - nem poderia ser - completo o trabalho que ora apresento, mas ninguém contestará que, para o fim preliminar que se tem por enquanto em vista, seria desnecessário proceder-se a estudos mais completos em todas as cinco localidades, quando uma só





Planta do Estado de Minas Gerais, mostrando a colocação das localidades estudadas em 1893 para a nova capital.

delas terá de ser a escolhida; e essa, então, exigirá para a organização do projeto da nova cidade a construir, *estudos definitivos*, abrangendo desde o levantamento da *planta topográfica* até a redação das *regras gerais* a que deverão obedecer as edificações particulares, sob o múltiplo ponto de vista técnico, estético e higiênico.

Tendo de proceder ao estudo comparativo de *cinco* localidades, de modo a verificar qual delas ofereceria melhores condições gerais para o estabelecimento da *Capital Mineira*, e dispondo apenas de cinco meses, *improrrogáveis* e de limitada verba orçamentária, pareceu-me que melhor e mais seguro seria confiar o estudo de cada localidade, simultaneamente, a um colega competente e criterioso, e incumbir um médico higienista de, visitando-as todas e colhendo os dados, observações e informações que julgasse conveniente, ajuizar das *condições sanitárias* de cada uma, reservando-se a inspeção geral de todos os trabalhos, o exame pessoal de todas as localidades, a dedução comparativa dos dados positivos que fossem reunidos e, finalmente, a organização dos esboços dos projetos dos edifícios públicos *indispensáveis* ao regular funcionamento de uma capital, em qualquer das localidades que venha a ser escolhida.

Seguindo este plano, confiei os estudos: na *Várzea do Marçal* ao Dr. José de Carvalho Almeida; em *Belo Horizonte*, ao Dr. Samuel Gomes Pereira, em *Barbacena*, ao Dr. Manuel da Silva Couto; em *Juiz de Fora*, ao Dr. Eugênio de Barros Raja Gabaglia, e no *Paraíba*, ao Dr. Luís Martinho de Moraes, e convidei para médico higienista da Comissão, o Dr. J. R. Pires de Almeida, do que dei logo ciência a V. Ex.<sup>a</sup>, como me cumpria; e facultei a cada um a admissão de auxiliares que, nos limites restritos de suas funções, deram-me todos justificados motivos para merecidos louvores.

Os trabalhos, realmente esforçados, que cada um desses ilustres profissionais executou, constam dos relatórios parciais que V. Ex.<sup>a</sup> encontrará anexos; e, tendo-os eu acompanhado de perto, visitando repetidas vezes as localidades em estudo, posso assegurar a V. Ex.<sup>a</sup> que - no prazo limitadíssimo de que se dispunha e sem verba que permitisse maior número de auxiliares técnicos, e menos a colaboração de alguns especialistas para determinações astronômicas das localidades, exames geológicos, análises químicas e bacteriológicas, etc. - não era materialmente possível fazer mais, nem melhor; mesmo porque, em algumas localidades, nada havia ainda feito que servisse ao menos de ponto de partida; em outras, mal entendido retraimento dos interessados obstou que informações seguras e indicações úteis facilitassem e orientassem as pesquisas e os exames, forçando destarte perdas de tempo e caminhadas infrutíferas; e até, em outra, a carência absoluta de recursos de toda a sorte determinou a necessidade de construção de rancho para abrigo próprio do engenheiro e seus auxiliares.

Não sendo natural de *Minas Gerais*, nem tendo aí o mínimo interesse pessoal, direto ou indireto, e animado, por outro lado, dos sentimentos a que já me referi, encontrei-me e encontro-me, felizmente, no exame e estudo deste assunto, com a mais perfeita isenção de ânimo e de espírito, sem predileções prévias e, mesmo agora, sem paixões adquiridas,

fazendo os mais ardentes votos para que o futuro confirme a escolha que for decretada, embora divirja a decisão suprema do *Congresso Legislativo* das indicações que ofereço como resultado do meu estudo comparativo, e, baseado nos dados *positivos* reunidos pelos meus distintos colegas, que igualmente se acham em idênticas condições, visto como evitei cautelosamente recorrer à colaboração de profissionais mineiros, a cuja cooperação já tenho aliás devido, em outras comissões, os melhores serviços.

Nestas condições, julgo-me no direito de usar de inteira franqueza, sem preocupar-me de que certas verdades possam desagradar, de qualquer modo, àquelas pessoas que, deixando-se dominar por mal-entendido espírito bairrista, não antepõem as altas conveniências do Estado às mais bem fundadas predileções e aos mais legítimos interesses locais.

E, exposto assim, em traços gerais, o plano e a orientação a que obedeceu a elaboração do presente trabalho, apresento-o a V. Ex.<sup>a</sup>, agradecendo a honrosa escolha com que me distinguiu, para prestar ao *Estado de Minas Gerais* um modesto serviço e a V. Ex.<sup>a</sup> a minha colaboração técnica no cumprimento de uma das disposições da Lei Orgânica Mineira. Saúde e fraternidade. Il.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Afonso Augusto Moreira Pena, muito digno Presidente do Estado de Minas Gerais. Aarão Reis, engenheiro civil.

**Introdução** - Em meio do grande planalto brasileiro limitado ao norte e a oeste pelas extensas planícies do *Amazonas* e do *Paraguai*, ligadas pelos vales do *Madeira* e *Guaporé*, ocupa o *Estado de Minas Gerais* posição proeminente, não só pela amplidão do seu território, uberdade do seu solo e riqueza inesgotável do seu subsolo, como também pela altitude que domina toda a vasta região que o cerca.

Desenvolvendo-se em sucessivos chapadões, profundamente escavados pelos vales de inúmeros rios, desde a *cadeia oriental*, que compreende as *serras do Mar e da Mantiqueira*, até a *cadeia central*, ou *goiana*, que abrange as vastas serras existentes a oeste do S. *Francisco* e entre as cabeceiras do *Tocantins* e do *Araguaia* e as do *Paraná*, não é esse planalto - como observa o emérito professor Orville Derby - propriamente montanhoso, embora ofereça, em seus principais lineamentos topográficos, conformação sensivelmente ondulada.

É certo que, apoiando-se à *serra do Mar* e deitando-se por sobre as da *Mantiqueira*, *Espinhaço* e *Canastra* e suas várias ramificações, abrange o território mineiro a zona mais elevada daquele planalto; mas, nem por isso, a configuração geral do seu solo afasta-se, no conjunto do continente sul-americano, do relevo normal das regiões acentuadamente onduladas, porém não propriamente montanhosas. E o traçado e o tráfego de quase todas as suas estradas de rodagem, pelos cabeços dos sucessivos morros, evitando os vales dos rios para garantia da conservação, evidência que, de fato, não é o *Estado de Minas Gerais* um país montanhoso, no rigor deste termo.

Situado entre 13° 52' e 22° 56' de lat. sul e 3° 6' de long. oriental e 8° 9' de long. oc. do meridiano do *Rio de Janeiro* e desenvolvendo-se por encostas, serras, chapadões e planaltos, com altitudes variando entre 300 e 1.200 m, divide-se este grande Estado em *quatro*

regiões bem distintas, pelas condições gerais de clima, salubridade, natureza do solo e riqueza dos reinos animal, vegetal e mineral.

Segundo a criteriosa classificação do Sr. Copsey,\* essas regiões são: da *mata*, situada entre a *serra do Mar* e a *da Mantiqueira*, caracterizada pela uberidade do solo; a do *campo*, que compreende o grande *planalto da Mantiqueira*, caracterizada pela amenidade do clima; a do *sertão*, que compreende os vastos *chapadões* das terras altas dos vales do S. Francisco e seus inúmeros afluentes, caracterizada pela exuberante riqueza do seu subsolo; e, finalmente, a *das margens do S. Francisco*, caracterizada pela extraordinária aptidão de suas terras para as grandes culturas de consumo universal e, portanto, larga exportação.

Das *cinco* localidades indicadas, pela *Lei n. 1, de 28 de outubro de 1891*, em observância do preceito constitucional do *art. 13 das Disposições Transitórias da Constituição de 15 de junho de 1891*, para, dentre elas, ser escolhida a destinada para a nova capital do Estado, uma - *Juiz de Fora* - acha-se na região da *mata*, duas - *Barbacena* e *Várzea do Marçal* - na região do *campo*, e as outras duas - *Belo Horizonte* e *Paraúna* - na região do *sertão*; e cada uma delas representa com vantagem a respectiva zona em que se acha situada.

Incumbido de examinar qual dessas localidades oferece melhor conjunto de condições naturais e locais para o estabelecimento da nova capital mineira, e tendo procedido, com o auxílio eficaz de colegas de completa idoneidade, aos estudos comparativos indispensáveis à elaboração do meu juízo, cumpro-me expor os trabalhos realizados, os resultados comparados e as deduções feitas, a fim de que fique patente a isenção de ânimo com que fora obtidas as conclusões a que fui levado.

E, para metodizar esta exposição e torná-la o mais clara que me for possível, procurei cingir-me na divisão do assunto, de que tenho de ocupar-me, às indicações precisas que - de modo sintético, mas completo - foram estabelecidas pelas *Instruções de 9 de dezembro de 1892*, expedidas para os serviços desta *Comissão*.

Nesse intuito, estudarei em relação a cada uma das *cinco localidades* e comparativamente entre todas:

**I - Condições naturais de salubridade** - As condições naturais de salubridade de qualquer localidade decorrem das respectivas *posição geográfica, altitude, configuração topográfica, formação geral e constituição geológica do solo e do subsolo, regime das águas superficiais e subterrâneas e condições atmosféricas e nosológicas*.

Para analisar, portanto, as cinco localidades indicadas, em relação à salubridade, é mister analisá-las, sucessivamente, sob cada um destes aspectos, que são outros tantos prismas, através de cada um dos quais podem elas ser observadas de modo bem diverso, umas em relação às outras.

É o que farei nos subseqüentes parágrafos:

**§1º - Posição geográfica e topográfica.** A classificação das cinco localidades, sob este

\* Breve tratado de geografia geral e do Brasil, especialmente de Minas Gerais.

ponto de vista, ressalta naturalmente do paralelo comparativo que, em breves resumos, passo a apresentar das condições de cada uma delas, como premissas indispensáveis às conclusões a que sou levado.

**Várzea do Marçal** - Situada na confluência do *rio Carandaí* com o *rio das Mortes*, na aba ocidental da *serra de S. José*, nada mais é a Várzea do Marçal que um belíssimo e encantador subúrbio, ainda não habitado, da pitoresca cidade de *S. João del Rei*, da qual dista apenas uns 4 km.

Sua posição geográfica pode, portanto, ser indicada pelas coordenadas dessa cidade, que são: 21° 8' 4" de lat. sul e 1° 6' 0" de long. oc. do meridiano do *Rio de Janeiro*; e sua altitude, retificada pelo recente nivelamento da linha de *Barra Mansa a Lavras*, deve ser superior a 903 m acima do nível do mar, cota esta tomada em um dos pontos mais baixos da localidade.

Inclinando-se do sopé da *serra de S. José* para a confluência dos rios *Carandaí* e *Mortes*, na direção geral EW, com a declividade média de 1%, é a *Várzea do Marçal* constituída por dois planos levemente inclinados, um contra outro, formando na linha de encontro pequeno contraforte, de 15 m de altura média, que, elevando-se sensivelmente acima do nível médio da *Várzea*, nas proximidades do *rio das Mortes*, vai desaparecendo pouco a pouco, à medida que se aproxima da *serra*. Desses dois planos inclinados, o do sul, que, do pequeno contraforte que os separa, se inclina para o *rio das Mortes*, é conhecido na localidade pela *Várzea do Porto*, reservando-se a denominação especial de *Várzea do Marçal* somente para o segundo, que se inclina mais para o *rio Carandaí*.

Em geral, porém, esta denominação abrange, como indica a Planta n. 4 levantada pelo Dr. J. de Carvalho Almeida, toda a vasta zona que, desde *S. João del Rei*, estende-se até à encosta ocidental da *serra de S. José*, por ambas as margens dos dois rios, compreendendo:

1º) a *Várzea de Matosinhos*, situada entre o ribeirão *Águas Limpas* e o *rio das Mortes*, e já constituída em arrabalde da cidade, muito procurado por sua salubridade;

2º) a *Várzea do Porto*, que comunica com a de *Matosinhos* por meio de uma ponte, de 52 m de vão, lançada por sobre o *rio das Mortes*, e que termina no pequeno contraforte a que já nos referimos;

3º) a *Várzea do Marçal* propriamente dita, que do sopé da *serra de S. José* se inclina para a confluência dos dois rios, terminando, ao norte, num segundo contraforte da *serra*, a 50 m de altura média;

4º) os *terrenos do Estado* que, situados à margem do *Carandaí*, em posição elevada e de notória fertilidade, tinham sido destinados para as colônias *Carandaí* e *Felizardo*.

Toda essa esplêndida zona de excelentes terrenos - que se espriam uns em belíssimas várzeas suavemente inclinadas para os rios, e outros se distendem em pitorescas esplanadas por sobre os pequenos contrafortes da *serra* oferecendo aqueles a planície conveniente

para o desenvolvimento comercial de uma grande e importante cidade, e estas encantadoras situações para subúrbios de residência - abrange, em excelente disposição concêntrica, área edificável superior a 2.649 ha, e mais que suficiente, portanto, para o estabelecimento confortável de população excedente a 260.000 habitantes, correspondendo 100 m<sup>2</sup> a cada habitante, média mais folgada que a das principais cidades européias e americanas edificadas em vantajosas condições sanitárias e higiênicas.

Todos esses terrenos - exceto os da *Várzea de Matosinhos*, situada à margem esquerda do *rio das Mortes*, e os da *Colônia Felizardo*, situados à margem direita do *rio Carandaí* - ficam encerrados no grande setor circular formado por esses dois rios e pela *serra de S. José*, que abriga toda a área contra a violência dos ventos, que aí se tornam sensíveis com intensidade de brisas.

Desses 2.649 ha, mais de metade (1.430) são de propriedade plena do Estado, pois os raros imigrantes aí localizados não indenizaram os cofres públicos do valor dos lotes que lhes foram cedidos, não tendo, portanto, adquirido o direito de mantê-los; e, por isso, mesmo quando o Estado não os queira violentar, o que, de certo, não convirá, esses poucos lotes poderão ser trocados por outros, caso assim haja mister.

Os restantes 1.219 ha são de propriedade particular, mas de fácil e módica desapropriação, se esta convier ao Estado.

Os terrenos já pertencentes ao Estado, situados nas duas *Várzeas do Porto e do Marçal* e nas colônias *Carandaí e Felizardo*, são, incontestavelmente, os melhores, quer pela configuração topográfica, quer pela fertilidade do solo, e oferecem área mais que suficiente para a edificação, em excelentes condições, de uma bela cidade moderna de 140.000 habitantes, podendo ser distribuídos pelas três seguintes categorias:

Terrenos planos	784 ha
Terrenos levemente acidentados	486 ha
Terrenos acidentados	150 ha
	<hr/>
	1.430 ha

Os terrenos de propriedade particular, situados na *Várzea de Matosinhos* e nas esplanadas ao norte do pequeno contraforte da *serra* que limita, como vimos, nessa direção a *Várzea do Marçal*, podem ser distribuídos em:

Terrenos planos	855 ha
Terrenos acidentados	364 ha
	<hr/>
	1.219 ha

A *Várzea do Marçal* dispõe, portanto, de condições topográficas verdadeiramente excepcionais para a fundação de vasto e importante centro de população que, de futuro, poderá desenvolver-se extraordinariamente abrangendo as atuais cidades de *S. João de Rei* e de *Tiradentes* e, ainda, as esplanadas que oferecem, por trás daquela, os *Montes do Bonfim* e a pequena *serra do Lenheiro*; o que explica o entusiasmo com que a descreveu, em sua primorosa *Voyages dans l'intérieur du Brésil*, o sábio naturalista *Saint-Hilaire*.

E, com efeito, encontrar - a quase 1.000 m acima do nível do mar, em território acentuadamente ondulado, cujas estradas se desenvolvem por montes e vales e cujas cidades, pitorescas quando avistadas de longe, como que dependuradas nas encostas dos morros, causam cruéis decepções quando conhecidas em sua topografia interior - tão extensa e bela planície, verdadeira campina verdejante, apoiando-se no contraforte escuro de imponente serro de aspecto rude e agreste, espreguiçando a indolência de sua relva à beira de dois rios majestosos e dominando de alguns metros de altura a pequena cidade que a enfrenta, parecendo ir trepando pela encosta dos morros que a limitam é, sem dúvida, panorama para impressionar o viajante que se aproxima, e nunca fatigar o observador atento que estuda o local e esmerilha suas minudências todas.

**Belo Horizonte** - Situada na encosta ocidental do vale do *rio das Velhas*, em altitude superior de mais de 100 m à cidade de *Sabará*, da qual se afasta cerca de 18 km para oeste, demora esta localidade quase no planalto divisor das águas desse grande rio das do *Paraopeba*, confluentes ambos do *S. Francisco*, dominando, em esplêndido horizonte, a maior parte do *chapadão* que se estende para o norte.

A essa vantajosa posição local e à sua posição geográfica a 19° 55' 22" de lat. sul, 1° 10' 6" de long. oc. do meridiano do *Rio de Janeiro* e a mais de 800 m acima do nível do mar, acresce ainda a circunstância de, assente sobre a bacia do *ribeirão do Arrudas*, apresentar a localidade em seus principais lineamentos topográficos, a bela forma de um vasto e amplo anfiteatro, aberto para o Oriente, como para receber desde cedo os benéficos raios solares, e, encostando-se, ao sul, à *serra do Curral*, que a protege contra os ventos frios e úmidos que, nessa direção, atravessam as *serras de Ouro Branco e da Moeda*, e, ao norte, a *serra da Contagem*, que atenua os efeitos dos ventos cálidos que, atravessando as margens pouco salubres do *S. Francisco*, sopram nessa direção, ficando, porém, inteiramente desafogada para os ventos - antes brisas - do leste, que a bafejam constantemente, e, também, para os do oeste, que sopram algumas vezes do vale do *Paraopeba*, mais elevado que o do *rio das Velhas* e coberto de extensas matas fartamente regadas por abundantes córregos e ribeirões.

Esse belo anfiteatro oferece, sob a forma de um dodecágono, superfície superior a 1.900 ha e bem suficiente, portanto, para o estabelecimento, em boas condições higiênicas, de uma população de 190.000 habitantes, à razão de 100 m<sup>2</sup> por habitante, média mais folgada, como já dissemos, que as das principais cidades européias e americanas edificadas em condições sanitárias vantajosas; sendo que, fora dele, há ainda a grande várzea do

*Capão da Posse*, indicada na Planta n. 3, que permite o desenvolvimento futuro da população em larga proporção.

Para o início, porém, da nova cidade e suas primeiras necessidades de expansão até 26.000 habitantes, bastam os 260 ha que, na esplanada à margem direita do *Arrudas*, em altitude média de 800 m, compreendem atualmente a modesta povoação e seus arredores. Essa área apresenta a forma de um grande T, cuja haste é constituída por bela faixa de terreno que, com a largura média de 600 m e inclinada em declividade média de 2% para o ribeirão, prolonga-se cerca de 3 km com declividade média de 1%; e cujo travessão é constituído pela encosta oriental do espigão que separa as águas do ribeirão *Acaba-Mundo* das do córrego *Leitão*, que, com largura média de 400 m e declividade máxima de 7%, estende-se por cerca de 2 km com declividade média de 1,5%, como indica a Planta n. 2, levantada pelo Dr. Samuel Pereira.

Esses terrenos são, infelizmente, de *propriedade particular*; mas, no pentágono indicado na Planta n. 2, sob a denominação de *Santa Cruz*, ao sul da atual povoação, e em altitude média de 850 m, há, sobre a totalidade de 300 ha, 220 ha de terras devolutas; e, ainda, na confluência do córrego do *Pinto* com o ribeirão do *Arrudas*, em altitude média de 820 m, há vasta área de terrenos devolutos, que vai indicada na Planta n. 3, superior a 300 ha.

Quer os terrenos de *Santa Cruz*, quer os do *Pinto* prestam-se à fundação de uma bela cidade; os da esplanada do *Arrudas* avantajam-se, porém, não só porque o subsolo no *Pinto* não oferece a excelência que ostenta o da esplanada, onde até 5 m de profundidade não foi encontrada água subterrânea, como porque *Santa Cruz* não se presta, tão bem como a esplanada, ao alinhamento e nivelamento das futuras ruas, exigindo terraplenagem mais dispendiosa e não dispondo de materiais de construção tão próximos.

A localidade designada por *Belo Horizonte* presta-se, pois, sob o ponto de vista de sua topografia e de sua posição local e geográfica, à edificação de uma grande cidade em boas condições técnicas.

**Barbacena** - Situada no *planalto da Mantiqueira*, a 1.115 m de altitude média, 21° 13' 32", 5 de lat. sul e 0° 2' 24", 1 de long. oc. do meridiano do *Rio de Janeiro*, é *Barbacena*, incontestavelmente, um dos pontos mais aprazíveis, não só do Estado Mineiro, porém mesmo de todo o Brasil.

O vasto e soberbo horizonte que, do cimo do seu *Monte Mário*, se descortina, em todo o esplendor de uma atmosfera límpida e brilhante, para todas as direções; os maravilhosos efeitos de cambiante perspectiva que se gozam do alto de suas sucessivas colinas; o relevo variado e multiforme de sua topografia; a pureza do ar que se respira; o encanto de sua solidão em meio das campinas onduladas que a circundam; os cursos de água que serpeiam no fundo dos seus vales; o panorama que já oferecem alguns elegantes prédios espalhados pelos cabeços dos seus morros; o alimento sadio e substancial que proporcionam a uberdade e natureza do seu solo; a tranqüilidade de uma vida descuidosa e calma, que permite seu afastamento dos grandes centros agitados do país; tudo, enfim, concorre para constituir



esta localidade num dos mais belos sítios de vivenda no Brasil.

Constituída, porém, totalmente, quer na parte já ocupada pela atual cidade, quer na que, em seus arredores, pode ser aproveitada para o desenvolvimento desta, por interminável sucessão de morros, separados por insignificantes córregos e oferecendo, em todos os sentidos, fortes declividades que se elevam até 15%, não permite esta localidade, pela irregularidade de sua caprichosa topografia e esquisita configuração do terreno, a edificação de uma grande cidade em boas condições técnicas e higiênicas.

A impossibilidade de concentrar a população em área relativamente pequena, por exigir a configuração especial do terreno que a cidade se estenda em longos e tortuosos braços em todas as direções; as enormes dificuldades, técnicas e financeiras, de uma terraplenagem que excederia os limites do razoável; as péssimas condições estéticas em que teria de ser edificada a maior parte dos edifícios e prédios, alguns exigindo custosas fundações para assentarem no terreno firme; os onerosos transportes dos materiais; a irregularidade com que teriam de ser rasgadas as ruas e avenidas, sem as condições de um bom arejamento e uma conveniente ventilação da cidade; concorreriam para obstar que, nesta localidade, a população se desenvolvesse além dos estreitos limites de uma pequena e modesta cidade de verão.

Tentá-lo forçadamente, à custa de grandes sacrifícios pecuniários, daria em resultado final converter a primorosa vivenda de hoje, que aliás pode ainda desenvolver-se bastante sobre o influxo dos cuidados municipais e estaduais, em uma aglomeração informe e sem atrativos, de milhares de casas sobrepostas, tortas, desalinhadas, sem gosto, sem conforto, serpeando colinas, trepando outeiros, descendo vales, inclinadas umas, outras achatadas sob o peso de pavimentos posteriores, e tudo isso dificultando o trânsito, obstando a regularidade do abastecimento e comprometendo a facilidade dos escoamentos.

Para uma população limitada, até 30 ou mesmo 50 mil habitantes, é possível adaptar-se convenientemente a localidade, mediante a organização prévia de um plano que vá sendo observado com constância e com severidade, quer tanto aos melhoramentos municipais, quer quanto ao arruamento, terraplenagens e edificações. Mas, para o estabelecimento de uma vasta e importante capital, que tenda a desenvolver-se rapidamente e vise atingir 200.000 almas, ou mesmo mais, a topografia da localidade oferece decisivos obstáculos, por bem dizer insuperáveis, quer de ordem técnica, quer higiênica.

As edificações em *Barbacena*, para não prejudicarem as excepcionais condições climatológicas dessa belíssima localidade, devem de continuar a ser levantadas pelos moldes largos e confortáveis por que foram delineadas e construídas as esplêndidas vivendas *Michel* e *Barreiros*, nas encostas mais abrigadas dos outeiros, transformados estes em lindos parques ajardinados.

Se assim for, e ao desenvolvimento da cidade presidir um plano cuidadoso e completamente traçado desde já e fielmente observado, dentro em poucos anos esta cidade terá excedido - em beleza, amenidade, conforto e bem-estar - à *Petrópolis* fluminense e poderá

rivalizar com as mais pitorescas cidades de verão do velho mundo.

Amontoem-se, porém, as casas nessa aglomeração de montes e vales, e bem depressa desaparecerão, com a beleza dos panoramas, o conforto das vivendas e a própria amenidade do clima, modificado sensivelmente pelo viciamento do ar e as emanções da terra, e, portanto, o salutar bem-estar de que possam gozar seus habitantes e seus hóspedes.

Acresce que, como veremos adiante, falecem a esta localidade, com a topografia, outros elementos indispensáveis para permitir-lhe tão grande expansão.

**Juiz de Fora** - Situada à margem do rio *Paraibuna*, principal afluente do Paraíba, em altitude média de 703 m acima do nível do mar a 22° 45' 36" de lat. sul e 0° 1' 7", 5 de long. oc. do meridiano do *Rio de Janeiro*, é *Juiz de Fora* a principal cidade do *Estado de Minas Gerais*, quer sob o ponto de vista comercial e industrial, quer sob o do conforto e bem-estar da população.

Edificada no planalto que separa a *serra do Mar* da *serra da Mantiqueira*, e quase na encosta oriental desta, em área apropriada para sede de uma bela e grande cidade de ruas e avenidas largas e bem traçadas, constituiu-se desde logo o centro de atuação da riquíssima região *da mata*, onde a cultura do café, ativada pelas facilidades sempre crescentes dos meios de transporte, tem proporcionado rápido incremento da fortuna pública e particular.

Tende, presentemente, a desenvolver-se pela margem direita do *Paraibuna*, em direção à estação de *Benfica* da *Estrada de Ferro Central do Brasil* e pelo vale do *ribeirão da Tapera*, ao longo da antiga estrada de rodagem *União e Indústria*, em direção ao pitoresco subúrbio da *Gramma*, de modo que abrangerá, de futuro, uma vasta área, superior a 4.600 ha, como indica a Planta (n. 6) levantada pelo Dr. Raja Gabaglia; e, se bem seja bastante acidentado o respectivo solo, pois, as altitudes de diversos pontos oscilam entre as cotas 675 (à beira rio) e 834 (na colônia alemã de *Mariano*), presta-se perfeitamente ao desenvolvimento da população, por dispor de largas planícies intercaladas entre morros de declividades suaves.

Constituída por um grande vale principal, o do *Paraibuna*, atravessado pelos de vários afluentes, essa vasta área - de 4.600 ha - apresenta a configuração geral de dois planos, mais ou menos, inclinados sobre um eixo comum sendo o da margem direita de menor inclinação e maior largura, que varia, aliás, oferecendo a média de 850 m entre as estações de *Juiz de Fora* e *Mariano Procópio*, estreitando-se entre esta e o quilômetro 280 da *Estrada de Ferro Central*, e alargando-se daí para diante, formando as *várzeas de Benfica*; e o da margem esquerda, mais estreito e muito mais inclinado para o rio em frente à atual cidade, alarga-se também e espraia-se em várzea, desde que atinge, adiante de *Mariano*, o vale do *ribeirão da Tapera*.

Além desta área, já bastante considerável, dispõe ainda a localidade de outros vales de pequenos afluentes, tais como o do *córrego da Gratidão*, o do *ribeirão da Gramma* e outros, que oferecem sítios encantadores e dos mais aprazíveis para se constituírem em belos subúrbios da cidade, quando esta atingir as proporções de centro importante de população.

Entre os vales, separando-os, elevam-se vários morros, antes colinas, de poucas dezenas de metros de altura, cujas encostas nenhuma dificuldade oferecem ao traço das ruas com declividade apropriada ao fácil movimento dos veículos. O próprio *morro da Liberdade*, que é o mais alto e de encostas mais aprumadas, permite o acesso dos carros e presta-se a magnífico ponto de recreio, de onde se descortina majestoso panorama.

As condições topográficas, portanto, desta bela localidade são amplamente favoráveis ao futuro desenvolvimento da atual cidade, que poderá elevar-se muito além dos limites de uma cidade confortável de 200.000 habitantes.

**Paraúna** - Situada no município da *Diamantina*, à margem direita do *rio Paraúna*, no ponto da confluência do *ribeirão do Crime*, seu afluente, a cerca de 500 m de altitude, e, proximamente, a 18° 33' de lat. sul e 1° 22" de long. oc. do meridiano do *Rio de Janeiro*, demora esta localidade no chapadão do S. Francisco, na parte do vale do *rio das Velhas*, que se estende para os lados da *serra do Espinhaço*.

Constituída pelos *morros do Vau do Sobradinho* e do *Barreirinho*, cujas altitudes são, respectivamente, 527, 570 e 560 m, e por três *baixadas*, bastante acidentadas, por onde correm o *ribeirão do Crime*, o *córrego Barreirinho* e o próprio *rio Paraúna*, oferece esta localidade apenas 900 ha de área edificável, e isso mesmo com fortes declividades de 3 a 6% que, se facilitam o escoamento das águas superficiais e pluviais para o *Paraúna*, seu esgoto natural, tornarão dispendiosa a terraplenagem indispensável ao arruamento e edificação da futura cidade, que, aliás, não poderá comportar, em boas condições técnicas e higiênicas, mais de 90.000 habitantes.

Circundada de morros relativamente elevados, só é esta localidade um pouco desafogada pelo quadrante S, por onde penetram, na direção SE, os ventos reinantes, que, espalhando-se nas baixadas, refrescam consideravelmente, determinando baixas sensíveis da coluna termométrica, sempre que sopram com alguma persistência.

Esses terrenos, que pertencem à antiga Fazenda do Galheiro, denominação derivada deste afluente da margem direita do *Paraúna*, parecem apropriados à cultura, em larga escala, de cereais, mas estão, por bem dizer, baldios. Raros sítios, de proporções insignificantes, esparsos ao longo da estrada que, atravessando-o, se dirige à cidade de *Diamantina* e os pousos onde descansam pelo caminho as *tropas* que transportam as mercadorias de importação e exportação, são os únicos indícios do povoamento, ainda muito embrionário, desta zona. Todavia, há na localidade quem avoque à sua propriedade a mencionada *fazenda*, cujos terrenos não podem, portanto, ser considerados devolutos.

Se, pois, pela sua excelente posição geográfica no mapa do Estado, de que ocupa, por bem dizer, o centro geométrico, esta localidade se impunha naturalmente como uma das que deviam de ser incluídas entre as indicadas para a nova capital, sua altitude e sua topografia a colocam em condições de inferioridade relativamente às outras com que concorre.

Desta exposição resumida das condições geográficas e topográficas que oferecem as cinco localidades estudadas, é força concluir que, sob este ponto de vista – restrito, é certo, mas importante –, somente a *Várzea do Marçal*, *Belo Horizonte* e *Juiz de Fora* podem comportar a aglomeração, em boas condições técnicas e higiênicas, de uma importante população de 150 a 200.000 habitantes, ou mais, não comportando *Paraúna*, em igualdade de condições, mais de 90.000, e *Barbacena*, mais de 50.000 habitantes.

Dentre as três primeiras, é incontestável que a *Várzea do Marçal* deve ocupar o primeiro lugar, seguindo-se *Belo Horizonte* e depois *Juiz de Fora*.

**§2º – Solo, subsolo e águas superficiais e subterrâneas** – Estudadas e analisadas as cinco localidades em competência sob o ponto de vista genérico da posição geográfica, altitude e configuração topográfica de cada uma comparativamente às demais, cumpre-nos analisá-las e compará-las em relação à natureza e condições do solo e do subsolo e regime das águas superficiais e subterrâneas.

**Várzea do Marçal.** – Os terrenos desta localidade prestaram-se, em épocas passadas, à mineração do ouro em larga escala, como testemunham ainda muitas escavações, tendo ao lado montes de cascalho e os extensos regos, já em ruínas, que conduziam até aí as águas do *ribeirão das Pedras*, que corre ao norte, e as do *Águas Limpas*, captadas a 10 km de distância, ao sul.

O solo é, em geral, formado de areias, nas várzeas; mas, o subsolo é constituído por argila e cascalho assentando, em profundidade variável, sobre rocha que, em muitos pontos, emerge até a superfície do solo.

Os morros e as colinas, superficialmente argilosos, apresentam, pelas fendas e erosões, a rocha a descoberto; e a *serra de S. José*, abrigada até meia encosta por vegetação, oferece também a descoberto sua parte superior formada de blocos de *gnaisse* em decomposição.

Em alguns pontos das várzeas nota-se pequena camada de *húmus* e, em outras, de *argila vermelha*; o subsolo, porém, é sempre formado de camadas superpostas de *argila*, *cascalho* e *areia*.

A constituição geológica do subsolo o indica, pois, desde logo, como impermeável, classificação confirmada pelo estudo da hidrologia da localidade, como passamos a ver.

As águas pluviais estagnadas nas cavas antigas de mineração só baixam de nível lentamente, após muitos dias de sol, por efeito apenas da evaporação.

O exame do volume das águas dos córregos, em diferentes pontos dos respectivos cursos, não revelou perdas sensíveis por absorção do solo.

Sondado o terreno, por meio de poços abertos, até 4 m de profundidade, em pontos de altitudes diferentes, só foram verificadas insignificantes infiltrações de águas pluviais devidas à camada frouxa do solo, e que, aumentando com a continuação das chuvas, desaparecem inteiramente nos grandes intervalos delas.

Acresce que as águas provenientes da *Serra de S. José* correm todas, na localidade, superficialmente, por meio de inúmeros pequenos córregos e ribeirões que as despejam

nos rios das Mortes, e Carandaí, depois de atravessar as várzeas em diferentes sentidos.

Não há lençol de águas subterrâneas.

Todos estes fatos concordam plenamente com as indicações estabelecidas por *Belgrand e Durand-Claye* como características dos terrenos impermeáveis.

*Dans les terrains imperméables, il n'y a pas de nappes d'eau à proprement parler – diz Durand-Claye – et comme la plus grande partie des eaux météoriques ruisselle à la surface du sol, les sources sont nombreuses et peu considérables, d'autant plus éloignées les unes des autres que le terrain est plus imperméable. Tels sont: le terrain granitique du Morvan, entre Chateau-Chinon et Avalons; le terrain argillo-sableux (crétacé inférieur miocène) que l'on rencontre des Montargis à Vouziers à la limite de l'Orléanais, de la Bourgogne et la Champagne; et les argilles à meulière de Corbeil à Melun et de Maux à Chateau-Thierry.*

Dans les terrains imperméables, les cours d'eau sont innombrables, puis que le ruissellement leur donne naissance dans tous les plis du sol...

Un terrain imperméable est naturellement plus frais qu'un terrain perméable, et à chaque pluie un peu forte, les moindres ondulations du sol deviennent des ruisseaux qui produisent une irrigation naturelle.\*

*Il n'y a pas de nappes d'eau proprement parler dans les terrains imperméables; il se forme souvent des étangs superficiels; il y a des simples infiltrations dans les couches superficielles du sol ameublées par la végétation... Lorsqu'on ouvre un puits dans ces terrains, on ne rencontre que des suintements très faibles, que les habitants de la campagne appellent des pleurs...\*\**

Quanto à formação geológica dos terrenos nesta localidade, assim exprime o Dr. José de Carvalho Almeida:

Examinando-se atentamente o estado de nudez e visível decomposição das rochas da serra de S. José, a natureza do material que forma o subsolo das várzeas e, bem assim, a do que se formam os contrafortes dessa serra e estudando o fato da emersão da rocha em vários pontos do solo, conclui-se que os terrenos das várzeas, em vez de serem formados por sedimentação de terras de aluvião, que determina a elevação de nível, são devidos à desagregação das rochas decompostas pela ação da umidade, dos ventos e das chuvas, e ao consequente escorregamento do material desagregado para os leitos dos rios, que o transportam.

A ação corrosiva desses fatores de decomposição é contínua e lenta, produzindo o abaixamento do nível dos terrenos.

Tive ocasião de verificar o desprendimento de um grande bloco da serra, na parte que olha para a Várzea do Porto, no mesmo dia em que ele se realizou. Demais é muito comum, no território mineiro, a existência de fendas nas encostas dos morros, que, pouco a pouco, se alargam e aprofundam tendendo a nivelar o terreno pela destruição das alturas.

\* DURAND-CLAYE. *Hidraulique agricole*, 1980, t. 1.<sup>a</sup>, p. 180-181

\*\* *Ibidem*, p. 278.

As condições naturais do subsolo desta localidade dispensam, pois, quaisquer trabalhos especiais de drenagem, bastando, para o completo dessecamento do solo, o aterramento das cavas antigas de mineração, a regularização do atual nivelamento do terreno e conveniente canalização das águas correntes e pluviais, trabalhos todos estes que terão forçosamente de ser executados, se aí tiver de ser levantada uma cidade moderna, modelada pelas exigências atuais da civilização.

Quanto à hidrografia da localidade, forma um perfeito e completo sistema de que é o *rio das Mortes* a principal artéria. Nascendo na *serra da Mantiqueira*, a SE de *Barbacena*, nas imediações de João Aires, corre este majestoso rio em direção ao *rio Grande*, onde conflui além da cidade de *São João del Rei*, desenvolvendo-se entre *Sítio* e *São João*, em cerca de 100 km, com declividade média de 0m,14%; apresenta, à montante, várias corredeiras e cachoeiras, sendo notável a de *Ilhéus*, e, à jusante, a de *Santa Rita*; para diante, é seu curso interrompido por sucessivas corredeiras que agitam e revolvem suas águas. Em grande trecho, de mais de 13 km para cima, e outros tantos para baixo da *Várzea do Marçal*, oferece curso franco à navegação por barcos a vapor de 0m,50 de calado. O *rio Carandaí*, que conflui no *rio das Mortes* exatamente nesta localidade, como já vimos, é de menores proporções e muito tortuoso nas proximidades da *Várzea*, a 5 km da qual, a montante, salta impetuosamente de mais de 35 m de altura, formando uma das mais imponentes cachoeiras do nosso país, que tão numerosas aliás conta, esparsas por todo o seu vastíssimo território. O surpreendente espetáculo, sempre novo e sempre majestoso, que proporciona esta notável queda será de certo incentivo assaz poderoso para o rápido povoamento dos terrenos próximos, que constituem encantadora situação para um dos mais aprazíveis arrabaldes da futura cidade.

Da *serra de São José*, fértil em excelentes águas potáveis, brotam inúmeros córregos e ribeirões que, como já mencionamos, atravessam a localidade em várias direções, indo lançar suas águas nos *rios das Mortes* e *Carandaí*. Nessa mesma *serra* brotam várias fontes, tidas como medicinais, que formam o pequeno *córrego das Águas Santas*, uma dessas fontes é pronunciadamente férrea e outras, térmicas, conservando a temperatura constante de 29°, passam por arsenicais. Todos esses pequenos cursos de água correm por leitos de pedra nos terrenos acidentados e de areias nas várzeas.

Nenhum destes rios, córregos e ribeirões transbordou durante os 3 1/2 meses - aliás bem chuvosos - em que foi a localidade estudada pelo Dr. Carvalho Almeida, e informações fidedignas são todas acordes em que mui raramente transbordam e só após chuvas excepcionais.

A diferença de nível, entre a superfície das águas nas cheias dos rios e as cristas das ribanceiras, oscilou, durante os estudos, entre 2m,6 e 4m,4, sendo na média de 3 m, o que permitirá que as ruas marginais da futura cidade, traçadas após a conveniente terraplenagem, fiquem em nível muito superior a 3 m acima das maiores enchentes.

É, pois, força concluir que, ainda sob este aspecto, aliás importantíssimo, a *Várzea do Marçal* oferece as melhores condições para o estabelecimento de grande e populosa cida-

de, que seja edificada de acordo com os preceitos técnicos da arte de construir.

**Belo Horizonte** – O solo, nesta localidade, é, em geral, constituído por terra argilosa misturada a considerável quantidade de óxidos de ferro que lhe dão intensa cor vermelha e, em alguns pontos, roxa, muito semelhante à dos terrenos do *Ribeirão Preto*, no *Estado de São Paulo*.

Na parte ora habitada, há boa camada de *búmus*, que permite pujante vegetação; fora da povoação, para o sul, vai escasseando a vegetação, até desaparecer nas encostas e píncaros da *Serra do Curral*, onde o solo é quase totalmente constituído por minerais de ferro, ou calcário. Nos vales, porém, dos *córregos Cercadinho, Leitão, Ilha, Cardoso, Taquaril*, e na margem esquerda do *Arrudas* reaparece o mesmo solo fértil de todo o vale deste *ribeirão*.

Em alguns pontos o ferro emerge à flor do solo, e, em outros, o granito.

Pouco permeável e bastante inclinado, para facilitar o escoamento superficial das águas, é, em geral, seco, não dando lugar à formação de brejos e alagados; e apenas duas insignificantes lagoas – as do *Sapé e Seca* – notam-se em toda a bacia do *Arrudas*, e nem uma pode prejudicar a salubridade da localidade.

Tanto o *ribeirão do Arrudas* como os *córregos* que nele afluem correm por leitos de pedras, cascalhos e areias.

O subsolo é constituído por compacta camada de argila vermelha, misturada a óxidos e carbonatos de ferro, sobrepostas a rochas vivas, ou já em decomposição, graníticas, calcárias, ou férreas; em alguns pontos, porém, há bancos de argila plástica da mesma cor, e nas várzeas e margens do *Arrudas*, próximo ao *córrego do Leitão*, os há de areia com um metro de espessura.

Os desbarrancados formados pelas enxurradas, que atingem alguns a profundidade de 10 metros, testemunham a secura do subsolo desta localidade; e o mesmo sucedeu nos poços abertos, até 5 m de profundidade, pelo Dr. Samuel Gomes Pereira. Apenas num ponto encontrou esse ilustre profissional água a 0m,80 de profundidade, mas facilmente explicável pelas infiltrações devidas à camada superficial de húmus sobreposta, nesse ponto, à camada compacta da argila plástica do subsolo.

Em outro ponto, em um poço de 4 m de profundidade, apareceu também água que, captada em tubo vertical, jorrou a mais de metro acima do nível do solo, água que, analisada, revelou-se cristalina e potável e de composição química muito análoga à do *ribeirão Acaba-Mundo*, o que leva o Dr. Samuel Pereira a conjecturar que provenha de alguma ligação subterrânea de dois pontos daquele *ribeirão*, hipótese que analisa criteriosamente no seu bem elaborado estudo sobre a localidade.

Excetuada, portanto, a pequena várzea da confluência do *Leitão*, onde foi encontrada água a 2m,20 de profundidade, o subsolo desta localidade, quase impermeável, prescinde de quaisquer trabalhos especiais de drenagem para garantia da salubridade, e oferece condições assaz favoráveis para as fundações dos edifícios e abertura das cavas necessárias

para os trabalhos das canalizações de água e esgoto.

E, portanto, ainda sob este importante aspecto, *Belo Horizonte* presta-se para o estabelecimento de grande e populosa cidade.

**Barbacena** – A própria configuração e disposição do solo fortemente inclinado para o rio das Mortes, que corre cerca de 8 km ao sul da atual cidade, e para os pequenos córregos que a atravessam, em leitos de areia e pedra, ou de argila, sem transbordamento, favorece a salubridade desta localidade, isentando-a das umidades terrestres, da estagnação das águas pluviais e da formação de pântanos, ou brejos.

É exato que a SW, a cerca de 9 km de distância, na baixada conhecida por Ponte Nova, notam-se alguns alagados que à primeira vista parecem suspeitos; o exame e a observação atenta, porém, revelam desde logo a origem e a causa de semelhante acidente, da mais fácil eliminação. Tais alagados são devidos ao leito antigo do rio das Mortes, que foi desviado do seu curso natural para os trabalhos de mineração, e às cavas abertas nesse ponto para a colheita do ouro, leito e cavas que as águas pluviais enchem na estação chuvosa e que a evaporação, não coadjuvada pela permeabilidade do solo, nem sempre consegue secar na outra estação.

É exatamente o mesmo fato acidental que se observa nas margens do rio das Mortes, desde *Barbacena* até adiante de S. João del Rei, e ao qual já nos referimos, quando tratamos da *Várzea do Marçal*.

Considerar essas represas acidentais de águas pluviais como pântanos, ou brejos permanentes, que possam prejudicar a localidade, importaria condenar os açudes tão comuns no nosso país, e que tão valiosos serviços prestam às regiões pouco beneficiadas pelas chuvas. No Ceará, vimos açudes de águas represadas há dois e três anos, beneficiando localidades de inexcedível salubridade e onde é desconhecido o impaludismo, e, mesmo em Minas, no chapadão do S. Francisco, vimos, entre outros, o açude da vila\* de Jequitibá, que não consta tenha ali determinado endemias palustres, nem prejudicado a salubridade da vila.

Sob pequena camada, de 0m,30 a 0m,40 de espessura, de húmus, às vezes misturado com saibro, o solo em *Barbacena* é argiloso, e o mesmo sucede com o subsolo, que é, portanto, pouco permeável. Nos vales, onde deslizam os córregos, encontra-se água a 2m de profundidade, devido naturalmente a infiltrações; em geral, porém, só a 10 m de profundidade é ela encontrada, e nos pontos altos, nem a 15 m como verificou o Dr. Manuel S. Couto. O subsolo é, pois, enxuto, como aliás o indica sua constituição argilosa e, portanto, pouco permeável, e a configuração do solo que facilita o pronto escoamento superficial das águas pluviais.

Sob o ponto de vista, pois, das condições do solo e subsolo e regime das águas superficiais e subterrâneas, presta-se *Barbacena* ao estabelecimento de uma boa cidade, e

\* Esta vila está situada à margem esquerda do rio das Velhas, e não à direita, como erradamente indicam todos os mapas do Estado de Minas Gerais, ainda os mais recentes.



nada terá a recluir quanto à salubridade futura, se a população não desenvolver-se além dos limites que sua topografia e outras mais circunstâncias de grave ponderação não permitem sejam ultrapassados impunemente.

**Juiz de Fora** — Há já alguns anos que certa desconfiança, com respeito às condições de salubridade desta florescente cidade, se vai insinuando no espírito público, justamente alarmado pelo aumento progressivo da respectiva mortalidade e reprodução de uns tantos casos graves, de algumas moléstias infecciosas: e conclusões gerais, inferidas de exames menos refletidos e dados deficientes incompletos, como tão de sabor é entre nós, começam a ser arvoradas em sentenças condenatórias, de caráter definitivo.

E nem se tem procurado, que me conste, verificar, pelo exame cuidadoso das estatísticas, se o aumento da mortalidade é, ou não, proporcional ao da população, e menos estudar criteriosamente se causas outras, de facilíssima eliminação, que não as condições naturais de salubridade estão agindo para o aparecimento e reprodução de certas moléstias, que tendem sempre a assumir caráter epidêmico.

E no afã de colher, de improviso e sem largos estudos, um *quid* qualquer explicativo dos efeitos ligeiramente observados, e desde logo generalizados, vai-se tornando de uso freqüente arvorar em réu principal do imaginário malefício, belíssimo rio a cujas margens veio a cidade assentar-se, porque os homens, desde a mais remota antigüidade, consideraram sempre os rios como agente poderoso e eficaz de conforto e bem-estar, e assim os hão de sempre considerar, por mais fortes que sejam as sugestões das teorias modernas arquitetadas às pressas antes de consolidadas as indispensáveis fundações.

É possível que, realmente, se origemem do *Paraibuna* os males que segundo se afirma, estão já afligindo a bela cidade mineira, e nem me sobra competência para, em contestação, elucidar este assunto.

É do meu dever, todavia, apontar, em poucas palavras, e sem pretensões doutrinárias, as ponderações que influem no meu espírito para continuar a considerar esse rio como o elemento mais poderoso e eficaz de que dispõe *Juiz de Fora* para seu rápido engrandecimento.

A sua denominação, tirada da cor escura de suas águas, é, sem dúvida, o ponto de partida das suspeitas que se têm levantado contra sua presença no centro da bela cidade; pois é geralmente atribuída à excessiva dosagem de matérias orgânicas em decomposição contidas nessas águas e à grande quantidade de vasa em suspensão. No entanto, o eminente *Humboldt*, autoridade da maior respeitabilidade, não só pela vastidão de seus conhecimentos científicos, mas, sobretudo, pelo critério de suas investigações, já observara ser esta cor comum a quase todos os rios do nosso interior montanhoso, que correm sobre leitos de granito, e estudos recentes dos ilustres professores *Muntz* e *Marcano* atribuem-na à decomposição das matérias úmidas pelos álcalis, como o faz notar o Dr. Raja Gabaglia. E aí estão as análises feitas provando que estas águas, ao invés de nocivas, são até potáveis.

As condições geológicas do leito deste rio não podem, tampouco, concorrer para

injustas suspeitas; pois constituído de pedra, areia, saibro e terra argilosa, não há nela vasa alguma, sendo a pouca lama que se acumula junto às pontes e nos recôncavos de fraca velocidade formada pelos detritos vegetais arrastados pela correnteza, inconveniente para cuja fácil eliminação bastará o estabelecimento de um serviço regular de limpeza do rio, aliás bem pouco dispendioso.

As ribanceiras do *Paraibuna* são, em geral, baixas e pouco inclinadas, mas argilosas e abrigadas por vasta vegetação; e suas margens, em muito pequena largura, baixas e planas, inclinam-se depois bastante, permitindo o enxugo do solo e subsolo, pelo rápido escoamento das águas pluviais para o rio.

É exato que, em certos pontos, e até dentro na atual cidade, notam-se, nas estreitas faixas planas nas margens deste rio, alguns *alagados*, que têm sido classificados de *pântanos*; a observação, porém, atenta deles e o exame da vegetação que permitem e do solo em que se acumulam as águas não autorizam semelhante classificação. São antes simples represas de águas, produzidas pelo próprio homem, que, muitas vezes, estimulado por mal-entendido, interesse de momento e sem atender aos inconvenientes futuros, força e até obsta o natural escoamento das águas por meio de muros, estradas, aterros, escavações, etc. A estes fatores, coadjuvados pelas inundações do rio, obstrução dos córregos que nele deságuam e falta de vales de escoamento bem traçados nos terrenos sujeitos aos transbordamentos, são devidos visivelmente os alagados que fora se notam às margens do *Paraibuna*, principalmente nas proximidades da cidade, onde tais fatores podiam mesmo ter mais ação. A própria *Estrada de Ferro Central do Brasil*, com ser obra de caráter público, construída para benefício da população, concorreu com importante contingente para avolumar o malefício, desviando o rio do seu leito bem em frente à cidade, para evitar sua travessia em dois pontos, e descuidando-se de aterrar a depressão do antigo leito, onde ia desaguar o *córrego da Independência*, aproveitado para coletor geral dos esgotos da cidade. E é este o pântano que mais tem concorrido para desacreditar a bela cidade mineira, e que está sendo agora *aterrado* pela mesma empresa que o *cavou*, para bem dizer.

Aterrados, porém, convenientemente esses *pântanos artificiais*, estabelecida a limpeza regular do rio e dos córregos, avaliados os terrenos sujeitos aos transbordamentos e, finalmente, retificado o rio de modo que, aumentada a velocidade, desapareçam os remansos reentrantes e os cotovelos salientes - a cidade de *Juiz de Fora* poderá prosseguir desafogadamente em seu rápido desenvolvimento.

Quanto às condições naturais do solo e subsolo, o Dr. Raja Gabaglia assim se exprime no seu belíssimo e importante estudo sobre esta localidade:

Os numerosos poços e cortes examinados apresentam a seguinte disposição: na parte superficial, uma camada vegetal composta de areia, argila e húmus formado por matérias orgânicas, principalmente vegetais; em seguida, uma camada de argila misturada com areia, sem sinal de estratificação, tomando outras vezes o aspecto e a forma cristalina primitiva e, finalmente, a rocha.

Não encontrei diferença característica entre a parte superficial – o solo – e a parte mais central – o subsolo; nota-se, apenas, diferença de coloração, mais ou menos vermelha, ou amarela, sendo que, comumente nos vales, a porcentagem em areia cresce com a profundidade...

A argila, principalmente nas baixadas e vales, sofre alterações: o *barro vermelho*, em presença de substâncias orgânicas, torna-se *preto ou azulado*; em contato com a água, colora-se de *amarelo*, etc. A esplêndida coleção de *18 exemplares de argilas diversamente coloridas*, que envio, foi obtida perto de Matias Barbosa. Em algumas partes, grandes veeiros de substâncias fortemente cristalinas e diferentes das da rocha subjacente cortam as camadas argilosas e, algumas vezes, afloram à superfície, tal é o caso na *Estação do Paraibuna*, onde há um *veeiro de calcário*, de que fiz analisar amostra.

E, depois de apresentar os resultados das análises feitas pelo ilustre *Sr. Arnoux*, chefe do *Laboratório da Companhia Organização Agrícola*, sobre *dez amostras de terra da Fazenda da Boa Vista*, cujo solo é geológica, física e quimicamente idêntico ao da localidade entre *Juiz de Fora e Benfica*, acrescenta:

O último resultado coloca estes terrenos, segundo a classificação de *Gasparin*, entre os silicosos. Pela classificação do autor da *Maison Rustique*, eles são *areno-argilosos*, ou *argilo-arenosos*, conforme a preponderância da *areia*, ou da *argila*. Sigo, porém, a denominação dada comumente em nosso país aos terrenos produzidos pela decomposição das rochas graníticas laurencianas – o de *argilosos*.

Quanto ao subsolo, tendo verificado a existência de um grande lençol de águas subterrâneas, cujas variações de nível não teve tempo de estudar convenientemente, julga-o móvel e não lhe parece devido a infiltrações de águas pluviais; e, quanto à hipótese de ser produzido por infiltrações do *rio Paraibuna*, pondera, mui judiciosamente, que é absurdo que não merece contradita, visto semelhante hipótese não se coadunar com as qualidades físicas dos terrenos argilosos, nem com os lineamentos gerais da localidade, dados pela simples inspeção da planta que levantou (n. 6).

Não é possível desconhecer os sérios inconvenientes que, pela facilidade oferecida à decomposição das matérias orgânicas e à propagação de certas moléstias infecciosas, apresentam os subsolos onde há lençol de águas subterrâneas a pequena profundidade e de nível oscilante. Mas, além de não estar ainda convenientemente estudado o de *Juiz de Fora*, a engenharia sanitária dispõe de meios poderosos e eficazes para modificar tais inconvenientes, meios que já têm produzido excelentes resultados práticos em várias cidades européias e americanas, e que estão ao alcance da cidade mineira.

Por tudo quanto acabamos de expor, é força concluir que, se *Juiz de Fora* não pode ser classificada, em rigor, como insalubre para suas condições atuais, oferece contudo germens que carecem ser energeticamente combatidos para que não comprometam de futuro a salubridade desta importante cidade, que tenderá forçosamente a desenvolver-se com rapidez, embora para aí não seja transferida a capital do Estado.

É certo que, em qualquer das outras localidades, condições de insalubridade provenientes do solo e subsolo poderão surgir com o acúmulo da população, se à edificação da capital em qualquer delas não presidirem severos cuidados técnicos, previamente estudados e estabelecidos; mas, nesse caso, bastará *prevenir* inconvenientes possíveis no futuro, e, em *Juiz de Fora*, é mister, combater energicamente, e desde já, inconvenientes que, de presente, já vão despontando.

Não devo, todavia, deixar de ponderar que os mais sérios de tais inconvenientes poderão desaparecer com as obras reclamadas pela instalação da nova capital em qualquer das localidades, tais como *terraplenagens, calçamentos, arborização, abastecimento abundante de água, sistema completo de esgotos*, etc. Apenas em *Juiz de Fora* será mister *acrescentar trabalhos especiais de drenagem do subsolo*.

**Paraúna** - O solo e o subsolo desta localidade não oferecem inconveniente algum ao estabelecimento de uma grande cidade, antes prestam-se excelentemente às edificações e às obras subterrâneas, sem exigirem trabalho nenhum especial de drenagem, ou consolidação, como observa o Dr. Martinho de Moraes.

O terreno é, em geral, de formação primitiva, sendo o solo formado de argila misturada a calhaus rolados, e o subsolo de argila em espessa camada superior a 4 m de profundidade. Grande quantidade de rochas diversas afluem à superfície em muitos pontos, mas principalmente nos morros.

De constituição quase impermeável, o terreno é bastante seco e consistente.

Pode-se, pois, concluir que, sob o ponto de vista das condições naturais do solo e do subsolo e do regime das águas superficiais e subterrâneas, qualquer das localidades estudadas presta-se ao estabelecimento da nova capital, feitas, quanto a *Juiz de Fora*, as restrições acima mencionadas.

**§3º – Climatologia** – Tais e tantas - as mais variadas, caprichosas e complexas, tão inçadas de formais contradições, e inexplicáveis anomalias que nem por simplesmente aparentes deixam de complicar os problemas e estrincar as soluções - são as causas gerais e locais que, atuando sobre a atmosfera, determinam suas continuadas modificações, que seria irrisório pretendermos sequer estabelecer as condições climáticas das cinco localidades estudadas pelo só confronto dos resultados apurados das observações meteorológicas efetuadas, em cada uma delas, durante os meses de janeiro a abril do corrente ano.

Embora realizadas simultaneamente, sob uniformidade de condições de antemão combinadas, e com aparelhos de fabricação idêntica e previamente aferidos, não podem tais observações oferecer bases suficientes para generalizações que autorizem classificação séria das localidades em competência, sob o ponto de vista dos respectivos climas locais.

É certo que em algumas delas - *Várzea, Barbacena e Juiz de Fora* - havia já anteriores observações, feitas mesmo em época diversa do ano; mas a diversidade das instalações, quer quanto às condições de abrigo, quer quanto aos aparelhos utilizados, e, ainda, quanto ao horário adotado, não permite que de tão desconexas observações sejam colhidos resultados comparáveis e que possam

se traduzir em generalizações aceitáveis por espíritos avessos a conclusões fantasistas.

Tampouco pode a vegetação – sem um estudo demorado, minucioso e competentemente feito por especialista abalizado e criterioso – fornecer elementos seguros que autorizem afirmações positivas; mormente tratando-se de localidades relativamente próximas, situadas todas entre 500 e 1.100 m de altitude e 18° e 22° de latitude sul, e algumas, como *Barbacena* e *Várzea do Marçal*, quase nas mesmas latitude e altitude. Demais vegetais há que podem viver e reproduzir-se sob os mais diversos climas, e plantas cultivadas que o homem consegue aclimar, à força de cuidados e sacrifícios, em zonas que lhes não são próprias; e tais não podem caracterizar climas.

No cimo do *Faulborn*, na Suíça, a 2.683 m de altitude, em clima mais frio que o do próprio *cabo do Norte* (a 71° de latitude), nem mais quente de verão que o *Spitzberg*, verdadeiro rochedo isolado e batido por todos os ventos, vegetam, entre cerca de 200 espécies diversas, muitas plantas da planície que, no entanto, aventuraram-se até aquela altura \*

O Sr. *Emmanuel Liais* em sua interessante obra, *Climats, geologie, faune et géographie botanique du Brésil*, diz:\*\*

*Diverses influences, tout-à-fait étrangères aux influences météorologiques, doivent en premier lieu appeler notre attention. La première a laquelle je donnerai le nom de continentale, tient a l'existence d'un certain nombre de familles et de genres especiaux à l'Amerique et fournissant a la fois des espèces dans les zones tempérés et chaudes du continent américain... Une autre cause, étrangère aussi au climat et ayant agi, comme les lieux d'origine des espèces, sur la répartition des végétaux sur le globe, est la nature du sol, non seulement la nature actuelle du sol superficiel, mais la série des modifications éprouvées par ce sol durant les dernière périodes géologiques, car certains espèces no réussissent bien que dans des sols argileux, d'autres dans des sols calcaires ou de sols sabtonneaux. Les uns aiment, les autres craignent les terrains riches en fer ou en alcalis: d'autres préfèrent des sols pierreux, ou bien des terres très riches en humus ou en limon fluviatile, etc.*

Finalmente para não avolumar demasiado estas citações, o ilustre *Dr. Armand*, em seus notáveis *Études médicales sur tous climats*,\*\*\* pondera judiciosamente:

*Deux points éloignés, avec un climat analogue et même identique, et avec toutes les autres circonstances, dont l'ensemble paraît devoir entraîner l'identité des productions naturelles, peuvent néanmoins ne produire que des espèces différentes. C'est donc que chacun d'eux, dès l'origine, a reçu certaines plantes seulement et non les autres, quoique celles-ci eussent pu également y vivre. Cela est tellement vrai, qu'ont voit une foule d'espèces, transportées d'un centre en un autre, prospérer comme dans leur patrie primitive.*

Nada mais natural, pois, que ter *Saint Hilaire* visto em *São João del Rei* e no mês de

\* V. KAEMTZ. *Cours complet de météorologie* (trad. fr. 1858, Paris) p. 468.

\*\* V. Op. cit p. 558.

\*\*\* V *Traité de climatologie générale du globe*. Paris, 1873, p. 70.

fevereiro, *grumixameiras*, *bananeiras*, *mangueiras*, e *jabuticabeiras*, misturadas às pereiras, ameixeiras, abricoteiros e castanheiros, e oferecendo todas excelentes frutas, isto é, plantas e frutas especiais dos países frios ao lado de outras mais próprias das zonas quentes.

E este fato, tão comum, autorizará, porventura, classificar-se como *quente* o clima de *São João*, onde a temperatura *média anual* regula 20° 5', a *mínima* atinge, às vezes, a 10°, e a *máxima* não excede a 30°?...

Se, porém, os resultados obtidos das observações cuidadosamente realizadas, de janeiro a abril últimos, em todas as cinco localidades em competência, não autorizam generalizações que possam fundamentar conclusões aceitáveis como seguras, em relação às condições climatéricas de cada uma, oferecem, todavia, elementos que, vindo em confirmação das tradições locais, corroboram o juízo que geralmente se forma, no Brasil e no estrangeiro, a respeito da excelência do clima mineiro, sobretudo da zona que ocupa o grande *planalto da Mantiqueira*.

No intuito de - aproximando os dados obtidos, nas diversas localidades, em relação a cada um dos fenômenos meteorológicos observados e registrados, durante o prazo dos estudos da *Comissão* - estabelecer o confronto e facilitar a comparação, organizei os seguintes quadros comparativos que confirmam as ponderações que acabo de apresentar:

**I – PRESSÃO BAROMÉTRICA**  
ALTURAS REDUZIDAS A 0° E AO NÍVEL DO MAR

ESTAÇÕES	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril			Médias gerais		
	Máx.	Mín.	Méd.	Máx.	Mín.	Méd.	Máx.	Mín.	Méd.	Máx.	Mín.	Méd.	Máx.	Mín.	Méd.
Várzea do Marçal	760.60	751.91	757.55	763.50	753.93	758.52	771.47	744.98	769.96	768.46	753.61	761.62	766.00	750.90	759.66
Belo Horizonte	755.60	759.56	753.13	756.69	749.25	754.08	758.43	750.01	754.33	759.61	751.47	755.26	757.58	750.08	754.20
Barbacena	761.76	757.39	759.61	764.00	754.15	760.05	764.53	756.85	760.25	766.90	757.08	762.00	761.29	756.36	760.48
Juiz de Fora	764.05	758.63	761.62	766.06	757.24	762.20	766.96	752.48	761.88	769.22	758.28	764.23	766.56	756.65	762.48
Paraúna	—	—	—	758.38	750.83	754.08	760.92	750.02	754.15	759.31	751.63	754.88	762.86	750.82	754.44

**II – TEMPERATURA**

ESTAÇÕES	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril			Médias gerais		
	Máx.	Mín.	Méd.	Máx.	Mín.	Méd.	Máx.	Mín.	Méd.	Máx.	Mín.	Méd.	Máx.	Mín.	Méd.
Várzea do Marçal	30°	15° 5	22° 0	29° 5	15° 0	22° 2	28° 5	12° 0	22° 0	28° 0	12° 0	20° 0	9° 0	13° 6	21.0 5
Belo Horizonte	31°	13° 0	22° 8	32° 0	12° 0	23° 0	31° 2	10° 6	22° 3	28° 6	13° 0	21° 4	30° 8	12° 1	22° 0
Barbacena	25°	17° 2	21° 3	22° 5	15° 0	20° 2	24° 9	16° 9	20° 5	20° 0	12° 0	17° 9	23° 8	15° 3	19° 9
Juiz de Fora	34°	14° 8	24° 0	34° 8	13° 0	22° 8	31° 8	12° 8	22° 6	30° 8	11° 2	19° 8	33° 0	12° 9	22° 3
Paraúna				31° 6	16° 5	24° 9	32° 0	17° 0	24° 8	31° 0	16° 2	21° 5	31° 5	16° 6	24° 7

### III – UMIDADE RELATIVA

#### MÉDIAS

ESTAÇÕES	Janeiro				Fevereiro				Março				Abril				Médias gerais dos quatro meses			
	às 9h 15' a.m.	à 1h p.m.	às 9h 15' p.m.	Médias mensais	às 9h 15' a.m.	à 1h p.m.	às 9h 15' p.m.	Médias mensais	às 9h 15' a.m.	à 1h p.m.	às 9h 15' p.m.	Médias mensais	às 9h 15' a.m.	à 1h p.m.	às 9h 15' p.m.	Médias mensais	às 9h 15' a.m.	à 1h p.m.	às 9h 15' p.m.	Médias gerais
Várzea do Marçal	81.24	77.58	80.65	79.82	80.26	69.96	81.52	77.24	82.92	70.22	84.13	79.10	85.11	68.67	83.43	79.07	82.38	71.60	82.43	78.80
Belo Horizonte	64.88	51.28	86.16	68.77	66.45	55.12	87.10	69.56	72.40	63.92	92.20	76.20	69.60	63.90	93.60	75.70	68.33	58.55	89.76	72.56
Barbacena	78.60	68.30	74.40	73.70	79.30	72.20	80.80	76.60	83.00	76.50	83.26	80.60	82.50	77.40	85.30	32.00	80.85	73.85	80.94	78.25
Juiz de Fora	56.61	46.11	86.28	63.00	62.30	51.09	86.02	66.48	70.15	57.37	90.41	72.64	67.08	60.50	89.94	73.00	64.04	53.77	88.46	68.78
Paraúna					69.61	62.59	69.20	60.67	67.23	55.71	84.71	69.29	67.22	55.78	90.00	71.33	68.02	58.02	81.30	67.09



# IV – TENSÃO DO VAPOR

## MÉDIAS

ESTAÇÕES	Janeiro				Fevereiro				Março				Abril				Médias gerais dos quatro meses			
	às 9h 15' a.m.	à 1h p.m.	às 9h 15' p.m.	Médias mensais	às 9h 15' a.m.	à 1h p.m.	às 9h 15' p.m.	Médias mensais	às 9h 15' a.m.	à 1h p.m.	às 9h 15' p.m.	Médias mensais	às 9h 15' a.m.	à 1h p.m.	às 9h 15' p.m.	Médias mensais	às 9h 15' a.m.	à 1h p.m.	às 9h 15' p.m.	Médias gerais
Várzea do Marçal	15.51	16.35	15.50	15.81	15.24	15.93	15.06	15.41	15.64	15.93	15.08	15.55	13.76	14.00	13.69	13.82	15.05	15.55	14.84	15.14
Belo Horizonte	14.37	14.56	14.54	14.40	14.65	14.56	14.34	14.52	16.32	16.36	15.13	15.93	14.98	15.70	14.86	15.18	15.03	15.29	14.71	15.03
Barbacena	13.74	13.50	13.41	13.55	13.13	13.02	13.03	13.20	14.06	14.10	15.27	14.14	12.02	12.44	12.43	12.20	13.23	13.26	13.28	13.29
Juiz de Fora	14.40	14.45	25.68	14.84	14.14	13.91	15.09	14.38	15.39	15.19	15.45	15.34	13.09	13.61	13.06	13.25	14.25	14.29	14.82	14.44
Paraúna					15.46	15.79	14.91	15.14	16.07	15.46	16.50	16.13	15.44	16.59	16.92	16.65	15.65	15.91	16.44	15.64

**V – CHUVA****TOTAIS EM MILÍMETROS**

<b>ESTAÇÕES</b>	<b>Janeiro</b>		<b>Fevereiro</b>		<b>Março</b>		<b>Abril</b>		<b>Totais</b>	
	<b>Chuva caída</b>	<b>Dias de chuva</b>	<b>Chuva caída</b>	<b>Dias de chuva</b>	<b>Chuva caída</b>	<b>Dias de chuva</b>	<b>Chuva caída</b>	<b>Dias de chuva</b>	<b>Chuva caída</b>	<b>Dias de chuva</b>
Várzea do Marçal	103.55	10	141.90	10	384.80	18	32.00	4	662.25	42
Belo Horizonte	168.90	12	117.00	10	244.30	18	51.60	4	586.80	44
Barbacena	14.40	3	83.10	1	154.00	20	20.70	3	272.20	37
Juiz de Fora	8.57	8	139.91	9	319.20	20	17.80	3	479.48	40
Paraúna			123.00	10	144.80	18	63.90	6	331.7	34

**VI – EVAPORAÇÃO****TOTAIS MENSAIS**

<b>ESTAÇÕES</b>	<b>Janeiro</b>	<b>Fevereiro</b>	<b>Março</b>	<b>Abril</b>	<b>Totais</b>
Várzea do Marçal	76.50	76.90	63.40	18.00	231.80
Belo Horizonte	67.95	66.15	45.15	13.20	192.45
Barbacena	29.00	42.80	38.80	10.90	121.50
Juiz de Fora	88.88	100.80	66.96	22.40	279.04
Paraúna		58.80	91.80	26.30	176.90

# VIII – VENTOS REINANTES

ESTAÇÕES	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Nos quatro meses
	Direção predominante	Velocidade média	Direção predominante	Velocidade média	Direção predominante	Velocidade média	Direção predominante	Velocidade média	
Várzea do Marçal	NE	1.06	NE	0.65	NE	0.52	NE	0.65	NE 0.72
Belo Horizonte	E	1.20	E	1.10	E	0.90	E	0.90	E 1.02
Barbacena	NE	1.20	NW	0.95	NW	1.30	SE	1.20	NW 1.12
Juiz de Fora	NE	1.20	NE	1.40	NNE	0.70	NNE	1.60	NNE 1.15
Parauína			SE	0.90	F	1.80	SE	0.57	SE 0.73

## VII – OZONA

## MÉDIAS

ESTAÇÕES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Médias gerais
Varzea do Marçal	6.2	6.2	6.7	7.8	6.2
Belo Horizonte	5.1	5.6	5.3	5.6	5.4
Barbacena	5.5	5.5	4.4	7.6	5.7
Juiz de Fora	4.3	5.0	4.0	5.5	4.9
Paranúna		4.0	4.0	0.3	2.8

## IX - NEBULOSIDADE

ESTAÇÕES	Janeiro				Fevereiro				Março				Abril				Nos quatro meses			
	Número de dias			Forma predominante	Número de dias			Forma predominante	Número de dias			Forma predominante	Número de dias			Forma predominante	Número de dias			Forma predominante
	Cla.	Enc.	Esc.		Cla.	Enc.	Esc.		Cla.	Enc.	Esc.		Cla.	Enc.	Esc.		Cla.	Enc.	Esc.	
Várzea do Marçal	8	10	11	CN	5	10	13	CK	6	15	10	K	2	4	3	CK	21	39	37	CK
Belo Horizonte	2	9	18	CK	6	7	15		3	11	17	K	1	1	8	K	12	28	58	K
Barbacena	8	7	3	K	3	11	14	CK	2	11	18	K	1	3	6	CK	12	32	41	K
Juiz de Fora	6	6	9	C	5	13	10	K	2	9	20	KN	1	2	7	C	16	30	46	C
Paraúna					10	1	17	KN	5	7	19	CK	1	4	5	CK	16	12	41	CK

O exame destes quadros, o conhecimento pessoal que tenho de todas as cinco localidades, cuja maioria conheço há mais de quinze anos, quer de verão, quer de inverno, o consenso unânime de quantos viajantes ilustres têm escrito sobre o *Estado de Minas Gerais*, a fama tradicional de que gozam algumas dessas localidades com relação à excelência do clima, o parecer de abalizados clínicos que as recomendam, tudo nos leva a aceitar as seguintes conclusões:

1ª) todas as cinco localidades gozam de clima *acentuadamente temperado*;

2ª) no verão, é incontestavelmente o de *Barbacena* o mais *ameno e agradável*; mas, durante o inverno, quando ali sopra rijo, quase continuamente, intolerável SE, por demais frio e penetrante, são preferíveis os da *Várzea do Marçal (São João)* e *Belo Horizonte*, onde o frio é seco e confortável;

3ª) o clima de *Juiz de Fora*, não obstante *temperado*, não é *ameno*, durante o verão, geralmente um tanto cáldido; e, no inverno, ressentido de alguma umidade;

4ª) o do *Paraúna*, fresco no verão, apesar da temperatura elevada, por causa da constância do vento SE, com fraca velocidade, deve de ser também um tanto úmido durante o inverno;

5ª) se o clima em *Barbacena*, *Várzea do Marçal* e *Belo Horizonte* auxilia eficaz e poderosamente as condições gerais de salubridade dessas localidades, em *Juiz de Fora* e *Paraúna* não poderá jamais constituir obstáculo a que – satisfeitas as demais condições em que ao homem é lícito vir em auxílio da natureza, por meio de bem combinado sistema de obras de melhoramento e saneamento – desenvolvam-se tais localidades sob o impulso da civilização e da riqueza.

Se, pois, quanto ao clima especialmente, *Barbacena* se avanta às demais localidades como *cidade de verão* por excelência e *Várzea do Marçal* e *Belo Horizonte* como futuras cidades de inverno e, portanto, de comércio e de administração, nem por isso acham-se *Juiz de Fora* e *Paraúna* privadas, pelo respectivo clima, da justa ambição de atingir em boas condições de salubridade, as proporções de importantes cidades, para o que já caminha a primeira a passos largos e decididos, e a segunda se impõe por sua posição geográfica.

§4º – **Condições nosológicas** – Com respeito a este assunto, em que me falece a competência oficial, reporto-me ao interessante e desenvolvido relatório que – com a mais louvável solicitude e o mais sincero empenho pelo satisfatório cumprimento do encargo que aceitou – o ilustre médico higienista Sr. Dr. José Ricardo Pires de Almeida apresentou-me e vai a este anexado.

Manda, todavia, a verdade que eu declare, com a franqueza que me é habitual, que discordo de muitas das apreciações que S. S.<sup>a</sup> desenvolve sobre questões de higiene sanitária aplicada às localidades estudadas, e nem posso subscrever, com a minha responsabilidade profissional, algumas opiniões que, em assuntos propriamente técnicos de engenharia,

S. S.<sup>a</sup> aventura sem fundamento aceitável e, até mesmo, às vezes, indo de encontro a fatos de observações registrados e consignados pelos engenheiros que estudaram as diferentes localidades, nelas residindo durante mais de três meses.

E disto cientifiquei S. S.<sup>a</sup>, como mo exigia a minha lealdade, logo que tive conhecimento do seu trabalho.

Mas, além de que não seria cabível neste lugar discutir assuntos tais, nem mesmo salientar pontos de discordância, aliás patentes aos que nos lerem com alguma atenção, julgo-me dispensado de entrar, a este respeito, em maiores considerações, visto como, feitas as restrições que se deduzem de tudo quanto já tenho dito sobre *as condições naturais de salubridade* das cinco localidades em estudo, posso aceitar a classificação a que S. S.<sup>a</sup> chega afinal, apenas invertendo, logo após *Barbacena*, os lugares respectivos de *Belo Horizonte* e da *Várzea do Marçal*, porque entendo que, sob o ponto de vista geral do conjunto de todas aquelas condições, a Várzea do Marçal merece ser colocada acima de *Belo Horizonte*.

E, antes de fechar o parágrafo, julgo-me no dever de salientar os louváveis esforços com que o ilustre médico da *Comissão* procurou aplicar aos seus estudos o processo moderno das *análises bacteriológicas das poeiras atmosféricas*, colhidas estas nas diferentes localidades por ele próprio, em minha presença, e remetidas com todos os cuidados para esta capital, onde se fizeram as análises sob sua inspeção.

Foi realmente pena que a estreiteza do tempo não permitisse que S. S.<sup>a</sup>, ao invés de uma única colheita de poeiras atmosféricas em cada localidade, fizesse muitas, de cujas análises fosse possível tirar conclusões definitivas e seguras.

Quando mais não seja, porém, caberá incontestavelmente a S. S.<sup>a</sup> a prioridade da aplicação, no Brasil, de tão aperfeiçoado processo analítico a investigação dos germens patogênicos das localidades em controvérsias, como a que deu motivo a esta *Comissão*.

**II – Abastecimento de água** – Este assunto, de importância capital no presente pleito, foi estudado, nos termos gerais que a estreiteza do tempo permitia, cada uma das cinco localidades, sob os seguintes pontos de vista:

1º) volume de água disponível, em relação à população indicada nas *Instruções* e aos meios de fornecê-la à futura capital em condições de pressão que satisfaçam a todas as exigências de uma cidade vasta e acidentada;

2º) qualidade das águas aproveitadas;

3º) importância mínima em que poderá ser avaliada, aproximadamente, a defesa que exigirá, em cada localidade, a execução das obras do abastecimento indispensáveis à instalação da nova capital.

E é sob estes três itens que passamos a analisar, comparativamente, as localidades estudadas.

§1º – **Volume e altura disponíveis** – Vejamos, primeiramente, qual o volume de água de que cada uma das localidades dispõe, em altura suficiente, para o abastecimento regular da nova capital, se esta for aí estabelecida; e, por conseguinte, qual a que dispõe de maior volume captável a menor distância, e com carga suficiente para satisfazer a todas as exigências de uma cidade vasta e acidentada.

**Várzea do Marçal** – Quanto ao volume de água de que poderá dispor para o abastecimento de uma grande e importante cidade, acha-se esta localidade em condições as mais favoráveis.

A *serra de S. José* dá origem, em ambas as suas encostas, a vários córregos, que, reunidos em altura suficiente para satisfazer a todas as exigências da nova capital, poderão fornecer mais de 300 litros por segundo, ou mais de 26.000.000 de litros diários, suficiente para o abastecimento abundante de população superior a 85.000 habitantes, à razão de 300 litros diários por pessoa.

Destes, aproveitando apenas os três que, da encosta ocidental da *serra*, correm pela própria *Várzea*, com pequenos percursos, poderá a futura cidade contar com suprimento superior a 100 litros por segundo, e suficiente, portanto, para todas as suas necessidades até que a população exceda de 30.000 almas.

Excedido este limite, e logo que o suprimento baixar de 300 litros diários por habitante, poderão ser aproveitados, para reforçar o abastecimento, o *ribeirão das pedras* e o *riacho Fundo*, que também nascem na mesma *serra* e deságuam no *rio Carandaí*, ao norte da *Várzea*; e os quais, reunidos em altura conveniente, fornecerão mais de 200 litros por segundo, permitindo o farto abastecimento da cidade, até que sua população se aproxime de 90.000 habitantes.

Mais tarde, poderá ainda ser aproveitado o *ribeirão Águas Limpas* que, à distância de 6 km da *Várzea*, oferece, em altura de cerca de 70 m acima do nível médio da *Várzea*, fornecimento superior a 700 litros por segundo, em qualquer época do ano, e só por si suficiente para abundante abastecimento de população superior a 200.000 almas; e que, reunido aos precedentes, permitirá que a população da futura cidade se eleve até 300.000 habitantes.

Para as necessidades de um futuro mais remoto, restará, finalmente, o *rio Carandaí*, que, captado acima da grande *cachoeira*, a 5 km de distância apenas da parte central da *Várzea*, poderá fornecer mais de 4.000 litros por segundo, ou 345.600.000 litros diários, correspondentes a mais de 1.000.000 habitantes, e com pressão suficiente para todos os serviços.

Assim, pois, dentro em um zona circunscrita por círculo de 6 km de raio, dispõe a *Várzea do Marçal*, de água suficiente para o farto abastecimento – a 300 litros diários por habitante – de uma cidade de mais de 1.000.000 de almas, com a pressão necessária para o serviço dos postos mais elevados e, bem assim, para o dos incêndios; o que a coloca, como dissemos, nas mais excepcionais condições a este respeito.



**Belo Horizonte** – Se bem seja o *ribeirão do Arrudas* o principal curso de água da localidade, nascendo na *serra do Curral*, a 30 km da atual povoação e correndo na direção W.ENE, com velocidade de 1,50 m por segundo, até o açude da fábrica de ferro, e, daí para baixo quebrando-se em repetidas corredeiras e cachoeiras, com volume de águas superior a 2.600 litros por segundo, que abasteceria fartamente uma população de 200.000 habitantes, a mais de 300 litros diários por habitante, não haverá necessidade de aproveitá-lo, desde logo para o abastecimento da futura cidade, e convirá mesmo deixá-lo para receptáculo das águas de esgoto, enquanto a aglomeração da população não exigir que sejam estas levadas diretamente ao *rio das Velhas*.

Há, dentro na própria localidade, vários córregos e ribeirões, afluentes todos do *Arrudas*, dos quais 12 poderão ser aproveitados para o serviço do abastecimento, fornecendo um total de 1.460 litros por segundo, capaz, portanto, de abastecer população superior a 400.000 habitantes, à razão de 300 litros diários por habitante, com carga disponível para satisfazer a todas as exigências em todos os pontos da futura cidade e mesmo para o serviço dos incêndios.

Acresce que, para recurso de futuro mais remoto, há ainda os *ribeirões dos Macacos e da Pantana*, qualquer deles mais importante que o *do Arrudas*, e que, por meio de grandes sifões de 20 a 30 km de desenvolvimento, poderão ser canalizados para o serviço da nova cidade, quando esta atingir as proporções correspondentes à necessidade de tais trabalhos.

Para as primeiras necessidades da futura cidade, enquanto não exceder a 30.000 habitantes, bastará aproveitar parte dos 230 litros por segundo, que poderão fornecer os *ribeirões Acaba-Mundo e Serra*, se as edificações forem levantadas na *esplanada* da atual povoação, ou em *Santa Cruz*; ou, então, parte dos 390 litros por segundo, dos córregos Cercado e Cercadinho, se forem levantadas nos terrenos devolutos do *Pinto*, como proficientemente mostra, em seu minucioso e bem elaborado relatório, o Sr. Dr. Samuel Gomes Pereira.

Do exposto decorre que, quanto ao volume de água disponível para o abastecimento da nova capital, se aí for ela estabelecida, corre o *Belo Horizonte* parelha com a *Várzea do Marçal*, achando-se, como esta, nas melhores condições.

**Barbacena** – A situação excepcional de *Barbacena*, elevada de muitos metros acima de tudo quanto a rodeia, coloca-a na dura contingência de não poder ser facilmente abastecida de abundante água potável; pois, nas suas cercanias, não há manancial algum que, com a conveniente diferença de nível, disponha de volume suficiente para as exigências de um grande centro de população.

A própria atual cidade, cuja população é ainda inferior a 6.000 almas, luta já com os mais sérios embaraços nesse sentido. O atual abastecimento, para que é aproveitado, à distância de 4 km, um pequeno manancial, aliás, de água de boa qualidade, fornece apenas 70.000 litros diários, correspondentes à insignificância de 12 litros diários por habitante, e isso mesmo só dispondo da insuficiente pressão máxima de 3 m nos pontos mais elevados; o que força grande parte da população a continuar no uso inconveniente de água de

poços, muitas vezes abertos ao lado dos sumidouros em que são lançadas matérias fecais, ou - o que é pior - das águas dos pequenos córregos, que, ao mesmo tempo, servem de lavanderias e vazadouros públicos.

Trata-se, presentemente, de reforçar este abastecimento, aproveitando outros mananciais situados a 10 km, para o que se fizeram já os estudos e projetos definitivos e estão chegando os materiais encomendados. O aumento, porém, será apenas de 400.000 litros diários, que elevarão o abastecimento total a 470.000, correspondentes a cerca de 80 litros diários, por habitante, para a atual população, inferior a 6.000 almas.

À razão de 300 litros diários por habitante, suprimento ora admitido como correspondente às exigências crescentes da vida moderna, esse volume mal atenderia às necessidades de uma população diminuta de 1.600 habitantes.

É certo que, no contrato celebrado pela *municipalidade* para a execução deste serviço, figura cláusula estipulando, para o contratante, a obrigação de *aumentar o suprimento segundo as necessidades resultantes do aumento da população*, mas, não se tendo fixado o volume *mínimo* diário, que deverá corresponder a cada habitante, semelhante cláusula é simplesmente ilusória e sem outro valor senão o que lhe quiser atribuir o contratante, quando julgar de interesse aproveitar-lhe o sentido convenientemente interpretado.

Após explorações cuidadosas das cabeceiras do *ribeirão Alberto Dias*, que, até 23 km de distância da localidade, apresenta ainda diferença de nível de 25 m *para menos*, e das do próprio *rio das Mortes* que, até 30 km de distância, não oferece volume nem alturas suficientes, verificou o Dr. M. Couto que só o *ribeirão Fundo*, afluente deste rio, poderá, apesar de muito mais baixo que a localidade, ser aproveitado para o abastecimento da nova cidade.

Este manancial, que é propriedade particular, poderá ser captado - por cima da cachoeira existente a 16 km da localidade, na direção SW - em altitude de 1.090 m, e, como esta cota é *inferior de 60 m* a do ponto *mais elevado* da atual cidade, onde aliás será mister dispor de pressão nunca inferior a 15 m, e, por outro lado há ainda *perda de carga*, produzida pelos 16 km de encanamento; segue-se que será indispensável *eleva a água* por meio de possantes bombas, para um reservatório inicial, que deverá ser construído em cota superior, *pelo menos de 90 m*, ao ponto em que for captada a água, isto é, na cota mínima de 1.180 m.

O volume de água total que pode fornecer este ribeirão no ponto indicado é de 1.000 litros por segundo, ou 86.400.000 litros diários, suficientes para uma população de 288.000 habitantes, à razão de 300 litros diários por habitante.

A elevação, porém, de tão colossal volume de água à altura que, nesse caso, excederia de 100 m, exigiria bombas e maquinismos tão possantes, de tão difícil e dispendiosa instalação e de tão avultado custeio, que seria imperdoável imprudência escolher-se propositalmente esta localidade para a sede de uma grande e populosa cidade, num Estado em que muitas outras se oferecem em condições menos onerosas e com mais largueza topográfica.

Para uma pequena cidade, porém, até 30.000 ou, mesmo, de 50.000 habitantes, bastará elevar de 9 a 15 milhões de litros de água diários, isto é, de 110 a 170 litros por segundo; e,

nesse caso, ficarão ainda disponíveis mais de 800 litros por segundo, que poderão ser utilizados como força motriz para acionar as bombas.

E, com efeito, exigindo a elevação a 90 m de 110 a 170 litros por segundo, força motriz de 140 a 210 cavalos, e sendo de 50 m a queda disponível, bastarão 300 a 450 litros por segundo para fornecer essa força; e como, aproveitadas mesmo para o abastecimento os 170 litros por segundo necessários para uma população de 50.000 habitantes, disporá ainda a cachoeira de mais de 800 litros por segundo, é claro que ela própria poderá fornecer a água e a força indispensáveis para o serviço do abastecimento.

Cumpra, todavia, observar que, nem por isso, deixará a instalação de ser bem dispendiosa e seu custeio oneroso, pois será mister dispor de motores e bombas em duplicata, com encanamentos também duplos, para obstar intoleráveis interrupções do fornecimento diário de água, devidas às limpezas, reparações e mesmo acidentes.

Acresce que o encanamento principal, ligando por extenso sifão o reservatório inicial ao de distribuição, situado naturalmente no *monte Mário*, terá de atravessar em pontes o *rio das Mortes* e a *Estrada de Ferro Oeste de Minas*; e, partindo da cota 1.180 m para atingir o reservatório de distribuição na de 1.165 m, atravessará o citado rio na de 1.020 m, sob pressão de 16 atmosferas, que exigirá a adoção de tubos reforçados.

**Juiz de Fora** - Sem recorrer ao *rio Paraibuna*, cujas águas são potáveis, se bem não da melhor qualidade, dispõe esta importante cidade de numerosos *córregos e ribeirões*, que afluem àquele rio nas suas imediações e que poderão fornecer água suficiente para população superior a 400.000 habitantes.

Com efeito, sem incluir as águas dos *ribeirões do Nico, da Feira, da Cachoeirinha, do Franklin e dos Burros*, há, no trecho compreendido entre a atual cidade e *Benfica*, nada menos de *seis riachos* que, captados à pequena distância e em altura mais que suficiente para satisfazer a todas as exigências da futura cidade, poderão fornecer, reunidos, mais de 700 litros por segundo, ou 61.432.000 litros diários, correspondentes a população superior a 200.000 habitantes, dispondo de 300 litros diários para cada um.

São esses riachos os denominados: *da Graminha* (com mais de 103 litros por segundo), *da Gratidão* (com mais de 134), *do Linhares* (com mais de 154), *da Grama*, (com mais de 245), *do Inácio Gama*, (com mais de 48) e, finalmente, *do José Honório* (com mais de 28 litros por segundo).

Vê-se, pois, que *Juiz de Fora* não se acha, quanto à água de que pode dispor para o abastecimento da nova capital, em condições de inferioridade às demais localidades.

**Paraúna** - Dispõe esta localidade de extraordinária fartura de água para o abastecimento, nas mais largas proporções, de grande população; pois, além da Cachoeira do Paraúna, que, a 15 km da localidade, poderá fornecer nada menos de 17.000 litros por segundo, com altura disponível superior a 80 m, há ainda a Cachoeira do Capivara que, a 30 km de distância, poderá fornecer mais de 700 litros por segundo, com altura disponível superior a 90 m.

Os pequenos córregos que regam a localidade são de águas pronunciadamente salitrosas; e o rio Cipó, afluente da margem esquerda do Paraúna, carrega a má fama de produzir o “bócio”, afirmando-se que, entre os moradores de suas margens, causa espécie o aparecimento de qualquer pessoa isenta dessa deformação, o que, se não é de todo exato, constitui, todavia, suspeita que merece ser respeitada, enquanto estudos sérios e concludentes a não tiverem dissipado, demonstrando a inocuidade dessas águas.

Do exposto, cujos desenvolvimentos encontram-se nos relatórios anexos dos meus ilustres companheiros, conclui-se que:

1º) **A Várzea do Marçal, Belo Horizonte, Juiz de Fora e Paraúna** acham-se nas melhores condições para atender ao conveniente abastecimento da nova capital, quer para as necessidades iniciais, em que convém restringir as despesas, quer para as de largo futuro, e dado mesmo grande desenvolvimento de população.

2º) **Barbacena** só poderá dispor de água suficiente para 288.000 habitantes, elevando por meio de possantes bombas a vapor a mais de 100 m de altura um volume colossal de 1.000 litros por segundo, ou 86.400.000 litros diários; e, mesmo para população não excedente de 50.000 habitantes, precisará instalar bombas hidráulicas capazes de, aproveitando a própria força produzida pela queda de água do ribeirão Fundo, elevar a 90 m de altura, pelo menos, cerca de 200 litros de água por segundo, ou 15.000.000 de litros diários.”

§2º – **Qualidade das águas aproveitáveis** – No intuito de verificar se as águas disponíveis, em cada uma das localidades estudadas, poderiam ser aceitas como de boa qualidade e em condições de potabilidade, recorremos ao ilustre Sr. Dr. Enes de Sousa, digno diretor da Casa da Moeda, que dispõe de excelente laboratório químico, autorizado e competente, e oferecendo, além disso, a mais perfeita garantia de seriedade e isenção de ânimo.

Tendo de proceder, sem prejuízo de seus trabalhos próprios, à análise de 11 amostras de águas diversas, que só lhe puderam ser enviadas em meados de março, e devendo apresentar os resultados antes do fim de maio, é natural que esse estabelecimento não pudesse realizar análises minuciosas e completas sob todos os pontos de vista.

O que é fato, porém, é que, da melhor vontade e revelando o mais sincero desejo de auxiliar os trabalhos desta “Comissão”, o “Laboratório químico da Casa da Moeda”, correspondendo às recomendações do ilustre diretor, fez quanto era possível no curto prazo de que dispunha, e o quanto, aliás, bastava para a natureza destes estudos preliminares, que não têm, nem podem ter, a pretensão de oferecer dados definitivos.

Não há dúvida de que análises bacteriológicas elucidariam muito mais todas as questões que podem suscitar a composição das águas; mas, além de que a Comissão afastou cautelosamente, em cada localidade, as águas que poderiam dar ensejo a quaisquer suspeitas, tais como a do Paraíbuna em *Juiz de Fora*, do Mortes em *Barbacena* e na *Várzea do Marçal* e do Cipó no *Paraúna*, as análises apresentadas pela Casa da Moeda são análogas às que comumente se fazem, quando se trata apenas de conhecer se têm condições de potabilidade, águas que bebidas já, nenhum inconveniente de nota têm oferecido à saúde.

Devo mesmo acrescentar que, tratando-se de simples estudos preliminares, poderia ter-se esta *Comissão* limitado à aplicação direta, nas próprias localidades, dos processos aproximativos e rápidos, como a *hidrotimetria*, ou *ensaio a permanganato de potassa*; - recorrendo, pois, ao auxílio do *Laboratório Químico da Casa da Moeda*, foi além dos limites traçados pelas próprias *Instruções* e impostos pela estreiteza do tempo.

E, só a convicção segura de que ali encontraria mais decidida boa vontade em auxiliá-la, determinou esta *Comissão* a tentar a análise química das diversas águas indicadas nas diferentes localidades para o abastecimento da nova capital mineira.

Tentei também obter algumas análises de águas no *Laboratório Nacional de Análises*, para o que solicitei permissão ao Sr. ministro da Fazenda, Ex<sup>ma</sup>. tenente-coronel Dr. Inocêncio Serzedelo Correia, que prontamente me concedeu. A comunicação do seu assentimento, porém, remetida para o *Paraúna*, onde me achava então, desencontrou-me e só me veio ter às mãos em fins de abril, de modo que o *Laboratório* não pôde fornecer-me as análises das amostras de águas, que lhe apresentei, a tempo de serem incluídas no presente relatório. Apenas algumas de *Juiz de Fora*, apresentadas antes pelo Dr. Raja Gabaglia diretamente, puderam ser aproveitadas.

Nos seus relatórios, que revelam a competência e a dedicação com que efetuaram os estudos de que se encarregaram, apresentam os meus distintos colegas as análises das respectivas águas e mostram que os resultados são mais ou menos satisfatórios.

Por minha parte, cabe-me apenas aproximar todos os resultados obtidos, no seguinte quadro comparativo, que permite, à simples inspeção, conhecer quais são, das 10 águas analisadas, as que melhores condições de potabilidade oferecem:

# QUADRO COMPARATIVO

ESPECIFICAÇÕES	VÁRZEA DO MARÇAL		BELO HORIZONTE			BARBACENA	JUIZ DE FORA		PARAÚNA	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
	Córregos da Serra de São José	Ribeirão Águas Limpas	Ribeirão Acaba-Mundo	Ribeirão da Serra	Córrego do Cercadinho	Ribeirão Fundo	Atual abastecimento	Rio Paraibuna	Rio Paraúna	Rio Capivara
<b>I Caracteres físicos</b> Limpidez	Perfeita	Levemente turva	Perfeita	Perfeita	Perfeita	Levemente turva	Muita	Levemente turva	Turva	Turva
Cheiro	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Desagradável
Sabor	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum
<b>II Dosagem química em um filtro de água filtrada evaporada</b>	g.	g.	g.	g.	g.	g.	g.	g.	g.	g.
Ácido silício	0.0090	0.0080	0.0060	0.0070	0.0030	0.0070	0.0050	0.0060	0.0060	0.0050
Ácido sulfúrico	0.00210	Traços	Traços	Traços	Traços	0.0006	Traços	0.002	0.0003	Traços
Ácido azótico	Traços	Traços	—	—	Traços	—	Traços	—	—	Traços
Ácido carbônico	—	Traços	—	—	—	—	—	—	—	—
Óxido férrico e alumina	0.00250	0.0530	0.0005	0.0010	0.0040	0.0014	0.0060	—	0.0017	0.00075
Cal	0.00300	0.0400	0.0095	0.0060	0.0076	0.0020	0.0050	0.0040	0.0020	0.0004
Magnésia	Traços	Traços	0.0040	Traços	Traços	Traços	Traços	Traços	Traços	Traços
Potassa e soda	0.00290	0.00300	Traços	Traços	0.0025	0.0018	0.0050	0.0080	Traços	Traços
Cloro	0.00250	0.00120	0.0006	0.0010	0.0030	0.0012	0.0010	0.0090	0.0060	0.00250
Amônia	0.00025	0.00015	—	—	0.0002	—	Traços	Traços	Traços	0.00045
Matérias orgânicas e perda	0.00375	0.00835	0.0041	0.0090	0.0057	0.0160	0.0025	0.006	0.0140	0.01990
Resíduos totais	0.02600	0.03800	0.0250	0.0230	0.0260	0.0300	0.0215	0.032	0.0290	0.02900
<b>III. Gases contidos num litro de água a 25° de temperatura</b>	c.c.	c.c.	c.c.	c.c.	c.c.	c.c.	c.c.	c.c.	c.c.	c.c.
Azoto	14.8	13.5	9.3	11.9	13.2	11.9	16.8	15.3	11.9	13.8
Oxigênio	4.8	6.1	13.6	10.2	6.1	6.8	5.0	5.0	10.2	7.9
Ácido carbônico	1.2	1.6	2.5	1.7	1.7	1.7	1.6	1.7	3.4	3.5
Totais	20.8	21.2	25.4	23.8	21.0	20.4	23.4	22.0	25.5	21.2

Cumprе observar que, em *Juiz de Fora*, não são as duas águas incluídas nesse quadro as indicadas como preferíveis para o serviço iniciado do abastecimento da nova capital, e sim as do *ribeirão da Grama* e do riacho da Gratidão. Analisada no *Laboratório Nacional de Análises* pelo ilustre Sr. Dr. Borges da Costa, acusou a primeira (*Grama*), em 0.g 040 de resíduo 0.g 013 de *matérias orgânicas*, e a segunda (*Gratidão*), analisada no *Laboratório Químico da Companhia Organização Agrícola de Juiz de Fora* pelo abalizado Sr. E. Arnoux, acusou, em 0.g 071 de resíduo, 0.g 0062 de *matérias orgânicas*.

Como, porém, essas águas, cujas proporções de *matérias orgânicas* são, respectivamente, de 32.5% (para a do *Grama*) e de 8.7% (para a do *Gratidão*), parecem equivaler, em grau de potabilidade, às duas incluídas no quadro acima, cujas proporções são, respectivamente, 18.7% (para a do Paraibuna) e de 10.2% (para a do *atual abastecimento*), acreditamos que a substituição não altera sensivelmente os termos da comparação.

Da simples inspeção deste quadro deduz-se que as 10 águas analisadas, apresentando *resíduos* quase equivalentes, acusam, entretanto, a existência de *matérias orgânicas* em bem diferentes proporções, como indica o seguinte quadro:

Designação das águas	Localidades	Resíduo	Matéria orgânica	Outras substâncias	Porcentagem matéria orgânica
		g.	g.	g.	
1. Rio Capivara	Paraúna	00.290	0.0199	0.0091	68.6%
2. Ribeirão Fundo	Barbacena	0.0300	0.0160	0.0140	53.3%
3. Rio Paraúna	Paraúna	0.0290	0.0140	0.0150	48.3%
4. Ribeirão da Serra	Belo Horizonte	0.0230	0.0090	0.0140	39.1%
5. Ribeirão Águas Limpas	Várzea do Marçal	0.0300	0.00835	0.02165	27.8%
6. Córrego do Cercadinho	Belo Horizonte	0.0260	0.0057	0.0203	21.9%
7. Rio Paraibuna	Juiz de Fora	0.0320	0.0060	0.0260	18.7%
8. Ribeirão Acaba-Mundo	Belo Horizonte	0.0250	0.0044	0.0206	17.6%
9. Córregos da Serra S. José	Várzea do Marçal	0.0260	0.00375	0.02225	14.4%
10. Atual abastecimento	Juiz de Fora	0.0245	0.0025	0.0220	10.2%

(À última hora recebi, do *Laboratório Nacional de Análises*, os resultados das análises ali feitas sobre amostra das águas dos rios *Paraúna e Capivara*, ribeirões *Fundo e Águas Limpas* e córregos da *Serra de S. José*; e, como não diferem sensivelmente dos obtidos na *Casa da Moeda*, deixo de incluí-los para não demorar mais a impressão do presente relatório)

É fato, portanto, que algumas dessas águas (uma do *Paraúna* e a de *Barbacena*, sobretudo) acusam dosagem excessiva de *matérias orgânicas*; porém, além de que tais matérias provêm de *detritos vegetais* que diminuirão desde que, sendo elas aproveitadas, houver cuidado de limpeza constante nas represas, cumpre notar que, nas quantidades indicadas como *matérias orgânicas*, foram incluídas também, em todas as análises, as *perdas*.

Nem por isso, todavia, é menos verdade que as águas daquelas duas localidades não deverão ser fornecidas à população sem prévia filtragem, salvo se nos *estudos definitivos* verificar-se que semelhante cautela será dispensável.

Ainda, portanto, sob o ponto de vista da *qualidade das águas aproveitáveis*, acham-se *Barbacena* e *Paraúna* em condições de inferioridade às demais localidades.

**§3º Avaliação aproximada das obras indispensáveis** – No intuito de apreciar o custo *mínimo* das obras que, em cada localidade, exigirá a execução do abastecimento de água indispensável à instalação da nova capital, e calculando que, em qualquer delas, a população se elevará, dentro nos primeiros dez anos, a 30.000 habitantes, pelo menos, determinei que, nestes limites, cada um dos ilustres engenheiros residentes apresentasse a sua respectiva avaliação, tendo em vista não só a organização dos estudos definitivos completos, como também o aproveitamento dos mananciais mais convenientes e os meios mais seguros de garantir suprimento regular e satisfatório em todos os pontos da futura cidade, mesmo os mais elevados, e que se prestem também ao serviço da extinção de incêndios.

As avaliações apresentadas são as seguintes, como consta dos relatórios parciais:

Localidades	Organização dos estudos definitivos completos para o abastecimento para 200.000 habitantes	Custo mínimo provável das obras que exigirá, desde logo, o abastecimento para 30.000 habitantes	Total mínimo da despesa que, a este respeito, exigirá a instalação da nova capital
Várzea do Marçal	44:000\$000	1.195:000\$000	1 539:000\$000
Belo Horizonte	66:000\$000	1.495:000\$000	1 561:000\$000
Barbacena	77:000\$000	2.645:000\$000	2.722:000\$000
Juiz de Fora	55:000\$000	1.725:000\$000	1.780:000\$000
Paraúna	46:000\$000	1.725:000\$000	1.771:000\$000

Simples estimativas feitas por avaliação ligeira, atendendo às distâncias a vencer, às dificuldades oferecidas pela topografia local, aos diâmetros e espessuras das canalizações, aos meios artificiais necessários para a elevação da água - não podem estas cifras pretender aceitação como definitivas; fixadas, porém, cuidadosamente por meio de prévias avaliações parciais -, representam com suficiente aproximação o ônus que ao Estado de Minas Gerais exigirá a instalação, em cada uma das localidades estudadas, de regular serviços de águas para as necessidades dos primeiros anos do funcionamento da nova capital.

Como é natural, atentas suas excepcionais condições topográficas e a circunstância favorável de terem todos os córregos aproveitáveis suas cabeceiras na *própria serra de S.*



*José*, em que se encosta - é a *Várzea do Marçal* a localidade em que menos dispendiosa será semelhante instalação; seguindo-se-lhe, em ordem crescente de despesa, *Belo Horizonte*, *Paraúna* e *Juiz De Fora*, estas duas quase que com dispêndios equivalentes; e, finalmente, *Barbacena*, com dispêndio muito maior, por causa dos aparelhos elevatórios de que carece e das más condições de sua topografia que, como notamos, exigirão canalizações mais reforçadas.

Comparadas, pois, sob o ponto de vista do abastecimento de água, as cinco localidades estudadas obedecem à seguinte classificação, por ordem de preferência, segundo as vantagens que, a este respeito, oferecem. *Várzea do Marçal*, *Belo Horizonte*, *Juiz de Fora*, *Paraúna* e *Barbacena*.

**III – Esgoto geral de imundícies, matérias fecais e águas servidas e pluviais** – Se abundante suprimento de água, estabelecido nas melhores condições possíveis de regularidades e distribuído a todos os pontos com a conveniente pressão, é a base essencial do saneamento de qualquer localidade povoada, não menos indispensável é, para mantê-lo e garanti-lo, que todo esse volume de água, depois de servida nos usos domésticos e nas irrigações e lavagens das ruas e praças, encontre fácil e pronta evacuação que a leve, com as impurezas que acarreta, para fora da cidade.

E nem basta que toda a massa de imundícies produzidas pela vida diária seja fácil e prontamente transportada para fora da cidade, à medida que se vai formando, de modo que a limpeza interna seja sempre completa; é, ainda, mister que, assim transportada, não fique depositada em nem um ponto das circunvizinhanças da cidade, com prejuízo dos habitantes de tais lugares, e o perigo de desenvolver moléstias que, irradiando-se pela propagação, vão assolar a própria cidade que se procurou sanear.

Assim, pois, o saneamento *interno* das cidades precisa ser completado pelo saneamento *externo*.

Para o primeiro, têm sido preconizados vários *sistemas de esgotos* para as águas servidas e pluviais e as matérias por elas acarretadas, e vários sistemas de colheita e transporte de lixo.

Dentre estes últimos, vai tendo, com justa razão, preferência o da colheita diária - nas casas, ruas e logradouros públicos, durante as primeiras horas do dia - do lixo produzido na véspera, em carrocinhas fechadas e de fácil asseio, e o rápido transporte, por via férrea, para ponto apropriado, previamente escolhido a considerável distância do centro povoado; e, dentre os *sistemas de esgoto*, avanta-se o de - *tudo ao esgoto* - em que todas as águas servidas, de qualquer natureza que sejam, e, bem assim, todas as matérias que elas possam acarretar, são reunidas em *coletores principais* que as evacuam para fora da cidade.

Quanto ao saneamento *externo*, é garantido e mantido, já pela *incineração* do lixo em fornos especiais, que de dia para dia mais se aperfeiçoam e melhores resultados oferecem, já pelo desaparecimento das águas de esgoto despejadas, depois de conveniente desinfecção num rio caudaloso, ou no mar, ou, então, pela respectiva epuração<sup>228</sup> pela absorção pelas terras, aplicadas, ou não, ao cultivo.

A experiência, já bastante larga, de inúmeras cidades da Europa, principalmente da Inglaterra, o parecer dos mais conceituados higienistas, as experiências científicas dos mais autorizados microbiologistas, as vantagens que usufrui a agricultura da utilização de tão precioso fertilizante, demonstram que, no estado atual dos conhecimentos humanos, a epuração das águas de esgoto pela absorção pelas terras cultiváveis é, sem contestação, o melhor e mais completo de quantos processos práticos têm sido propostos e aplicados, sobretudo quando se trata do saneamento de uma grande e populosa cidade.

Estando, porém, estabelecido, pelas análises e investigações até o presente feitas, que, para uma fertilização conveniente, o volume *anual* das águas de esgoto aproveitadas não deve de exceder de 10.000 m<sup>3</sup> por *hectare*, e que, quando a epuração é feita sem preocupação do cultivo das terras, esse volume pode elevar-se\* até 200.000 m<sup>3</sup>, segue-se que, para uma cidade moderna de 200.000 habitantes, abastecida de abundante água potável à razão de 300 litros diários por habitante, no mínimo, e em que se deve contar, portanto, com volume de águas de esgoto *superior* a 22.000.000 m<sup>3</sup>, por ano, será mister dispor, nas cercanias, de 2.200 ha de *terras cultivadas*, ou, pelo menos, de 110 ha próprios para a epuração simples; sendo que tais áreas devem ser muito maiores, para atender ao desenvolvimento, sempre crescente e rápido, da cidade.

Demais, o processo adotado até o presente em todas as cidades que têm empregado esse sistema, e reconhecido pela experiência como *único prático*\*\* para a conveniente epuração das águas de esgoto pelas terras, exige que estas permitam, por sua configuração topográfica, a construção, em cada lote de terreno, de um canal aberto com suave declividade, que, recebendo as águas no ponto mais elevado, as espalhe, por meio de valas, sarjetas e regos, pela superfície das terras, em todas as direções.

Ora, em nenhuma das localidades estudadas, nem mesmo na *Várzea do Marçal* e em *Juiz de Fora*, há área suficiente e menos configuração topográfica apropriada pela adoção desse sistema aperfeiçoado de epuração pelas terras.

Felizmente, porém, em cada uma delas há rio caudaloso que, sem inconvenientes, pode receber e apurar as águas dos esgotos, diluindo, em grandes massas de águas puras e muito agitadas por quedas repetidas, as matérias sólidas que forem acarretadas.

E nem há higienista que – ainda mesmo preferindo, como é natural, o primeiro sistema – conteste que este outro pode e deve substituí-lo em muitos casos.

A este respeito *Arnould*, autoridade da maior competência, diz:

*Les villes qui déversent leur immondices aux fleuves, d'une façon voulue, les font déboucher en aval; or les riverains du cours inférieur ne sont pas aussi compromis que les commissions anglaises l'ont prétendu. Le fleuve se purifie lui-même, ainsi que l'ont prouvé les recherches faites sur la Seine, le Danube, l'Isar, l'Elbe, et les fleuves américains... Avant*

\* PIGNANT, P. *Principes d'assainissement*, 2. edition, Paris, 1892, p. 26.

\*\* PIGNANT, P. *Op. cit.*, p. 255.

*d'entrer dans Londres, la Tamise, a déjà reçu les immondices de 800.000 personnes et, cependant, on y trouve à peine des traces d'ammoniac.\**

E Pignant, entusiasta acérrimo da epuração pelas terras, depois de ponderar que não só é *difficile* encontrar as enormes superfícies necessárias para a epuração das águas de esgoto de uma grande cidade, como também são enormes as despesas que exigem a aquisição e o conveniente preparo delas, declara terminantemente:

Malgré la netteté des conclusions que nous venons de poser, nous croyons qu'on ne saurait être ***tout à fait absolu*** qu'au sujet de ***la nécessité de l'évacuation hors de la ville des eaux impures*** Il est certains cas où, *dans le but d'éviter de trop grandes dépenses, ces eaux peuvent, sans trop d'inconvénient, être déversées purement et simplement à la rivière...* En résumé, lors que, d'une part, *les dépenses qu'entraînerait l'épuration des eaux impures par épandage sur le sol sont hors de proportion avec les avantages qu'on peut retirer de leur utilisation agricole et que, d'autre part, le cours d'eau voisin débite au minimum plus de cent fois le volume des eaux d'égout*, une ville peut se contenter de déverser ces dernières dans le cours aval de la rivière.\*\*

E se os próprios corifeus da epuração pelas terras – entre os quais avulta, por seu entusiasmo e sua alta competência, o ilustre Pignant – confessam que, em certos casos, podem as águas de esgoto ser lançadas, sem inconvenientes *pura e simplesmente* no rio próximo, quando o volume das águas deste seja no mínimo 100 vezes o daquelas, não pode haver motivo para a mínima hesitação em aproveitar o rio próximo para despejo das águas de esgoto de qualquer cidade, desde que, além do grande volume de suas águas, ofereça esse rio, a jusante, corredeiras e cachoeiras, e haja, demais, o cuidado de estabelecer a desinfecção prévia dessas águas, por meio dos mais aperfeiçoados processos químicos, antes de lançá-las no rio.

Entre as localidades estudadas, avantajam-se, sob este ponto de vista, como se evidencia dos relatórios parciais e plantas a este anexados:

Em primeiro lugar, a *Várzea do Marçal*, que dispõe do rio das Mortes, cujo volume de águas eleva-se a 39.000 litros por segundo, reforçado ainda pelo Carandaí, abaixo de cuja confluência terá de ser efetuado o despejo, e precipitando-se em várias corredeiras e cachoeiras até lançar-se no rio Grande, e que oferece a mais conveniente declividade para os coletores principais, e permite também que os secundários sejam dispostos, em qualquer direção, com declividades apropriadas; em segundo lugar, Paraúna que, embora acidentada e exigindo canalizações mais dispendiosas, dispõe do *rio Paraúna*, cujo volume excede, depois de reforçado pelo *Cipó*, de 20.000 litros por segundo; em terceiro lugar, *Belo Horizonte*, que, enquanto a população não exceder a 30.000 habitantes, poderá aproveitar o próprio ribeirão do Arrudas, cujo volume é de 2.800 litros por segundo e as águas são agitadas por muitas corredeiras e cachoeiras, e, mais tarde, quando a população exceder

\* ARNOULD. *Éléments d'hygiène*. Paris, 1881.

\*\* PIGNANT. Op. cit., p. 293-294.

àquele limite, disporá do *rio das Velhas*, dando aos *coletores principais* o desenvolvimento de 15 km para atingi-lo; e, finalmente, em quarto lugar, *Juiz de Fora* que, embora disponha do rio *Paraibuna*, cujo volume é de cerca de 18.000 litros por segundo, precisará, desde logo, desenvolver seus *coletores principais* por alguns quilômetros até abaixo da queda já aproveitada atualmente para o serviço da iluminação.

Quanto a *Barbacena*, é força confessar que a instalação dos esgotos não encontra análogas facilidades. O rio que se presta a receber as águas de esgoto é o *das Mortes*, que corre a 8 km de distância, com volume de 10.000 litros por segundo e precipita-se em várias corredeiras e cachoeiras antes de atingir a cidade de *S. João del Rei*. Mas, como a nova cidade ficará dividida – pelo divisor das águas desse rio das do seu *afluente ribeirão Alberto Dias* – em duas vertentes, a rede dos esgotos precisará necessariamente de *dois coletores principais independentes*, dos quais um irá despejar diretamente naquele rio a 8 km de distância, e o outro, no *ribeirão Alberto Dias*, a 12 km de distância, o que exigirá instalação dupla de aparelhos de desinfecção, em pontos bastante afastados, e com economia de custeio distinta.

Acresce ainda que, sendo consideráveis as diferenças de nível entre o ponto central da futura cidade e os dos despejos, e não convindo dar aos coletores dos esgotos declividades forçadas, será mister dar a tais coletores desenvolvimento muito maior que as distâncias acima mencionadas, ainda mesmo procurando obviar esse inconveniente por meio de saltos.

Relativamente à despesa *mínima* que exigirá a execução das respectivas obras, em cada localidade, o seguinte quadro indica qual a classificação aplicável:

Localidades	Organização dos estudos definitivos (para 200.000 habitantes)	Execução das obras (para 30.000 habitantes)	Despesa mínima provável a efetuar
1. Várzea do Marçal	55:000\$000	1.725:000\$000	1.780:000\$000
2. Belo Horizonte	77:000\$000	1.840:000\$000	1.917:000\$000
3. Paraúna	55:000\$000	2.300:000\$000	2.355:000\$000
4. Juiz de Fora	77:000\$000	2.415:000\$000	2.492:000\$000
5. Barbacena	88:000\$000	3.450:000\$000	3.538:000\$000

Simplees estimativas não baseadas em estudos definitivos, que permitissem a organização de orçamentos regulares, só podem essas avaliações representar, aproximadamente, as dificuldades, ou facilidades, que as diversas localidades oferecem à instalação de um bom sistema geral de esgoto.

**IV – Edificação da nova capital e construções em geral** – Quer para a edificação da nova capital, quer para as construções que, de futuro, tenham aí de ser executadas, oferecem todas as localidades, com mais ou menos largueza, os necessários recursos, já oferecendo solo que dispensa, em geral, quaisquer trabalhos especiais para as fundações, já dispondo, nas proximidades, de abundantes materiais de toda sorte e de excelentes qualidades.

Haverá, é certo, a princípio, alguma escassez de operários; mas as vias férreas facilitarão a concorrência e, dentro em pouco, não se fará mais sentir esse embaraço.

Julgo-me dispensado de repetir neste lugar as exposições claras e concludentes que, a tal respeito, fazem, em seus relatórios, os meus ilustres colegas e, com especialidade, os Drs. Samuel Gomes Pereira e J. de Carvalho Almeida; tanto mais quanto às coleções de amostras, que acompanham o presente relatório, completam e corroboram quanto afirmam esses dignos profissionais.

Sob esse ponto de vista, é difícil dizer qual das localidades se avanteja às demais, e, portanto, classificá-las convenientemente por ordem de merecimento relativo. Apenas se pode ponderar que, naturalmente, *Paraúna* lutará, nos primeiros tempos, com a escassez de mão-de-obra, por causa de sua posição afastada das vias férreas; como, porém, há no *Estado de Minas Gerais* grande população esparsa, é possível que as obras da nova capital determinem a reunião, no ponto escolhido, de muitos trabalhadores e operários.

É inquestionável que, na *Várzea do Marçal* e em *Barbacena*, a edificação da nova capital encontrará maior quantidade de terrenos devolutos, não só para os edifícios e logradouros públicos, como ainda para a venda a particulares, em lotes medidos e demarcados. Não é, porém, menos certo que, nas demais localidades, sobretudo em Belo Horizonte, as desapropriações poderão ser fartamente compensadas pela revenda dos lotes demarcados, depois de organizado o plano da futura cidade.

Penso que a procura de lotes de terrenos na futura cidade será tal que, se o Estado se dispuser a ir cedendo-os, por venda, à proporção que forem sendo abertas as ruas e praças, estabelecida previamente cuidadosa série de preços por *metro quadrado*, conforme a localização e mais vantagens de cada lote, não precisará aplicar à execução das obras públicas da nova capital mais de 3 a 4 mil contos de réis.

Com efeito, devendo ser de 3.000.000 de m<sup>2</sup>, no *mínimo*, a área desde logo demarcada, arruada e dividida em lotes para uma população de 30.000 habitantes, supondo que só metade dessa área possa ser reservada para edificações particulares, ficando a outra para as ruas, praças, logradouros e edifícios públicos, poderá ainda o *Estado* dispor, desde logo, de 1.500.000 m<sup>2</sup> de terrenos edificáveis. Admitindo mesmo que só 2/3 dessa área possam ser vendidos, durante a execução das obras indispensáveis ao regular funcionamento da nova capital e que os preços de venda não possam elevar-se - o que aliás não creio - acima da média geral de 5\$000 por m<sup>2</sup>, ainda assim poderá o *Estado* contar cerca de 5.000:000\$ para auxílio das obras a executar, ficando ainda com grande área de terrenos edificáveis, não só dentro no perímetro que for fixado para a cidade até 30.000 habitantes, como também fora desse perímetro.

Cumprе observar que, nas avaliações das despesas *que exigirão estudos definitivos e organização do projeto da nova capital*, tomou-se para base uma população de 200.000 habitantes, e somente para a avaliação das *obras a executar desde logo* serviu de base a população incipiente de 30.000 habitantes; o que quer dizer que, projetada a nova cidade

e aprovado o projeto, o *Estado* poderá ir dispondo, se assim o entender conveniente, desde logo, dos terrenos de sua propriedade situados fora do perímetro traçado para as primeiras necessidades da população.

Parece-me que um crédito de 3 a 4 mil contos, posto à disposição do *Poder Executivo* do Estado, será suficiente para a execução das obras indispensáveis ao regular funcionamento da nova capital, se a esse *Poder* for dada autorização para vender os lotes de terreno, que, no plano aprovado, tiverem sido reservados para edificações particulares.

Para mais esclarecimento poderão ser consultados, com vantagem, os relatórios parciais que se acham anexados, nos quais esse assunto se acha desenvolvido com proficiência e perfeito conhecimento de causa; e, também, a primeira parte desta exposição, em que me ocupei das condições topográficas de cada uma das localidades.

**V – Recursos de vida** – Reporto-me igualmente, sobre esse assunto, aos bem elaborados relatórios dos meus ilustres colegas, parecendo-me dispensável que eu insista sobre ponto em que, como é sabido, a classificação das localidades estudadas está já feita pela posição respectiva de cada uma.

É assim que, sob esse ponto de vista, cabe – como era de prever – a primazia a *Juiz de Fora*, que, além de ser por bem dizer a porta do Estado de Minas Gerais, é o centro comercial da região da Mata, onde a cultura se acha já bastante desenvolvida. Tem, pois, a bela e florescente cidade todos os elementos de sólida garantia para os recursos de vida indispensáveis a uma grande e populosa cidade.

Seguem-se-lhe Barbacena e Várzea do Marçal, que dispõem ambas não só de boas terras, já experimentadas, nas circunvizinhanças, para o exercício da pequena cultura e de excelentes pastagens para a engorda e desenvolvimento de gado de toda espécie, como também acham-se já ligadas, por meios rápidos de transportes, aos principais centros produtores e importadores, quer do *Estado Mineiro*, quer mesmo da *União Brasileira*.

A situação de Belo Horizonte, em meio de excelentes terras para cultura variada e cercada de vastos campos de exuberante pastagem da melhor qualidade, coloca-a também em posição de poder garantir fartos recursos de vida à cidade que aí se estabelecer, ainda quando atinja considerável desenvolvimento, desde que uma via férrea ligue-a, de um lado, Estrada de Ferro Central do Brasil, e, do outro, ao vale do rio Paraopeba e à Estrada de Ferro Oeste de Minas.

À própria *Paraúna*, finalmente – que não dispõe ainda de meios rápidos e fáceis de comunicação, nem com os grandes centros produtores do *Estado*, nem com os portos importadores da *República*, e cujos terrenos próximos não parecem dos mais aptos para a cultura apropriada à pequena lavoura, mas que está cercada de ótimos campos de pastagem, em que já prosperam algumas fazendas, e que muito breve poderá achar-se ligada por navegação fluvial às margens férteis do *S. Francisco* –, não faltarão, por certo, de futuro, todos os recursos de vida exigidos por um grande centro de população desde que aí se estabeleça a nova capital mineira, que determinará maior presteza nas obras de construção

das vias férreas que nessa direção tendem a internar-se, atravessando o território mineiro em várias direções.

**VI – Iluminação pública e particular** – Não teria absolutamente cabimento que, repetindo quanto tenho escrito sobre esse assunto, em mais de dez anos de persistente propaganda, pretendesse eu demonstrar neste lugar as excelências da *iluminação elétrica*, quer sob o ponto de vista econômico, quer sob o da higiene.

Demais, seria inadmissível que, edificando-se na atualidade uma cidade moderna dotada de todos os meios práticos de conforto, outro fosse o sistema adotado para sua iluminação pública e particular, que não o da *eletricidade*, quando as velhas cidades de todo o mundo fazem os mais heróicos esforços para, libertando-se dos pesados encargos que as prendem a custosas instalações, de iluminação a gás, adotar de vez a nova luz, que não é mais *a luz do futuro*, da retórica costumeira, porém constitui já a verdadeira *luz do presente*.

Assim, pois, não há discutir que é esta a única iluminação aceitável para a nova capital mineira, seja qual for a localidade escolhida para sua edificação.

Cumpre-me, porém, não alimentar a esperança illusória, em que se labora geralmente, acreditando que, em algumas dessas localidades, há forças naturais, devidas a quedas de água capazes de bastar ao serviço completo da iluminação pública e particular de uma grande e vasta capital.

Para a iluminação elétrica por *incandescência* – que é a que melhor se presta, por sua conveniente divisibilidade, a todos os usos – é requerida *a força de um cavalo-vapor para acionar cada grupo de 8 lâmpadas normais de 16 velas* e, como em qualquer cidade não se deve contar, para a iluminação pública e particular, com menos de *uma lâmpada por habitante*, é claro que, para uma população de 200.000 habitantes, serão precisos 25.000 cavalos-vapor de força motriz, e, mesmo para a de 30.000 habitantes, serão precisos 3.750 cavalos-vapor.

Ora, a *Cachoeira do Carandaí*, na *Várzea do Marçal*, dispõe apenas de 1.400 cavalos-vapor (4.000 litros por segundo e 35 m de queda); a do *Paraibuna*, em *Juiz de Fora*, já utilizada para a atual iluminação, dispõe de 6.000 cavalos-vapor, e a do próprio *Paraúna*, nessa localidade, apesar de seus 17.000 litros por segundo e 79 m de queda, não pode fornecer mais de 13.500 cavalos-vapor.

Em *Barbacena* e *Belo Horizonte* não há cachoeiras que pudessem ser apontadas como capazes de fornecer a força motriz requerida pelo serviço de iluminação da futura capital.

Onde, pois, os 25.000 cavalos-vapor indispensáveis, no mínimo, para garantir a iluminação de uma grande e vasta cidade de 150 a 200 mil habitantes?

Mas, recorrendo mesmo à produção da força motriz pelo carvão de pedra, a iluminação elétrica é, sem contestação, preferível, sob todos os pontos de vista, à de qualquer outro sistema; é a única, na atualidade, compatível com o conforto de uma cidade moderna, edificada segundo as prescrições da arte de construir e as da higiene sanitária.

E, como não há ainda no *Estado de Minas Gerais* jazidas conhecidas e menos explora-

das de carvão mineral, é força confessar que, dentre as cinco localidades, é ainda *Juiz de Fora* a que se acha em melhores condições para o custeio do serviço de iluminação, seguindo-lhe *Barbacena* e *Várzea do Marçal*, em igualdade de condições, *Belo Horizonte*, e, finalmente, *Paraúna*.

Manda a justiça, porém, que fique acentuada a observação de que, até os 90.000 habitantes para os quais dispõe de área conveniente, como vimos, poderá esta última localidade dispensar a importação do carvão mineral para o serviço de iluminação, mesmo tirando *ao rio Paraúna* os 300 litros de água por segundo necessários para o abastecimento.

**VII – Viação em geral** – Não me compete - nem me sobra tempo para tal - indicar, nesta ocasião, quais as linhas férreas ainda a construir no território mineiro, para complemento do plano geral da viação estadual, mas, simplesmente, apontar as linhas especiais que porventura exijam o estabelecimento da nova capital, em qualquer das cinco localidades indicadas, para ficar ligada, por meios fáceis e rápidos de comunicação, com todas as principais zonas do grande *Estado*, de modo que a ação política e administrativa possa atuar com a indispensável eficácia e prontidão convenientes, em todos os pontos e em todas as direções.

A viação mineira tem de ficar construída por *dois troncos gerais* e *quatro redes principais*, aqueles são: o constituído *pela Estrada de Ferro Central do Brasil e rio S. Francisco*, que corta o *Estado* todo de sul a norte, e o constituído *pela Estrada de Ferro do Araxá ao Peçanha*, completada *pela Bahia e Minas*, e, também, de futuro *pelos rios Doce e Jequitinhonha*, que cortará o *Estado* transversalmente, de oeste para leste; e estes são: a do *sul*, que já compreende o *ramal de São Paulo da Central*, a *Rio de Minas*, a *Sapucaí*, a *Muzambinho* e parte da *Oeste de Minas*, a de *leste*, que compreende a já extensa e complicada rede mineira de *Leopoldina*, a do *oeste*, que é constituída pelos ramais e prolongamentos da *Oeste de Minas* e abrangerá as futuras ramificações da *Araxá ao Peçanha* para o vale do *Paracatu*, e, finalmente, a do *norte*, constituída, por enquanto, *pelo ramal de Ouro Preto, da Central*, mas que, de futuro, abrangerá todas as ramificações da *Araxá ao Peçanha*, que se estenderem para os vales fertilíssimos dos rios *Doce e Jequitinhonha*.

Analisando a posição respectiva de cada uma das cinco localidades em relação a esse plano geral da *viação mineira*, que se prende ao da *União* pelo *tronco sul-norte*, acima indicado, que é o mesmo *grande tronco central da viação geral da República*, verifica-se, desde logo, que, dentre todas, prima, a este respeito *Juiz de Fora*, pela sua vantajosíssima posição à margem da *Estrada de Ferro Central do Brasil* e ligação direta à rede da *Leopoldina*, o que dispensa, se aí for estabelecida a nova capital, a construção de qualquer *linha especial* destinada a pô-la em rápida e fácil comunicação com todas as zonas e pontos do *Estado* e, bem assim, com os principais portos do litoral.

A *Barbacena* - do mesmo modo que à *Várzea do Marçal* - bastará que se realize a projetada e já concedida *Estrada de Ferro do Barroso ao Pomba*, que, ligando diretamente a rede da *Oeste de Minas* à da *Leopoldina*, porá qualquer dessas duas localidades em rápida



e fácil comunicação com todas as zonas do *Estado*, facilitará as futuras comunicações com os portos do *Estado do Espírito Santo*.

A *Belo Horizonte*, além desta última estrada, indispensável para facilitar-lhe as comunicações com a rede da *Leopoldina*, será ainda mister a construção de uma linha que, partindo de um ponto da *Estrada de Ferro Central do Brasil*, situado entre as estações de *Sabará e Santa Luzia* e passando por *Belo Horizonte* vá ligar-se à *Estrada de Ferro Oeste de Minas*, no ponto do vale do *rio Pará*, que for mais conveniente, sendo que o primeiro trecho dessa via férrea, de que o Sr. Dr. Samuel Pereira fez o reconhecimento constante da Planta n. 3, deverá ser incluído entre as obras a executar, indispensável ao regular funcionamento da nova capital.

Ao *Paraúna*, finalmente, será indispensável a construção de um ramal da *Estrada de Ferro Central do Brasil*, que, transpondo o rio das Velhas em ponto já francamente navegável, vá ter a essa localidade, ou - o que parece preferível e mesmo mais natural - constituir o *ponto obrigado* do traçado da projetada *Estrada de Ferro do Araxá ao Peçanha*.

---

Quanto à instalação de carris urbanos, é claro que as diversas localidades classificam-se na mesma ordem determinada já pelas condições topográficas.

**VIII – Avaliação geral** – A avaliação geral da *despesa mínima* - que exigirá, em cada localidade, a realização dos trabalhos relativos não só aos *estudos definitivos* indispensáveis da organização do projeto completo de uma cidade para 200.000 habitantes, pelo menos, mas também à execução das *obras* de terraplenagens, arruamentos, *calçamentos*, *abastecimentos*, *esgotos*, *iluminação*, *edificações públicas e vias férreas indispensáveis ao regular funcionamento da nova capital até 30.000 habitantes* - consta do seguinte quadro comparativo, em que as localidades em competência acham-se já classificadas por ordem crescente dos ônus que, respectivamente, determinará a escolha de cada uma.

Baseada em avaliações parciais feitas por simples estimativa e sem prévios estudos definitivos, essa avaliação geral não pode pretender aceitação como orçamento regular; mas, dando idéia aproximada da maior, ou menor, facilidades, que nas diversas localidades, uma relativamente às outras, encontrará a edificação da nova capital, oferece sem dúvida importante ponto de referência para o estudo comparativo delas, sob o ponto de vista econômico e financeiro.

A estreiteza do tempo e a carência absoluta de dados positivos em algumas dessas localidades, ainda não regularmente habitadas, obstaram que orçamentos mais detalhados e mais rigorosos pudessem ser organizados.

Nem por isso, todavia, o seguinte quadro deixa de oferecer precioso elemento para o estudo comparativo das cinco localidades que disputam a primazia nesse pleito.

# QUADRO

ESPECIFICAÇÕES	VÁRZEA DO MARÇAL		PARAÚNA		BELO HORIZONTE		JUIZ DE FORA		BARBACENA	
<b>I . Estudos definitivos (para 200.000 habitantes)</b>										
1. Levantamento da carta topográfica e organização do projeto geral da nova cidade	150:000\$000	—	80:000\$000	—	200:000\$000	—	150:000\$000	—	200:000\$000	—
2. Organização do projeto geral definitivo para os trabalhos do abastecimento de água	40:000\$000	—	40:000\$000	—	60:000\$000	—	50:000\$000	—	70:000\$000	—
3. <i>Idem, idem</i> , dos esgotos	50:000\$000	—	50:000\$000	—	70:000\$000	—	70:000\$000	—	80:000\$000	—
4. <i>Idem</i> para os da iluminação elétrica	15:000\$000	—	15:000\$000	—	15:000\$000	—	10:000\$000	—	15:000\$000	—
Eventuais	25:500\$000	280:500\$000	27:750\$000	212:750\$000	31:500\$000	379:500\$000	28:000\$000	308:000\$000	35:000\$000	400:000\$000
<b>II . Execução (para 30.000 habitantes)</b>										
1. Terraplenagens, arruamentos, calçamentos, jardinagens e arborização	1.500:000\$000	—	2.000:000\$000	—	2.100:000\$000	—	2.400:000\$000	—	3.000:000\$000	—
2. Execução dos trabalhos do abastecimento de água	1.300:000\$000	—	1.500:000\$000	—	1.300:000\$000	—	1.500:000\$000	—	2.300:000\$000	—
3. <i>Idem, idem</i> , dos esgotos	1.500:000\$000	—	2.000:000\$000	—	1.600:000\$000	—	2.100:000\$000	—	3.000:000\$000	—
4. <i>Idem, idem</i> , da iluminação	400:000\$000	—	400:000\$000	—	400:000\$000	—	400:000\$000	—	400:000\$000	—
5. Construção dos edifícios públicos indispensáveis	3.360:000\$000	—	3.360:000\$000	—	3.360:000\$000	—	3.360:000\$000	—	3.360:000\$000	—
6. Via férrea	—	—	—	—	300:000\$000	—	—	—	—	—
Eventuais	1.214:000\$000	9.274:000\$000	1.389:000\$000	10.649:000\$000	1.371:000\$000	10.511:000\$000	1.464:000\$000	11.224:000\$000	1.740:000\$000	13.800:000\$000
Totais	—	9.554:000\$000	—	891:000\$000	—	10.890:500\$000	—	11.532:000\$000	—	14.200:000\$000

Os edifícios públicos, incluídos nessa avaliação geral por 3.360:000\$000, são os que constam dos esboços de projetos a este relatório anexados, sendo a cifra mencionada resultante das avaliações parciais constantes da seguinte nota:

**AVALIAÇÃO DA DESPESA MÍNIMA QUE EXIGIRÁ A CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS  
INDISPENSÁVEIS AO REGULAR FUNCIONAMENTO DA NOVA CAPITAL:**

**I – Palácio Presidencial** – Edifício de *dois pavimentos*,  
a construir de alvenaria de pedra e cal e de tijolo, com uma  
só fachada exterior, portadas e escadas exteriores de cantaria,  
cimalhas e platibandas de tijolo e cimento, o primeiro  
pavimento ladrilhado de mosaicos artificiais e o segundo  
assoalhado de madeira de lei sobre barrotamento de ferro;  
esquadrias de madeira de lei, tetos de estuque artificial,  
cobertura de telha sobre armação de ferro, etc., tendo  
1.060 m<sup>2</sup> de superfície coberta ..... 200.000\$000

**II – Fórum Administrativo** – Edifício de *três pavimentos*,  
com quatro fachadas exteriores e um grande pátio central,  
a construir em condições análogas ao anterior, tendo  
3.196 m<sup>2</sup> de superfície coberta ..... 800:000\$000

**III – Congresso Legislativo** – Edifício de *três pavimentos*  
com quatro fachadas exteriores, a construir nas mesmas  
condições indicadas, tendo 2.290 m<sup>2</sup> de superfície coberta ..... 600:000\$000

**IV – Palácio da Justiça** – Edifício de *dois pavimentos*  
com uma fachada exterior e as três outras dando para pátios  
ajardinados, a construir nas mesmas condições indicadas,  
tendo 2.276 m<sup>2</sup> de superfície coberta ..... 650:000\$000

**V – Câmara Municipal** – Edifício de *dois pavimentos*  
com uma só fachada exterior, a construir nas mesmas  
condições indicadas, tendo 1.468 m<sup>2</sup> de superfície coberta ..... 300:000\$000

**VI – Escola Normal** – Edifício de *dois pavimentos* com  
uma só fachada exterior, a construir em condições mais  
simples que as indicadas, tendo 996 m<sup>2</sup> de superfície coberta ..... 150:000\$000

**VII – Escola Pública** – Edifício de *dois pavimentos* e

uma só fachada exterior, a construir em condições análogas

às da *Escola Normal*, tendo 416 m<sup>2</sup> de superfície coberta ..... 60:000\$000

**VIII – Repartição Policial** – Edifício de *dois pavimentos*

e uma só fachada exterior, a construir em condições análogas

às indicadas para o Fórum Administrativo, tendo 4.000 m<sup>2</sup> de

superfície coberta ..... 600:000\$000

---

3.360:000\$000

Como já ponderei, acredito que – projetada a nova cidade, realizado o arruamento, escolhidos os lotes de terrenos necessários para os edifícios públicos e demarcados os restantes – a venda destes coadjuvará eficazmente a execução das obras, de modo que bastará um crédito de 4.000:000\$000 para ocorrer às despesas iniciais.

Penso que de modo algum convirá a edificação da nova cidade por meio de concessão do uso e gozo dos serviços públicos a um sindicato, ou empresa, que, em troca das vantagens a auferir, se obrigue a executar todas as obras, inclusive a construção dos edifícios. Tal sistema – além dos gravíssimos inconvenientes resultantes de trabalhos da maior importância realizados sob a preocupação demasiado ativa dos lucros imediatos – teria como consequência colocar a *municipalidade* da futura cidade, por muitos anos, nos mais sérios embaraços financeiros.

Acresce que a execução dos trabalhos de abastecimento de água, de esgotos e de iluminação exige, para ser realizada com os cuidados requeridos pela higiene sanitária, tão avultada soma, que difficilmente poderá encontrar – numa cidade relativamente pequena, como será por algumas dezenas de anos ainda a nova capital – remuneração e amortização razoáveis em taxas toleráveis pela população; e essa dificuldade avultará ainda mais, tornando-se de todo insuperável, desde que a amortização e a remuneração tiverem de aplicar-se à soma muito maior exigida pelo conjunto de todos os trabalhos mencionados e que são os indispensáveis.

No entanto, se o *Estado* tomar a si o encargo da execução administrativamente de todos esses trabalhos, applicando-lhes – além da importância que puder ir apurando pela venda de lotes de terrenos situados nas ruas, praças e avenidas que forem sendo abertas – mais uns 3.000:000\$000 a 4.000:000\$000, poderá, concluídas as obras, entregar desde logo o uso e gozo dos serviços públicos à *municipalidade*, reservando para si os lotes de terrenos que forem necessários para, mediante vendas futuras, irem amortizando o desembolso feito, com margem largamente calculada para os juros respectivos durante o prazo provável da amortização lenta.

E nem se diga que idêntico processo poderá ser aplicável a uma empresa particular; pois, se falecem, de presente, no Brasil, capitais que se animem a salvar de inevitável naufrágio empresas de incontestáveis vantagens e lucros consideráveis, como será possível congregá-lo para empresa que, embora segura, só permitirá, nas condições figuradas, remuneração módica e por demais lenta?...

Só ao *Estado* - que, dispondo aliás de respeitável soma inativa, que está apenas vencendo as insignificantes taxas das contas correntes, terá de auferir da edificação da nova capital incalculáveis lucros indiretos - convirá aplicar à execução das obras parte daquela soma, contentando-se com a amortização lenta e os lucros futuros provenientes das sucessivas vendas, que for realizando, dos terrenos com que ficar.

Acresce que - concluídas as obras, verificada a soma realmente despendida, calculadas as receitas prováveis e crescentes dos diversos serviços públicos, e orçadas as despesas necessárias que tiverem de correr pelos cofres municipais - talvez seja possível estabelecer-se um acordo, entre o *Estado* e a *municipalidade*, mediante o qual, ficando esta de posse de todos os lotes de terrenos públicos para vendê-los por sua conta e risco, converta a soma despendida pelo *Estado* em um empréstimo consolidado de juros módicos e amortização lenta. E ninguém dirá, de certo, que não seja uma das principais funções do Estado vir em auxílio das municipalidades, quando disso resultem vantagens de interesse público geral; e nesse caso está incontestavelmente a edificação duma nova capital que corresponda, em conforto, riqueza e arte, à prosperidade do grande *Estado de Minas Gerais*.

**IX - Conclusão geral** - Estabelecidas as premissas que decorrem das análises parciais, que tenho feito das *cinco localidades* indicadas, sob cada um dos *itens* que mais direta e acentuadamente podem influir sobre a classificação delas, umas em relação às outras e cada uma em relação ao conjunto das condições indispensáveis à conveniente instalação de uma grande e populosa cidade, é força aceitar as seguintes conclusões:

1º) embora prime pela excelência do seu clima durante o verão, não oferece Barbacena condições topográficas que permitam o estabelecimento, em boas condições técnicas e higiênicas, de uma cidade superior a 50.000 habitantes; sendo que, mesmo para isso, lutará com os sérios inconvenientes derivados da falta de mananciais que possam fornecer água de boa qualidade, com pressão suficiente para dispensar processos dispendiosos de elevação artificial, e, ainda das dificuldades técnicas com que terá de ser instalado o serviço geral dos esgotos;

2º) a situação central do *Paraúna*, quase no *centro geográfico do Estado*, não basta para superar os inconvenientes que essa localidade oferece para sede de uma grande e populosa capital de 200.000, ou mais habitantes, para o que não se prestam suas condições topográficas e sanitárias e a contra-indica, pelo menos na atualidade, o grande afastamento em que se acha dos meios de rápida e fácil comunicação, de que, por enquanto, dispõe o

*Estado*, cujo *centro geográfico* não coincide ainda, e nem coincidirá tão cedo, com o *centro*, que chamarei de *gravidade*, porque representa a convergência das forças vivas estaduais;

3º) sendo de fácil eliminação as causas que, de presente, ameaçam a salubridade de *Juiz de Fora* e dispondo essa localidade de excelentes condições para abrigar confortavelmente enorme população, é inegável que se acha em condições de pretender ser a sede administrativa e política do *Estado*, em que já é a principal e mais importante cidade. Sua colocação, porém, aquém da *Mantiqueira* e afastada, portanto, do verdadeiro centro territorial mineiro, sua inconveniente proximidade da Capital Federal, nos limites quase do *Estado de Minas* com o *Rio de Janeiro*, suas tendências já acentuadamente comerciais e industriais, o próprio rápido desenvolvimento que lhe assegura sua posição, e até o fato de ir ser muito breve a sede aduaneira do Estado, tudo aconselha que não seja a escolhida para a nova capital;

4º) entre a *Várzea do Marçal* e o *Belo Horizonte* é difícil a escolha. Em ambas, a nova cidade poderá desenvolver-se em ótimas condições topográficas; em ambas, é fácilimo o abastecimento de água e a instalação dos esgotos, ambas oferecem excelentes condições para as edificações e a construção em geral, e se, na atualidade; a *Várzea do Marçal* representa melhor o *centro de gravidade* do *Estado* e acha-se já ligada, por meios rápidos e fáceis de comunicação com todas as zonas, daqui a algumas dezenas de anos *Belo Horizonte* melhor o representará, de certo, e mais diretamente ligada ficará a todos os pontos do vasto território mineiro.

É, porém, de notar que na *Várzea do Marçal* há muito maior área de terrenos devolutos dentro no próprio perímetro da futura cidade, e a execução das obras indispensáveis à instalação desta exigirá menor dispêndio, acrescentando que, em *Belo Horizonte*, será mister, desde logo, construir *um ramal férreo de 15 quilômetros*, ligando-a à *Estrada de Ferro Central do Brasil*,

5º) por todos estes motivos, já largamente desenvolvidos no presente relatório, é preferível que a nova capital seja edificada na *Várzea do Marçal*, onde o Estado de Minas Gerais poderá - mediante projeto organizado com competência e baseado em sérios e cuidadosos estudos definitivos - erguer, dentro de três anos, e sem exagerados ônus para seus cofres públicos, *A primeira cidade da América do Sul*, dominando de cerca de 1.000 m de altitude todo o vasto planalto brasileiro.

Que tão belo projeto se converta, breve, na mais esplêndida realidade, sobre o influxo enérgico do ilustre *Congresso Legislativo Mineiro* e do eminente chefe desse heróico povo, são os votos mais ardentes e sinceros do humilde signatário destas linhas, que, de novo, se confessa agradecido pela dupla distinção que mereceu, sendo escolhido para este honroso encargo e benevolmente acolhido por todo o *Estado de Minas Gerais*.

Rio, 16 de junho de 1893 - *Aarão Reis*, Engenheiro Civil".<sup>227</sup>

Logo que circulou em Minas a notícia de que o relatório Aarão Reis terminava opinando pela preferência de *Várzea do Marçal*, o espirituoso padre mestre Correia de Almeida,

que se fizera o poeta da mudança da capital, lançou por um jornal de Barbacena o seu soneto:

*IMPARCIALIDADE AARÔNICA*

*O engenhoso engenheiro, nomeado  
juiz de capitálica mudança,  
lançou Juiz de Fora para um lado.  
Barbacena excluiu da contradança!*

*No espaço de três anos limitado  
cidade afiançou de tal chibança,  
que à América do Sul não será dado  
possuir outra igual! Oh! que esperança!*

*Nesta fina pilhéria de bom gosto  
a mancheias parece que ele há posto  
a mais grossa ou maior dose de sal!*

*E, por honra de nossa ingenuidade -  
o centro descobriu de gravidade!  
Sabem onde? - Na Várzea do Marçal! <sup>229</sup>*

Por outro lado, *O Contemporâneo*, de Sabará, em 1 de outubro, pela pena de D. Chargé, protestava contra a preferência dada a Várzea do Marçal e argumentava pela seguinte forma em favor de Belo Horizonte: 'Belo Horizonte está fadado a ser uma enorme e elegantíssima cidade, não só pela sua posição topográfica, como pelo seu magnífico clima e águas em abundância e adjacências fertilíssimas, ocupadas por muitas madeiras de primeira qualidade. A grande quantidade de ferro superior, que quase constitui a massa total das montanhas, que, além de serem fontes de suas águas, dão ao território uma fraca inclinação que vai desaparecer nos ribeirões que cortam transversalmente aquela localidade, admiraram ao sábio mineralogista Dr. H. Gorceix, que sintetizou aquilo nesta única expressão: - "Que riqueza!" Belo Horizonte, pois, se oferece como melhor local para a capital de Minas, pela sua posição à margem do rio das Velhas e pela proximidade de Sabará, que é ligada ao Rio de Janeiro pela estrada Central. O rio das Velhas oferece uma extensão de 125 léguas navegáveis até a sua foz, na sua confluência com o S. Francisco, que constitui uma rede íntima de comunicações com o norte futuríssimo do Estado. O Paraopeba corre para o rio de São Francisco, regando uma região ubérrima, podendo ser navegável numa extensão de mais de 40 léguas e em toda essa extensão contam-se outros seus afluentes, onde uma



*Planta do arraial de Belo Horizonte, desenhada pela Comissão de Estudo das Localidades indicadas para a nova capital, em 1893.*



navegação acomodada não é impossível. O Paracatu é francamente navegável em mais de 60 léguas de seu curso, não se considerando seus afluentes. O Urucuia, o Verde e outros tantos que dão um aspecto de figura anatômica ao centro do Estado, parecem uma grande veia onde vão ter quantidade de outros menores. O São Francisco, em direção de sul a norte, corre banhando uma extensão considerabilíssima de mais de 2.950 km, da qual só aproveitam 354 léguas, não se tendo em conta sua extensão só aproveitável à Bahia, Sergipe, Pernambuco e Alagoas. No seu curso encontram-se cachoeiras, mas com exceção das de Pirapora, Vau e Sobradinho, as outras são fáceis, pouco perigosas. Como vemos, com pouco dispêndio teríamos 554 léguas que facilitariam as comunicações do Norte inteiro com a capital, ajudando a desenvolver imensamente a agricultura, mineração e outras indústrias mortas naquelas regiões quase selvagens, de onde o governo tiraria prodigioso resultado”.<sup>230</sup>

A opinião dominante no Estado estava em plena harmonia com aqueles conceitos do prestigioso jornal sabarense.

## NOTAS

227 REIS, Aarão. *Comissão d Estudo das Localidades indicadas para a nova capital. Op. cit.*, p. 76.

228 Epuração: A palavra não está dicionarizada. Aarão Reis utilizou a tradução do francês.

229 ALMEIDA, José Joaquim Correia de (padre). Imparcialidade aarônica. *A Folha*. Barbacena, p. 1, 23 jul., 1893.

230 CHARGE, D. Mudança da Capital. *O Contemporâneo*. Sabará, p. 3, 1 out., 1893.

## XIV

### SITUAÇÃO POLÍTICA INFERNAL - AGITAÇÃO E AMEAÇAS EM OURO PRETO - O CONGRESSO VAI FUNCIONAR EM BARBACENA - OS DEBATES PELA ESCOLHA DA LOCALIDADE



conselheiro Afonso Pena, empossado a 14 de julho de 1892, ao receber o governo das mãos do presidente interino (o seu antecessor o renunciara a 17 de fevereiro), se encontrou as finanças do Estado em boas condições, com saldo considerável em cofre e os pagamentos todos em dia, recebeu, também, por herança governamental, uma situação política infernal, ao tempo da ditadura Floriano Peixoto, que assumira o governo a 23 de novembro de 1891, situação agravada pela revolta da Armada.

A República, proclamada por um general e, então sob a ditadura de um marechal, estava lastreada de militarismo por todos os Estados, onde as deposições de governadores civis sucediam-se a cada passo, em favor dos militares.

Em Ouro Preto, a situação era gravíssima e somente à prudência, ao tino, à sagacidade e à grande visão de estadista do conselheiro Afonso Pena se deveu não terem assumido mais lamentáveis proporções os acontecimentos que se desenrolaram ali.

Na velha capital lutava-se pela consolidação da República. Lutava-se pela questão da mudança da capital. Lutava a intolerante oposição contra o Congresso, que ela acusava de ilegalmente constituído, chegando a declará-lo intruso.

O governo de Minas, não se sentindo com forças bastantes para dominar a situação, contemporizava. Ao que se dizia, a oposição política estava apoiada pelo 31º batalhão do Exército, ali aquartelado, sob o comando do coronel Carlos Maria da Silva Teles, cujas atitudes arrogantes e prepotentes deixaram tradição na velha capital e no Estado.

A *Derrocada*, jornal revolucionário, era o reduto dos oposicionistas de todos os matizes.

“Em fins de 1892 tornara-se insuportável a situação política do Estado de Minas” - escreveu o Sr. Joaquim Teixeira de Sousa, na sua monografia *Espisódios da Organização Republicana no Estado de Minas*, como um dos mais decididos adversários da situação dominante.

Em Ouro Preto, a 15 de novembro daquele ano, tramou-se a deposição do presidente

do Estado, consoante ainda no-lo revela aquele senhor no trabalho citado, quando diz: "Se como monarquista meti-me com distintos republicanos da redação de *A Derrocada*, cuja propriedade era minha, foi porque, como todo mundo sabia, era impossível montar-se jornal daquela parcialidade, e por isso convencionamos a assim proceder em face do objetivo comum e principal que visávamos, que era a deposição do presidente do Estado."

Efetivamente, comprovando tal afirmativa, no dia 15 de novembro, houve na velha capital um movimento revolucionário. Reunidos os oposicionistas na Praça Tiradentes, entre manifestações sediciosas, falaram os Srs. Agostinho Penido e Carlos Toledo, tendo aquele, ao terminar o seu discurso, declarado deposta a Câmara Municipal de Ouro Preto.

Segundo a voz corrente, o plano dos revolucionários era depor a Câmara Municipal, sob o pretexto de ser esta monarquista e, em seguida, depor o presidente do Estado. Para chegarem a esse resultado contavam os revolucionários com o apoio do 31º batalhão do Exército que (conforme fora combinado), ao realizar-se a reunião na praça, a um sinal preestabelecido, compareceria e faria causa comum com aqueles. Mas tal acontecimento não se verificou exatamente como fora planejado. Uma vez em ação os do levante, quando falava o Dr. Carlos Toledo, surgiu-lhes pela frente um grupo contra-revolucionário, chefiado pelo Dr. Camilo de Brito, aos brados de protesto. Nesse momento, em meio do tumulto formado, em vez do batalhão 31º, que os revolucionários imaginavam de prontidão para o primeiro sinal, apareceu, a cavalo, o coronel Teles, como disposto a intervir no movimento. Foi então que o padre Camilo Veloso, segurando as rédeas do cavalo montado por Teles, perguntou a este que desejava ali. E como o oficial respondesse que viera manter a ordem, atraído pelos gritos sediciosos do povo, o referido padre protestou contra a sua intervenção, ao passo que o Dr. Adalberto Ferraz, chefe de polícia, tomando a palavra, declarou ao povo em alta voz, com energia, que o governo do Estado garantiria a ordem e que não se fazia mister ali a intervenção de força estranha. Retirando-se o coronel Teles e dispersando-se os revolucionários, ficou terminado, por um fracasso desconcertante, o movimento urdido para depor o presidente do Estado. É que o presidente Afonso Pena, auxiliado por numeroso grupo de leais amigos, agindo com grande tino e habilidade junto de Floriano Peixoto, a quem acabava de prestar mão forte para debelar a revolta da armada, anulara os planos dos revolucionários de Ouro Preto. Soube-se, depois, que o coronel Teles havia recebido do Rio um telegrama recomendando-lhe não intervir nas lutas políticas locais, razão pela qual o seu batalhão não saíra dos quartéis...

Mas apesar desse fracasso, perdurou ainda o mal-estar em Ouro Preto, até o dia 26 de fevereiro de 1893, quando o coronel Teles se retirou com suas tropas rumo de Bagé, onde foi combater os federalistas, devendo-se ainda esta acertada providência ao conselheiro Afonso Pena, que a obtivera do presidente da República. Só então pôde Ouro Preto respirar um pouco mais desafogadamente, conquanto ainda a braços com a política e com a questão da mudança da capital, que traziam a cidade em ebulição. Quanto a esta última questão, marchava vitoriosamente para o seu desfecho.

O Relatório Aarão Reis foi enviado pelo governo ao Congresso em fins de junho e este, reunido a 7 de julho, elegeu uma comissão composta dos senadores Carlos Ferreira Alves, Manuel Eustáquio Martins de Andrade, João Nepomuceno Kubitschek e deputados Otávio Esteves Otoni, Eduardo Augusto Pimentel Barbosa, Camilo Felinto Prates e Francisco Antônio de Sales, para estudá-lo e emitir sobre ele o seu parecer quanto às localidades, dentre as quais uma seria escolhida para a nova capital. Dessa comissão foi eleito presidente o Sr. Carlos Ferreira Alves, sendo escolhido para relator o Dr. Francisco Antônio de Sales.

Nesse ínterim, a Câmara Municipal de Ouro Preto, por intermédio do senador Costa Sena, levava ao conhecimento do Congresso uma representação escudada em pareceres dos juristas Cândido de Oliveira, Saldanha Marinho, Silva Costa, Ferreira Viana e Lafaiete Pereira, opinando pela caducidade do texto constitucional que mudava a capital.

Mas o Congresso deveria encerrar os seus trabalhos a 27, não havendo tempo, portanto, para resolver sob o parecer da comissão, por mais expedita que esta fosse em redigi-lo. Tal convicção levou o deputado Domingos Rodrigues Viotti a mandar à Mesa, no dia 24, a seguinte indicação, que foi aprovada no mesmo dia:

“Indicamos que os presidentes das duas Câmaras convoquem uma sessão extraordinária do Congresso de Minas para esta cidade ou para qualquer outra, se julgarem conveniente, no intervalo desta para a segunda sessão ordinária, a fim de resolver sobre o art. 13 e seus parágrafos das disposições transitórias da Constituição do Estado. Sala das sessões, 24 de julho de 1893. *F. Sales. Josino de Brito. D. R. Viotti. Targino Silva. Elói Reis. Wenceslau Brás. João Bráulio. Eugênio de Sales.*”<sup>231</sup>

A razão dessa providência da convocação do Congresso para outra localidade foi a exaltação em que se achavam os ânimos dos contrários à mudança da capital, principalmente os antigos proprietários em Ouro Preto que, por forma alguma, se conformavam com o grande prejuízo que certamente teriam, em consequência daquela medida, com a desvalorização de suas propriedades. Encarada a questão da mudança da capital sob esse restrito ponto de vista do interesse individual, era justificável aquela animosidade, pois é sabido que muitos proprietários em Ouro Preto ficaram arruinados, vendo quase sem valor, em dado momento, quanto possuíam em prédios e terras na velha cidade, após a transferência do governo, mais tarde.

Ora, num ambiente assim carregado, ficaria o Congresso constrangido e em dificuldades para deliberar com isenção de ânimo, tanto mais quanto se falava até em dinamitá-lo. E em abono de nossa afirmativa, eis o que escreveu *A Folha*, de Barbacena, a 10 de agosto daquele ano:

“Não podemos afirmá-lo peremptoriamente, mas não foi outro o motivo da transferência do Congresso senão evitar a pressão material à qual devia o presidente responder com a força armada e confirma o nosso asserto ler um jornal de Ouro Preto concitando o povo para resistir: ler no *Comércio* a voz do anonimato nestas miseráveis palavras: nem todos terão tempo de fugir e Ouro Preto saberá honrar a memória de Tiradentes’.”<sup>232</sup>

Em vista de tais ameaças, foi proposta e aceita aquela medida, em virtude da qual os Srs. Drs. Bias Fortes, presidente do Senado, e Otávio Otoni, presidente da Câmara, baseados no §6º, art. 31, da Constituição, convocaram, a 2 de setembro, uma sessão extraordinária do Congresso, a qual se realizaria em Barbacena, a 20 de novembro.

A partir do dia da convocação, começou a circular em Minas o boato de que alguns deputados do norte e outros de Ouro Preto não compareceriam à reunião do Congresso em Barbacena, para que fracassasse o pensamento, já convertido em lei, de se mudar a capital. Efetivamente *O Contemporâneo*, de 30 de outubro, escrevia um enérgico artigo protestando contra aquele boato. Desse artigo extratamos os seguintes tópicos: "... Já está suficientemente discutido esse assunto (mudança da capital) e sobre ele já se tem manifestado o Congresso, que o incluiu na nossa Constituição, e a imprensa de todos os pontos do Estado, que quase unanimemente reconhece a urgência de uma solução." Mais adiante: "Estas considerações vêm a propósito de uma notícia local de nosso distinto colega *O Estado de Minas*, em que se diz constar que alguns deputados do norte e de Ouro Preto deixarão de comparecer à sessão do Congresso a reunir-se, de forma a não ser resolvida, *por falta de número*, a magna questão que já tantos sacrifícios tem trazido ao nosso Estado."

*O Contemporâneo*, que era um dos mais denodados órgãos da imprensa favoráveis a *Belo Horizonte*, veiculava segura verdade. Realmente naqueles dias agitados não houve expediente, por mais reprovável que fosse, de que os ouro-pretanos e demais antimudantistas não lançassem mão para verem vitorioso o seu ponto de vista. Uma dessas armas desleais eram os *boatos alarmantes* que punham constantemente em circulação com o intuito de lançar a confusão e o receio no espírito dos adversários, criando-lhes dificuldades e matando-lhes o entusiasmo pela causa em debate. Mas tudo isso resultava inútil. De tal forma a magna questão havia empolgado o espírito e a consciência mineira, que todos aqueles golpes desleais das hostes adversas eram aparados e anulados pelos partidários da mudança da capital. Assim também aqueles boatos eram prontamente desautorizados por palavras e por atos positivos em restabelecimento da verdade.

Por esses mesmos processos tudo fizeram os antimudantistas por que o Congresso não se reunisse em Barbacena, mas perderam o seu tempo...

#### NOTAS

231 MINAS GERAIS. Congresso. *Anais do Senado Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1893, p. 470.

232 MUDANÇA da Capital. *A Folha*. Barbacena, p. 1, 10 ago., 1893.

EM BARBACENA, DEPOIS DE RENHIDOS DEBATES,  
O CONGRESSO ESCOLHE BELO HORIZONTE PARA A CAPITAL DE MINAS



fetivamente, não a 20, por falta de número legal, mas a 22 do referido mês de novembro, a uma hora da tarde, na casa do comendador Francisco Ferreira de Assis Fonseca, sita no local em que foi, mais tarde, construído o prédio atualmente da agência do Banco do Brasil, casa aquela em que faleceu o bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, o Dr. Bias Fortes declarou solenemente instalado o Congresso. Avultado número de senhoras e senhorinhas abrilhantou com a sua presença a sessão, achando-se o recinto e as galerias repletos de espectadores. Tomada de entusiasmo, a Ex.<sup>ma</sup> Sra. D. Alexina de Oliveira Brasil ergueu vários “vivas” ao Congresso, ao presidente do Estado e aos presidentes do Senado e da Câmara. Ao ser instalada a sessão subiram ao ar muitas girândolas e a banda musical “Correia de Almeida” fez-se ouvir no coreto do jardim público \*

A propósito da instalação do Congresso, o poeta padre Correia de Almeida escreveu na *Folha*, de Barbacena, a seguinte interessante sátira em prosa: “Minha sensata opinião: Desta vez escrevo em prosa, por falta de rimas adequadas. A questão da mudança da capital de Minas Gerais está afeta ao Congresso Mineiro reunido nesta nobre e muito leal cidade de Barbacena e, como entre os congressistas avulta a classe médica,\*\* suponho que não deixará de haver todo o cuidado a fim de evitar-se o aborto. Para que o feto chegue a ponto de gozar dos foros de criança, com todos os requisitos ou condições de viabilidade, não fora mau que logo em princípio se tivesse nomeado uma comissão especial e idônea, que natural e cronologicamente exprimisse as três notáveis fases da procriação. Essa comissão, a meu ver, deveria ter sido composta dos seguintes congressistas: Costa Sena, represen-

\* No momento em que se instalava o Congresso, quando se queimavam as baterias festivas, no jardim público da cidade, deu-se a explosão de 19 dúzias de foguetes de dinamite que estavam depositados em uma bacia de ferro, ficando diversas pessoas muito queimadas e feridas, principalmente o fogueteiro Ângelo Amboggi, cujas pernas tiveram de ser amputadas. Essa lamentável ocorrência empanou todo o brilho da festa inaugural do Congresso.

\*\* Havia 22 médicos no Congresso.

tando a Conceição; Monte Raso, representando as dores da boa esperança; Mariano de Abreu, representando o bom sucesso".<sup>233</sup> Era incorrigível o padre Correia!

Aquele Congresso trazia a missão especial de dar cumprimento ao art. 13 das disposições transitórias da Constituição do Estado e, por isso, logo no dia 23, depois de ser apresentada e discutida uma moção de aplauso ao presidente Afonso Pena pelo apoio que estava prestando ao presidente da República, marechal Floriano Peixoto, na defesa da legalidade, moção aprovada a 27, o Sr. Dr. Francisco Sales, relator da Comissão especial incumbida de estudar o relatório da comissão técnica a que haviam sido afetos os estudos das localidades, leu o seu longo parecer, datado de 20 de julho, concebido nestes termos:

"À Comissão especial eleita pelo Congresso para, na forma do §3º do art. 13 das disposições transitórias da Constituição do Estado, dar parecer sobre os Estudos das localidades feitos pela comissão técnica, foi presente uma representação da Câmara Municipal de Ouro Preto, alegando caducidade do art. 13 referido, por não ter sido cumprida a disposição do §3º do mesmo artigo no tempo aí determinado. Fundamenta a representação com pareceres de eminentes juristas, que concluem alguns pela caducidade da disposição do art. 13 e seus parágrafos, outros pela do §3º unicamente. Em que pese a opinião de tão experimentados cultores da ciência jurídica, outro teria sido o seu parecer, se atendessem a que o Estado Federado de Minas Gerais organiza-se pelas disposições da Constituição, art. 1º, entre as quais se acha a do art. 13 das disposições transitórias, cuja execução é complemento da organização, no intuito constituinte; se estudo comparativo e completo da Constituição do Estado e leis posteriores houvessem feito, harmonizando disposições aparentemente antagônicas - art. 13 das disposições transitórias e 30, n. 21, da Constituição, e Lei Adicional n. I -, adotando uma interpretação que harmonize leis entre si, e nunca a que viesse paralisá-las, neutralizando uma pela outra; se tivessem consultado os anais da assembléia constituinte, como subsídio de interpretação, pois a discussão que preparou a lei, e da qual ela resultou, concorre poderosamente para manifestar o pensamento do legislador, para restaurá-lo mesmo. Com tais processos chegariam à conclusão de que estão em inteiro vigor o art. 13 e parágrafos das disposições transitórias da Constituição do Estado, quer perante os preceitos da ciência jurídica, quer em face da Constituição do Estado. A lei conserva toda a sua autoridade enquanto subsistir uma só das razões que determinaram a sua decretação, sustentam Merlin M.M. Mèrilhon, Voit e Demolombe. A mudança da capital do Estado, decretada incondicionalmente no art. 13, é motivo permanentemente determinante da execução da idéia contida no §3º, que é a designação do local, que deve completar a disposição do art. 13. O legislador constituinte, designando no §3º a segunda sessão ordinária para durante ela o Congresso escolher o ponto para onde deve transferir-se a sede do governo, só teve em vista determinar a urgência da medida, que, reclamada pela quase unanimidade do povo mineiro, fez-se constitucional para não ser burlada na execução. A disposição do §3º não se pode classificar da natureza das leis que, feitas para um prazo limitado, são virtualmente abrogadas pela expiração deste prazo; não só porque estes

devem conter expressamente a cláusula do tempo, como seu elemento essencial, como ainda porque o limite do prazo de execução do §3º ficou dependente da condição *à vista dos estudos*, sem o que era impossível a sua observância. A apresentação dos estudos das localidades mencionadas na Lei n. 1, adicional à Constituição do Estado, só foi feita ao Congresso na presente sessão terceira legislativa ordinária, cumprindo-lhe então o dever de executar o §3º citado. Em face do direito constituído, a questão de caducidade nem poderia ter sido levantada. Ao discutir o Congresso de Minas a Lei n. 1 adicional à Constituição, que deu cumprimento ao §1º do art. 13 referido, a mesma idéia de caducidade em relação a essa disposição foi sugerida e apoiada nos mesmos argumentos e considerações. Então, como hoje, tinha sido expirado o prazo marcado na Constituição para o exercício da atribuição constitucional; mas o Congresso, a quem compete a interpretação autêntica das leis (art. 30, n. I, da Constituição) entendeu mui sabiamente que a disposição do §1º, art. 13, das disposições transitórias estava em inteiro vigor e que devia ser cumprida, e decretou a Lei n. 1 adicional. Essa lei, que é parte integrante da Constituição do Estado, o legislador constituinte, prevendo que, no limitado tempo entre as duas sessões, os estudos das localidades não pudessem ser convenientemente feitos de modo a serem presentes ao Congresso no 1º dia da segunda sessão, modificou a última parte do §1º do art. 13, determinando que se procedesse com urgência aos estudos dos pontos designados, deixando assim de ser obrigatória a sua apresentação ao Congresso naquele dia. Idêntica alteração sofreu implicitamente o §3º, cuja execução dependia da apresentação do parecer da comissão técnica sobre as localidades, o qual só chegou ao conhecimento do Congresso no fim da presente sessão. Ponderando todas essas razões, entende unanimemente a comissão que continua em vigor o art. 13 das disposições transitórias da Constituição do Estado e que urge terem execução. À vista dos estudos das localidades e das conclusões fundamentadas do parecer dos profissionais, que lhe foram presentes, e em conformidade dos §§3º e 4º do citado art. 13, a comissão, com exceção de um de seus membros, que dá parecer em separado, por divergência, em ponto secundário, formulou e sujeita à deliberação do Congresso o seguinte projeto.”<sup>234</sup> (Seguia-se o longo projeto indicando Várzea do Marçal para a nova capital, o qual, com substituição do nome da localidade e outras pequenas modificações, constituiu, depois, a lei que vai adiante transcrita.)

Discordando, em certos pontos, de seus colegas de comissão, o Sr. Camilo Prates leu, em seguida, longo parecer em separado, datado de 18 de julho, contrário a todas as outras localidades e terminando pelo seguinte projeto de lei:

“Art. 1º Fica designada a cidade de Barbacena para nesse lugar se edificar a nova capital de Minas (art. 13, §3º, da Constituição, disposições transitórias).

Art. 2º Da data da promulgação da presente lei a dez anos se dará início à construção dos edifícios públicos e a mudança efetiva da capital se realizará cinco anos depois de iniciar-se aquela construção (§4º do citado art. 13).

Art. 3º Fica o governo autorizado a despendar até a quantia de 30 mil contos de réis,



para as despesas necessárias ao estudo definitivo do local designado no art. 1º, construção dos edifícios, preparo do solo e subsolo; de esgotos e canalização de água, podendo ser todos esses serviços feitos por hasta pública ou administração, conforme mais convier ao interesse do Estado.

Parágrafo único. Fica o governo autorizado igualmente a fazer as precisas operações de crédito para acorrer a essas despesas e a conceder os privilégios de viação urbana e outros, excluído o de construção de casas para habitações particulares (§4º citado).

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário - Sala das comissões 18 de julho de 1893. *Camilo Prates*.<sup>235</sup>

Do dia 24 a 27, muitos congressistas foram à Várzea do Marçal examinar aquela localidade indicada para a nova capital, como já o haviam feito em relação a Belo Horizonte, a fim de poderem discutir e votar com perfeito conhecimento de causa.

No dia 26, porém, recebeu o Congresso uma representação de habitantes de Ouro Preto,<sup>236</sup> pedindo a permanência da capital ali e protestando contra os boatos malévolos e deprimentes que corriam, de querer o povo daquela cidade impedir que o Congresso funcionasse na velha capital enquanto se discutia a magna questão. Era a segunda representação ouro-pretana que vinha ao Congresso. A primeira fora apresentada por intermédio dos Srs. Costa Sena, Camilo de Brito e Xavier da Veiga, no dia 7 de julho, pedindo fosse declarado caduco o art. 13 das disposições transitórias da Constituição e a ela se referia a Comissão em seu parecer acima transcrito. Dentre outros, era signatário dessa representação o Dr. Bernardo Monteiro, vice-presidente da Câmara de Ouro Preto, e que mais tarde foi um dos melhores prefeitos de Belo Horizonte, como se há de ver em outro volume deste trabalho.

A 29, o Congresso, depois de largas discussões, não só rejeitou o requerimento que encabeçava a representação ouro-pretana,<sup>237</sup> como aprovou o Projeto n. 1, que mudava a capital para Várzea do Marçal, projeto esse que, no dia 5 de dezembro, entrou em 2ª discussão, provocando os mais acirrados debates até o dia 9. Esses debates haviam girado em torno de duas emendas apresentadas ao art. 1º do projeto em apreço: a primeira indicava Barbacena, em vez de Várzea do Marçal, e era assinada pelos Srs. Domingos Viotti, Henrique Diniz, Melo Franco, Ribeiro de Oliveira e Silva Fortes; a segunda propunha Belo Horizonte em vez de Várzea do Marçal e era subscrita pelos Srs. José Pedro Drummond, Bernardino de Lima, Viriato Mascarenhas, Sousa Moreira, cônego Manuel Alves, Teodomiro Alves Pereira, João Luís, Teixeira da Costa, Frederico Augusto, Augusto Clementino e Rebelo Horta. Desta última emenda fora autor o senador José Pedro Drummond, a quem *O Contemporâneo* teceu os maiores elogios em sua edição do dia 1º, aplaudindo entusiasticamente a sua bela e desassombrada atitude em favor de Belo Horizonte.

Justificando a sua emenda, que viu pouco depois plenamente vitoriosa, o ilustrado senador José Pedro Drummond pronunciou notável discurso, que não pode deixar de ser aqui transcrito na íntegra, por ser um documento preciosíssimo para a história da nova



*Dr. José Pedro Drummond, apresentante e defensor da emenda que, no Congresso reunido em Barbacena, deu ganho de causa a Belo Horizonte.*

capital, pela argumentação lógica que encerra, firmada não só em conhecimentos e observações próprias, como nos pareceres da grande comissão técnica, de cuja opinião divergiu algumas vezes, com vantagem, fundamentadamente. Ei-lo:

“O *Sr. J. Pedro Drummond*. Sr. presidente, vou submeter à criteriosa apreciação da casa uma emenda ao art. 1º do projeto que ora prende nossa atenção.

Devo, portanto, Sr. presidente, ligeiramente documentar, fundamentando esta minha emenda e, ao mesmo tempo, servirá esta enunciação como uma explicação do voto que, em minha consciência, darei sobre a questão, que considero mais importante do que todas aquelas que, durante a minha estadia, nesta corporação, se têm levantado.

Sr. presidente, quando em 1891 o Congresso constituinte tratava de mudar a capital do Estado para Belo Horizonte, eu embora ainda não fizesse parte desta corporação, já então acompanhava seus trabalhos; e parecendo-me que o Congresso ia deliberar que a capital fosse edificada no Belo Horizonte, eu, à vista de informações afirmativas da existência do bócio nessa localidade, sob caráter endêmico (é verdade que dada pelos jornais de Ouro Preto), escrevi ao digno senador Ex.<sup>mo</sup> conselheiro Afonso Pena uma carta na qual eu lhe fazia sentir o inconveniente da mudança da capital para aquela localidade, visto que para mim era muito grave a endemia do bócio.

Tomo a liberdade de ler um dos tópicos dessa carta, que tem a data de 17 de abril de 1891

Quero mostrar que a emenda que vou oferecer, eu não a apresentaria se não soubesse removido o obstáculo que então me parecia existir com relação a Belo Horizonte.

Eis a carta:

‘Li no *Jornal de Minas* que no Belo Horizonte’ o povo é muito sujeito à hipertrofia do corpo *tireos* (bócio); fui informado, por pessoas que conhecem o lugar, que com efeito essa afecção é muito comum ali, onde se vêem crianças novas já com começo de tal afecção.

Convém notar que o bócio é endêmico e que o seu único tratamento consiste em sair do lugar, onde se o contraiu, pois que a operação é, às vezes, impraticável.

Na França, Inglaterra, Espanha, Índia, etc., muitos lugares tornam-se inabitados, pela endemia do bócio (FODERÉ. *Essai sur le goitre et le crétinisme*. Paris, 1800; HUMBOLDT et ROULIN *Journal de Physiologie*, de M. Magendie, t. IV e V).

Li também que hidrocele é comum em Belo Horizonte.

A inflamação da serosa vaginal serotal, constituindo a hidrocele, está bem filiada a algumas das variedades do bócio, uma das quais foi denominada por Manuoir de Genève – hidrocele do pescoço (VIDAL, A., v. III, p. 709); além dessa filiação, a causa principal de hidrocele é o clima quente, e que torna muito comum em Guadalupe e Martinica essa afecção (VIDAL, A., v.V, p. 174).

E a elefantíase dos árabes será também, como diz o mesmo jornal, freqüente no Belo Horizonte? etc.’

Já vê V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. presidente, que, se ainda existissem em meu espírito dúvidas sobre a endemia do bócio no Belo Horizonte, eu havia de me contentar ouvindo os dignos orado-

res e não tomaria a atenção do Congresso sobre essa questão e votaria contra a escolha daquela localidade para capital do Estado.

Mais tarde, Sr. presidente, quando essa questão tomou um caráter mais sério, quando nosso governo comissionou o ilustrado engenheiro Dr. Domingos Rocha para examinar o Belo Horizonte, ele apresentou o parecer, do qual vou ler um tópico referente ao bócio.

Este relatório vem no *Movimento* de 22 de maio de 1891:

Pelas visitas domiciliares, que foram feitas...'(lê) Vê-se Sr. presidente, que o relatório Domingos Rocha nega a existência, em alto número, do bócio em Belo Horizonte.

Apesar da boa vontade de muitos dos ilustres congressistas, e mais da autorizada opinião do distinto engenheiro Dr. Domingos Rocha, não foi mudada a capital do Estado para aquela localidade.

Então, Sr. presidente, o Congresso, em sua alta prudência, decretou a Lei n. 1, de 28 de outubro de 1891, autorizando o presidente do Estado mandar examinar as cinco localidades (Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora) para dentre elas ser escolhida uma para capital do Estado.

Em virtude dessa lei, tendo o presidente do Estado de Minas mandado proceder a exame nas cinco localidades e tendo sido distribuído entre os congressistas o relatório referente a essas observações, entreguei-me com toda a dedicação ao estudo do relatório e, com toda a imparcialidade, venho dizer ao Congresso o que conclui já do mesmo, já de minha observação direta, e qual a minha opinião.

A emenda que vou apresentar refere-se, Sr. presidente, justamente ao lugar que condeinei perante um representante deste Estado e isto por faltarem-me informações e estudos, de que só agora disponho.

O estudo do relatório, Sr. presidente, trouxe-me a certeza da dedicação e ilustração dos dignos membros comissionados. Estes, Sr. presidente, apresentaram os seus relatórios parciais, dos quais o digno chefe da comissão devia tirar a sua conclusão; e, com efeito, ele a deduziu; mas, Sr. presidente, inteligente e honesto, como é o Dr. Aarão Reis, não posso compreender como ele chega à classificação:

1º Barbacena; 2º Várzea do Marçal; 3º Belo Horizonte; etc.!

Sr. presidente, realmente o relatório Aarão Reis contém, como se tem dito mais de uma vez nesta casa, verdadeiras injustiças.

E para amparar a asserção que venho de proferir, chamo a atenção do Congresso para o que o Sr. Aarão Reis diz nesse relatório a respeito da cidade de Barbacena, condenando-a em absoluto, o que é uma injustiça, e adotando-a na classificação em 1º lugar, o que é uma contradição!

Quando li o relatório na parte referente a essa cidade, fiz meu juízo que Barbacena, quanto à tipografia, era muito inferior a Ouro Preto.

Entretanto, está aí patente para a olhos nus ver-se que é uma das mais clamorosas inexatidões.

Sr. presidente, o Sr. Aarão Reis em seu relatório apresenta duas localidades principalmente à apreciação do Congresso, usando da expressão - que as duas disputam entre si a primazia. Essas duas localidades são a Várzea do Marçal e Belo Horizonte.

Portanto, Sr. presidente, foi principalmente em relação a essas duas localidades que me dediquei com mais cuidado, a fim de que pudesse chegar à conclusão de uma escolha entre ambas.

Para isso, Sr. presidente, depois que fiz o estudo no relatório Aarão Reis, fui às duas localidades, Várzea do Marçal e Belo Horizonte. Visitando aquela em maio deste ano e esta nos últimos dias do mês de setembro, compreendi que só do estudo do relatório e da observação direta das duas localidades poderia aproximar-me da verdade.

Lendo o relatório médico que acompanha o relatório Aarão Reis, vê-se que o seu autor, meu distinto colega, coloca o Congresso em uma verdadeira luta, em uma verdadeira dúvida, pois que, sendo vós forçado, pela Lei n. 1, a escolher dentre os cinco lugares, um...

O *Sr. X. da Veiga*. - Não apoiado.

O *Sr. Drummond*... é a letra da Lei n. 1: 'para dentre eles ser escolhido um para o qual seja a capital do Estado'.

O *Sr. X. da Veiga*: É muito boa! E se o Congresso reconhecer que nenhum dos lugares preenche as condições constitucionais, há de escolher?

O *Sr. Drummond*: Quando o Congresso designou esses cinco lugares, já tinha mais ou menos consciência de que dentre eles encontraria um nas condições para receber a nova capital do Estado, e assim sucedeu, pois uma das localidades (Belo Horizonte) era conhecida já pelo relatório do Dr. Herculano Pena, já pelo do Dr. Domingos Rocha.

O *Sr. Costa Sena*: Enganou-se.

O *Sr. Drummond*: Tanto não se enganou que já o governo provisório e já o Congresso quiseram fazer a mudança para Belo Horizonte e não pretenderiam dar esse passo, se a localidade não estivesse nas condições precisas.

Com efeito, Sr. presidente, esse meu ilustrado colega encarregado de estudar as condições higiênicas dos diversos lugares indicados, tendo classificado o Belo Horizonte em 2º lugar, disse em seu relatório o seguinte (*lê*).

Realmente, Sr. presidente, classificar em 2º lugar o Belo Horizonte e dizer dele o que eu acabo de ler seria excluí-lo da classificação, se o que tanto lamenta o Dr. Pires de Almeida (p. 26), se o que o levou a lançar em seu relatório uma tão fricante interrogação (p. 74), não estivesse hoje destruído pela convincente prova da estatística!

Continuando meus estudos, Sr. presidente, voltei à parte do relatório Aarão Reis e lá vi estabelecida uma verdadeira discordância entre o chefe da comissão e o ilustre higienista.

Com efeito, à p. 41 do relatório, na parte em que o chefe da comissão faz o resumo para deduzir a sua opinião, ele estabelece a sua discordância com o ilustre médico, conforme há pouco foi lido por um dos colegas que me precederam na tribuna.

Nessa parte o Sr. Aarão Reis diz o seguinte (*lê*):

Sr. presidente, quando li este tópico do relatório, fiz as minhas reflexões e cheguei à conclusão seguinte: o Sr. Aarão Reis estabelece a sua opinião baseado, sem dúvida, nos dois relatórios dos engenheiros que examinaram a Várzea do Marçal e o Belo Horizonte.

Vou ler antes dois relatórios com toda a atenção, estudá-los, disse eu comigo, e hei de encontrar no Sr. Aarão Reis razão para ele discordar do ilustre médico, colocando Belo Horizonte em 1º lugar e Várzea do Marçal em 2º.

Mas, Sr. presidente, foi uma verdadeira desilusão.

Percorrendo as páginas dos relatórios dos engenheiros, referentes à Várzea do Marçal e ao Belo Horizonte, cheguei à conclusão de que o Dr. Aarão Reis não tinha formado opinião nas apreciações dos engenheiros que tinham examinado as diversas localidades.

Sr. presidente, se a opinião dos engenheiros que procederam aos estudos na Várzea e em Belo Horizonte não autoriza nem justifica a classificação do Dr. Aarão (1º Várzea do Marçal, 2º Belo Horizonte); se por outro lado ele se coloca em oposição ao médico, cuja classificação é: 1º Belo Horizonte, 2º Várzea do Marçal, não sei por que o Sr. Aarão Reis foi procurar estabelecer essa desarmonia entre seus colegas de comissão?!

Sr. presidente, entendo que devemos mudar a capital para uma das cinco localidades, pois assim determina a Lei n. 1 citada; o meu voto não impedirá que a mudança seja feita; até porque felizmente existe entre cinco localidades uma que reúne todas as condições necessárias para uma grande e próspera capital digna do nosso Estado. Mas, no entanto, como disse ao começar, considero essa questão importantíssima e é por isso que vou, em poucas palavras, mostrar alguns pontos dos relatórios, não fazendo um discurso, mas procurando estabelecer uma conversa com os meus colegas do Congresso, a fim de chegarmos à conclusão de que estou convicto, isto é, de que a classificação Aarão Reis não procede nem dos relatórios dos engenheiros, membros da comissão, nem da opinião do médico higienista.

O *Sr. X. da Veiga*: Tais estudos, em vez de esclarecerem, vêm baralhar mais a questão.

O *Sr. P. Drummond*. Do exame, pois, do relatório do engenheiro que procedeu aos seus estudos em Belo Horizonte, em confronto com o exame dos estudos feitos na Várzea sobressai, para qualquer leitor imparcial, a superioridade de Belo Horizonte sobre a Várzea do Marçal, como local mais próprio, já sob o ponto de vista geográfico, topográfico, climatológico, nosológico, etc., já em relação às águas potáveis, esgotos, facilidade de edificação e construção em geral, e já em relação ao serviço de viação, notando-se que, sob esse ponto, o próprio Dr. Aarão Reis considera essa superioridade.

O *Sr. Teixeira da Costa*: Apoiado.

O *Sr. P. Drummond*. Sobre o relatório da Várzea o meu ilustrado colega, Sr. Costa Sena, em grande parte, expôs as dúvidas que eu também tenho encontrado; portanto, não repetirei as mesmas questões porque entendo que não devemos perder nosso precioso tempo; procurarei somente aqueles pontos sobre os quais o ilustre senador deixou de falar.

É assim, Sr. presidente, que esse engenheiro, declarando (p. 6 do relatório) existir alagados no vale superior do rio das Mortes, principalmente da Cachoeira de Ilhéus e nas

proximidades à montante do Sítio e de Barbacena, apresenta a serra de S. José como um abrigo contra as emanções desses alagados sobre a futura capital, alagados na máxima parte de nível inferior ao cimo da serra.

Ora, Sr. presidente, se os alagados, em sua máxima parte, estão em nível inferior à serra de S. José é porque existem alagados em nível igual senão superior à mesma serra. Isto é lógico, outra não pode ser a conclusão.

Portanto, compreende-se que a serra de São José não poderá servir de abrigo, como disse ele, à totalidade das emanções providas da Cachoeira de Ilhéus.

O *Sr. Costa Sena*. Perfeitamente bem.

O *Sr. P. Drummond*: Acresce, Sr. presidente, que este engenheiro, discutindo a geologia do terreno, disse (p. 8 do seu relatório): Não é um terreno de sedimentação' (*lê*).

Portanto, Sr. presidente, as emanções dos alagados da Cachoeira de Ilhéus e Vale do Rio das Mortes infeccionarão um dia toda a Várzea, visto que o abrigo, 'serra de S. José' terá perdido, com a continuação de desprendimentos de seus blocos, em sua altura, e mais os próprios terrenos da Várzea, pela mesma razão da ação corrosiva da decomposição serão abaixados em seu nível.

É uma conclusão forçosa que devemos tirar das próprias palavras do engenheiro como se vê no relatório (p. 6 e 8).

Depois do engenheiro descrever a natureza do solo, ele conclui: Ação corrosiva desses' (*lê*).

Já vê V. Ex<sup>a</sup>, Sr. presidente, que esta serra, apontada como abrigo às emanções, tende, na opinião do engenheiro, no futuro, a desaparecer, e assim acontecendo os alagados já não ficarão abrigados e a nova e futura cidade estará exposta às emanções desses pântanos.

Apesar do meu ilustre colega já haver dito alguma coisa sobre a sondagem, não posso deixar de chamar a atenção do Congresso para um fato.

Diz o relatório, a p. 8, que o subsolo é impermeável, porque é constituído de argila, colocado sobre rocha e, na sua parte superior, cascalho, pedregulho e húmus'.

Sr. presidente, não sou engenheiro, mas creio que essa composição geológica não traduz impermeabilidade do terreno, porque os outros engenheiros encarregados de estudar Belo Horizonte e Barbacena, dando aos terrenos dessas localidades a mesma composição de argila, areia, cascalho, dizem que são permeáveis, salvo se não há diferença entre o terreno impermeável e o pouco permeável!

Já vê V. Ex<sup>a</sup> que uma certa contradição na classificação de impermeável e de pouco permeável, dada a terrenos análogos em sua natureza - e mais que não foi especificada qual a colocação das diversas camadas componentes do terreno -, não se sabe pelo relatório se é a camada argilosa que está superposta à camada de cascalho, areia, etc., ou se é o inverso o que se dá ...

É de supor que esteja sobre a rocha a argila e sobre esta o cascalho e areia.

O que é fato é que há uma espécie de desarmonia entre os engenheiros na classifica-

ção de terreno impermeável e pouco permeável. Pode ser, Sr. presidente, que eu esteja enganado: felizmente, porém, existem neste Congresso profissionais que, sem dúvida, corrigirão o meu engano a respeito.

Porque nos outros lugares (Barbacena e Belo Horizonte) o terreno, sendo constituído de material idêntico ao da Várzea do Marçal, naqueles ele é pouco permeável e neste é impermeável?! Não compreendo!

Mais abaixo diz o engenheiro (*lê*): 'Não existe lençol de água subterrâneo na Várzea do Marçal'.

Sr. presidente, eu quisera do fundo de minha alma ficar convencido de que na Várzea do Marçal não existe lençol de água subterrâneo, para em consciência dar meu voto pela Várzea do Marçal.

Mas, na qualidade de congressista e de humilde médico (*não apoiados gerais; muito distinto*), não posso em absoluto concordar com a não-existência de lençol de água na Várzea do Marçal, deduzida como ficou, pela exposição feita pelo engenheiro nessa localidade.

Em 1º lugar, porque, ao médico higienista que procedeu ao exame da Várzea do Marçal, parecia existir.

Em 2º lugar, porque eu ali observei e encontrei os fatores de um lençol de água! (*apartes*).

Declaro que não estou combatendo a Várzea do Marçal, estou justificando meu voto.

Tendo o Sr. Aarão Reis declarado em seu relatório que na Várzea existiam águas pluviais estagnadas e infiltrações que desapareciam inteiramente nos grandes intervalos da estação pluvial, fui, com o honrado senador Dr. Rebelo Horta, em dias de maio (intervalo das chuvas) visitar aquela localidade, porque, como dizia o autor do relatório, aqueles alagadiços já não deviam existir. Chegando à bela cidade de S. João del Rei, o distinto engenheiro Dr. Rodolfo Paixão, a quem então tive a satisfação de conhecer pessoalmente, assim como os ilustres engenheiros Dr. E. Alves e o meu colega Dr. Francisco Mourão, tiveram a gentileza de nos acompanhar até a Várzea do Marçal.

Vou contar a nossa viagem, o que observei e a minha impressão; o Congresso que tire a conclusão que entender do caso.

Os terrenos de Matosinhos, Sr. presidente, são com efeito secos; e, como por vezes tenho visto trazerem para a tela da discussão esses terrenos, julgo dever declarar que ao Congresso nada importam os terrenos de Matosinhos, visto como a parte que nos deve preocupar a atenção é a Várzea do Marçal, como a localidade indicada entre as cinco para ser estudada. Nossa questão é pois, com a Várzea do Marçal.

A Várzea do Marçal, como o Congresso sabe, é dividida por uma crista de morro de 15m de altura, em duas partes: uma denominada do Porto ; outra, a do Marçal' propriamente.

A do Marçal propriamente dita é arenosa em toda sua extensão e seca; salvo no lugares trajetados pelos córregos, encontram-se ali diversos alagados, devidos a poços abertos para extração de ouro, como prova a existência de 'botados', postos aos lados dos lugares de



serviço. Diz o Dr. Aarão Reis que essas águas são pluviais; o que posso acrescentar é que são limpas, claras.

Seguimos a nossa viagem, sempre do lado Marçal da várzea, até que eu convidei os companheiros para vermos a Várzea do outro lado, que me diziam ser muito extensa e encantadora.

Atravessando, pois, o tal morro de 15 m de altura, avistamos a outra parte da Várzea, a do Porto, que é realmente muito bonita, mas notei ao longe um capim próprio dos brejos e perguntei aos companheiros: lá não há água?

Responderam-me que não, que era completamente seco.

Descemos e chegamos à Várzea, na parte inferior, e aí nessa parte não pudemos absolutamente penetrar: estava completamente cheia de água!

Eu apelo para os nossos próprios companheiros de viagem, a que há pouco me referi.

O *Sr. E Reis*: A parte percorrida pelo Sr. Dr. Duarte da Fonseca, há três dias, a pé, estava completamente seca.

O *Sr. Drummond*: Agradeço sumamente o aparte do meu colega e particular amigo; ele traz-me à lembrança a necessidade de esclarecermos uma troca de apartes, dados aqui ontem por mim e pelo nobre deputado Dr. Duarte da Fonseca, motivada por uma pergunta que, na sessão de ontem, me foi dirigida pelo nobre senador Costa Sena, isto é, se eu tinha encontrado os poços, na Várzea, secos ou com água, ao que respondi que em maio, quando lá estive, os poços continham água; então o nobre deputado Dr. Duarte da Fonseca, em aparte, declarou que indo, há poucos dias, à Várzea, encontrou os poços completamente secos. Em vista dessa asseveração do nobre deputado, logo que terminou a sessão, procurei-o e perguntei-lhe se, com efeito, viu os poços secos, pois que eu, em maio, os encontrei com água; ao que me respondeu o nobre deputado: não (palavras suas) não, secos completamente, não; estavam com o fundo um pouco úmido.'

S. Ex<sup>a</sup> acha-se presente e poderá dizer se é ou não exato o que acabo de referir.

O *Sr. D. da Fonseca*: Examinei as várias escavações feitas pela comissão, ou quem quer que fosse, e achei-as secas completamente; é verdade que o fundo estava um pouco úmido.

O *Sr. P. Drummond*. Se o fundo das escavações estava um pouco úmido, como pode o nobre deputado empregar a expressão 'completamente secas'; não fará o fundo parte dessas escavações?

Custa-me um pouco, Sr. presidente, compreender que os poços, vistos por mim e por todos os meus companheiros de viagem, há pouco referidos, estando com água em maio (intervalo das chuvas), estejam agora secos, apenas com o fundo um pouco úmido! Estou, entretanto, perfeitamente certo de que o meu nobre colega Dr. Duarte encontrou os poços secos, apenas com alguma umidade no fundo, porque S. Ex<sup>a</sup> assim o declara, o que é quanto basta. Devo concluir que S. Ex<sup>a</sup> examinou os poços, que não observei e vice-versa, ou então a estação chuvosa daquela localidade é em tempo diverso do que se observa geralmente.

Já vê V. Ex<sup>a</sup>, Sr. presidente, que o que acabei de dizer é verdade.

O *Sr. Elói Reis* dá um aparte.

O *Sr. P. Drummond*: Mas, Sr. presidente, se em maio encontrei a Várzea alagada a ponto de não podermos penetrar nela, como, em dezembro, que é tempo das chuvas, ela poderia estar enxuta?

O Dr. Aarão Reis diz: A Várzea tem alagados, devidos a infiltrações pluviais'. Como essas águas infiltradas em maio ainda não desapareceram? Deixaram também de obedecer à lei da gravidade?! Porque ainda não se escoaram para o rio das Mortes, quando é o próprio Dr. Aarão quem diz ser de 3 m a distância da superfície das águas deste rio à crista ou ribanceira da Várzea?! (Pausa).

O *Sr. Otávio Otoni* dá um aparte.

O *Sr. P. Drummond*. Estas minhas considerações são filhas da observação e estão ao alcance de todos, menos dos cegos.

O *Sr. V. Mascarenhas*. V. Ex<sup>a</sup> está falando, como sempre, com toda a ilustração e isenção de ânimo (*apoiados gerais*).

O *Sr. P. Drummond*: Sr. presidente, não podendo nós penetrarmos nessa parte da Várzea, perguntei a um dos meus companheiros acima citados ao que se deveria atribuir aquela água, aquela infiltração e mais onde estavam os poços abertos para exploração do terreno; ele respondeu-me: 'Creio que já desapareceram'.

Convidei ao Dr. Paixão para verificarmos se existia algum dos poços e encontramos um cheio de água, sendo a distância entre a superfície do solo e a da água do dito poço 60 cm.

Subindo a Várzea, que tem um declive de 1%, não encontramos mais poços, porém, encontramos uma extensa cava cheia de água e, procedendo a exame, vimos que a superfície da água estava a 90 cm abaixo do nível do terreno.

Lembro-me, Sr. presidente, ter dito ao ilustre Dr. Paixão que aquela Várzea não era seca, como nos diziam, ao que ele respondeu que, morando em S. João Del Rei, ignorava a existência daquelas águas, mesmo porque não tinha ainda ido àquele local.

Estamos em Congresso, Sr. presidente, onde, felizmente, há médicos, engenheiros, jurisconsultos e industriais; e, portanto, podemos com alguma facilidade nos aproximar da verdade, isto é, saber se na Várzea há ou não lençol de água.

A água, na parte inferior da Várzea, está na superfície do solo; ali não pudemos andar; pouco acima encontramos água a 60 cm e, pouco mais acima, a 90; e, pois, pergunto: esta água que vemos já na superfície do solo já a 0m,60, já a 0m,90, tendo o terreno uma declividade de 1%, não será um lençol de água subterrâneo? Parece que sim.

O *Sr. Elói Reis* dá um aparte.

O *Sr. P. Drummond*. Ilustrado colega e particular amigo, sinto profundamente não poder concordar, mas o relatório do médico a este respeito está feito de maneira a deixar ver que havia um lençol de água subterrâneo.

Não preciso, entretanto, basear-me nesse relatório para afirmar que existe lençol de

água; basta para isto atender-se à composição geológica descrita pelo engenheiro que é a seguinte (*lê*):

O subsolo é formado por camadas de argila, cascalho e areia, tendo em sua superfície a camada húmus'; ora, Sr. presidente, desde que existem águas, como provei, e que não são pluviais (observação feita em maio, intervalo das chuvas), essas águas, não atravessando a camada argila, conservam-se acima desta, o que não lhes impedem o cascalho, areia e húmus e sendo o nível do terreno de 1%, eis por que encontramos em alturas diferentes águas aliás em seu nível natural.

Acresce, Sr. presidente, como eu já disse, que nessa localidade encontram-se vegetais próprios dos pântanos; como negar Sr. presidente, a existência do lençol de água e que esse possa ser pantanoso, fato aliás em parte confirmado pela constituição médica de S. João Del Rei?

Quem fala agora é o nosso mestre Soyka; não é esta nulidade que vos dirige a palavra (*não apoiados gerais*).

O Sr. E. Reis: Arnould diz o contrário.

O Sr. P. Drummond: V. Ex<sup>a</sup> daqui a pouco, justo, como é, há de concordar comigo.

O Sr. C. Sena. Peço a V. Ex<sup>a</sup> não se esqueça um momento da famosa lei de Soyka; e se precisar qualquer concurso de geologia estou aqui.

O Sr. P. Drummond. O meu ilustrado colega Dr. Elói Reis mostra não estar ainda satisfeito com a argumentação de que tenho lançado mão para, do relatório e do que foi por mim observado na Várzea, deduzir a existência do lençol de água ali e a possibilidade e mesmo a probabilidade de ser este pantanoso.

Sr. presidente, a Várzea está na encosta da serra de S. José e com declive para o rio das Mortes; da serra, como consta do relatório, nascem diversas águas - no limite inferior da Várzea corre o mesmo rio; ora, Sr. presidente, sendo os lençóis de água que impedem o secamento dos rios no intervalo das chuvas, segundo a autorizada opinião de Soyka claramente manifestada em Dresde; tendo eu declarado que observei água em diversas altitudes na Várzea do Porto e sendo também esta a declaração do Dr. José de Carvalho Almeida, engenheiro encarregado de examinar essa localidade, como se vê no seu relatório (p. 8), onde diz: nos poços de 4m encontrou-se água em nível variado favorecendo ainda a existência do lençol de águas as camadas: cascalho, areia e húmus sobre a argila, que é impermeável. Por que, Sr. presidente, negar-se a existência do lençol de água?! Assim nos ensina aquele que ocupa o primeiro lugar, como higienista - Soyka. (*apoiado do Sr. Costa Sena*)

O Sr. E. Reis dá um aparte.

O Sr. Costa Sena: No tratado de higiene de Arnould, (p. 116) se não me engano, se lê o seguinte: 'Nenhum terreno é antipático à formação de um pântano, nenhum terreno, etc.'.

Eis o que diz o autor citado pelo nobre deputado Sr. Elói Reis.

O Sr. P. Drummond: Sim, Sr. presidente, como muito bem disse o ilustre senador Costa Sena, todo o terreno é passível à formação de pântanos, desde que na localidade existam

os fatores do micromalária e que o meio seja conveniente à sua cultura.

Mas, Sr. presidente, o próprio engenheiro há pouco citado, por suas palavras, prova a existência de lençol de água (*lê*).

Ora, Sr. presidente, eu acredito que o engenheiro aqui não devia dizer - de nível variável - simplesmente; devia fazer como o fiz há pouco: determinar os níveis: 0,m00, 0,m30, 0,m90 etc., e, do confronto desses níveis de água com o declive da Várzea, provar que essas águas não provinham de um lençol subterrâneo por não guardarem nivelamento igual, e não dizer que essas águas (p. 8) são efeitos de insignificantes infiltrações de águas pluviais, que desaparecem no intervalo das chuvas'. Sr. presidente, esse ilustre engenheiro devia saber que essas águas não desapareceriam no intervalo das chuvas, porque nessa ocasião, como por mais de uma vez tenho dito, eu e os meus companheiros já citados, visitando a localidade, já encontramos as mesmas águas. Que águas de infiltrações pluviais são estas, Sr. presidente, que, tão próximas do rio, ainda não tinham podido fazer o seu escoamento?!... Sr. presidente, poderei não saber me explicar bem, mas uma coisa eu sei: é que na Várzea do Porto existe lençol de água.

Já vê V. Ex<sup>a</sup>, Sr. presidente, que é o próprio engenheiro que diz que existe lençol de água, porque ele em diversas localidades, abrindo poços com 4 m de profundidade, encontrou sempre água.

O *Sr. C. Alves*. E diz justamente o contrário; não existe lençol de água.

O *Sr. Drummond*: Efetivamente, concluindo que não existe lençol de água, tirou uma conclusão oposta às suas premissas, e é nisso que não concordo com ele. Aceitei as premissas estabelecidas pelo mesmo, pois essas são verdadeiras, porque eu próprio lá observei as águas já no solo, já em profundidades diferentes e, portanto, não posso concluir, com ele, na não-existência de lençol de água.

O *Sr. C. Alves*: Sim, V.Ex<sup>a</sup> pode concordar ou não concordar, mas não pode afirmar que ele dissesse em seu relatório que existe lençol de água.

O *Sr. Drummond*: - Tenha paciência, meu colega, V. Ex<sup>a</sup> há de convir que esta conclusão está implícita no parecer do engenheiro.

O *Sr. C. Alves*: Eu neste ponto estou com o engenheiro e não com V. Ex<sup>a</sup>. Com V.Ex<sup>a</sup> irei na medicina (riso).

O *Sr. Drummond*: Mas trata-se de um fato ao alcance de todos, de qualquer; não é preciso ser médico, engenheiro ou geólogo; é qualquer indivíduo com a condição de ter olhos e querer ver.

Sr. presidente, o engenheiro diz que sondou o terreno em diversos lugares, em diversas alturas, e encontrou nessa sondagem água de nível variável, devida à infiltração, etc. etc., e conclui dizendo que não há lençol de água!

O *Sr. Elói Reis*: E é uma conclusão muito lógica.

O *Sr. P. Drummond*: Sr. presidente, eu às vezes duvido se sei ou não ler!

O *Sr. C. Alves* dá um aparte.

O Sr. *Drummond*. Pois eu acabo de ler as palavras do engenheiro e V.Ex<sup>a</sup> me contesta?! Sr. presidente, continuo a apreciar os trechos do relatório. Diz o engenheiro adiante (*lê* - p. 9):

As condições do subsolo dispensam a drenagem, bastando aterrar escavos de mineração, regularizar o nivelamento do terreno e canalizar as águas nascentes e pluviais'. É este o subsolo onde não existe lençol de água!

Eu creio que, para aproximar-se da drenagem, muito pouco falta.

Em relação aos esgotos, o engenheiro faz justiça à localidade: há com efeito um rio cujas águas são suficientes para a dissolução dos resíduos e detritos de uma cidade grande, sendo para lastimar-se que a Várzea não tenha maior altura, para dispensar o aterro e para dar à galeria dos esgotos o declive preciso.

Da análise química das águas, Sr. presidente, vê-se que o resíduo de matéria orgânica das águas limpas da Várzea é de Og, 00835, ao passo que o das águas do Acaba-Mundo, que são as que atualmente servem à população do local, é de Og, 0044, as do ribeirão do Cercadinho de Og, 0057 e as do ribeirão da Serra de Og, 009. Essas três águas, Sr. presidente, são suficientes a uma população de 96.240 almas. Vê-se da dosagem que essas águas são mais puras que as denominadas 'águas limpas da Várzea'. Sendo a proporção, como descreve Girord, de 03g,005, conclui-se o asserto que acabo de dizer.

Em relação à viação férrea, notei, Sr. presidente, uma grande superioridade em Belo Horizonte; vejamos o que declararam os engenheiros:

Quanto à Várzea do Marçal, diz o engenheiro (p. 21 - *lê*): As comunicações da Várzea do Marçal, por meio de vias férreas, com as outras regiões do Estado de Minas e do exterior, são tão completas quanto se pode desejar no início da viação férrea no Brasil'.

Quanto ao Belo Horizonte, diz o engenheiro que fez o exame (p. 29 - *lê*):

O único obstáculo que se pode apresentar contra a mudança da capital para Belo Horizonte é não estar ainda a localidade servida por uma via férrea que a ponha em comunicação imediata com todos os pontos do Estado de Minas e com os grandes centros e portos principais da República'. O mesmo engenheiro, Sr. presidente, conclui à p. 30 de seu relatório: Por essa forma será Belo Horizonte um ponto forçado da grande artéria, que tem de ligar o norte com o sul da República e o ponto central das ramificações para todo o litoral e para as repúblicas do Prata e do Pacífico; perfeitamente de acordo com plano da viação geral e estadual, fica assim evidente, como dissemos na primeira parte deste relatório, que a mudança da capital para esta localidade oferece maior soma possível de vantagens aos interesses agrícolas, industriais e políticos do Estado de Minas, considerados em seu conjunto'.

Bem podemos, Sr. presidente, a esses juízos acrescentar o que diz o Dr. Aarão Reis, em seu relatório, p. 76:

'Se na atualidade a Várzea do Marçal representa melhor o centro de gravidade do Estado e acha-se já ligada por meios rápidos e fáceis de comunicação com todas as zonas, daqui há algumas dezenas de anos, Belo Horizonte melhor o representará, de certo, e mais

diretamente ligada ficará a todos os pontos do vasto território mineiro’.

Já vê o Congresso que, em relação à viação férrea, que é uma das partes mais importantes para a qual devemos olhar, há superioridade na viação de Belo Horizonte sobre a Várzea.

A existência da atual estrada Oeste não constitui superioridade naquela localidade, em primeiro lugar porque essa estrada, mudada a capital para a Várzea, não poderá continuar com a mesma bitola: ter-se-à de fazer nova estrada ou pelo Estado encampando aquela, ou pela companhia, e nesse caso estará a capital do Estado subordinada à vontade de uma companhia!...

O único obstáculo, Sr. presidente, é a falta da ligação do Belo Horizonte com a estrada de ferro; é uma ligação, Sr. presidente, que está calculada em 15,km200, que a 25:000\$000, custará ao Estado 380:000\$000, segundo o plano e orçamento feito pelo Dr. Samuel.

Pode-se, Sr. presidente, estabelecer paralelo entre essa despesa e a que o Estado terá de empregar para encampar a estrada de Oeste? Ou ainda o Estado preferirá ter a sua capital servida por uma companhia particular e, portanto, depende da vontade dessa, a ter de despendar a insignificante quantia de 380 contos?...

Sr. presidente, faço justiça a este Congresso e termino o que tinha de dizer sobre a viação férrea com esta interrogação.

Tendo ligeiramente dito algumas palavras em relação ao relatório do engenheiro referente à Várzea do Marçal, vou agora estabelecer o paralelo, apresentando o que diz o engenheiro em relação ao Belo Horizonte.

Em relação ao seu clima ficou bem claro o que disse o engenheiro.

O engenheiro que examinou o Belo Horizonte diz em seu relatório à p. 13 (*lê*): ‘O solo é completamente seco pelo franco esgoto às águas pluviais, que lhe dá sua declividade, não se encontrando brejos, nem alagadiços em toda a bacia do Arrudas’.

Em confronto, Sr. presidente, com o que o engenheiro da Várzea declarou em relação ao seu solo, não se pode pôr em dúvida a superioridade de Belo Horizonte.

Com efeito, o engenheiro da Várzea declarou em seu relatório (p. 3) que as águas encontradas ali eram devidas às filtrações pluviais, ao passo que o engenheiro de Belo Horizonte declara em seu relatório (p. 13) que o solo é completamente seco, etc.; e note, Sr. presidente: estes exames foram feitos nos mesmos meses!

Diz o engenheiro, ainda em relação ao subsolo (*lê*), que em Belo Horizonte em poços de 5 m de profundidade não se encontrou água’ (p. 14), notando-se que ainda acrescentou o engenheiro que não aprofundou mais os poços por faltarem-lhe os meios de investigações.(p. 14)

O subsolo (*lendo*) é enxuto, prescindindo de drenagem para garantia das condições higiênicas.

Já vê V. Ex<sup>a</sup>, Sr. presidente, que os próprios engenheiros estabelecem desigualdade entre a Várzea do Marçal e o Belo Horizonte; aqui o subsolo é enxuto, prescindindo de

drenagem, ao passo que lá dá-se o contrário.

Em certos lugares de desbarrancados, provenientes das chuvas, de altura de 10 m, o engenheiro teve ocasião de observar toda a parede completamente seca.

*Uma voz!* Belo Horizonte é um magnífico lugar.

O Sr. P. Drummond. Portanto, já se vê que em Belo Horizonte não há o lençol de água, que existe na Várzea do Marçal.

Dizia ainda o engenheiro à p. 15 (*lê*): 'Na esplanada da parte inferior' - note, Sr. presidente, que é na parte inferior (*continuando a ler*) 'do vale do Arrudas, abrimos vários poços com a profundidade de 5 m e não encontramos água, donde concluímos que o lençol de água deve existir a mais de 5 m de profundidade. Vejamos agora, Sr. presidente, o que o engenheiro da Várzea disse à p. 8 do seu relatório: 'Sondei o terreno em diversos lugares de altitudes diferentes' - note Sr. presidente, que aqui os poços não foram abertos somente na parte inferior da Várzea, como se procedeu em Belo Horizonte, escolhendo-se a parte inferior do vale do Arrudas - (*continuando a ler*) abrindo poços até a profundidade de 4 m' - note, Sr. presidente, que em Belo Horizonte os poços foram de 5 m (*continuando a ler*) e as águas encontradas nessas sondagens' - note-se que em Belo Horizonte não se encontrou água - (*continuando a ler*) de nível variável...' Sr. presidente, é muito lato este modo de dizer; não será, felizmente, para mim, porque lá fui e tomei o nível: 0m,00, 0m,30, 0m,90; foi nestes níveis que encontrei a água ali (*continuando a ler*): 'são, como verifiquei após demorada observação, efeitos de insignificantes infiltrações de águas pluviais na camada frouxa do solo' note, Sr. presidente, e que, aumentando com a continuação das chuvas, desaparece nos grandes intervalos'.

Lembre-se, Sr. presidente, que eu já declarei ao Congresso que fui à Várzea em maio e que encontrei as águas em níveis, já também mencionados.

Dessa dupla exposição, Sr. presidente, em terrenos análogos por sua natureza (veja p. 8 do relatório da Várzea, 13 e 14 do de Belo Horizonte), notando-se ainda a identidade do tempo em que foram tomadas as observações da conclusão tirada pelos engenheiros, eu fico perplexo!

O engenheiro de Belo Horizonte diz, Sr. presidente, que o lençol de água deve estar abaixo de 5 m, porque até essa altura não encontrou água; dá, portanto, a possibilidade da sua existência.

O ilustre engenheiro da Várzea, estabelecendo os dados de sua observação, declara que em poços de 4 m encontrou água em nível variável, e conclui: 'não existe lençol de água subterrâneo'!...

Sr. presidente, o engenheiro encarregado dos estudos em Belo Horizonte conclui, à p. 16 (*lê*): 'Do que fica exposto, concluímos que o lençol de água subterrâneo, se existe, deverá achar-se a mais de 5 m de profundidade, e que, atenta à constituição geológica do solo e subsolo, Belo Horizonte oferece sólidas garantias quanto à salubridade e condições extremamente favoráveis para as fundações dos edifícios e abertura a seco das escavações

necessárias para a rede dos encanamentos da água e galerias dos esgotos'.

Chegamos a uma parte muito importante Sr. presidente; quero referir-me ao clima.

Diz o engenheiro que o clima é muito ameno, saudável, etc., e que, quanto a moléstias endêmicas, só se conhece o famoso bócio. Diz o engenheiro em seu relatório, p. 26; o número de indivíduos atacados é limitadíssimo, tendo apenas encontrado oito durante os três meses e meio que estive em Belo Horizonte, isto é, três décimos por cento da população, que é de mil e seiscentas almas, segundo a última estatística. Entretanto, o meu ilustre colega, em seu relatório, p. 27, dá 1%, como veremos, em relação ao cretinismo e em maior proporção em relação ao bócio!...

Sr. presidente, bem contra a minha vontade direi que o relatório do meu ilustre colega Sr. Dr. J. R. Pires de Almeida, não é filho de sua observação, como devia ser, mas somente procede de informações.

O engenheiro Sr. Dr. Samuel Gomes Pereira esteve em Belo Horizonte três meses e meio: lá estive na casa em que ele residiu, ao passo que o Dr. J. R. Pires de Almeida chegou ao Belo Horizonte às 4 horas da tarde, jantou, montou seu aparelho à tarde, no largo da igreja; no dia seguinte deu uma volta dentro do povoado, almoçou, retirou-se e nunca mais lá voltou.

O *Sr. V. Mascarenhas*: Mais expedito do que César, que chegou, viu e venceu? (*Risas*)

O *Sr. P. Drummond*. Eis a verdade.

O único fato que desde o governo provisório foi levantado contra Belo Horizonte foi o bócio, e foi uma questão levantada somente para arredar a mudança da capital, e creio que esta idéia do bócio' partiu mesmo de Ouro Preto; se não me falha a memória, li esse fato no *Jornal de Minas*.

Se o engenheiro Dr. Samuel é homem sincero, como é geralmente considerado, porque não darmos valor a uma declaração sua, baseada na estatística, que está ao alcance de todos?

O *Sr. C. Alves* dá um aparte.

O *Sr. P. Drummond*: Peço ao ilustre senador que não me empreste sentimentos que não tenho.

A observação estatística está ao alcance de todos os indivíduos.

Assim, tanto um médico pode contar, em uma localidade qualquer, um certo número de papudos, como o engenheiro também pode fazê-lo, e acrescentarei: esse fato estatístico está ao alcance de qualquer carroceiro. Acresce que a estatística do Dr. Samuel merece muito mais valor do que a do Dr. J. R. Pires de Almeida; aquela é própria, baseada em 105 dias de continuada observação, e esta, sem a base de observação própria, visto que o Dr. Pires apenas esteve algumas horas em Belo Horizonte, procede de informações que, como sabemos, não têm o cunho de uma estatística pessoal.

Sr. presidente, incomodei-me com o boato de que no Belo Horizonte existia o bócio



sob a forma endêmica e para lá me dirigi.

Percorri toda a localidade, tomei nota de todos os indivíduos de maior idade ali existentes, indivíduos de 50 até 85 anos, examinei seus filhos, netos, toda a descendência e não vi em nenhum o bócio; a glândula tireóide tinha suas dimensões naturais.

Em toda a minha excursão só encontrei quatro indivíduos com bócio e dentre eles duas mulheres, que me pediam esmola.

Encontrei-me também com outras muitas pessoas, que nem ao menos manifestavam o sintoma desse mal.

Ora, se o bócio fosse endêmico, em uma população de 2 mil e tantas pessoas, compreende-se que essas pessoas não estariam isentas do bócio (*apoiado do Sr. Augusto Clementino*).

Acresce, Sr. presidente, que todos nós sabemos perfeitamente que no Estado de Minas não há uma só localidade onde não exista, um, dois, três e mais casos de bócio.

Eu apelo para os ilustres congressistas, que me digam se em suas localidades não existe um ou outro indivíduo com bócio?

É possível que algum possa responder: em minha terra nunca vi bócio; e eu creio, porque é bastante não se estar em observação para que ele possa passar despercebido.

Eu, depois que examinei essa questão, e que resolvi dar meu voto pelo Belo Horizonte, tratei de indagar se somente ali havia papudos, embora na pequena porcentagem por mim observada, e tenho verificado a sua existência em toda parte.

Sr. presidente, o clima de Barbacena, por exemplo, é o clima apontado como um dos melhores do Estado de Minas, ninguém pode contestar; e, no entanto, nestes poucos dias que aqui estou, já vi nove papudos na cidade.

O *Sr. F. Lobato*: São importados.

O *Sr. E. Reis*. São papudos ambulantes.

O *Sr. Drummond*. São quase todos mesmo da cidade; tive o cuidado de indagar deles o seu nascimento, a sua residência, a de seus pais, e todos são filhos daqui mesmo, de Barbacena, com exceção de uma mulher, que nos disse ser filha de Ibertioga.

Ora, porventura pode alguém, diante desse fato, acusar o clima de Barbacena ou suas águas de condutores do *quid ignotum papogeno*, que tão bem descreve o Dr. J. R. Pires de Almeida? Absolutamente não.

Já vê V. Ex<sup>a</sup>, Sr. presidente, que a acusação feita ao Belo Horizonte, quanto à existência do bócio, não procede em absoluto.

Se não procede o argumento em relação ao bócio, fica *ipso facto* destruído, e da sua consequência, o cretinismo, até porque o próprio Dr. J. R. Pires de Almeida em seu relatório diz que lá só encontrou um cretino.

Ora, pelo fato de haver numa localidade um cretino, pode-se afirmar que aí reina o cretinismo?!

Não entro na apreciação das condições higiênicas referidas pelo meu ilustrado colega, membro da comissão em relação à Várzea do Marçal, porque não trato aqui de combater

essa localidade: trato apenas de justificar a minha emenda, tanto mais porque o higienista classifica a Várzea do Marçal, depois de Belo Horizonte, sob o ponto de vista higiênico.

Para confirmar o que há pouco disse, Sr. presidente, vou ler um trecho do relatório do médico (*lê*):

Lamentamos que uma localidade, tal como Belo Horizonte, que, pela disposição de seu terreno, altitude média, clima temperado, abundância e qualidade física das águas, facilidade de esgoto, uberdade de solo, por sua riquezas naturais, em suma, ouro, ferro, cristais, mármore de variadas cores, etc., impondo-se a toda a evidência, encerre também em seu seio o agente produtor do bócio e, conseqüentemente, o cretinismo!

Já vê V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. presidente, que o distinto médico condena a localidade de Belo Horizonte, lamentado e somente porque ela encerra em seu seio o bócio e a sua conseqüência - o cretinismo. (apartes)

Sr. presidente, creio que ficou bem demonstrado que a causa dessa lamentação não existe em Belo Horizonte: em 1º lugar, porque com a estatística provei o contrário do que foi dito pelo distinto higienista; em 2º lugar, porque ele não tem culpa direta, visto que baseou a sua estatística somente em informação; e tanto ele próprio está convicto, que classificou Belo Horizonte em 2º lugar, porque ele deveria supor ter de passar ao 1º lugar, visto que os engenheiros não concordaram, pelas suas exposições, na classificação de Barbacena em 1º lugar e, portanto, teria de ocupar o 1º lugar Belo Horizonte.

Ditas essas palavras julgo-me feliz por ter tido ocasião de ver uma boa descrição sobre o bócio, a qual eu antes denominarei um tratado, e nesse ponto felicito o distinto higienista, que teve ocasião de prestar à classe médica um serviço, equivocando-se somente no fim, quando descreveu a hipertrofia do corpo tireoide.

Não fosse, Sr. presidente, a afecção desenvolvida em relação ao Belo Horizonte, onde ela não existe, como pretende o meu ilustrado colega, e eu só teria louvores a apresentar ao autor de uma precisa e completa descrição.

O ilustre médico ainda classifica a Várzea do Marçal, em relação ao Belo Horizonte, em 2º lugar, atento ao impaludismo. E justifica a infecção malárica pela existência dos alagados da Cachoeira de Ilhéus, vale do rio das Mortes e ao lençol de água subterrâneo.

O *Sr. C. Alves*. Ele põe em dúvida esse lençol de água.

O *Sr. Drummond*. Ele põe uma interrogação, que supponho ter substituído por uma afirmação.

Sr. presidente, desse ligeiro confronto, muito mal-feito (*não apoiados*) entre a Várzea do Marçal e o Belo Horizonte, desejo apenas que o Congresso conclua que o meu estudo e exposição foi todo imparcial, pois, como já disse, só poderia dar meu voto pela Várzea do Marçal em vez de Belo Horizonte, se fosse atender às outras considerações que não o dever de congressista e sobretudo o de médico.

Portanto, Sr. presidente, eu espero que o Congresso veja nesse confronto o desejo que tenho de justificar a emenda que vou submeter à sua apreciação, e ao mesmo tempo para

que fique desde já justificado o voto que tenho de dar nesta magna questão.”<sup>238</sup>

Ressalvadas as emendas, o art. 1º do projeto foi aprovado, no dia 7, por 43 votos contra 12, sendo a Emenda n. 1 rejeitada por 48 contra 7 votos e a de n. 2, por 38 contra 16, em votação nominal. Votaram a favor de Belo Horizonte os Srs. J. Drummond, Bias Fortes, Teixeira da Costa, Rebelo Horta, Frederico Augusto, J. N. Kubitschek, Teodomiro Pereira, Eugênio Sales, Augusto Clementino, Silva Fortes, Nelson Sousa Moreira, Viriato Mascarenhas, Bernardino de Lima, João Luís e Manuel Alves. votaram contra os Srs. Carlos Alves, Camilo de Brito, Ferreira Alves, Gama Cerqueira, Xavier da Veiga, Costa Sena, Gomes Valadão, Álvaro Mata, Antônio Martins, Roquete, Manuel Eustáquio, Costa Reis, Antônio Cândido, Otávio Otoni, Ribeiro de Oliveira, Francisco Sales, Levindo Lopes, Alexandre Barbosa, Tavares de Melo, Faria Lobato, Henrique Diniz, Viotti, Mariano de Abreu, Targino Silva, Josino de Brito, Abeilard Pereira, Gomes Freire, Carlos Marques, Elói Reis, Eduardo Pimentel, Severiano de Resende, João Bráulio, Wenceslau Brás, Gomes da Silva, Gonçalves Ferreira, Coelho de Moura, Duarte da Fonseca, Dutra Nicácio e Bueno Brandão.

Belo Horizonte havia sido derrotado, mas o autor da emenda não se deu por vencido e no dia 12, em 3º discussão do Projeto n. 1, voltou de novo à tribuna com a mesma emenda, assinada pelos mesmos congressistas, menos os Srs. Sousa Moreira, Manuel Alves, Teodomiro Pereira, João Luís, e Frederico Augusto, justificando-a nestes termos:

“O *Sr. J. Drummond*: Sr. presidente, obedecendo ao dever que me é imposto pelo Estado de Minas e levado pelo impulso de minha convicção, eis-me ainda diante do Congresso com a minha palavra humilde, é verdade (*não apoiados*), mas, que só traduz um sentimento: a reverência devia ao projeto sobre a mudança da capital.

Vejo, Sr. presidente, neste momento, voltado para este Congresso todo o olhar de Minas e, nesse olhar, leio uma superioridade, uma esperança e uma confiança.

Sim, Sr. presidente, porque se representamos o Estado de Minas, se nos assiste hoje o direito do voto sobre tão importante questão, é porque o Estado, confiando, tudo esperando de nós, deu-nos o mandato.

Venho reerguer, Sr. presidente, aquela mesma emenda que, tendo a honra de submeter à criteriosa apreciação desta Casa, na segunda discussão, tive ao mesmo tempo, o desprazer de vê-la cair diante do voto do Congresso.

Sendo a própria emenda que foi rejeitada no dia 7, a minha insistência, Sr. presidente, traduz a convicção de que Belo Horizonte é aquele lugar para o qual estão voltados todos os olhos do povo mineiro, a certeza de que, os dias decorridos, depois da sua queda, aproveitados, em estudos e séria reflexão, justificarão o seu restabelecimento.

É, pois, chegado aquele momento, Sr. presidente, que faz palpar o coração do Congresso...

O *Sr. G. Cerqueira*: Já está custando bem.

O *Sr. P. Drummond*: É chegado o momento solene em que vamos ser juízes em uma

magna questão; é chegado o momento em que vamos pronunciar o sim ou não e talvez pudesse dizer, Sr. presidente, a vida ou a morte do Estado.

Sr. presidente, a questão felizmente acha-se entre duas localidades, que, já pelos estudos da comissão, já por nossa observação direta, estão perfeitamente conhecidas pelo Congresso.

À vista disto, Sr. presidente, não querendo tomar tempo ao Congresso, até porque estou de perfeito acordo com o nobre senador Gama Cerqueira, que acaba de me honrar com o seu aparte, vou concluir, dizendo: neste momento pende sobre o Congresso a grave interrogação: a capital do Estado de Minas será mudada para Belo Horizonte ou para a Várzea do Marçal? Vamos, meus ilustrados colegas, responder a essa inevitável pergunta e a Deus peço que nos ilumine!...

Envio à mesa a emenda que já tive ocasião de formular na segunda discussão do projeto (*Muito bem!*)".<sup>239</sup>

Igualmente o Sr. Viotti apresentou de novo, nesse mesmo dia, a sua emenda preferindo Barbacena à Várzea do Marçal.

No dia 13, após novos e acaloradíssimos debates, foi encerrada a discussão sobre as emendas, sendo estas submetidas a votos por meio de votação nominal, a requerimento do Sr. Wenceslau Brás. A Emenda n. 1, que desta vez não fora assinada pelo Sr. Ribeiro de Oliveira, era rejeitada por 47 contra 11 votos. A Emenda n. 2, favorável a Belo Horizonte, era aprovada por 30 contra 28 votos, tendo votado a favor dela os Srs. *J. P. Drummond*, Bias Fortes, Teixeira da Costa, Rebelo Horta, Frederico Augusto, Camilo de Brito, Ferreira Alves, Melo Franco, Xavier da Veiga, Costa Sena, Antônio Carlos, J. N. Kubitschek, Álvaro Mata, Rocha Lagoa, Antônio Martins, Teodomiro Pereira, Eugênio Sales, Augusto Clementino, Sabino Barroso Júnior, Silva Fortes, Nelson, Tavares de Melo, Sousa Moreira, Viriato Mascarenhas, Henrique Diniz, Bernardino de Lima, João Luís, Manuel Alves, Gomes Freire e Carlos Marques. Votaram contra ela os Srs. Carlos Alves, Gama Cerqueira, Gomes Valadão, Roquete, Manuel Eustáquio, Costa Reis, Antônio Candido, Otávio Otoni, Ribeiro de Oliveira, F. Sales, Levindo Lopes, Alexandre Barbosa, Faria Lobato, Viotti, Mariano de Abreu, Targino Silva, Josino de Brito, Abeilard, Elói Reis, Eduardo Pimentel, Severiano de Resende, João Bráulio, Wenceslau Brás, Gomes da Silva, Gonçalves Ferreira, Coelho de Moura, Dutra Nicácio e Bueno Brandão.<sup>240</sup>

Com a aprovação, por dois votos, dessa emenda, estava escolhido Belo Horizonte para a nova capital de Minas! Desses dois votos vitoriosos, um foi o do Sr. Antônio Carlos que, segundo a tradição, estava enfermo, impossibilitado de andar e se transportou ao Congresso carregado em uma cadeira!

Iam-se discutir e votar, agora, os prazos para a construção da nova capital e para a transferência do governo, que, no art. 6º do projeto, era de quatro anos. Foi o que se fez no dia 13, vindo logo à mesa um substitutivo do Sr. Augusto Clementino, elevando para oito anos aquele prazo. Mas esse substitutivo foi rejeitado por 30 contra 28 votos, sendo preju-

dicada uma subemenda da comissão especial, que dizia: 'Devendo, porém, o presidente do Estado transferir provisoriamente a sede do governo para a cidade de Sabará ou Barbacena.'

Vibrantes debates ainda se travaram, na sessão de 15, quando o Sr. Francisco Sales, por parte da comissão especial, apresentou, para 4ª. discussão, as emendas já aprovadas em 3ª., as quais o Sr. E. Pimentel assinara, dando-se por vencido.

Levantando-se o Congresso a afirmar que não tinha cabimento nova discussão em torno da Emenda n. 1, por ser matéria vencida, foi a mesma retirada, sendo aprovada a emenda que estabelecia a denominação de *Minas* para a nova capital.

A redação final do projeto, sem mais debates, obteve aprovação no mesmo dia, e, a 17, era promulgada pelo Sr. Dr. Bias Fortes, presidente do Congresso, a seguinte Lei n. 3, adicional à Constituição.

"Nós, os representantes do povo mineiro, em Congresso Legislativo, decretamos e promulgamos a seguinte lei:

Art. 1º Fica designado o Belo Horizonte para aí se construir a capital do Estado.

Art. 2º Fica o governo autorizado:

1º - A mandar organizar o plano definitivo da nova cidade sob as seguintes bases:

a) divisão do terreno em lotes destinados a edificações urbanas, a quintais ou chácaras, com determinação dos preços de cada categoria, atendendo à sua colocação, proximidade do centro da cidade e outras condições que possam influir no respectivo valor;

b) determinação dos terrenos que devem ser reservados para edifícios públicos do Estado, ou da União e municipalidade, praças, jardins, passeios públicos, mercados, estações de estradas de ferro e *tramways*, casas de caridade, hospitais, templos e cemitérios;

2º - A proceder à desapropriação dos terrenos particulares, compreendidos da planta que for aprovada;

3º - A estabelecer, em regulamento, os planos, condições higiênicas e arquitetônicas que devem presidir às edificações, assim como tempo e modo das concessões;

4º - A mandar proceder o orçamento dos edifícios públicos necessários, que serão feitos por administração ou mediante concorrência pública, conforme julgar mais conveniente aos interesses do Estado;

5º - A conceder a particulares ou empresas favores para serviço de iluminação, abastecimento de água, esgotos e viação urbana, sujeitando-os à aprovação do Congresso, ou a realizar esse serviço por administração;

6º - A estipular, nas concessões que fizer, condições para promover construções de casas destinadas aos empregados públicos de que trata o n. 7 do art. 2º, de modo a facilitar-

lhes o pagamento em prestações, que poderão ser deduzidas de seus vencimentos, se o requererem.

Igualmente promoverá a construção de casas em condições higiênicas e de aluguel barato para operários;

7º - A conceder, a título gratuito, aos atuais funcionários estaduais que por lei têm residência obrigatória na capital, e que o requererem, um lote de terreno para construção de casa ou chácara, antes de serem postos em hasta pública, assim como transporte e ajuda de custo;

8º - A conceder, a título gratuito, a cada um dos atuais proprietários de casas em Ouro Preto, situadas no perímetro estabelecido para cobrança do imposto predial no exercício de 1890, um lote de terreno para edificação.

Art. 3º As concessões de lotes gratuitos, que não poderão ser contíguos, terão a cláusula de fazerem os concessionários as edificações dentro de dois anos, depois da aprovação da planta da cidade, sob pena de caducidade da concessão.

Parágrafo único. Essas concessões só poderão ser pedidas no prazo de trinta dias depois de aprovada a planta, ao governo, que fará a designação do lote.

Art. 4º É lícito aos concessionários de lotes gratuitos cedê-los, sob as mesmas condições com que os possuem.

Art. 5º Para ocorrer às despesas com a execução desta lei, fica aberto, ao governo, desde já, um crédito de cinco mil contos de réis, podendo lançar mão dos saldos da receita, ou fazer as operações de crédito necessárias, não excedendo o juro de 6% ao ano.

Não sendo suficiente esse crédito, o presidente do Estado solicitará do Congresso as providências que julgar necessárias.

Art. 6º Fica determinado o prazo máximo de quatro anos para definitiva transferência do governo para a nova capital, podendo, porém, o presidente do Estado transferir provisoriamente, desde já, a sede do governo para qualquer ponto do Estado, se o interesse público o exigir.

Art. 7º São declaradas sem efeito algum quaisquer concessões de terras ou preferências estipuladas para edificações até esta data, que tenham relação com a construção da nova capital.

Art. 8º A direção econômica e administrativa da capital do Estado denominada - *Minas* - ficará a cargo do Presidente do Estado, enquanto o Congresso não deliberar a respeito nos termos da Constituição.

Art. 9º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem conhecimento e execução desta lei pertencerem, que a executem e façam executar e observar fielmente como nela se contém.

Publique-se e cumpra-se em todo o território do Estado de Minas Gerais.

Paço do Congresso Legislativo do Estado de Minas Gerais, em Barbacena, aos 17 de dezembro de 1893. *Crispim Jacques Bias Fortes. Manuel Teixeira da Costa. João Gomes Rebelo Horta.*<sup>241</sup>

# NOTAS

- 233 ALMEIDA, José Joaquim Correia de (padre). Minha sensata opinião. *A Folha*. Barbacena, p. 1, 26 nov., 1893
- 234 SALES, Francisco. Parecer. MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. *Anais...* Seção extraordinária em Barbacena. Ouro Preto: Imprensa Oficial, p. 14, 1894.
- 235 PRATES, Camilo. Parecer. MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. *Anais...* Sessão extraordinária em Barbacena. *Op. cit.*, p. 18.
- 236 REPRESENTAÇÃO dirigida ao Congresso pelo Povo Ouro-pretano. MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. *Anais...* Sessão extraordinária em Barbacena. *Op. cit.*, p. 29.
- 237 MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. *Anais...* 5ª. sessão extraordinária aos 29 de novembro de 1893. Ouro Preto: Imprensa Oficial, p. 47, 1894.
- 238 DRUMMOND, Pedro Discurso. MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. *Anais...* Sessão extraordinária em Barbacena. *Op. cit.*, p. 79  
DRUMMOND, Pedro. Discurso. MINAS GERAIS. Ouro Preto, p. 5,7, 15 dez., 1983.
- 239 DRUMMOND, *Op. cit.*
- 240 MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. *Anais...* Sessão extraordinária em Barbacena. *Op. cit.*, p.135-136.
- 241 MINAS GERAIS. Lei adicional à Constituição n. 3, de 17 de dezembro de 1893. *Op. cit.*, p.51.



*Panorama do extinto arraial de Belo Horizonte, antigo Curral del Rei, vendo-se no alto a Capela do Rosário e cá embaixo a Chácara, hoje Parque.*



## REPERCUSSÃO DA NOTÍCIA EM BELO HORIZONTE E EM OURO PRETO



Quando a alvissareira notícia chegou a Belo Horizonte, através de despachos telegráficos transmitidos por intermédio de Sabará, de onde foram logo despachados “próprios” a cavalo para o afortunado arraial, o povo que vinha acompanhando em crescente ansiedade os debates no Congresso, desde o dia da apresentação da Emenda José Pedro Drummond, deliberou no mais intenso entusiasmo, nadando em júbilo.

Já na noite de 13, alguns sabarenses entusiastas pela mudança da capital para o vizinho arraial haviam partido daquela cidade, a cavalo, sendo recebidos em Belo Horizonte em meio de manifestações ruidosas, aí passando a noite a partilhar, com os horizontinos, das alegrias decorrentes da grande notícia. E foi aquela uma noite cheia de discursos, “vivas”, fogos, clangores musicais pelas ruas do modesto arraial, até alta madrugada, quando os manifestantes regressaram. Entre eles estavam Cândido de Araújo e Bento Epaminondas, o originalíssimo causídico, gordalhudo e pilhérico, que se congominava “o terror dos tratantes”.

Mas as festividades de Belo Horizonte, a partir de 13, prosseguiram cada vez mais intensas, à proporção que outras notícias iam chegando, mais detalhadas sobre a grande vitória que o arraial havia conquistado pelos seus excepcionais dotes da natureza, entre as mais importantes cidades de Minas.

Durante aqueles dias, de manhã à noite, troavam dinamites e espoucavam foguetes por toda a parte, e o povo enxameava nas ruas; as famílias visitavam-se, trocando congratulações; improvisavam-se bailes e outras diversões em casa das principais famílias e realizavam-se passeatas com música e fogos, vivas e aclamações, à noite.

Nos arrabaldes não era menos intenso o entusiasmo. À medida que os detalhes da notícia iam chegando, os respectivos moradores corriam pressurosos para o arraial, a fim de se congratularem com parentes e amigos ali residentes. E aquelas expansividades, que parecia não terem mais fim, tocaram ao auge, quando, enfim, se soube ali, oficialmente, do ato de promulgação da Lei de 17 de dezembro, que escolhia Belo Horizonte para sede da nova capital.

Depois, o padre Francisco Martins Dias, vigário da paróquia, celebrou um tríduo solene em honra da Sagrada Família, nos dias 23, 24 e 25, na Matriz da Boa Viagem, cerimonial esse que foi assistido por toda a população, pronunciando aquele sacerdote, no último dia da solenidade, uma conferência alusiva ao acontecimento, felicitando ao afortunado lugar e a seus habitantes.

Em Sabará realizou-se grande baile, para o qual haviam sido convidadas as principais famílias de Belo Horizonte.

Enfim, foram dias verdadeiramente delirantes aqueles! Nunca o arraial tivera outros iguais! Ia-se realizar, enfim, a profecia do padre Francisco Arantes e de outros curralenses, que haviam vaticinado que Belo Horizonte ainda seria uma grande cidade!

Entretanto, decorridos aqueles dias, assim que serenaram os ânimos exaltados pelo justo regozijo de que estava tomado aquele povo, antevendo o grande e luminoso futuro que se rasgava para a sua modestíssima terra natal, alguns espíritos pessimistas tornaram-se meditativos, como querendo vislumbrar, nas dobras do dia incerto do amanhã, o destino que lhes estaria reservado. E avaliavam, então, quanto doloroso seria se tivessem de abandonar as suas propriedades, as casas onde haviam nascido e passado os melhores dias de sua existência, o que seria quase certo, pois não era concebível que se instalasse a capital em um arraial... E, numa expectativa ansiosa, aquele povo foi acompanhando o transcorrer dos dias, a fazer mil conjecturas e castelos...

Em Ouro Preto, como se pode imaginar, a notícia repercutiu dolorosa e tétrica, como um dobre a finados, ainda que os seus habitantes acalentassem no coração uma última esperança – na caducidade da lei da mudança, em virtude da angústia do tempo estabelecido para a transferência do governo, pois ninguém acreditava ali que se pudesse demolir um arraial, preparar o solo, construir uma cidade e mudar a capital em quatro anos, prazo final estabelecido pela Lei n. 3, adicional à Constituição.

Segundo era voz corrente naqueles dias e ainda o é hoje, fora mesmo essa expectativa dos contrários à mudança que dera ganho de causa a Belo Horizonte, pois todos acreditavam que em um arraial tão pobre, sem estrada de ferro, desprovido de tudo, seria materialmente impossível realizar-se o gigantesco empreendimento dentro do angusto prazo estabelecido, o que não aconteceria se se houvesse escolhido Várzea do Marçal. E pensavam eles que, nessa emergência, esgotados os quatro anos sem que a capital estivesse construída, o governo teria que se render à evidência material dos fatos e os ouro-pretanos estariam vencedores... Afirmava-se mesmo que fora essa a razão pela qual os congressistas partidários de Ouro Preto votaram por Belo Horizonte.

Mas bem enganados foram quantos assim pensaram, naqueles dias em que a mão do destino acabava de arquitetar o mais flagrante e doloroso contraste entre os sentimentos que experimentavam os filhos da velha e os da futura capital: enquanto aqueles, com a alma confrangida por um desalento inenarrável, viam a perspectiva do declínio, da decadência

completa de sua história e venerável cidade natal, os horizontinos, nascidos em um arraial humilde, quase sem história, antegozavam a felicidade de ver, dentro em pouco, esse mesmo arraial transformado milagrosamente na grande e moderna cidade, que seria a maior glória do Estado e, por isso, vibravam no apogeu do júbilo e do entusiasmo.

E naquela expectativa ansiosa, em posturas diametralmente opostas, aqueles dois povos caminharam para os dias do futuro...



*Trecho da Rua do Capão.*

BIBLIOTECA DA  
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

BIBLIOTECA DA  
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

## BIBLIOGRAFIA



Para o preparo do presente volume sobre a *História de Belo Horizonte*, tivemos como fontes subsidiárias as seguintes publicações impressas, além de muitos livros e outros documentos manuscritos existentes no Arquivo Público Mineiro e cuja enumeração seria fastidiosa:<sup>242</sup>

1. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* - Antonil (frei João Antônio Andreoni).
2. *História antiga e História média das Minas Gerais* - Diogo de Vasconcelos.
3. *Anuário de Minas Gerais* (coleção) - Nelson de Sena.
4. *Mudança da capital* - Monografia - Joaquim Nabuco Linhares
5. *Corografia do Serviço Geral de Estatística*, parte relativa a Belo Horizonte, organizada por Hildebrando Clark.
6. *Revista do Arquivo Público Mineiro* (coleção).
7. *Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte* - Padre Francisco Martins Dias.
8. *Minas no XX século* - Rodolfo Jacob.
9. *L'État de Minas Gerais* - Rodolfo Jacob.
10. *Comarcas e termos* - Feu de Carvalho.
11. *Nobiliarquia paulistana* - Pedro Taques de Almeida Paes Leme.
12. *Documentos interessantes de S. Paulo* (coleção de volumes).
13. *Inventários e testamentos* (coleção publicada pelo Arquivo de S. Paulo).
14. *Serra da Piedade* - Antônio Olinto dos Santos Pires.
15. *Bartolomeu Paes de Abreu* - Afonso de Taunay.
16. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (coleção)
17. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (coleção)
18. *Índios! Ouro! Pedras!* - Afonso de Taunay.
19. *Efemérides mineiras* - José Pedro Xavier da Veiga.

20. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais* - José João Teixeira Coelho.
21. *O Contemporâneo* - Jornal de Sabará (coleção)
22. *Jornal de Minas* - de Ouro Preto (coleção)
23. *Estado de Minas* - Jornal de Ouro Preto (coleção)
24. *A Folha de Barbacena* (coleção)
25. *Dicionário geográfico do Brasil* - Moreira Pinto
26. *Expedition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud* - Dr. F. Castelnau.
27. *L'or a Minas Gerais* - Paul Ferrand.
28. *Anais da Assembléia Provincial* - 1867-1868.
29. *Anais do Congresso Constituinte* - 1891
30. *Anais do Congresso Mineiro* (sessão extraordinária em Barbacena) 1893.
31. *Monografia de Belo Horizonte*, pelo Dr. Alfredo Moreira Pinto.
32. *Álbum católico* - Edward Nazário Teixeira.

NOTA

- 242 As referências completas citadas pelo autor, como fontes subsidiárias, constam da bibliografia geral desta obra.

FECHANDO ESTA *MEMÓRIA*  
(Da 1ª edição)

M

uito desejei publicar, na íntegra, nesta *Memória*, varios e preciosos documentos que me serviram de base para escrevê-la, como o fiz em relação ao resumo do relatório Aarão Reis, aos discursos do Dr. José Pedro Drummond e algumas outras peças, mas desisti desse intento, a fim de não tornar demasiadamente volumoso o presente tomo. Para que esses documentos possam ficar mais ao alcance das pessoas interessadas pela História de Belo Horizonte, pretendo oferecê-los ao Estado, a fim de serem publicados na *Revista do Arquivo Público Mineiro*.

Entre esses documentos, há uma cópia incompleta dos autos de divisão e demarcação da Fazenda do Cercado, quando foi arrematada por Antônio de Sousa Guimarães, na praça de Sabará, autos dos quais o Sr. Manuel Cândido, residente naquela fazenda, possui o traslado na íntegra.

Creio que seria de toda conveniência tivesse o Estado um entendimento com aquele senhor, a fim de que tão precioso documento histórico fosse doado ao Arquivo Público Mineiro, antes que se torne completamente ilegível, sendo que já não é dos melhores o seu estado de conservação.\*

---

Não posso calar aqui o meu sincero reconhecimento aos antigos colegas e prezados amigos, obreiros do Estado na Imprensa Oficial, desde o chefe mais graduado ao operário mais humilde, pela esforçada boa vontade com que me auxiliaram para que este volume ficasse concluído até o dia 12 de dezembro (31º aniversário de Belo Horizonte, como capital), sabendo-se que os trabalhos da edição foram iniciados no dia 24 de outubro. A todos, portanto, a minha imorredoura gratidão por esse verdadeiro *tour de force* de amizade.

\* O Sr. Manuel Cândido é hoje falecido. Os documentos referidos acima foram publicados na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. de 1929. (Nota da 2ª edição).

Igualmente, é com o maior prazer e possuído de profunda gratidão que consigno aqui os nomes das pessoas que, de boa vontade, me prestaram ótimas informações ou me ofereceram preciosos documentos, auxiliando-me, assim, valiosamente, para a realização do trabalho idealístico e de verdadeiro patriotismo que esta *Memória* representa. Esses amigos, a quem exprimo aqui todo o meu reconhecimento, são os Srs. Antônio Batista Vieira, Antônio Batista Júnior, desembargador Dâmaso dos Santos Brochado, Dr. Teófilo Feu de Carvalho, coronel Artur Campos, Dr. Carlos Marques, Dr. Flávio dos Santos, Dr. Aarão Reis, capitão Celso Werneck, Dâmaso Avelino da Silva, Antônio Avelino da Silva, Antero da Silveira, Ernesto José de Aquino, Manuel Cândido e José Pedro da Silva, João da Cunha Júnior, Antônio de Carvalho Brandão, José Raimundo da Silveira, Joaquim Meneses, José Candido de Magalhães e José de Seixas Ferreira.

Belo Horizonte, 5 de dezembro de 1928.

ABÍLIO BARRETO

## ÍNDICE

O editor aos leitores (da 2ª edição) . . . . .	61
Notas sobre a segunda edição . . . . .	71
Palavras preliminares (da 1ª edição) . . . . .	73

### PRIMEIRA PARTE

#### O ARRAIAL - (1701-1893)

I - Primeiros exploradores da terra mineira . . . . .	79
II - Os paulistas - Barbalho Bezerra - Fernão Dias Paes . . . . .	83
III - Borba Gato - D. Rodrigo de Castel Branco - Sabará-Buçu . . . . .	88
IV - Bartolomeu Bueno - João Leite da Silva Ortiz - Fundação do Cercado, futuro Curral del Rei . . . . .	91
V - Alguns traços biográficos e genealógicos de João Leite da Silva Ortiz . . . . .	96
VI - Haveria grandes lavras de ouro no Cercado? Cremos que não . . . . .	99



VII -	Os vizinhos de Ortiz - O ribeirão dos Arrudas - Curral del Rei . . . . .	105
VIII -	No período da grande invasão . . . . .	112
IX -	Expansão do rio das Velhas - Preponderância dos Emboabas . . . . .	117
X -	Retirada de Bartolomeu Bueno para Goiás - Ortiz, Capitão de Ordenanças . . . . .	120
X-A -	Contribuintes dos quintos em Sabará - Princípio de história interrompida - Lançamento dos quintos na freguesia do Curral del Rei e suas filiais, bem como nas fábricas dos reverendos padres - Dois termos de entrada de gado - Uma carta e duas guias em autógrafo - Outros documentos interessantes e novos. . . . .	124
XI -	As primeiras comarcas - A freguesia do Curral del Rei - As primeiras vinte igrejas de Minas - Um quartel de dragões - Ortiz, depois de casado, muda-se do arraial - Seus filhos - Descobrimos minas de ouro em Goiás . . . . .	138
XII -	Odisséia nos sertões de Goiás . . . . .	146
XIII -	O triste fim de João Leite da Silva Ortiz em Pernambuco . . . . .	151
XIV -	Uma lenda interessante - A paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem . . . .	158
XV -	A fazenda do Cercado com terras do atual Belo Horizonte, depois de andarem de mão em mão, foram à praça em Sabará - Seu novo proprietário e os herdeiros deste . . . . .	163

XVI -	O arraial em prosperidade - Um seu maioral atuou na sedição de Vila Rica - A matriz - Faisqueiras - A primeira escola - Extensão da freguesia - Curral del Rei lembrado para Vila do Imperador . . .	170
XVII -	Organização escolar - Notáveis vaticínios de um padre e de um bispo - Apogeu da freguesia - Indústrias novas . . . . .	177
XVIII -	Civismo do povo - A política - Algumas figuras salientes - Dados eleitorais . . . . .	182
XIX -	A visita de Castelnau - A Guarda Nacional . . . . .	188
XX -	As terras do arraial em 1854 - Resumo do livro de registro delas . . . . .	191
XXI -	Trabalhos e hábitos do povo - Outros vaticínios - Visão maravilhosa - Uma indústria que durou pouco . . . . .	210
XXII -	Algumas notas interessantes sobre o arraial e Venda Nova - 1864-75 . . . . .	214
XXIII -	Para a guerra - Melhor instrução - Outra indústria notável . . . . .	220
XXIV -	A polícia civil do distrito . . . . .	224
XXV -	O serviço postal . . . . .	227
XXVI -	O corpo eleitoral da freguesia em 1883 - Novo batismo do arraial . . . . .	229
XXVII -	Uma estatística minuciosa . . . . .	234
XXVIII -	O arraial nos primeiros anos da República, até 1893 . . . . .	241
XXIX -	Os templos do antigo arraial . . . . .	248
XXX -	A Capelinha e os milagres de Santana . . . . .	259
XXXI -	Outros símbolos católicos - As ermidas - Festas religiosas e profanas . . . . .	263
XXXII -	Nomes de alguns arrabaldes do arraial . . . . .	268
XXXIII -	O horizontino e a salubridade do arraial em que nasceu . . . . .	271

## SEGUNDA PARTE

### O PROBLEMA DA MUDANÇA DA CAPITAL (1700-1893)

I -	A primeira capital de Minas e a primeira idéia de mudá-la . . . . .	279
II -	Evolução da idéia da mudança da capital desde a Conjuração Mineira . . . . .	283
III -	O deputado padre Agostinho Paraíso queria a capital nas margens do rio das Velhas e levou o seu pensamento ao Congresso. . . . .	288
IV -	Um parecer luminoso fulmina o veto presidencial - A queda do projeto Paraíso . . . . .	292
V -	Ao dealbar da República a idéia da mudança da capital ressurgue e marcha para a sua realização . . . . .	296
VI -	Prosseguimento da propaganda - A idéia ganha terreno - protestos e contraprotestos . . . . .	303
VII -	Os primeiros estudos de localidades - Grande comício de protesto em Ouro Preto . . . . .	307
VIII -	Reacende-se a luta pela mudança - Mais sátiras do padre Correia de Almeida - Belo Horizonte em foco . . . . .	314
IX -	O grande pensamento de novo no Congresso . . . . .	322
X -	Outra arrancada do Congresso - A primeira lei mudando a capital . . . . .	326
XI -	O Congresso indica as localidades a serem estudadas - A Lei Adicional n. 1 . . . . .	331

XII -	Providências do governo para execução da Lei n.1 . . . . .	334
XIII -	A grande comissão de estudos - Seu parecer indicando Várzea do Marçal . . . . .	342
	Quadro Comparativo . . . . .	380
XIV -	Situação política infernal - Agitação e ameaças em Ouro Preto - O Congresso vai funcionar em Barbacena - Os debates pela escolha da localidade . . . . .	400
XV -	Em Barbacena, depois de renhidos debates, o Congresso escolhe Belo Horizonte para a capital de Minas . . . . .	404
XVI -	Repercussão da notícia em Belo Horizonte e em Ouro Preto . . . . .	431
	Bibliografia . . . . .	435
	Fechando esta <i>Memória</i> . . . . .	437

FIM  
DO PRIMEIRO  
VOLUME

## COLABORADORES

### HELIANA ANGOTTI SALGUEIRO

Doutora em História da Arte pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, apresentando a tese: *Belo Horizonte: histoire d'une capitale au XIX<sup>e</sup> siècle. Représentations urbaines et architecturales françaises au Brésil - Une étude de cas*, ora em publicação na França. Pesquisadora associada do CNPq junto à ECA/USP. Trabalha atualmente com a transferência de saberes profissionais, modelos e práticas, desenvolvendo uma linha de pesquisa em que a História da Arte se liga à História da Arquitetura através da História Urbana. É consultora do Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro no projeto da *Coleção Centenário* e autora de diversos ensaios em publicações especializadas.

### JOSÉ CLÁUDIO DE ALMEIDA ABREU

Licenciado em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi professor de Português, Teoria da Literatura, Literatura Brasileira, dentre outras disciplinas, em diversas escolas e na Faculdade de Letras da UFMG. Traduziu artigos e livros na área de Psicanálise, Psiquiatria Infantil, Pedagogia e Psicopedagogia.

LUIZ GONZAGA TEIXEIRA

Bacharel em Direito e licenciado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Com bacharelado em Ciências Cinematográficas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, trabalhou como assessor e pesquisador em História no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG). Professor aposentado da UFMG. Exerce atualmente a função de secretário-adjunto da Cultura do Estado de Minas Gerais.

MARIA AUXILIADORA FARIA

Licenciada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre pela Universidade Federal do Paraná, com a dissertação *A Guarda Nacional em Minas - 1850-1873*. Doutora pela Universidade de São Paulo, com a tese: *A Política da Gleba - Discurso e prática das classes conservadoras mineiras na Primeira República*. Professora aposentada da UFMG e autora de diversos artigos publicados em revistas especializadas. Atualmente é assessora do Arquivo Público Mineiro.

MICHEL MARIE LE VEN

Mestre e Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade de São Paulo, respectivamente. Defendeu as teses: *Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte - 1897/1914* e *Trabalho e Democracia: a experiência dos metalúrgicos mineiros*. É autor de inúmeros ensaios e artigos publicados em revistas especializadas, professor de Ciência Política da UFMG e consultor da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

BELO HORIZONTE - MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA

EQUIPE DE APOIO

Revisão dos Índices

CLÁUDIA TELES DE MENEZES TEIXEIRA

Assistentes

CATERINA UXA JACOB

JOSÉ MIGUEL TEIXEIRA DE CARVALHO

MARIANA DE CAMPOS PINHEIRO MOREIRA

MARIANA TEIXEIRA DE CARVALHO

RAUL MENDES WERNECK DA ROCHA

Digitação

ELEN JACQUELINE M. PARREIRAS

Produção Gráfica

CLÁUDIA GOMES CHAVES



Este livro foi confeccionado no formato  
fechado 21x26cm, com texto principal em tipo  
garamond book 11/16, papel AP 90g., capa dura com  
sobrecapa. Fotolitos Policrom e impressão Rona Editora.

Tiragem de 1.000 exemplares

Belo Horizonte

Inverno de 1996

CECH - FJP